

**Pretos e Brancos. Liberalismo e Caciquismo no distrito de Castelo  
Branco (1852-1910)**

**Nuno Manuel Camejo Carriço Pousinho**

**Tese de Doutoramento em História,  
especialidade de História Contemporânea**

**Setembro de 2016**



Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de  
Doutor em História, especialidade de História Contemporânea, realizada sob a  
orientação científica do Professor Doutor Luís Nuno Espinha da Silveira

## DECLARAÇÕES

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,



---

Lisboa, 16 de setembro de 2016

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O orientador,



---

Lisboa, 16 de setembro de 2016

## AGRADECIMENTOS

Apesar do esforço individual e, por vezes, do isolamento que é necessário para a elaboração de uma tese de doutoramento, o caminho não seria percorrido com sucesso se não existisse o empenho, a ajuda e a colaboração de outras pessoas.

Quero, em primeiro lugar, deixar uma palavra de gratidão ao orientador desta dissertação, o Professor Doutor Luís Nuno Espinha da Silveira. O que nos une é muito mais do que uma simples relação entre orientador e doutorando, conhecemo-nos há mais de 20 anos e já desenvolvemos em conjunto outros trabalhos, pelo que, para além das investigações históricas, está presente a amizade. O seu interesse, sabedoria, conselhos, sugestões e prontidão às solicitações foram decisivos para que esta tese de doutoramento fosse concluída.

Teria sido impossível este projeto concretizar-se sem a família que viu entrar no nosso quotidiano uma série de personagens que conosco conviviam diariamente. Também eles têm a sua parte nesta dissertação, a Paula pelas dúvidas e angústias que ia ouvindo, o Diogo e o Ricardo, pelo que tiveram de me aturar com a ajuda que lhes solicitei. O Diogo foi determinante na composição dos mapas sobre a geografia eleitoral. Ao Ricardo devo a elaboração do resumo em inglês, graças aos seus já avançados conhecimentos da língua inglesa. Finalmente, os meus pais que certamente estarão orgulhosos deste projeto e que sempre me incentivaram e ajudaram para a sua realização.

Todavia, é imperioso que me refira a outras pessoas com gratidão. Decisiva foi a prontidão da Engenheira Maria Bárbara Tavares Proença Abrunhosa em me ter dado acesso ao arquivo da família e autorizar o uso de algumas cartas nesta tese que certamente a enriqueceram. Ao Professor Doutor Pedro Tavares de Almeida que me facultou documentação e com ele partilhei algumas ideias que foram bastante úteis. Ao Nuno Lima pelas conversas sobre as nossas teses e as sugestões bibliográficas. Ao Paulo Jorge Fernandes, amigo de longa data, agradeço as informações sobre o Partido Progressista, que tão bem conhece, fundamentais para uma parte do trabalho. À professora Judite Esteves que prontamente me facultou uma série de fontes que tinha em sua posse sobre os registos vinculares da Beira Baixa. É justo que refira também o profissionalismo dos técnicos do Arquivo Nacional Torre do Tombo, nomeadamente o Dr.º Paulo Tremoceiro, pela preciosa ajuda na consulta do Arquivo Ávila e Bolama, a

todos eles o meu muito obrigado. Finalmente, uma palavra de agradecimento a todos os funcionários do Museu Francisco Tavares Proença Júnior, em Castelo Branco, principalmente à sua diretora na altura, Dr.<sup>a</sup> Aida Rechen, pelas facilidades que me concederam para a consulta do arquivo da família Tavares Proença, durante o período em que aí este esteve depositado.

## **Pretos e brancos. Liberalismo e caciquismo no distrito de Castelo Branco (1852-1910)**

**Nuno Manuel Camejo Carriço Pousinho**

**Palavras-chave:** Caciquismo; Eleições; Castelo Branco; Vaz Preto Geraldês; Tavares de Almeida Proença; Monarquia Constitucional; História Política

### **RESUMO**

As investigações sobre o caciquismo em Portugal durante a Monarquia Constitucional são praticamente inexistentes, ao contrário de Espanha, onde, graças aos estudos levados a cabo há várias décadas, é possível traçar um quadro bastante preciso sobre a importância dos caciques na vida política da Restauração borbónica (1874-1923). Pelo contrário, em Portugal os trabalhos sobre as elites políticas da periferia têm sido enquadrados no âmbito dos municípios, recaindo a análise, essencialmente, sobre a origem social das vereações, negligenciando a atuação dos seus membros como influentes políticos e eleitorais. A dissertação que aqui se apresenta tenta romper com esta situação e tem como objetivo estudar a atividade política dos chefes de duas famílias - os Vaz Preto Geraldês e os Tavares de Almeida Proença - influentes na Beira Baixa, na segunda metade do século XIX. A estas duas famílias é tradicionalmente reconhecida uma grande preponderância política, constituindo duas facções, conhecidas por pretos e brancos, a quem são atribuídas o controlo das câmaras municipais, a indicação de governadores civis, a manipulação dos atos eleitorais, a escolha de deputados e o condicionamento da ação governativa nas suas zonas de influência. Apesar disso não há nenhum estudo sobre o seu real poder pelo que, aquilo que se propõe é analisar as origens desse poder, a forma como o exerciam, as redes clientelares que estabeleceram, as relações com o poder central, a evolução destas tendências políticas beirãs e as particularidades da vida política local.

# **Blacks and Whites. Liberalism and caciquismo in the district of Castelo Branco (1852-1910)**

**Nuno Manuel Camejo Carriço Pousinho**

**Keywords:** Caciquismo; Elections; Castelo Branco; Vaz Preto Geraldês; Tavares de Almeida Proença; Constitutional Monarchy; Political History

## **ABSTRACT**

Research on caciquismo in Portugal during the Constitutional Monarchy is practically inexistent, whereas in Spain it is possible to draw a fairly accurate picture of the importance of the caciques in the political life during the Borbonic Restoration period (1874-1923), thanks to studies that have been carried out for several decades. On the contrary, in Portugal the works about the political elites of the periphery have been framed in the context of the municipalities, essentially falling upon the analysis of the social origin of town-councillors, neglecting their role as political and electoral influents. The dissertation presented here tries to break with this situation and has the aim of studying the political activity of the chiefs of two families – the Vaz Preto Geraldês and the Tavares de Almeida Proença – influents in the Beira Baixa region, in the second half of the nineteenth century. Traditionally a major political preponderance is recognised to these two families which gave rise to two factions known as «pretos» (Blacks) and «brancos» (Whites), to whom the control of the municipal councils, the indication of the civil governor, the manipulation of the electoral acts, the choice of national members of parliament and the conditioning of government action in their areas of influence are attributed. In spite of the apparent evidences, there has not been published any study on their real power. Furthermore, what is proposed is the analysis of the origin of this power, how they exerted it, the patronage networks they established, the relations with the central power, the political evolution of these tendencies and the particularities of the local political life.





## ÍNDICE

<b>I. Introdução</b> .....	1
<b>II. O caciquismo no pensamento político oitocentista</b> .....	3
<b>III. As elites e o caciquismo no contexto da Europa do Sul: o caso espanhol</b> .....	6
<b>IV. A investigação sobre as elites e o caciquismo no Portugal oitocentista</b> .....	12
<b>V. Motivos para o estudo do caciquismo beirão centrado nos Vaz Preto e Tavares Proença: enquadramento, problemas de investigação, objetivos e plano do trabalho</b> ....	16
<b>VI. Fontes e metodologia</b> .....	23

## I PARTE

### **OS VAZ PRETO E OS TAVARES PROENÇA: FAMÍLIA, FORTUNA, RELAÇÕES COM O CENTRO POLÍTICO E REDES DE INFLUÊNCIA LOCAL**

#### **Capítulo I- Os Vaz Preto e Tavares Proença: as origens da notabilidade**

1.1- Os Vaz Preto: a família e a origem do património	29
1.2- Os Tavares Proença: a família e a origem do património	32
1.3- Fortuna e origem dos rendimentos	36
1.4- As casas agrícolas na base dos rendimentos	40
1.5- Ligações com o centro político e estratégias matrimoniais	46
1.6- As redes de influência no distrito de Castelo Branco	56

## **Capítulo II-** A afirmação política dos Vaz Preto e dos Tavares Proença (1852-1870)

2.1- O percurso político dos patriarcas: João José Vaz Preto Geraldês e Francisco Tavares de Almeida Proença (1842-1851).....	64
2.2- A Regeneração: posição política dos dois vultos beirões.....	69
2.3- Do governo Saldanha/Rodrigo ao primeiro governo histórico: evolução política de Tavares Proença (1853-1859).....	74
2.4- Manuel Vaz Preto nos grandes palcos políticos (1860-1868).....	78
2.5- A Janeirinha e a Saldanhada (1868-1870).....	83

## **Capítulo III-** Manuel Vaz Preto e Francisco Tavares Proença- relação com os partidos políticos (1871-1910)

3.1- Colaboração e rutura de Manuel Vaz Preto com o Partido Regenerador (1871-1877).....	90
3.2- A refundação do Partido Constituinte (1878-1880).....	95
3.3- A reaproximação de Manuel Vaz Preto ao Partido Regenerador (1881-1882).....	99
3.4- Os constituintes no governo e a cisão entre Manuel Vaz Preto e José Dias Ferreira (1883-1886).....	103
3.5- A morte de Fontes Pereira de Melo e o Porto Franco (1887-1892).....	108
3.6- A aproximação de Manuel Vaz Preto aos progressistas (1893-1902).....	114
3.7- Tavares Proença: da indefinição política à filiação no Partido Progressista (1878-1883).....	121
3.8- Tavares Proença: entre o Partido Progressista e o Franquismo (1884-1905).....	124
3.9- O governo de João Franco (1906-1908).....	132
3.10- O regicídio e o fim da Monarquia (1908-1910).....	136

## II PARTE

### OS VAZ PRETO E OS TAVARES PROENÇA: A DISPUTA ENTRE DOIS GRUPOS POLÍTICOS REGIONAIS

#### **Capítulo IV-** Partido preto e partido branco: as origens (1852-1870)

4.1- O significado político das eleições de 1852.....	145
4.2- As eleições de 1856 e 1858: clarificação política e rutura entre os patriarcas.....	147
4.3- A supremacia de Tavares Proença (pai) entre 1860 e 1864.....	153
4.4- Os manifestos eleitorais na Covilhã de 1864: entre a modernidade e o discurso radical religioso.....	159
4.5- Os manifestos eleitorais na Sertã de 1865: Baima Bastos «o defensor da terra». A revolta contra o candidato de Tavares Proença.....	167
4.6- Manuel Vaz Preto: as primeiras vitórias políticas.....	170
4.7- Manifesto de Manuel Vaz Preto de 1868: a estruturação do partido do distrito de Castelo Branco.....	177
4.8- O eclipse de Manuel Vaz Preto e Tavares Proença (pai).....	180
4.9- A geografia da influência.....	182
4.10- Os deputados eleitos.....	185
4.11- Eleições: eleitores, participação e concorrência.....	186

#### **Capítulo V-** Partido preto e partido branco: a «institucionalização» (1871-1883)

5.1- Manuel Vaz Preto: o Régulo do distrito de Castelo Branco.....	196
5.2- A reforma eleitoral de 1878: os protestos de Manuel Vaz Preto.....	199
5.3- A «fratelada» de 1878: batismo de fogo de Tavares Proença (filho).....	207
5.4- Eleições de 1879: Tavares Proença e o pacto com regeneradores e progressistas.....	213
5.5- As eleições de 1881 e a definição política de Tavares Proença.....	223

5.6- A geografia da influência.....	227
5.7- Os deputados eleitos.....	229
5.8- Eleições: eleitores, participação e concorrência.....	230

## **Capítulo VI- Partido preto e partido branco: o período dos pactos (1884-1900)**

6.1- A reforma eleitoral de 1884: o redesenho eleitoral do distrito.....	238
6.2- A difícil implantação do partido branco na política regional.....	241
6.3- As alianças Tavares Proença/João Franco e Vaz Preto/José Luciano de 1889.....	248
6.4- O significado político da eleição municipal do Fundão de 1889.....	255
6.5- As dificuldades da primeira aliança Tavares Proença/João Franco.....	259
6.6- O governo Hintze/Franco e a coligação entre pretos e brancos.....	263
6.7- O impacto das reformas de João Franco na política distrital.....	268
6.8- O frágil equilíbrio da coligação entre pretos e brancos.....	271
6.9- O franquismo entre pretos e brancos no final dos anos de 1890.....	277
6.10- Tavares Proença e a contestação à política do Partido Progressista no distrito...	282
6.11- O fim da coligação entre pretos e brancos e o regresso da coligação Tavares Proença/João Franco.....	290
6.12- A geografia da influência.....	295
6.13- Os deputados eleitos.....	296
6.14- Eleições: eleitores, participação e concorrência.....	298

## **Capítulo VII – Os últimos anos da monarquia (1901-1910)**

7.1- A derrota de Tavares Proença e João Franco nas eleições de 1901.....	308
7.2- A desforra de Tavares Proença nas eleições municipais de 1901.....	314
7.3- Tavares Proença e a clarificação das relações com o Partido Progressista.....	319
7.4- 1905 e 1906: os anos dourados de Tavares Proença.....	325

7.5- As eleições de 1908 e 1910.....	333
7.6- A geografia da influência.....	346
7.7- Os deputados eleitos.....	346
7.8- Eleições: eleitores, participação e concorrência.....	347
Conclusão.....	356
Fontes e Bibliografia.....	369

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

- A.A.B.- Arquivo Ávila e Bolama
- A.E.M.- Arquivo Eleições da Monarquia
- A.F.T.P- Arquivo da família Tavares Proença
- A.H.P.- Arquivo Histórico Parlamentar
- A.J.L.C.- Arquivo José Luciano de Castro
- A.N.T.T.- Arquivo Nacional da Torre do Tombo
- B.N.P.- Biblioteca Nacional de Portugal
- D.C.D.- Diário da Câmara dos Deputados
- D.C.P.- Diário da Câmara dos Pares
- D.G.- Diário do Governo
- D.G.E.P.N.- Direção Geral de Estatística e dos Próprios Nacionais
- E.R.F.M- Espólio Rodrigo da Fonseca Magalhães
- E.P.- Estatística de Portugal
- I.G.P.- Intendência Geral da Polícia
- M.R.- Ministério do Reino

## I. Introdução

Salvo algumas exceções, em Portugal não se tem prestado muita atenção ao estudo do caciquismo e as investigações sobre as elites políticas locais têm-se focado no âmbito dos municípios, centrando-se, preferencialmente, na análise da origem social das vereações. A ampla participação destas elites na construção do Estado Liberal e no desenvolvimento do sistema político-partidário no Portugal oitocentista é quase desconhecida.

Indo ao encontro desta lacuna, a investigação que aqui se apresenta analisa o poder, a influência eleitoral e as redes clientelares de duas famílias oriundas da Beira Baixa, os Vaz Preto Geraldês e os Tavares Proença. Na realidade, o distrito de Castelo Branco é frequentemente apresentado como um feudo político de dois grandes notáveis locais, Manuel Vaz Preto Geraldês e Francisco Tavares de Almeida Proença, sendo mesmo citados como os mais conhecidos caciques da Monarquia Constitucional<sup>1</sup>.

Esta preponderância tinha amplo reconhecimento na época, recaindo essencialmente na figura de Manuel Vaz Preto, fruto da sua longa carreira parlamentar, pela visível influência nos atos eleitorais, controlo da administração no distrito de Castelo Branco, pelo modo inflamado como defendia o progresso material daquela circunscrição administrativa e pela forma como colocava parentes e amigos em locais de destaque no funcionalismo público. Em 1886 Oliveira Martins, ao tentar definir caciquismo, escrevia: *“O caciquismo local é de duas naturezas: ou nasce do poder que um grande proprietário tem em povoações mais ou menos suas vassalas, como por exemplo no distrito de Castelo Branco o snr. Vaz Preto Geraldês tipo perfeito do género”*<sup>2</sup>.

Manuel Vaz, como era conhecido no seu tempo, alimentou a pena de outros escritores como foi o caso de Eça de Queiroz que não deixou de o criticar no seu estilo mordaz<sup>3</sup>. As referências na literatura ao poderio de Manuel Vaz Preto não se ficam por

---

<sup>1</sup> BONIFÁCIO, 2007 a), p. 191; RAMOS, 1994, 116.

<sup>2</sup> MARTINS, Vol. III, 1958, p. 151.

<sup>3</sup> Escreveu Eça na sua obra *A correspondência de Fradique Mendes*: *“D. Paulina está tranquila com a carreira do Quinzinho. Pela influência (que é todo poderosa nestes reinos) de um amigo certo, o senhor conselheiro Vaz Neto, há já no Ministério das Obras Públicas ou da Justiça uma cadeira de amanuense, reservada marcada com lenço, à espera do Quinzinho. E mesmo como o Quinzinho foi reprovado nos últimos exames, já o senhor conselheiro Vaz Neto lembrou, visto que ele se mostrar assim desmazelado, com pouco gosto pelas letras, o melhor era não teimar mais nos estudos e no Liceu, e entrar*



aqui. A sua força política também inspirou peças de teatro como a obra de Guerra Junqueiro e Guilherme de Azevedo, *Viagem à volta da parvónia*<sup>4</sup>.

Manuel Vaz Preto era perfeitamente identificado pelos seus contemporâneos como um político influente, um verdadeiro cacique, e os seus apoiantes eram conhecidos por pretos. Contudo, não estava sozinho na disputa da liderança política do distrito. Do outro lado da barricada tinha um adversário de peso, Francisco Tavares de Almeida Proença um homem que se movimentava melhor nas altas esferas da sociedade, no Paço e com importantes ligações familiares, recebia o rei D. Carlos para caçadas na Beira Baixa e era convidado com frequência para Vila Viçosa. Era amigo do conde de Arnoso, secretário do rei D. Carlos, do coronel Malaquias de Lemos, oficial às ordens do referido monarca, e era ainda tio do marquês de Lavradio, futuro secretário do rei D. Manuel II. Para se diferenciarem politicamente dos pretos, os apoiantes desta família eram conhecidos como brancos<sup>5</sup>.

Este vocabulário político foi estabelecido e usado na época. Em Fevereiro de 1880, na sequência de uma querela, por motivos eleitorais com Vaz Preto, o juiz Alexandre Meyrelles de Távora de Canto e Castro apelidava os partidos que dominavam o distrito de Castelo Branco de brancos e pretos, adotando, segundo ele, a linguagem política usada no referido distrito<sup>6</sup>.

Na verdade, os regimes liberais europeus do século XIX, principalmente na Europa do sul, eram dominados pelos grandes notáveis locais, no seu papel de agentes políticos, a quem a historiografia ibérica chama de uma forma genérica caciques, sendo os Vaz Preto e os Tavares Proença bons exemplos disso.

---

*imediatamente para a repartição...- Que ainda assim (ajuntou a boa senhora, quando me honrou com estas confidências) gostava que o Quinzinho acabasse os estudos. Não era pela necessidade, e por causa do emprego, como V. Ex<sup>a</sup> vê: era pelo gosto". QUEIROZ, 1900, p. 188. Segundo Celestino Tavares Monteiro, Eça de Queiroz referia-se a Vaz Preto ao invocar o conselheiro Vaz Neto. Ver: MONTEIRO, 1998, pp. 20-21.*

<sup>4</sup> Esta peça retrata, em tom irónico, a forma como as eleições decorriam e parodiava a atividade parlamentar. Foi levada ao palco em janeiro de 1879 e Guerra Junqueiro relata a chegada de um deputado preto, assim eram conhecidos os amigos políticos de Manuel Vaz, ao hemicycle: “ (*Entra um preto trajando gravemente....como os pretos e vai tomar assento nas bancadas do fundo*). SIMPLÍCIO (*diz baixinho a um deputado*) - Confessemos que vamos ainda na retaguarda do progresso! A liberal Inglaterra e a jovem América de há muito que acabaram com os pretos e entre nós, como se vê, ainda estão em vigor! O que pretenderá este negro?... Virá pedir que lhe quebre os ferros da escravidão? 2.º DEPUTADO- Este preto é nosso colega: é deputado. SIMPLÍCIO – Por onde? Por Guiné ou pela Zambézia? 2.º DEPUTADO – Pela Beira! Não se recorda? SIMPLÍCIO – Ah! É verdade.” JUNQUEIRO e AZEVEDO, 1980, pp. 77-78.

<sup>5</sup> DIAS, José Lopes, Abril de 1972, pp. 1-36.

<sup>6</sup> CASTRO, 1880.

Antes de estabelecermos os objetivos desta investigação, centrada nestas duas tendências, convém abordar alguns pontos prévios. Em primeiro lugar, perceber de que forma o caciquismo era visto na época, de seguida analisar o estado da arte sobre este assunto, nomeadamente os estudos já elaborados em Portugal e principalmente em Espanha onde estes temas têm sido amplamente tratados. Depois definiremos o enfoque da investigação, situando-a no tempo e no espaço, e apresentaremos a estrutura da dissertação, a metodologia, as fontes e a bibliografia disponíveis sobre este assunto.

## **II. O caciquismo no pensamento político oitocentista**

O termo cacique foi largamente usado em Espanha que o importou da América, onde era utilizado para designar os chefes índios. Na política de oitocentos era sinónimo de chefe político local e foi generalizado no período da Restauração espanhola. Em Portugal os termos utilizados para identificar os chefes locais eram, influentes, mandões, sobas, régulos ou capitães-mores, indo buscar, também, termos da experiência histórica lusa, como é o caso dos três últimos.

Os caciques ou influentes locais eram, por definição, notáveis que detinham o poder numa dada comunidade. A sua influência política era um prolongamento natural do poder social adquirido, alicerçado no poder económico, em tradições familiares ou no prestígio pessoal.

Esta prática política está associada aos regimes liberais da Europa do sul que difere, no que diz respeito à intervenção dos notáveis, da Europa do norte. Apesar de ao longo do século XIX as práticas de viciação dos recenseamentos, a fraude, a corrupção dos atos eleitorais e o predomínio dos notáveis locais na mobilização dos eleitores e no controlo do voto ser um procedimento generalizado em toda a Europa liberal, elas foram-se esbatendo nalguns países. No caso inglês até à década de 1880 a corrupção eleitoral ocorria de uma forma generalizada, o mesmo se passando em França e no Império alemão<sup>7</sup>. Esta tendência foi diminuindo nas últimas duas décadas do século XIX, essencialmente devido ao crescimento das classes médias.

Ao contrário do que se passava na Europa do sul, na Europa do norte a industrialização, a urbanização e a crescente alfabetização da sociedade contribuíram

---

<sup>7</sup> ALMEIDA, 1991, pp. 23-25.

para o aparecimento de uma classe média forte e um operariado numeroso, dando origem a algumas clivagens sociais e a uma recusa da dependência face aos notáveis locais. Na realidade, a chamada política dos notáveis deu origem à política de massas. Esta mudança ocorreu primeiro em França na década de 1870, mais tarde em Inglaterra e no final do século no Império alemão e consistiu na alteração de uma política liderada pelas elites locais - aristocratas, homens de negócios, agentes da Igreja ou professores - para uma política em que a organização partidária mobilizava um largo número de eleitores: “*The old ad hoc electoral committees suitable to notable politics were replaced by permanent local party organizations*”<sup>8</sup>. Para Alan Kahan a década de 1880 marcou um momento de viragem, a aristocracia perdeu a predominância e os valores da sociedade industrializada e urbanizada enraizaram-se, surgindo uma renovada classe média com novos valores e atitudes que se refletiram na esfera política.

No caso da Europa do sul esta política e os fenómenos de caciquismo persistiram para além da centúria de oitocentos, já que não existiram os pressupostos verificados na Europa do norte. No sul a industrialização foi mais tímida, não houve um crescimento urbano assinalável e o analfabetismo continuou a grassar durante décadas, não assegurando a criação de uma opinião pública capaz de suportar partidos de massas.

O caciquismo foi perfeitamente identificado e criticado na época em Portugal, Espanha e Itália por grandes intelectuais como Oliveira Martins, Joaquin Costa e Gaetano Mosca que teorizaram sobre a sua influência nas eleições e na vida política em geral. As posições destes três pensadores foram muito bem trabalhadas num artigo publicado por Rui Ramos na revista *Análise Social*<sup>9</sup>.

Em Portugal, Oliveira Martins identificou dois tipos de caciques o proprietário e o burocrático. Martins considerava o caciquismo uma perversão da máquina eleitoral, no entanto, encarava o cacique proprietário como menos ilegítimo que o burocrático porque se apoiava na preponderância proprietária e não na “*ciganice política*”<sup>10</sup>. Para este intelectual as eleições não representavam a vontade dos eleitores em virtude da pressão exercida pela gente poderosa - proprietários, elementos da Igreja e agentes do Estado – aliás, afirmava taxativamente que “*O público português não tem opinião política nem partido*”. Os momentos eleitorais eram vistos com enorme indiferença e o

---

<sup>8</sup> KAHAN, 2003, p. 175.

<sup>9</sup> RAMOS, 2006.

<sup>10</sup> MARTINS, 1958, vol. III, pp. 151-152.

que fazia mover a máquina eleitoral era apenas o interesse<sup>11</sup>. As eleições estavam longe de espelhar a vontade coletiva. Segundo Martins, esta só poderia ser manifestada quando os cidadãos pudessem ser mobilizados por uma ideia comum e isso só acontecia em momentos excepcionais. Como os atos eleitorais eram frequentes deles não podia resultar nenhuma assembleia representativa onde estivesse expressa a vontade coletiva. Oliveira Martins defendia que o sistema representativo deveria assentar na organização social que não podia ser representada pelos indivíduos isoladamente, portanto, o que havia a fazer era mudar a forma dos atos eleitorais dando representação aos vários setores da sociedade.

Joaquin Costa entendia que o governo parlamentar em Espanha era um poder oligárquico que controlava a população através dos caciques locais, os terratenentes. Costa definiu cacique como um intermediário entre o Estado e o cidadão, sendo uma continuidade do Feudalismo, na perspectiva de relações de dependência entre indivíduos. Para este ilustre intelectual espanhol, os caciques não estavam interessados no bem comum, eram uns parasitas. O sistema de oligarquia e caciquismo impedia que os melhores governassem a Espanha, perpetuava-se uma relação de dependência pessoal que impedia a construção de uma verdadeira nação. A corrupção eleitoral atribuída aos caciques não podia ser combatida com reformas eleitorais mas com a criação de cidadãos independentes, capazes de lhes resistir. Costa não acreditava na lei, ela só era efetiva se existisse uma massa de cidadãos dedicados. Para romper com o caciquismo de nada serviam as leis, teria de haver uma ação do governo para libertar a sociedade.

Gaetano Mosca, tal como Costa, considerava que uma minoria controlava o governo em Itália. Não eram os cidadãos que elegiam os deputados, estes eram escolhidos através de negociações entre os grandes eleitores do sul e dos clubes patrióticos e sindicatos do norte. Para Mosca, isto só acontecia devido à falta de organização de grande parte da população. Pelo contrário, a minoria estava organizada e o argumento da vontade popular destinava-se a legitimar o governo da minoria.

Os três intelectuais concordavam em que as eleições e o poder político eram dominados pelos grandes caciques a quem definem como aqueles que tinham e exerciam o poder numa determinada área, onde controlavam uma vasta clientela, faziam a ligação entre o centro e a periferia e pervertiam o sistema eleitoral.

---

<sup>11</sup> IDEM, 1957, Vol. I, p. 276.

Na realidade, o cacique tinha de gerir interesses de vária ordem. Podemos dizer que o sistema clientelar que aquele encabeçava tinha, por um lado, dois grupos distintos, o núcleo familiar e os que dependiam diretamente do cacique; por outro lado, apoiava-se num tripé composto pela clientela, pela forma como o poder se redistribuía e nos próprios motivos da ação política que passavam pela lealdade, pelo compromisso ou a obrigação, colocados acima da ideologia ou da ligação a um partido.

O caciquismo não foi só criticado pelos intelectuais, ele também aparece retratado nos romances dos nossos escritores do século XIX - Eça de Queiroz, Camilo Castelo Branco ou Júlio Dinis – que exploraram nos seus romances o caciquismo político e a forma como os notáveis locais dominavam a vida política e cultural nos meios onde se movimentavam<sup>12</sup>. Estes romances retratam a imagem política do país e são um fresco da sociedade do Portugal oitocentista. Um dos aspetos a destacar nestas obras é a repulsa das comunidades locais pelos candidatos impostos pelo centro e a vitória do grande cacique local, por regra proprietário.

Como vimos fenómenos como o caciquismo e a liderança política dos notáveis locais estiveram generalizados em toda a Europa, existindo, contudo, diferenças importantes entre o sul e o norte. No sul do velho continente estes fenómenos tornaram-se mais persistentes e duradouros no tempo e foram perfeitamente identificados e criticados na época.

### **III. As elites e o caciquismo no contexto da Europa do sul: o caso espanhol**

Em Espanha esta temática tem sido amplamente trabalhada, a ponto de ser considerada uma verdadeira indústria<sup>13</sup>. Nestes estudos, o período da Restauração Borbónica até ao golpe de Primo de Rivera (1874-1923) é o que mais atenção tem merecido, já que foi neste ciclo político que se instituiu o rotativismo espanhol. É nesta conjuntura política que os historiadores têm desenvolvido muitos dos seus trabalhos, muito marcados por vários estudos de âmbito regional. Estas investigações têm em

---

<sup>12</sup> Veja-se as obras: *A queda de um anjo*, de Camilo Castelo Branco, *A morgadinha dos canaviais*, de Júlio Dinis ou *A ilustre casa de Ramirez*, de Eça de Queiroz. Existem ainda outros autores considerados menores do ponto de vista literário que importa citar, como Júlio Lourenço Pinto, um romancista naturalista, que nos deixou *O senhor deputado* e o conde de Ficalho que escreveu a novela *Uma eleição perdida*.

<sup>13</sup> MORENO LÚZON, 2006.

comum os seus objetos de estudo que passam, essencialmente, pelas elites políticas, os partidos, clientelas partidárias e o comportamento político em geral que José Varela Ortega sintetizou numa obra publicada em 2001, *El poder de la influencia. Geografía del caciquismo en España, (1875-1923)*.

Os trabalhos dos historiadores espanhóis documentam a existência de caciques bem implantados no terreno que encontram a origem e a base da sua influência num conjunto de fatores que passam pela família, património, atividade profissional, ligação a partidos, a cargos públicos ou a instituições associativas ou culturais.

A amplitude dos trabalhos no país vizinho é tal que eles ultrapassam a simples identificação e atuação política das elites locais e chegam mesmo a caracterizar a generalidade das elites de uma região, como é o caso de Castela através do monumental trabalho dirigido por Pedro Carasa Soto<sup>14</sup>. Nesta obra, para além de um dicionário biográfico dos parlamentares castelhano-leoneses, podemos identificar a origem do poder da elite castelhana e especialmente as suas dimensões sociais, chegando ao pormenor de caracterizar as elites de todas as províncias castelhanas, onde se destaca uma grande diversidade.

Como bem identificou Carasa Soto, o caciquismo serviu, por um lado, para que um pequeno grupo se impusesse, controlando o poder e servindo de ligação entre as elites e a restante sociedade. Por outro lado, o novo sistema jurídico-constitucional permitiu a convivência com uma cultura política tradicional que se tornou fundamental para fazer a transição para um novo sistema político que devia ter conduzido à democratização. No entanto, esta adaptação durante a Restauração Borbónica prolongou-se demasiado, nunca se alcançando aquele objetivo. O regime do turno que devia ter durado uma ou duas legislaturas prolongou-se meio século, marcando uma época<sup>15</sup>.

O Estado necessitava destas elites, eram elas que asseguravam o regular funcionamento das instituições na periferia, pelo que o poder central acorria sempre às suas necessidades alimentando-as.

Estas ideias, para além das obras já citadas, estão bem expressas em estudos sobre grandes caciques como o conde de Romanones, German Gamazo e Manuel

---

<sup>14</sup> CARASA SOTO (Dir.), 1997.

<sup>15</sup> VARELA ORTEGA, 2001 b), p. 177.

Burgos e Mazo. Os dois primeiros foram figuras de proa do Partido Liberal, liderado por Sagasta, e Burgos e Mazo do Partido Conservador, de Cánovas del Castillo. Todos são ícones de verdadeiros influentes.

Romanones, oriundo de Guadalajara, província de Castela La Mancha, onde a sua família tinha já grande preponderância, reinou sem contestação nesta região. Por ele passavam as candidaturas de deputados e a nomeação das autoridades locais. O seu êxito deveu-se à influência familiar, conseguindo ter do seu lado os elementos mais ativos das comunidades locais, à amplitude da sua fortuna, a herdada e a adquirida, e à rápida ascensão política que lhe permitiu liberdade de ação nos corredores do poder em Madrid. Criou à sua volta uma ampla rede de suporte, composta por elementos fiéis nos mais variados centros de decisão<sup>16</sup>.

Por seu lado German Gamazo foi rei e senhor em Valhadolid, em Castela e Leão. Gamazo, tal como Romanones, controlava a vida política de Valhadolid onde foi consecutivamente eleito durante anos como deputado. Também ele controlava os deputados a eleger, a nomeação das autoridades locais e estabeleceu uma ampla rede clientelar<sup>17</sup>.

Manuel Burgos e Mazo liderou o Partido Conservador em Huelva e também aí estabeleceu uma rede clientelar e um predomínio sem paralelo, manipulando o sistema administrativo de Huelva de acordo com os seus interesses e os dos seus apaniguados<sup>18</sup>.

Estes três exemplos provam a debilidade dos partidos e a sua dependência face aos notáveis locais, fundamentais para o controlo político na periferia face a um Estado ainda débil, mostrando uma Espanha muito diversificada politicamente com uma vida política complexa e com muitas lutas locais, muito longe de estar monopolizada pelos partidos Liberal e Conservador, como bem destacaram, Carlos Dardé e José Vicente Castillo Garcia. Dardé distingue claramente a vida política nacional da vida política local. Se na primeira os partidos tinham características próprias e quando chegavam ao poder atuavam de acordo com os seus princípios ideológicos, na segunda os alinhamentos alcançavam-se na base da confiança pessoal, pela tradição familiar, por ódios e rancores ou por puro oportunismo<sup>19</sup>. Já Castillo Garcia defende que os notáveis conservadores valencianos enfrentaram a política oficial de Madrid, negando a ideia de

---

<sup>16</sup> MORENO LÚZON, 1998, pp. 190-191.

<sup>17</sup> CALZADA DEL AMO, 2011.

<sup>18</sup> PEÑA GUERRERO, 1998.

<sup>19</sup> DARDÉ MORENO, 2003, pp. 259-260.

uma elite passiva e submetida aos ditames do centro, e adotaram uma série de estratégias para alcançar o controlo político da província<sup>20</sup>. Como refere Moreno Lúzon, na falta de estruturas coesas que enquadrassem a população no meio rural a política ficava nas mãos dos grandes caciques que jogavam com os laços de dependência pessoal<sup>21</sup>.

Romanones, Gamazo e Burgos e Mazo, apresentam algumas características comuns que sustentaram a sua afirmação como grandes caciques. Em relação à importância da família e do poder patrimonial para a afirmação política e liderança social, foi importante para Romanones e Burgos e Mazo, mas não teve peso para Gamazo. Este fez valer a sua atividade profissional para ter acesso a núcleos importantes de decisão política<sup>22</sup>. No entanto, os três compartilham a liderança de redes clientelares sólidas, grande capacidade de movimentação nos corredores do poder central e o domínio de todo o aparelho administrativo na periferia. Este último aspeto, segundo José Varela e Ortega, era a condição necessária para todas as formas de caciquismo, sobrepondo-se mesmo à capacidade económica ou à violência nos atos eleitorais<sup>23</sup>.

Apesar de tudo, estes dois últimos aspetos desempenharam um papel não negligenciável na vida política da Restauração espanhola. As investigações levadas a cabo nas últimas décadas mostram à saciedade como os atos eleitorais eram manipulados e a compra do voto estava presente. A maioria das vezes as eleições eram combinadas entre os caciques locais, evitando-se assim a violência e a incerteza do ato eleitoral. No entanto, as fraudes eleitorais eram comuns e a sua preparação começava logo na manipulação do recenseamento, passava pela nomeação de autoridades fiéis, pela compra do voto e mesmo por prisões arbitrárias<sup>24</sup>.

A fraude, a manipulação e a violência nas eleições está amplamente documentada em trabalhos como o de Francisco Javier Salmerón Giménez, de Sonsoles Gómez Cabornero e José Garcia Andrino<sup>25</sup>, ou mesmo nas obras já citadas de Moreno Lúzon, Esther del Amo e Peña Guerrero. No fundo, este período da Restauração prolonga, neste aspeto, as práticas que vinham de períodos anteriores, onde uma parte

---

<sup>20</sup> CASTILLO GARCIA, 2002, pp. 34-41 e 71-82.

<sup>21</sup> MORENO LÚZON, 1998, p. 191.

<sup>22</sup> CALZADA DEL AMO, 2011, p. 205.

<sup>23</sup> VARELA ORTEGA, 2001 a), p.429.

<sup>24</sup> IDEM, ibidem, p. 480.

<sup>25</sup> SALMERÓN GIMÉNEZ, 2000; GÓMEZ CARBONERO, 1999; GARCIA ANDRINO, 2011.



significativa dos caciques tinha iniciado a sua atividade política. Assim, em Huelva as redes clientelares da Restauração, fundamentais para o sucesso eleitoral, tiveram a sua origem na época isabelina. O próprio Cánovas aproveitou as influências das antigas elites moderadas e da União Liberal para consolidar o Partido Conservador em Huelva<sup>26</sup>. O mesmo aconteceu em Sória e Valhadolid onde os caciques locais ganharam experiência nos sufrágios do período isabelino<sup>27</sup>. O percurso político de German Gamazo foi enriquecido com a sua experiência no Sexénio Revolucionário<sup>28</sup>.

Ao estudar os atos eleitorais naturalmente que os investigadores também analisam o seu resultado e a concorrência eleitoral. O número de trabalhos nesta área também é significativo e têm em conta as alterações no sistema eleitoral, nomeadamente o alargamento do sufrágio em 1890, e o seu impacto na participação eleitoral. Na década de 90 do século XX produziram-se algumas investigações sobre esta matéria para as mais variadas regiões espanholas. É consensual a fraca participação eleitoral que se deve, em grande parte, aos pactos entre os partidos efetuados antes das eleições, conhecendo-se os resultados, a maior parte das vezes, antes do ato eleitoral. O sufrágio universal também não alterou este panorama. A desmobilização do eleitorado era uma realidade, principalmente no meio rural onde era mais fácil a manipulação do voto. Perante este cenário, efetuar um balanço da participação eleitoral pode revelar-se uma tarefa inútil já que os números não são fiáveis devido à falsificação das eleições e à manipulação do número de votantes ser uma prática comum. Apesar de tudo, este tipo de investigações continua a proliferar como provam os mais recentes trabalhos de José Maria Incauca Moros<sup>29</sup>.

As investigações sobre o caciquismo espanhol continuam a ser um terreno fértil, marcado pelo surgimento de novas interpretações que questionam algumas ideias consideradas consolidadas. Um estudo sobre uma comunidade rural na região da Biscaia, mostra-nos um dinamismo cívico mais ativo do que se supunha, contrariando a ideia generalizada de uma sociedade rural imóvel, muito marcada pelo catolicismo, onde os caciques dominavam a atividade política<sup>30</sup>. Nesta perspetiva, a obra de Salvador Cruz Artacho, *Andaluces contra el caciquismo*, procura desmontar a tese de que o caciquismo andaluz controlava as populações impondo a sua regra. Segundo o autor, na

---

<sup>26</sup> NÚÑEZ GARCIA, 2007, p. 229.

<sup>27</sup> CABALLERO DOMINGUEZ, 1985, pp. 217-252.

<sup>28</sup> CALZADA DEL AMO, 2011, pp.65-90.

<sup>29</sup> INCAUSA MOROS, 2004 e 2009.

<sup>30</sup> DELGADO CENDAGORTAGALARZA, 2008.

Andaluzia também existiram processos democratizantes e sinais de afirmação de uma cultura cívica.

Na realidade, a província da Andaluzia é frequentemente apresentada como sendo um dos terrenos mais férteis para a proliferação do caciquismo. Aqui predominava a aristocracia terra-tenente que não teria nenhuma dificuldade em controlar politicamente o campesinato ignorante, analfabeto e, principalmente, necessitado de trabalho. Esta ideia está bem presente numa obra clássica de Javier Tusset<sup>31</sup> e mais recentemente Maria Pilar Queralt del Hierro sintetizou estas ideias<sup>32</sup>. Segundo esta autora, na Andaluzia a oligarquia terra-tenente ou burguesa estava apegada às formas tradicionais de produção industrial e agrícola que bloquearam o crescimento económico da região. O seu estatuto económico e social permitiu-lhe controlar os partidos a nível local e estabelecer uma ampla rede clientelar, dominada por pequenos caciques locais que atuavam como pequenos reis nos espaços que controlavam<sup>33</sup>. Maria Antónia Peña Guerrero, na obra já citada, apresentou uma novidade face a este quadro, ao identificar, a par daquele tipo de cacique, o cacique empresário. Guerrero estudou a importância das companhias mineiras, controladas por ingleses, na região de Huelva e a sua entrada no jogo político. Estas companhias perceberam que só conseguiriam alcançar os seus objetivos se atuassem como verdadeiros caciques, pressionando deputados, usando a imprensa, persuasão junto do governo e nas alturas mais críticas a ameaça ao poder, obstaculizando mesmo a ação governativa. As companhias mineiras utilizaram as mesmas armas dos grandes caciques terratenentes e usaram a coação e a ameaça de despedimentos como arma política.

Perante este fenómeno, Peña Guerrero questionou a associação do caciquismo ao subdesenvolvimento agrário. Na realidade, para a autora, ele associa-se ao analfabetismo e dependência socioeconómica, seja qual for a sua área de implantação<sup>34</sup>.

A obra de Cruz Artacho, já citada, vem acrescentar algo mais ao questionar o pouco dinamismo e imobilismo do mundo rural. Artacho defende que houve reação do campesinato face ao caciquismo que canalizou o seu descontentamento para o apoio ao Partido Socialista e Partido Republicano. Ao analisar detalhadamente a origem do voto antidinástico verificou que ele não procedia, como tradicionalmente se pensava, dos

---

<sup>31</sup> TUSSET, 1976.

<sup>32</sup> QUERALT DEL HIERRO, 2009.

<sup>33</sup> IDEM, *ibidem*, pp. 36-39.

<sup>34</sup> PEÑA GUERRERO, 1998, pp. 272-273 e 284.

meios urbanos, mas sim dos meios rurais. Entre 1891 e 1923 60% dos votos de socialistas e republicanos vinham do mundo rural<sup>35</sup>. Aliás, Peña Guerrero já tinha percebido esta tendência de contestação ao cacique tradicional no princípio do século XX, identificando a sua origem na dificuldade dos patronos em distribuir benesses pelos clientes e as mudanças sociais que punham em causa as ideias conservadoras e tradicionais<sup>36</sup>. Esta situação levou a uma maior mobilização social no mundo rural, existindo ataques às propriedades, denúncias de fraude eleitoral e mesmo o crescimento do associativismo<sup>37</sup>.

Concluindo, os estudos sobre o caciquismo em Espanha dão-nos uma imagem bastante clara sobre este fenómeno e têm conclusões muito relevantes para o estudo que pretendemos efetuar. Destacamos cinco ideias chave. Em primeiro lugar, as investigações provam que a origem do poder dos notáveis locais se encontra na família, no património, na atividade profissional, na ligação a partidos ou a cargos públicos. Em segundo lugar, o Estado aceitava e promovia o poder das elites locais, das quais dependia para assegurar o regular funcionamento das instituições. Como terceira ideia nuclear realçamos o amplo estabelecimento de redes clientelares, horizontais e verticais, que permitiam dirigir todas as instituições locais e controlar os eleitores. Em quarto lugar, as características próprias da luta partidária na periferia que estava longe de ser monopolizada pelos partidos Liberal e Conservador, antes se baseava em estratégias próprias, confiança pessoal, tradições familiares ou mesmo em desavenças pessoais. Finalmente, em quinto lugar, a generalização das fraudes e da manipulação do voto nos atos eleitorais, havendo contudo, segundo as novas interpretações, alguma reação ao caciquismo tradicional.

#### **IV. A investigação sobre as elites e o caciquismo no Portugal oitocentista**

Em Portugal as investigações sobre elites locais têm sido direcionadas essencialmente para o estudo das elites municipais e foram impulsionadas pelos trabalhos de António Manuel Hespanha e Joaquim Romero de Magalhães, escritas ainda na década de 80. Estes dois autores estimularam a produção de trabalhos nesta área,

---

<sup>35</sup> CRUZ ARTACHO, 2012, p. 39.

<sup>36</sup> PEÑA GUERRERO, 1998, p. 418-419.

<sup>37</sup> CRUZ ARTACHO, 2012, pp. 64-65.

nomeadamente os de José Viriato Capela para a região do Minho. É reconhecido ao poder municipal de Antigo Regime alguma vitalidade que não estaria dissociada das elites locais que exerciam esse poder, um grupo procedente do estrato dos homens bons que comandavam os concelhos, denominados «gente da Governança» e que desde os finais do século XVI se passou a intitular a nobreza das terras. A vida política local e a própria história dos municípios dependiam deste grupo, pois exerciam o poder sobre a comunidade, tendo a clara conivência do poder central, já que as leis existentes permitiam, ano após ano, a manutenção, num grupo restrito, dos principais cargos de âmbito municipal. O poder político estava impregnado de uma conceção aristocratizante e os principais cargos públicos estavam destinados a uma minoria definida pelo seu estatuto, riqueza ou origem familiar. As elites monopolizavam os cargos do poder local já que, segundo o pensamento da época, os membros destas famílias, nobres e ricos, davam garantias de isenção e independência no desempenho das suas funções, para além de possuírem uma autoridade natural.

As investigações sobre elites locais estão, desta forma, intimamente ligadas ao estudo dos municípios, existindo outros excelentes trabalhos para o período da Monarquia Absoluta, que contribuíram para um melhor conhecimento dos espaços políticos locais. As investigações existentes permitem esboçar a imagem de um poder municipal oligárquico, embora não exista um quadro uniforme.

A Revolução Liberal modificou profundamente os mecanismos de acesso ao poder, estabelecendo novos critérios de avaliação social, em que a riqueza e o mérito se vieram sobrepôr à nobreza de sangue e à hereditariedade. Um dos princípios básicos do novo regime era a igualdade dos cidadãos perante a lei. Contudo, ao abrigo da Carta Constitucional foram estabelecidos critérios económicos para definir a capacidade eleitoral dos cidadãos, criando-se assim uma desigualdade política. Esta assentava na ideia de que um certo nível de riqueza conferia ao indivíduo independência de opinião e, ao mesmo tempo, criava ligações de interesse à coisa pública. Só os indivíduos nestas condições deviam votar, ao contrário daqueles que nada possuíam. A limitação eleitoral através do censo tinha o objetivo de restringir a atuação política das massas radicais sem formação política. De qualquer forma, o Liberalismo diferenciava-se do Antigo Regime, onde a capacidade eleitoral era definida a partir do estatuto social.

Os estudos já realizados para o Liberalismo focam mais uma vez o poder municipal, analisando a origem social dos seus membros e evolução financeira dos

concelhos, mas raramente se debruçam sobre a atuação política dos notáveis locais. Uma das conclusões centrais destes estudos é que existiu alguma renovação das elites entre o Antigo Regime e o Liberalismo, embora sem grandes ruturas, com a exceção de Lisboa onde a renovação foi total.

Mas em todos estes trabalhos o estudo do caciquismo, a influência política das elites, o funcionamento do sistema político e a relação entre centro e periferia é completamente negligenciada.

A primeira abordagem ao caciquismo e às eleições oitocentistas foi feita na década de 1980 num artigo da autoria de Pedro Tavares de Almeida e José Manuel Sobral<sup>38</sup>. Este artigo debruçou-se sobre as eleições de 1901, envolvidas numa conjuntura de crise política, e procura, pela primeira vez, uma leitura dos resultados eleitorais baseados na ação e importância dos caciques em todo o sistema político. Ainda na mesma década, Tavares de Almeida voltou ao tema com o estudo dos comportamentos eleitorais em Lisboa<sup>39</sup>, mas, desta vez, com uma análise mais abrangente entre 1878 e 1910 onde procura avaliar as funções das eleições no sistema político da Monarquia Constitucional e que, para o autor, basicamente são três: legitimação do poder; seleção e recrutamento das elites políticas e o controlo social. Já no início da década de 1990, Tavares de Almeida volta à carga desta vez com uma obra de maior fôlego<sup>40</sup>. *Eleições e caciquismo no Portugal oitocentista (1868-1890)* analisa o sistema eleitoral português no período considerado, desde as normas e procedimentos eleitorais, passando pelo alcance político das principais reformas eleitorais, as eleições e o papel do caciquismo, procurando demonstrar a ação dos partidos, como se «fabricavam» as eleições e, finalmente, a geografia das eleições parlamentares, onde nos são apresentados dados sobre a participação e concorrência eleitoral. É uma obra de referência para quem estuda o caciquismo em Portugal, não só pela novidade do objeto de estudo mas pelo volume e importância dos conhecimentos divulgados. No entanto, é uma investigação generalista que abarca grandes números para o todo nacional, não se debruçando sobre a ação e atuação específica dos caciques.

A dedicação de Pedro Tavares de Almeida aos temas sobre o caciquismo, o funcionamento do sistema eleitoral e a intervenção pública das elites deram à luz outros

---

<sup>38</sup> ALMEIDA E SOBRAL, 1982, pp. 649-671.

<sup>39</sup> ALMEIDA, 1985.

<sup>40</sup> IDEM, 1991.

trabalhos de grande importância para melhor conhecermos o Portugal político do século XIX, não só através da divulgação de fontes<sup>41</sup>, mas também de um estudo sobre a elite política na construção do Estado Liberal<sup>42</sup> e mais recentemente com uma obra comparativa dos sistemas eleitorais e parlamentares em Espanha e Portugal<sup>43</sup>.

Outra forma de estudar a influência dos notáveis locais é a produção de biografias, como, já nos anos de 1990, José Amado Mendes defendia<sup>44</sup>. Também nesta área se têm produzido algumas investigações permitindo ter melhor conhecimento sobre a atuação política de alguns vultos do Liberalismo oitocentista, mas, mais uma vez, os objetos de estudo são grandes figuras nacionais optando-se por estudar os grandes temas políticos. No entanto, são obras preciosas para quem estuda o caciquismo, pois ajudam a enquadrar muitas questões e trazem à luz novas abordagens. Os estudos de personagens com grande protagonismo nos acontecimentos políticos como o duque de Ávila e Bolama, Fontes Pereira de Melo ou João Franco<sup>45</sup> são fundamentais para o conhecimento de uma época e para percebermos como a sua atuação estava dependente de inúmeros apoios dos notáveis locais espalhados pelo país. Mais recentemente estes estudos sobre grandes interventores na vida pública continuam a proliferar como são os casos de Mariano Cirilo de Carvalho, Manuel Pinheiro Chagas, José Estêvão Coelho de Magalhães, Rodrigo da Fonseca Magalhães ou mesmo o estudo de ligações entre a política e os negócios, centrado na figura de Eugénio de Almeida<sup>46</sup>.

Resumindo, os estudos já realizados privilegiam as biografias de grandes vultos nacionais e os notáveis locais, enquanto atores nas estruturas municipais. No entanto, relativamente a estes pouco realce se deu à sua intervenção política, ao seu papel de caciques como controladores de clientelas locais ou «fazedores» de eleições, à sua intervenção na construção do Estado liberal, às relações entre o centro e a periferia ou mesmo a integração da sua ação no quadro dos partidos existentes. Podemos afirmar que os estudos sobre caciquismo são praticamente inexistentes e as abordagens feitas têm-se centrado na análise do sistema eleitoral, na alusão genérica à importância dos caciques, ou na divulgação de fontes, nomeadamente de correspondência entre notáveis, mas não existe nenhum estudo de caso em Portugal.

---

<sup>41</sup> IDEM, 2001.

<sup>42</sup> IDEM, 1995.

<sup>43</sup> IDEM e MORENO LÚZON (coord.), 2012.

<sup>44</sup> MENDES, 1992.

<sup>45</sup> Ver: SARDICA, 2005; MÓNICA, 1999 e RAMOS, 2001.

<sup>46</sup> Ver: FERNANDES, 2010; HOMEM, 2012; SILVA, 2009; BONIFÁCIO, 2013 e SARDICA, 2005.

## **V. Motivos para o estudo do caciquismo beirão centrado nos Vaz Preto e Tavares Proença: enquadramento, problemas de investigação, objetivos e plano do trabalho.**

Como já tivemos oportunidade de realçar, os Vaz Preto e os Tavares Proença são apresentados como «donos» políticos do distrito de Castelo Branco, com fortes apoios nos corredores do poder central e a eles eram atribuídas a viciação das eleições e o domínio sobre as instituições políticas da periferia - nomeadamente o governo civil e as câmaras municipais. Eram também considerados como gestores de grandes clientelas que alimentavam com inúmeros favores. Esta realidade foi amplamente retratada pela imprensa regional, em junho de 1896 escreveu o jornal *A Defesa da Beira*: “*Quem conhecer bem a política de Castelo Branco, onde nunca se soube da existência de outros partidos políticos, que não fossem brancos e pretos, únicos partidos extremados, opostos, bem definidos e bem caracterizados pelas suas lutas eleitorais, pela perseguição ferrenha dos de cima contra os de baixo, onde a passagem de regenerador para progressista ou para constituinte, ou vice-versa, nunca significou mudar a casaca com tanto que se continuasse a ser branco ou preto*”. Para o periódico as duas forças políticas tinham os mesmos objetivos e a mesma forma de atuação: “*a perseguição aos contrários e a proteção escandalosa aos correligionários, a intransigência feroz e exclusivista, e o desejo ambicioso de preponderância política própria dos chefes*”<sup>47</sup>.

Apesar de Manuel Vaz Preto (1828-1902) e Francisco Tavares de Almeida Proença (1853-1932) corporizarem esta luta política, ela tem raízes nos seus progenitores, João José Vaz Preto Geraldês (1801-1863) e Francisco Tavares de Almeida Proença (1798-1872). Estes desempenharam vários cargos no regime liberal: deputados, senadores, pares do Reino, governador civil, no caso de João José, tendo Tavares Proença chegado a ministro do Reino em 1847.

Até 1851 não se conhecem divergências políticas entre João José Vaz Preto e Tavares Proença (pai), mas a Regeneração, como veremos, significou a rutura entre as duas famílias com cada uma a seguir caminhos políticos diferentes. Começava aqui a verdadeira «guerra» política, rivalidade que os seus filhos construíram e alimentaram por largos anos.

---

<sup>47</sup> Jornal *A Defesa da Beira*, n.º 134, de 21 de junho de 1896.

Manuel Vaz Preto seguiu as pisadas políticas do pai e foi um temível parlamentar. A sua ascensão política iniciou-se com a eleição para deputado em 1861, prosseguindo com a elevação ao pariato, por sucessão, em 1864. Constituiu um forte grupo de apoiantes no distrito e fora dele, conhecidos, como vimos, por *pretos* ou por *amigos* de Vaz Preto. Francisco Tavares de Almeida Proença era mais novo, e após a morte do pai herdou o seu vasto património, tinha então 19 anos. A sua aparição nos negócios políticos deu-se no final da década de 1870, numa fase ainda de grande indefinição, tendo como único motivo fazer frente a Manuel Vaz Preto no distrito de Castelo Branco.

Apesar de Tavares Proença e Vaz Preto serem apresentados como exemplos, quase únicos, de grandes caciques em Portugal, não há nenhum estudo sobre a sua real influência no sistema político-eleitoral, embora exista documentação, alguma mesmo publicada desde as décadas de 1960 e 1970<sup>48</sup>.

Como já tivemos oportunidade de demonstrar, em Espanha estas investigações estão muito disseminadas. Pelo contrário em Portugal não se encontra estudado o modo de atuação dos caciques. Por conseguinte, esta investigação pode dar um contributo para melhor se conhecer esta realidade negligenciada pela historiografia portuguesa.

O estudo que se apresenta pretende, todavia, ser algo mais do que uma mera história regional ou um estudo biográfico dos grandes notáveis já citados. Tem a ambição de, partindo da esfera local, analisar o funcionamento do sistema político que esteve vigente no nosso país entre 1851 e 1910. Para se atingir este propósito, é importante dar atenção à ação política individual, a qual é fundamental para perceber a evolução das sociedades, não só devido à crescente importância do protagonismo político dos indivíduos, promovida pelo Liberalismo, mas também porque, no caso dos grandes influentes, eles constituíram uma peça-chave no funcionamento daquele sistema. No fundo, tentaremos perceber como o modelo político da Regeneração se implementou no país, tendo em conta três vertentes: primeira, a forma como as elites locais interpretaram aquele modelo e as relações que estabeleceram com os agentes políticos na capital e com o próprio poder central; segunda, as relações que os grandes notáveis mantiveram com as comunidades e com os caciques de menor importância;

---

<sup>48</sup> Veja-se os trabalhos de José Lopes Dias, citados na bibliografia, sobre o arquivo de Tavares Proença, publicados na *Revista Estudos de Castelo Branco. Revista de História e Cultura*.



terceira, a maneira como se relacionaram com os órgãos periféricos do Estado liberal e com os poderes locais.

Nesta perspetiva, o modo de atuação dos grandes influentes nas instituições a que pertenceram, como as Câmaras dos Pares e dos Deputados, as organizações políticas que patrocinaram de âmbito regional e por vezes nacional, as relações pessoais que estabeleceram nos vários palcos de atuação e a defesa dos seus interesses pessoais e coletivos, como representantes de uma elite regional, permitem-nos estudar a inserção social e política da elite dirigente e levam-nos à compreensão da forma como o poder se estruturava no Portugal da monarquia constitucional.

Os caciques em estudo são notáveis regionais, desenvolveram lideranças fortes, capazes de integrar politicamente os eleitores e, embora enquadrados no sistema liberal, revelaram alguma autonomia na ação política, sendo fundamental perceber que tipo de ligação existia entre o centro e a periferia ou a relação entre os caciques e os partidos, se é que podemos falar em estrutura partidária a nível local. Segundo Rui Ramos ela existia no final do século XIX e nenhum governo ganhava as eleições sem o apoio de um partido. Todavia, o mesmo autor reconhece que estes partidos, principalmente na província, eram uma coutada de uma série de famílias que passavam a influência entre gerações<sup>49</sup>. Como vemos, há uma certa ambiguidade sobre a ação dos partidos ou dos notáveis que os representavam, fruto da falta de conhecimento sobre este assunto, sendo muito natural que os notáveis locais tenham tido maior influência política do que aquela que aparentemente lhes é atribuída. Perante estes pressupostos, o estudo da atividade política, o papel das individualidades e das elites podem e devem ser estudados.

Fruto da sua ação política, estes caciques estavam investidos de um elevado poder de representação das comunidades que dirigiam e possuíam grandes clientelas, através do seu poder criavam grandes domínios políticos, visíveis no momento das eleições, convertendo-se em intermediários entre o poder central e a periferia. Partindo deste princípio, tentaremos demonstrar como o caciquismo se tornou num elemento inerente ao modelo político português oitocentista e como o seu estudo nos pode permitir identificar características essenciais do sistema político tão significativas como as que resultam da análise dos momentos eleitorais, da escolha dos governadores civis ou do controlo das câmaras municipais. O estudo do poder destes influentes de importância regional e a sua inserção no conjunto da sociedade oitocentista certamente

---

<sup>49</sup> RAMOS, 1994, pp. 115-116.

que nos dará pistas preciosas para conhecer e compreender a estrutura interna do poder que sustentou o sistema liberal português durante a Monarquia Constitucional, numa zona do país que espelha uma parte significativa do território nacional: ruralizada, culturalmente atrasada e fortemente conservadora, onde os laços de dependência típicos de Antigo Regime perduravam, apesar de existirem duas cidades com alguma importância, como eram Castelo Branco, centro político-administrativo relevante, onde predominavam os grandes proprietários agrários, e a Covilhã, polo económico importante, onde a indústria dos lanifícios tinha um papel de destaque, com um grupo de industriais politicamente ativos e interessados no desenvolvimento económico.

Mas não são só as individualidades que importa analisar, o alargamento do campo de investigação leva-nos a conhecer um pouco melhor o que são os partidos de notáveis, como se enraizaram, que métodos de recrutamento possuíam, como se organizavam e qual a geografia da sua influência eleitoral, dentro de uma sociedade que ainda dependia muito de patrocínios para vingar política e socialmente.

Assim, esta tese procura responder fundamentalmente a duas grandes questões: qual a origem do poder de um cacique? E como funcionava o sistema político da Regeneração na periferia e que papel nele desempenharam os grandes influentes e as elites locais?

Para além de se pretender dar resposta a estas questões genéricas é nosso objetivo responder a outras perguntas mais específicas, nomeadamente: 1) Qual a origem do poder político, social e económico das famílias Vaz Preto e Tavares Proença? 2) Como se enquadraram no sistema político-partidário de oitocentos? 3) Como nasceram e evoluíram politicamente o partido preto e partido branco? 4) Qual o tipo de relação que estabeleceram com o poder central? 5) Como estruturaram e exerceram o seu poder no distrito de Castelo Branco? 6) De que forma constituíram, alimentaram e controlaram as redes clientelares? 7) Como se comportaram nos momentos eleitorais? 8) Qual o impacto das alterações legislativas eleitorais no poder dos caciques? 9) Quais as especificidades da luta política local? 10) Quais as características do comportamento eleitoral? 11) Qual a geografia da influência destas duas tendências políticas no distrito? Finalmente, 12) No começo do século XX o sistema monárquico estava em crise no distrito de Castelo Branco? Quais eram as características dessa crise?

Um estudo desta natureza tem de definir de uma forma muito clara o espaço e o tempo que irá abranger. No que diz respeito ao espaço iremos confiná-lo ao distrito de Castelo Branco já que era a área que coincidia com a influência política efetiva de pretos e brancos. Na realidade, era aqui que desenvolviam grande parte da sua preponderância política, onde manifestavam todo o seu poder e onde tinham as suas clientelas. No entanto, não deixarão de ser tidas em conta as reais influências fora do distrito, nomeadamente nos corredores do poder, as ligações familiares e políticas que extravasavam largamente este perímetro.

Em relação ao âmbito cronológico da dissertação ela abarca o período pós-Regeneração até à implantação da República. A Regeneração significou o início das divergências entre estas duas famílias, podendo-se chamar a essa fase a pré-história do partido preto e partido branco. Desta forma, iniciamos este estudo em 1852, ano do ato adicional da Carta Constitucional, altura em que as divergências entre os Vaz Preto e Tavares Proença ficaram mais nítidas. A data de término será a da implantação da República, significando este acontecimento o fim de um período político e portanto outro ciclo de análise diferenciado. Optámos por prolongar a análise até 1910 apesar de Manuel Vaz Preto ter falecido em 1902. O seu desaparecimento não significou o fim dos pretos como grupo político, tendo os seus membros seguido caminhos diferenciados.

Relativamente à sua estrutura a tese está dividida em duas partes, a primeira dedicada a analisar a implantação económica e social e as redes de influência das famílias Vaz Preto e Tavares Proença a nível regional, não esquecendo a capacidade de intervenção junto das forças políticas nacionais e do poder central. A segunda parte será dedicada ao estudo da disputa política entre as duas facções locais, pretos e brancos, dando especial destaque às particularidades da vida política regional.

A primeira parte está organizada em três capítulos. No primeiro será estudada as origens da notabilidade e do património familiar, a dimensão das fortunas e a base em que assentavam. Será ainda tida em conta a forma como estas famílias construíram redes de influência no distrito e como estabeleceram relações com as altas individualidades políticas nos centros de decisão na capital, fundamentais para a sua inserção na vida partidária oitocentista. Com a informação contida neste capítulo conseguiremos perceber o verdadeiro alcance social, económico e político que os Vaz Preto e Tavares Proença alcançaram no século XIX, o que será fundamental para se

poder enquadrar toda a sua ação política, capacidade de intervenção a nível regional e nacional, dando-lhes a dimensão de grandes caciques, reconhecida mesmo na época.

O segundo capítulo fará um retrato da atuação política dos patriarcas das duas famílias, João José Vaz Preto e Francisco Tavares de Almeida Proença (pai) e da ascensão do primogénito do primeiro, Manuel Vaz Preto. Trata-se de uma abordagem importante para se compreender como foi construída a ascensão política dos Vaz Preto e Tavares Proença desde os anos de 1840, as suas ligações e envolvimento nas várias tendências do liberalismo português oitocentista e como Manuel Vaz Preto herdou o legado do seu pai nos anos de 1860 e 1870. Esta análise torna-se preciosa para percebermos a crescente influência regional obtida no período de construção do Estado liberal, necessitando este de notáveis de confiança na periferia capazes de enquadrar politicamente as elites locais e assumir determinadas tarefas que um Estado ainda incipiente não conseguia cumprir, nomeadamente ao nível do poder periférico em tarefas elementares como os recenseamentos eleitorais ou o recrutamento militar, sendo armas eleitorais usadas pelos caciques.

Para fechar a primeira parte desta dissertação, o terceiro capítulo terá a função de explicar a inserção e evolução de Manuel Vaz Preto e de Francisco Tavares de Almeida Proença (filho) no quadro partidário da segunda metade de oitocentos até à implantação da República. É o período de grande afirmação política de Manuel Vaz Preto, com grande protagonismo na Câmara dos Pares, no apoio a Fontes Pereira de Melo até 1875 e na refundação do Partido Constituinte em 1879 com José Dias Ferreira, não tendo rival a nível regional após a morte de Tavares Proença (pai), sendo o filho deste ainda bastante novo para se poder afirmar nas andanças políticas, fazendo apenas a sua aparição no final da década de 1870.

A segunda parte está estruturada em quatro capítulos que têm a função de caracterizar as especificidades da política regional e os contornos que a envolvia. No capítulo quatro estudaremos como os patriarcas, João José Vaz Preto e Tavares Proença (pai) constituíram as suas fações políticas, dando início à estruturação do partido preto e partido branco e como o filho do primeiro foi, após a morte do pai, criando o seu próprio espaço. É um capítulo importante deste estudo, pois aqui percebemos as origens destas duas tendências beirãs, a estruturação das redes de influência local e as ligações às grandes tendências nacionais. De sublinhar a afirmação de Manuel Vaz Preto a partir do final dos anos de 1860 e a edificação de um partido regional por si liderado.

No capítulo seguinte, o quinto, analisaremos como os primogénitos institucionalizaram estas tendências e como elas se foram consolidando. É a fase de grande predomínio de Manuel Vaz Preto, o seu grupo político dominava as eleições no distrito, e da lenta ascensão de Tavares Proença (filho) que terá de enfrentar um adversário poderoso. As lutas eleitorais têm neste capítulo uma grande relevância. Serão analisadas as fraudes as coações e as violências nos momentos dos atos eleitorais, dando especial destaque à ação e formas de atuação dos caciques locais.

O capítulo sexto será dedicado à fase da maturidade política dos dois blocos, como conviveram, as lutas políticas que travaram e os acordos políticos que negociaram. Assistiremos a um período de pactos políticos, indo ao encontro das práticas eleitorais estabelecidas pela legislação eleitoral de 1884, surgindo um novo elemento que vai baralhar a estrutura política regional e reestruturar as alianças políticas: João Franco. Tavares Proença beneficiou desta conjuntura aproveitando-a para redefinir o seu espaço político graças às alianças com o homem do Alcaide, beneficiando também do ocaso de Manuel Vaz Preto.

Finalmente, o sétimo capítulo estuda a última fase da Monarquia Constitucional, culminando com a proclamação da República. A morte de Manuel Vaz Preto, em 1902, fez de Tavares Proença o grande influente regional, embora isso não significasse a morte dos pretos. O legado político do morgado da Lousa continuou vivo praticamente até ao fim da monarquia, sendo várias vezes invocado pelos adversários de Tavares Proença. Este por sua vez assumiu-se um adepto do franquismo, trazendo-lhe esta opção enormes dissabores junto do Partido Progressista. Após o regicídio Tavares foi um fiel defensor da monarquia, aliando-se às correntes mais conservadoras, e esteve na primeira linha na luta que se desencadeou entre os dois blocos monárquicos, o conservador e o liberal, numa zona do país onde os republicanos não são visíveis e a estrutura do Partido Republicano é praticamente inexistente. Este embate político entre monárquicos a par das repercussões da legislação eleitoral de 1901 no poder dos caciques locais representa uma parte importante deste capítulo.

## VI. Fontes e metodologia

Para a concretização deste estudo foi necessário cruzar informação de diferentes origens pelo que importa esclarecer a metodologia seguida. Após a leitura dos trabalhos já realizados em Espanha, onde se beberam informações preciosas sobre as metodologias utilizadas pelos investigadores espanhóis, e escarpelizar a bibliografia portuguesa disponível, ficou claro que determinadas fontes, manuscritas e impressas, seriam fundamentais, nomeadamente: documentação oficial de vária ordem, desde informação eleitoral, relatórios dos governadores civis, intervenções nas câmaras dos Deputados e dos Pares; livros e opúsculos publicados na época; jornais, locais e nacionais, e correspondência privada, de uma importância basilar para este tipo de estudos.

Percebendo que estávamos perante duas famílias altamente influentes na Beira Baixa, do ponto de vista político, económico e social, a primeira preocupação foi tentar compreender a sua verdadeira dimensão económica. Para a determinar foram imprescindíveis levantamentos já feitos para outras investigações<sup>50</sup> e consultar vários estudos já realizados com referências a estas personagens e ao meio económico da Beira Baixa<sup>51</sup>, determinando assim o volume das suas propriedades e a extensão da sua riqueza. No entanto, depressa se viu que estas informações não eram suficientes e que o trabalho deveria ser mais aturado no sentido de perceber a origem de tamanhas fortunas. Neste desiderato, a consulta dos registos vinculares depositados no Arquivo Nacional Torre do Tombo permitiu alcançar esse objetivo. Os processos de registo de vínculos, produzidos na sequência da lei de 30 de julho de 1860, fornecem informação preciosa sobre o património e os rendimentos ao dispor destas famílias e através dos vários documentos de suporte de prova percebe-se as origens de tão vastos domínios.

De seguida as atenções foram voltadas para a grande dimensão política destas personagens pelo que o passo seguinte foi fazer o levantamento e a leitura atenta das intervenções parlamentares nas câmaras dos Deputados e dos Pares, publicadas e com acesso *online*, o que muito facilitou a recolha, e a leitura dos jornais regionais que expressam as vicissitudes políticas locais. Aqui deparámo-nos com algo que já era

---

<sup>50</sup> POUSINHO, 2004.

<sup>51</sup> AZEVEDO, 2010; ESTEVES, 2008; MARTINS, 1986, 2005 e 2010; FONSECA, 1996 a); SILBERT, 1978 e CABRAL, 1974.

esperado, o volume de informação sobre a família Vaz Preto era muito maior do que a de Tavares Proença. Tanto João José como Manuel Vaz Preto, principalmente este último, foram parlamentares assíduos e interventivos o que permitiu seguir o seu pensamento e percurso político. Em relação aos Tavares Proença as participações do patriarca foram mais escassas, mas mesmo assim bastante esclarecedoras e em número suficiente para se poder aquilatar da sua posição e evolução no panorama político-partidário até à sua morte, em 1872. Já em relação ao filho, Francisco Tavares de Almeida Proença só aceitou ser Par em 1905 e praticamente não interveio na Câmara Alta, sendo esta lacuna suplantada pela leitura da imprensa e por uma vasta correspondência privada.

Os jornais locais surgiram na década de 1860 e aumentaram a sua circulação a partir do final dos anos de 1880. Destacamos naquela década os jornais *Estrela da Beira*, de Alpedrinha, e *Sentinela da Liberdade*, da Covilhã. Nas de 1880 e 1890, os periódicos albicastrenses *Correio da Beira* e *A Defesa da Beira* e, no início do século XX, o *Notícias da Beira*, o *Districto de Castelo Branco* e, na Covilhã, o *Correspondência da Covilhã*.

Se a imprensa regional se revelou fundamental, não só para a análise dos períodos eleitorais mas também para contextualizar a ação política dos vários intervenientes, como expusemos atrás, os jornais nacionais não podiam ser negligenciados, pois sendo o distrito de Castelo Branco bastante ativo politicamente as notícias e as apreciações dos repórteres sobre esta zona do país, nomeadamente nos períodos eleitorais, eram bastantes frequentes. Assim a consulta de jornais como *A Revolução de Setembro*, *O Progresso*, *Diário Ilustrado*, *Diário da Manhã*, jornal financiado por Manuel Vaz Preto e a sua voz na capital, e mesmo de jornais humorísticos como *A Lanterna Mágica* ou o incontornável *O António Maria*, foram fundamentais para este estudo.

A correspondência privada desempenha um papel nuclear neste trabalho devido à forma como nos mostra os bastidores das negociações políticas, o que nos permite clarificar vários períodos desta dissertação. O arquivo de Rodrigo da Fonseca Magalhães, depositado na Biblioteca Nacional de Lisboa, dispõe de cartas trocadas com alguns ilustres albicastrenses e entre eles estão João José Vaz Preto e Francisco Tavares de Almeida Proença (pai). Estas missivas são fundamentais para esclarecer uma parte da atuação política dos patriarcas nos anos de 1840, período da sua afirmação política a

nível nacional e local. Já para os anos seguintes dispomos do acervo Ávila e Bolama, à guarda do Arquivo Nacional Torre do Tombo, que contém alguma correspondência dos anos de 1860 que clarifica a atuação da elite covilhanense. O espólio de Luciano de Castro, depositado no mesmo arquivo, parcialmente publicado<sup>52</sup>, revelou-se precioso para a parte final do século XIX, já que conserva várias cartas de personagens beirãs protagonistas desta tese, para além de Manuel Vaz Preto e Tavares Proença, bem como outras publicações com troca de correspondência, nomeadamente sobre as eleições de 1881 e 1901<sup>53</sup>. A parte mais significativa e mais importante, pela dimensão e pela riqueza, está reservada para o arquivo da família Tavares Proença. Esta documentação contém correspondência recebida de várias personalidades pela referida família desde os anos de 1850 até à década de 1920 e, como já fizemos referência, uma parte significativa está publicada. O espólio não publicado foi gentilmente disponibilizado pela família e complementa a informação já facultada ao público. Esta fonte permite traçar a teia de relações políticas de Tavares Proença, o seu pensamento político, colmatando a ausência de intervenções desta personagem na Câmara dos Pares, já referida atrás, e desvendar o Portugal político na periferia: os jogos políticos, as relações pessoais, as negociações, as trocas de favores, as desilusões, enfim, as particularidades da vida política regional, sendo talvez este um dos grandes contributos desta dissertação.

Após percebermos a inserção das famílias no quadro político partidário de oitocentos procuramos avaliar a sua verdadeira influência política nos palcos em que era possível fazer esse levantamento: no domínio das câmaras municipais, nas nomeações dos governadores civis, os deputados eleitos pelo distrito e a sua atuação política nos momentos eleitorais. No que diz respeito às câmaras municipais apresentaram-se algumas limitações na investigação. Teria sido interessante perceber de forma mais desenvolvida que forças políticas compunham as câmaras municipais, mas esse trabalho depressa se revelou ciclópico pois estamos perante vários concelhos e seria impossível, pelo volume de informação e a dificuldade em obtê-la, realizar o levantamento de todas as vereações e associá-las às várias tendências. Esta tarefa só foi possível efetivá-la, em parte, para o final do século XIX e para o princípio do século XX, quando os jornais locais passaram a informar sobre a linha política das vereações eleitas, algo que não temos nas décadas anteriores a 1880. Em relação aos governadores civis as listas

---

<sup>52</sup> MOREIRA, 1998.

<sup>53</sup> ALMEIDA, 2001.



publicadas com os nomes de quem exerceu a função facilitaram a investigação, mas em relação aos deputados a pesquisa foi mais morosa, já que tivemos de nos socorrer das atas das Comissões de Verificação de Poderes, publicadas nas atas das sessões da Câmara dos Deputados, e na sua ausência consultar os processos eleitorais depositados no Arquivo Histórico Parlamentar e mesmo a imprensa local que, muitas vezes, publicava os resultados, o nome e a tendência política dos deputados escolhidos. Após este passo seguiu-se a associação dos deputados e governadores civis às linhas políticas nacionais e a sua ligação ou não às tendências locais. Já sobre a atuação política nos momentos eleitorais a correspondência privada, já publicada e inédita, revelou-se verdadeiramente fulcral para a perceção do clima político entre os vários agentes, sendo complementada pela imprensa local e regional. Mas, existem ainda outras fontes a não descurar, mais especificamente: os relatórios das autoridades, nomeadamente dos governadores civis, depositados no arquivo do Ministério do Reino do Arquivo Nacional Torre do Tombo; os processos eleitorais armazenados no Arquivo Histórico Parlamentar que nos dão muito mais do que os resultados, pois permitem-nos consultar os cadernos eleitorais, as atas de eleição e mesmo os protestos verificados. Finalmente, esta última documentação a par da imprensa, das informações contidas nas Comissões de Verificação de Poderes, de algumas publicações oficiais<sup>54</sup> e dos estudos já realizados<sup>55</sup>, permitiram avaliar os resultados das eleições, os níveis de participação e a dimensão do corpo eleitoral, aspetos fundamentais quando se estuda o caciquismo.

---

<sup>54</sup> *Anuario da Direcção Geral de Administração Política e Civil*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1889-1909; *Anuario Estatístico de Portugal (1884-1886)*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1886-1890 e *Censo eleitoral da metrópole. Dados referentes ao Regime Absoluto, ao Regime Monárquico Constitucional e ao Regime Republicano*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916.

<sup>55</sup> ALMEIDA, 1985 e 1991; ALMEIDA E MORENO LÚZON (Coord.), 2012.

## I PARTE

### OS VAZ PRETO E OS TAVARES PROENÇA: FAMÍLIA, FORTUNA, RELAÇÕES COM O CENTRO POLÍTICO E REDES DE INFLUÊNCIA LOCAL

Como já descrevemos na introdução, os Vaz Preto e Tavares Proença atingiram um elevado índice de notabilidade, sendo o seu ascendente político e social reconhecido e invocado na época. Um dos momentos em que esse prestígio mais se fez notar foi na inauguração da linha de caminho de ferro da Beira Baixa, em setembro de 1891. Nessa ocasião noticiou o *Notícias da Beira* sobre Manuel Vaz Preto: “*Nesse dia Vaz Preto teve a mais bela apoteose que na Beira Baixa ninguém mais logrou ter: de milhares de peitos, envoltos com as saudações aos monarcas e à nova era de progresso da nossa província saíam brados uníssonos de reconhecimento a Vaz Preto, o primeiro homem da Beira Baixa*”<sup>56</sup>. Já sobre Tavares Proença recaíam grandes responsabilidades de organizar uma parte dos festejos, nomeadamente a receção à comitiva real e aos seus convidados, tendo o coronel Malaquias de Lemos, oficial às ordens do rei D. Carlos, chamado a sua atenção para os preparativos: “*Por vezes temos conversado a teu respeito (Malaquias de Lemos e D. Carlos) e hoje mais uma. (...) Entendo dever prevenir-te disto e ao mesmo tempo pedir-te que da tua parte faças tudo quanto possas para que a receção seja boa.*”<sup>57</sup>. A relação entre Tavares Proença e a família real manteve-se no tempo tanto com D. Carlos como com D. Manuel II, sendo convidado com frequência para iniciativas reais. Assim o alertava, mais uma vez, Malaquias de Lemos, em dezembro de 1903: “*já te previno que te vás preparando para ires a Maфра em janeiro. (...) Tudo muito à vontade e não penses em faltar se aí receberes «ordres» (sic) para vir. Será um sacrifício, mas o Patrão (o rei) bem t’o merece pelas ausências (sic) que te faz e em toda a parte, chamando-te um seu bom amigo e fazendo justiça às tuas qualidades.*”<sup>58</sup>. D. Manuel II no exílio, em fevereiro de 1923, recordava numa carta enviada a Tavares Proença a sua passagem por Castelo Branco: “*havia tempo que não*

---

<sup>56</sup> Jornal *Notícias da Beira*, n.º 103, de 12 de agosto de 1906.

<sup>57</sup> DIAS, José Lopes, outubro de 1964, p. 31.

<sup>58</sup> IDEM, *ibidem*, p. 34.

*tinha notícias suas. Com que saudades me lembro dos tempos antigos e da visita a Castelo Branco!*"<sup>59</sup>.

Perante estes relatos demonstrativos da proeminência destas duas famílias beirãs, a primeira parte desta tese tem como objetivo responder às seguintes questões: quais as origens da notabilidade dos Vaz Preto e dos Tavares Proença? Como se estabeleceu a ligação com os elementos mais notáveis do Liberalismo português e com as grandes tendências políticas nacionais? Como criaram e mantiveram ao longo de décadas as redes de influências no distrito? De que forma as suas posições económicas, familiares e prestígio pessoal contribuíram para a sua manutenção?

Assim, no primeiro capítulo estudaremos a proveniência do património e dos rendimentos, a dimensão das fortunas, as estratégias matrimoniais, as ligações familiares, as relações que estabeleceram com a elite política da capital e, finalmente, as redes de influência criadas no distrito de Castelo Branco. Nos segundo e terceiro capítulos estudaremos como os Vaz Preto e os Tavares Proença evoluíram politicamente, dentro do quadro político do Portugal liberal e como alcançaram o grau de notabilidade que foi precioso e determinante para lhes conferir a sua credibilidade junto do centro político, tornando-os incontornáveis nas relações entre este e a periferia. Chamamos a atenção para o maior número de fontes disponíveis para o estudo da evolução política de Manuel Vaz Preto, desde os diários das câmaras dos Pares e Deputados, onde o lousanense foi um dos parlamentares mais interventivos, passando pela imprensa nacional e regional e correspondência privada publicada, pelo que não é de estranhar que a parte que corresponde à sua evolução e pensamento político é mais desenvolvida. Sobre Tavares Proença (filho) os testemunhos sobre a sua atividade estão assentes essencialmente na correspondência familiar e na imprensa regional, já que este influente praticamente não interveio no Parlamento e o seu protagonismo na política nacional foi menor em relação a Manuel Vaz Preto.

---

<sup>59</sup> IDEM, 1970, p. 22.

## Capítulo I- Os Vaz Preto e os Tavares Proença: as origens da notabilidade

### *1.1- Os Vaz Preto: a família e a origem do património*

No Antigo Regime, as elites locais tinham grande preponderância no poder municipal. A vida política local e a própria história dos municípios dependiam destes grupos que exerciam o poder sobre a comunidade, tendo a clara convivência do poder central, pois as leis existentes permitiam, ano após ano, a manutenção dos principais cargos de âmbito municipal num número restrito de indivíduos. O poder político estava impregnado de uma conceção aristocratizante e os principais cargos públicos estavam destinados a uma minoria definida pelo seu estatuto, riqueza ou origens familiares. Segundo o pensamento da época, os membros destas famílias, nobres e ricas, davam garantias de isenção e independência no desempenho das suas funções, para além de possuírem uma autoridade natural.

Era este o caso dos Vaz Preto, identificados nos róis de elegíveis para os cargos camarários no concelho de Castelo Branco como pertencentes ao estrato dos «homens bons», também denominado «gente da Governança», chegando mesmo a desempenhar cargos nas vereações, como foram os casos de Manuel Vaz Nunes Preto de Castilho e do seu irmão Fernando Afonso Geraldês Preto, no final do século XVIII e princípio do século XIX<sup>60</sup>. O próprio João José Vaz Preto foi eleito vereador em 1826, cargo que não cumpriu por cursar Direito na Universidade de Coimbra, como teremos oportunidade de analisar<sup>61</sup>.

Esta família administrava um vasto conjunto de bens no distrito de Castelo Branco, principalmente nos concelhos de Castelo Branco e Idanha-a-Nova. Chegados ao século XIX, as propriedades, a maioria vinculadas, estavam na posse da família há várias gerações. No entanto, a instituição vincular não se coadunava com os ideais liberais de justiça, igualdade e liberdade e foi com naturalidade, após diversos debates, que este sistema acabou em Portugal em 1863<sup>62</sup>. Contudo, a lei de 30 de julho de 1860 começou por abolir somente os vínculos e capelas que não tivessem rendimento anual

---

<sup>60</sup> POUSINHO, 2004, anexo n.º 8.

<sup>61</sup> Sobre a genealogia da família Vaz Preto ver anexo n.º 1.

<sup>62</sup> Sobre este assunto ver: Maria de Fátima Coelho, “O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias”, in *Análise Social*, n.ºs 61-62, Lisboa, 1980, pp. 111-131.

líquido de 400\$000 réis e estabelecia, também, que todos os vínculos deveriam estar registados no governo civil. É com base nestes registos que podemos identificar uma parte do património desta família.

João José Vaz Preto Geraldês registou 455 propriedades em 1862, distribuídas pelos concelhos de Castelo Branco e Idanha-a-Nova. João José afirmava ser administrador dos morgados de São Sebastião da Lousa e de Alcains, no qual sucedeu a seu pai, Manuel Vaz Nunes Preto Giraldes de Castilho. A posse destas propriedades remontava ao século XVII, quando o bisavô de João José casou na Lousa com a herdeira dos morgados de Alcains e da Lousa<sup>63</sup>.

Em relação à distribuição das propriedades no concelho de Castelo Branco os Vaz Preto tinham domínios vinculados em seis freguesias, sendo na Lousa que se concentrava o maior número. Já no concelho de Idanha-a-Nova as propriedades localizavam-se em quatro freguesias, destacando-se a de S. Miguel d'Acha (quadro n.º 1).

**Quadro n.º 1- Propriedades vinculadas da família Vaz Preto (1862)**

<b>Freguesias / Castelo Branco</b>	<b>N.º Propriedades vinculadas</b>
Alcains	27
Escalos de Baixo	48
Escalos de Cima	10
Lardosa	2
Lousa	100
Mata	41
<b>Totais</b>	<b>228</b>
<b>Freguesias / Idanha-a-Nova</b>	
Idanha-a-Nova	54
Ladoeiro	57
S. Miguel d'Acha	112
Zebreira	4
<b>Totais</b>	<b>227</b>

Fonte: A.N.T.T., Vínculos Abelho, Castelo Branco, processo n.º 4.

O morgado da Lousa administrava ainda mais dois vínculos que tinham pertencido a um tio-avô, frei Manuel Vaz Nunes Preto, com propriedades nos concelhos de Castelo Branco e Idanha-a-Nova, e ao tio, Fernando Afonso Geraldês Preto, com bens situados nos concelhos de Idanha-a-Nova e Fundão. Estes dois familiares, solteiros

---

<sup>63</sup> Ver: anexo n.º 1.

e sem descendência, doaram o património ao sobrinho, em 1816, para o engrandecimento da sua casa (quadro n.º 2)<sup>64</sup>.

**Quadro n.º 2- Localização dos bens herdados dos tios por  
João José Vaz Preto Geraldês**

Concelhos	Freguesias
Castelo Branco	Alcains
	Castelo Branco
	Escalos de Baixo
	Ladoeiro
	Lousa
	Mata
Idanha-a-Nova	Alcafozes
	Idanha-a-Nova
	Ladoeiro
	Monsanto
	Oledo
	Proença-a-Velha
	S. Miguel d'acha
Fundão	Alcongosta

Fonte: A.N.T.T., Vínculos Abelho, Castelo Branco, processo n.º 4.

João José possuía ainda propriedades que foram vinculadas até 1845 e que, após esta data, se transformaram em alodiais, nas freguesias de Proença-a-Velha, S. Miguel d'Acha e Idanha-a-Nova.

Após a implantação definitiva do Liberalismo uma das formas de aumentar a riqueza patrimonial passava pela compra de bens nacionais mas, ao que parece, João José Vaz Preto não se interessou na sua aquisição, pois não temos notícia de nenhuma arrematação nos anos de 1830. Por seu lado, o filho, Manuel Vaz Preto, após a lei de 20 de junho de 1866, que tornou extensivas às misericórdias as leis de desamortização, apostou na compra de bens da misericórdia de Castelo Branco<sup>65</sup>.

Como vimos, os bens patrimoniais da família Vaz Preto remontam pelo menos ao século XVII. Foram constituídos através do casamento que propiciaram o progressivo engrandecimento da casa e de doações de bens entre membros da família, com o objetivo claro de a aumentar cada vez mais. Para além dos bens vinculados

<sup>64</sup> A.N.T.T., Vínculos Abelho, Castelo Branco, processo n.º 4.

<sup>65</sup> MARTINS, 2010, pp. 28-29.

tinham também na sua posse bens livres e, após o fim do sistema vincular, o património continuou a crescer através da compra de propriedades desamortizadas.

### ***1.2- Os Tavares Proença: a família e a origem do património***

A família Tavares Proença também registou propriedades vinculadas, em 1863, que igualmente remontavam ao final da centúria de seiscentos. Francisco Tavares de Almeida Proença administrava vínculos, do lado materno, instituídos por Maria Barata em 1698, por Maria Joséfa Barata em 1705, por Gabriel da Guerra Barata em 1743 e por Brígida d'Almeida Cabral em 1763, situados no concelho da Covilhã. Estes bens acabaram por ser herdados pelo seu bisavô, quando os herdeiros de Brígida Cabral morreram sem descendência<sup>66</sup>. Do lado paterno, Tavares administrava vínculos instituídos por Maria de Figueiredo, Manuel Proença Capinhão e Úrsula de Proença. Estas propriedades situavam-se nos concelhos da Covilhã, Fundão e Penamacor (quadro n.º 3).

**Quadro n.º 3- Propriedades vinculadas da família Tavares Proença (1863)**

<b>Concelhos</b>	<b>Freguesias</b>
Covilhã	Erada
	Paul
	Peso
	Tortosendo
Fundão	Castelejo
	Souto da Casa
Penamacor	?

Fonte: A.N.T.T., Vínculos Abelho, Castelo Branco, processo n.º 8.

Ao contrário do processo da família Vaz Preto, o de Francisco Tavares Proença é menos descritivo e muito generalista. Tavares Proença apresentou um registo muito simples sem prova das instituições, efetuando um processo de justificação e para comprovar o direito à administração dos bens elaborou uma genealogia do lado materno<sup>67</sup>. Desta forma, por o rigor na descrição do património ser bastante menor,

<sup>66</sup> Sobre a genealogia da família Tavares Proença ver: anexo n.º 2.

<sup>67</sup> A.N.T.T., Vínculos Abelho, Castelo Branco, processo n.º 8.

sabemos apenas que essas propriedades se situavam nos concelhos indicados no quadro n.º 3.

É de crer que estes bens herdados, tanto do lado materno como do lado paterno, fossem uma ínfima parte do património da família, tendo em conta que uma fração significativa dos haveres de Francisco Tavares Proença tinham origem no seu casamento com a herdeira de um legado considerável, pertencente a um grande homem de negócios de Castelo Branco.

De facto, Francisco Tavares de Almeida Proença casou a 7 de dezembro de 1835 com Maria Piedade Fevereiro, filha única e herdeira de Joaquim José Mendes Fevereiro. Segundo José Lopes Dias, Joaquim Fevereiro teve cuidado na escolha do marido para a sua filha. Optou por Francisco Tavares de Almeida Proença, também herdeiro de apreciáveis bens e de uma família de boa cepa, tendo carta de nobreza e brasão de armas de D. João VI e gozando da reputação de indivíduo sério e precavido. Era o homem ideal para assegurar a gestão de tão avultada fortuna, perspetivando-se também uma grande carreira política<sup>68</sup>.

Joaquim Fevereiro pertenceu às vereações albicastrenses no final do Antigo Regime sendo identificado, numa fase inicial, como agricultor e criador de gado, passando depois a negociante e proprietário<sup>69</sup>. Na primeira década do século XIX foi detentor de vários cargos: depositário do papel selado; correio assistente - cargo que obrigava à prestação de uma avultada fiança - e derramador das sisas e das décimas, o que prova o seu ascendente protagonismo social<sup>70</sup>. Joaquim Fevereiro foi construindo lentamente uma considerável fortuna e em 1810 a sua residência já se distinguia das restantes na cidade de Castelo Branco, uma vez que a câmara municipal deliberou que a posse do corregedor da comarca se efetuasse na sua casa, quando Joaquim Fevereiro não tinha que intervir a qualquer título nesta cerimónia<sup>71</sup>. Em 1815 iniciou a construção da Quinta da Feiteira, com a ajuda do padre Manuel de Azevedo, de quem herdou toda a fortuna<sup>72</sup>.

---

<sup>68</sup> DIAS, José Lopes, abril de 1972, pp. 18-19 e 22-23.

<sup>69</sup> POUSINHO, 2004, pp. 188 e 212.

<sup>70</sup> MARTINS, 2010, p. 18.

<sup>71</sup> IDEM, ibidem, p. 22.

<sup>72</sup> Quinta situada na periferia da cidade de Castelo Branco e uma das propriedades e residências da família Tavares Proença.



Com o advento do Liberalismo continuou a aumentar a sua já enorme riqueza comprando bens nacionais, tendo adquirido 59 propriedades, no valor de 9 316\$000, mais do que qualquer arrematante da cidade de Castelo Branco<sup>73</sup>. A par de todos estes bens, à medida que a cidade se ia expandindo desde a década de 1820, Joaquim Fevereiro foi construindo vários edifícios, principalmente na zona da Sé, com a respetiva autorização camarária<sup>74</sup>.

Foi todo este pecúlio que Francisco Tavares de Almeida Proença herdou, após a morte do sogro em 1841. Tavares continuou a aumentar o património familiar e, logo em 1845, adquiriu terrenos junto à Sé que confinavam com uma enorme propriedade que já lhe pertencia, a Quinta Nova. A área que envolvia a Sé da cidade conheceu um grande impulso nesta época e a rua de S. Sebastião passou mesmo a ser a principal via da urbe, local onde Tavares Proença construiu um grande palacete que passou a ser residência familiar<sup>75</sup>.

Para além de todos estes bens há que juntar os lotes comprados aquando da venda dos bens nacionais nos anos de 1830, tanto por Tavares Proença, como pela sua mãe. Tavares Proença comprou nove lotes no valor de 6 723\$000 réis e a mãe adquiriu propriedades no valor de 1 900\$000<sup>76</sup>. Aquando da desamortização das misericórdias, na década de 1860, também adquiriu propriedades na freguesia de Malpica do Tejo e duas herdades em Monsaraz, estas no valor de 23 contos de réis<sup>77</sup>. Na mesma época, adquiriu bens que tinham pertencido à confraria de Nossa Senhora do Rosário, nos arredores da cidade e na freguesia de Monforte da Beira. Anos mais tarde, o seu filho, em 1881, comprou várias propriedades que tinham pertencido ao Recolhimento de Santa Maria Madalena, situadas à volta de Castelo Branco<sup>78</sup>.

A par de toda esta riqueza, Tavares Proença ainda herdou em 1868, por testamento, a fortuna do barão de Porto de Mós. Neste espólio contavam-se grandes propriedades no distrito de Leiria onde se destacavam os morgados da Canoeira ou dos

---

<sup>73</sup> MARTINS, 2010, p. 17; ESTEVES, 2008, p. 194.

<sup>74</sup> MARTINS, 2005, p. 24.

<sup>75</sup> IDEM, *ibidem*, pp. 36-37.

<sup>76</sup> ESTEVES, 2008, p. 124.

<sup>77</sup> FONSECA, 1996 a), p. 494, quadro XV.

<sup>78</sup> MARTINS, 2010, pp. 28-29.

Trigueiros e da Ribeira da Azóia. Herdou ainda propriedades no Alentejo, destacando-se a conhecida herdade do Esporão, em Reguengos de Monsaraz<sup>79</sup>.

Perante todas estas aquisições e heranças podemos tentar fazer a geografia dos pertences da família Tavares Proença. Através do quadro n.º 4 podemos ver que as propriedades estavam distribuídas por quatro distritos: Castelo Branco, Évora, Leiria e Lisboa.

**Quadro n.º 4- Localização das propriedades da família Tavares Proença no último terço do século XIX**

<b>Distrito</b>	<b>Concelhos</b>
Castelo Branco	Castelo Branco
	Covilhã
	Fundão
	Penamacor
Évora	Alandroal
	Évora
	Mourão
Leiria	Porto de Mós
	Leiria
	Batalha
	Pombal
	Alcobaça
Lisboa	Alcácer do Sal

Fontes: A.N.T.T., Vínculos Abelho, Castelo Branco, processo n.º 8; MARTINS, 2010 e AZEVEDO, 2010.

Após a morte de Tavares Proença (pai) o seu filho herdou esta imensa fortuna e manteve a predominância da família, apesar de alguns bens terem sido repartidos com as suas irmãs, nomeadamente a casa da rua de S. Sebastião que foi dividida com Maria Joaquina, casada com Gonçalo Garrett, passando a ser a residência das duas famílias, e

<sup>79</sup> Ver: AZEVEDO, 2010. Venâncio Pinto do Rego Ceia Trigueiros, 1.º barão de Porto de Mós, foi violentamente assassinado em setembro de 1867. Não tendo descendência, deixou todos os seus bens a Francisco Tavares de Almeida Proença, desconhecendo-se o motivo. O móbil do assassinato foi aparentemente o roubo de bens e dinheiro, misturado com motivos políticos, tendo logo recaído a suspeita sobre os seus familiares, com os quais estava incompatibilizado, tendo-os deserdado da sua imensa fortuna a favor de um seu correligionário político, Francisco Tavares de Almeida Proença. Em relação à herdade do Esporão foi comprada por Venâncio Pinto a D. José Maria da Piedade de Lencastre e Távora. A filha de Tavares Proença, Maria Bárbara Tavares de Almeida Proença (1851-1889), casada com o irmão do 1.º marquês e 4.º conde de Rio Maior, sucedeu na posse da herdade aquando da morte do pai, em 1873. Após a morte de Maria Bárbara, a herdade passou para a posse de sua filha, Maria Teresa de Saldanha e Sousa (1879-1973) que ao trazê-la como dote de casamento com o 4.º conde das Alcáçovas, Caetano Henriques Pereira de Faria Saldanha de Lencastre, fez com que a herdade regressasse à posse da família Lencastre.

algumas propriedades no Alentejo, herdadas pela sua irmã Maria Bárbara, nomeadamente a herdade do Esporão<sup>80</sup>.

Tal como os Vaz Preto, a família Tavares Proença também possuía um vasto património que igualmente remontava a séculos anteriores. No entanto, o engrandecimento da casa deveu-se essencialmente ao casamento de Francisco Tavares Proença com Maria Piedade Fevereiro e à herança da fortuna do barão de Porto de Mós. Se no caso dos Vaz Preto os bens que estavam na posse da família eram, em grande parte, oriundos de bens vinculados nos séculos anteriores, no caso dos Tavares Proença houve um grande investimento já no período liberal, extravasando mesmo os limites do distrito, sendo essa uma época de grande crescimento desta casa.

### ***1.3- Fortuna e origem dos rendimentos***

As fortunas destas duas famílias eram consideráveis. Quando João José Vaz Preto registou as 455 propriedades vinculadas em 1862 reconheceu que apenas registava as de maior valor, sendo-lhe impossível apresentar todos os bens, devido à sua extensão e à dificuldade em estabelecer a delimitação de alguns deles. O valor patrimonial destes domínios ultrapassava os 97 contos de réis. O número de propriedades equivaliam-se nos dois concelhos mas os bens localizados no de Castelo Branco eram os de maior valor, sobressaindo os situados na freguesia da Lousa. No concelho de Idanha-a-Nova destacamos as propriedades detidas na sede do concelho e na freguesia de S. Miguel d'Acha (quadro n.º 5).

Pelas inúmeras certidões apresentadas no processo de registo podemos ainda identificar várias propriedades que não constam daquele rol e que já pertenciam à família há várias gerações. Assim, na relação de bens vinculados efetuada após a morte do pai de João José Vaz Preto são identificados vários domínios na freguesia de Alcains que não ultrapassam o valor de 4 000\$000 réis, várias casas em Escalos de Baixo, avaliadas em 400\$000 réis, pequenas propriedades em Lardosa e Escalos de Cima e mais de 152 propriedades em Idanha-a-Nova, todas elas não especificadas em 1862. Também os bens herdados dos tios não figuram do registo final de 1862 e contemplam

---

<sup>80</sup> A sua irmã, Maria Joaquina, também ficou com parte dos bens situados no Tortosendo, sendo ainda hoje a casa Garrett uma afamada produtora de vinhos. Sobre a irmã Maria Bárbara ver nota de rodapé anterior. Ver também anexo n.º 2 sobre a genealogia desta família.

mais de 100 propriedades, distribuídas pelos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Fundão. Somando a tudo isto os bens alodiais, já identificados atrás, e os terrenos adquiridos através da desamortização da misericórdia de Castelo Branco, nos anos de 1860, podemos afirmar que o valor patrimonial apurado peca por defeito, sendo a riqueza da família Vaz Preto bastante mais avultada do que os 97 contos de réis.

**Quadro n.º 5- Valor patrimonial das propriedades vinculadas da família Vaz Preto em 1862**

<b>Concelho de Castelo Branco</b>	<b>N.º Propriedades vinculadas</b>	<b>Valor Patrimonial</b>
Alcains	27	4 100\$000 réis
Escalos de Baixo	48	11 655\$000 réis
Escalos de Cima	10	840\$000 réis
Lardosa	2	120\$000 réis
Lousa	100	33 273\$000 réis
Mata	41	8 348\$000 réis
<b>Totais</b>	<b>228</b>	<b>58 336\$000 réis</b>
<b>Concelho de Idanha-a-Nova</b>		
Idanha-a-Nova	54	18 790\$000 réis
Ladoeiro	57	1 475\$000 réis
S. Miguel d'Acha	112	18 975\$000 réis
Zebreira	4	100\$000 réis
<b>Totais</b>	<b>227</b>	<b>39 340\$000 réis</b>
<b>Totais dos dois concelhos</b>	<b>455</b>	<b>97 676\$000 réis</b>

Fonte: A.N.T.T., Vínculos Abelho, Castelo Branco, processo n.º 4.

João José Vaz Preto Geraldês, segundo os róis de elegíveis para vereadores no Antigo Regime, na década de 1820, possuía uma fortuna de 240 contos, com um rendimento anual de 9 600\$000 réis<sup>81</sup>, o que prova a riqueza da família quando comparada com rendimentos globais de algumas casas dos grandes do Reino, tais como os marqueses de Alorna que, em 1826, tinham de rendimento 7 340\$000 réis, os condes de Povolide com 9 527\$000 réis, em 1829, ou os condes de Sampaio com 9 600\$000 réis, em 1828<sup>82</sup>.

Já no período liberal, não dispondo de números para a fortuna atribuída a Manuel Vaz Preto, socorremo-nos da coleta do imposto da décima, comparando-o com o valor pago pelo pai, para nos aproximarmos da dimensão da sua riqueza. Manuel Vaz pagou 367\$174 réis, em 1864, e 401\$130 réis, em 1868, estando entre os 40 maiores contribuintes do concelho. O pai foi coletado em 1846 e 1852 com 252\$370 e 175\$820

<sup>81</sup> POUSINHO, 2004, p. 188.

<sup>82</sup> MONTEIRO, 1998, pp. 319-320.

réis<sup>83</sup>, respetivamente, pelo que podemos afirmar que Manuel Vaz Preto aumentou a riqueza da família face ao maior volume de impostos pago.

Em relação à família Tavares Proença, como dissemos, os bens herdados do lado paterno e materno estão descritos de uma forma muito resumida. Tavares em vez de apresentar o valor patrimonial das propriedades declarou o rendimento por elas proporcionado e em relação aos vínculos do concelho do Fundão não os descreveu e nem sequer apresentou valores dos rendimentos (quadro n.º 6).

**Quadro n.º 6- Propriedades vinculadas da família Tavares Proença**

Concelhos	Freguesias	Rendimentos proporcionados 1863
Covilhã	Erada	259\$800 réis
	Paul e Peso	74\$900 réis
	Tortosendo	128\$200 réis
Fundão	Castelejo	?
	Souto da Casa	?
Penamacor		400\$000 réis

Fonte: A.N.T.T., Vínculos Abelho, Castelo Branco, processo n.º 8.

Com toda a certeza, estes bens eram uma ínfima parte do património da família Tavares Proença, tendo em conta que uma parte significativa da riqueza alcançada por Francisco Tavares Proença tinha origem no casamento, como vimos.

Joaquim Fevereiro foi um indivíduo que se foi afirmando na sociedade albicastrense. Adquiriu várias terras e diversificou os seus rendimentos, pois em 1813 foi-lhe concedida, até à sua morte, a propriedade da barca de travessia do Tejo, entre Malpica e Herrera de Alcântara, sendo o rendimento proporcionado pelo comércio com os espanhóis bastante avultado<sup>84</sup>. Também se envolveu nos acontecimentos políticos da década de 1820, estando com o miguelismo. Fevereiro alcançou, nesta altura, a vereação da câmara municipal e aproveitou para reclamar um empréstimo feito à edilidade albicastrense, no valor de 1 359\$780 réis, propondo a troca deste pagamento pela atribuição do direito de poder apascentar os seus gados em determinadas ervagens em redor da cidade, o que foi aceite pela vereação<sup>85</sup>. Este episódio mostra que a sua fortuna alcançava valores significativos já que, nos róis de elegíveis para a vereação da câmara

<sup>83</sup> POUSINHO, 2004, anexo n.º 16.

<sup>84</sup> MARTINS, 2010, p. 22.

<sup>85</sup> IDEM, ibidem, p. 20.

municipal de Castelo Branco, era-lhe atribuída uma riqueza no valor de 96 contos de réis<sup>86</sup>.

Após a vitória dos Liberais assistimos à adesão de Joaquim Fevereiro à nova ordem e logo em 1834, após a tomada da cidade pelas tropas liberais, efetuou um empréstimo de 1 000\$000 réis para pagamento da tropa, correspondente a metade do valor solicitado pela câmara municipal, que constitui mais uma demonstração da sua imensa fortuna<sup>87</sup>.

Já Francisco Tavares de Almeida Proença fazia parte dos 40 maiores contribuintes do concelho de Castelo Branco e, a partir de 1858, obteve uma participação de relevo no capital do Banco de Portugal, mantendo-se entre os 50 maiores acionistas da instituição até à sua morte. Foi vice-presidente da assembleia geral em 1852-53, presidente entre 1854-57 e membro da comissão fiscal entre 1851-54 e 1859<sup>88</sup>.

Em relação ao pagamento do imposto da décima, Tavares foi coletado em 1859 em 462\$000 réis e 372\$180 em 1865<sup>89</sup>. Fazendo a comparação com os valores pagos por Manuel Vaz Preto, registados atrás, podemos afirmar que as fortunas destas duas casas eram muito semelhantes, embora a da família Tavares Proença possa ser considerada ligeiramente mais avultada, face ao volume de propriedades e diversificação de investimentos.

Com a morte de Tavares (pai) o seu filho herdou a grande maioria dos bens, mantendo a preponderância da casa agrícola. No entanto, repartiu alguns bens com as irmãs, como já referimos, pelo que o valor total dos bens patrimoniais terá diminuído, mas nada que afetasse a sua imensa fortuna.

Os Vaz Preto e os Tavares Proença contavam-se entre as quatro maiores fortunas do concelho de Castelo Branco mas não ocupavam o topo, os dois primeiros lugares estavam reservados para as famílias Ordaz Caldeira e Cunha<sup>90</sup>. Os restantes grandes contribuintes estavam bastante longe dos valores de rendimentos e de fortunas destas

---

<sup>86</sup> POUSINHO, 2004, anexo n.º 9.

<sup>87</sup> MARTINS, 2010, p. 23.

<sup>88</sup> MÓNICA (Coord.), 2006, p. 388.

<sup>89</sup> POUSINHO, 2004, anexo n.º 19.

<sup>90</sup> Os valores em que estas famílias eram coletadas para o imposto da décima foram os seguintes; os Ordaz Caldeira 420\$645 réis, em 1852 e 497\$665 réis, em 1865; os Cunha 501\$498 réis em 1870. Ver: POUSINHO, 2004, anexos n.º 16 e n.º 19. Rafael José da Cunha, grande proprietário em Castelo Branco e Santarém, foi também sócio da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, ver: GRAÇA, 1999, p. 242.

quatro famílias<sup>91</sup>. Se compararmos a riqueza dos Vaz Preto e dos Tavares Proença com as fortunas da Lisboa oitocentista podemos ver que têm um valor significativo, equivalendo-se a personagens como Anselmo José Braamcamp que apresentava uma fortuna superior a 160 contos de réis ilíquidos, António da Gama Lobo Salema Saldanha Sousa, com mais de 180 contos de réis, não estando longe de José Ferreira Pinto Basto com mais de 280 contos de réis<sup>92</sup>. Se formos até às fortunas eborenses, verificamos que se podem confrontar com os grandes proprietários e capitalistas estudados por Helder Fonseca<sup>93</sup>. Outra prova da sua fortuna foi a eleição para o Senado de João José Vaz Preto e de Francisco Tavares de Almeida Proença, na categoria de proprietários, em 1838 e 1840, que exigia como condição uma renda anual de dois contos de réis<sup>94</sup>.

Os Vaz Preto e os Tavares Proença tinham uma sólida riqueza fundiária, que constituía uma base de poder e lhes conferia preponderância económica e social. Esta preeminência foi adquirida e engrandecida ao longo de séculos anteriores, onde as heranças, os casamentos, o investimento em bens nacionais desempenharam um papel relevante. Contudo, Tavares Proença diversificou os seus investimentos, como prova o investimento em ações do Banco de Portugal, procurando outras formas de rendimento o que o diferencia, neste aspeto, da família Vaz Preto que parece estar profundamente enraizada na atividade agrícola.

#### ***1.4- As casas agrícolas na base dos rendimentos***

Na realidade, os rendimentos destas famílias provinham, essencialmente, da atividade agrícola, da criação de gado e das rendas das propriedades rústicas e casas que alugavam. Contudo, para que a terra tivesse um rendimento assinalável, os grandes proprietários beirões tiveram de lutar, durante bastante tempo, contra o coletivismo agrário.

---

<sup>91</sup> Sobre os rendimentos dos restantes maiores contribuintes ver: POUSINHO, 2004, anexo n.º 19.

<sup>92</sup> LIMA, 2009, p. 585.

<sup>93</sup> FONSECA, 1996 a), anexos, quadros IV e XI.

<sup>94</sup> A Constituição de 1838 instituiu uma segunda câmara eleita, o Senado. Os candidatos tinham de pertencer a várias categorias, entre elas os proprietários. Ver: constituição de 1838, artigo 77º.

O campo albicastrense que compreende toda a zona envolvente da cidade e que se estende das arribas do rio Ponsul até à Serra da Gardunha, quase sem elevações, era caracterizado pelo coletivismo agrário, tema amplamente estudado por Albert Silbert<sup>95</sup>. Tratava-se de uma limitação imposta pelo costume, aceite e regulamentada pelas autoridades. Os pastos naturais, assim como os frutos das árvores não intencionalmente plantadas e sem receberem qualquer forma de tratamento, eram consideradas como dádivas de Deus e, por conseguinte, de utilização comum por todos os habitantes de cada povoação.

Durante um longo período os pastos comuns foram utilizados pelos gados dos habitantes de cada povoação, só se mudando este regime quando os municípios começaram a interferir na sua gestão, passando a vender alguns dos pastos em hasta pública, destinando-se a receita ao pagamento de despesas do concelho, para obras ou serviços de interesse coletivo. Desta forma, mantinha-se o comunitarismo, uma vez que a venda dos pastos era feita em benefício da comunidade. Os pastos comuns existiram na Beira Baixa até à promulgação do código civil, em 1867<sup>96</sup>.

Os proprietários para se libertarem dos pastos comuns vedavam os terrenos ou procediam ao seu coutamento. Os Vaz Preto e os Tavares Proença foram os proprietários que mais recorreram a esta prática em Castelo Branco<sup>97</sup>. João José Vaz Preto, em artigo publicado em 1862 no *Archivo Rural*, considerava que os pastos comuns eram a principal causa do atraso agrícola no distrito de Castelo Branco. O distinto morgado beirão entendia que não existia respeito pela património fundiário, já que o proprietário via desaparecer muitas vezes o fruto do seu trabalho. Para João José o trabalho agrícola estava intimamente ligado à criação de gado, fundamental para estrumar a terra, e em Castelo Branco a associação entre proprietário, lavrador e criador de gado não existia o que era ruinoso para a agricultura local e explicava: *“há pois nesta parte do distrito de Castelo Branco mais de mil chamados lavradores, que não têm um palmo de terra, lavram em terras abertas, em que semeiam de três em três anos a mesma semente, todo o seu gado consiste em duas ou quatro reses muito magras, que sustentam os ditos pastos comuns, e o mais ordinário à custa alheia nas fazendas particulares, e todos os seus utensílios agrícolas são muito poucos, ainda menos dispendiosos, porque os cortam onde os encontram: os chamados criadores não são*

---

<sup>95</sup> SILBERT, 1978.

<sup>96</sup> MARTINS, 1986, p. 117.

<sup>97</sup> IDEM, 2005, p. 349.



*menos daninhos, não respeitam tapume algum, comem e destroem tudo com o seu gado. A terra não é explorada pelas próprias mãos; mas, se algumas vezes acontece o proprietário ter lavoura, há-de sujeitar-se à mesma cultura, e, não obstante ter terras suas, é muitas vezes obrigado a arrendá-las, por não poder obter ervagem naquele sítio, e nisso pouco perde, porque de uma terra aberta ele não pode recolher senão o centeio ou algum outro cereal, que semeou.”*. Os prejuízos eram elevadíssimos, os roubos eram frequentes, justificados pelo costume e tolerados pelas autoridades. João José queixava-se que da sua produção, muitas vezes, só escapava o milho, algum centeio, hortaliças só colhia as que estavam junto às casas e *“a azeitona que cai antes dos santos é de quem a apanha, nas terras destapadas, o dono só tem a que colhe das árvores”*. Portanto, o proprietário para ter rendimento assinalável das suas terras tinha de proceder ao coutamento<sup>98</sup>.

Nos coutos foram-se instalando culturas intensivas, vinhas, hortas e pomares, bem como olivais e sobreirais. As designações mais comuns destas propriedades eram as tapadas, chãos, hortas e vinhas. As tapadas eram constituídas por sobreiros ou oliveiras, os chãos por pequenos olivais, as hortas tinham grande quantidade de água, permitindo o cultivo de hortaliças, legumes e talhões de linho. Existiam ainda as quintas, em regra muradas, com áreas superiores aos chãos, e hortas quase sempre caracterizadas pela policultura. A cultura intensiva coexistia com a chamada cultura extensiva que tinha por base o cultivo dos cereais, centeio e trigo, principalmente o primeiro, dado a escassez de terrenos propícios na Beira Baixa para o trigo. Os cereais eram cultivados em terras barrentas, mais propícias para este cultivo, designadas por barros<sup>99</sup>.

As famílias Vaz Preto e Tavares Proença tinham na sua posse este tipo de propriedades que exploravam diretamente ou arrendavam a lavradores e a seareiros<sup>100</sup>. A primeira possuía no concelho de Castelo Branco várias propriedades coutadas como vinhas, olivais, chãos, tapadas, barros e duas quintas na Lousa, tendo sido construída numa delas uma casa nobre avaliada em 1 200\$000 réis, que servia como residência familiar permanente<sup>101</sup>. No concelho de Idanha-a-Nova proliferavam as tapadas, embora o número de chãos e barros fosse considerável. Todas estas propriedades tinham

---

<sup>98</sup> CABRAL, 1974, pp. 229-244.

<sup>99</sup> IDEM, ibidem, pp. 123-124 e 132-133.

<sup>100</sup> MARTINS, 1986, p. 118

<sup>101</sup> A.N.T.T., Vínculos Abelho, Castelo Branco, processo n.º 4. A data da avaliação é de 1862.

infraestruturas de apoio: várias casas, fornos e lagares. Algumas destas terras eram cultivadas por gente assalariada e outras arrendadas, como era o caso das propriedades situadas na freguesia de Castelo Branco, cedidas a lavradores de Escalos de Baixo, e em Idanha-a-Nova, nas freguesias de S. Miguel d'Acha, Oledo e Alcafozes, e na freguesia de Alcongosta, no concelho do Fundão, com mais de 100 propriedades arrendadas e onde eram cobradas rendas em dinheiro e géneros, sendo maioritário este último, principalmente centeio<sup>102</sup>. Pela denominação das terras podemos afirmar que as principais produções eram os cereais, vinho, azeite e legumes que rivalizavam com a criação de gado.

Tanto João José como Manuel Vaz Preto manifestaram-se várias vezes a favor da proteção da agricultura beirã, a base do seu poder económico. Numa declaração aos eleitores, em 1852, João José alertava para os elevados impostos que recaíam sobre os produtos agrícolas em Portugal, especialmente sobre o azeite<sup>103</sup>. Este produto também esteve nas prioridades do seu filho. Em 1861, na Câmara dos Deputados, Manuel Vaz, alertava as autoridades para o constante roubo da azeitona, chegando mesmo a entregar um requerimento na câmara municipal de Castelo Branco que deu origem a uma postura municipal, do mesmo ano, que punia os autores de furtos de azeitona e bolota<sup>104</sup>. Anos mais tarde, em 1890, queixava-se do tratado de comércio com Espanha que facilitava o contrabando de azeite e acabava por dar mais benefícios à entrada daquele produto do país vizinho, fazendo baixar o preço do azeite nacional de qualidade superior: “*Parece incrível, mas é verdade, para o azeite espanhol todas as facilidades e comodidades, e para o azeite português todas as dificuldades. // A isto acresce ainda que o azeite espanhol vem aos nossos portos com tarifas mínimas, enquanto o nosso vem com tarifas pesadas.*”<sup>105</sup>. Nas suas memórias, Bulhão Pato referiu-se ao chamado azeite de prato que foi introduzido em Portugal por Alexandre Herculano, com a sua preciosa produção de Vale de Lobos, seguindo-lhe o exemplo Manuel Vaz Preto<sup>106</sup>.

A necessidade de desenvolver os transportes era outra reivindicação destes notáveis. Manuel Vaz, em 1862, solicitava a construção de estradas, fundamentais para o desenvolvimento económico: “*as estradas não servem só para ligar dois pontos pelo*

---

<sup>102</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>103</sup> B.N.P., E.R.F.M, caixa 40. Circular aos eleitores de João José Vaz Preto Geraldês de 18 de outubro de 1852. Ver: anexo n.º 11.

<sup>104</sup> D.C.D., sessões de 2 e 8 de agosto de 1861 e MARTINS, 2005, p. 360.

<sup>105</sup> D.C.P., sessão de 5 de julho de 1890.

<sup>106</sup> PATO, Tomo I, 1894, pp. 231-232.

*meio mais curto, mas sim para ligar todos os focos de população, de maneira que dê desenvolvimento ao comércio, à indústria e agricultura, aumentando por esta forma a produção.*”<sup>107</sup>. Em junho de 1867, assinalou um dos principais motivos do atraso da Beira Baixa, a falta de transportes. Segundo ele a Beira tinha imensos produtos que podia colocar no mercado interno porém, desde a construção das linhas férreas do Alentejo, perdeu o seu comércio para esta província que colocava a sua produção mais rapidamente e com custos inferiores. Inclusive a Espanha colocava produtos mais depressa em Lisboa do que o distrito de Castelo Branco<sup>108</sup>.

Estas declarações estavam diretamente relacionadas com as suas atividades de grandes agricultores, necessitados de escoar os seus cultivos nas melhores condições, especialmente azeite, do qual eram afamados produtores. O grande influente beirão foi ainda um grande criador de equídeos, possuindo uma coudelaria com cavalos de raça, tendo mesmo obtido alguns prémios<sup>109</sup>.

As preocupações com as questões agrícolas revelavam-se em todos os pormenores da ação de Manuel Vaz Preto. No verão de 1867 ao realizar uma grande viagem pela Europa, contemplou, no trajeto de Southampton para Londres, a organização dos campos agrícolas e a ausência de pobreza nas aldeias<sup>110</sup>. É de notar a preocupação com a organização dos campos, fruto da sua condição de grande proprietário, e a comparação com as aldeias beirãs onde a pobreza era uma realidade. O cuidado com que tratava as terras foi constante ao longo da vida, exemplo disso é uma carta dirigida a Tavares Proença, em março de 1897, sobre o valor de uma das suas propriedades, quando afirmava: *“Tenho ali muitas oliveiras e grande extensão de terrenos sáfaros, mas essas oliveiras dão pouco por estarem plantadas em pissarra sem terra, e para darem alguma coisa é mister serem limpas, lavradas e estrumadas, fazer-lhes socalcos e guarda-las do roubo; o que é quase impossível*”<sup>111</sup>. Esta passagem prova que conhecia perfeitamente os seus domínios, as suas potencialidades, fragilidades e mais uma vez a preocupação com os roubos da azeitona, que lhe deveriam causar prejuízos avultados. Manuel Vaz Preto era de facto um dos grandes proprietários e produtores agrícolas do país e, se provas faltassem, podemos acrescentar ainda a sua condição de sócio da Real Associação Central de Agricultura Portuguesa (RACAP).

---

<sup>107</sup> D.C.D., sessão de 18 de fevereiro de 1862.

<sup>108</sup> D.C.P., sessão de 21 de junho de 1867.

<sup>109</sup> DIAS, Jaime Lopes, 1931, p. 31.

<sup>110</sup> *Jornal Estrela da Beira*, n.º 277, 10 de agosto de 1867.

<sup>111</sup> DIAS, José Lopes, 1970, p. 192.

Fundada em 1860, desta Associação fizeram parte os grandes agricultores portugueses, tendo como primeiro sócio, desde 1863, o próprio rei, altura em que passou a Real Associação. Esta agremiação tinha como função representar os interesses dos proprietários e rendeiros agrícolas, fomentar a melhoria das técnicas, promover exposições em Portugal e no estrangeiro, organizar cursos e conferências e publicar artigos em jornais e revistas especializadas. Teve grande influência nos corredores do poder e na lista de sócios de 1881 constavam o nome de vários ministros e de outras personalidades de grande destaque da vida política e económica, entre eles estava Manuel Vaz Preto Geraldês<sup>112</sup>.

Em relação à família Tavares Proença o panorama é semelhante, possuíam quintas, tapadas, chãos, hortas, barros, vários montes em Malpica do Tejo e herdades no Alentejo. Os seus produtos agrícolas eram amplamente apreciados, até pela família real. As cartas trocadas entre Tavares Proença (filho) e o conde de Arnoso, Bernardo Correia de Melo, secretário particular do rei D. Carlos, provam como os queijos, presuntos, azeite e fruta estavam na mesa do Paço e eram profundamente apreciados, principalmente pela Rainha D. Amélia<sup>113</sup>. As suas quintas na cidade de Castelo Branco e arredores eram enormes e muito produtivas, destacando-se a Quinta Nova, situada, como já vimos, por trás da Sé da cidade e a Quinta da Feiteira, que em meados do século XIX estava avaliada em 40 contos de réis<sup>114</sup>. A preocupação com a rentabilidade das explorações vinha já de Joaquim Fevereiro que terá efetuado uma viagem pela Europa, onde se incluíram países como a França, Suíça, Itália e Inglaterra, com o objetivo de tomar conhecimento das novas técnicas agrícolas<sup>115</sup>.

Em resumo, tanto os Vaz Preto como os Tavares Proença eram abastados proprietários, reconhecidos na época como tal, as suas casas agrícolas tinham uma produção considerável e, por certo, davam trabalho a muita gente. Não eram proprietários absentistas, Manuel Vaz Preto passava grande parte do ano na quinta da Lousa, só se ausentando para os trabalhos parlamentares, Tavares Proença (pai) passou a viver em Castelo Branco após a Regeneração e o seu filho viveu sempre naquela cidade, o que demonstra a sua preocupação e empenho em acompanhar a gestão da sua casa. Este cuidado com a rentabilidade agrícola, por parte das duas famílias, era

---

<sup>112</sup> GRAÇA, 1999, p. 86-89. Lista de sócios anexo 1, pp. 231-243.

<sup>113</sup> DIAS, José Lopes, julho de 1963 b), pp. 72-82.

<sup>114</sup> SILVA, 1853, p. 115.

<sup>115</sup> MARTINS, 2010, p. 24.

perfeitamente justificado já que o seu poder económico estava intimamente ligado à terra.

### ***1.5- Ligações com o centro político e estratégias matrimoniais***

A elevada posição económica e social conquistada pelas famílias Vaz Preto e Tavares Proença refletiu-se no estatuto social adquirido no Antigo Regime, o qual foi consolidado na Monarquia Constitucional.

No período liberal instituíram-se critérios censitários e capacitários que diferenciavam os indivíduos politicamente e limitavam a um número reduzido aqueles que podiam interferir nos destinos dos concelhos, abrindo as portas à formação de uma nova elite assente na riqueza e nos conhecimentos adquiridos. As razões que levaram os liberais a favorecerem esta nova oligarquização dos concelhos poderão encontrar-se na debilidade do aparelho periférico do Estado que conferiu aos municípios capacidade de intervenção em tarefas tão importantes como o recrutamento militar, o recenseamento eleitoral e o lançamento de impostos diretos<sup>116</sup>. O mesmo aconteceu em Espanha onde o Estado recorreu aos elementos locais de maior prestígio para poder assegurar aquilo de que necessitava, impostos, ordem, obediência e votos<sup>117</sup>.

Com tantas responsabilidades, as comunidades locais só podiam ser dirigidas pelos mais capazes e por quem tivesse reconhecimento social, recorrendo a monarquia constitucional às práticas tradicionais de Antigo Regime, privilegiando atores políticos poderosos que exerciam a autoridade em sociedades baseadas na tradição, com vínculos de dependência de vária ordem, na maioria herdados. Tanto os Vaz Preto como os Tavares Proença exerceram cargos na administração municipal ao longo do século XIX na cidade de Castelo Branco como vereadores e conselheiros municipais<sup>118</sup>.

Para além da preponderância local, o Liberalismo abriu outros palcos políticos aos grandes notáveis, como a Câmara dos Deputados e a Câmara dos Pares. Estas duas instituições também tinham critérios de seleção muito rigorosos. Segundo a Carta Constitucional de 1826, só era elegível para deputado o eleitor que tivesse uma renda líquida anual de 400\$000 réis. Dentro deste pressuposto, João José Vaz Preto Geraldês e

---

<sup>116</sup> SILVEIRA, 1997, p. 109.

<sup>117</sup> CARASA SOTO, 1997. II vol., p. 31.

<sup>118</sup> Ver: POUSINHO, 2004, anexos n.ºs, 8, 16, 18 e 19.

Francisco Tavares de Almeida Proença foram eleitos deputados logo na legislatura de 1834-1836<sup>119</sup>. A segunda câmara, por seu lado, estava destinada aos «grandes do reino», alta nobreza e alto clero, e também ela com elevados padrões de seleção dos seus membros. Após 1834, a Câmara dos Pares mudou um pouco a lógica do recrutamento já que os grandes titulares apoiaram, na sua maioria, a causa miguelista, sendo os novos membros oriundos de vários setores sociais de elevado prestígio, entre eles os grandes proprietários<sup>120</sup>, onde se enquadravam os Vaz Preto e os Tavares Proença, tendo sido nomeados para a Câmara Alta em 1842. Como já vimos atrás, também foram eleitos para o Senado em 1838 e 1840, provando mais uma vez o estatuto de grandes proprietários.

Todavia, há outros fatores que contribuíram para a sua afirmação social e política, eles são: as relações de grande proximidade com a elite política liberal e as estratégias matrimoniais.

Os patriarcas, João José Vaz Preto Geraldês e Francisco Tavares de Almeida Proença, como acabámos de analisar, cedo se envolveram na política a seguir à guerra civil sendo eleitos deputados, senadores e elevados ao pariatato. A presença nos grandes palcos políticos permitiu a ambos o contacto com personagens tão importantes como Rodrigo da Fonseca Magalhães, ou Luís Mousinho de Albuquerque. O primeiro foi determinante para a nomeação dos dois notáveis beirões para o Pariato, como analisaremos no capítulo seguinte, e João José também deve a Rodrigo e a Mousinho as duas nomeações para governador civil do distrito de Castelo Branco nos anos de 1840. Apesar da difícil coabitação política com Costa Cabral, como mais à frente veremos, as memórias de Bulhão Pato provam que a relação pessoal entre o morgado da Lousa e o marquês de Tomar era afável e respeitosa<sup>121</sup>. Nos anos da década de 1850, João José aproximou-se dos elementos mais à esquerda, como foi o caso de José Estevão. Prova das suas excelentes relações no mundo político e intelectual foi o acolhimento proporcionado a Alexandre Herculano aquando de uma viagem deste pelo país, em 1853<sup>122</sup>.

---

<sup>119</sup> MÓNICA (Coord.), 2005, p. 317 e 2006, p. 387.

<sup>120</sup> SILVEIRA, 1992, p. 349.

<sup>121</sup> PATO, Tomo II, 1894, pp. 31-32.

<sup>122</sup> Ver: Alexandre Herculano, *Apontamentos de viagem (1853-1854)*. Herculano foi encarregado pela Academia Real das Ciências de recolher documentos antigos para a coletânea *Portugaliae Monumenta Historica*, tendo percorrido várias zonas do país, entre as quais a Beira Baixa, tendo ficado alojado na quinta da Lousa, em setembro de 1853.

Como grandes notáveis locais estabeleceram relações com outras notabilidades políticas da época, chegando mesmo Tavares Proença (pai) a ocupar o lugar de ministro do Reino, em 1847<sup>123</sup>.

A estratégia matrimonial foi outra forma que João José e Tavares Proença utilizaram para ampliar as suas redes de influência social e política. Como já vimos atrás, este estratagema foi amplamente utilizado para concentrar e expandir as fortunas existentes e usado como forma de perpetuar a influência social destas famílias ao longo dos séculos.

No caso dos Vaz Preto os vários casamentos efetuados desde o século XVII permitiram a construção do poder fundiário e social desta família, estratégia que se manteve no início do século XIX. João José Vaz Preto Geraldês casou com uma prima, Joana Carlota Giraldes de Bourbon, irmã do futuro conde da Graciosa. Este casamento deu continuidade a uma estratégia familiar de ligações entre as famílias Vaz Preto, os futuros condes da Graciosa e os futuros viscondes da Borralha. A prima e cunhada de João José, Inês Vera Geraldês Bourbon, casou com o próprio visconde da Borralha e a sua filha, Emília Vaz Preto, casou com Albano Caldeira Pinto de Albuquerque, irmão do 1.º visconde da Borralha<sup>124</sup>. Os Vaz Preto ligavam-se a duas famílias também elas grandes proprietárias e que integraram a nova nobreza liberal (quadro n.º 7)<sup>125</sup>.

João José teve uma outra filha fora do casamento, Júlia Vaz Preto Geraldês que casou com Guilhermino Augusto de Barros, bacharel em Direito e figura importante da administração pública, ocupando vários cargos de relevo, entre os quais o de diretor-geral dos correios e telégrafos e do comércio e indústria<sup>126</sup>.

---

<sup>123</sup> As memórias do marquês da Fronteira dão uma imagem pouco simpática de Tavares Proença enquanto ministro do Reino, deixando implícito alguns traços de provincianismo. Como curiosidade veja-se um episódio em que relata uma reunião entre Tavares e um empresário italiano, tentando satisfazer um pedido da Rainha para que se reabrisse o Teatro de S. Carlos, à época fechado por falta de verba, em que o marquês afirma: “*Barítono e Baixo foi para ele uma novidade, confessando que nunca tinha percebido que houvesse semelhante diferença*” e mais à frente acrescenta: “*O meu chefe não podia admitir que houvesse coristas e comparsas: queria que uns e outros cantassem e dançassem, para se poupar uma verba considerável. // Concluiu assegurando ao empresário que, pela sua parte, não achava graça alguma ao teatro italiano: que, para ele, uma cena do Taborda ou do Sarzedas valia mais do que uma ópera do decantado Rossini.*” Ver: ANDRADA, quarto volume, parte sétima e oitava (1842-1853), pp. 248-249.

<sup>124</sup> Ver: anexo n.º 3.

<sup>125</sup> Sobre a genealogia dos condes da Graciosa e viscondes da Borralha ver anexo n.º 3.

<sup>126</sup> Ver: anexo n.º 1 e MÓNICA (Coord.), 2004, pp. 331-333.

#### Quadro n.º 7- Conde da Graciosa e visconde da Borralha

Nome	Títulos	Localização das propriedades
Fernando Afonso Giraldes de Melo Sampaio Pereira	1840- Visconde da Graciosa 1858- Conde da Graciosa 1879- Marquês da Graciosa	Idanha-a-Nova e Monsanto
Francisco Caldeira Leitão Pinto de Albuquerque de Brito Moniz	1852- Visconde da Borralha	Castelo Branco, Castelo Novo, Monsanto, S. Vicente da Beira, Covilhã, Midões, Cernache do Bonjardim, Sertã e Vila Franca de Xira

Fontes: ESTEVES, 2008, pp. 129 e 137; MÓNICA (coord.), 2005 p. 949 e 2006, pp. 219-220.

Em relação à família Tavares Proença o processo foi muito semelhante. Francisco Tavares de Almeida Proença (pai), como vimos, aumentou muito a sua fortuna com o casamento e procurou, também, os melhores esposos para as suas filhas. Maria Joaquina casou com Gonçalo Xavier de Almeida Garrett, lente da Universidade de Coimbra e sobrinho do ilustre poeta e político Almeida Garrett. Maria Bárbara contraiu enlace com José de Saldanha Oliveira e Sousa, irmão do 4.º conde de Rio Maior, de quem o filho mais velho do casal herdará o título por falta de sucessão do titular. Estes enlances matrimoniais alcançaram maior significado social do que os dos Vaz Preto e serão decisivos para Tavares Proença (filho), como veremos mais à frente.

Se os patriarcas procuraram engradecer as suas casas e planearam uma estratégia matrimonial capaz de alargar a influência das famílias nos estratos mais altos da sociedade, os herdeiros varões demonstraram uma total despreocupação nesta matéria, seguindo um percurso bastante diferente, desafiando mesmo as convenções sociais da época. De facto, Manuel Vaz Preto morreu solteiro, tendo deixado um filho legitimado desconhecendo-se o nome da mãe. Este último, Manuel Vaz Preto Geraldês, seguiu a carreira das armas e morreu bastante jovem. Contudo, deixou descendência, tendo o velho morgado da Lousa educado o neto<sup>127</sup>. Já Francisco Tavares de Almeida Proença casou com Judite Gualdino, costureira de teatro, com quem teve três filhos.

As opções destes dois notáveis demonstram que não houve qualquer plano delineado sobre possíveis ligações familiares. Manuel Vaz Preto morreu em 1902, tendo o seu neto 12 anos e foi precisamente este seu descendente, Manuel Vaz Preto Geraldês

---

<sup>127</sup> Manuel Vaz Preto Geraldês morreu em 1891 em Moçambique numa campanha de pacificação do exército português. Ver genealogia dos Vaz Preto, anexo n.º 1.



Barba de Meneses, que concretizou a união das duas grandes famílias beirãs ao casar com uma filha de Tavares Proença, Bárbara Tavares de Almeida Proença. Depois de tantas lutas políticas, as duas famílias acabaram por se unir, após a implantação da República<sup>128</sup>. Como podemos interpretar esta união? Por um lado, poderá não ter sido alheia à necessidade de manter a grandeza das casas e dos nomes das famílias, após períodos de grande preponderância social e política. Por outro lado, perante a geografia dos bens e a origem dos rendimentos, já estudados atrás, a verdade é que há uma certa complementaridade económica entre as duas famílias não se conhecendo entre elas divergências ou disputas nesta área, sendo possível mesmo ver alguma ação conjunta em certos períodos. Assim aconteceu em 1897 quando Manuel Vaz e Tavares trocaram entre si algumas cartas sobre os valores de várias matrizes prediais, pertencentes ao morgado da Lousa. Este queixava-se de os delegados da junta de levantamento dos valores prediais lhe aumentarem o valor das suas propriedades e atribuírem-lhe a posse de outras que não lhe pertenciam. Numa das missivas, agradecia mesmo a Tavares o ter contribuído para a substituição do delegado nos Escalos de Baixo, que Manuel Vaz atribuía a uma deferência para consigo: “*visto estarem todos de acordo em que as matrizes de Escalos de Baixo carecem de ser emendadas*”. Numa outra carta combinava mesmo os nomes dos delegados a nomear para a Lousa e Mata: “*desses que foram indicados preferia para a Lousa Manuel Marcelino, e para a Mata o Padre Manuel Lopes Falcão*”<sup>129</sup>. De facto, como veremos, nota-se uma aproximação entre as duas famílias no final do século XIX mesmo em termos políticos, embora de uma forma muito ténue, pelo que a união pelo casamento, verificada anos mais tarde, talvez não deva ser considerada uma surpresa total.

Se Manuel Vaz Preto e Tavares Proença (filho) não efetuaram matrimónios que lhes trouxessem ganhos patrimoniais ou mais-valias políticas, os casamentos das irmãs foram determinantes para os seus percursos na esfera política. Para o morgado da Lousa, o tio, conde da Graciosa, os cunhados, Albano Caldeira e Guilhermino de Barros, e os primos, Fernando Afonso Geraldês Caldeira e Fernando Geraldês de Sampaio Bourbon, herdeiro da casa Graciosa, a par dos seus irmãos, Fernando Vaz

---

<sup>128</sup> Ver anexo n.º 2.

<sup>129</sup> DIAS, José Lopes, 1970, pp. 191-192.

Preto e João José Vaz Preto, constituíram um núcleo familiar coeso que esteve politicamente ao seu lado nas décadas de 70 e 80 do século XIX (quadro n.º 8)<sup>130</sup>.

**Quadro n.º 8- Ligações político-familiares de Manuel Vaz Preto**

N.º de ordem	Nomes	Parentesco	Títulos nobiliárquicos	Cargos políticos
1	Fernando Afonso Giraldes de Melo Sampaio Pereira	Tio	Visconde, conde e marquês da Graciosa	Par do reino por Carta Régia de 3 de maio de 1842; Governador civil de Coimbra
2	Albano Caldeira Pinto de Albuquerque (irmão do 1.º visconde da Borralha)	Cunhado		Deputado; Governador civil de Aveiro, Viseu, Coimbra e Castelo Branco
3	Guilhermino Augusto de Barros	Cunhado		Deputado, Par do reino eletivo em 1885 e vitalício por Carta Régia de 17 de março de 1898; Governador civil de Bragança, Castelo Branco e Lisboa.
4	Fernando Afonso Giraldes de Bourbon (filho do n.º 1)	Primo	2.º Conde da Graciosa	Deputado e Par do reino por sucessão.
5	Fernando Afonso Giraldes Caldeira (sobrinho do n.º 2 e filho do 1.º visconde da Borralha)	Primo		Deputado
6	Fernando Vaz Preto Giraldes	Irmão		Deputado
7	João José Vaz Preto Giraldes	Irmão		Governador civil de Castelo Branco

Fontes: MÓNICA (coord.), 2004, pp. 82-83, 330-331; 419-420 e 529-530; 2005 pp. 315 e 949 e 2006, pp. 219-220.

Com a exceção do tio, 1.º conde da Graciosa, e do irmão João, os restantes foram eleitos deputados pelos círculos eleitorais de Castelo Branco, fazendo parte do grupo dos pretos. Guilhermino e João José Vaz Preto, irmão de Manuel Vaz, foram ainda governadores civis do distrito de Castelo Branco devido à influência deste último. A relação com o cunhado Guilhermino Augusto de Barros extravasava a ligação

<sup>130</sup> Ver: anexo n.º 3, sobre a composição das casas Graciosa e Borralha.

familiar, uma vez que, desde muito cedo, estabeleceram uma sólida relação de amizade e foi por interferência de Manuel Vaz que Guilhermino casou com a sua irmã em 1850, estando esta retirada num convento em Lisboa, e passando a viver o casal consigo na quinta da Lousa.

Se a família constituiu para Manuel Vaz Preto uma trave mestra dos seus apoios políticos, as suas relações pessoais com vários notáveis da época também lhe trouxeram grandes dividendos. A sua passagem, como estudante de Direito, pela Universidade de Coimbra, deixou-lhe amizades e relações políticas para toda a vida. O ambiente da casa dos Vaz Preto na cidade do Mondego era de grande cosmopolitismo. Segundo Bulhão Pato, a residência reunia a flor dos estudantes do curso de Direito onde se faziam grandes serões literários, destacando entre os convivas Martens Ferrão, visconde de Chancelieiros, Henrique O'Neill e o seu futuro cunhado Guilhermino Augusto de Barros<sup>131</sup>. Também na Universidade se cruzará, no final do curso, com Luciano de Castro de quem se aproximará politicamente no final do século XIX. A sua chegada muito cedo ao Parlamento, com 33 anos, em 1861, fará com que conviva e estabeleça relações com todas as personagens que marcaram a Monarquia Constitucional, como António José de Ávila, Fontes Pereira de Melo, Anselmo Braamcamp e José Dias Ferreira, entre outros, que muito contribuíram para o seu percurso político. A ascensão ao pariato em 1864, por via hereditária, deu-lhe independência política e catapultou-o para outro palco de enorme prestígio e visibilidade, tendo sido um dos pares mais interventivos nas décadas de 1870 e 1880.

Manuel Vaz Preto movia-se bem nos gabinetes ministeriais e muitas vezes resolvia assuntos diretamente com os ministros, como o próprio afirmava com regularidade. Damos como exemplo a construção de uma estrada que ligava Castelo Branco à parte norte do distrito que só foi concluída graças ao seu envolvimento, relembrando ao ministro uma promessa antiga: *“eu cumpri o meu (dever), pugnado pelos interesses do meu distrito, não só aqui (Câmara dos Pares), mas mesmo indo à secretaria pedir ao Sr. Ministro o cumprimento da sua palavra.”*<sup>132</sup>. Anos mais tarde, em 1898, António Cabral escreveu que ao dirigir-se ao gabinete de José Luciano de

---

<sup>131</sup> PATO, Tomo II, 1894, pp. 38-41.

<sup>132</sup> D.C.P., sessão de 21 de julho de 1869.

Castro aí encontrou Manuel Vaz, que também tinha encontro marcado com o então presidente do conselho de ministros<sup>133</sup>.

A sua atuação política na capital foi de tal forma importante que chegou a financiar dois jornais nos anos de 1870, *A Discussão* e o *Diário da Manhã*, tendo a colaboração ativa de Pinheiros Chagas, que será seu correligionário político<sup>134</sup>. Manuel Vaz será ainda o responsável pela ascensão política de João Franco, um elemento da nova geração<sup>135</sup>.

Francisco Tavares de Almeida Proença (filho) teve um percurso diferente e as suas ligações ao mundo da política devem-se essencialmente às personalidades locais que privaram com o seu pai e aos casamentos das irmãs (quadro n.º 9).

Tavares nasceu em Lisboa em 1853, mas desde muito novo fixou-se em Castelo Branco, para onde o pai se retirou para cuidar da casa agrícola. Ao contrário de Manuel Vaz, não prosseguiu os estudos na Universidade, faltando-lhe o convívio e os contactos que Coimbra podia proporcionar<sup>136</sup>. À data da morte do pai, em 1872, era bastante jovem, apenas 19 anos, e ficou com a incumbência da gestão das numerosas propriedades herdadas, tendo uma relação muito conflituosa com a mãe, a quem censurava a excessiva devoção católica<sup>137</sup>.

As décadas de 1870 e de 1880 foram de afirmação política local e nacional, tendo de percorrer um longo caminho devido à sua juventude. Como veremos, Tavares teve alguma dificuldade inicial em se assumir perante as grandes tendências nacionais e só após a adesão ao Partido Progressista, em 1883, ganhou algum prestígio local o que lhe permitiu ter uma rede de influência assinalável no distrito. A relação com os progressistas não foi pacífica, mas, apesar de tudo, Tavares financiou o jornal deste partido, *Correio da Noite*, com 25 assinaturas e 100\$000 anuais, além de contribuições avulsas de 500\$000 réis<sup>138</sup>.

---

<sup>133</sup> CABRAL, 1929, p. 349.

<sup>134</sup> O jornal *A Discussão* foi publicado entre julho e dezembro de 1875, já o *Diário da Manhã* foi publicado entre janeiro de 1876 e novembro de 1884 e foi dirigido por Pinheiro Chagas.

<sup>135</sup> RAMOS, 2001, pp. 38-42.

<sup>136</sup> MÓNICA (Coord.), 2006, p. 389.

<sup>137</sup> DIAS, José Lopes, abril de 1972, p. 32.

<sup>138</sup> MÓNICA (Coord.), 2006, p. 390.

**Quadro n.º 9- Ligações político-familiares de Tavares Proença (filho)**

N.º de ordem	Nomes	Parentesco	Títulos nobiliárquicos	Cargos políticos
1	Gonçalo Xavier de Almeida Garrett	Cunhado		Par do reino, carta régia de 17 de março de 1898.
2	Alexandre Proença de Almeida Garrett (filho do n.º 1)	Sobrinho		Deputado.
3	José de Saldanha Oliveira e Sousa	Cunhado	Filho do 3.º conde de Rio Maior, irmão do 4.º e pai do 5.º conde de Rio Maior.	Deputado.
4	João de Saldanha Oliveira e Sousa (filho do n.º 3)	Sobrinho	5.º Conde e 2.º marquês de Rio Maior.	
5	José Maria de Almeida Correia de Sá (casou com Maria da Piedade de Oliveira e Sousa, filha do n.º 3)	Sobrinho por afinidade	6.º Marquês de Lavradio	Par do reino por sucessão, posse a 2 de maio de 1902. Secretário particular do rei D. Manuel II.
6	Caetano Henriques Pereira Saldanha e Lencastre (casou com Maria Teresa de Saldanha e Sousa, filha do n.º 3)	Sobrinho por afinidade	4.º Conde das Alcáçovas.	Par do reino por sucessão, posse a 1 de agosto de 1908.

Fontes: DIAS, José Lopes, abril de 1972; FEVEREIRO, 2004; MÓNICA (coord.), 2005 pp. 304-305, 489-490 e 553-554.

O prestígio político do pai, a elevada fortuna ao seu dispor e os casamentos das irmãs foram argumentos decisivos para a sua inserção social e política que se cimentou nos anos da década de 1890.

A sua relação com a família real desenvolveu-se com o rei D. Carlos e com os príncipes que privavam com alguns amigos de Tavares Proença, como o conde de Arnoso, secretário particular do rei, o coronel Malaquias de Lemos, que prestou serviço junto do referido monarca, e o seu sobrinho, 6.º marquês de Lavradio, secretário de D. Manuel II<sup>139</sup>. D. Carlos apreciava as caçadas na Beira Baixa e para as concretizar contava com os bons serviços de Tavares Proença. O rei esteve por estas paragens pelo

<sup>139</sup> Ver genealogia da família Tavares Proença, anexo n.º 2. O coronel Filipe Malaquias de Lemos nasceu em Castelo Branco em 19 de novembro de 1848 e estabeleceu amizade com Tavares Proença.

menos quatro vezes: a primeira, em fevereiro de 1898, e a segunda, em dezembro de 1899, caçou em Monforte da Beira; a terceira, em 1901, foi até Oleiros e a quarta, em fevereiro de 1905, esteve em Malpica do Tejo. O monarca pedia para ser recebido com os produtos da terra e para ficar alojado nas aldeias onde ia caçar, o que obrigou Tavares Proença a preparar as casas para acomodar a comitiva real e a providenciar, do seu próprio bolso, tudo o que era necessário, desde a cama, louças, retretes, cobertores, as refeições e todo o pessoal necessário<sup>140</sup>. Toda a cortesia de Tavares Proença era correspondida pelo rei com vários convites para estar presente no palácio ducal de Vila Viçosa<sup>141</sup>. A ação do rei também foi decisiva para a sua ascensão à Câmara dos Pares, em 1905, distinção que sempre tinha rejeitado e a que só anuiu nesta data por insistência do próprio rei<sup>142</sup>. A relação de proximidade com o rei D. Carlos ficou bem vincada após o regicídio, quando a rainha D. Amélia lhe ofereceu, como lembrança da sua amizade, um alfinete de gravata que tinha pertencido ao finado monarca<sup>143</sup>.

Uma prova do grande prestígio social que lentamente foi alcançando a partir da década de 1880 foi o seu protagonismo aquando da inauguração da linha de caminho-de-ferro da Beira Baixa. O seu palacete, na rua de S. Sebastião em Castelo Branco, hospedou, em setembro de 1891, uma série de personalidades, entre as quais Rafael Bordalo Pinheiro que nos deixou vários desenhos, um deles bastante elucidativo, sobre a forma como foram recebidos durante os três dias de permanência na cidade e outro do palacete todo engalanado<sup>144</sup>. O jornal *Correio da Beira* descrevia desta forma a elegância da sua habitação: “Ao Sr. Tavares Proença cabem sem contestação as honras pelo que respeita a iniciativa particular, tornando o seu palácio verdadeiramente fantástico pela profusão das luzes, troféus, bandeiras e de luz elétrica, (...) resultou ser a rua de S. Sebastião a rainha da festa, oferecendo um espetáculo tanto de dia como de noite deslumbrante e incomparável. Nunca vimos melhor nas grandes cidades!”,<sup>145</sup>.

---

<sup>140</sup> DIAS, Jaime Lopes, 1962, pp. 12-15, p. 28, pp. 42-48.

<sup>141</sup> Tavares Proença era convidado com regularidade para Vila Viçosa. Como exemplo damos o convite feito pelo Rei em 1899, por intermédio do inspetor do palácio ducal que teve a incumbência de informar Tavares Proença de que para a viagem para Vila Viçosa tinha Tavares à sua disposição uma carruagem-salão no comboio que saía do Terreiro do Paço às 7.45h e chegava a Estremoz às 3.45h da tarde, estando uma carruagem à espera que o levaria a Vila Viçosa, onde chegaria pelas seis da tarde. O convite tem a data de 10 de dezembro de 1899. Tavares esteve quatro dias em Vila Viçosa e a partida foi a 14 de dezembro. Ver: DIAS, José Lopes, julho de 1963 b), p. 74.

<sup>142</sup> DIAS, José Lopes, abril de 1965, p. 87.

<sup>143</sup> DIAS, José Lopes, 1970, p. 16.

<sup>144</sup> Jornal *O António Maria*, de 12 de setembro de 1891. Ver anexo n.º 101 e FERRÃO, outubro de 1861, pp. 61-68.

<sup>145</sup> Jornal *Correio da Beira*, n.º 386, de 9 de setembro de 1891.

Em agosto de 1906 alojou os príncipes, D. Luís Filipe e D. Manuel, numa viagem efetuada à Beira Baixa. A própria rainha pediu a Tavares para os hospedar durante uma noite. Os príncipes foram acompanhados pelo visconde da Asseca e pelo marquês de Lavradio, sobrinho de Tavares<sup>146</sup>. A relação com o futuro D. Manuel II perdurará no tempo, pois trocaram alguma correspondência, após o exílio do rei em Inglaterra<sup>147</sup>.

Constatámos que Manuel Vaz Preto e Francisco Tavares de Almeida Proença (filho) tinham uma grande projeção social e política. Ambos tinham prestígio familiar que herdaram dos pais, enormes fortunas e redes familiares alargadas. No entanto, Manuel Vaz Preto, fruto do seu percurso pessoal e político, tinha maior preponderância na capital, junto de várias figuras, como Fontes Pereira de Melo ou José Dias Ferreira, enquanto Francisco Tavares Proença, que teve mais dificuldade em conquistar apoios no centro político, tinha contactos privilegiados no Paço, fruto dos casamentos das irmãs e amizades estabelecidas em anos anteriores, como foi o caso do coronel Malaquias de Lemos.

### ***1.6- As redes de influência no distrito de Castelo Branco***

Tanto os Vaz Preto como os Tavares Proença estabeleceram, naturalmente, uma rede de influências no distrito que dominaram económica e politicamente durante a Monarquia Constitucional. Segundo o jornal *Gazeta da Beira*, nas primeiras décadas do novo regime, João José e Tavares Proença entendiam-se perfeitamente. Tavares passava grande parte do tempo em Lisboa e não se preocupava com a política local que estava entregue ao morgado da Lousa<sup>148</sup>. Assim, logo em 1835, este desempenhou funções como vereador da câmara municipal de Castelo Branco, chegando a presidente em 1840, cargo que abandonou ao ser nomeado, por Rodrigo da Fonseca, administrador-geral do distrito de Castelo Branco no mesmo ano<sup>149</sup>. Neste período, João José estabeleceu excelentes relações políticas com algumas personalidades locais, como foram os casos do barão de Oleiros, Francisco de Albuquerque Pinto Castro e Nápoles e

---

<sup>146</sup> DIAS, José Lopes, julho de 1962, pp. 82-91.

<sup>147</sup> IDEM, 1970, pp. 6-23.

<sup>148</sup> *Gazeta da Beira*, artigo “Partidos Locais”, n.º77, de 19 de janeiro de 1908.

<sup>149</sup> A constituição de 1838 designava desta forma os governadores civis. Sobre as composições da câmara municipal de Castelo Branco ver; POUSINHO, 2004, anexo n.º 15.

o futuro visconde de Castelo Branco, João da Fonseca Coutinho Castro de Refóios<sup>150</sup>. Para além destas personagens, tinha o apoio incondicional do sogro, Fernando Afonso Gerales Meneses, com quem conspirou contra o miguelismo.

A atividade política de João José ofuscou-se um pouco após a Regeneração ao mesmo tempo que Tavares Proença ganhou maior preponderância regional, conseguindo trazer para a sua órbita mais personalidades que o ajudaram a controlar politicamente o distrito. Iniciaram-se aqui as divergências entre estas duas personagens, dando origem ao partido preto e partido branco, como estudaremos em pormenor noutro espaço desta dissertação. Tavares, que se retirou para Castelo Branco nos anos de 1850, tinha apoios consideráveis na Covilhã, Fundão e Castelo Branco (quadro n.º 10).

**Quadro n.º 10- Personalidades que apoiavam Tavares Proença (pai) nos anos de 1850 e 1860**

Concelhos	Personalidade	Atributos sociais
Castelo Branco	Joaquim de Albuquerque Caldeira	Advogado e proprietário em Castelo Branco
	Rafael José da Cunha	Grande proprietário em Castelo Branco e na Golegã
	António de Albuquerque Mesquita e Castro	Filho do 1.º visconde de Oleiros. Proprietário
	Francisco de Albuquerque Mesquita e Castro	3.º visconde de Oleiros. Proprietário em Oleiros e Alcains. Sobrinho do anterior
Fundão	Agostinho José Nunes da Silva Fevereiro	Primo de sua mulher. Proprietário em Castelo Branco e Fundão
	João Pinto Tavares Castelo Branco	Proprietário na Capinha.
Covilhã	António Pedroso dos Santos	Advogado

A família desempenhou um papel precioso, como o caso do Fundão demonstra, onde Agostinho Fevereiro trabalhava a favor da causa de Tavares. Em Castelo Branco há que ter em conta a sua grande preponderância como proprietário e as ligações que tinha com os seus pares. Todas estas personalidades serão importantes para a afirmação política de Tavares Proença nos anos de 1850 e 1860 e ajudaram na construção da tendência branca no distrito de Castelo Branco. Outro apoio de peso com que Tavares contava era o do grande proprietário e primeira fortuna do concelho Rafael da José da

<sup>150</sup> O barão de Oleiros teve um papel politicamente ativo entre 1834 e 1846, situando-se no campo da esquerda liberal, esteve com o setembrismo e ao lado da junta do Porto, na Patuleia. Sobre este assunto ver: POUSINHO, 2004, pp. 148-162. João da Fonseca foi elevado a visconde em 5 de julho de 1851.



Cunha, que, embora não se tenha envolvido na política, foi sempre leal à família Tavares Proença.

Os patriarcas iniciaram e estabeleceram estas redes de influências que foram usadas e alargadas pelos seus descendentes. Como podemos verificar nos anexos n.º 6, n.º 7 e n.º 8 estes exerceram grande domínio nos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Fundão. Há, no entanto, duas partes do distrito onde tiveram mais dificuldade em se impor e onde só exerceram influência a espaços, é o caso da Covilhã e a zona da Sertã, Oleiros, Proença-a-Nova e Vila de Rei, onde dominou, durante muitos anos, Jerónimo Pereira da Silva Baima Bastos, que se apresentava como independente, nunca tendo alinhado, de uma forma clara, com nenhuma das tendências dominantes<sup>151</sup>.

De qualquer modo, Manuel Vaz Preto alcançou uma tal predominância que mandou de uma forma absoluta no distrito nos anos de 1870 e grande parte da década de 1880 (anexos n.º 6 e n.º 8).

No Fundão o grupo preto era liderado por João António Franco Frazão e em Alpedrinha, o cônego António José Boavida, que era um dos seus apoiantes<sup>152</sup>, dirigiu o primeiro jornal preto no distrito, o *Estrela da Beira*<sup>153</sup>. Realçamos ainda neste concelho a aproximação de Agostinho Fevereiro aos pretos, após a morte de Tavares (pai), e o surgimento de um outro grupo que deu origem a um novo vocábulo político, «farinheira», de forma a se diferenciarem dos grupos fevereiro e preto. Os «farinheiras» eram liderados por Frederico Carlos Franco e Freire e pelo seu filho João Ferreira Franco Pinto Castelo Branco, naturais do Alcaide. Faziam questão em se afirmarem como um grupo autónomo e, apesar das alianças que firmaram em vários momentos eleitorais, nunca se diluíram com os fevereiro nem com os pretos, com quem, apesar de tudo, tinham mais afinidades sendo os seus aliados naturais<sup>154</sup>.

Em Castelo Branco, os anos de 1870 e 1880 representam o grande domínio preto graças ao apoio da nova nobreza liberal e mesmo da nobreza legitimista, como foi o

---

<sup>151</sup> LOPES, 2013, p. 151.

<sup>152</sup> António José Boavida foi governador da Sé de Beja (1871-1883). Ligou-se a Vaz Preto desde muito cedo, sendo eleito nos anos de 1870 por esta tendência pelo círculo eleitoral do Sabugal. Ver; MÓNICA (Coord.), 2004, pp. 391-392. Nos anos de 1890 Boavida aderiu ao franquismo.

<sup>153</sup> Este periódico será a voz da Fusão no distrito. Foi publicado entre 1864 e 1868 e os seus artigos são de ampla divulgação das ações de Manuel Vaz Preto e do governador civil, Guilhermino Augusto de Barros.

<sup>154</sup> CUNHA, 1892, p. 105; FEVEREIRO, 2004, p.102. João Franco ficará mesmo conhecido como o João «Farinheira». Este termo levou alguns autores, erradamente, a considerarem a existência de um influente fundanense chamado Farinha, ver: PEREIRA, 2002, p. 49. As particularidades da vida política fundanense serão desenvolvidas no capítulo VI.

caso de Pedro d' Ordaz Caldeira Valadares, que possuía uma fortuna superior à de Manuel Vaz, e, acima de tudo, ao seu delfim Ruivo Godinho. Este exerceu advocacia na cidade de Castelo Branco, sendo também professor no liceu. Cedo aderiu aos pretos, sendo eleito deputado e presidente da edilidade albicastrense, e terá sido o escolhido por Manuel Vaz para prosseguir a sua obra, desejo que não se concretizou devido à sua morte prematura, em 3 de maio de 1895<sup>155</sup>.

Em Idanha-a-Nova, Vaz Preto dominava de uma forma absoluta. Aqui juntava a sua influência à dos marqueses da Graciosa, à dos condes de Idanha-a-Nova e à dos viscondes de Proença-a-Velha, também eles grandes proprietários<sup>156</sup>.

O controlo sobre estes concelhos estava diretamente relacionado com a condição de grandes proprietários destas famílias, pois exerciam uma enorme influência sobre os pequenos lavradores, a grande maioria seus rendeiros.

Na Covilhã Manuel Vaz Preto conheceu dificuldades em penetrar, só o conseguindo nos anos de 1870 com o apoio de grandes capitalistas locais e graças à promessa da chegada da linha de caminho de ferro, como teremos oportunidade de constatar.

Tal como Manuel Vaz Preto, também Francisco Tavares de Almeida Proença (filho) estabeleceu uma vasta rede de influências no distrito. Se na década de 1870 os seus apoios eram muito escassos, nos anos seguintes eles aumentaram, principalmente após a morte do seu rival da Lousa, em 1902 (anexo n.º 7).

No início da sua atividade política não contava com muitos adeptos, socorrendo-se dos homens de mão do seu pai, Pedroso dos Santos e 3.º visconde de Oleiros, Francisco de Albuquerque Mesquita e Castro. Nas décadas posteriores, começou a granjear alguns apoios, principalmente no Fundão no seio da família Tavares Castelo Branco, nomeadamente com o apoio incondicional de Aurélio Pinto Tavares Castelo Branco, proprietário na Capinha. Também os Franco Castelo Branco, primos do anterior, se aliaram a Tavares, no final da década de 1880. Um dos pilares de Tavares em Castelo Branco era Pedro da Silva Martins, advogado e professor de liceu. Pedro Martins era filho de um dos feitores da casa agrícola de Tavares Proença, foi ajudado por este no prosseguimento dos estudos e tornou-se seu correligionário político, sendo

---

<sup>155</sup> Jornal *O Districto de Castelo Branco*, n.º 650, de 21 de agosto de 1902.

<sup>156</sup> ESTEVES, 2008, p. 129 e 142.

eleito deputado, presidente da câmara municipal de Castelo Branco e diretor do primeiro jornal afeto aos brancos em Castelo Branco, *Correio da Beira*<sup>157</sup>. Este é um bom exemplo de como os grandes caciques oitocentistas recrutavam os seus apoiantes entre os dependentes.

O final da década de 1890 e a de 1900 representaram para Tavares o auge político. A ascensão de João Franco veio baralhar as alianças, promovendo o seu próprio afastamento do partido preto, levando consigo o visconde de Tinalhas, o cônego Boavida e António Pedroso dos Santos que serão a face visível do franquismo no distrito de Castelo Branco<sup>158</sup>. Outra secessão de relevo das hostes pretas foi o do visconde de Portalegre, em Castelo Branco, que se juntou ao partido branco, devido a divergências com Ruivo Godinho. Na primeira década do século XX a grande maioria dos influentes políticos do distrito procuraram refúgio junto de Tavares Proença, após o desaparecimento de Manuel Vaz Preto, em 1902 (anexo n.º 7).

Como facilmente se percebe, tanto Vaz Preto como Tavares Proença disputavam os apoios dos grandes influentes locais no Fundão e em Castelo Branco. Em Idanha-a-Nova o morgado da Lousa dominou enquanto foi vivo, graças ao seu poderio económico neste concelho. Em relação à Covilhã, os notáveis sempre se mostraram pouco concordantes em estabelecer alianças com pretos e brancos, salvo algumas exceções, em conjunturas políticas muito particulares, como analisaremos mais tarde. A Sertã, Vila de Rei, Proença-a-Nova e Oleiros, fugiram durante muito tempo ao controlo de ambos. Só após a morte de Jerónimo Pereira da Silva Baima Bastos, em 1902, Tavares Proença alcançou alguma projeção nesta área, muito devido à ação dos 3.º e 4.º viscondes de Oleiros, Francisco de Albuquerque Mesquita e Castro e Francisco Rebelo de Albuquerque<sup>159</sup>. De realçar que nesta zona do distrito as duas famílias não tinham propriedades nem interesses económicos, não sendo de estranhar a dificuldade em se imporem politicamente.

Como temos visto, as famílias Vaz Preto e Tavares Proença dominaram politicamente o distrito de Castelo Branco desde a fundação do regime liberal. Mas porque motivos foram aceites pelos seus pares como líderes locais incontestados? Um dos fatores que nos parece decisivo foi a afirmação política dos patriarcas logo nos anos

---

<sup>157</sup> MARTINS, 2010, p. 35.

<sup>158</sup> Ver anexo n.º 8 os influentes no Fundão nas décadas de 1890 e 1900.

<sup>159</sup> DIAS, José Lopes, janeiro de 1963, pp. 67-70 e janeiro de 1965, p. 27.

de 1820, como analisaremos no capítulo seguinte, e os lugares de destaque que ocuparam após 1834, inserindo-se rapidamente nas lutas políticas de então, alcançando uma capacidade de atuação e de manobra inigualável não só entre os notáveis locais, mas também junto dos políticos da capital. Este facto deu-lhes protagonismo e criou confiança nas elites albicastrenses que os passaram a ver como líderes naturais.

A separação política dos patriarcas após a Regeneração e os fatores enunciados atrás explicam o facto de as principais famílias e personagens políticas do distrito terem procurado sempre apoio no cacique dominante. Manuel Vaz, nos anos de 1870 e 1880, conseguiu trazer para o seu lado grande parte dos elementos mais valiosos do distrito, fruto da morte de Tavares Proença (pai), do seu poder junto do centro político e da capacidade de distribuir benesses pessoais e coletivas, como teremos oportunidade de verificar. Após o seu desaparecimento, praticamente todo o seu séquito passou para a órbita de Tavares Proença (filho) pois este tinha ficado sem rival, era ele que podia desempenhar o papel de patrono do distrito e colocar os seus protegidos em lugares de destaque.

Nota de realce é o facto de tanto Tavares Proença como Manuel Vaz Preto terem escolhido como delfins dois elementos que não estavam ligados às grandes famílias de proprietários da região, Ruivo Godinho e Pedro Martins. Eram os dois formados em Direito, professores de liceu e representavam uma nova geração, letrada e com um percurso profissional ligado à esfera privada, como advogados, e à administração pública, como professores. Ambos se souberam impor junto dos seus patronos e estes viram neles gente capaz de singrar na vida pública, não sendo também alheia a estas escolhas a ausência de primogénitos que pudessem ou quisessem continuar as suas obras políticas.

Como temos visto até aqui, os Vaz Preto e Tavares Proença assumiram-se como grandes notáveis e influentes no distrito de Castelo Branco. Eram donos de vastos patrimónios, que foram sendo construídos ao longo dos séculos, tendo para isso contribuído as ligações matrimoniais, a compra de bens nacionais e a gestão cuidada das suas casas e possuíam elevados rendimentos.

O percurso destas duas linhagens de influentes constitui um quadro muito semelhante ao de vários casos já estudados de grandes notáveis, com carreiras políticas de algum realce e fortunas avultadas, como aconteceu com vários elementos da elite

eborense, estudados por Helder Fonseca. Em Évora uma parte significativa dos «maiores contribuintes» eram descendência das pessoas fidalgas, da principal nobreza da cidade, que entre 1788 e 1830 exerceram a vereação municipal. A elite eborense pós-Regeneração foi recrutada na antiga aristocracia, nos meios dos grandes proprietários e lavradores locais<sup>160</sup>. Igualmente os ascendentes de Vaz Preto e Tavares Proença tinham pertencido à nobreza local, fizeram parte das vereações no Antigo Regime e no período liberal, os seus descendentes, continuaram no pequeno grupo das grandes fortunas do concelho, estando no topo da hierarquia política.

Também em Espanha, estes temas têm sido amplamente trabalhados e as conclusões vão na direção de considerar as origens familiares, o património herdado e adquirido, os investimentos em bens desamortizados e os casamentos, como estando na origem do poder e da afirmação social e política das elites locais. Maria Antónia Peña Guerrero e Maria Sierra constataram que as elites andaluzas detinham um património avultado e que o aumentavam por via do casamento<sup>161</sup>. Num estudo sobre a elite de Huelva, Peña Guerrero, realça a importância dos vastos patrimónios e das estratégias matrimoniais para a entrada e solidificação de posições no mundo da política da Restauração borbónica<sup>162</sup>. Já entre a elite sevilhana, Maria Sierra encontrou enorme protagonismo dos grandes proprietários agrícolas que mantêm o poder ao longo do século XIX, havendo uma forte ligação entre o poder económico e o poder político<sup>163</sup>. Em Zamora o grupo dirigente tinha na sua posse vastas propriedades e aproveitou-se do processo de desamortização em Espanha para consolidar e aumentar a sua riqueza fundiária<sup>164</sup>. Em Múrcia a concentração fundiária era uma evidência e a posse da terra estava nas mesmas famílias que tinham tido protagonismo durante o Antigo Regime<sup>165</sup>. Finalmente, os casos dos grandes caciques conde de Romanones, em Castela la Mancha<sup>166</sup>, e Burgos e Mazo, na Andaluzia<sup>167</sup> que também encontram a origem do poder social e político na família e no vasto património herdado e adquirido.

Em resumo, tanto os Vaz Preto como os Tavares Proença eram famílias da nobreza provincial de Antigo Regime que souberam sobreviver e enquadrar-se no

---

<sup>160</sup> FONSECA, 1996 a), pp. 188-224 e 1996 b), pp. 711-714.

<sup>161</sup> VARELA ORTEGA (Dir), 2001 b), p. 25.

<sup>162</sup> PEÑA GUERRERO, 1998, pp. 41-48.

<sup>163</sup> SIERRA, 1996, pp. 39-43.

<sup>164</sup> GÓMEZ CABORNERO, 1999, p. 41.

<sup>165</sup> SALMERÓN GIMÉNEZ, 2000, p. 33.

<sup>166</sup> MORENO LÚZON, 1998.

<sup>167</sup> PEÑA GUERRERO, 1998.

contexto peninsular dos grandes notáveis oitocentistas. Para o seu domínio político as relações estabelecidas em Lisboa e no distrito de Castelo Branco foram fundamentais.

## Capítulo II- A afirmação política dos Vaz Preto e Tavares Proença (1852-1870)

### *2.1- O percurso político dos patriarcas: João José Vaz Preto Geraldês e Francisco Tavares de Almeida Proença (1842-1851)*

João José Vaz Preto Geraldês formou-se em Direito, com distinção, pela Universidade de Coimbra e invocou precisamente a sua condição de estudante para se escusar do cargo de vereador da câmara municipal de Castelo Branco, em 1826<sup>168</sup>.

No final de década de 1820 existem indícios da sua oposição ao miguelismo, já que alguns ofícios da Intendência Geral da Polícia referem a sua ausência da residência e o extremo cuidado que dava às suas ações, não passando, contudo, despercebidas. Num ofício da Intendência de 29 de Abril de 1829 registou-se: “*Apareceu agora (João José Vaz Preto Geraldês) na sua casa da Lousa mas disfarçadamente desviando-se das pessoas que passam pela estrada. Consta que na sua casa está escondido o sogro*”<sup>169</sup>. Durante o miguelismo existiu uma profunda ligação entre sogro e genro, vivendo a família conjuntamente, ora na Lousa, ora em Idanha-a-Nova, local onde Fernando Afonso Geraldês de Meneses fora colocado com residência fixa pelos absolutistas, pelo menos desde 1833. Nesta fase, João José não temia enfrentar as autoridades e disso dava conta um outro ofício da Intendência de 1833, onde se afirmava que duas personagens tão ilustres da região e inimigas do trono não podiam viver na mesma casa onde recebiam todo o tipo de pessoas suspeitas, tendo Vaz Preto amizade com todas<sup>170</sup>.

Sobre Francisco Tavares de Almeida Proença, também ele formado em Direito pela Universidade de Coimbra, existem menos certezas sobre a sua atuação política neste período mas, tendo em conta as memórias do marquês da Fronteira, a sua adesão à causa cartista remontava a 1826, fazendo parte das campanhas militares contra as sublevações miguelistas<sup>171</sup>.

Nos anos que se seguiram à implantação definitiva do Liberalismo, após a guerra civil, estas duas figuras envolveram-se ativamente na política portuguesa. João José Vaz Preto foi eleito pela primeira vez deputado na legislatura de 1834-36 pela província da

---

<sup>168</sup> Sobre esta personagem ver: POUSINHO, 2002, pp. 58-63.

<sup>169</sup> A.N.T.T., I.G.P., Comarca de Castelo Branco, Maço 279, doc. 134.

<sup>170</sup> A.N.T.T., I.G.P., Comarca de Castelo Branco, Maço 279, doc. 214.

<sup>171</sup> ANDRADA, 1928-1932, quarto volume, parte sétima e oitava (1842-1853), p. 263.

Beira Baixa e foi também escolhido, pelo mesmo círculo eleitoral, para a legislatura que deveria começar em 11 de Setembro de 1836 e que não se realizou devido à Revolução de Setembro. Esteve em oposição ao Setembrismo pois recusou tomar posse do cargo de senador, para o qual tinha sido eleito em 1838 pelo círculo eleitoral de Castelo Branco. A atitude antissetembrista ficou vinculada por ocasião da Revolta dos Marechais, com enormes repercussões no concelho de Castelo Branco. Nessa altura, contribuiu com dinheiro para pagar à tropa de Saldanha, estacionada na cidade, num claro gesto de apoio aos sediciosos<sup>172</sup>. Numa carta dirigida a Rodrigo da Fonseca, datada de 28 de fevereiro de 1840, criticava a administração setembrista que em Castelo Branco tinha monopolizado os lugares de comando na Guarda Nacional e os cargos eletivos, tendo-se rodeado de gente ignóbil<sup>173</sup>.

Francisco Tavares Proença também foi eleito deputado para a legislatura de 1834-36 e para a que deveria ter início em setembro de 1836. Foi eleito senador pelo distrito de Castelo Branco nas legislaturas de 1838-40 e 1840-42. Esteve em sintonia com o seu conterrâneo no combate ao Setembrismo, envolvendo-se também na Revolta dos Marechais, sendo mesmo nomeado governador civil do distrito de Castelo Branco em nome dos revoltosos, tendo o apoio monetário do sogro<sup>174</sup>.

Os anos 40 da centúria de oitocentos marcaram a ascensão definitiva destes dois vultos beirões. João José Vaz Preto foi nomeado administrador-geral<sup>175</sup> do distrito de Castelo Branco por Rodrigo da Fonseca Magalhães, então ministro do Reino, a 28 de Janeiro de 1840. Esteve no cargo três anos, revelando, nesta fase, toda a sua influência e determinação em dominar politicamente a região num período conturbado<sup>176</sup>.

Entretanto, tanto João José como Tavares Proença foram nomeados pares do reino por carta régia de 3 de maio de 1842. A nomeação de cerca de 30 pares no início do consulado cabralista tem sido vista como uma fornada de fiéis a Costa Cabral. Todavia, não nos parece que estas duas personagens estivessem em consonância política com o futuro conde e marquês de Tomar. Tudo leva a crer que estas nomeações estejam ligadas à influência de Rodrigo da Fonseca Magalhães e à ala cartista mais moderada.

---

<sup>172</sup> POUSINHO, 2004, p. 195.

<sup>173</sup> B.N.P., E.R.F.M., caixa 40, carta de 28 de fevereiro de 1840.

<sup>174</sup> POUSINHO, 2004, pp.154-155.

<sup>175</sup> A constituição de 1838 designava desta forma os governadores civis.

<sup>176</sup> LOPES, Luís Pina Esteves, abril e julho de 1962. Ver também cartas de João José Vaz Preto Geraldês para Rodrigo da Fonseca do ano de 1840 onde retrata o clima político e a ação por ele empreendida, B.N.P., E.R.F.M., caixa 40.



Em carta dirigida a Rodrigo, precisamente com data de 3 de maio de 1842, Tavares Proença agradecia-lhe o facto de ter apresentado o seu nome à Rainha. Acreditamos, pela data da carta, que se refere à nomeação para o Pariato<sup>177</sup>. No caso de João José Vaz Preto está longe de ser um cabralista, como adiante veremos com mais detalhe, e o próprio Bulhão Pato nas suas memórias escreveu de forma taxativa: “*Quis ele* (Costa Cabral), *um dia, fazer par do reino a João José Vaz Preto. Este, que era do partido oposto, não aceitou.*”<sup>178</sup>. Como já referimos, João José foi nomeado administrador-geral do distrito de Castelo Branco em 1840 exatamente por Rodrigo da Fonseca. A correspondência trocada entre João José e Tavares Proença com Rodrigo também prova a ligação destas duas figuras ao cartismo moderado, nomeadamente quando usaram a sua influência eleitoral para que Rodrigo da Fonseca fosse eleito deputado por Castelo Branco em julho de 1842<sup>179</sup>.

A influência de Rodrigo da Fonseca Magalhães na nomeação destes dois pares do reino pode ser enquadrada na tentativa feita por Costa Cabral em associar Rodrigo ao seu governo. Este, segundo Fátima Bonifácio, não quis perder a independência nem ligar-se a uma situação pouco recomendável<sup>180</sup>. Todavia, a esperança de Cabral em tê-lo do seu lado ter-lhe-á dado alguma liberdade para colocar alguns apoiantes em certos postos até se desvanecer essa ilusão quando, a 24 de janeiro de 1843, Rodrigo fez um longo discurso onde deixou bem clara a oposição ao cabralismo<sup>181</sup>. Esta postura não foi, com toda a certeza, alheia à exoneração de João José Vaz Preto, logo no dia 3 de fevereiro, de governador civil de Castelo Branco. Após a demissão, este ocupou o lugar na Câmara dos Pares. Neste novo palco político, revelou todo o seu fervor anticabralista em várias intervenções.

Assim, em 5 de novembro de 1844 desferiu um feroz ataque à administração cabralista ao analisar a atuação do governo na revolta de Torres Novas, onde acusou Costa Cabral de abusos e de atuar fora do quadro constitucional. Pediu à Câmara para se opor à atuação do ministério e que não fosse uma mera espectadora dos acontecimentos.

---

<sup>177</sup> B.N.P., E.R.F.M., caixa 80, carta de Francisco Tavares de Almeida Proença para Rodrigo da Fonseca Magalhães, 3 de maio de 1842.

<sup>178</sup> PATO, Tomo II, 1894, p.31

<sup>179</sup> B.N.P., E.R.F.M., caixa 40, carta de João José Vaz Preto de 16 de Abril de 1842; Caixa 80, carta de Tavares Proença de 10 de maio, 10 de junho e 23 de junho de 1842.

<sup>180</sup> BONIFÁCIO, 2013, pp. 136-138.

<sup>181</sup> IDEM, ibidem, pp. 145-151.

Vaz Preto propunha a moderação, a firmeza em vez da força e reclamava que fosse cumprido o decreto de 10 de Fevereiro de 1842 que o ministério não respeitou<sup>182</sup>.

A 19 de novembro de 1844 mais uma vez criticou o governo e a própria Câmara de que fazia parte. Desta vez, estava em discussão um parecer sobre várias providências legislativas relativas à Fazenda, Instrução, Administração e Segurança Públicas. Começou por criticar a Câmara dos Pares por não ter iniciativa legislativa e por estar completamente enfeudada ao governo. Para João José, o executivo usurpava atribuições da Câmara dos Pares e esta deveria recorrer ao poder moderador, afirmando mesmo que a Carta, tal como estava, era uma impossibilidade política, pois os pares não cumpriam a função de salvaguardar os interesses da Nação<sup>183</sup>.

Estas posições muito críticas em relação ao governo e à Câmara dos Pares, levaram-no a renunciar ao Pariato por ofício de 25 de novembro de 1844, dirigido a D. Maria II<sup>184</sup>. Ao tomar conhecimento do sucedido a Câmara nomeou uma comissão, composta pelos pares duque de Palmela, conde de Vila Real, visconde de Oliveira, António Barreto Ferraz e José da Silva Carvalho, que apresentou o seu parecer na sessão de 5 de dezembro de 1844. Nele, a Câmara declarava nada poder fazer em relação à renúncia, a não ser por uma hipotética lei ainda inexistente.

A sua passagem pela Câmara dos Pares ficou marcada por uma forte controvérsia. A renúncia ao Pariato, sinal de inconformismo político, e a não-aceitação de pressupostos que ele julgava prejudicarem o país, revelaram a coerência e determinação do seu pensamento. Com esta atitude, João José Vaz Preto pôs em causa a legitimidade da Câmara dos Pares, acusando-a de dependência do executivo, dominado por Costa Cabral. João José marcava assim a sua posição anticabralista, alinhando pelos cartistas da linha de Rodrigo da Fonseca Magalhães.

Com a queda de Costa Cabral, foi novamente recrutado para o serviço público, sendo nomeado de novo governador civil de Castelo Branco por Luís Mousinho de

---

<sup>182</sup> D.C.P., sessão de 5 de novembro de 1844, pp. 1265-1267. O decreto de 10 de fevereiro de 1842 dava poder constituinte aos deputados que teriam legitimidade para alterar a Carta, algo que nunca chegou a ser efetuado. Fazer reformas constitucionais de cariz mais democrático era uma das reivindicações dos revoltosos de Torres Novas que pediam a aplicação integral do citado decreto, principalmente os setembristas que pretendiam recuperar as eleições diretas, consagradas na constituição de 1838. Sobre este assunto ver: Luís Dória, “A revolta de Torres Novas”, in *Análise Social*, n.º 135, 1996, pp. 101-150.

<sup>183</sup> D.C.P., sessão de 19 de novembro de 1844, pp. 1326-1327.

<sup>184</sup> POUSINHO, 2004, pp. 160-161.

Albuquerque<sup>185</sup>. Foi um regresso efêmero já que, após o golpe palaciano de 5 para 6 de outubro de 1846 que pressagiava, segundo a oposição, o regresso de Cabral, foi demitido a 19 do mesmo mês.

Francisco Tavares Proença seguiu, nesta fase, outra postura política. As suas intervenções na Câmara dos Pares foram escassas, incidindo essencialmente sobre problemas económicos e sem se comprometer politicamente. A sua nomeação para ministro do Reino em 28 de abril de 1847 foi vista, tendo em conta mais uma vez o relato do marquês da Fronteira, como a presença de um elemento cabralista no governo de Lisboa em plena guerra civil da Patuleia<sup>186</sup>. No entanto, consideramos, mais uma vez, que esta colagem de Tavares ao cabralismo pode não corresponder à verdade, pois numa carta datada de 12 de dezembro, sem indicação do ano, dirigida a Rodrigo da Fonseca, Tavares Proença referiu-se ao descalabro das eleições nos distritos de Castelo Branco e Guarda onde foram eleitos elementos afetos ao conde de Tomar<sup>187</sup>. Ora, sabemos que as eleições de deputados de 1847, as primeiras após a assinatura da Convenção do Gramido, tiveram lugar a 28 de novembro e 12 de dezembro e que a 14 deste mês foram apurados os deputados eleitos. Portanto, a carta atrás referida, muito provavelmente, será de 1847 o que demonstra que Tavares não estava com os cabrais. Para além do mais, a sua estada no ministério do Reino foi muito curta, apenas quatro meses, sendo substituído em 22 de agosto por António de Azevedo Melo e Carvalho e os próprios cabralistas reconheceram que o governo formado em 6 de outubro de 1846 foi constituído por homens moderados<sup>188</sup>.

Para João José Vaz Preto Geraldês e Francisco Tavares de Almeida Proença os anos que medeiam entre 1834 a 1851 moldaram as suas posições políticas, serviram para cimentar solidariedades políticas e para se afirmarem como grandes notáveis regionais. A experiência destes anos será decisiva para o seu percurso político no pós-Regeneração e, também neste aspeto, podemos fazer a comparação com casos já estudados pelos historiadores espanhóis quando analisaram alguns percursos políticos entre o período isabelino, o Sexénio Revolucionário e a Restauração Borbónica, nomeadamente, o grande cacique em Valladolid e Castela Leão, German Gamazo, que foi eleito deputado em anos consecutivos, construiu a sua experiência política durante o

---

<sup>185</sup> João José Vaz Preto Geraldês foi governador civil entre 24 de maio e 19 de outubro de 1846.

<sup>186</sup> ANDRADA, 1928-1932, quarto volume, parte sétima e oitava (1842-1853), p. 232.

<sup>187</sup> B.N.P., E.R.F.M., caixa 80, carta de Francisco Tavares de Almeida Proença para Rodrigo da Fonseca Magalhães, 12 de dezembro, sem ano.

<sup>188</sup> BONIFÁCIO, 1993, p. 160.

Sexénio Revolucionário, controlando uma vasta clientela que foi preciosa para a sua afirmação política no período seguinte<sup>189</sup>. O próprio Cánovas del Castillo recorreu às elites do período isabelino, usufruindo da experiência adquirida neste período, para consolidar o Partido Conservador em Huelva na Restauração<sup>190</sup>. O mesmo aconteceu em Sória e Valhadolid onde os caciques locais ganharam experiência nos sufrágios do período isabelino<sup>191</sup>.

Concluindo, João José Vaz Preto e Tavares Proença coincidiram nas opiniões políticas em grande parte da década de 40. Ambos estiveram com o cartismo mais moderado da linha de Rodrigo da Fonseca Magalhães. João José desempenhou um papel político importante na periferia, como governador civil, onde certamente construiu uma clientela que usava nos momentos oportunos, como foi o caso da eleição de Rodrigo em 1842. No entanto, o seu discurso e posições políticas foram-se radicalizando à medida que os acontecimentos políticos avançaram. Foi um feroz crítico de Costa Cabral e demonstrou-o frontalmente na Câmara dos Pares culminando na sua recusa ao Pariato. Por seu lado, Tavares Proença apresentou-se como mais moderado, mantendo uma linha mais discreta e prudente. A sua ação política foi mais visível na capital do que na Beira, onde se movimentava muito bem no Paço e no seio das elites políticas lisboetas, como se lê nas memórias do marquês da Fronteira.

## ***2.2- A Regeneração: posição política dos dois vultos beirões***

Em abril/maio 1851 Saldanha protagonizou mais um pronunciamento militar, sendo este conhecido como o da Regeneração. Se a nível nacional esta insurreição tinha como objetivos reconciliar e pacificar a vida política nacional, ela significou para João José Vaz Preto e Francisco Tavares de Almeida Proença uma modificação nas suas posturas políticas. Os dois vultos beirões a partir de agora irão seguir caminhos diferentes, algo que já se pressagiava no final da década de 1840, com a progressiva radicalização política de João José Vaz Preto, que contrastava com a moderação e cautela de Tavares Proença. Nesta nova fase, interessa perceber as posições destas personalidades, pelo menos em dois momentos importantes: a postura e atuação política

---

<sup>189</sup> CALZADA DEL AMO, 2011, pp. 65-90.

<sup>190</sup> NUÑEZ GARCIA, 2007, pp. 228- 229.

<sup>191</sup> CABALLERO DOMINGUEZ, 1994; MARCOS DEL OLMO, 1985, pp. 217-252.

de João José Vaz Preto na Câmara dos Deputados face ao governo de Saldanha e a posição de ambos face ao Ato Adicional à Carta Constitucional. Estes episódios influenciaram decisivamente os alinhamentos e os caminhos políticos trilhados na década de 50, tanto por Vaz Preto como por Tavares Proença.

A Regeneração apanhou João José afastado dos grandes palcos políticos. Após a renúncia ao Pariato não se lhe conhecem movimentações políticas. Regressou como deputado, eleito nas eleições de novembro de 1851 pelo círculo eleitoral de Castelo Branco. O próprio reconheceu o afastamento voluntário num manifesto dirigido aos eleitores em 1852: *“Assim eu permanecia isolado, e estranho a toda a política, quando os meus concidadãos me quiseram dar uma prova da sua confiança, elegendo-me para ir representar os seus interesses na camara ultimamente dissolvida”*<sup>192</sup>.

O novo ministro do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães, pretendia uma Câmara dos Deputados que representasse verdadeiramente a Nação pelo que as eleições deviam ser livres, sem que nenhuma facção as manipulasse. A Assembleia saída das eleições de 1851 terá sido a mais livremente eleita da história da Monarquia Constitucional e, segundo Fátima Bonifácio, os progressistas mais ou menos moderados representavam a maioria<sup>193</sup>. Dela faziam parte muitas personagens que tinham sido afastadas nos anos anteriores, como era o caso de João José Vaz Preto.

A nova representação nacional reunida em 1852 não continha ainda uma oposição consistente, ela só surgiu de uma forma mais clara em julho. Mas, cedo se percebeu que nem todos os eleitos estavam dispostos a anuir plenamente aos ditames do governo de Saldanha onde pontificavam Rodrigo e Fontes Pereira de Melo. O próprio executivo por vezes tinha dúvidas quanto ao número de deputados que estavam do seu lado, o que espelha a indefinição política que se vivia<sup>194</sup>.

Foi nesta conjuntura que João José se integrou e, mais uma vez, demonstrou o seu pensamento político, manifestando-se contrário a algumas posições do governo, estando longe de ser um político maleável, como alguns autores o apelidam<sup>195</sup>. Na realidade, como já tivemos oportunidade de constatar, opôs-se ao Setembrismo e ao

---

<sup>192</sup> B.N.P., E.R.F.M, caixa 40, circular aos eleitores de João José Vaz Preto Geraldês de 18 de outubro de 1852. Ver: anexo n.º 11.

<sup>193</sup> BONIFÁCIO, 2013, pp. 297 e 309.

<sup>194</sup> SARDICA, 2001, p. 151.

<sup>195</sup> IDEM, ibidem, p. 97.

Cabralismo, renunciou ao Pariato como expressão do seu mal-estar, atitudes que não se coadunam com as de um político maleável.

A sua renúncia ao pariato voltou a ser tema de acesa polémica aquando da discussão da legalidade do seu mandato de deputado, na comissão de verificação de poderes, em janeiro de 1852. A comissão entendeu que João José podia exercer a função, no entanto, havia deputados com entendimento diferente, como era o caso do conde de Samodães, defensor do princípio de que a Câmara dos Pares não tinha aceitado a sua renúncia em 1844 e como a lei estabelecia que um par não podia renunciar sem o consentimento da Câmara, logo, não podia ser deputado. João José Vaz Preto voltou a argumentar que não queria ser par do reino e declarou na Câmara dos Deputados de uma forma muito clara: *“eu fui nomeado par do reino, e exerci por algum tempo este lugar; depois por motivos da minha consciência, renunciei. Não havia lei nenhuma a esse respeito, e que por consequência me obrigasse a continuar a desempenhar estas funções. (...) Eu entendi e ainda hoje entendo que contra a minha vontade ninguém me pode obrigar a aceitar semelhante lugar: se ainda hoje pudesse sê-lo; segunda vez renunciava, não quero ser Par. Os motivos que tinha então tenho-os agora: são motivos de consciência; e agora intendi que tendo merecido a confiança dos meus constituintes eu não podia deixar de me apresentar nesta câmara”*<sup>196</sup>. O parecer da comissão acabou por ser votado favoravelmente após a intervenção de Mendes Leal que argumentou que se João José estava recenseado como elegível para deputado tinha toda a legitimidade em ocupar o lugar, uma vez que os pares não faziam parte desse recenseamento.

A presença de João José Vaz Preto na Câmara Alta tinha terminado com polémica em 1844 e assim continuou em 1852, agora na Câmara Baixa.

Nesta fase, a sua prestação no Parlamento ficou marcada pela oposição ao governo, bem demonstrada na discussão do «Bill de Indemnidade» sobre os atos da ditadura praticados entre maio e dezembro de 1851, período em que o país foi governado com as câmaras encerradas. Na intervenção realizada na sessão de 10 de julho de 1852, João José Vaz Preto classificou a ditadura como um governo anómalo, resultante dos partidos e das fações. Segundo o seu pensamento, as ditaduras nasciam da desconfiança entre os poderes eletivo e real e defendia a Câmara dos Deputados como a verdadeira representação nacional. Os poderes do rei deviam ser limitados para que não

---

<sup>196</sup> D.C.D., Sessão de 13 de janeiro de 1852, pp. 155-156.

interferissem no poder legislativo, só assim era possível evitar as ditaduras<sup>197</sup>. Esta sua visão sobre o poder moderador posiciona-o claramente à esquerda do espectro parlamentar, retirando ao rei a faculdade de interferir no funcionamento da Câmara dos Deputados que emanava da vontade da nação, expressa no ato eleitoral.

João José estava plenamente integrado na luta que então existia entre a maioria da Câmara dos Deputados e o executivo. O governo pretendia esvaziar os extremos, tanto à esquerda como à direita, e procurava estabelecer um grande bloco unitário de apoio ao centro<sup>198</sup>. O conflito entre a Câmara dos Deputados e o governo ficou bem patente na discussão sobre o decreto de 3 de dezembro de 1851 sobre a conversão da dívida, o mais polémico e que maior discussão suscitou, provocando um crescente distanciamento entre o centro-esquerda da Câmara dos Deputados e o executivo.

A discussão deste decreto teve o condão de trazer à ribalta várias posições que confrontaram a iniciativa de Fontes para o saneamento das finanças públicas. À direita situavam-se os cabralistas e o nascente grupo avilista que pretendia apagar o seu passado ligado ao conde de Tomar e encontrar um espaço só seu. Ao centro existiam os notáveis que apoiavam incondicionalmente o governo e os deputados que, não estando totalmente com o executivo, mais tarde patrocinarão a dissidência progressista histórica, onde se integrava João José Vaz Preto. Finalmente, à esquerda os patuleias, liderados por Leonel Tavares Cabral.

Estes factos mostram que Saldanha não dispunha de uma Câmara Baixa incondicionalmente do seu lado. Aquele pretendia uma maioria agrupada num centro dócil e suprapartidário que se opusesse à postura de alguns deputados que pretendiam a independência da Câmara. Perante a oposição que se avolumava, Saldanha dramatizou o discurso, ameaçando com a queda do governo, o que não chegou a acontecer, tendo conseguido a dissolução do órgão eletivo, com o decreto de 24 de julho de 1852<sup>199</sup>. O que o governo pretendia era reformular a composição da Câmara dos Deputados, através de novas eleições, estas já de acordo com o Ato Adicional, entretanto sancionado.

Após a dissolução do Parlamento, 43 deputados assinaram uma «exposição aos eleitores» publicada no jornal *A Revolução de Setembro*. Esta exposição punha em

---

<sup>197</sup> D.C.D., Sessão de 10 de julho de 1852, pp. 87-88.

<sup>198</sup> SARDICA, 2001, p. 153.

<sup>199</sup> IDEM, ibidem, pp. 153-157 e IDEM, 2005, pp. 305-307.

evidência a divisão entre alguns deputados e o executivo. Os primeiros pretendiam seguir os princípios do movimento de abril de 1851, aprovaram o Ato Adicional e todos os decretos que contribuíram para unir a família portuguesa mas, argumentavam, as influências retrógradas no interior do ministério não foram sensíveis à postura dos parlamentares. No fundo, empregavam as mesmas críticas que tinham sido dirigidas a Costa Cabral uns anos antes quando este era acusado de autista e arrogante<sup>200</sup>.

Entre os subscritores da exposição estava João José Vaz Preto Geraldês. Por ela ficamos a saber que votou a favor do Ato Adicional de 1852. Esta informação é importante do ponto de vista político pois permite-nos colocar João José comprometido com a Regeneração e o seu projeto, do qual o Ato Adicional foi uma peça fundamental<sup>201</sup>. Mas, também podemos colocar o morgado da Lousa ao lado do centro-esquerda que se opôs à dissolução do Parlamento e à tentativa de instrumentalização da Câmara.

Pelo contrário, Francisco Tavares de Almeida Proença esteve do outro lado da barricada. Aquando da discussão do Ato Adicional na Câmara dos Pares, Tavares alinhou com os cartistas mais ortodoxos. Na sessão de 25 de junho de 1852 fez um longo discurso onde classificou a reforma da Carta como um ato ilegal, entendia que a Câmara dos Deputados não tinha poderes constituintes e em nenhuma circunstância durante o movimento de 1851 se falou na reforma da Carta. A Nação não tinha pedido esta reforma e sublinhou a sua ideia: “*É abuso muito frequentemente repetido atribuir-se à Nação tudo quanto se quer, e às vezes por bem poucos!*”. Contudo, reconheceu a moderação da proposta que atribuíra à remodelação do ministério em julho de 1851, momento em que foram afastadas as personalidades ligadas à esquerda. Também se mostrou contrário ao voto direto nas eleições de deputados e deu o exemplo da Câmara de 1851, unanimemente considerada como a mais livre e representativa de todas até àquele momento, demonstrando que não seria necessário existir voto direto para que a urna estivesse livre da coação e terminou dizendo que o seu voto contra o Ato Adicional não se devia ao espírito de oposição mas sim a princípios de doutrina<sup>202</sup>.

---

<sup>200</sup> IDEM, ibidem, p. 159. *A Revolução de Setembro*, n.º 3100, 31-07-1852.

<sup>201</sup> Este compromisso constitucional entre cartistas e esquerda moderada foi fundamental para a pacificação política e consistia essencialmente em os deputados passarem a ser escolhidos em eleições diretas; os tratados, concordatas e convenções com potências estrangeiras serem aprovados pelas Cortes antes de ratificados e os impostos serem votados anualmente no Parlamento, valendo apenas por um ano. Com estas alterações, a esquerda aceitou a legitimidade da Carta.

<sup>202</sup> D.G., sessão de 25 de junho de 1852 (publicado no D.G. no dia 3 de julho de 1852).



É interessante este depoimento pois permite-nos enquadrar politicamente Tavares Proença. Alinhava com as forças cartistas mais conservadoras que se opunham à reforma da Carta fora do método por ela prescrito e estavam em clara oposição ao decreto de 25 de maio de 1851 que estipulava que a Câmara dos Deputados, eleita nas eleições de novembro desse ano, viria munida de poderes constitucionais. Esta posição tinha como líder na Câmara dos Deputados António José de Ávila e na Câmara dos Pares o duque da Terceira. Começava aqui uma forte ligação de Tavares a Ávila que terá consequências na política local, como oportunamente analisaremos.

Resumindo, Vaz Preto alinhou com o centro-esquerda, defendendo o Ato Adicional, colocando-se do lado da Câmara Baixa que se opôs ao governo de Saldanha e à dissolução do Parlamento em julho de 1852. Esta linha política estará na base do futuro Partido Histórico. Tavares Proença estava com os cartistas mais ortodoxos e não acompanhou o governo, pelo menos na questão do Ato Adicional, posicionando-se precisamente no lado oposto ao de Vaz Preto.

### ***2.3- Do governo Saldanha/Rodrigo ao primeiro governo histórico: evolução política de Tavares Proença (1853-1859)***

O segundo Parlamento da Regeneração, saído das eleições de 12 de dezembro de 1852, foi indiscutivelmente mais dócil. Destacamos desde já a ausência de João José Vaz Preto da lista de deputados eleitos. O próprio deixou, numa circular aos eleitores, o seu desapontamento face ao rumo da Regeneração: “*Mortas, na verdade, têm sido as minhas crenças; talvez mortas tenham sido as de muitos outros!*”. As razões do seu desencanto com a administração Saldanha/Rodrigo que são, no fundo, as bases do seu pensamento político tinham que ver, acima de tudo, com o lançamento de novos impostos e contribuições, que oneravam principalmente os produtos agrícolas e a propriedade, os monopólios económicos que continuavam a existir com a proteção do executivo e o excesso de gastos do Estado que o obrigavam a aumentar a carga fiscal<sup>203</sup>.

Com a oposição enfraquecida nas bancadas parlamentares, a Câmara dos Deputados ratificou toda a obra legislativa da segunda ditadura de Saldanha. Os únicos

---

<sup>203</sup> B.N.P., E.R.F.M, caixa 40. Ver circular da oposição anexa à circular aos eleitores de João José Vaz Preto Geraldês de 18 de outubro de 1852.

desagrados públicos vieram da direita cartista-cabralista, com Correia Caldeira e António José de Ávila a darem voz aos protestos, mantendo os argumentos legalistas<sup>204</sup>.

Na verdade, a validação dos atos da ditadura em 1853 permitiu ao centro-direita, ligado ao governo, cimentar a sua posição com a normalização da vida política. Pelo contrário, o centro-esquerda progressista necessitava de ganhar espaço e afirmar-se como alternativa governativa.

A dissidência progressista Histórica ficou marcada pelo surgimento do jornal *O Portuguez*, em abril de 1853. O primeiro editorial foi escrito por Alexandre Herculano e também ele pedia melhoramentos materiais sem, no entanto, colocarem em causa os direitos dos cidadãos. Herculano opunha-se à tecnocracia que limitava a discussão política, ao excesso de centralismo de Fontes contrapunha o municipalismo e elogiava o fomento rural em detrimento da aposta nas comunicações. No verão de 1854 a esquerda organizou a comissão central do Partido Histórico dissidente. No fundo, regeneradores e históricos ocupavam o mesmo espaço do centro político, ambos adeptos do fomento, sendo que as suas diferenças não eram político-ideológicas, mas antes quanto ao modo como executavam programas.

Lentamente, nestes anos após o golpe de 1851, o quadro político-partidário ia tomando forma, surgindo dois grandes blocos: o centro-direita regenerador e o centro-esquerda histórico, existindo ainda alguns elementos mais à direita, como eram os cartistas-cabralistas<sup>205</sup>.

O partido cartista-cabralista desde o golpe de 1851 que vivia entre duas fações, a de Ávila e a ortodoxa e ultraconservadora do conde de Tomar. A oposição passou a ser o seu espaço natural e não se vislumbrou o seu regresso ao poder. A tendência agrupada em torno de Ávila cedo se apercebeu de que para ter mais espaço de manobra teria de se distanciar de Costa Cabral, reunindo os cartistas em torno da Carta e do Trono, com o objetivo de constituir uma força política com peso capaz de se diferenciar dos dois grandes blocos identificados atrás. O divórcio entre avilistas e cabralistas deu-se definitivamente, em junho de 1856, com a aproximação dos primeiros ao centro-esquerda histórico, fruto de várias circunstâncias políticas<sup>206</sup>.

---

<sup>204</sup> Sobre este assunto ver SARDICA, 2001, pp. 173-176.

<sup>205</sup> IDEM, *ibidem*, pp. 177-183.

<sup>206</sup> IDEM, 2005, pp. 326-329.

Em 1855, D. Pedro foi aclamado rei após a Regência do pai, D. Fernando. Este momento foi visto, por alguns setores, como uma possibilidade de mudanças políticas, reclamadas por cabralistas e pelo centro-esquerda. Mas as esperanças esfumaram-se quando a oposição percebeu que afinal o jovem rei não iria despedir Saldanha<sup>207</sup>. A queda do marechal e de Fontes aconteceu em maio de 1856, após grandes protestos, impulsionados pela dissidência progressista, contra o projetado aumento de impostos<sup>208</sup>. O novo gabinete foi liderado pelo tio-avô de D. Pedro V, marquês de Loulé, setembrista histórico e membro da dissidência progressista histórica.

Com os históricos no poder, Loulé seguiu uma via conciliadora, tentando evitar fraturas políticas ao mesmo tempo que todas as bancadas o tentavam influenciar. António José de Ávila colou-se imediatamente ao novo governo ao dar parecer favorável, como presidente da comissão parlamentar da fazenda, a um empréstimo solicitado pelo novo ministro da pasta, José Jorge Loureiro.

Terminada a legislatura iniciada em 1852, marcaram-se eleições gerais para novembro de 1856. A aparente acalmia e consonância vivida na Câmara Baixa deu lugar a uma rápida clarificação política. O governo identificou-se com os históricos indo aí buscar apoio político e perante este facto os regeneradores foram empurrados para a oposição. Em agosto o Partido Cartista apresentou o seu centro eleitoral de Lisboa e em setembro fizeram alguns elogios ao manifesto eleitoral histórico. A comissão eleitoral cartista era composta por 16 nomes e entre eles estava o de Francisco Tavares de Almeida Proença. Segundo José Miguel Sardica, estamos perante um verdadeiro partido avilista comandado por alguém que revelava a sua independência e distanciamento face a Costa Cabral<sup>209</sup>. De facto, Ávila via na aproximação aos históricos uma estratégia de afirmação política por parte da direita cartista e uma forma de se aproximar do poder.

Entretanto, o primeiro governo histórico de Loulé conheceu várias vicissitudes e tinha problemas de coesão interna com duas tendências distintas, uma representada por Loulé, mais conservadora, que se dispunha a colaborar com os regeneradores, a «unha branca», e outra mais à esquerda, onde se agrupavam os elementos radicais, que pedia uma alteração de políticas e uma reforma das instituições num sentido mais democrático, a «unha preta», liderada por Joaquim Tomás Lobo d'Ávila<sup>210</sup>. Em março

---

<sup>207</sup> MÓNICA, 2007, pp. 107-112.

<sup>208</sup> BONIFÁCIO, 2007 a), p. 122.

<sup>209</sup> SARDICA, 2005, p. 330.

<sup>210</sup> Sobre este assunto ver BONIFÁCIO, 2001, pp. 990-991.

de 1857 Loulé remodelou o governo e recorreu a António José de Ávila para ministro da Fazenda, arrastando consigo outro elemento avilista, Carlos Bento da Silva, para as Obras Públicas. Após a remodelação o chefe do governo solicitou ao rei a dissolução da Câmara dos Deputados. D. Pedro V, após a reunião do Conselho de Estado em 26 de março, esteve ao lado de Loulé e abriu caminho a novo ato eleitoral.

As eleições de 1858 ficaram marcadas pela política de alianças contranatura que se realizaram. Se o centro-esquerda liderado pelos históricos tinha como companheiros de percurso os cartistas avilistas, o Partido Regenerador encabeçou uma coligação conservadora aliando-se aos cartistas de Costa Cabral e aos legitimistas<sup>211</sup>. Estavam estruturados os dois grandes blocos que disputaram a eleição. Em 1858 Tavares acompanhou António José de Ávila e teve um papel importante na operacionalização das eleições em Castelo Branco, momento que analisaremos com pormenor na segunda parte desta dissertação<sup>212</sup>. João José ausente do Parlamento desde 1852 optou, nesta eleição, por se aliar a José Estevão que, entretanto, se tinha aproximado de Fontes Pereira de Melo e levou a esquerda mais radical a render-se, para já, aos melhoramentos materiais<sup>213</sup>.

João José e Tavares seguiram definitivamente caminhos diferenciados nesta época. O primeiro acompanhou os princípios da dissidência histórica, juntando-se mesmo à esquerda mais radical em 1858. João José Vaz Preto tem sido sempre associado à linha regeneradora, mas todo o seu pensamento político esteve alinhado com a esquerda progressista e com as ideias da dissidência histórica. Embora não colocasse em causa a necessidade dos melhoramentos materiais, recusava o modelo de desenvolvimento regenerador, assente na criação de infraestruturas económicas financiadas pelo Estado e o fomento agrícola a cargo da iniciativa privada. Esta política trazia inevitavelmente o recurso ao crédito externo e ao aumento dos impostos, algo contra o qual o morgado da Lousa lutou toda a vida. Como tal, esteve ao lado daqueles que defendiam sim o progresso material, mas conjugado com a extensão do ensino, melhoria do sistema de crédito, um sistema fiscal equitativo, aliviando os impostos que recaíam sobre a propriedade - criando-se assim riqueza - diminuição dos gastos do Estado, promovendo as famosas economias, e uma reforma das instituições políticas no

---

<sup>211</sup> SARDICA, 2001, p. 244.

<sup>212</sup> DIAS, José Lopes, abril de 1964, pp.96-111.

<sup>213</sup> SILVA, 2009, pp. 197-203. João José Vaz Preto foi mesmo eleito pelo círculo de Aveiro, reduto de Estêvão, em circunstâncias que estudaremos na 2.ª parte desta tese.

sentido de dar força ao poder legislativo, ao mesmo tempo que se diminuía a capacidade de intervenção do poder moderador. Escolheu os companheiros políticos de acordo com a conjuntura, como foi o caso das eleições de 1858, sendo esta uma característica que o seu filho herdou. João José foi um típico notável independente num tempo em que as fronteiras político-partidárias eram bastante permeáveis.

Já Tavares Proença tem sido sempre associado à tendência histórica, o que, a nosso ver, é algo que não corresponde minimamente à verdade. Tavares abraçou o cartismo ortodoxo de Ávila, alinhando com o lado mais conservador do liberalismo português, espelhado na sua oposição ao Ato Adicional da Carta Constitucional. A sua aliança com o marquês, num período em que este participou nos governos históricos, ligou-o, conjunturalmente, a esta linha política à qual, todavia, nunca pertenceu.

O que é um facto indesmentível é que os dois influentes beirões se encontravam em lados opostos da barricada e isso trouxe consequências ao nível da política regional, como veremos na II parte.

#### ***2.4- Manuel Vaz Preto nos grandes palcos políticos (1860-1868)***

Tavares Proença começou a ter grande preponderância regional desde que António José de Ávila integrou os governos históricos, a partir de março de 1857. Já João José Vaz Preto, após uma última passagem, bastante efémera, pelo Parlamento eleito em 1858, retirou-se da política e preparou o terreno para o seu filho, o ascendente e jovem bacharel em Direito, Manuel Vaz Preto Geraldês que herdou e aumentou todo o capital político acumulado pelo pai. Manuel Vaz Preto necessitava de um palco de afirmação política e em 1861 foi eleito deputado pelo círculo de Idanha-a-Nova com a totalidade dos votos entrados na urna<sup>214</sup>. Anos mais tarde, numa intervenção na Câmara Alta em 1882, dirá que a sua eleição significou a chegada ao Parlamento de uma voz independente, eleita “*devido às simpatias que tinha no círculo e à dedicação dos meus amigos pessoais; não devi n’essa eleição o mais leve favor, nem ao partido progressista nem ao partido regenerador*”<sup>215</sup>. Manuel Vaz desde o início da sua carreira parlamentar

---

<sup>214</sup> Ver: anexo n.º 24.

<sup>215</sup> D.C.P., sessão de 25 de maio de 1882.

fez questão de demonstrar a sua independência política, à imagem de seu pai, que lhe será cara por toda a vida.

O morgado da Lousa iniciou o mandato de deputado como um opositor do segundo governo Histórico de Loulé que tinha tomado posse em julho de 1860<sup>216</sup>. A sua mensagem política não diferia da do pai, era necessário que o Estado cortasse nas despesas e não aumentasse impostos. Estas ideias ficaram bem expressas na intervenção de 15 de julho de 1861 na Câmara dos Deputados, onde fez uma análise da situação económica do país. Apelou ao desenvolvimento da agricultura e à proteção da propriedade, diminuindo-lhe a carga fiscal, a uma reforma profunda da administração pública, com a diminuição de serviços e despedimento de funcionários incompetentes, a extinção de alguns governos civis e a redução do corpo diplomático<sup>217</sup>. Estas ideias não diferiam, nos princípios, do manifesto de 1852 de João José Vaz Preto Geraldês e toda a sua postura política posterior a esta data. A família Vaz Preto continuava situada na esquerda parlamentar, recusava aumento de impostos, pedia economias e moralidade, redução dos gastos do Estado e a aposta na riqueza nacional, principalmente a agricultura, evitando-se assim o endividamento externo.

Manuel Vaz Preto foi deputado por muito pouco tempo. A morte do pai, a 7 de janeiro de 1863, levou-o a requerer, por hereditariedade, a entrada na Câmara dos Pares. Mais uma vez, a questão da renúncia ao pariatto de João José Vaz Preto em 1844 provocou polémica. A Comissão de Verificação de Poderes dividiu-se na apreciação do requerimento, no entanto, deu parecer favorável à sua admissão já que o ato de renúncia de João José Vaz Preto não podia colocar em causa o direito à sucessão do filho. O parecer teve 63 votos a favor e 2 contra<sup>218</sup>. A entrada para a Câmara dos Pares em 1864 foi determinante para a sua ascensão, pois deu-lhe protagonismo e independência política.

A chegada de Manuel Vaz Preto aos grandes palcos políticos coincidiu com um momento de grande turbulência político-partidária. A morte de D. Pedro V e dos seus irmãos, entre novembro e dezembro de 1861, provocou enorme agitação por parte da esquerda radical em Lisboa, originando «os tumultos do Natal». Com o radicalismo na

---

<sup>216</sup> Esta oposição está diretamente relacionada com questões de política regional, já que Tavares colaborava com o governo histórico e foi decisivo no afastamento de João José da Câmara em 1856 e do próprio Manuel Vaz em 1860, factos que serão analisados na 2.ª parte.

<sup>217</sup> D.C.D., sessão de 15 de julho de 1861.

<sup>218</sup> D.C.P., sessão de 22 de abril de 1864.

rua, Loulé percebeu que para manter a ordem teria de ter mais apoio à esquerda. Tinha chegado a hora de terminar a aliança com Ávila<sup>219</sup>. A coligação entre históricos e avilistas durou cinco anos e rompeu-se em fevereiro de 1862. O governo histórico ganhou homogeneidade, tendo a apoia-lo a facção mais à esquerda, a «unha preta». O país vivia um período que se assemelhava aos anos do cabralismo, os «tumultos do Natal» tinham sido precedidos pela questão religiosa das irmãs da caridade e antecederam as revoltas antifiscais de abril de 1862, conhecidas por «Maria Bernarda», com grande impacto no Minho, trazendo à memória o ano de 1846<sup>220</sup>.

Perante este cenário uma ampla oposição fusionista, composta pela «unha branca» histórica e regeneradores, começou a crescer. Porém, o governo ainda ganhou as eleições de 1864.

Apesar da vitória, o governo histórico de Loulé teve uma vida curta. As várias lutas intestinas minaram a coesão governativa e em abril de 1865 o executivo demitiu-se, após ter percebido que pouco ou nenhum apoio tinha na Câmara dos Pares<sup>221</sup>. A pressão para um governo fusionista fez-se logo sentir, mas não se alcançaram os consensos necessários. Sá da Bandeira acabou por formar governo socorrendo-se, mais uma vez, de Ávila, não conseguindo nem o apoio da «unha branca» histórica nem de regeneradores. O executivo pouco apoio tinha nas câmaras e a 10 de maio uma coligação de históricos e regeneradores aprovou uma moção de desconfiança. Com a dissolução da Câmara Baixa, um novo ato eleitoral vinha a caminho e Ávila tinha a esperança de alcançar uma nova maioria que revigorasse o governo. Mas, desta vez isso não aconteceu. Logo após a dissolução da Câmara dos Deputados, Fontes e Braancamp assinaram uma aliança, estava consagrada a Fusão. De fora desta coligação ficaram os extremos, a direita cabralista, a tendência avilista, a «unha preta» e uma parte respeitável dos históricos, de onde se destacava Sá da Bandeira<sup>222</sup>. A Fusão era apoiada pelos regeneradores e a «unha branca» histórica.

As eleições de julho de 1865 decorreram sob o signo da Fusão que dominou o novo Parlamento. Perante a oposição fusionista, o governo de Sá da Bandeira demitiu-

---

<sup>219</sup> SILVEIRA e FERNANDES, 2009, p. 169.

<sup>220</sup> Sobre a questão religiosa ver SARDICA, 2001, pp. 253-272. Sobre a revolta “Maria Bernarda” ver: SILVEIRA e FERNANDES, 2009, p. 175-178. Sobre a questão religiosa e os “tumultos do Natal” ver: BONIFÁCIO, 1999, pp. 241-359. Sobre as revoltas antifiscais de 1862 ver: PALACIOS CEREZALES, 2007.

<sup>221</sup> BELO, 2000, pp. 116-120.

<sup>222</sup> SARDICA, 2005, pp. 402-405.

se e a 4 de setembro de 1865 D. Luís empossou o governo da Fusão, liderado por Joaquim António de Aguiar.

Manuel Vaz Preto esteve com a Fusão. É difícil enquadrar o lousanense nas tendências partidárias da época, no entanto o homem da Lousa defendia os princípios do saneamento das finanças públicas e os melhoramentos materiais, estando enquadrado na esquerda respeitável, nunca tendo pactuado com o radicalismo de qualquer matiz, fazendo sempre gala da sua independência política.

O novo gabinete encontrou o país numa situação económica, financeira e social bastante difícil. O défice atingiu valores astronómicos, a colheita agrícola de 1865 foi insuficiente para evitar a fome, trazendo consigo o desemprego e a criminalidade<sup>223</sup>. Porém, o que marcou este governo foi a reforma administrativa de Martens Ferrão e um conjunto de medidas fiscais de Fontes Pereira de Melo, nomeadamente o imposto de consumo, que foi o rastilho para uma enorme contestação em todo o país. Apesar da maioria de que o gabinete dispunha, existiam vários setores que não tinham alinhado com a Fusão e que podiam ser um foco desestabilizador. A contestação também podia vir da rua que, entretanto, respondia com a organização de vários meetings em Lisboa<sup>224</sup>.

Manuel Vaz Preto estava atento ao pulsar do país político e, numa intervenção, em 21 de junho de 1867, na Câmara dos Pares, ao analisar a situação da Fazenda, alertava para o desequilíbrio das contas públicas, constatando que o défice continuava a aumentar, apesar do aumento dos impostos. Demonstrou a sua tristeza ao pronunciar aquelas críticas pois sempre apoiou o governo e esperava que fizesse o que defendia na oposição. Mostrava o seu incómodo com as críticas, já feitas, segundo ele, à porta fechada, mas estava na hora do governo ouvir os seus apoiantes nas duas casas do Parlamento. Acusava o governo de não conhecer o país, de viver isolado da realidade e reforçava: *“É triste! Enquanto uns vivem na opulência cheios de luxo à mesa do orçamento sem se importar do que o país paga e sofre, a outros, que é o geral, se exigem grandes sacrifícios, e têm de lutar com a miséria e com a desgraça!”*. Acusou também a oposição por não assumir as suas responsabilidades e prevenia o executivo

---

<sup>223</sup> BONIFÁCIO, 2010, pp. 85-86.

<sup>224</sup> CUNHA, 2003, pp. 40-53.



para que “*Não se iluda com o ter a maioria nas duas casas do Parlamento, porque elas podem não representar a verdadeira opinião pública*”<sup>225</sup>.

A oposição estava bastante dividida e procurava reorganizar-se em Lisboa e no Porto. Em junho foi publicado no *Jornal do Comércio* um manifesto subscrito pela Comissão Popular de Lisboa, intitulado «Exposição ao País», onde se propunham reformas políticas num sentido mais democrático e se procurava um compromisso entre as várias tendências da oposição ao governo<sup>226</sup>.

Os opositores do ministério fusionista tinham muitas rivalidades pessoais e de grupo. Existia no seu seio uma variedade de opiniões e grupos, desde o radicalismo penicheiro<sup>227</sup>, à «unha preta» de Joaquim Tomás Lobo d’Ávila, algumas tendências republicanas, o veneradíssimo Sá da Bandeira, um grupo de regeneradores dissidentes, passando mesmo por outras figuras que entretanto se tinham distanciado do governo, como era o caso de José Dias Ferreira, num total de 224 personalidades contabilizadas pelo jornal *A Revolução de Setembro*<sup>228</sup>. Face a individualidades de origens políticas tão diversas seria difícil uma conjugação política entre todos.

A entrada em vigor da nova reforma administrativa e do imposto de consumo no final do ano de 1867 levou a que no Porto, a 1 de janeiro de 1868, o comércio fechasse portas. Este protesto estendeu-se a outras localidades do norte do país. Estava em marcha a «Janeirinha» e o governo percebendo que só com derramamento de sangue poderia sustentar a revolta demitiu-se<sup>229</sup>.

Nesta fase, Manuel Vaz Preto ganhou visibilidade política e estava lentamente a afirmar-se. Esteve na oposição ao governo histórico, colaborou com a Fusão e continuou a demonstrar o seu pensamento político ligado à esquerda moderada. Pelo contrário, Tavares Proença primava pela ausência de protagonismo, raramente comparecia na Câmara dos Pares, tinha-se retirado para Castelo Branco, estava no ocaso da sua carreira política.

---

<sup>225</sup> D.C.P., sessão de 21 de junho de 1867.

<sup>226</sup> CUNHA, 2003, pp. 57-64 e anexo I.

<sup>227</sup> Sobre esta corrente do radicalismo ver: Luís Dória, *Correntes do radicalismo oitocentista: o caso dos Penicheiros (1867-1872)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2004. Os penicheiros, liderados pelo conde de Peniche, foram uma corrente do radicalismo político no Portugal liberal, particularmente ativo entre 1867 e 1872, período marcado pelo fim do governo da Fusão, governos reformistas e a «Saldanhada».

<sup>228</sup> CUNHA, 2003, pp. 74-75. *Jornal A Revolução de Setembro*, 12 de dezembro de 1867.

<sup>229</sup> BONIFÁCIO, 2010, p. 87.

## 2.5- A Janeirinha e a Saldanhada (1868-1870)

Um novo governo liderado por Ávila tomou posse a 4 de janeiro. A primeira ação do executivo foi revogar imediatamente a legislação mais polémica. O presidente do ministério tinha de fazer frente no Parlamento a uma maioria fusionista que continuava a constituir um bloco político coeso pelo que era necessário «fabricar» uma nova maioria. Entretanto, o decreto de dissolução foi publicado a 14 de janeiro e iniciaram-se os preparativos eleitorais. A Fusão, reunida no Centro Eleitoral Progressista, apresentou uma comissão executiva com o objetivo de preparar a campanha eleitoral e combater a «Revolução de Janeiro». Manuel Vaz Preto fazia parte deste Centro<sup>230</sup> e continuava a sua caminhada política estabelecendo fortes laços na capital, como esta participação prova. Foram ações deste tipo que fizeram dele um elemento credível junto dos principais líderes lisboetas que nele começavam a confiar o destino político do distrito de Castelo Branco.

O governo de Ávila tinha sido uma escolha para conter a revolução e não para pactuar com ela, porém não se mostrou capaz de ser uma força alternativa à Fusão, o radicalismo permanecia na rua e os gritos da «Revolução de Janeiro» continuavam a ecoar. Por isso foi sem espanto que o primeiro governo presidido por António José de Ávila caiu em julho de 1868<sup>231</sup>.

A queda do executivo permitiu que os apoiantes da Janeirinha chegassem ao poder, pelo menos o seu lado mais moderado e menos demagógico<sup>232</sup>. No ministério Sá da Bandeira/bispo de Viseu aliaram-se várias sensibilidades, desde a republicana, protagonizada por Latino Coelho, ao catolicismo conservador do conde de Samodães, passando pelos defensores das «economias», como o bispo de Viseu, que se congregariam, mais tarde, no Partido Reformista<sup>233</sup>.

No entanto, antes do governo Sá da Bandeira/bispo de Viseu tomar posse, especulou-se sobre a possibilidade da formação de outro gabinete. Segundo o *Estrela da Beira* estaria preparado um governo, pensado entre Loulé e Braamcamp, presidido por este último, com Vaz Preto na Justiça. O restante elenco seria composto pelo visconde

---

<sup>230</sup> CUNHA, 2003, p. 94.

<sup>231</sup> SARDICA, 2005, p. 443.

<sup>232</sup> CUNHA, 2003, p. 111.

<sup>233</sup> SILVEIRA e FERNANDES, 2009, p. 198

de Chancelieiros na Fazenda, general Casimiro na Guerra, Mendes Leal na Marinha e visconde de S. Januário nas Obras públicas. Segundo o mesmo periódico, era um governo onde estavam representadas as duas câmaras e só não foi avante devido às várias intrigas que se sobrepuseram aos princípios representativos<sup>234</sup>. As notícias veiculadas pelo *Estrela da Beira* mostram que a opção por Sá da Bandeira não foi a primeira escolha. Existiram de facto movimentações em torno de Loulé para a formação de um novo gabinete e as dificuldades encontradas pelo duque é que levaram à solução adotada<sup>235</sup>.

Embora Sá da Bandeira fosse o Presidente do Conselho de Ministros, a verdadeira figura do executivo era Alves Martins. Este governo defendia ideias arrojadas como a reforma do sistema político, que passava por alterações nos poderes do Estado e pelo fim do pariato hereditário. Tal como aconteceu aos seus antecessores, a vida deste ministério não foi fácil, desde logo porque não tinha qualquer partido a suportá-lo. Aliás, o quadro político-partidário em Portugal passava por uma etapa de grande instabilidade depois da experiência da Fusão, o que numa primeira fase beneficiou Sá da Bandeira. Na realidade, nem o governo tinha um partido em que se pudesse apoiar nem a oposição estava reposicionada, antigos históricos e regeneradores navegavam num mar de grande indefinição ideológica. No início do ano de 1869 o governo confrontou-se com problemas na Câmara dos Deputados, onde os fusionistas e a «unha preta» se aliaram para afastar os futuros reformistas do poder. Perante esta situação, Sá da Bandeira pediu a demissão ao rei que após a ter aceitado mudou de opinião nos dias seguintes. D. Luís, perante um quadro político bastante incerto, não correu o risco de ter uma nova revolução na rua pois as pressões e as movimentações dos radicais avolumavam-se<sup>236</sup>. O governo manteve-se em funções e governou com o Parlamento encerrado até às novas eleições marcadas para abril que o governo venceu.

Para Vaz Preto a Câmara dos Pares foi o palco de confrontação com o executivo reformista. Este enfrentou vários combates nas câmaras associados a dois temas quentes do contexto político de então: a sempre problemática situação das finanças públicas nacionais e, desta vez, a frente externa, com a revolução de setembro de 1868 em Espanha que levou Isabel II a abdicar e a colocar o iberismo na discussão política. Alguns setores da sociedade espanhola viam com bons olhos que D. Luís ou D.

---

<sup>234</sup> Jornal *Estrela da Beira*, n.º 374, 22 de julho de 1868.

<sup>235</sup> CUNHA, 2003, p. 112.

<sup>236</sup> SILVEIRA e FERNANDES, 2009, p. 200.

Fernando viessem a ocupar o trono espanhol. A proposta de união ibérica poderia ameaçar a independência de Portugal. Este receio serviu de pretexto para criticar a política de contenção de despesas do governo que punha em causa a defesa do Reino. Entretanto, o governo de Sá da Bandeira geria este problema de uma forma bastante inábil, concentrando críticas tanto em Espanha como em Portugal. Na Câmara dos Pares, o gabinete era atacado devido à sua política externa incoerente, havendo mesmo periódicos afetos ao executivo que defendiam o federalismo, como era o caso do *Jornal do Comércio*<sup>237</sup>.

A polémica do iberismo, a nova lei eleitoral e a política de «economias», foram fortemente contestadas, mesmo por elementos afetos ao executivo, o que levou ao estreitamento do número de deputados que o apoiava. Apesar de uma maioria renovada com as eleições de abril, em julho já se conjeturava uma remodelação ministerial o que veio a acontecer com a saída de dois ministros. A verdade é que a maioria que apoiava o governo não era coesa e tinha muitas contradições<sup>238</sup>.

Se na Câmara dos Deputados a maioria se reduzia progressivamente, na Câmara dos Pares o governo não passava por melhores dias. Vaz Preto, em 30 de julho, apontava ao ministério divergências com a maioria que o suportava<sup>239</sup> e no dia 7 de agosto apresentou uma moção de ordem contra o governo que, para surpresa de alguns, acabou por ser votada favoravelmente, levando à queda do governo no dia 11 de agosto<sup>240</sup>. Na apresentação desta moveu um feroz ataque ao ministro do Reino, Alves Martins. Começou por fazer considerações pessoais sobre o bispo de Viseu, não o considerando idóneo para ocupar o cargo, nomeadamente por ter em mãos os assuntos da instrução pública pois dava erros de gramática, dizendo frequentemente *nós samos e nós habamos*. Para além do ataque pessoal, entendia o morgado da Lousa que o governo tinha como único objetivo manter-se no poder a todo o custo nem que para isso tivesse que recorrer a todas as manobras políticas, uma especialidade do bispo de Viseu, e estava pronto a aliar-se a qualquer força política para perdurar “*fosse, cristão, judeu, muçulmano, idolatra, ou mesmo qualquer insignificante pária da sociedade, que com laivos de civilização, embora essa fosse ibérica, se compromettesse todavia a ajudar o governo a sustentar-se*”. O ataque de Manuel Vaz levantava mesmo o perigo da união

---

<sup>237</sup> CUNHA, 2003, pp. 147-152.

<sup>238</sup> IDEM, p. 157.

<sup>239</sup> D.C.P., sessão de 30 de julho de 1869.

<sup>240</sup> MÓNICA, 1999, p. 89.

ibérica pelo que era urgente a demissão do governo. Todavia, Vaz Preto mantinha o respeito pelo velho vulto liberal que era Sá da Bandeira, isentando-o de todos os desmandos do governo. O verdadeiro responsável era o bispo de Viseu a quem recomendava que regressasse à sua diocese *“onde pode prestar importantes serviços, entregando-se aos trabalhos espirituais que as suas ovelhas reclamam, levando as bênçãos salutareis ao rebanho que lhe está confiado. Deste modo creio que s. Ex<sup>a</sup> poderá prestar ainda algum serviço ao país, desempenhando todas as obrigações evangélicas da sua profissão, que é de paz e conforto.”*<sup>241</sup>. Vaz Preto revelava aqui todo o seu ódio de estimação ao bispo de Viseu, bem demonstrado no sarcasmo com que se lhe dirigiu, mas também manifestava uma oposição clara ao reformismo, filho da revolução de janeiro, que recusava rotundamente. No dia 12 de agosto, um dia após a queda do ministério, ao fazer uma análise crítica da situação financeira, lamentava que tivessem existido os acontecimentos de janeiro de 1868, pois impediram que entrasse em vigor o imposto de consumo que podia ter evitado a lamentável situação financeira do país e afirmava taxativamente: *“eu não partilho as ideias da revolução de janeiro pelos seus maus resultados e efeitos”*<sup>242</sup>. É de destacar a contradição de Manuel Vaz Preto, todo o seu pensamento político foi conduzido na recusa de uma elevada fiscalidade e neste momento afirmou-se a favor do imposto de consumo proposto em 1867. Este facto demonstra como os notáveis da época mudavam de opinião de acordo com a conjuntura política - na verdade, aparentemente, não havia razão para Vaz Preto não apoiar o governo Sá da Bandeira/bispo de Viseu, defensor das suas ideias de moralidade e «economias». Porém, não podemos esquecer que, por um lado, se equacionou um governo diferente em julho de 1868, onde supostamente estava incluído Manuel Vaz, a não viabilização desta hipótese terá sido uma desilusão e as divergências pessoais falaram mais alto. Por outro lado, o lousanense não se revia nalgum radicalismo que apoiava o governo, pelo que não podia seguir esse caminho, o seu era o da esquerda responsável.

A queda do governo Sá/Viseu deveu-se à interferência da crise espanhola na vida nacional e às permanentes dificuldades financeiras. Os tempos que se seguiram não foram menos conturbados. Loulé, mais uma vez, foi incumbido de organizar novo ministério, desta vez integralmente histórico, mas com o apoio de Fontes Pereira de Melo. A desorganização das forças partidárias persistia o que dificultava aos governos

---

<sup>241</sup> D.C.P., sessão de 7 de agosto de 1869.

<sup>242</sup> D.C.P., sessão de 12 de agosto de 1869.

terem maiorias estáveis. Os reformistas continuavam a ter apoio junto da plebe de Lisboa e para complicar ainda mais o quadro político, bastante volúvel, em outubro de 1869 Saldanha regressou a Portugal e com ele o receio do retorno dos planos para a união ibérica, que o velho marechal há muito defendia. A Fusão olhou para Saldanha com muito receio, pois temia a sua aliança com o radicalismo penicheiro<sup>243</sup>. Para reforçar a posição, o novo governo pediu a dissolução da Câmara dos Deputados a D. Luís. Após a aprovação da dissolução no Conselho de Estado, convocaram-se novas eleições para março de 1870. Marcadas ainda pela aliança fusionista o governo ganhou sem problemas este novo sufrágio.

O governo de Loulé/Braancamp enfrentou um cenário político extremamente difícil com boatos permanentes de revoltas militares e forte contestação, principalmente vindas do reformismo. Os rumores de revolta tinham como epicentro Saldanha que continuava envolvido com várias personalidades espanholas em manobras políticas para colocar no trono em Espanha um príncipe português. Estando o governo a ser fortemente contestado devido à reforma da contribuição predial e a acontecimentos verificados nas eleições na Madeira, Saldanha aproveitou e desferiu o seu último golpe militar aos 80 anos. Todavia, desta vez, nem a opinião pública nem os partidos estavam com o marechal duque, denunciado logo a inconstitucionalidade do ato<sup>244</sup>.

A «Saldanhada» tem sido explicada pelo clima de grande instabilidade política e pelo protagonismo do velho marechal na questão ibérica. Para o nosso estudo ela tem importância para enquadrarmos as posições políticas de Vaz Preto e Tavares Proença.

Uma das grandes virtudes do golpe foi a de clarificar os campos políticos. Históricos e Regeneradores vão finalmente dar por finda a Fusão, embora concordassem em combater a ilegalidade constitucional. Os reformistas vão finalmente autonomizar-se surgindo o Centro Liberal Reformista<sup>245</sup>. Fora destes alinhamentos ficou o avilismo à direita, e os amigos de José Dias Ferreira, à esquerda, que tinham estado com a «Saldanhada».

Em relação a Vaz Preto e a Tavares Proença esta fase é de grande apagamento na atuação política. De Manuel Vaz Preto, sempre muito interventivo na Câmara Alta, não há sinais no ano de 1870. Sabemos que se aproximou dos regeneradores, tendo

---

<sup>243</sup> SARDICA, 2005, pp. 453-455.

<sup>244</sup> Sobre este período ver: CUNHA, 2003, pp. 170-191; SARDICA, 2005, pp. 456-459 e SILVEIRA e FERNANDES, 2009, pp. 211-216.

<sup>245</sup> CUNHA, 2003, p.p. 187-188.

participado em reuniões deste grupo, defendendo que se devia combater Saldanha no campo legal<sup>246</sup>. Mais uma vez, Manuel Vaz escolhia um dos campos onde melhor se podia movimentar.

Entretanto, com a evolução da situação espanhola e ficando mais afastado o cenário da união ibérica o país não podia viver na ilegalidade e todas as sensibilidades políticas exigiam o regresso da ordem constitucional. Neste contexto, marcaram-se eleições para setembro e em agosto Saldanha foi demitido.

Entre agosto de 1870 e setembro de 1871 Portugal teve dois governos onde pontificavam reformistas e avilistas, tendo a presidência caído nas mãos de Sá da Bandeira, entre agosto e outubro de 1870 e nas do marquês de Ávila, entre outubro de 1870 e setembro de 1871. Os homens de janeiro regressaram assim ao poder em agosto de 1870, incluído o bispo de Viseu que integrou o governo, mais uma vez, como ministro do Reino.

Tavares Proença fez a sua derradeira aparição na Câmara dos Pares no dia 8 de novembro de 1870 onde deixou o seu último testemunho político, quase em jeito de despedida. A intervenção surgiu no contexto da resposta ao discurso da coroa e revela uma grande coerência com todo o seu percurso político. Apresentou-se como amigo do marquês de Ávila e refere que sempre procurou atuar de acordo com a legalidade, como tal congratulava-se com o regresso à legitimidade constitucional *“pois que é nisto que está a essência do sistema que nos rege, e faltando a essência, falta a causa mesma”*. Nesta perspetiva, sempre se empenhou nas eleições, sem defender violências, e ao longo da sua vida nunca as presenciou. Reconhecia, contudo, que algumas vezes se usaram meios pouco legais, recorrendo-se à fraude, mas nada de coações e violências. Confirmava que o sistema representativo em Portugal não conseguia eleger os mais capazes e que isso se devia não à falta, mas ao excesso de liberdade. Este excesso estava ligado ao censo eleitoral que em Portugal era muito baixo e ele era necessário para que se pudessem selecionar os eleitores. Em Portugal quase toda a gente votava, mas para Tavares o voto universal pertencia a uma República e Portugal era uma Monarquia Constitucional. Ainda no quadro institucional, mostrou-se um feroz defensor da Câmara Alta, hereditária e com base na fortuna, pois só assim seria independente, mas em Portugal ela não tinha base, a lei, referindo-se ao fim dos morgadios, tinha destruído essa premissa e a Câmara estava morta.

---

<sup>246</sup> IDEM, p. 187.

Tavares pressentia o fim da vida e deixava este último testemunho, claro e coerente com o seu passado. Após 1834 tinha aderido ao cartismo moderado, depois da Regeneração tinha sido um homem do cartismo ortodoxo, avilista e assim continuava. Ao nível regional estava a perder a hegemonia para Manuel Vaz Preto.

Fazendo uma síntese deste período que medeia entre a Regeneração e o final dos anos de 1860, podemos afirmar que o golpe de 1851 teve o condão de traçar caminhos políticos diferentes para João José Vaz Preto e Tavares Proença. João José optou pela esquerda parlamentar sendo uma voz crítica do governo de Saldanha e Rodrigo em 1852, votou pelo Ato Adicional e foi afastado nas eleições daquele ano. Tavares Proença seguiu o cartismo ortodoxo do marquês de Ávila, recusou o Ato Adicional à Carta e tornou-se o homem de mão do avilismo no distrito de Castelo Branco, aliado nestes anos aos governos históricos. Manteve o seu alinhamento com o conservadorismo cartista, que pretendia resguardar o espírito da Carta, preservando as instituições e recusando uma abertura do corpo eleitoral. Entretanto Manuel Vaz Preto foi ganhando protagonismo herdando e aumentando a influência política deixada pelo pai, traçando também ele um caminho ligado à esquerda parlamentar, à reforma das instituições e ao desenvolvimento da agricultura e indústria nacionais sem recurso a mais impostos e sem dependência externa, apostando na riqueza nacional.

Tavares Proença faleceu em agosto de 1872, deixando sem rival o homem da Lousa que se encontrava na sua máxima pujança física e política. O legado de Tavares será continuado pelo filho que à data da sua morte tinha apenas 19 anos e que terá de ganhar o seu espaço, a pulso, num cenário político liderado e monopolizado por Manuel Vaz Preto a partir dos anos de 1870.



### **Capítulo III- Manuel Vaz Preto e Francisco Tavares Proença- relação com os partidos políticos (1871-1910)**

#### ***3.1- Colaboração e rutura de Manuel Vaz Preto com o Partido Regenerador (1871-1877)***

Como analisámos no capítulo anterior, António José de Ávila formou o seu segundo governo em outubro de 1870. O marquês tinha pela frente uma débil situação financeira e graves problemas económicos, nomeadamente uma crise agrícola no Minho<sup>247</sup>. A todos estas dificuldades havia que juntar a polémica com as Conferências do Casino que indispos o presidente do Conselho de Ministros com o mundo intelectual<sup>248</sup>.

Das eleições de 1871 resultou um Parlamento muito dividido e para formar um gabinete sólido Ávila tinha de ter apoio de um dos grupos. Colocando-se reformistas e históricos na oposição só lhe restava Fontes Pereira de Melo. Este comunicou-lhe, em agosto, que ninguém do seu partido iria tomar parte do executivo. Sem apoios, Ávila a 12 de setembro pediu a demissão e indicou, ao rei, o nome de Fontes para o substituir<sup>249</sup>. D. Luís nomeou o líder do Partido Regenerador para formar governo o qual viria a ser o mais duradouro da Monarquia Constitucional.

Iniciava-se o longo período da «pax» regeneradora onde, finalmente, os grandes investimentos nos melhoramentos materiais se podiam concretizar, conciliando a pacificação política com a melhoria do financiamento do tesouro português nas praças internacionais. Os primeiros anos da década de 1870 foram um período de prosperidade, tendo Fontes conseguido esvaziar a oposição. À sua esquerda, reformistas e históricos continuavam divididos, pelo menos enquanto Loulé e Sá da Bandeira estivessem vivos, pelo que, para já, não representavam perigo. Não é de estranhar que a legislatura iniciada em 1871 tenha terminado sem sobressaltos em 1874. As eleições de julho deste ano foram serenas e pacíficas, o governo conseguiu congregar regeneradores, avilistas,

---

<sup>247</sup> MÓNICA, 1999, pp. 93-94.

<sup>248</sup> Sobre o impacto das Conferências do Casino no governo de Ávila ver: SARDICA, 2005, pp. 468-475.

<sup>249</sup> SILVEIRA e FERNANDES, 2009, pp. 222-224.

amigos de José Dias e de Vaz Preto. O país parecia rendido a Fontes Pereira de Melo e nele reinava uma enorme frente conservadora<sup>250</sup>.

Sem rivais pela frente no distrito de Castelo Branco, Manuel Vaz Preto apoiava os regeneradores para disso tirar benefício. O grande influente beirão tem sido sempre apresentado como um homem do Partido Regenerador, todavia parece-nos que esta asserção peca por excessiva. Manuel Vaz tinha projetos próprios, apoiaria quem lhe desse mão livre no distrito e concretizasse os melhoramentos por ele reclamados que seriam, no fundo, os desejos da região que ele encarnava. Pretendia colocar-se acima dos partidos e manter a independência política que o caracterizava desde a sua chegada ao Parlamento. Esta ideia ficou clara numa intervenção na Câmara dos Pares em 30 de agosto de 1871, pouco antes da queda de Ávila, onde declarou a existência de uma facção política por ele comandada no distrito de Castelo Branco: *“Todos sabem que tenho um partido, há muito tempo, do distrito de Castelo Branco, um partido organizado como talvez não haja outro em todo o país”*. Convém prestar atenção às palavras, Manuel Vaz Preto tinha um partido **do** distrito de Castelo Branco e não **no** distrito de Castelo Branco, ou seja, a sua facção política pugnava pelos interesses do distrito e o que procurava era *“que os meus patrícios e conterrâneos me honrem com a sua confiança; e estejam convencidos de que o meu maior prazer e satisfação é poder ser-lhes útil e prestar-lhes serviços, e que encontrem em mim um procurador solícito, um advogado diligente”*. Portanto, as suas relações com os partidos nacionais continuariam a ser distantes e a sua atuação política pautava-se por defender os interesses do distrito de Castelo Branco.

Para Manuel Vaz Preto os partidos existentes não tinham diferenças entre si. Segundo o seu ponto de vista, as contendas políticas deveriam ser postas de lado e ele apoiaria os governos que se ocupassem exclusivamente *“das questões de fazenda e administração, as únicas que podem salvar-nos do abismo, e conjurar a crise tremenda por que estamos passando.”*<sup>251</sup>.

Perante este credo político Manuel Vaz Preto apoiaria o governo regenerador de Fontes. Este, por seu lado, não enfeitava ter como aliado o influente albicastrense, pois seria precioso nos momentos eleitorais e um apoio importante na Câmara dos Pares.

---

<sup>250</sup> SARDICA, 2005, pp. 530-531.

<sup>251</sup> D.C.P, sessão de 30 de agosto de 1871.

Efetivamente, Vaz Preto apoiava incondicionalmente Fontes na Câmara Alta, sempre com a esperança de ver concretizada a linha internacional de caminho de ferro que deveria passar pelos círculos eleitorais da sua influência. Desde os anos de 1860 que este tinha sido um dos seus cavalos de batalha. Continuou a sê-lo durante muitos anos<sup>252</sup>.

Porém, a não concretização da linha da Beira Baixa levou Manuel Vaz Preto a distanciar-se dos regeneradores. Disso mesmo deu conta Fontes Pereira de Melo ao confessar, em 1878, que Manuel Vaz Preto “*separou-se politicamente de mim, depois de encerrada a sessão de 1875*” e que isso se deveu a não ter avançado com a linha da Beira Baixa naquele ano. Manuel Vaz aproveitou para deixar bem clara a sua posição, tinha apoiado os regeneradores enquanto teve confiança no Partido e sublinhava: “*Não devo aos chefes desse partido um único favor pessoal, mas sim muitas desconsiderações; outro tanto, talvez não possam eles dizer de mim. Foram sempre ingratos e incorrigíveis, e nunca aprenderam na desgraça, de forma que quando voltavam ao poder era sempre com os mesmos defeitos corretos e aumentados.*”<sup>253</sup>. A cisão de Manuel Vaz foi de imediato registada pelo jornal humorístico *A Lanterna Mágica* que, logo na sua edição inaugural, escrevia: “*Devemos arquivar nesta pequena crónica dois importantes e recentes factos da vida política nacional. Enquanto na Zambézia se submetia à autoridade do governo um preto terrível – o Bonga, no continente declarava-se em rebelião contra os poderes um Preto eleitoral – o Vaz*”<sup>254</sup> e, alguns dias mais tarde, reforçava que os pretos recusavam acompanhar a procissão liderada por Fontes Pereira de Melo<sup>255</sup>.

Neste novo contexto político, Manuel Vaz Preto, em conjunto com Dias Ferreira, promoveu a edição do jornal *A Discussão* que foi publicado entre julho e dezembro de 1875 e terá sido dirigido por Pinheiro Chagas<sup>256</sup>. No seu primeiro número o periódico apresentou a razão que levou ao afastamento dos pretos da órbita

---

<sup>252</sup> Recordemos as palavras de Manuel Vaz Preto sobre a necessidade de transportes na Beira Baixa, expostas no ponto 1.4 do capítulo I.

<sup>253</sup> D.C.P., sessão de 28 de março de 1878.

<sup>254</sup> Jornal *A Lanterna Mágica*, n.º1, 15 de maio de 1875. Este jornal humorístico foi fundado por Rafael Bordalo Pinheiro em 1875 e tinha como subtítulo *Revista Ilustrada dos Acontecimentos da Semana por Gil Vaz*, pseudónimo coletivo de Guilherme de Azevedo e Guerra Junqueiro. Como já vimos na introdução, estes dois atores encontravam em Manuel Vaz Preto inspiração para as suas criações. Ver: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/LanternaMagica>.

<sup>255</sup> Ver: anexo n.º 95.

<sup>256</sup> HOMEM, 2012, p. 41. O jornal *A Discussão* manteve uma troca de galhardetes intensa com o jornal *A Lanterna Mágica* ao longo de todo o ano de 1875.

regeneradora, ela passava pela recusa do governo em solicitar ao monarca a prorrogação da sessão legislativa que permitiria a aprovação da linha da Beira Baixa: “*encerrou-se a sessão legislativa exatamente no fim dos três meses obrigatórios, e, (...) cortaram-se em plena discussão projetos de altíssimo interesse para o país, deixaram-se ficar na gaveta das comissões reformas valiosas, e fez-se da sessão de 1875 a mais estéril que há memória nos nossos fastos parlamentares*”, escrevia o redator.

No editorial de abertura ficava claro que a facção política de Vaz Preto era um grupo autónomo com ideias próprias e não se submetia sem condições às diretrizes do Sr.º Fontes: “*Quando acompanhámos o partido regenerador, não entendemos que nos obrigávamos por esse facto a consentir que o Sr. Fontes pensasse por nós, deliberasse por nós, limitando-se a dar-nos o santo e a senha, e a transmitir-nos ordens que devêssemos executar cegamente, sem procurar compreendê-las, acreditando na sua política, como um católico deve acreditar no mistério da Santíssima Trindade, sem pedir explicações.*” Esta passagem prova inequivocamente que Manuel Vaz sempre preservou a sua liberdade de ação, neste momento havia que separar as águas e apresentar as divergências ideológicas que o separavam dos regeneradores. Para os pretos o Partido Regenerador tinha-se tornado numa agremiação conservadora, muito diferente daquela que tinha iniciado um período de reformas em 1851: “*continua a ter na boca as palavras de progresso e reformas, quando os seus atos denunciam um espírito ferrenhamente conservador.*” Era necessário reformar a instrução pública, as instituições políticas e construir o caminho de ferro<sup>257</sup>. A *Lanterna Mágica*, mais uma vez, não deixou passar a ocasião e parodiava estas ideias, apresentando mesmo o hino do partido preto que se baseava na ideia da liberdade do «preto»<sup>258</sup>. Manuel Vaz posicionava-se à esquerda do Partido Regenerador e apresentava bandeiras daquela ala do liberalismo: a reforma das instituições e a aposta na instrução pública eram duas delas.

O fim do apoio de Manuel Vaz Preto aos regeneradores coincidiu com o agravar da situação financeira e com o surgimento de uma oposição mais combativa. Em relação à primeira, no Porto estalou uma crise comercial, devido ao saneamento das finanças espanholas com o fim do Sexénio Revolucionário. Madrid decidiu reduzir os juros da sua dívida em 1/3, provocando uma baixa na cotação dos fundos espanhóis que apanhou

---

<sup>257</sup> Jornal *A Discussão*, n.º 1, 1 de julho de 1875.

<sup>258</sup> Ver: anexos n.º 96 e n.º 97.

desprevenidos os capitalistas e os especuladores portugueses. A crise estendeu-se aos bancos nacionais que tinham um excesso de oferta face à dimensão da economia portuguesa. A descida dos fundos e a corrida aos depósitos levaram à falência de muitas instituições bancárias<sup>259</sup>. No campo político, reformistas e históricos, após a morte de Sá da Bandeira em janeiro e de Loulé em maio de 1876, fundiram-se em setembro, fundando, no chamado Pacto da Granja, o Partido Progressista que terá o primeiro programa aprovado a 4 de dezembro daquele ano<sup>260</sup>. Todavia, antes da junção definitiva, Viseu e Braamcamp, este o novo líder dos históricos, acordaram um ataque conjunto ao governo regenerador.

Manuel Vaz Preto colocou-se ao lado de reformistas e históricos no combate a Fontes Pereira de Melo e aproximou-se de José Dias Ferreira que apoiava a construção da linha da Beira Baixa, em conjunto com o deputado Manuel Pinheiro Chagas, na Câmara dos Deputados. Nas duas casas do Parlamento o governo regenerador deixou de contar com a bonomia de anos anteriores. Na Câmara Baixa o grupo avilista, entretanto também em rota de colisão com o governo, apresentou uma moção para que se fiscalizassem as concessões dos caminhos de ferro com o objetivo de confirmar se os interesses públicos tinham sido acautelados. A votação foi rejeitada, mas o grupo de Vaz Preto, liderado por Pinheiro Chagas, votou a favor da proposta. Podemos identificar como fazendo parte do grupo de Vaz Preto, Manuel Pinheiro Chagas, António José Boavida, Fernando Geraldes Sampaio de Bourbon, herdeiro da casa Graciosa e primo de Manuel Vaz, e Sousa Lobo<sup>261</sup>. Entretanto, na Câmara dos Pares, Vaz Preto votava, vencido, contra uma moção de confiança ao governo no dia 27 de março<sup>262</sup>. Apesar de ser no momento oposição ao governo regenerador, o morgado da Lousa fez questão de manter a autonomia política pois o seu grupo não acompanhou a decisão progressista de abandonar o Parlamento a partir de março de 1876, como consequência da rejeição de uma sindicância ao executivo<sup>263</sup>.

Manuel Vaz Preto afirmou de uma forma clara a sua independência, apostando numa estratégia política autónoma. No entanto, aproximou-se dos chamados amigos de José Dias Ferreira, o que culminará com a refundação do Partido Constituinte em 1879.

---

<sup>259</sup> SARDICA, 2005, p. 539 e RAMOS, 1990, p. 520.

<sup>260</sup> Sobre a fundação do Partido Progressista ver: FERNANDES, 2010, pp. 48-54.

<sup>261</sup> D.C.D., sessão de 5 de fevereiro de 1876, pp. 260.

<sup>262</sup> IDEM, sessão de 27 de março de 1876, p. 295.

<sup>263</sup> GOMES, 1907, p. 433.

Estas movimentações políticas alteraram a correlação de forças no distrito de Castelo Branco, como analisaremos com detalhe noutra parte. Fontes deixou de poder contar com o poderio eleitoral do grande influente beirão e tinha que procurar novos apoios no distrito que pudessem contrabalançar o seu poder. Segundo o *Diário da Manhã* os inimigos de Vaz Preto dirigiram-se a Fontes para lhe declararem apoio. Foi nesta conjuntura que a oposição a Manuel Vaz no distrito recomeçou a ganhar forma, entrando no vocabulário político os termos pretos e brancos<sup>264</sup>. O líder deste último grupo era Francisco Tavares de Almeida Proença (filho) que procurava recuperar o prestígio político do pai.

A cisão de Manuel Vaz com os regeneradores trouxe consequências também na correlação de forças no Parlamento, com a junção de dois grupos críticos do governo, os amigos de José Dias e os amigos de Vaz Preto, que em conjunto com o Partido Progressista faziam frente a Fontes Pereira de Melo.

### **3.2- A refundação do Partido Constituinte (1878-1880)**

Após mais de cinco anos de governo Fontes Pereira de Melo percebeu que estava muito desgastado. Depois de tempos de bonança, a economia não atravessava uma boa fase e o clima político era agora diferente. O Partido Progressista tinha-lhe lançado uma campanha nada amistosa e no Parlamento a sua autoridade era questionada. Perante esta conjuntura, Fontes pediu a demissão ao rei e retribuiu o gesto que Ávila tinha feito em setembro de 1871, indicando o marquês para o substituir, dando a garantia da colaboração regeneradora<sup>265</sup>. Quem não ficou nada satisfeito com esta mudança foram os progressistas que esperavam a ansiada rotação. O terceiro governo de Ávila ficou conhecido como «mientras vuelve»<sup>266</sup> e não foi mais do que um interregno até ao regresso do líder dos regeneradores à presidência do Conselho de Ministros, em janeiro de 1878.

---

<sup>264</sup> Jornal *Diário da Manhã*, 7 de março de 1880. O jornal *Diário da Manhã* foi publicado entre janeiro de 1876 e novembro de 1884 e foi dirigido por Pinheiro Chagas, substituiu *A Discussão* como jornal afeto a Manuel Vaz Preto na capital. A partir de 1879 funcionou como órgão do Partido Constituinte.

<sup>265</sup> Ver: MÓNICA, 1999, pp. 106-113 e SILVEIRA e FERNANDES, 2009, pp. 243-248.

<sup>266</sup> O terceiro governo de Ávila apenas durou nove meses, até janeiro de 1878, e ficou conhecido como o governo «mientras vuelve», já que em Espanha se noticiou que este governo se manteria em funções até que regressasse («mientras vuelve») Fontes. Sobre este governo ver: SARDICA, 2005, pp. 246-249.

Este governo de Fontes de Pereira de Melo foi ferozmente combatido pelos progressistas que se viram preteridos em duas situações, primeiro em março de 1877, com a nomeação de Ávila, e depois em janeiro de 1878, com o regresso de Fontes. D. Luís também foi atacado pelo Partido Progressista que o considerava o verdadeiro chefe dos regeneradores. Apesar das tentativas de moderação de uma parte do partido, chefiada por José Luciano de Castro, a imprensa progressista atacava quase diariamente o monarca, por vezes de uma forma violenta, destacando-se neste particular Mariano de Carvalho. Apesar do desconforto, a estratégia passava por uma oposição firme ao governo, respeitar as regras constitucionais e esperar que a sua vez chegasse.

Esse momento chegou em junho de 1879. O governo regenerador foi-se desgastando e para isso muito contribuíram o desenrolar da negociação de um tratado com a Inglaterra sobre o porto de Lourenço Marques, a questão das companhias concessionárias que Paiva de Andrade desejava estabelecer em Moçambique e as cisões entre os regeneradores, nomeadamente a de Casal Ribeiro. Perante os ataques da oposição que acusava o governo de negociações com as grandes companhias e a subalternização aos interesses ingleses, o rei convidou Anselmo Braamcamp a formar governo<sup>267</sup>.

Os progressistas encontraram nas Câmaras um novo partido, entretanto refundado, o Partido Constituinte. Esta agremiação desempenhou um papel de algum realce na política portuguesa no final de década de 1870 e princípios dos anos de 1880, nela se destacando José Dias Ferreira e Manuel Vaz Preto, entre outros. Erradamente, algumas obras ligam Manuel Vaz Preto aos constituintes desde 1871 e o próprio clarificou este facto na Câmara Alta em 1884. Segundo Manuel Vaz, o Partido Constituinte surgiu pela mão de Dias Ferreira após a ditadura de Saldanha mas declarou que não fez parte desse partido, nem nenhum dos seus amigos políticos: “*Declaro, pois, terminantemente, que nem eu, nem o Sr. Pinheiro Chagas, nem algum outro elemento do meu grupo solicitou direta ou indiretamente a entrada para esse partido*”. No final dos anos de 1870, a situação mudou: as vozes independentes de Dias Ferreira, na Câmara dos Deputados, e de Manuel Vaz Preto, na Câmara dos Pares, entenderam que “*não satisfazendo as nossas aspirações a marcha dos governos anteriores, nem à boa administração do país, havia ensejo de formar uma nova organização partidária que,*

---

<sup>267</sup> Sobre este período de oposição do Partido Progressista e a queda do governo regenerador em junho de 1879 ver: MÓNICA, 1999, pp. 132-133; SILVEIRA e FERNANDES, 2009, pp. 249-262 e FERNANDES, 2010, pp. 67-97.

*quando fosse governo, estabelecesse como regra a economia, a moralidade, a justiça e o respeito à lei*”. Nascia assim o novo Partido Constituinte que nada tinha a ver com o anterior como exclamou Vaz Preto: “*o partido organizado em 1879 é um partido novo, constituído com os meus amigos e com os amigos do Sr. Dias Ferreira.*”<sup>268</sup>.

No *Diário da Manhã*, a 27 de fevereiro de 1879, foram apresentadas as bases do novo partido. A novel organização proclamava-se monárquica e fiel aos Bragança mas pretendia limitar o poder moderador, com o objetivo de salvaguardar a coroa, colocando-a num patamar inacessível “*às paixões e aos embates políticos (...), onde não entre o louvor nem o vitupério político, que devem ficar reservados para os homens públicos e para os agrupamentos partidários*”. A par da boa administração da fazenda pública, o Partido Constituinte defendia reformas políticas, dentro destas ganhava especial destaque a reforma eleitoral. Os constituintes defendiam um sistema onde o governo fosse incapaz de manipular as eleições já que esta interferência era a primeira causa da decadência do sistema constitucional. A legislação fontista tinha alargado o direito de sufrágio mas, segundo o periódico, estávamos longe da desejada liberdade eleitoral<sup>269</sup>.

Manuel Vaz Preto continuava fiel aos seus princípios desde os anos de 1860, mantendo a linha de pensamento já defendida pelo seu pai e espelhada no manifesto aos eleitores de 1852. A esquerda parlamentar continuava a ser o seu lugar. As suas ideias pouco tinham mudado desde que se sentou no Parlamento: diminuição das despesas do Estado, eliminação dos gastos supérfluos - as tais «economias» - desoneração dos impostos sobre a propriedade, moralidade na administração pública, reforma das instituições, no sentido de limitar o poder real, e reforma do sistema eleitoral. Contudo, todas estas questões tornavam-se secundárias quando estava em causa a defesa dos interesses económicos e a manutenção da sua influência na Beira Baixa.

Foi com base nestes princípios que Manuel Vaz Preto recebeu o novo gabinete progressista e logo no dia 3 de junho de 1879, o governo tinha sido empossado no dia 1 desse mês, Vaz Preto saudava, com satisfação, a chegada ao poder do Partido Progressista com quem colaborou na oposição a Fontes, afirmando: “*o atual ministério encontrará da minha parte e dos meus amigos políticos um apoio leal e franco*” e prometia cooperar em tudo o que achasse imprescindível para o país, tendo sempre em

---

<sup>268</sup> D.C.P., sessão de 23 de abril de 1884.

<sup>269</sup> Jornal *Diário da Manhã*, 27 de fevereiro de 1879.



conta o interesse público. *O António Maria* não deixou passar esta aproximação do homem da Lousa aos progressistas que, segundo o jornal, tinha como objetivo seduzir o novo gabinete para alcançar os seus objetivos: deputados e governadores civis. Manuel Vaz Preto era apresentado como um grande violonista, o Paganini preto, que dava música aos progressistas, sendo o violino personificado por Dias Ferreira, acompanhado ao piano por Pinheiro Chagas<sup>270</sup>.

Manuel Vaz Preto continuava o seu caminho de independência política, embora fortemente ligado aos constituintes preparava-se para colaborar com os progressistas, mas separava claramente as águas: *“eu pertenço ao partido constituinte, partido progressista também, mas cujas ideias e doutrinas bem conhecidas se estremam nalguns pontos das do partido representado pelo atual gabinete”*. Portanto, a sua ação política não seria de colaboração cega, seguiria os seus interesses e os da sua região. Perante tais encómios Luciano de Castro, novo ministro do Reino, aceitava o apoio de tão notável influente<sup>271</sup>.

Este galanteio pouco tempo durou, apenas até outubro quando se realizou novo sufrágio para a Câmara dos Deputados. Manuel Vaz Preto acusou o governo de fraude, de interferência no ato eleitoral e de um combate sem quartel aos candidatos constituintes<sup>272</sup>. No entanto, numa das suas intervenções na Câmara dos Pares, Manuel Vaz Preto revelou que esteve em negociações com José Dias Ferreira e Anselmo Braamcamp para tratar de um possível pacto nas eleições. Os constituintes foram claros ao afirmar que iriam à urna *“como partido, que tem autonomia própria, fiado só nos seus recursos”*<sup>273</sup>.

A decisão dos progressistas de combater as candidaturas constituintes, principalmente no distrito de Castelo Branco, e a forte intervenção do governo nas eleições, levaram Manuel Vaz e Dias Ferreira a deixarem de colaborar com Braamcamp: *“Entrámos na luta mantendo a mesma situação política tal qual estava marcada pelas nossas declarações em ambas as casas do parlamento, e só depois do*

---

<sup>270</sup> Jornal *O António Maria*, 3 de julho de 1879. Ver: anexo n.º 98. Paganini (1782-1840), grande violinista italiano.

<sup>271</sup> D.C.P., sessão de 3 de junho de 1879.

<sup>272</sup> No rescaldo destas eleições, Manuel Vaz Preto teve um aceso debate parlamentar com José Luciano de Castro que será escarpelizado na 2.ª parte desta tese.

<sup>273</sup> IDEM, sessão de 25 de fevereiro de 1880. Anos mais tarde Manuel Vaz criticará José Luciano por não ter aceitado a colaboração dos constituintes, preferindo *“a existência atribulada e efêmera a ter de aceitar a cooperação de quem o podia salvar e engrandecer.”*. Ver: D.C.P., sessão de 20 de fevereiro de 1888.

*governo ter praticado os maiores atentados contra a liberdade da urna, atos que destoavam do seu programa e das suas promessas, é que nós reconhecemos que não podíamos dar apoio a semelhante ministério*”<sup>274</sup>. Assim justificava Vaz Preto a passagem dos constituintes à oposição. Estes argumentavam que o presidente do ministério se tinha comprometido a não interferir nas eleições, algo que também tinha sido prometido por José Luciano em 3 de junho de 1879<sup>275</sup>. O ato eleitoral serviu de pretexto para o Partido Constituinte se fixar na oposição. Manuel Vaz Preto queria autonomia no seu raio de ação, o mesmo é dizer no distrito de Castelo Branco, como isso não sucedeu a querela política instalou-se.

Em resumo, após a cisão com Fontes, Manuel Vaz lançou-se numa grande atividade parlamentar. Aproximou-se, por pouco tempo, dos progressistas, e refundou com José Dias Ferreira o Partido Constituinte, tendo como propósito uma firme oposição aos regeneradores que, no entanto, não durou muitos anos. A sua meta era clara, continuar a dominar sem oposição o distrito de Castelo Branco e guerrear qualquer governo que se atravessasse no seu caminho.

### ***3.3- A reaproximação de Manuel Vaz Preto ao Partido Regenerador (1881-1882)***

O primeiro governo progressista não teve uma vida longa. Guiado pelo princípio da contenção da despesa pública, acabaria por cair em contradição com o seu programa ao aumentar os impostos para conseguir diminuir o défice, criando as primeiras querelas internas. A reforma fiscal, nomeadamente o imposto sobre o rendimento, e a questão colonial - o tratado de Lourenço Marques - marcaram a governação progressista. Este tratado protelava a construção de uma linha férrea entre Lourenço Marques e o Transval, isentava de direitos alfandegários as mercadorias transacionadas e dava facilidades aos ingleses no desembarque de tropas e munições. De acordo com a oposição, estas disposições punham naturalmente em causa a soberania nacional. As manifestações em Lisboa cresciam de entusiasmo e nelas ganhavam realce os republicanos. No Porto eram os protestos contra o imposto de rendimento que ganhavam a primazia. O governo entrou num desgaste profundo e viu o seu apoio

---

<sup>274</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>275</sup> IDEM, sessão de 03 de junho de 1879. José Luciano respondia a um desafio de Casal Ribeiro quando lhe perguntou qual seria a atitude do governo nos atos eleitorais.

esfumar-se na Câmara Alta, tendo de recorrer a uma fornada de 16 pares, no final de 1880, para equilibrar a balança com a oposição.

Foi neste contexto político que os constituintes se aproximaram dos regeneradores. Manuel Vaz Preto foi a lança da oposição na Câmara Alta com a missão de desferir golpes certos num gabinete em agonia. Nos meses de fevereiro e março de 1881, Vaz Preto atacou o governo em todas as ocasiões, fossem quais fossem os assuntos, sendo Luciano de Castro o seu adversário predileto. Mais uma vez, *O António Maria* não deixou escapar a ocasião de ilustrar a guerra política que então se vivia. Manuel Vaz Preto rapava os queixos a José Luciano, enquanto Fontes fazia o mesmo a Anselmo Braamcamp<sup>276</sup>. No dia 22 de março Fontes Pereira de Melo apresentou uma moção de censura, rejeitada apenas por um voto o que não deixou de representar uma derrota para o governo. Braamcamp ainda tentou nova fornada mas, desta vez, D. Luís recusou, o que levou o governo à demissão<sup>277</sup>.

Seguiu-se um ministério regenerador chefiado por Rodrigues Sampaio composto por segundas figuras do Partido. Fontes Pereira de Melo ainda não se sentia confortável para regressar às lides governativas, pretendia gozar a paz de espírito que a administração do Crédito Predial lhe dava e não estava disposto a negociar com a nova geração do partido que lentamente fazia a sua aparição, jovens bacharéis em Direito, recrutados por Barjona de Freitas nos anos de 1870, António Rodrigues Sampaio, Lopo Vaz, Hintze Ribeiro e Júlio de Vilhena, apelidados por Fontes como «os meninos»<sup>278</sup>. Por seu lado, os progressistas atirados para a oposição criticavam duramente o novo gabinete, enquanto os constituintes negociavam com os regeneradores a entrada para o governo, algo que não se concretizou devido a divergências na pasta do Reino<sup>279</sup>. Com uma maioria progressista na Câmara Baixa os regeneradores conseguiram a dissolução e as eleições foram agendadas para 21 de agosto.

Este ato eleitoral ficou marcado pela tentativa de enfraquecer o Partido Progressista, reduzindo-o a uma representação parlamentar insignificante. Os da Granja procuraram alianças para o ato eleitoral e ensaiaram uma aproximação aos constituintes, chegando a colocar-se a hipótese de uma fusão entre os dois partidos. Enquanto José

---

<sup>276</sup> Jornal *O António Maria*, 17 de fevereiro de 1881. Ver: anexo n.º 100. Sobre este período ver: SILVEIRA e FERNANDES, 2009, pp. 261-268 e FERNANDES, 2010, pp. 113-127.

<sup>277</sup> MÓNICA, 1999, p. 137.

<sup>278</sup> IDEM, ibidem, pp. 137-138. RAMOS, 1994, p. 128.

<sup>279</sup> SILVEIRA e FERNANDES, 2009, p. 268.

Dias Ferreira se mostrava adepto da ideia, o grupo preto opunha-se a um entendimento com os progressistas<sup>280</sup>. A coligação entre os dois partidos nunca se chegou a efetuar devido às exigências de José Dias Ferreira de encabeçar a coligação, algo que os progressistas não aceitaram pois significava subalternizarem-se aos constituintes<sup>281</sup>.

Nestas eleições os regeneradores procuravam uma vitória retumbante, os progressistas minorar os estragos e os constituintes tirar o máximo proveito da situação. Estes últimos também revelavam divergências na atuação política vindo ao de cima os interesses de cada grupo, os amigos de Dias Ferreira e os amigos de Vaz Preto. O influente da Lousa começava a mostrar uma reaproximação aos regeneradores, algo que Anselmo Braamcamp antevia em carta enviada a Luciano de Castro a 1 de julho: “*Mais dia menos dia Manuel Vaz passa-se para o governo, Pinheiro Chagas segue-o com aplauso, e José Dias não sei o que fará.*”<sup>282</sup>. A verdade é que os progressistas procuraram todos os acordos possíveis com constituintes e regeneradores para tentarem eleger o maior número de deputados possível. Apesar de tudo, não evitaram nesta eleição uma humilhante derrota, o que os levou a aliarem-se aos republicanos em muitos círculos, na tentativa de resistirem ao que ficou conhecido como a «guerra de extermínio». A derrota dos progressistas ficou a dever-se aos graves problemas internos e à falta de disciplina dos seus membros, bem como à feroz campanha que os regeneradores fizeram contra as suas candidaturas, conseguindo mesmo que Anselmo Braamcamp e Mariano de Carvalho não fossem eleitos<sup>283</sup>.

O executivo liderado por Rodrigues Sampaio acabou por não passar de novembro de 1881. O governo dos «meninos» gozava de pouca credibilidade e o seu desgaste foi natural perante uma conjuntura política muito desfavorável. Os republicanos tinham aumentado significativamente a sua votação e andavam de mãos dadas com os progressistas, o que era mal visto no Paço, para além do mais tinham-se levantado uma série de escândalos como a «Salamancada» e o tratado comercial com França. Perante tantos problemas o rei voltou-se de novo para Fontes Pereira de Melo<sup>284</sup>. O próprio Fontes estava amedrontado com o crescimento dos republicanos nos grandes centros urbanos, tendo manobrado nos bastidores para que o governo de

---

<sup>280</sup> ALMEIDA, 2001, pp. 16-18.

<sup>281</sup> FERNANDES, 2010, p. 148.

<sup>282</sup> ALMEIDA, 2001, p. 25.

<sup>283</sup> IDEM, ibidem, p. 13. Sobre este período conhecido como «guerra de extermínio» ver: FERNANDES, 2010, pp. 146-155.

<sup>284</sup> MÓNICA, 1999, p. 139.

Rodrigues Sampaio caísse, ao mesmo tempo que se aproximava dos progressistas, condescendendo com a eleição de Mariano de Carvalho por Timor, procurando, desta forma, estancar a expansão dos republicanos<sup>285</sup>.

O novo governo tomou posse a 14 de novembro de 1881 e desde logo o chefe dos regeneradores procurou aliados nos constituintes. Fontes terá tentado que algum elemento constituinte entrasse para o governo, mas não terá aceitado algumas das pretensões do Partido Constituinte, pelo menos é o que se depreende da intervenção de Manuel Vaz na sessão de 10 de fevereiro de 1882 na Câmara dos Pares. Nesta, Fontes era acusado de não pretender verdadeiros compromissos e de apenas querer impor as suas ideias: *“O espirito de conciliação (...) do nobre presidente do conselho limita-se a convidar qualquer cavalheiro que milita em grupo político diverso do de s. Ex.<sup>a</sup> a fazer parte do gabinete a que preside ou trata de formar e em lugar de combinar e assentar com ele na marcha governativa a seguir, no programa de conciliação e transação a adotar, visto que há princípios diversos a harmonizar, não quer saber disso, nem chegar a nenhum acordo, julga que lhes faz muito favor abrindo-lhes as portas do poder. Um semelhante convite em lugar de penhorar ofende sempre, porque quer dizer – abandonai os vossos princípios as vossas condições se quereis ser ministro.”*<sup>286</sup>.

Os constituintes estavam assim fora do governo, isso não excluía a concentração de esforços para tentar isolar os republicanos. Fontes em carta dirigida, muito provavelmente, a Dias Ferreira alertava para o perigo da ligação dos progressistas aos republicanos e esperava que os constituintes não seguissem esse caminho. Na mesma missiva escrevia que não tinha podido falar com Manuel Vaz mas contava com a compreensão do par do Reino para a importância de conservar as instituições monárquicas<sup>287</sup>. Esta carta mostra claramente que o Partido Constituinte, na prática, nunca se desligara dos dois grupos que o tinham composto, os amigos de José Dias e os amigos de Vaz Preto, só assim se compreende a tentativa de Fontes em abordar o mesmo assunto com os representantes de cada facção.

Pelo menos, em relação ao grande cacique beirão Fontes Pereira de Melo sabia perfeitamente como o podia aliciar. Em abril de 1882, estando em discussão o caminho-de-ferro de Torres Vedras, Manuel Vaz propôs a construção, mais uma vez, de uma

---

<sup>285</sup> FERNANDES, 2010, p. 160.

<sup>286</sup> D.C.P., sessão de 10 de fevereiro de 1882.

<sup>287</sup> MÓNICA, 1999, pp. 140-141.

linha para a Beira Baixa. A sua ideia passava por conceder uma autorização ao governo para que se construísse uma via que entroncasse, perto de Leiria, no caminho-de-ferro do norte, atravessando o coração do Reino, passando por Castelo Branco, Covilhã indo até à Guarda. Fontes Pereira de Melo na resposta não se mostrou concordante com a ideia mas defendeu a construção de uma linha na Beira Baixa que ligasse à da Beira Alta na Guarda, beneficiando povoações da fronteira e, sem delongas, lançou o isco a Manuel Vaz Preto: *“a única coisa a que neste momento me posso comprometer, é a trazer ao parlamento na próxima sessão legislativa, uma proposta de lei para ser o governo autorizado a contratar a construção de um caminho-de-ferro que, partindo de um ponto da linha de leste, vá atravessar o distrito de Castelo Branco seguindo pela Covilhã à Guarda.”*. Neste período de tempo, segundo Fontes, deveriam fazer-se os estudos necessários que complementassem os que já tinham sido produzidos. Manuel Vaz imediatamente solicitou para que as palavras do presidente do Conselho de Ministros ficassem registadas<sup>288</sup>. A linha da Beira Baixa foi o passo definitivo de Fontes para ter o apoio de uma parte importante dos constituintes, os pretos.

### ***3.4- Os constituintes no governo e a cisão entre Manuel Vaz Preto e José Dias Ferreira (1883-1886)***

No início dos trabalhos parlamentares de 1883 o governo apresentou um programa de reformas políticas, entre elas destacavam-se: a reforma da Carta Constitucional, uma nova lei eleitoral - onde se contemplava a representação das minorias - a reforma da instrução primária e secundária e a continuação dos melhoramentos materiais. Na resposta ao discurso da coroa, Manuel Vaz Preto colocou-se imediatamente ao lado de Fontes Pereira de Melo, concordando com a necessidade de reformas políticas e económicas e relembrando as propostas constituintes, apresentadas por Dias Ferreira em janeiro de 1882, de reforma da Carta e da lei eleitoral que considerou mais «avançadas». Por seu lado, o chefe do governo aproveitou para aliciar os constituintes dizendo que contava com eles para a nova fase da governação<sup>289</sup>. Entretanto, Fontes tinha já decidido celebrar um acordo com os progressistas que

---

<sup>288</sup> D.C.P., sessão de 22 de abril de 1882.

<sup>289</sup> D.C.P., sessão de 26 de janeiro de 1883.

exigiam a representação proporcional nas eleições. Cedendo os regeneradores neste ponto os progressistas votariam a revisão da Carta<sup>290</sup>.

No entanto, em outubro de 1883, o governo teve algumas turbulências com que não contava. O ministro do Reino, Tomás Ribeiro, abandonou o executivo aparentemente descontente com a forma como se estavam a preparar as eleições municipais de Lisboa. Fontes Pereira de Melo aproveitou para reformular o governo e desta vez os constituintes entraram para o gabinete: Pinheiro Chagas, para a Marinha, e António Augusto de Aguiar, para as Obras Públicas. A presença dos constituintes no ministério, como José Dias explicaria mais tarde, deveu-se à exigência que o rei e Fontes lhe teriam feito para indicar dois ministros, tendo ele recusado sem dar explicações. D. Luís e o presidente do Conselho de Ministros voltaram à carga dizendo-lhe que no caso de não colaborar seria convidado a formar governo. José Dias sabia que não tinha apoios suficientes para tal empreitada e, temendo por em causa a existência do seu grupo político, acabou por aceitar a entrada dos constituintes no gabinete. Esta manobra foi entendida como uma estratégia de diluir os constituintes na ala «mais avançada» dos regeneradores, formando assim um Partido Regenerador de esquerda capaz de assumir a governação quando Fontes saísse do governo. Este expediente era uma forma de limitar a ação dos progressistas que se extinguiriam ou então iriam engrossar as fileiras republicanas<sup>291</sup>. Nada disto aconteceu e Fontes procurou desatrelar os progressistas dos republicanos, negociando com eles a reforma da Carta e da lei eleitoral.

Por seu lado, Manuel Vaz Preto na sessão de 7 de abril de 1884 confirmou que a entrada dos constituintes no gabinete tinha sido uma imposição de Fontes: “o Sr. Fontes disse que, se o Partido Constituinte queria cooperar lealmente na obra das reformas políticas, era necessário tomar assento ao seu lado. Apelava assim para a nossa lealdade, para a lealdade do Partido Constituinte.”. Fontes Pereira de Melo pretendia um compromisso com os constituintes para as reformas políticas que Manuel Vaz Preto dizia apoiar, contudo, o morgado da Lousa não contribuiu para a entrada dos constituintes para o gabinete, embora o aceitasse: “*não concorri para a entrada dos nossos amigos no poder, mas tomo sobre mim inteira e completa responsabilidade do*

---

<sup>290</sup> MÓNICA, 1999, p. 141.

<sup>291</sup> SILVEIRA e FERNANDES, 2009, p. 286.

*facto*.”<sup>292</sup>. A entrada dos constituintes para o governo, segundo Manuel Vaz, tinha o objetivo de forçar a concretização de reformas políticas que considerava imprescindíveis, se o Partido Constituinte não podia avançar com as suas apoiava as do governo. No entanto, alertava o chefe do executivo que não concordava com o acordo feito entre regeneradores e progressistas para a reforma da Carta e a nova lei eleitoral, mas respeitava-o, considerando que Fontes tinha tido um gesto patriótico ao avançar com o pacto<sup>293</sup>.

Manuel Vaz Preto fazia questão de preservar a sua independência política, mantendo sempre margem de manobra, nunca se entregando totalmente nas mãos de Fontes. Contudo, convivia pacificamente com Fontes Pereira de Melo, como nos bons velhos tempos da década de 1870. Esta aproximação dos pretos aos regeneradores levou à desagregação dos constituintes. A premonição de Anselmo Braamcamp aquando das eleições de 1881 revelou-se certa, Manuel Vaz Preto apoiava o governo e o grupo de José Dias afastou-se dos regeneradores. O próprio morgado da Lousa anunciou a cisão dos constituintes entre os elementos que o tinham formado, pretos e amigos de José Dias, na Câmara dos Pares em março de 1885, assumindo que seguiam caminhos diferentes no apoio a Fontes<sup>294</sup>. Manuel Vaz falava após a saída do governo de António Augusto de Aguiar em fevereiro, ao que parece por prever uma derrota na comissão da Fazenda sobre as obras no porto de Lisboa<sup>295</sup>. Para o influente beirão essa saída tinha-se ficado a dever a divergências sobre o curso das reformas políticas. Defendeu Fontes ao considera-lo como o único capaz de as concretizar já que a oposição não tinha robustez para governar, as forças de Braamcamp e José Dias não tinham apoio suficiente para formar governo. Para Manuel Vaz, o Partido Regenerador deveria governar com a maioria que tinha nas duas casas do Parlamento e dispensar os acordos com os progressistas. A entrada dos constituintes para o governo foi o suicídio político desta agremiação, com o desentendimento entre Dias Ferreira e Vaz Preto no que o apoio ao gabinete diz respeito, algo com o qual, muito provavelmente, Fontes terá jogado.

O *Correio da Beira* já em meados de 1884 tinha anunciado a cisão de Vaz Preto com os constituintes, chegando mesmo a afirmar que isso tinha causado mau estar entre

---

<sup>292</sup> D.C.P., sessão de 7 de abril de 1884, publicada no diário de 17 de maio de 1884.

<sup>293</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>294</sup> IDEM, sessão de 10 de março de 1885.

<sup>295</sup> SILVEIRA e FERNANDES, 2009, p. 299.



os seus apoiantes<sup>296</sup>. O certo é que os pretos estavam de novo de corpo e alma com os regeneradores e para o periódico branco isso tinha uma causa, a linha da Beira Baixa, este era o único credo de Vaz Preto: ter liberdade de ação no seu distrito, não sendo de estranhar que tenha estado com regeneradores, avilistas, progressistas, avilistas, novamente, constituintes e agora de novo com regeneradores<sup>297</sup>.

Na realidade, Manuel Vaz Preto continuou a colaborar ativamente com Fontes na Câmara dos Pares, nomeadamente na discussão da reforma da Carta Constitucional, sendo ele o protagonista da chamada lei dos «bebés», em junho de 1885<sup>298</sup>. Foi também com naturalidade que na sessão de 23 de fevereiro de 1886 se apresentou como oposicionista ao novo governo, entretanto formado, do Partido Progressista<sup>299</sup>. Na sua intervenção lembrou que sempre se tinha oposto às ideias dos progressistas e assim continuaria, do seu lado não podiam esperar mais nada que não fosse luta política ao seu programa<sup>300</sup>. Apesar de tudo, esta oposição esbateu-se com o ímpeto renovado que o novo ministro das Obras Públicas, Emídio Navarro, estava a dar para a concretização da tão esperada linha da Beira Baixa. Manuel Vaz, mais uma vez, dava prioridade aos seus projetos políticos. Apesar do novo gabinete pretender adiar a obra por uns meses para realizar mais estudos com o objetivo de aproximar a linha da Covilhã, na sessão da Câmara Alta de 23 de março Manuel Vaz afirmou que não estava interessado em fazer oposição ao ministério agora que ele estava a concretizar as suas ideias e deixava transparecer o que lhe ia na alma: “*a questão do caminho de ferro da Beira Baixa tem sido o meu sonho dourado de longos anos*”, não estava disposto a adiá-lo por mais tempo e não queria mais areia na engrenagem, por isso não queria mais estudos<sup>301</sup>.

Fazendo um balanço deste período de reaproximação de Manuel Vaz aos regeneradores podemos dizer que, com o argumento de apoio às reformas políticas, os constituintes apoiaram Fontes. Notavam-se já divisões entre Dias Ferreira e Manuel Vaz, visíveis nas negociações para as eleições de 1881, quando este último recusou a

---

<sup>296</sup> Jornal *Correio da Beira*, n.º 11, 29 de junho de 1884.

<sup>297</sup> IDEM, n.º 39, 11 de janeiro de 1885.

<sup>298</sup> Sobre a participação de Manuel Vaz Preto nesta discussão ver: BELO, 2012, pp. 294-324, nomeadamente as páginas 318-319, onde se analisa a lei dos bebés e se descreve a atuação de Manuel Vaz Preto. Face ao fim previsto do pariató hereditário, o homem da Lousa procurou assegurar que os herdeiros dos pares falecidos e dos que existiam naquele momento mantivessem o direito hereditário na Câmara dos Pares.

<sup>299</sup> Fontes Pereira de Melo tinha-se demitido devido à contestação aos novos impostos e a questões municipais relacionadas com a proposta de João Franco sobre a desanexação do concelho de Guimarães para o integrar no Porto.

<sup>300</sup> D.C.P., sessão de 23 de fevereiro de 1886.

<sup>301</sup> D.C.P., sessão de 23 de março de 1886.

aliança com os progressistas. As afinidades com os regeneradores eram já evidentes e eram sentidas pelos seus adversários políticos. A reaproximação definitiva deu-se com o compromisso assumido por Fontes de avançar com a linha da Beira Baixa em 1883 e, em outubro deste ano, um elemento preto entrou para o governo - Manuel Pinheiro Chagas na pasta da Marinha e Ultramar. É imperioso salientar que apesar do apoio aos regeneradores, Manuel Vaz manteve sempre coerência política. O seu principal objetivo passava por garantir a execução do caminho de ferro mas não abdicava dos seus princípios da esquerda liberal, como ele bem afirmou aquando da apresentação das reformas preconizadas por Fontes: apoiaria os regeneradores, mas as suas propostas eram «mais avançadas», pretendia a reforma da instrução pública, das instituições políticas e menos influência do poder moderador. Para si o projeto político da Regeneração não se esgotava nos melhoramentos materiais.

Todavia, as questões locais, mais uma vez, foram decisivas para a tomada de posição de Manuel Vaz Preto. O caminho de ferro era o objetivo central do homem da Lousa. Disso dependia a manutenção na sua órbita de uma parte significativa dos influentes locais, nomeadamente no Fundão e Covilhã, para além desta construção o poder beneficiar diretamente com o escoamento mais facilitado dos seus produtos.

Estes factos demonstram que o envolvimento com o Partido Constituinte não inibiu Manuel Vaz Preto de continuar a sua estratégia de plena liberdade política. A sua conduta foi sempre a de um líder de uma facção autónoma que tomou decisões de acordo com os seus interesses pessoais, como o caso da linha da Beira Baixa prova.

O morgado da Lousa tinha um poder político incontestado no distrito de Castelo Branco desde 1871, grande influência nos gabinetes ministeriais, um grupo político coeso na Câmara dos Deputados, a sua voz incómoda para os governos na Câmara dos Pares e um jornal nacional por si financiado, o *Diário da Manhã*. Este aspeto é de suma importância e revela a dimensão nacional de Manuel Vaz Preto que dispunha de um órgão escrito na capital algo de que não necessitava na Beira, onde era rei e senhor.

### 3.5- A morte de *Fontes Pereira de Melo* e o *Porto Franco* (1887-1892)

A segunda metade da década de 1880 para Manuel Vaz Preto ficou marcada por dois episódios importantes: o regresso da batalha pela construção da linha da Beira Baixa e uma nova fase na sua vida política com a morte de *Fontes Pereira de Melo*, em janeiro de 1887.

A morte prematura de *Fontes* apanhou o mundo político desprevenido, principalmente o Partido Regenerador que se viu privado do seu chefe incontestado. A luta pela liderança travou-se entre Lopo Vaz, que patrocinava Serpa Pimentel, e Barjona de Freitas e Hintze Ribeiro, que aceitavam Martens Ferrão<sup>302</sup>. Tendo em conta a correspondência trocada entre João Franco e João Pinto dos Santos<sup>303</sup>, todos procuraram seduzir Manuel Vaz Preto, numa tentativa de manter o apoio dos pretos ao Partido Regenerador, pois estavam cientes da importância do cacique beirão na Câmara dos Pares e do grupo de fiéis que o seguiam incondicionalmente na Câmara Baixa. Hintze Ribeiro esforçou-se, desde cedo, por assegurar um aliado através de João Franco e dos seus contactos na Beira Baixa. Em 8 de fevereiro de 1887 escrevia o insigne homem do Alcaide a João Pinto dos Santos pedindo-lhe que incentivasse o lousanense a apoiar Hintze e, numa outra missiva, sem data, João Franco confessava: “*Hintze está fazendo tudo quanto pode para cativar o M. Vaz*”<sup>304</sup>. Esta estratégia, aparentemente, deu resultado, a 19 de fevereiro Franco anunciava, com alegria, que Manuel Vaz se manifestou: “*aberta e francamente a favor de Hintze, e cheio de mau humor contra Barjona e Lopo. Assim devia ser.*”<sup>305</sup>.

Porém, Manuel Vaz Preto estava, mais uma vez, a preparar o seu próprio caminho. As disputas pela liderança no Partido Regenerador só lhe interessavam no contexto dos seus poderes de cacique regional que passavam pela perpetuação da sua influência no distrito de Castelo Branco. O seu verdadeiro interlocutor nos

---

<sup>302</sup> DIAS, José Lopes, janeiro de 1971, p. 105. Carta de João Franco para João Pinto dos Santos, refletindo sobre a situação no Partido Regenerador.

<sup>303</sup> João Pinto Rodrigues dos Santos (1856-1946), natural das Donas, Fundão. Formado em Direito, entrou para a política pela mão de Manuel Vaz Preto, de quem foi um fiel seguidor até à sua morte. Tinha relações pessoais e políticas com João Franco. Este, por seu lado, tentava usar a influência de João Pinto sobre Manuel Vaz para ir ao encontro dos seus interesses, como a correspondência citada demonstra.

<sup>304</sup> IDEM, ibidem, pp. 106-107. João Pinto dos Santos era um preto e procurava ser eleito deputado nas eleições de março de 1887, para isso contava com o apoio de Manuel Vaz e a eleição estaria certa caso *Fontes* não tivesse falecido. Franco procurava colaborar com Manuel Vaz e João Pinto para concretizar esta eleição. Este assunto será desenvolvido nos capítulos sobre a vida política local.

<sup>305</sup> IDEM, ibidem, p. 110.

regeneradores tinha sido sempre Fontes que tinha conseguido manter na órbita do Partido Regenerador uma série de grupos muito variados, onde se integravam os pretos<sup>306</sup>. Após o seu desaparecimento Manuel Vaz deve ter sentido que o Partido Regenerador nada lhe podia dar sem o seu grande líder, pelo que não tinha intensão de colaborar abertamente com os regeneradores, a autonomia política continuaria a ser o seu lema. Esta postura foi ferozmente criticada pelo jornal albicastrense *Correio da Beira* que acusava Vaz Preto de navegar aos sabores dos seus interesses pessoais. Escrevia o *Correio* que ninguém sabia que trilho Vaz Preto seguia, era chefe de um grupo sem caminho definido. Manuel Vaz Preto era acusado de num curto espaço de três anos ter apoiado o radicalismo de Dias Ferreira para, pouco depois, ter colaborado com Fontes, apelidado pelo periódico de ultraconservador. O morgado da Lousa tanto defendia uma constituição atentatória da realeza, como em seguida apresentava à câmara o projeto dos «bebés»<sup>307</sup>.

Tentando marcar a sua posição no espectro partidário de então, Manuel Vaz Preto fez uma intervenção na Câmara Alta a 20 de fevereiro de 1888. Nesta, manifestou-se bastante crítico para com o governo de José Luciano de Castro, a quem comparou a um leproso de quem toda a gente se afastava, e confrontou a atuação dos progressistas com a do já saudoso Fontes Pereira de Melo que não hesitava em pedir a demissão quando pressentia que os seus governos estavam gastos. Fazendo a análise dos partidos políticos em Portugal, sentia uma enorme divisão no seio do Partido Progressista, prova desse facto era a existência de um governo bastante heterogéneo. Por seu lado, a oposição encontrava-se decomposta entre a Esquerda Dinástica de Barjona de Freitas, o Partido Regenerador, liderado por Serpa Pimentel, e por um grupo composto pelos seus partidários e pelos amigos de Tomás Ribeiro. Esta declaração teve o condão de provocar um enorme murmúrio na sala, era o anúncio do Porto Franco que segundo Manuel Vaz seguiria as tradições do Partido Constituinte e estaria aberto a todos os que pugnassem pela justiça e moralidade<sup>308</sup>. Tomás Ribeiro era uma figura respeitável, várias vezes ministro, deputado e governador civil, tinha-se afastado dos regeneradores ao divergir do grupo de Serpa Pimentel e juntava agora as suas forças aos pretos<sup>309</sup>. Em março de 1891 Manuel Vaz Preto resumia o programa, vago, do Porto

---

<sup>306</sup> RAMOS, 2007, p. 177.

<sup>307</sup> Jornal *Correio da Beira*, n.ºs 98 e 100, 28 de fevereiro e 14 de março de 1886.

<sup>308</sup> D.C.P., sessão de 20 de fevereiro de 1888.

<sup>309</sup> FERNANDES, 2010, p. 292.

Franco, também conhecido como Partido Unionista, em três objetivos apenas: moralidade, boa administração e economias: “*O porto franco não tem a ambição do poder, mas deseja que os governos governem seguindo o seu programa. É por isso que tem sido, é, e continuará a ser o travão, o dique às demasias e desvarios dos governos.*”<sup>310</sup>. Os velhos princípios de Manuel Vaz defendidos desde 1861 e que já tinham sido enunciados por seu pai em 1852 continuavam vivos.

A imprensa local não deixava de ironizar com a nova agremiação preta. O *Correio da Beira* apelidava o Porto Franco de ridículo, chamando-lhe mesmo a patrulha anarquista, onde tinham guarida todos os repudiados de outras linhas políticas ou partidos desde o socialista, o legitimista, o republicano e até o sebastianista<sup>311</sup>. Uns dias mais tarde, a propósito de um jantar que Manuel Vaz ofereceu a 37 personalidades, a sua prosa era corrosiva para o morgado da Lousa: “*Se por Porto Franco se entender o grupo dos correligionários do Sr. Vaz Preto com a faculdade de irem a sua casa almoçar e jantar truculentamente os perus e lombos de porco, que o opulento morgado beirão manda vir da sua casa de Castelo Branco, eu creio que o partido crescerá sem limites*”. O periódico branco acusava Manuel Vaz Preto de só se ter afirmado na política pela virulência com que atacava os seus adversários e na forma como desancava os ministros, nunca se distinguindo por quaisquer conhecimentos de política ou da administração pública. No fundo, o Porto Franco não passava de um ato de vaidade do cacique beirão<sup>312</sup>.

Na realidade, o Porto Franco constituiu uma tentativa de Manuel Vaz Preto se demarcar do Partido Regenerador e de João Franco, com quem se incompatibilizou a partir de 1889. No centro da polémica esteve a eleição deste ano no círculo eleitoral do Fundão, onde Manuel Vaz Preto queria firmar um domínio total. Esta pretensão trouxe um terramoto político para a política beirã, pois não só concretizou a rutura entre Vaz Preto e João Franco como viu nascer uma aliança entre este e Tavares Proença, que só as particularidades políticas locais conseguem explicar, como veremos. Desde este momento, João Franco será inimigo político de Manuel Vaz até ao fim da sua vida.

Esta rutura de Vaz Preto com João Franco fê-lo afastar-se cada vez mais da órbita do Partido Regenerador. A queda do governo progressista em janeiro de 1890

---

<sup>310</sup> D.C.P., sessão de 18 de março de 1891.

<sup>311</sup> *Jornal Correio da Beira*, n.º 202, 26 de fevereiro de 1888.

<sup>312</sup> IDEM, n.º 233, 30 de setembro de 1888.

fruto do ultimato inglês, na sequência do famigerado «mapa cor-de-rosa», colocou-o no caminho dos da Granja. O memorando inglês de 11 de janeiro de 1890 deitou por terra o governo progressista formado em 1886. José Luciano esperava que lhe sucedesse um executivo extrapartidário que governasse com o Parlamento eleito três meses antes. Contra as suas expectativas, D. Carlos nomeou um governo regenerador liderado por Serpa Pimentel, do qual fazia parte João Franco na pasta da Fazenda, e dissolveu as Cortes a 20 de janeiro de 1890. Esta decisão do rei significava que o executivo governaria com o Parlamento fechado até ao próximo sufrágio que teve lugar a 30 de março. Os progressistas contestaram estas medidas, prepararam-se para o protesto público, numa tentativa de limitar a ação do novo governo, e aproximaram-se dos republicanos nos círculos eleitorais da capital. A tática de José Luciano era pressionar a Monarquia levantando o fantasma da República ao mesmo tempo que contestava as medidas mais recentes do novo gabinete<sup>313</sup>.

Foi neste contexto que Manuel Vaz Preto se aproximou dos progressistas. Na reabertura do Parlamento opôs-se claramente aos atos praticados pelo governo em ditadura, acusando-o de ter ferido a Carta várias vezes, nomeadamente sobre os direitos dos cidadãos, o direito de reunião e as limitações à liberdade de imprensa. Segundo o ilustre beirão, esta última restrição tinha sido motivada pela coligação dos progressistas com os republicanos nas eleições de Lisboa e ele entendia que José Luciano tinha feito muito bem em integrar o grupo republicano na discussão política<sup>314</sup>. O facto de João Franco fazer parte deste governo não foi alheio à postura de Vaz Preto, isso mesmo confidenciava Aurélio Pinto Tavares Castelo Branco<sup>315</sup>, primo de João, a Tavares Proença em junho de 1890: *“há no Partido Regenerador uma velha guarda ainda muito respeitadora e saudosa da antiga camaradagem do Vaz Preto, e que estes batem no Franco desapiedadamente por ser por ele que Vaz Preto não apoiará o governo”*<sup>316</sup>.

---

<sup>313</sup> RAMOS, 2007, pp. 81-88.

<sup>314</sup> D.C.P., sessão de 10 de outubro de 1890.

<sup>315</sup> Aurélio Pinto Tavares Castelo Branco, natural da Capinha, concelho do Fundão. Era filho de João Pinto Tavares Castelo Branco, eleito deputado em 1856, elemento fiel a Tavares Proença (pai). Aurélio nasceu em 1855 e cresceu com Francisco Tavares Proença (filho) de quem se tornou amigo e confidente político nos anos de 1880. Nesta década chegou a redator da Câmara dos Pares e aderiu ao Partido Progressista. Frequentava a casa de José Luciano de Castro com quem dialogava longamente sobre a política albicastrense, desempenhando um papel importante como elo de ligação entre o líder dos progressistas e Tavares Proença, como prova a correspondência trocada com este último. Era primo de João Franco e grande conhecedor da vida política do Fundão, tendo também relações de grande proximidade com João Pinto Rodrigues dos Santos.

<sup>316</sup> A.F.T.P., carta de Aurélio Pinto para Tavares Proença, junho de 1890.

Entretanto, o governo de Serpa Pimentel teve de lidar com enormes protestos e desordens em Lisboa no verão de 1890, que tiveram como pano de fundo o desconforto com a negociação do tratado com a Inglaterra, aliado a uma crise social e a divergências no interior do executivo, que passavam pela luta entre Hintze e Lopo Vaz pela chefia dos regeneradores. Pouco restava a Serpa Pimentel senão apresentar a demissão ao rei em outubro de 1890<sup>317</sup>.

Finalmente, o monarca decidiu-se por um executivo extrapartidário, chamando para o liderar o general João Crisóstomo que teve de se confrontar com a revolta republicana a 31 de janeiro de 1891 no Porto. Esta insurreição colocou imediatamente o governo em xeque que já tinha para o atormentar o agravamento das finanças públicas com a falência, em novembro de 1890, do corretor principal do Estado português, a casa bancária Baring Bros.

Manuel Vaz esteve na primeira fila no apoio ao governo de João Crisóstomo, onde o Porto Franco esteve representado por Tomás Ribeiro, ministro das Obras Públicas, e por António Emílio de Sá Brandão, com a pasta da Justiça<sup>318</sup>. O problema que urgia resolver era a questão financeira, para tal negociou-se um empréstimo, onde estava envolvido o rendoso monopólio dos tabacos, que teria de ser aprovado pelo Parlamento. A discordância com as condições deste empréstimo levou Manuel Vaz a afastar-se do apoio ao gabinete, e anunciou, em março de 1891, na Câmara dos Pares a sua oposição<sup>319</sup>. Em abril Tomás Ribeiro manifestou a intensão de abandonar o executivo, tendo pouco depois Crisóstomo pedido a demissão ao rei. Perante a recusa de regeneradores e progressistas em assumir a governação, João Crisóstomo formou novo gabinete. Manuel Vaz manifestou surpresa com a formação deste ministério, apelidou-o de extravagante, uma amálgama, e com pouca homogeneidade, dele fazendo parte regeneradores distintos, como Lopo Vaz, João Franco e Júlio Vilhena e um progressista desavindo, Mariano de Carvalho<sup>320</sup>. Manuel Vaz foi um feroz crítico deste governo, não só ao combater a política financeira do novo ministro da Fazenda, Mariano de Carvalho,

---

<sup>317</sup> RAMOS, 1994, pp. 183-187 e FERNANDES, 2010, 327-328. Nestes protestos destacamos o aparecimento da chamada Liga Liberal encabeçada por Augusto Fuchini que se afirmou como um movimento de indignação contra o tratado que estava a ser negociado com a Inglaterra, onde também pontificava o general João Crisóstomo.

<sup>318</sup> FERNANDES, pp. 332.

<sup>319</sup> D.C.P., sessão de 18 de março de 1891. Sobre as condições do empréstimo e as dificuldades governativas ver: FERNANDES, 2010, pp. 342-346.

<sup>320</sup> D.C.P., sessão de 1 de junho de 1891.

a quem já tinha atacado aquando da sua nomeação para comissário régio em África<sup>321</sup>, mas também por se opor ao tratado negociado com a Inglaterra, discutido e votado na Câmara dos Pares em 10 de junho de 1891, sendo um dos seis pares que votou contra.

Após o escândalo do financiamento da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses, onde Mariano de Carvalho teve o papel principal<sup>322</sup>, o governo sucumbiu em janeiro de 1892. Sucederam-lhe dois ministérios liderados por José Dias Ferreira entre janeiro de 1892 e fevereiro de 1893. Manuel Vaz esteve ao lado do seu velho companheiro político. Segundo ele, o novo gabinete seguia a linha defendida pelo Porto Franco, economias e moralidade. Os problemas financeiros do país não o apanharam desprevenido, há muito que reclamava contra os gastos exagerados e o pouco apoio que se dava à produção nacional, nomeadamente à agricultura, algo que deixou bem vincado no Parlamento a 23 de fevereiro de 1892: *“Os gastos imoderados sem conta, peso nem medida, as despesas luxuosas, enormes e supérfluas às vezes, empreendidas insensatamente sem as respectivas receitas, os sindicatos levantados por encanto por capitalistas fantasiosos nascidos de momento, o abuso continuado do crédito, e a especulação constante de muitas entidades desconhecidas até certa época haviam de fatalmente de conduzir o país a este cataclismo tremendo, a esta derrocada funestíssima, que terá por epílogo a bancarrota”*<sup>323</sup>.

José Dias Ferreira tomou medidas vigorosas, algumas do agrado do morgado da Lousa, como a proteção das alfândegas de Portugal e das colónias e a taxaço do serviço da dívida pública detida por estrangeiros<sup>324</sup>.

Para Manuel Vaz, no plano pessoal, estes anos do final da década de 1880 e início da de 1890 foram anos dolorosos devido à morte do seu único filho, em 1891, e os problemas de saúde que pressagiavam a sua morte, obrigando-o a longas ausências da capital. A frequência da sua presença na Câmara dos Pares diminui e as intervenções tornaram-se mais escassas. Contudo, as amarguras da vida não o fizeram abandonar a luta política. A aproximação aos progressistas e a defesa da integração dos republicanos no debate político levaram-no a ajudar alguns elementos deste grupo aquando do 31 de janeiro de 1891, nomeadamente Elias Garcia, e a discordar da forma como se julgaram os vencidos, havendo mesmo quem afirme que os republicanos lhe chegaram a oferecer

---

<sup>321</sup> IDEM, sessão de 30 de maio de 1890.

<sup>322</sup> Sobre este assunto ver: FERNANDES, pp. 364-374.

<sup>323</sup> D.C.P., sessão de 23 de fevereiro de 1892.

<sup>324</sup> RAMOS, 2007, pp. 107-109.



a presidência da República, caso a revolução triunfasse, algo que Manuel Vaz terá declinado por ser verdadeiramente monárquico, justificando a sua ajuda aos republicanos devido aos seus valores de justiça e liberdade<sup>325</sup>.

Manuel Vaz Preto pressentia que o fim da vida se aproximava e que o seu protagonismo político se estava a esgotar. Este período de enormes mudanças na vida política portuguesa, com o aparecimento de novos protagonistas, deu a sensação de inadaptação do velho morgado da Lousa aos novos tempos, apostando também ele nalguns jovens atores políticos que o rodeavam, como João Pinto dos Santos e Ruivo Godinho. A morte de Fontes fê-lo embarcar numa última tentativa de afirmação política autónoma, recuperando a ideia de um Partido Constituinte revisitado, que pouco impacto teve. O Porto Franco não passou de uma ideia vaga e sem princípios definidos, pelo que o conjunto de seguidores que Vaz Preto continuava a ter na Câmara Baixa persistia no léxico político como o grupo preto, tal como o jornal *O Tempo*, citando o *Novidades*, o definia quando apresentou as 12 facções políticas existentes no Parlamento em novembro de 1892, não se fazendo nenhuma referência ao Porto Franco<sup>326</sup>. A nível local estes anos significaram a glória, o caminho-de-ferro da Beira Baixa foi inaugurado em setembro de 1891. O seu sonho dourado tinha, finalmente, sido realizado. Podia morrer em paz. O final da sua vida ficará marcado pela aproximação aos progressistas e à concretização de vários acordos com José Luciano de Castro abrangendo a zona de Castelo Branco, o único palco onde se fará sentir a sua presença e atuação política até ao seu desaparecimento em 1902.

### ***3.6- A aproximação de Manuel Vaz Preto aos progressistas (1893-1902)***

O segundo governo de José Dias Ferreira caiu em fevereiro de 1893. O primeiro a que presidiu tinha sido marcado pelas divergências com o ministro da Fazenda, Oliveira Martins, devido à forma como este liderou as negociações com os credores externos<sup>327</sup>. Dias Ferreira não conseguiu sobrepor-se aos partidos e as eleições de 1892 deram uma maioria aos regeneradores que rapidamente começaram a agregar várias

---

<sup>325</sup> DIAS, José Lopes, janeiro de 1968, p. 24; DIAS, Jaime Lopes, 1931, pp. XXXVI-XL. O jornal *Correio da Beira* também se referiu a esta possibilidade antes da revolta do 31 de janeiro, embora o apelido de boato, n.º 307, 2 de março de 1890.

<sup>326</sup> Jornal *O Tempo*, 24 de novembro de 1893.

<sup>327</sup> RAMOS, 1994, pp. 206-207.

tendências, como foi o caso de Fuschini e da sua Liga Liberal. O chefe do governo ainda procurou um acordo com os progressistas mas Luciano de Castro não lhe deu a mão. Procurou então que o rei lhe concedesse o adiamento do Parlamento, nova desilusão que o levou a demitir-se<sup>328</sup>.

Com a maioria regeneradora no Parlamento o rei decidiu-se por um governo Hintze/João Franco onde pontificavam alguns elementos ligados à esquerda, Augusto Fuchini e Bernardino Machado. Manuel Vaz Preto logo questionou os ministros perante esta contradição: como podiam estar Hintze e Fuchini no mesmo gabinete, quando no passado eram adversários políticos? Por isso se opunha a esta solução governativa que apresentava um programa cheio de lugares comuns, sem pensamento, cheio de promessas e trivial<sup>329</sup>.

A política deste ministério nunca foi clara, devido às profundas divergências no seu seio e à luta pelo poder entre regeneradores, enquanto o rei ansiava pelo regresso à política de rotação, faltando-lhe, para isso, partidos disciplinados<sup>330</sup>. Para dominarem o seu partido Hintze e João Franco necessitavam de novas eleições que os legitimassem no poder. A 9 de dezembro o Parlamento foi dissolvido e o sufrágio realizado em abril de 1894 deu a maioria aos regeneradores. Na verdade, regeneradores e progressistas viviam numa grande turbulência, se os primeiros pareciam ter uma liderança bicéfala, os segundos viviam com as hesitações de José Luciano, que ora negociava com o governo, ora se afastava, e fruto dessa indecisão os progressistas tinham-se dividido nas eleições entre o apoio ao governo e soluções mais radicais, como a republicana.

Hintze Ribeiro e João Franco tinham um vasto programa de reformas que passavam por alterações administrativas, eleitorais e reforma da própria Carta Constitucional<sup>331</sup>. Perante um Parlamento em tumulto, impulsionado pelos progressistas mais radicais, essa obra iria ser realizada em «ditadura». As cortes foram encerradas em novembro de 1894 só reabrindo em janeiro de 1896.

Perante o encerramento do Parlamento José Luciano promoveu protestos contra o governo, conseguindo agrupar progressistas, regeneradores descontentes, esquerdistas constitucionais e republicanos de Lisboa, nascendo a União Liberal<sup>332</sup>. Manuel Vaz

---

<sup>328</sup> IDEM, *ibidem*, pp. 208-209.

<sup>329</sup> D.C.P., sessão de 24 de fevereiro de 1893.

<sup>330</sup> RAMOS, 1994, pp. 210-214.

<sup>331</sup> IDEM, 2007, pp. 190-195.

<sup>332</sup> IDEM, *ibidem*, p. 200.

Preto juntou-se à oposição e iniciou um período de forte colaboração com o chefe dos progressistas. José Luciano via esta aproximação com bons olhos, prevendo, no futuro, incorporar no Partido Progressista o grupo preto. Assim o referiu Aurélio Pinto que em carta dirigida a Tavares Proença lhe revelou uma conversa tida com José Luciano: *“Abriu-me o seu coração político declarando que Manuel Vaz estava com os pés para a cova; e lhe dissera que ele desejava de preferência para seus herdeiros políticos os progressistas ao Fervilha (João Franco); e então ele Zé Lu entendia que procedendo-se de certo modo a gente do Manuel Vaz se fundia com os progressistas”* e com esta fusão em Castelo Branco *“só ficariam os progressistas contigo por chefe e regeneradores.”*<sup>333</sup>. Estamos perante um verdadeiro pacto: Manuel Vaz Preto fazia o seu testamento político entregando o legado aos progressistas e por consequência, a nível local, aceitava, conscientemente, a fusão entre pretos e brancos. Segundo Aurélio Pinto esta era a única razão para que José Luciano desse tudo a Manuel Vaz sem este nada lhe pedir<sup>334</sup>, algo que Tavares Proença não encarava com grande ânimo, como teremos oportunidade de analisar. Esta postura levará à concretização de pactos eleitorais entre Manuel Vaz e José Luciano de Castro, não só para a eleição de deputados, mas também para as câmaras municipais, para a escolha de governadores civis e uma ação conjunta contra o governo. Luciano de Castro em carta dirigida a Tavares Proença, de 10 de dezembro de 1894, expressou a disponibilidade de Vaz Preto em reunir os seus apoiantes com os brancos para em conjunto realizarem um comício de protesto em Castelo Branco contra o governo e os seus atos inconstitucionais<sup>335</sup>. O próprio morgado da Lousa comunicou essa disposição a Tavares Proença a 9 de janeiro de 1895<sup>336</sup>. O comício não se chegou a efetuar devido à indisponibilidade de Tavares Proença, tendo Luciano de Castro desistido da ideia: *“se V. Ex<sup>a</sup> não concorda com a vantagem do comício, q. seria conveniente, mas q. não é indispensável, aceito de bom grado a sua opinião, e o seu modo de pensar qualquer que seja.”*<sup>337</sup>.

Todavia, ambos se colocaram de acordo em relação à abstenção na eleição de 1895, onde a oposição se recusou a participar. Disso deu conta *A Defesa da Beira*, a 26 de maio de 1895, ao anunciar que Manuel Vaz Preto não daria luta nas próximas

---

<sup>333</sup> A.F.T.P., carta de Aurélio Pinto para Tavares Proença, 10 de agosto de 1894. Aurélio Pinto Tavares Castelo Branco apelidava, por vezes, João Franco, seu primo, João Fervilha, devido ao seu temperamento intempestivo.

<sup>334</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>335</sup> DIAS, José Lopes, janeiro de 1965, p. 42 e p. 46.

<sup>336</sup> IDEM, 1970, carta n.º 202.

<sup>337</sup> IDEM, janeiro de 1965, p. 48.

eleições e que também não tomaria parte dos trabalhos da Câmara dos Pares enquanto persistisse a situação de inconstitucionalidade<sup>338</sup>. O ano de 1895 trouxe mais emoções fortes para Manuel Vaz, de uma assentada viu falecer dois dos seus apoiantes políticos, Pinheiro Chagas em abril e, inesperadamente, Ruivo Godinho, em maio. Para completar o desgosto, viu também partir o seu feitor de confiança Gregório Ereio. Perante estes reveses emocionais especulava-se que o velho par do Reino iria abandonar a política e deixar mão livre aos seus amigos<sup>339</sup>.

A queda do governo Hintze/João Franco em fevereiro de 1897, tendo mais uma vez como pano de fundo os problemas financeiros, o fracasso das reformas encetadas e as lutas políticas entre os dois destacados regeneradores<sup>340</sup>, catapultou, novamente, José Luciano de Castro para a presidência do ministério.

Os dois governos progressistas que se seguiram foram de concórdia com os pretos, tendo Manuel Vaz mantido correspondência com José Luciano de Castro onde fazia pedidos, combinava eleições, escolhia deputados e governadores civis, tentando José Luciano gerir este apoio da melhor maneira sem indispor Tavares Proença<sup>341</sup>. O líder progressista, lucidamente, sabia que para atrair os pretos não podia aborrecer o seu chefe.

Manuel Vaz, nas cartas dirigidas ao então presidente do conselho de ministros, revelava todo o seu pensamento político que o acompanhou por toda a vida: simplificação do sistema administrativo, economias, sistema fiscal justo e equilibrado, desagramento dos impostos sobre a propriedade e menos dependência dos financiamentos externos. Em carta de 14 de abril de 1899 queixava-se do sistema administrativo do país e das leis que eram confusas, complicadas, muitas não saiam do papel e outras copiadas do estrangeiro sem atender às condições do país. Outro cavalo de batalha era o sistema fiscal que urgia ser remodelado tornando-o mais eficaz, justo e menos pesado para o contribuinte. Finalmente debruçava-se sobre a situação financeira, que se arrastava sem solução e dava conselhos a José Luciano: *“o governo só poderá sair da situação crítica e precária em que se acha se V. Ex<sup>a</sup> presidente do conselho tiver a força e a coragem, sem hesitações, de publicar uma medida arrojada e terrível. Tem*

---

<sup>338</sup> Jornal *A Defesa da Beira*, n.º 82, 26 de maio de 1895.

<sup>339</sup> IDEM, n.º 83, 2 de junho de 1895.

<sup>340</sup> RAMOS, 2007, p. 196 e RAMOS, 2001, pp. 92-103.

<sup>341</sup> MOREIRA, 1998. DIAS, José Lopes, janeiro, abril e julho de 1965. A.N.T.T., A.J.L.C, Caixa n.º 8. Estes temas serão estudados com detalhe na segunda parte desta dissertação.

V. Ex<sup>a</sup> a força e coragem para vender uma colónia? Se tem força e coragem não hesite dê o passo, salve-nos que mais tarde far-lhe-ão justiça.”. Caso isso não se fizesse, o caminho seria “vermos ir as nossas colónias com todos os nossos sacrifícios de gente e de dinheiro, como se foi Cuba e se vão as Filipinas! Se V. Ex<sup>a</sup> não tem um plano, que saia dos traços rotineiros, pode conservar-se no poder, mas agrava a situação, que irá de mal a pior.”<sup>342</sup>. O velho morgado da Lousa, num momento delicado das finanças públicas, pedia políticas que implicassem ruturas e olhava para o que tinha acontecido com as colónias espanholas para incentivar uma tomada de posição arrojada, a venda de uma colónia para resolver os problemas financeiros.

A morte chegou a 13 de agosto de 1902. A Câmara dos Pares realizou uma homenagem na reabertura dos trabalhos, a 3 de janeiro de 1903<sup>343</sup>. Os jornais locais deram-lhe, naturalmente, grande realce, destacando-se três ideias fundamentais: a sua grandeza política a nível regional, a defesa dos interesses do distrito e a independência política face às grandes tendências nacionais. A *Defesa da Beira* noticiava: “*extinguiu-se para todo o sempre a luz pujante que iluminou na vida o maior homem desta província. Morreu Vaz Preto.*”<sup>344</sup>. Já *O Districto de Castelo Branco* foi certo na análise à vida pública de Manuel Vaz: tinha vivido para a política mas não viveu dela, a sua fortuna deu-lhe uma grande independência de opinião e de voto, sempre se manteve afastado dos partidos, conservando a sua liberdade de ação, tendo a seu lado vários elementos desavindos de outras agremiações, liderando esses parlamentares descontentes. Estas características fizeram-no muito cortejado pelos governos e deram-lhe uma supremacia absoluta em Castelo Branco, congregando os grandes proprietários da região ligados a ele por laços familiares ou de amizade. Era o chefe do partido preto, uma espécie de autocrata cujas indicações eram ordens que se cumpriam e não se discutiam<sup>345</sup>.

Também na Covilhã a sua morte foi sentida. *O Correspondência da Covilhã* chamou a atenção para a política regionalista de Manuel Vaz Preto: “*Vaz Preto encarnou neste distrito uma política regionalista, não como fim, mas como meio*”<sup>346</sup>. Este seu regionalismo terá sido a razão que o levou sempre a recusar lugares no governo. O jornal *A Defesa da Beira* referiu-se a isso em 1896 ao compará-lo com João

<sup>342</sup> MOREIRA, 1998, carta 205, pp. 486-470.

<sup>343</sup> D.C.P., sessão de 3 de janeiro de 1903.

<sup>344</sup> Jornal *A Defesa da Beira*, n.º 411, 17 de agosto de 1902.

<sup>345</sup> Jornal *O Districto de Castelo Branco*, n.º 650, 21 de agosto de 1902.

<sup>346</sup> Jornal *Correspondência da Covilhã*, n.º 171, 24 de agosto de 1902.

Franco. Para o periódico regenerador o lousanense, ao contrário do homem do Alcaide, nunca tinha sido ministro para não se ver na contingência de preterir os interesses do distrito pelos gerais da nação: “*sua excelência nunca quis sobraçar uma pasta e ligar o seu nome e consequentemente a sua responsabilidade a um ministro qualquer, apesar de solicitado por mais de uma vez: guardou para si o papel crítico, bem mais fácil, sem querer à sua vez sujeitar à crítica os seus atos como ministro.*”<sup>347</sup>. Devido à defesa intransigente da região o seu domínio foi incontestado no distrito: “*umas vezes à custa dos seus largos recursos patrimoniais, outras vezes pactuando transações políticas com os seus adversários de véspera (...) guerreava e combatia sem tréguas todo o homem de envergadura que no seu distrito e filho desta região lhe pusesse pé diante*”, escrevia, por seu lado, o periódico da Covilhã.

Manuel Vaz Preto teve uma vida política longuíssima, foi um dos parlamentares mais assíduos e interventivos desde a sua chegada ao Parlamento como deputado, em 1861, até às suas derradeiras intervenções na Câmara Alta, em 1898. Foram 37 anos nos mais destacados palcos políticos. As suas ideias políticas mantiveram-se constantes, ligadas à esquerda parlamentar, não se afastando do campo monárquico: sistema fiscal justo, economias e contenção dos gastos públicos, menos dependência dos financiamentos externos, aposta e proteção da agricultura e indústria e uma monarquia onde o rei não interferisse no rumo do poder legislativo e executivo, salvaguardando-se dessa forma. Influenciou votações na Câmara dos Pares, desferiu ferozes ataques aos ministérios de quem divergia, patrocinou deputados e fundou jornais na capital para apoiar as suas ideias. Para alcançar os seus objetivos não olhava a quem estava no poder, aliou-se a regeneradores, refundou o Partido Constituinte e com ele influenciou a governação. No final da vida aproximou-se dos progressistas, sempre com o seu grupo preto bem identificado e reconhecido pelos seus pares. As suas pretensões foram sempre as mesmas: liberdade na escolha de deputados, ser ouvido nas nomeações dos governadores civis, controlo das instituições concelhias, melhoramentos materiais para o seu distrito e colocação da sua clientela. Esta atitude foi muitas vezes criticada, para os seus adversários Vaz Preto não tinha ideologia a não ser os seus interesses pessoais e a proteção de amigos e familiares: “*não sabemos qual o credo de sua excelência, qual a sua orientação, quais os seus ideais e processos políticos e administrativos: um conhecemos, e, esse, pouco de molde a concitar-lhe o nosso apoio- o desenvolvimento*

---

<sup>347</sup> Jornal A Defesa da Beira, n.º 146, 20 de setembro de 1896.

da empregomania pelo aninhamento de todos os seus afilhados e protegidos, que são numerosíssimos.”<sup>348</sup>. Foi um verdadeiro cacique e no dizer do *Correspondência da Covilhã* terá sido “o derradeiro abencerragem deste distrito e por certo o último em toda a política portuguesa.”<sup>349</sup>.

Manuel Vaz Preto Geraldês pode ser comparado, na ação e nas práticas políticas, a muitos caciques espanhóis da Restauração borbónica, como o conde de Romanones, German Gamazo ou Burgos e Mazo. Tal como estes influentes que exerceram influência eleitoral em Guadalajara, Valladolid e Huelva, respetivamente, também Manuel Vaz tinha uma vasta área onde mostrava a sua preponderância política, o distrito de Castelo Branco, e tinha um feudo inexpugnável, Idanha-a-Nova. Já na difusão das ideias, o lousanense aproximou-se dos dois primeiros, ao patrocinar jornais na capital. Romanones teve dois periódicos em Madrid, o *El Globo*, fundado em 1896, e mais tarde, em 1903, o *Diario Universal* que não eram mais do que uma cortina sua, onde fazia passar as suas ideias políticas<sup>350</sup>. German Gamazo tinha grande influência no *El Español* que, tal como o *Diário da Manhã* fazia com Manuel Vaz, propagandeava os seus discursos e também ele tinha o «seu» Pinheiro Chagas, um dos seus partidários dirigia o jornal<sup>351</sup>. A capacidade de Vaz Preto se aliar a várias correntes políticas - regeneradores, avilistas, progressistas, constituintes, tendo mesmo apoio de miguelistas locais - tem ainda paralelo com o «gamacismo» de German Gamazo que era um grupo híbrido<sup>352</sup> onde se agregavam conservadores, liberais, carlistas e indefinidos. Manuel Vaz em política era um camaleão, à semelhança dos conservadores de Valência que não hesitaram em se aliar a liberais ou mesmo a carlistas, desenvolvendo uma política autónoma, para alcançar os seus objetivos na defesa dos interesses locais<sup>353</sup>.

---

<sup>348</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>349</sup> *Jornal Correspondência da Covilhã*, n.º 171, 24 de agosto de 1902.

<sup>350</sup> MORENO LÚZON, 1998, pp. 108-109 e pp. 215-215.

<sup>351</sup> CALZADA DEL AMO, 2011, pp. 324-325.

<sup>352</sup> VARELA ORTEGA, 2001 a), p. 432 e CALZADA DEL AMO, 2011, pp. 199-206.

<sup>353</sup> CASTILLO GARCIA, 2002, p. 10 e p. 17.

### ***3.7- Tavares Proença: da indefinição política à filiação no Partido Progressista (1878-1883)***

Convém recordar que é mais difícil conhecer o pensamento e a ação política de Tavares Proença (filho) do que os de Manuel Vaz Preto. De facto, neste último caso, se as intervenções nas Câmaras dos Deputados e dos Pares, a imprensa regional e nacional e a correspondência privada publicada ou à guarda de arquivos, permitem uma análise desenvolvida daqueles aspetos, evidenciando o seu protagonismo junto do poder central e distrital, tal como acabámos de ver, no caso de Tavares Proença existe menos informação. Os testemunhos sobre a sua atividade estão assentes essencialmente na correspondência familiar e na imprensa regional, já que este influente pouco interveio no Parlamento, e a sua ação política esteve praticamente confinada ao distrito de Castelo Branco. Este aspeto explica a desproporção existente entre o que foi possível apurar sobre uma e outra personagem.

Se na década de 1870 Manuel Vaz Preto tinha já uma carreira política consolidada com um grupo de fiéis bem identificado, Tavares Proença fez a sua aparição nas grandes lides políticas no final daquela década, com apenas 25 anos. Tinha de fazer o seu caminho, granjeando apoios e cimentando prestígio, algo que não se afigurava fácil.

Na sua estreia política, nas eleições de 1878, Tavares Proença (filho) apoiou-se em antigos aliados de seu pai e tentou-se aproveitar da cisão de Manuel Vaz Preto com Fontes Pereira de Melo para se aproximar do Partido Regenerador, alimentando a esperança de passar a ser o homem de mão deste partido, rivalizando com o grande influente da Lousa. Nas eleições seguintes, de 1879, prestou mais uma vez serviços em prol da derrota dos pretos ao aliar-se ao governo progressista, com a anuência dos regeneradores<sup>354</sup>. Esta forma de atuação vai ser uma das suas imagens de marca, a procura de fortes apoios em Lisboa para combater Manuel Vaz. Os poucos adversários políticos regionais de Vaz Preto nos anos de 1870 encontravam finalmente uma figura de elevado protagonismo social e com pergaminhos familiares na política que os patrocinasse, como era o caso da família Mesquita e Castro e António Pedroso dos

---

<sup>354</sup> Estas duas eleições e as suas consequências na política local serão analisadas na 2.ª parte deste estudo.



Santos<sup>355</sup> que já tinham estado ao lado de Tavares Proença (pai). Recuperavam-se assim as lutas familiares dos anos de 1850 e 1860 entre os patriarcas das duas famílias. Anos mais tarde, o jornal *Gazeta da Beira* sustentará a ideia de que Tavares Proença nunca tinha pensado entrar na política, mas para honrar as tradições da família e proteger os seus amigos decidiu atacar o partido preto, surgindo assim o partido branco<sup>356</sup>.

Todavia, a reaproximação de Manuel Vaz Preto a Fontes Pereira de Melo já pressagiava que Tavares Proença podia tornar-se descartável para os regeneradores. Disso dava conta Aurélio Pinto em carta a Tavares a 6 de abril de 1882: “*Há por aqui também quem mofe e com razão, da nossa pouca importância junto do governo. Diz-se que o Vaz Preto tem influência muito pesada sobre a atual situação, e atribuem-se a essa causa todos os nossos échecs*”. Por seu lado, o deputado branco eleito pelo governo em 1881, pelo círculo de Castelo Branco, Pedro da Silva Martins, confessava que andava a farejar inutilmente no rasto dos ministros para tratar de assuntos do distrito<sup>357</sup>. O *Diário da Manhã*, a 18 de novembro de 1882, dava conta desse facto ao afirmar que os brancos estavam meio zangados com Fontes Pereira de Melo e os progressistas talvez fossem o caminho<sup>358</sup>.

Tavares Proença tinha consciência de que sozinho não tinha força suficiente para se afirmar localmente, era necessário ter apoios significativos na capital. Ele próprio se dirigiu a Lisboa para se apresentar às autoridades progressistas e desbravar caminho para a sua adesão ao partido da Granja. A 2 de junho de 1883 confidenciava a Aurélio Pinto: “*Já fui apresentado ao Braamcamp e tenho andado em conciliabus político*” e a 6 de junho proclamava que as negociações com os progressistas estavam terminadas mas, por mais algum tempo, esse acordo ficaria em segredo para ser revelado na altura certa.

Entre maio e junho de 1883, Tavares estabeleceu vários contactos em Lisboa com diversas personalidades políticas não só progressistas, conferenciou também com José Dias Ferreira tomando consciência do verdadeiro poder de Manuel Vaz: “*Disse-me que o Distrito era couro do Vaz Preto e que ele J. Dias em nada era ouvido para os*

---

<sup>355</sup> Ver quadro n.º 10 do capítulo I. António Pedroso dos Santos (1841-1905), natural de Almeida, fixou-se na Covilhã onde exerceu advocacia. Foi um apoiante de Tavares Proença (pai) nos anos de 1860 e um feroz opositor de Manuel Vaz Preto. Nos anos de 1870 e início dos de 1880 esteve com os brancos e depois aderiu ao franquismo. Estes assuntos serão desenvolvidos nos capítulos IV, V e VI.

<sup>356</sup> Jornal *Gazeta da Beira*, n.º 77, 19 de janeiro de 1908. O Jornal *Gazeta da Beira* era afeto a Tavares Proença e foi publicado entre 8 de julho de 1906 e setembro de 1910.

<sup>357</sup> DIAS, José Lopes, Janeiro de 1971, adenda, p. 16.

<sup>358</sup> Jornal *Diário da Manhã*, 18 de novembro de 1882.

*negócios de lá.*”<sup>359</sup>. Tavares percebia as dificuldades e reconhecia, com amargura, que ainda não era muito conhecido, como confessou a Aurélio, provavelmente na mesma altura, referindo-se a comentários de João Franco em que este dizia que “*andando muito pelas secretarias e gabinetes de ministros não ouviu ainda pronunciar o meu nome*”<sup>360</sup>.

Na planificação da futura ação política nada era deixado ao acaso preparando-se mesmo a edição de um jornal progressista em Castelo Branco, tendo Aurélio Pinto adquirido, para o efeito, uma tipografia completa em Lisboa que enviou para aquela cidade beirã<sup>361</sup>.

A adesão ao Partido Progressista foi divulgada a de 10 de novembro de 1883. Numa circular dirigida a Anselmo Braamcamp várias personalidades, encabeçadas por Tavares Proença, afirmavam categoricamente que pretendiam organizar um Centro que seguisse os princípios do Partido Progressista e distanciavam-se dos métodos de Vaz Preto: “*Seremos, pois, francamente progressistas e iniciaremos neste Distrito, tão açoitado pelos caprichos e prepotências de uma política sem aspirações sérias e alevantadas, uma época de verdadeira tolerância e liberdade.*”. Assinavam a circular para além de Tavares Proença, o deputado Pedro da Silva Martins e o influente do Fundão, Agostinho José Fevereiro<sup>362</sup>. Para complementar esta afirmação política, surgiu aos olhos dos leitores o semanário *Correio da Beira*, em 20 de abril de 1884, como instrumento indispensável para preparar as eleições de junho do mesmo ano.

Tavares Proença entrou no mundo da política na senda da tradição familiar, para se afirmar como grande notável regional e pretendia seguir um caminho independente, tal como Vaz Preto. Depressa percebeu que era um trilho difícil de traçar, necessitava de apoios no centro político. Tentou primeiro com os regeneradores, beneficiando com o desentendimento entre Fontes e Manuel Vaz mas vendo que este se reaproximava daquele e que o líder regenerador preferia a companhia do influente da Lousa, mais experiente e valioso politicamente, surgiu a possibilidade do Partido Progressista. A nosso ver, a filiação neste partido surgiu apenas como uma forma de legitimar a sua luta contra Manuel Vaz Preto. Perante o espaço ocupado por este, Tavares Proença procurou um campo onde se pudesse movimentar com alguma liberdade, enfrentando o seu rival

---

<sup>359</sup> DIAS, José Lopes, janeiro de 1971, adenda, pp. 18-19.

<sup>360</sup> IDEM, ibidem, p. 20. Carta de 1883 sem referência ao mês e ao dia, mas pela ordem das mesmas vem na sequência das de maio e de junho de 1883.

<sup>361</sup> IDEM, ibidem, p. 22.

<sup>362</sup> DIAS, José Lopes, janeiro de 1971, adenda, p. 24.

de peso com apoios políticos consideráveis na capital que pudessem ser usados na política regional.

Este parece-nos um ponto decisivo - um notável regional pouco podia senão tivesse contactos no poder central e não fosse reconhecido como um líder capaz de influenciar decisões dos grandes chefes partidários da capital. Como tal, Tavares deu-se a conhecer e tinha para oferecer o capital político do pai, a sua fortuna e a oposição a Vaz Preto para capitalizar apoios para o seu lado.

De salientar o cuidado com que foi preparada a adesão ao Partido Progressista com encontros e negociações com os chefes deste partido, ao mesmo tempo que media o pulso aos constituintes, constatando que Manuel Vaz comandava tudo no distrito, sem qualquer interferência de José Dias. Tavares Proença sabia que tinha de ter visibilidade, ser conhecido, não lhe bastava o nome de família e para isso recorreu aos métodos políticos disponíveis na época: marcar presença junto dos gabinetes ministeriais; reunir com notáveis partidários; avançar com a criação de um periódico local, o *Correio da Beira*, e fazer passar a sua mensagem nos grandes jornais progressistas, *O Correio da Noite* e *O Progresso*.

### ***3.8- Tavares Proença: entre o Partido Progressista e o Franquismo (1884-1905)***

Todavia, a ligação de Tavares Proença ao Partido Progressista não foi pacífica e isenta de conflitos com José Luciano de Castro. Manuel Vaz Preto continuava a manobrar todo o distrito e este era o grande obstáculo para a sua afirmação. A década de 1880 foi cheia de dificuldades para Tavares e nem o regresso dos progressistas ao poder em fevereiro de 1886 alterou a situação, escrevia Aurélio Pinto a Tavares a 16 de agosto deste ano: “o *Emídio Navarro* não faz nada a não ser cousa que nos seja desagradável” e acrescentava mais à frente que a conjuntura era “*pior do que se estivéssemos na oposição*”<sup>363</sup>. Esta situação de pouca aceitação que os brancos tinham junto das secretarias governamentais progressistas também não passava em claro aos adversários. A 4 de março de 1886 João Franco escrevia a João Pinto dos Santos que o governo não guerrearía os regeneradores em Castelo Branco, a nomeação de Aurélio Pinto para governador civil não iria acontecer, o executivo preferia um elemento exterior ao

---

<sup>363</sup> DIAS, José Lopes, janeiro de 1971, adenda, pp. 25-26.

distrito<sup>364</sup>, e todas as demissões e transferências pedidas pelos brancos não iriam ser despachadas, o que era revelador da sua pouca importância política<sup>365</sup>. As eleições para deputados de 1884 e 1887 mostraram a irrelevância política de Tavares Proença, Manuel Vaz continuava a por e dispor os seus peões como bem entendia e era o principal interlocutor dos governos nas negociações eleitorais.

Perante a hegemonia preta, Tavares Proença tentava sobreviver politicamente. Com esta perspetiva, tendo o governador civil como mediador, realizou um pacto com o seu rival para as eleições de 1889, onde, mais uma vez, o lousanense venceu o seu poder ao exigir a quase totalidade dos deputados, com a exceção da minoria no círculo plurinominal de Castelo Branco<sup>366</sup>. No entanto, Luciano de Castro mostrou-se descontente com o que tinha sido estabelecido e refez o acordo. O próprio líder progressista renegociou diretamente com Vaz Preto, sem o conhecimento de Tavares, a eleição no círculo eleitoral da Covilhã, o pomo da discórdia. José Luciano, em 14 de agosto de 1889, justificou a sua atitude por entender que a combinação não preservava totalmente os interesses do Partido Progressista naquele círculo. Tavares sentiu-se e não deixou de comunicar ao líder progressista o desconforto em ser ultrapassado<sup>367</sup>. Entre os seus apoiantes Tavares não deixava de se lamentar: *“Acabo de levar mais uma parelha de couces do nosso prezado chefe José Luciano. Acho que será a última”*, escrevia ele a Aurélio Pinto e, sabendo das divergências recentes entre João Franco e Manuel Vaz Preto no círculo do Fundão, aproveitava para lhe pedir que contactasse o primeiro, seu primo, para se estabelecer uma aliança naquela circunscrição<sup>368</sup>. Firmou-se assim a aliança Tavares Proença/João Franco.

Este momento significou para o primeiro uma vingança de José Luciano que o tinha desautorizado, não lhe reconhecendo maioria política. Tavares entrava em rota de colisão com os progressistas ao apoiar um candidato regenerador no Fundão, com o intuito de combater Vaz Preto e afirmar-se politicamente a nível local, procurando ao mesmo tempo a validação da sua ação no distrito por alguém que se movimentava bem nos círculos do poder em Lisboa. Assim o deixava entender João Franco em carta de 10 de agosto de 1889 dirigida a Aurélio Pinto: *“Eu dir-te-ei apenas, que o aprecio* (Tavares

---

<sup>364</sup> A 11 de março de 1886 foi nomeado governador civil de Castelo Branco o progressista Albano Melo de Ribeiro Pinto, natural de Águeda. Ver: anexo n.º 56.

<sup>365</sup> DIAS, José Lopes, janeiro de 1971, p. 104.

<sup>366</sup> O governador civil era um elemento da elite local, Francisco de Albuquerque Mesquita e Castro, o primeiro governador civil afeto a Tavares Proença. Este assunto será desenvolvido no capítulo VI.

<sup>367</sup> DIAS, José Lopes, janeiro de 1965, pp. 35-37.

<sup>368</sup> IDEM, janeiro de 1971, p. 28. Este tema será desenvolvido no capítulo VI.

Proença) *como um elemento de primeira ordem na política do distrito, e decisivo e principal no dia em que encontrasse um apoio a valer de qualquer governo, o que ainda não teve*<sup>369</sup>. Tavares Proença encarou esta aliança numa esfera meramente regional. Aliou-se a João Franco no âmbito da política distrital e não ao Partido Regenerador. Dentro desta premissa, Tavares continuou a dizer-se fiel ao Partido Progressista e ao seu chefe, mas também ele pretendia mais liberdade de movimentos no distrito. Em Castelo Branco a luta era contra o grupo Vaz Preto e tudo valia para o tentar vencer. Só assim se percebe a aliança de Tavares Proença com Franco no Fundão, localidade com singularidades bem vincadas.

À semelhança do que aconteceu no final dos anos de 1870, Tavares mostrava-se politicamente ziguezagueante. O caminho que trilhava mostrava ser motivado pelas conjunturas políticas e aproveitava as aberturas de flanco de Manuel Vaz Preto. Estas atitudes provam como Tavares procurava ser a voz dos descontentes com a política do morgado da Lousa, como era o caso de João Franco e de Pedroso dos Santos nos anos de 1870.

A coligação com Franco de 1889, todavia, pouco tempo durou. O homem do Alcaide chegou a ministro das Obras Públicas no segundo governo do general João Crisóstomo e o apoio de Manuel Vaz era importante no Parlamento, era imperioso procurar a paz com o lousanense. Com este propósito, Lopo Vaz, em julho de 1891, conferenciou com o morgado da Lousa tentando estabelecer a concórdia entre ele e Franco, assim o comunicava Aurélio Pinto a Tavares Proença: *“Fica porém sabendo que Lopo Vaz instou com Vaz Preto para um modus vivendi aí no distrito com ele e Franco, sujeitando-se este a tudo”*, algo que Manuel Vaz recusou<sup>370</sup>, sendo um opositor deste gabinete como ficou claro antes.

Tavares Proença, mais uma vez, viu-se ultrapassado pelos acontecimentos e constatava, impotente, que todos ao chegarem às cadeiras ministeriais tentavam cortejar o seu rival no distrito. Todavia, continuava apostado em seguir uma política branca que o identificasse como senhor de um projeto próprio e afirmar a sua autoridade perante os que o seguiam. Para alcançar esse desiderato não desdenhou uma nova aliança proposta por João Franco - afastado que estava, irremediavelmente, Vaz Preto - logo após a constituição do governo Hintze/Franco em fevereiro de 1893. Contava com o apoio de

---

<sup>369</sup> IDEM, janeiro de 1963, pp. 44-45.

<sup>370</sup> A.F.T.P., carta de Aurélio Pinto para Tavares Proença de 6 de julho de 1891.

grande parte dos seus seguidores, com exceção de, entre outros, Aurélio Pinto que recusava a renovada aliança, tendo-se distanciado do primo desde que este procurou a reconciliação com Vaz Preto. Face à dupla face de João Franco, passou a ser um feroz crítico da sua postura política, chegando mesmo a incompatibilizar-se com ele. Se Tavares insistisse na ligação a Franco não poderia contar com o seu apoio nem dos seus no Fundão<sup>371</sup>. Tavares Proença não se podia dar ao luxo de perder tão notável aliado, o seu homem de mão em Lisboa junto de Luciano de Castro. Perante a revolta, o líder dos brancos recuou e as relações com Franco esmoreceram.

O período do governo Hintze/João Franco foi para Tavares Proença uma época de desalento. Não só viu a sua aliança com João Franco ser rejeitada entre elementos importantes do seu grupo, como assistiu ao estreitar de relações entre Manuel Vaz e Luciano de Castro, já analisada atrás. Esta aliança começou a concretizar o desejo de José Luciano, a passagem de pretos para os progressistas, como foi o caso da família Franco Frazão<sup>372</sup>. Foi o período da lenta espera pelo desaparecimento de Manuel Vaz Preto que Tavares Proença aguentou estoicamente, ouvindo críticas dos fiéis a João Franco, que se entrincheiraram no jornal *A Defesa da Beira*, e mesmo de amigos políticos progressistas que não aceitavam a subalternização aos pretos e serem dominados pelos seus interesses<sup>373</sup>. O próprio chefe dos brancos andava sem ânimo correndo o boato do seu abandono da política. Se por um lado o Partido Progressista pouca importância lhe dava, por outro os seus apoiantes locais estavam divididos: uns recusavam a aliança com os pretos, outros com João Franco.

A verdade é que Tavares Proença não tinha força para impor uma política autónoma, sentiu-se sempre menorizado por Luciano de Castro, toda a correspondência com os elementos que lhe eram próximos, principalmente com Aurélio Pinto, e mesmo na dirigida a José Luciano, mostrava a sua mágoa. O próprio rival, Manuel Vaz Preto reconhecia a falta de apoio vindo da Rua dos Navegantes para Tavares em carta que lhe dirigiu após as eleições de 1897: “V. Ex<sup>a</sup> é o chefe do partido progressista no distrito, carece de toda a força para bem dirigir a política respetiva, o governo não lha dá!”<sup>374</sup>.

---

<sup>371</sup> A.F.T.P., carta de Aurélio Pinto para Tavares Proença de 10 de maio de 1893.

<sup>372</sup> DIAS, José Lopes, janeiro de 1965, p. 55. José Capelo Franco Frazão, distinguido com o título de conde de Penha Garcia por decreto de 29 de janeiro de 1900, aderiu ao Partido Progressista em 1897.

<sup>373</sup> Este jornal desferiu ferozes críticas à política local atacando a coligação entre pretos e brancos. Este tema será analisado na 2.<sup>a</sup> parte quando escalpelizarmos as particularidades da política local. Sobre a crítica dos brancos à aliança com os pretos ver: jornal *A Defesa da Beira* n.º 180, 13 de junho de 1897 e n.º 317 de 27 de maio de 1900.

<sup>374</sup> DIAS, José Lopes, 1970, p. 195.

A jurisdição local que lhe era atribuída por José Luciano não ultrapassava o círculo eleitoral de Castelo Branco, isso mesmo recordava Tavares a Luciano de Castro a 18 de outubro de 1900: *“Como por certo V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem, durante a gerência do Partido Progressista eu tive de facto a direção da política do partido somente no círculo de Castelo Branco. Nos outros círculos eleitorais do distrito mandaram e dispuseram vários cavalheiros e o meu papel ai limitou-se a auxilia-los e por vezes de forma a causar-me arrependimento de o haver feito”*. Só com o aproximar das eleições de 1901 e perante a cisão franquista é que José Luciano o confirmou como chefe progressista de todo o distrito em carta que lhe dirigiu em 18 de maio de 1901: *“espero que V. Ex<sup>a</sup> me auxiliará igualmente nos trabalhos de reorganização do partido no distrito (...) pois tenho inteira confiança no seu elevado critério”*. Esta carta não ficou sem uma resposta azeda de Tavares a 29 de junho: *“se o estado da política deste distrito é menos satisfatória para o partido (...) é principalmente devido à imprudência de se ter permitido a aventureiros políticos, exploradores de conta própria, a direção política de alguns círculos”*<sup>375</sup>. Era a crítica à aliança com a gente de Vaz Preto.

Mas esta resposta poderia também ser o resultado da leitura que Tavares Proença fazia da situação política. De facto, o fim do governo Hintze/Franco voltou a aproximar Tavares do homem do Alcaide, existindo coligações entre os dois nas eleições camarárias do Fundão no final do século XIX. Franco entrou em choque com Hintze e previam-lhe um destino fora dos regeneradores logo após a formação de um ministério liderado pelo seu rival, em junho de 1900. Entretanto, a doença de José Luciano, em meados daquele ano, deixou o Partido Progressista inquieto com possíveis disputas pela liderança. Tavares previa que se o chefe morresse João Franco herdaria os elementos do Partido Progressista, assim o confirmava Aurélio Pinto em a 24 de junho de 1900: *“Não há dúvida que se o Zé Lu não melhorar (...) teremos a morte de um partido. O João Franco será assim, como bem pensas, um grande herdeiro dos progressistas; e com os que já tem de regeneradores, constituirá um grande partido para se alternar no governo da nação com o Hintze”* e Tavares teria um papel determinante<sup>376</sup>. Perante tal perspetiva, o Partido Progressista nada tinha para o aliciar, logo a aliança com Franco apresentava-se-lhe como uma oportunidade política que não poderia enjeitar e foi com

---

<sup>375</sup> IDEM, abril de 1965, p. 68 e p. 71.

<sup>376</sup> A.F.T.P., carta de Aurélio Pinto para Tavares Proença de 24 de junho de 1900.

naturalidade que com ele estabeleceu um acordo para as eleições de deputados de 1900, onde João Franco elegeu um correligionário pelo círculo eleitoral do Fundão<sup>377</sup>.

Mas, mais uma vez, os deuses do Olimpo não estiveram com Tavares. Não só José Luciano se recompôs como se aproximou de Hintze, novo líder dos regeneradores após a morte de Serpa Pimentel em 1900, para ostracizar João Franco, após rutura entre estes dois, em 1901. O objetivo dos chefes regenerador e progressista passava por desencorajar futuras cisões nas suas agremiações, preservando a integridade dos partidos dinásticos, e as eleições daquele ano deviam confirmar a razia de franquistas no Parlamento. Tavares recusou o acordo com os regeneradores em Castelo Branco e pretendia manter a aliança com João Franco, negociada antes do entendimento entre José Luciano e Hintze. O líder dos brancos tentou defender a combinação negociada até ao limite, mas no final vingaram as posições dos chefes dos principais partidos monárquicos<sup>378</sup>.

Os anos seguintes continuaram a ser de cumplicidade com João Franco a quem se augurava um futuro brilhante, o seu primo Aurélio Pinto, apesar de não ter dele a melhor opinião, entendia, acertadamente, que esse era o caminho e que ele iria colocar os partidos da rotação em dificuldades, principalmente após o lançamento do Partido Regenerador-Liberal, em maio de 1903, num salão da baixa da capital: *“Ontem grande sucesso do João Franco!!! (...) É o homem do futuro que tem verdadeiros fanáticos por ele, e que há-de fazer obra, porque o rei há-de tomar-lhe medo, e há-de voltar a chamá-lo à sua companhia: Verás. O Zé Lu finge não dar importância ao caso; mas finge tão mal, que nem sabe esconder o medo, de que está possuído!!! (...) O Hintze não volta a ser presidente do Conselho; é homem ao mar; o futuro o provará. O Franco há-de vence-los à valentona, porque a corrente para ele é assombrosa, e ele é homem, para se impor”*<sup>379</sup>.

Tavares Proença jogou continuamente em dois tabuleiros. Sempre se afirmou progressista, mas não desdenhava nenhuma coligação com Franco. No distrito estas coligações representavam uma forma de afirmação pessoal e uma tentativa de consolidar a sua autonomia e liberdade pessoal. Na senda desta ideia, tentou aliciar José Luciano para uma coligação mais alargada com os franquistas a nível nacional.

---

<sup>377</sup> Este assunto será desenvolvido no capítulo VI.

<sup>378</sup> ALMEIDA, 2001, p. 83. Este assunto será desenvolvido no capítulo VII.

<sup>379</sup> A.F.T.P., carta de Aurélio Pinto para Tavares Proença de 18 de maio de 1903.



Enquanto João Franco entre 1904 a 1906 apresentava o seu projeto político, proliferando pelo país os centros do Partido Regenerador-Liberal<sup>380</sup>, os progressistas debatiam-se com problemas entre José de Alpoim e Luciano de Castro. Perante as aproximações daquele a Hintze, na primavera de 1904, José Luciano autorizou Veiga Beirão a negociar com Franco, levantando-se a hipótese de uma união entre franquistas e progressistas<sup>381</sup>. Tavares Proença fez a sua parte nesta tentativa de aproximação, assim se pode interpretar uma carta enviada a João Franco naquele ano, sem mês nem dia, pedindo-lhe para que quando a imprensa do seu partido respondesse aos ataques dos periódicos progressistas preservasse, especialmente, o nome de José Luciano e, se possível, dirigir-se-lhe até de uma maneira amigável e lisonjeira. Justificava este pedido com o argumento que se estava a operar uma evolução no Partido Progressista e se fosse tomada aquela atitude ela podia influir *“notavelmente na orientação de uma importante conferência que muito particularmente me consta que será brevemente realizada e cujas consequências serão talvez muito importantes.”*<sup>382</sup>. Nas eleições de 1904 foi um feroz adepto de uma coligação com Franco, disso deu conta a José Luciano, fazendo mesmo o paralelo entre a possível fusão entre os partidos Progressista e Regenerador-Liberal e a efetuada entre os partidos Histórico e Reformista em 1876<sup>383</sup>. Apesar de nada se ter concretizado nesta altura, estamos perante o prenúncio da Concentração Liberal que se efetivou em abril de 1906.

Neste interlúdio, finalmente, em abril de 1905 Tavares Proença aceitou a nomeação para par do reino, como já demos conta no capítulo I. A sua presença na Câmara Alta foi reveladora do seu desinteresse pelos altos palcos políticos, pois não proferiu nenhuma intervenção e as sessões a que assistiu foram escassas<sup>384</sup>. Este foi sempre um dos seus calcanhares de Aquiles: a recusa em se afastar de Castelo Branco e ter outra visibilidade junto do poder central, por isso não lhe é reconhecida grande influência na execução das políticas locais e nos melhoramentos materiais do distrito. Todas estas características eram sentidas pelos seus apoiantes e Aurélio Pinto resumiu, uns anos antes, esta falta de empenho político de uma forma elucidativa e frontal: *“desde muitos anos que te manifesto desacordo entre o que eu desejaria tu fosses e*

---

<sup>380</sup> RAMOS, 2001, pp. 114-115.

<sup>381</sup> IDEM, ibidem, p. 131.

<sup>382</sup> DIAS, José Lopes, outubro de 1963, p. 76.

<sup>383</sup> IDEM, abril de 1965, p. 82 e A.N.T.T., A.J.L.C., caixa n.º 1, n.º 59. A carta à guarda da Torre do Tombo não está datada, mas pelo teor dos assuntos e pela ordenação cronológica das restantes será de 1904.

<sup>384</sup> MÓNICA (Coord.), 2006, p. 390.

*fizesses como político e a tua norma de proceder adotada. Há quantos anos, eu te chamo excêntrico, pela vida em demasia isolada que tens adotado?// Há quantos anos te chamo excêntrico, pelo sistema que tens seguido, de te recusares e fugires, a ocupares lugares, em que reconhecendo os teus méritos morais e intelectuais, conquistarias um grande valor real e permanente?// Há quantos anos, e por quantas vezes eu te acusei e estranhei que te alheias sistematicamente a tomares a parte que te competia em todas as questões e assuntos e melhoramentos locais // Há quantos anos, e que inúmeras vezes eu te mostrei, como tenho por inconveniente para os interesses da política, o teu sistema de fugires às relações de uns e seres exageradamente intransigente com outros?// (...) Ora eu, (...) entendo que tu com pequenos sacrifícios dos teus hábitos, e não maiores da tua fortuna poderias e deverias conquistar no país e pela política uma posição preponderante e em evidência, elevando assim mais a altura a que estão a tradição do teu nome ”<sup>385</sup>. Simplesmente Tavares Proença não queria.*

Em resumo, durante o período que medeia entre 1884 e 1905 Tavares Proença foi evoluindo politicamente. Sentiu-se minorizado entre os progressistas e secundarizado localmente por Manuel Vaz Preto enquanto este foi vivo, inclusive pelo chefe do partido a que se tinha ligado em 1883. Nesta década de 1880 procurou fazer prova de vida política através da imprensa, fundando um jornal local, *O Correio da Beira*, tendo também voz em jornais progressistas de circulação nacional. Também neste capítulo o podemos comparar aos influentes espanhóis, neste caso com German Gamazo que também em 1884 fundou, em Valladolid, o jornal *El Eco de Castilla*, um meio de divulgação e de defesa das suas posições políticas, que também contava com o favor do jornal *El Imparcial*, grande jornal liberal nacional, para passar a sua mensagem<sup>386</sup>. Numa tentativa de se autonomizar concretizou uma coligação com João Franco em 1889 que pouco tempo durou. A conjuntura política da década seguinte não lhe foi favorável, o governo Hintze/João Franco provocou uma colaboração estreita entre progressistas e pretos, forçando uma coligação entre estes e os brancos a nível regional, mal vista e rejeitada por alguns partidários de Tavares que também viu gorada a pretensão de continuar com a ligação a Franco. Os brancos estavam divididos e sem rumo definido. Foram anos de espera em que o próprio José Luciano o condicionou como líder, dando-lhe autonomia apenas no círculo eleitoral de Castelo Branco, fazendo

---

<sup>385</sup> A.F.T.P., carta de Aurélio Pinto para Tavares Proença de 10 de setembro de 1896.

<sup>386</sup> CALZADA DEL AMO, 2011, pp. 322-323.

parte da estratégia de atração dos pretos. Esta situação não o deixou indiferente e várias vezes fez sentir o seu mal-estar.

Tavares sentiu-se impotente para se afirmar politicamente e tentou seguir o modelo Vaz Preto, rebeldia e autonomia para os brancos, liberdade para escolher o seu próprio caminho. Face ao falhanço deste projeto, teve de esperar pelo seu momento. A maioria política chegou apenas no final da década de 1890. Após o fim do governo de Hintze/João Franco regressou o conluio com os franquistas, estabelecendo-se mesmo uma nova coligação Tavares/Franco para as eleições gerais de 1900. Tavares não perdia a esperança de desempenhar um papel relevante, numa conjuntura política em que os partidos monárquicos tradicionais se estavam a desintegrar. Perante este cenário, o franquismo apresentava-se como uma alternativa aliciante, renovada, com força e com visão de futuro, a única que talvez pudesse salvar a Monarquia, rompia com um passado que era personificado por Luciano de Castro e Manuel Vaz Preto.

### **3.9- O governo de João Franco (1906-1908)**

A cisão progressista de José de Alpoim, em 1905, acelerou o entendimento entre progressistas e franquistas. O governo de Luciano de Castro que tinha tomado posse em dezembro de 1905 caiu em março do ano seguinte, muito atacado pelos dissidentes, devido ao negócio dos tabacos, aos quais se juntou Hintze. O chefe dos regeneradores não teve a mesma postura que o seu rival tinha tido aquando da cisão franquista em 1901. José Luciano não lhe perdoou, jurou vingança.

Hintze Ribeiro, chamado a formar novo gabinete, traçou como objetivo conciliar o maior número de fações. As eleições de abril de 1906 trouxeram ao Parlamento elementos de vários grupos. O chefe do governo procurava conter o radicalismo, o próprio João Franco convivia com dissidentes progressistas e republicanos, e não se coíbia de expressar o seu pensamento político a Tavares Proença, criticando os partidos rotativos: “*A monarquia (...) atravessa uma crise moral agudíssima, e precisa (...) de que um grupo de homens políticos se conservem isentos das responsabilidades diretas do Hintze e do José Luciano*”<sup>387</sup>, postura que abandonou quando percebeu que podia ter

---

<sup>387</sup> DIAS, José Lopes, outubro de 1963, p. 86. Carta de 5 de fevereiro de 1906.

outros aliados, os progressistas com os quais se entendeu na Concentração Liberal, anunciada a 3 de abril de 1906.

O último governo da rotação não durou dois meses, foi confrontado com uma enorme agitação em Lisboa, envolvendo republicanos e revoltas na marinha<sup>388</sup>. O projeto de Hintze de acalmar os grupos políticos mais radicais, dando-lhe voz no parlamento não os ostracizando, foi um fracasso e demitiu-se a 19 de maio de 1906. O rei tinha agora um novo projeto político alternativo na nova coligação e Franco foi chamado para formar um governo composto exclusivamente por franquistas.

O novo gabinete começou por fazer eleições em agosto de 1906 seguindo o princípio de não excluir ninguém do Parlamento. As primeiras medidas foram no sentido de agradar às classes médias e trabalhadores urbanos, com algumas questões mais difíceis de gerir como foi o caso dos adiamentos à casa real. A sua vida nas Câmaras também não foi fácil, enfrentou a violência de Hintze, despeitado com a subida ao poder do seu rival, de Alpoim, furioso com a aliança estabelecida com José Luciano, dos republicanos que iam ganhando protagonismo e alguns progressistas que se revelavam aliados indiferentes<sup>389</sup>. Neste contexto, João Franco necessitava de todos os apoios e a 14 de setembro de 1906 avisava Tavares para se preparar para uma longa temporada em Lisboa, contando com ele na Câmara Alta<sup>390</sup>. A batalha parlamentar foi muito dura, levando o governo ao desespero, e em abril de 1907 durante três dias não houve sessão, devido a motins estimulados por regeneradores, dissidentes progressistas e republicanos<sup>391</sup>.

Perante a conjuntura política, João Franco pediu ao rei o encerramento do Parlamento e procurou remodelar o governo, envolvendo mais os progressistas, de quem tanto dependia. Estes, no entanto, recusaram-se a segui-lo temendo a sua diluição num movimento liderado por Franco. Esta rejeição significou o fim da Concentração Liberal. D. Carlos, sem alternativas válidas, reconduziu João Franco num novo governo e concedeu-lhe a dissolução da Câmara Eletiva onde os franquistas não tinham a maioria. Iniciava-se assim o chamado período da «ditadura franquista»<sup>392</sup>.

---

<sup>388</sup> RAMOS, 1994, pp. 262-263 e 2001, pp. 133-134.

<sup>389</sup> IDEM, ibidem, pp. 144-146.

<sup>390</sup> DIAS, José Lopes, janeiro de 1964, p. 104.

<sup>391</sup> IDEM, janeiro de 1963, p. 26. Carta de Aurélio Pinto para Tavares Proença de 4 de abril de 1906.

<sup>392</sup> RAMOS, 2001, pp. 150-151.

A Concentração Liberal significou para Tavares Proença um alento renovado, confiava em Franco com quem estabeleceu uma ótima relação pessoal e política que por sua vez lhe correspondia a confiança, considerando-o um dos seus melhores e mais verdadeiros amigos<sup>393</sup>. O mesmo já não se podia dizer em relação ao Partido Progressista com quem continuava a colecionar dissabores, o próprio Tavares o assumia a José Luciano, em novembro de 1906, a quem chegou a pedir para que o libertasse da função de chefe do partido no distrito, algo que o velho chefe progressista conseguiu evitar: *“Na última situação progressista eu tive de valer-me do favor particular e quase da esmola de alguns Diretores Gerais de repartições públicas para obter deferimento a pequenas pretensões de amigos nossos que ministros do meu partido desprezam completamente ou categoricamente me recusam (...). Em face dos meus amigos permanentemente desprezados e até vexados, não me parece decoroso que eu mantenha o papel de representante do partido progressista neste distrito.”*<sup>394</sup>.

O fim da Concentração Liberal aumentou o distanciamento entre Tavares Proença e o Partido Progressista. Após a convocação em maio de 1907, por parte de José Luciano, de uma reunião de pares e deputados progressistas, na qual Tavares Proença não participou devido a doença, o *Correio da Noite* publicou a adesão do albicastrense ao protesto contra o governo, o que o deixou profundamente indignado. Logo enviou um telegrama urgente a José Luciano exigindo que o periódico progressista publicasse um desmentido, pois só estaria ao lado do partido na questão em que este afastava responsabilidade no decreto da dissolução da Câmara Baixa, não mais do que isso. Continuando com a sua indignação, escreveu a Aurélio Pinto no dia 2 de junho de 1907 onde afirmava a sua lealdade para com João Franco não podendo ir contra *“quem aqui nos tratou (...) por uma forma incomparavelmente mais honrosa e mais amistosa do que jamais fomos tratados pelo nosso partido”* e continuava a desconsiderar a corte de José Luciano, a quem salvaguardava sempre na sua apreciação, afirmando de uma forma taxativa e fulminante: *“não devo absolutamente nada ao partido progressista e que não me merece consideração nem confiança alguma a maior parte da gente que compõe o seu estado-maior”*. Tavares não se preocupava apenas com a sua posição mas também com os perigos que a quebra do compromisso com os franquistas poderia significar para as instituições monárquicas, era o perigo republicano

---

<sup>393</sup> DIAS, José Lopes, janeiro de 1964, p. 107. Carta de João Franco para Tavares Proença de 13 de maio de 1907.

<sup>394</sup> DIAS, José Lopes, abril de 1965, pp. 93-94.

que se adivinhava, isso mesmo lembrava a José Luciano: “ *Se o partido progressista é verdadeira e lealmente um partido monárquico, não pode, seja em nome de que princípios for, favorecer como por esta favorece os inimigos das instituições*” e deixava uma certeza, sem abandonar os princípios do Partido Progressista, continuaria a estar com João Franco a quem os progressistas deviam “*as maiores considerações e uma boa vontade manifestada em nos servir que excedeu em muito aquela empregada em servir os seus próprios amigos*”<sup>395</sup>.

A «ditadura franquista» teve o condão de reaproximar José Luciano de Hintze Ribeiro. Os dois acordaram que não se podia dar tréguas a Franco e temiam a realização de eleições com ele no poder. Todos procuravam retirar João Franco do governo e este sabia que tinha de abrir brechas no bloco que se lhe opunha, tentando seduzir regeneradores, a braços com a luta pela liderança após a morte de Hintze, progressistas e nacionalistas. Durante o ano de 1907 D. Carlos deu proteção a Franco para construir uma alternativa política e rearrumar as forças políticas. No final daquele ano as condições para o sucesso do plano pareciam estar alcançadas, aparentemente Franco tinha estabelecido um acordo com Teixeira de Sousa e o bloco que se lhe opunha estaria dissolvido, os progressistas e a direita católica estavam dispostos a ir a jogo. Marcaram-se eleições para 5 de abril de 1908<sup>396</sup>.

Os próximos de Tavares analisavam a situação, Aurélio Pinto, ao escrever-lhe em finais de 1907, previa uma grande vitória de Franco nas eleições e o fim dos partidos rotativos: “*o Franco vencerá; inclusive vencerá o Zé Lu, o Vilhena etc, etc, todos os que sejam estorvo à sua.... Estrela!!! Também creio que os dois velhos partidos, terão que desaparecer ou substituir-se*”. Na resposta, a 2 de janeiro de 1908, Tavares concordava com a vitória, muitos progressistas iriam estar com João Franco e o fim dos velhos partidos era um facto: “*Nas próximas eleições o Franco terá o que quiser. Pelo que me consta em quase toda a parte progressistas e franquistas fraternizam; o que poucos têm é a coragem de o dizer desassombradamente. (...) Os antigos partidos rotativos deram a alma ao diabo. Os elementos que os compõe têm de refundir-se.*”<sup>397</sup>.

O governo de João Franco teve o apoio incondicional de Tavares Proença que continuou a ter uma relação difícil com os progressistas. Podemos afirmar que Tavares

---

<sup>395</sup> IDEM, janeiro de 1963, pp. 28-29. A carta dirigida a José Luciano não tem data.

<sup>396</sup> Sobre este período ver: RAMOS, 2001, pp. 153-163 e 2007, pp. 374-411.

<sup>397</sup> A.F.T.P., cartas trocadas entre Aurélio Pinto e Tavares Proença no final de 1907 e início de 1908.

estava dividido entre a lealdade a José Luciano de Castro, e só a ele, não ao partido, e a João Franco por quem nos parece sentir-se mais atraído politicamente, não só devido à importância e deferência política que este lhe dedicava, mas também pelo projeto político. Franco dava-lhe a liberdade de ação que Tavares ambicionava e apreciava-o, os progressistas limitavam-no e desconsideravam-no. A relação com o Partido Progressista era distante, muito formal e não havia a cumplicidade que tinha com Franco. Percebeu a sua minoridade enquanto Manuel Vaz foi vivo e procurou afirmar-se com o franquismo, onde via outra forma de fazer política, uma nova geração onde se integrava, mantendo-se fiel à coroa e às instituições monárquicas. Contudo, conservou as ligações ao Partido Progressista, velho partido dinástico, como que tentando manter uma tradição que os pergaminhos familiares exigiam.

### **3.10- O regicídio e o fim da Monarquia (1908-1910)**

Apesar de alguns esperarem um normal desenrolar dos acontecimentos e um regresso à normalidade após a realização do ato eleitoral, a verdade é que havia quem não se sentisse confortável com a situação, principalmente os dissidentes chefiados por Alpoim, que contava com o apoio de João Pinto dos Santos desde 1905, e os republicanos, os excluídos das combinações políticas. Ambos pretendiam terminar com o franquismo e conspiravam juntos. Também em elementos próximos de Tavares Proença o ódio ao homem do Alcaide estava instalado, o seu próprio primo, Aurélio Pinto Tavares Castelo Branco, rejeitava-o, chegando mesmo a preferir a República ao franquismo: *“Eu se não receasse fazer estremecer de indignação o cadáver de meu pai, talvez te pedisse, para que se nós sobrevivemos ao partido progressista, ao Zé Lu, irmos para a república, porque eu e os meus no Franco encontraremos sempre e só... uma força para nos servir”*. Tavares indignou-se e renegou a República de uma forma bastante expressiva: *“Dizes tu que devíamos ir para a república! Bem se vê que estás influenciado pelos famintos raivosos! (...) Se um dia tivermos a desgraça de ver implantada a república em Portugal, tu verás o que é opressão, o que são violências e arbitrariedades: o que será a ladroeira dos fundos públicos em proveito de meia dúzia de malandros”*<sup>398</sup>. Estas ideias há muito que eram defendidas pelos periódicos

---

<sup>398</sup> IDEM, *ibidem*.

albicastrenses próximos de Tavares, como era o caso do *Gazeta da Beira* que já em dezembro de 1906 tinha dividido claramente os campos entre os que defensores da lei e os adeptos da desordem: “*Dum lado estão os monárquicos, que constituem a grande maioria do país e desejam que se governe com a lei, mantendo-se em toda a sua pureza o regímen constitucional. Doutro lado estão os republicanos, uma minoria audaciosa, que deseja a desordem, as perturbações, os escândalos, para pescar nas águas turvas.*”<sup>399</sup>.

As conspirações entre alpoínistas e republicanos não passavam despercebidas e o próprio Aurélio as pressentia, isso mesmo comunicou a Tavares a 17 de janeiro de 1908: “*Isto não me cheira bem, ontem o Galoupa (João Pinto Rodrigues dos Santos) andava alegre, como quem conta com... grande coisa*” e referia-se ao caso das bombas em Lisboa<sup>400</sup>. A 27 de janeiro, comunicava a Tavares a prisão da véspera de António José de Almeida e continuava com mau augúrio, perspetivava o assassinato de João Franco. Segundo Aurélio, o rei não aguentaria muito tempo, pois estava isolado com o seu delfim e escrevia: “*A questão agora é de pessoas; é com o D. Carlos e o Franco apenas. Se o D. Carlos não tivera insultado e repellido como incapazes e imorais todos os monárquicos – com exceção dos Franquistas – agora reunir-se-iam os monárquicos para uma ação de defesa do Rei; Assim nada fazem; são, como hoje me dizia uma alta personalidade, expectadores indiferentes ao que se passa*”, e concluía: “*O Rei deve estar satisfeitíssimo por se ver só com o seu homem e granadeiro; e então eles fazem-lhe a vontade não intervindo nada em nada, seja no que for; eis o que dizem todos os monárquicos que não são franquistas.*”<sup>401</sup>. Na verdade, a rebelião aconteceu a 28 de janeiro, a chamada revolta do elevador, tendo como resultado a prisão de alguns notáveis republicanos e dissidentes, entre os quais João Pinto dos Santos que se juntava a Afonso Costa e ao visconde da Ribeira Brava, entre outros. No próprio dia do regicídio Tavares respondia: “*Estamos inteiramente de acordo: Ou o João Franco continua a ter na coroa o apoio preciso para castigar severamente essa tropa ou o cetro do Sr. D. Carlos vale menos já do que um dos meus galões. Rei e Franco são embrulhados na derrocada e o pior e o que mais me dói é que nós, os que temos que*

---

<sup>399</sup> Jornal *Gazeta da Beira*, n.º 22, 2 de dezembro de 1906.

<sup>400</sup> A.F.T.P., carta de Aurélio Pinto para Tavares Proença de 17 de janeiro de 1908. João Pinto dos Santos tinha a alcunha de Galoupa entre os brancos.

<sup>401</sup> DIAS, José Lopes, 1970, pp. 43-45.



*perder, vamos também.*”<sup>402</sup>. Não podia ter sido mais certo, ironicamente no próprio dia do assassinato de D. Carlos e do príncipe D. Luís Filipe.

Tavares não tinha grande esperança na capacidade de sobrevivência da monarquia, perante um jovem rei a quem apelidava de “*infeliz criança sobre quem atualmente pesam as mais graves responsabilidades*”<sup>403</sup>. Após a demissão de João Franco, não atribuía ao governo de Ferreira do Amaral capacidade para levar o país a bom porto, não via verdadeiro interesse na conciliação, na concórdia por parte dos partidos monárquicos e nobreza na arte da política: “*os elementos dos dois partidos que compõem o ministério estão já numa bulha porca (...) com a nomeação das autoridades (...) Há lá meio de conciliação? Para haver a tal concentração monárquica era preciso que houvesse, em primeiro lugar sentimentos monárquicos, que não existem em realidade senão muito excecionalmente, e em segundo lugar que os políticos poderem ter boa-fé, o que é reconhecidamente incompatível com a política. É preciso ser tolo para não ver isto*”. Ninguém se interessava pelo destino do país ou do regime, todos lhe falavam na distribuição de lugares<sup>404</sup>. Tavares estava apreensivo e sem esperança. O futuro deu-lhe razão.

Tavares Proença também não esperava melhores dias na sua relação com o Partido Progressista e com José Luciano. Tinha consciência de que a sua ligação com o franquismo tinha sido muito intensa, de tal forma que também sentia a obra do Partido Regenerador-Liberal como sua: “*Extinto o Partido Regenerador-Liberal pelo afastamento do seu chefe que era a sua alma, e era também a esperança de toda a gente honesta, nós os homens que comungamos os mesmos princípios, que temos os mesmos sentimentos de altivez e de intransigência com aqueles que sujaram a história portuguesa com uma hedionda página, devera-mos unir-nos solidários para tudo já que outros se unem e combinam contra nós*”, confidenciava, logo após o regicídio, ao visconde de Tinalhas, figura franquista do distrito<sup>405</sup>. A proximidade com João Franco nunca fora bem vista na Rua dos Navegantes, esperava agora consequências: “*Referiram-me que disseste (...) que o José Luciano ainda me faria passar maus quartos de hora pelo facto de eu, contra o seu capricho, me entender com o Franco. Será agora o começo do tal mau quarto de hora?*”, perguntava Tavares a Aurélio Pinto.

---

<sup>402</sup> A.F.T.P., carta de Tavares Proença para Aurélio Pinto de 1 de fevereiro de 1908.

<sup>403</sup> DIAS, José Lopes, 1970, p. 39.

<sup>404</sup> A.F.T.P., carta de Tavares Proença para Aurélio Pinto de 12 de fevereiro de 1908. Sublinhado da citação no original.

<sup>405</sup> DIAS, José Lopes, 1970, p. 40.

Esta afirmação deu continuidade à difícil relação de Tavares com o Partido Progressista e com José Luciano a quem acusava, em 1908, de no governo de «acalmação» não ter assegurado autoridades progressistas para o distrito, como o fez para outros<sup>406</sup>. A mesma opinião tinha Sena Belo que, em carta para Tavares Proença reconhecia que o facto de não haver governador civil progressista em Castelo Branco se devia a José Luciano que não empregou “*grandes esforços para te mandarem homem da tua feição*”<sup>407</sup>. Aparentemente José Luciano tinha novo interlocutor para os assuntos do distrito, José Capelo Franco Frazão, conde de Penha Garcia, disse se queixava, despeitado, Tavares a Aurélio<sup>408</sup>.

Assim seguiu Tavares Proença até ao final da monarquia, desiludido, sem esperança na resolução dos problemas, com um regime em agonia. O único governo a que reconheceu algum mérito foi o de Campos Henriques e lamentava que não tivesse força suficiente para seguir em frente, pois em algum momento José Luciano lhe tiraria o tapete: “*Em o José Luciano o sacudindo, o que será logo que dele não precise, fica com o espargo no monte*”<sup>409</sup>. Mais uma crítica a Luciano de Castro e à sua forma de fazer política.

O 5 de outubro não o apanhou desprevenido e, desiludido, decidiu abandonar a luta política, isso mesmo transmitiu a José Luciano a 12 de outubro de 1910: “*Também eu partilho a mágoa de V. Ex<sup>a</sup> pela degradação da nossa infeliz pátria. Pela minha parte, estando na política por V. Ex<sup>a</sup> e não pela mesma política que nada valia já nem me merecia, imito V. Ex<sup>a</sup> recolhendo-me à vida privada e afogando no silêncio a minha pena, já que mais não posso fazer.*” Não tinha intenção de lutar contra o novo regime, iria aceitar a República, a Monarquia já não incentivava ninguém: “*a monarquia que existia não merece o sacrificio de quem quer que seja*”<sup>410</sup>. Tavares Proença chegou a 1910 sem qualquer expectativa na continuidade do regime monárquico, não confiava nos políticos e na sua forma de gerir os assuntos de Estado. Sempre previu o desastre que se confirmou.

Tavares Proença travou ao longo da sua vida política uma luta desigual com Manuel Vaz Preto Geraldês, devido, acima de tudo, à desproporção da influência junto

---

<sup>406</sup> A.F.T.P., carta de Tavares Proença para Aurélio Pinto de 22 de fevereiro de 1908.

<sup>407</sup> DIAS, José Lopes, 1970, p. 29.

<sup>408</sup> A.F.T.P., carta de Tavares Proença para Aurélio Pinto de 20 de fevereiro de 1908.

<sup>409</sup> IDEM, carta de Tavares Proença para Aurélio Pinto de 13 de janeiro de 1909.

<sup>410</sup> A.N.T.T., A.J.L.C., caixa n.º 12, envelope n.º 3.

do poder central que este possuía desde os anos de 1870, alcançando, com isso, uma hegemonia total no distrito de Castelo Branco. Os poucos adversários políticos que Vaz Preto tinha na Beira Baixa estavam órfãos de uma figura com prestígio que os patrocinasse, após a morte de Tavares Proença (pai). Nada melhor que recuperar as tradições familiares na pessoa do seu filho para relançar a discussão política em Castelo Branco. É com este espírito que Tavares Proença (filho) entrou no combate: ser o rosto da pequena oposição a Manuel Vaz e recuperar o prestígio familiar. Perante um espaço político reduzido havia que descobrir pequenas brechas abertas pelos pretos. Foi assim que Tavares se aliou aos regeneradores nos anos de 1870 quando Vaz Preto cindiu com Fontes. Vendo que regeneradores e pretos se entendiam de novo ancorou nos progressistas e aproveitou as desavenças de Manuel Vaz com Franco para se aliar ao homem do Alcaide no fim da década de 1880. Com estas atitudes viu crescer o seu grupo dos brancos.

O franquismo dava-lhe autonomia e preponderância a nível local, algo que lhe era negado por José Luciano de Castro e pelo Partido Progressista com quem sempre teve alguma distância e divergências políticas. Os progressistas privilegiaram as relações com Manuel Vaz a partir dos anos de 1890 e isso significou a confirmação de Tavares como um líder menor e facilmente descartável nesta década.

As suas convicções políticas passavam por ser fiel à Monarquia, com cujo rei tinha relações pessoais privilegiadas, não se lhe conhecendo, ao contrário de Manuel Vaz Preto – com um discurso ligado à esquerda liberal e com coerência nas propostas - e do seu próprio pai, posições de grande alcance político, sendo difícil enquadrá-lo politicamente nas grandes tendências liberais portuguesas. Até 1902 as suas atitudes políticas estiveram sempre condicionadas pela atuação de Manuel Vaz Preto. De tudo isto deu conta o jornal *A Defesa da Beira* em 1896: “*se o Sr. Vaz Preto dizia é de pedra, o Sr. Tavares Proença dizia é de pau. O Sr. Tavares Proença nunca estudou uma questão política, nunca averiguou se era justo ou conveniente o que Sr. Vaz Preto pretendia, bastava este Sr. pensar de um modo e pretender uma coisa, para o Sr. Tavares Proença pensar e querer o contrário*”<sup>411</sup>. Também nunca quis cargos, só aceitou ser par por insistência do rei e pouca ou nenhuma importância deu a essa dignidade. Ironizando sobre esta postura *A Defesa da Beira* escreveu que Tavares sempre recusou o Pariato para não ter o desgosto de se sentar na Câmara Alta ao lado de

---

<sup>411</sup> Jornal *A Defesa da Beira*, n.º 141, 16 de agosto de 1896.

Manuel Vaz Preto<sup>412</sup>. Só no início do século XX o vemos firmemente comprometido com uma opção política, a salvação da Monarquia, a recusa das ideias republicanas e a possível fusão entre progressistas e franquistas. Olhava para o projeto regenerador-liberal como o único capaz de salvar a Monarquia e deixou de acreditar nos velhos partidos da rotação. Ao invés do seu rival da Lousa, Tavares nunca se empenhou vivamente em ser mais visível na capital, nem sequer manifestou grande apetite em pressionar no sentido de obter ganhos políticos ou melhoramentos materiais para o distrito, recebendo por isso críticas dos seus próprios partidários, como foi o caso de Aurélio Pinto. Mais um aspeto em que se diferenciava de Vaz Preto que toda a vida lutou pelo desenvolvimento da Beira Baixa. O seu poder político assentava num grande simbolismo, baseado na sua posição social e tinha como instrumentos ao seu dispor a sua fortuna, os elos familiares e a ligação ao Paço, que se revelaram um trunfo decisivo na relação com as suas clientelas e pequenos influentes locais. Não tinha um partido do distrito de Castelo Branco, o que fazia dele um líder menor, com muito menos influência do que o seu opositor da Lousa. Podemos dizer que a política para si significou sempre uma obrigação decorrente da sua posição social.

---

<sup>412</sup> IDEM, *ibidem*.

## **II PARTE**

### **OS VAZ PRETO E OS TAVARES PROENÇA: A DISPUTA ENTRE DOIS GRUPOS POLÍTICOS REGIONAIS**

Se na primeira parte desta dissertação discorreremos sobre a evolução dos grandes influentes políticos da Beira Baixa, analisando o seu poder económico, a forma como alcançaram a preponderância social a nível regional e as suas relações no quadro político-partidário do Portugal oitocentista, a segunda parte tem como objetivo primordial estudar como se desenvolveu a luta política no distrito de Castelo Branco, integrando a análise do espaço regional e local no contexto político nacional. Tendo em mente o que escrevemos na primeira parte, daremos atenção à ação dos grandes influentes no seu papel de intermediação entre o centro e a periferia, à sua relação com os membros das elites da região, às facções que lideraram e à vida política local. A este respeito, daremos particular relevo às disputas eleitorais que, pela intensidade dos conflitos que despertam, constituem momentos privilegiados para estudar a atuação destes atores, as suas interrelações, as suas motivações e o significado dos seus atos. A análise combinada dos vários níveis espaciais e a atenção às relações que se estabelecem entre e dentro de cada espaço, se bem que tornem a narrativa mais complexa, permitem revelar as particularidades da vida política na periferia e os significados distintos que os mesmos factos assumem nos diferentes espaços.

Desta forma, a segunda parte deste estudo terá como objetivo responder às seguintes questões: Quem compunha e como se estruturavam estas facções locais? Como se relacionaram pretos e brancos com o poder central? Como decorriam as eleições para deputados? De que modo as alterações às leis eleitorais influíram no poder dos caciques? Quais os mecanismos de coação e fraude utilizados? De que forma atuava e que poder tinha um cacique na periferia? Qual a geografia do poder destes dois agrupamentos? E, finalmente, qual o nível de participação eleitoral? Todas estas questões terão como objetivo central caracterizar as especificidades da política local e os contornos que a envolvia.

Um dos pontos importantes desta segunda parte é a identificação dos elementos que compunham os grupos preto e branco, que só se consolidam na década de 1870, mas cuja separação recua aos primeiros anos da Regeneração. Convém esclarecer algumas opções seguidas para o reconhecimento do seu lugar na política local. Os

deputados eleitos pelos círculos eleitorais do distrito de Castelo Branco serão identificados como pretos, brancos, apoiados pelos Vaz Preto, apoiados pelos Tavares Proença e independentes. Os primeiros grupos englobam elementos que acompanharam os líderes na sua evolução política e fizeram parte da corte de fiéis de cada um deles. São, em resumo, os elementos constitutivos dos partidos preto e branco. Já quando os deputados foram eleitos com o apoio de um dos influentes, a sua escolha pode ter resultado de uma negociação com um dos partidos nacionais ou ter recaído num elemento conjunturalmente alinhado com a linha política de uma das fações. Estes deputados serão classificados como apoiados por Tavares Proença ou Vaz Preto. Finalmente, o termo independente foi aplicado às candidaturas vencedoras sem qualquer ligação a nenhum dos caciques regionais.

A segunda parte está dividida em quatro capítulos. No quarto estudaremos como os patriarcas, João José Vaz Preto e Tavares Proença (pai), constituíram as suas fações políticas, dando início à estruturação do partido preto e do partido branco e como o filho do primeiro foi, após a morte do pai, criando o seu próprio espaço. No capítulo cinco analisaremos como os primogénitos institucionalizaram estas tendências e como elas se foram consolidando. No sexto capítulo, estudaremos a fase da maturidade política dos dois blocos, como conviveram, as lutas políticas que travaram e os pactos políticos que negociaram. Finalmente, no último capítulo será analisada a última fase da Monarquia Constitucional onde, após a morte de Manuel Vaz Preto, o líder dos brancos, Tavares Proença, se afirma como a personalidade mais prestigiada da política regional e se confronta com um sistema político moribundo.

#### Capítulo IV- Partido preto e partido branco: as origens (1852-1870)

Como ficou claro na parte I desta dissertação, as duas famílias, Vaz Preto e Tavares Proença, divergiram na ação política a partir de 1852, tendo esta divergência repercussão nos apoios que deram aos governos que estiveram em funções entre 1852 e 1870, como é visível no quadro n.º 11.

**Quadro n.º 11- Governos e apoios locais (1851-1869)**

Governo/presidente do conselho de ministros	Período em exercício	Apoio local	Oposição Local
Regenerador – marechal Saldanha	22/05/1851 a 6/06/1856		João José Vaz Preto
Histórico – duque de Loulé	6/06/1856 a 16/03/1859	Tavares Proença	João José e Manuel Vaz Preto
Regenerador- duque da Terceira	16/03/1859 a 1/05/1860	João José e Manuel Vaz Preto	Tavares Proença
Regenerador – Joaquim António de Aguiar	1/05/1860 a 4/07/1860	João José e Manuel Vaz Preto	Tavares Proença
Histórico – duque de Loulé	4/07/1860 a 17/04/1865	Tavares Proença	Manuel Vaz Preto
Histórico- Sá da Bandeira	17/04/1865 a 4/09/1865	Tavares Proença	Manuel Vaz Preto
Fusão- Joaquim António de Aguiar	4/09/1865 a 4/01/1868	Manuel Vaz Preto	Tavares Proença
Avilista- conde de Ávila	4/01/1868 a 22/07/1868	Tavares Proença	Manuel Vaz Preto
Histórico/reformista- Sá da Bandeira	22/07/1868 a 11/08/1869	Tavares Proença	Manuel Vaz Preto

Nos anos de 1840 os patriarcas seguiram um caminho semelhante: eleitos deputados, senadores, nomeados pares do Reino na mesma fornada, em 1842, estiveram ainda em consonância na luta contra o cabralismo. Neste capítulo, a postura política de João José Vaz Preto foi mais afirmativa, já que renunciou ao pariato, em 1844, após a revolta de Torres Novas e afastou-se mesmo dos grandes palcos políticos. A Regeneração significou o trilhar de caminhos diferentes. João José Vaz Preto voltou a ser eleito deputado em 1851, votou a favor do ato adicional à Carta, opôs-se ao governo de Saldanha, aliou-se aos que estiveram contra a dissolução da câmara eletiva e não foi reeleito em 1852. Já Francisco Tavares de Almeida Proença (pai) aproximou-se do avilismo e do cartismo mais ortodoxo, opondo-se ao ato adicional da Carta em 1852. Colaborou com os governos históricos, fruto da aproximação de Ávila a esta linha política desde o final dos anos de 1850. Manuel Vaz Preto seguiu o pensamento político

de seu pai, foi eleito deputado em 1861 como opositor do governo do duque de Loulé, recusando o reformismo e a esquerda mais radical. Em 1864 ascendeu, por hereditariedade, ao pariatto e aliou-se ao governo da Fusão, entre 1865 e 1868. Desta forma, as atuações políticas das duas famílias serão condicionadas pelas conjunturas políticas como de seguida analisaremos.

#### ***4.1- O significado político das eleições de 1852***

Após a dissolução da Câmara dos Deputados em julho de 1852, o governo começou a preparar o próximo ato eleitoral. Este sufrágio decorreu de acordo com o decreto de 30 de setembro de 1852, na sequência do Ato Adicional do mesmo ano, e que consagrava, finalmente, algumas das reivindicações da esquerda: eleições diretas, sistema maioritário a duas voltas e uma diminuição da dimensão dos círculos. Foram constituídos 41 círculos plurinominais e podiam votar os maiores de 25 anos com uma renda líquida anual de 100 mil réis, estabelecendo-se uma exceção à regra da maioria concedendo o direito de voto àqueles que tinham um «título literário», estando dispensados da prova de censo<sup>413</sup>. O círculo plurinomial de Castelo Branco correspondia à área do distrito e elegia cinco deputados.

Para o governo o ato eleitoral de dezembro de 1852 deveria proporcionar uma Câmara dos Deputados mais obediente às suas pretensões, o que só se conseguia se as eleições fossem ganhas de uma forma contundente pelo executivo. No Portugal oitocentista isso significava controlar o poder na periferia, nomeando governadores civis e administradores do concelho fiéis à estratégia do poder central que garantissem a vitória<sup>414</sup>. Em Castelo Branco agiu-se em conformidade. Em setembro de 1852 foi exonerado do cargo de governador civil, Manuel Luís Pereira Rebelo da Fonseca, e nomeado Joaquim Xavier Pinto da Silva (anexo n.º 56). Se o primeiro tinha tido alguma afinidade com o distrito de Castelo Branco ao ser eleito deputado por esta circunscrição em 1840 e 1842, o segundo não tinha qualquer relação com a região. Pinto da Silva desempenhou vários postos na administração pública<sup>415</sup>, era natural de Coimbra e a sua nomeação para governador civil de Castelo Branco esteve naturalmente ligada à

---

<sup>413</sup> MÓNICA, 1996, p. 1043 e ALMEIDA, 1991, p. 34.

<sup>414</sup> BONIFÁCIO, 2013, pp. 363-364.

<sup>415</sup> MÓNICA (Coord.), 2005, p. 198 e IDEM, 2006, pp. 705-706.



aproximação das eleições. Este tipo de atuação também foi comprovado em Espanha, mesmo antes da Restauração Borbónica. Assim, Incausa Moros e Briz Sánchez constataram que na região de Saragoça nas eleições de 1864 o governo nomeou novos governadores civis com o objetivo claro de alcançar a vitória nas eleições que se aproximavam<sup>416</sup>.

Em Castelo Branco, o executivo, nesta fase, não dispunha de nenhum apoio de peso no distrito. João José Vaz Preto, apesar das suas ligações a Rodrigo no passado, mostrava-se demasiado radical e desafeto ao governo, como a sua postura no final da anterior legislatura tinha demonstrado. João José no manifesto aos eleitores de 1852, já referido no capítulo II, patenteou desilusão com a situação política, apelou ao voto em deputados que combatessem o governo vigente e declarou-se fora da corrida da eleição para deputado: *“Como é mister, que na presente ocasião eu mesmo seja livre de suspeita – declaro que não aceito a reeleição pelo meu distrito:- posso-o fazer, porque sou velho, e conheço-me já com poucas forças para a vida parlamentar; a perda não será grande.”*<sup>417</sup>. É claro que era uma declaração sem efeitos práticos uma vez que não teria o apoio do governo. A oposição no distrito apresentava João José Vaz Preto como um exemplo, pois ele defendia o erário público. Apelava ainda para que as escolhas de deputados recaíssem *“em proprietários, negociantes, e industriais; isto é em cidadãos que paguem, e não recebam ordenados do Estado; que queiram economias, reformas, e grandes reduções em todas as despesas públicas”* e aconselhava os eleitores a recusarem as listas ministeriais<sup>418</sup>. Era um discurso claramente conotado com a futura dissidência histórica, a mensagem da esquerda liberal de contenção dos gastos públicos e as sempre tão propaladas reformas políticas.

As posições políticas de João José Vaz Preto e de Tavares Proença, lembradas no início deste capítulo, não iam ao encontro dos desígnios do governo, logo eram elementos com quem não podia contar. O que se passava em Castelo Branco era semelhante à situação em muitos outros círculos: o governo não dispo de caciques de confiança apresentava candidatos estranhos aos interesses locais, elementos normalmente ligados a Rodrigo<sup>419</sup>. Na realidade, os deputados eleitos pelo círculo

---

<sup>416</sup> INCAUSA MOROS E BRIZ SÁNCHEZ, 2004, p. 247.

<sup>417</sup> B.N.P., E.R.F.M, caixa 40, circular aos eleitores de João José Vaz Preto Geraldês de 18 de outubro de 1852. Ver: anexo n.º 11.

<sup>418</sup> IDEM, ibidem.

<sup>419</sup> SARDICA, 2001, p. 161.

eleitoral de Castelo Branco em 1852 não tinham qualquer relação com o distrito e estavam todos identificados com o governo (anexo n.º 20).

Em 1852 os caciques albicastrenses não tinham força ou foram postos de lado pelo executivo. João José Vaz Preto não foi reeleito em 1852 e no caso de Tavares Proença, não dependendo da eleição por ser par do Reino, desenhava-se uma aliança com as forças mais à direita. Os cartistas-cabralistas pela voz do conde de Tomar tomaram a resolução de se abster nas eleições, mas nem todos estavam de acordo com esta decisão, com António José de Ávila à cabeça. Os pares e deputados da chamada «comunhão cartista» subscreveram unanimemente, em outubro de 1852, uma moção em que consideravam dever concorrer às eleições. Esta moção foi subscrita por Tavares Proença<sup>420</sup>.

As eleições de dezembro de 1852 têm um profundo significado político na futura relação de forças entre os Vaz Preto e Tavares Proença. O ato eleitoral permitiu marcar a fronteira entre as posições políticas dos dois vultos beirões que a partir desta altura se distanciaram. O primeiro assumiu a posição de se juntar à esquerda parlamentar e o segundo à direita cartista.

#### ***4.2- As eleições de 1856 e 1858: clarificação política e rutura entre os patriarcas***

Tavares Proença aliou-se a Ávila, o qual por sua vez passou a apoiar os históricos, e este passo fez com que se tornasse uma pedra fundamental no jogo político-partidário no distrito de Castelo Branco. Nas eleições de 1856, convocadas por um governo desta última tendência, Tavares Proença revelou todo o seu protagonismo político ao influenciar a escolha dos eleitos para representar o distrito. Desde logo, esteve ligado diretamente às eleições como presidente da assembleia eleitoral em Castelo Branco<sup>421</sup>. Ao contrário da eleição anterior, onde nenhum deputado tinha afinidades com a região ou relações pessoais e políticas com qualquer personalidade local de relevo, em 1856 dos cinco deputados eleitos encontramos três oriundos do distrito e diretamente relacionados com Tavares Proença (anexo n.º 21). Os outros dois eram estranhos ao distrito e foram por aqui eleitos em várias legislaturas pelos

---

<sup>420</sup> IDEM, *ibidem*, p. 162 e p. 331.

<sup>421</sup> A.N.T.T., M.R., maio 2186, processo n.º 177.

históricos, embora Augusto Xavier da Silva tivesse um passado miguelista e cabralista e em 1851 se tenha declarado como pertencendo ao lado direito da Câmara<sup>422</sup>.

Convém salientar desde já um aspeto revelador deste período de grandes mudanças: os indivíduos foram-se adaptando à nova realidade política e o seu passado não impedia a adesão a linhas ideológicas de acordo com a conjuntura político-partidária. Assim vemos uma família, a dos barões e viscondes de Oleiros, aqui representada por António Pinto de Albuquerque Mesquita e Castro, marcada pelo apoio ao setembrismo e à Junta do Porto na guerra civil da Patuleia, e Augusto Xavier da Silva, ligado ao cabralismo, eleitos nas listas de governos históricos, aliarem-se a Tavares Proença, ele próprio um elemento avilista e conservador. Estamos perante o esvaziamento dos extremos e a grande confluência ao centro, uma das características da Regeneração, como já tivemos oportunidade de destacar.

Nestas eleições, João José Vaz Preto continuou fora da Câmara dos Deputados, não alcançando o número de votos necessários para ser eleito, foi o oitavo candidato mais votado no círculo eleitoral de Castelo Branco<sup>423</sup>. Há uma clara separação entre os dois notáveis locais a nível político. Tavares Proença não patrocinou a candidatura do seu antigo aliado, assumindo a clara rutura política que será mais evidente nas eleições seguintes. Segundo o jornal *Gazeta da Beira*, o conflito entre os dois nasceu devido à divergência da candidatura de António Pinto de Albuquerque Mesquita e Castro, pelo qual João José terá sido preterido. A partir deste momento a relação entre as duas famílias atingiu o ponto de não retorno<sup>424</sup>. Para além das posições divergentes em relação à política nacional, as rivalidades locais também contribuíram para o afastamento de João José e Tavares Proença que aqui estiveram presentes ao nível da escolha de personalidades.

Se a eleição de 1856 teve o condão de aumentar o fosso entre as duas personagens locais de maior dimensão, o sufrágio de 1858 marcou a divisão definitiva. António José de Ávila foi o homem que esteve à frente da máquina eleitoral do governo e tocou a rebate à sua rede de influências em todo o país, da qual Tavares Proença fazia parte como prova a correspondência trocada entre ambos<sup>425</sup>, desempenhando um papel

---

<sup>422</sup> MÓNICA (Coord.), 2004, pp. 516-517; 2006, pp. 666-668. Ver anexos n.º 21, n.º 54 e n.º 55, n.ºs de ordem n.º 12, 21, 22, 69 e 70.

<sup>423</sup> D.C.D, sessão de 14 de janeiro de 1867, p. 67.

<sup>424</sup> Jornal *Gazeta da Beira*, n.º 77, 19 de janeiro de 1908.

<sup>425</sup> DIAS, José Lopes, abril de 1964, pp.96-111.

crucial na vitória governamental no círculo de Castelo Branco. Este facto é comprovado pela afirmação do recandidato Gaspar Pereira da Silva: “*Reconheço e confessarei sempre que devi a minha eleição para deputado em muito grande parte à proteção valiosa com que V. Ex<sup>a</sup> me honrou*”<sup>426</sup>. Tavares terá tido, um papel central na preparação desta eleição, gerindo as várias sensibilidades locais e sendo o principal interlocutor do centro político.

A principal decisão do governo foi reeleger os deputados eleitos em 1856 e disso deu conta Ávila a Tavares no dia 1 de abril de 1858<sup>427</sup>. No entanto, este levantava dúvidas sobre alguns, como era o caso de Miguel Osório Cabral, de quem muitos agentes locais reclamavam por não ser natural do distrito<sup>428</sup>, reclamações que serão recorrentes ao longo da década seguinte nalguns círculos, como se descreve mais à frente. Existia o desejo de substituí-lo por João Crisóstomo Freire Correia Falcão, personagem influente de Idanha-a-Nova capaz de contrabalançar o poderio de Vaz Preto neste concelho. Ávila fez-lhe ver que, embora tivesse a maior estima por João Crisóstomo, seria difícil fazer eleger Miguel Osório por outro círculo<sup>429</sup>. O próprio João Crisóstomo apressou-se a aceitar as listas do governo, revelando, contudo, algum azedume ao ser preterido: “*Sim Sr. Estamos com eleições; não tenho fé nos resultados: vá para onde for, é o mesmo tudo: vamos de mal a pior: mas já que V. Ex<sup>a</sup> o quer, coadjuvarei a Lista do Governo.*”<sup>430</sup>.

A composição da lista governamental no círculo de Castelo Branco não foi uma tarefa fácil. Tavares teve de saber lidar com as exigências de Ávila e manter os equilíbrios entre os seus apoiantes no distrito. Não era só João Crisóstomo que estava em causa, João Pinto Tavares Castelo Branco também estava destinado a sair da lista. Eleito em 1856 agora era dispensável e no seu lugar avançou José António da Mata e Silva, bispo de Beja, natural de Castelo Branco. Esta mudança foi bem recebida, a ter em conta as afirmações de João Crisóstomo: “*Alguém de alguma importância eleitoral estava disposto a guerrear a Lista do Governo, com a exceção de 1 nome; porém veio o nome do Sr. Mata, e meteu a espada na bainha!*”<sup>431</sup>. Quem não gostou da exclusão foi João Pinto Tavares Castelo Branco que em carta a Tavares Proença fazia questão em

---

<sup>426</sup> IDEM, *ibidem*, p. 108.

<sup>427</sup> IDEM, *ibidem*, p. 101.

<sup>428</sup> IDEM, *ibidem*, p. 109.

<sup>429</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>430</sup> IDEM, *ibidem*, p. 102.

<sup>431</sup> IDEM, *ibidem* p. 103.

demonstrar a azia que o invadia: *“Muito estimarei, que os meus colegas na Câmara sejam reeleitos por este Distrito (...) e o meu voto, se eu for à urna não lhes faltará”*<sup>432</sup>.

Tavares tinha de gerir emoções e interesses pessoais, como era também o caso de João António Rodrigues de Miranda que também pretendia a eleição. Miranda, natural de Sarzedas, concelho de Castelo Branco, foi deputado na legislatura de 1842-45 onde se declarou opositor a Costa Cabral<sup>433</sup>. Em 1858 reconhecia que sem o apoio de Tavares Proença seria quase impossível isso voltar a acontecer: *“Não me são desconhecidas as dificuldades, para não lhes dar outro nome, com que há a lutar. Considero-as mesmo insuperáveis, se V. Ex<sup>a</sup> me não prestar o seu valioso auxílio.”*<sup>434</sup>. A carta de João António Rodrigues de Miranda para Tavares Proença de 17 de abril mostra claramente a relação de forças no distrito e a importância dos notáveis locais. Segundo ele em Castelo Branco: *“além do governo, só havia os Tavares Proença, os Rafael da Cunha, e alguns outros Cavalheiros (...) nuns concelhos estavam com os históricos, noutros com os conservadores, e na maior parte seguindo a vontade dos conselheiros influentes, que lhe pediam, ou a quem deviam favores.”*<sup>435</sup>. Note-se a importância dos grandes proprietários, não só Tavares Proença como Rafael José da Cunha seu amigo e aliado político, como vimos no capítulo I.

João António Rodrigues de Miranda não era o único que pretendia a todo o custo ser deputado. Faustino Jerónimo de Sousa Gomes também desejava a eleição e escreveu a Tavares Proença: *“peço com um ardor, como nunca lhe pedi qualquer outro: eis o caso = Desejo com quanta força de vontade tenho ser eleito Deputado nas próximas eleições pelo círculo de Castelo Branco”* e demonstrava uma fé enorme nesse desiderato desde que Tavares o apoiasse: *“Eu tenho a firme convicção, Sr. Tavares de que se V. Ex<sup>a</sup> o Sr. Rafael e meu irmão quiserem que eu seja deputado o serei, porque sei de quanta influência podem dispor, e tão certo estou da sua amizade que tenho a simplicidade de me ver quase Deputado.”*<sup>436</sup>.

Porém, as decisões sobre os candidatos estavam tomadas, à exceção de João Pinto Tavares Castelo Branco, todos os deputados eleitos em 1856 seriam reeleitos. Ávila, polidamente, chamava Tavares à razão para resistir às pressões locais ao afirmar:

---

<sup>432</sup> IDEM, ibidem p. 104.

<sup>433</sup> MÓNICA (Coord.), 2005, pp. 937-938.

<sup>434</sup> A.F.T.P., cartas de João António Rodrigues de Miranda para Tavares Proença de 15 e 16 de abril de 1858.

<sup>435</sup> IDEM, carta de 17 de abril de 1858.

<sup>436</sup> IDEM, carta de Faustino Jerónimo de Sousa Miranda para Tavares Proença de 9 de abril de 1858.

*“Nestas circunstâncias o que posso dizer a V. Ex<sup>a</sup> é que obre com a sua costumada prudência, e segundo a situação desse Distrito, conciliando da maneira do possível o triunfo da eleição com os deveres, que temos de preencher para com os nossos amigos”*<sup>437</sup>.

Um dos aspetos que as fontes sobre estas eleições permitem documentar é o facto da escolha dos deputados estar relacionada com fortes ligações pessoais a um cacique ou aos interesses do governo e não elementos de um partido. João Pinto Tavares Castelo Branco prova isso na carta já citada. Quando se apercebeu que seria excluído da lista recusou integrá-la e afirmou expressamente que não seria deputado, fosse convidado pelos ministros de José Passos, que ele identificava com o ministério, ou pelos seus amigos políticos. Fez questão de se demarcar dos históricos e realçava que as suas fidelidades estariam com Tavares Proença. Este passo ilustra como os notáveis locais eram fundamentais para o enquadramento político dos eleitores na periferia. Em muitos casos, as relações políticas alicerçavam-se nas fidelidades pessoais, algo que iremos comprovando ao longo deste estudo.

A provar a ténue linha que separava a posição dos agentes políticos está a candidatura de Carlos José Caldeira, candidato da oposição mas que segundo alguém próximo de Tavares também *“merece a confiança do governo (...), a maioria das simpatias destes concelhos (Fundão e Covilhã) querem que ele entre na lista do governo em lugar de Miguel Osório Cabral”*<sup>438</sup>. O próprio Carlos Caldeira escreveu a Tavares Proença dizendo que muita gente que votava com o governo iria substituir o nome de Miguel Osório pelo dele, daí *“resultará ser eleito um dos candidatos da oposição e entre estes parece-me que seria eu o que menos desagradaria ao governo”*<sup>439</sup>. Esta falta de disciplina e de lealdade política foi perfeitamente identificada por João António Rodrigues de Miranda quando afirmou: *“O que me faz porém pensar que vencerá a lista do governo é essa multidão de pretendentes e ainda mais (permita-me a expressão) a falta de disciplina e subordinação dos coligados (lista da oposição)”*<sup>440</sup>. Era este o ambiente político em abril de 1858, deputados que queriam continuar a sê-lo, personalidades que pretendiam chegar ao Parlamento, fosse pelo

---

<sup>437</sup> DIAS, José Lopes, abril de 1964, p. 101.

<sup>438</sup> A.F.T.P., carta de Possidónio Cabral de Faria e Serpa da Câmara para Tavares Proença de 18 de abril de 1858.

<sup>439</sup> IDEM, carta de Carlos José Caldeira a Tavares Proença de 18 de abril de 1858.

<sup>440</sup> IDEM, carta de João António Rodrigues de Miranda para Tavares Proença de 24 de abril de 1858.

governo ou pela oposição, e tudo teria de ser cuidadosamente gerido por Tavares Proença.

As eleições decorreram dentro da normalidade com as habituais indicações do governador civil aos administradores dos concelhos. A autoridade do distrito, Vilas Boas, apelava para que a liberdade fosse rigorosamente respeitada, que todos os eleitores pudessem votar livremente, mas ainda assim não deixava margem para dúvidas: *“se o governo por esta forma demonstra os seus princípios de justiça e tolerância nem por isso se esquece do direito que lhe assiste, e até mesmo a obrigação que tem, de sustentar os que considera mais profícuos para a liberdade, manutenção da ordem, e governação constitucional do Estado”*<sup>441</sup>. Portanto, os candidatos do governo, todos patrocinados por Tavares Proença, deviam ser eleitos, o que de facto aconteceu (anexo n.º 22).

Como vimos, Francisco Tavares de Almeida Proença surgiu neste período como o influente regional com maior visibilidade política, suplantando João José Vaz Preto. Este, tal como em 1856, foi preterido na eleição. Em 1852 as suas posições pouco moderadas fizeram afastá-lo do centro político, apresentando no seu manifesto, pelo menos aparentemente, algum distanciamento face às lides políticas. No entanto, em 1858 deixou sinais que pretendia voltar à luta, disso mesmo dava conta uma carta enviada a Tavares, referindo que João José *“Nas passadas condições despediu-se, disse que não queria entrar em lista alguma, depois já queria, e agora quer entrar outra vez”*<sup>442</sup>. Esta missiva também deixava claro que o desinteresse pelo ato eleitoral anterior não passava de tática política. A verdade é que João José Vaz Preto disputou a eleição de 1858, não foi eleito pelo círculo de Castelo Branco, sendo o sexto mais votado. Porém, desta vez, João José não se deixou surpreender e tomou precauções, foi eleito pelo círculo de Aveiro, tendo mesmo mais votos que José Estevão<sup>443</sup>. João José Vaz Preto alinhava com a esquerda convertida, momentaneamente, aos regeneradores, onde José Estevão Coelho de Magalhães tinha um lugar de destaque, estando em franca oposição ao governo de Loulé<sup>444</sup>, pelo que o apadrinhamento desta candidatura pelo grande tribuno de Aveiro parece evidente, mostrando a ampla rede de relações do morgado da Lousa.

---

<sup>441</sup> IDEM, ofício do governador civil aos administradores do concelho de 26 de abril de 1858.

<sup>442</sup> IDEM, carta de remetente não identificado para Tavares Proença de 25 de abril de 1858.

<sup>443</sup> D.C.D., sessão de 17 de junho de 1858, p. 59.

<sup>444</sup> SILVA, 2009, pp. 240-246.

As eleições de 1858 revelam alguns aspetos que importam destacar. Em primeiro lugar, a grande importância que as elites locais tinham na ligação entre o centro e a periferia, enquadrando e controlando politicamente não só eleitores como também candidatos a deputados. Digna de nota é a subordinação do governador civil a Tavares Proença e não o contrário. Apesar da nomeação de um novo governador civil, Francisco de Paula de Sousa Vilas Boas, a ação política foi totalmente concertada entre Ávila e Tavares Proença. Em segundo lugar, as dificuldades do cacique regional em gerir as clientelas eleitorais e os interesses do centro, provando, neste caso, o poder deste em impor as suas escolhas, não esquecendo, contudo, os interesses locais. Por fim, o esbatimento das barreiras ideológicas, já que alguns candidatos se disponibilizaram tanto para incorporar as listas do governo como as da oposição, mostrando que não existiam diferenças políticas significativas entre as várias facções. O centro progressista aglutinava a família política portuguesa.

No que diz respeito à política local, as eleições de 1856 e 1858 marcaram o nascimento do «partido preto» e do «partido branco», como já fizemos referência no capítulo I, esta é a opinião do jornal *Gazeta da Beira*<sup>445</sup>. A partir deste momento, a luta política entre Tavares Proença e Vaz Preto, para alcançar a supremacia no distrito de Castelo Branco, intensificou-se. A fronteira estava estabelecida, Tavares Proença tinha alinhado pelos cartistas avilistas, João José Vaz Preto estava num campo oposto, mas a caminhar para o fim da vida. Contudo, a família Vaz Preto não ficaria fora do mundo político, o seu filho, Manuel Vaz Preto Geraldês, aparecia lentamente na cena beirã.

#### ***4.3- A supremacia de Tavares Proença (pai) entre 1860 e 1864***

Após terminar o curso em 1851, o destino natural de Manuel Vaz Preto Geraldês, como primogénito, seria continuar o engrandecimento da casa Vaz Preto e provavelmente seguir a carreira política, a exemplo do progenitor. Assim sucedeu. Vemo-lo em 1858 a promover por Alpedrinha a candidatura do pai<sup>446</sup>. João José não voltou a ser eleito deputado e foi com naturalidade que o testemunho foi passado ao filho.

---

<sup>445</sup> Jornal *Gazeta da Beira*, n.º 77, de 19 de janeiro de 1908.

<sup>446</sup> A.F.T.P., carta de Possidónio Cabral de Faria e Serpa da Câmara para Tavares Proença de 25 de abril de 1858.



A década de 1860 será já de profunda batalha entre o político experimentado, Francisco Tavares de Almeida Proença, e o ascendente e jovem bacharel em Direito, Manuel Vaz Preto Geraldês.

Entretanto, no final da década anterior o sistema eleitoral português foi alterado, tendo-se adotado o sistema de círculos uninominais. Uma das questões que recorrentemente saltava para a discussão política eram as vantagens e os inconvenientes dos círculos uninominais e plurinominais. Os defensores dos primeiros argumentavam que círculos mais pequenos com a eleição de um único deputado aproximavam o eleito dos eleitores, valorizavam a defesa dos interesses locais, através do reforço do peso negocial das elites, limitando aos governos a sua capacidade de pressão, ao mesmo tempo que, pensava-se, as candidaturas da oposição tinham maiores probabilidades de êxito. Este sistema também ficou conhecido pela «eleição de campanário», isto é a defesa dos interesses locais, sendo Alexandre Herculano um dos seus principais defensores na famosa carta aos eleitores de Sintra em 1858<sup>447</sup>. Os apologistas dos segundos defendiam que círculos maiores limitavam a atuação dos caciques locais e valorizavam os partidos no seu papel de enquadramento dos eleitores<sup>448</sup>.

Após um largo período em que se privilegiou o sistema de lista com a existência de grandes círculos, a lei de 23 de novembro de 1859 concretizou a reforma do sistema eleitoral. O país foi dividido em 165 círculos uninominais, tendo o distrito de Castelo Branco sido dividido em seis. Destacamos a distribuição dos concelhos pelas respetivas circunscrições (mapa n.º 1), pois em futuras reformas eleitorais esta divisão terá impacto na geografia do poder.

A nova lei introduziu o sistema de maioria a duas voltas. Na primeira era eleito o deputado que tivesse maioria absoluta, caso isso não acontecesse realizava-se um segundo escrutínio, onde não havia restrições ao número de candidatos, sendo a eleição decidida por maioria relativa. O próprio diploma fazia referência aos objetivos que se pretendiam alcançar: diminuir o poder do executivo, garantir a independência dos deputados e o reforço dos laços entre os eleitos e os eleitores<sup>449</sup>.

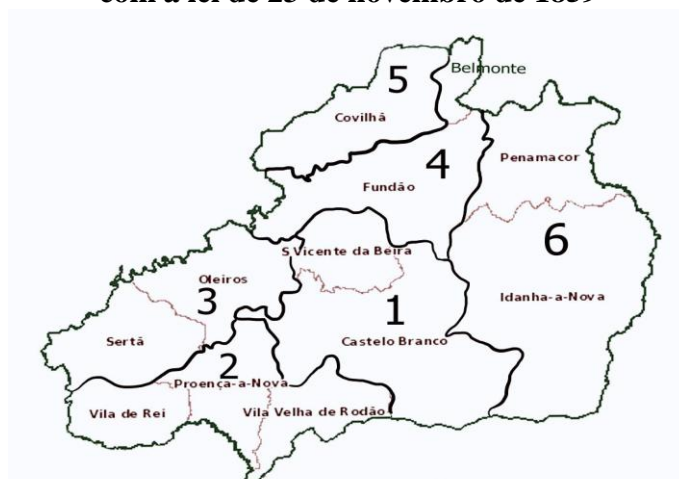
---

<sup>447</sup> HERCULANO, 1983, pp. 495-505.

<sup>448</sup> ALMEIDA, 1991, pp. 54-55 e ALMEIDA e LÚZON (coord.), 2012, p. 26.

<sup>449</sup> MÓNICA, 1996, p. 1045.

**Mapa n.º 1- Círculos eleitorais do distrito de Castelo Branco de acordo com a lei de 23 de novembro de 1859**



**Legenda:** 1- Círculo de Castelo Branco; 2- Círculo de Proença-a-Nova; 3- Círculo da Sertã; 4- Círculo do Fundão; 5- Círculo da Covilhã; 6- Círculo de Idanha-a-Nova.

Fonte: <http://atlas.fcsh.unl.pt/>

A lei foi bem aceite nas duas câmaras, tendo sido aprovada sem grande polémica. Na Câmara dos Pares, Tavares Proença foi uma das poucas vozes dissonantes. Para o ilustre beirão o novo sistema mantinha todos os defeitos do anterior: a eleição direta, da qual discordava, e um censo demasiado baixo, estando Portugal muito perto do sufrágio universal<sup>450</sup>. Tavares fazia eco do seu pensamento conservador que o acompanhou ao longo da sua carreira política, como foi dito no capítulo II.

Este modelo foi utilizado pela primeira vez na eleição de 1860 e trouxe algumas surpresas, tendo os históricos na oposição eleito mais deputados do que o esperado<sup>451</sup>. O distrito de Castelo Branco confirmou este facto, dos seis eleitos quatro foram-no pela oposição. Em Castelo Branco, Sertã e Fundão, Tavares Proença fez valer a sua força, os deputados eleitos tinham a sua chancela. As solidariedades políticas estabelecidas desde os anos de 1850 deram a Tavares um grande capital político. Na Covilhã foi eleito o histórico Gaspar Pereira da Silva que iniciou um caminho muito próprio, como veremos no ponto seguinte. O governo apenas conseguiu eleger deputados nos círculos de Idanha-a-Nova e Proença-a-Nova, onde conheceu enormes dificuldades, tendo de se recorrer a segundas voltas (anexo n.º 23).

No círculo raiano Manuel Vaz Preto apresentou-se como candidato, onde aparentemente tinha ao seu dispor uma conjugação de fatores favoráveis: um governo

<sup>450</sup> D.C.P., sessão de 17 de novembro de 1859.

<sup>451</sup> MÓNICA, 1996, p. 1047.

regenerador que apoiava (ver: quadro n.º 11) e uma circunscrição eleitoral onde podia arregimentar muitos apoiantes. Para a única vaga de deputado candidatava-se como seu oponente João Crisóstomo Freire Correia Falcão. Estavam frente a frente as casas Vaz Preto e Tavares Proença - recordemos a intenção de Tavares Proença em fazer eleger Correia Falcão em 1858 para precisamente contrabalançar o poderio de João José Vaz Preto em Idanha-a-Nova.

Apesar destes dois candidatos de peso, acabou por ser eleito um outro elemento, António Robalo de Azevedo, bacharel em Direito, natural de aldeia de João Pires, Penamacor. Seguindo as determinações da nova lei eleitoral, na primeira volta nenhum oponente teve maioria absoluta e surgiu a surpresa, Manuel Vaz Preto quedou-se pelo terceiro posto, Correia Falcão surgia como o mais votado e António Robalo de Azevedo na posição imediata. O segundo escrutínio representou o momento propício para a vingança política por parte dos Vaz Preto, após os atos eleitorais de 1856 e 1858. Apesar de a lei não obrigar a que a segunda volta fosse disputada só pelos dois mais votados, Manuel Vaz Preto não se apresentou à eleição. Perante a dificuldade sentida em ser eleito, é possível que tenha existido um acordo entre os da Lousa e António Robalo de Azevedo que acabou por ser o candidato escolhido. Para este desfecho muito contribuíram os votos de Manuel Vaz (quadro n.º 12).

**Quadro n.º 12- Eleição no círculo eleitoral de Idanha-a-Nova (1860)**

	Nome do candidato	N.º de votos
1.ª volta	João Crisóstomo Freire Correia Falcão	508
	António Robalo de Azevedo	369
	Manuel Vaz Preto Geraldês	330
2.ª volta	António Robalo de Azevedo	676
	João Crisóstomo Freire Correia Falcão	635

Fonte: D.C.D., sessão de 21 de março de 1860

Embora sem nenhuma prova documental, é de crer que a verdadeira disputa devesse ter sido travada entre Correia Falcão e Manuel Vaz, já que, por um lado, eram as duas personalidades com maior prestígio nesta eleição, e, por outro lado, António Robalo de Azevedo apenas foi eleito deputado em 1860 não se lhe conhecendo atividade ou influência política<sup>452</sup>. Manuel Vaz Preto estava a fazer o seu percurso e ainda não podia fazer frente à experiência e protagonismo do seu rival.

<sup>452</sup> MÓNICA (Coord.), 2004, pp. 256-257.

Já em Proença-a-Nova houve uma enorme disputa entre Francisco Júnior e João Carlos Gamboa Melo e Minas, tendo a eleição recaído neste último após o segundo sufrágio (anexo n.º 23).

A eleição de 1860 anunciava que a introdução de círculos uninominais ia endurecer a luta política. Com o crescimento da concorrência eleitoral, foi com naturalidade que se começou a assistir a várias denúncias de irregularidades.

De facto, as eleições do distrito de Castelo Branco tiveram momentos de grande confrontação, com coações várias, indícios de fraude, intervenção das autoridades administrativas e subornos dos eleitores.

Nos anos de 1850 existem já sinais de irregularidades, justificados pelas autoridades com a pouca experiência e desleixo dos povos na organização de eleições. Em 1856 algumas assembleias não se constituíram, foi o caso da freguesia de Silves, concelho do Fundão, onde não se efetivou a eleição. Já em Monsanto, concelho de Idanha-a-Nova, as descargas dos cadernos eleitorais não correspondiam ao número de listas entradas na urna, sendo estas em maior número. Apesar de tudo, a comissão de verificação de poderes validou a eleição por estes casos não alterarem a votação final<sup>453</sup>.

Em 1860, as fraudes foram mais evidentes. O deputado eleito por Castelo Branco pelas listas da oposição, Augusto Xavier da Silva, levantou suspeitas sobre a forma como os candidatos governamentais venceram. Em relação à eleição de Idanha-a-Nova, argumentou que os presidentes das assembleias de voto foram substituídos da primeira para a segunda volta, o que era proibido por lei, e nalgumas assembleias não estiveram presentes os párocos e os regedores para identificarem os eleitores. Na mesa de Penamacor as descargas não correspondiam às listas entradas na urna e na Aldeia de João Pires apenas não tinha votado um eleitor, o que era estranho. Sendo esta freguesia a da naturalidade de Robalo de Azevedo, ficava aqui implícita a acusação de mobilização dos eleitores em benefício do contrerâneo vencedor. O estudo já citado de Incausa Moros e Briz Sánchez também levanta, em Espanha, a questão do apoio generalizado de algumas povoações a candidatos delas naturais, havendo também a suspeita de eleições pouco sérias<sup>454</sup>. Em Proença-a-Nova existiu uma reviravolta na eleição, pois o deputado eleito, João Carlos Gamboa Melo e Minas, conseguiu concentrar um enorme número de votos no segundo escrutínio, ultrapassando o

---

<sup>453</sup> D.C.D., sessão de 14 de janeiro de 1857.

<sup>454</sup> INCAUSA MOROS e BRIZ SÁNCHEZ, 2004, p. 255.

candidato vencedor do primeiro que apenas conseguiu captar mais quatro votos em relação à primeira eleição o que pressagiava a existência de chapelada (quadro n.º 13).

**Quadro n.º 13 - Eleição no círculo eleitoral de Proença-a-Nova (1860)**<sup>455</sup>

	Nome do candidato	N.º de votos
1.ª volta	Francisco José de Moura Júnior	293
	João Carlos Gamboa Melo e Minas	?
2.ª volta	João Carlos Gamboa Melo e Minas	617
	Francisco José de Moura Júnior	297

Fonte: D.C.D., sessão de 24 de fevereiro de 1860

A eleição de 1861 continuou a levantar dúvidas em Proença-a-Nova, desta vez, com uma acusação recorrente ao longo de toda a Monarquia Constitucional, a viciação do recenseamento eleitoral. João Carlos Gamboa Melo e Minas, natural de Proença-a-Nova, de novo candidato, desta vez como oposição ao governo histórico, foi vencido por João Sepúlveda Teixeira. A derrota fê-lo apresentar um protesto no qual acusava as autoridades de viciarem os cadernos eleitorais na assembleia de Vila de Rei, onde estavam registados eleitores que não pagavam impostos e nomes rasurados substituídos por outros, contabilizando 149 eleitores a mais que foram votar. De facto, a Comissão de Verificação de Poderes encontrou anomalias, embora divergentes das apontadas por Gamboa e Minas. Afinal, os cadernos eleitorais tinham 199 eleitores a menos em relação à sinopse publicada no *Diário de Lisboa*, mas a eleição tinha de ser aceite porque, segundo a lei, os cadernos eleitorais eram os únicos válidos, e a sinopse podia estar errada. Segundo a comissão, mesmo que se contabilizassem os 199 votos no eleitor derrotado, ainda assim Sepúlveda Teixeira era vencedor e terminava com um argumento revelador da forma como as eleições se disputavam: “*Os dois cadernos de recenseamento por que se fez a eleição divergem um do outro em alguns nomes ou apelidos e em algumas cotas de contribuição, e não estão com o asseio e regularidade que era para desejar; mas isso conhece-se evidentemente que só é filho da pouca perícia de quem os escreveu*”<sup>456</sup>.

As eleições de 1861 e 1864 continuaram a demonstrar como Tavares Proença fazia uso das grandes ligações com o poder central ao patrocinar várias candidaturas eleitas nas listas do governo histórico (anexos n.ºs 24 e 25). Os contactos estabelecidos

<sup>455</sup> O relatório da Comissão de Verificação de Poderes só apresenta o número de votos do candidato mais votado na 1.ª volta.

<sup>456</sup> D.C.D., sessão de 20 de junho de 1861.

nos anos de 1840 e no início dos de 1850, principalmente a ligação com António José de Ávila, foram preciosos deste ponto de vista. Na realidade, esta aliança foi determinante para o estabelecimento de relações com os gabinetes históricos, mesmo quando o conde de Ávila não estava associado aos governos daquela agremiação, como foi o caso da eleição de 1864. Isto prova a necessidade imperiosa de todos os grupos políticos contarem com notáveis locais para atingirem os seus objetivos, independentemente de serem seus fiéis incontestáveis. Tavares era o homem de confiança na Beira Baixa para controlar as eleições, pelo menos nos círculos de Castelo Branco, Sertã e Fundão, e não é de estranhar que os atos eleitorais fossem dominados pelos seus partidários. Quanto a Manuel Vaz Preto foi finalmente eleito deputado por Idanha-a-Nova em 1861 (anexo n.º 24) e a chegada à Câmara dos Pares em 1864 deu-lhe a independência política necessária e projeção dentro da classe dirigente de que se irá aproveitar para fazer frente ao seu rival local.

#### ***4.4- Os manifestos eleitorais na Covilhã de 1864: entre a modernidade e o discurso radical religioso***

A introdução dos círculos uninominais permitiu à Covilhã começar a trilhar um caminho de independência face às elites albicastrenses e favoreceu a expressão política de uma realidade muito própria, sendo eleito em 1860 e 1861 um natural deste grande centro industrial beirão, Gaspar Pereira da Silva, que alcançou um papel importante no Partido Histórico, como de seguida veremos. Círculos mais pequenos, com a eleição de um único deputado, davam mais liberdade às elites concelhias permitindo-lhes desatrelarem-se das imposições do sistema de lista, onde os grandes notáveis impunham a sua vontade de uma forma mais vigorosa.

A provar que a Covilhã pretendia seguir uma via autónoma está a eleição de 1864. O governo histórico apresentou como candidato Bernardo António de Serra Mirabeau e a oposição José Pedro de Barros Lima. O relatório do governo civil identificou como patrono de Barros Lima o presidente da câmara, Francisco Nunes Marques de Paiva, um elemento próximo de Ávila. Marques de Paiva esteve com o governo histórico de Loulé até à exoneração de António José de Ávila em fevereiro de 1862, ano em que também foi eleito presidente da câmara municipal da Covilhã pelo

«partido reacionário», no dizer do chefe do distrito<sup>457</sup>. Neste mesmo mês e ano o deputado histórico covilhanense Gaspar Pereira da Silva foi nomeado ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça na remodelação levada a cabo por Loulé, pelo que podemos afirmar que Marques de Paiva liderou a oposição ao governo histórico e a Gaspar Pereira da Silva na Covilhã, tendo como aliados uma dupla clerical jesuíta, os irmãos João e Francisco Maria Grainha, que irão desempenhar um papel fundamental neste processo.

Antes de avançarmos convém determo-nos um pouco na figura do candidato da oposição. Barros Lima surgiu pela primeira vez ligado ao distrito como governador civil, em julho de 1860, nomeado por um governo histórico (anexo n.º 56). Agora apresentava-se como opositor ao mesmo governo que o tinha nomeado, mas profundamente remodelado, em fevereiro de 1862. Esta remodelação reforçou o peso da «unha preta», ala extrema dos Históricos. Pensamos ser seguro afirmar que Barros Lima era um elemento deste Partido próximo da linha que Sá da Bandeira representava, devido à postura que veio a ter na eleição seguinte de 1865, ao apoiar o governo por este liderado<sup>458</sup>. Muito provavelmente, Barros Lima situava-se na esquerda liberal, herdeira do setembrismo que, no dizer de Fátima Bonifácio, serviu o «radicalismo» sem se deixar devorar pelos seus excessos, mantendo-se fiel à monarquia<sup>459</sup>. Barros Lima apoiou-se na Covilhã nos elementos mais conservadores, afetos a António José de Ávila, e a opositores locais de Pereira da Silva. Em resumo, nesta eleição defrontavam-se dois candidatos pertencentes a duas linhas em que o partido histórico se fracturava, reunindo apoios locais diversificados: José Pedro de Barros Lima apoiado pelas forças políticas mais moderadas e mesmo conservadoras, como de seguida analisaremos, e Bernardo António de Serra Mirabeau que contava com Gaspar Pereira da Silva e os históricos mais exaltados.

A oposição concentrou-se na chamada Comissão Central Eleitoral da Covilhã e apresentou aos eleitores uma proclamação com a data de 30 de março de 1864 (anexo n.º 12). As eleições só tiveram lugar a 11 de setembro do mesmo ano, o que mostra a grande antecedência com que a oposição se preparou. As ideias ali defendidas centram-se nas preocupações de um centro industrial que procurava impulsionar o seu

---

<sup>457</sup> A.N.T.T., M.R., maço 2252, processo n.º 340.

<sup>458</sup> José Pedro de Barros Lima será reeleito deputado pela Covilhã em 1865 como deputado governamental (ver anexo n.º 26). O Executivo era liderado por Sá da Bandeira.

<sup>459</sup> MÓNICA (Coord.), 2005, pp. 171-175.

crescimento: difusão da instrução pública, em especial do ensino profissional, importante para um centro fabril como a Covilhã; incentivo à agricultura; reforma administrativa; construção de vias de comunicação, que ligassem a cidade aos principais eixos ferroviários, facilitando o escoamento dos seus produtos, e redução da importação de matérias-primas.

Na realidade, a Covilhã tinha uma certa dinâmica económica. Tendo como base o inquérito industrial de 1862-63, elaborado por Fradesso da Silveira, as fábricas de lanifícios existentes na cidade e no concelho eram as mais importantes do distrito. Para além de uma pequena e média indústria, existiam oito fábricas completas, onde se executavam todas as fases da produção, quatro das quais empregavam mais de 100 operários. Uma delas dispunha de máquina a vapor e as restantes eram movidas a energia hidráulica. As fábricas mais importantes eram a de Francisco Nunes Marques de Paiva, a de Melo Geraldês e Comp<sup>a</sup>, a de António Pessoa Amorim e Irmão e a de António Nunes de Sousa e Filhos. Segundo Fradesso da Silveira, o crescimento da indústria na Covilhã deveu-se à legislação protecionista, publicada em 1837, e se ela não tinha crescido mais teria sido devido à falta de vias de comunicação para a capital e para as províncias do norte, onde se encontravam os principais mercados do que ali se produzia<sup>460</sup>.

Francisco Marques de Paiva começou a preparação da eleição com o aliciamento à população, assegurando melhoramentos em várias povoações, pontes, fontes, calçadas e a promessa aos mancebos que os livraria da incorporação no exército, desde que votassem com a oposição.

De forma algo surpreendente, numa cidade industrial, o discurso modernizador, centrado no progresso económico, coexiste e está aliado no combate político contra a esquerda do Partido Histórico com uma facção clerical, ultraconservadora, portadora de um discurso legitimista e ultramontano. De facto, também uma facção da Igreja tomou parte nesta contenda, cujos vultos mais eminentes eram os padres Grainha. Destes, destacava-se Francisco Grainha, que tinha uma sólida formação teológica, foi camareiro secreto do Papa, mercê concedida por Pio IX, para além de ser formado em Medicina<sup>461</sup>.

---

<sup>460</sup> SILVEIRA, 1864, pp. 112-115 e 120-123.

<sup>461</sup> QUINTELLA, 1899, pp. 180-181. Nos anos de 1870, Francisco Grainha envolveu-se numa polémica com Manuel Nunes Giraldes, professor de Direito Político e Eclesiástico, na Universidade de Coimbra, também ele natural da Covilhã. Este publicou em 1870 um opúsculo onde fazia a apologia do catolicismo liberal, *O Papa-Rei e o Concílio*, defendendo que a Igreja se devia democratizar e cingir a tarefas



Os padres acusavam o governo e o seu candidato de ateus, pedreiros livres, garibaldinos e inimigos declarados da Santa Religião Católica e da sua Igreja. Os padres jesuítas percorriam as povoações exigindo o voto e, nas palavras do governador civil, “*chegou-se a cometer o sacrilégio de se apresentarem crucifixos aos eleitores e pedir-se-lhes em nome do redentor que votassem em favor do candidato católico, ameaçando-os com as penas do inferno se votassem no governamental*”. Os irmãos Grainha chegaram mesmo a afirmar que, segundo as bulas pontifícias, quem votasse no candidato governamental seria excomungado e não lhe seriam ministrados os sacramentos quando deles necessitassem<sup>462</sup>.

Para além destas iniciativas, os padres Grainha manifestaram as suas opiniões através de um artigo publicado no jornal miguelista *A Nação*, a 10 de agosto de 1864. Os clérigos desenvolveram um discurso muito duro para com o governo que, segundo eles, apoiava os inimigos da Igreja, dando especial destaque à maçonaria. Os sacerdotes eram muito claros: “*Na terrível gigantesca luta, em que a sociedade atual se estorce, combatem-se dois princípios – a verdade defendida pela Santa Igreja Católica, e a mentira propalada pela maldita maçonaria debaixo de seus multiformes aspetos e denominações*”. Para os Grainha, a Igreja tinha perdido toda a dignidade, facto pelo qual responsabilizavam diretamente o ministério: “*Os sacerdotes que desejam cumprir a sua divina missão são considerados inimigos da ordem, são caluniados pela imprensa, e tidos como perturbadores do sossego público, ao passo que outros (...) por mais imorais que sejam, exaltam-se, estimam-se, louvam-se, premeiam-se e condecoram-se*”. Estamos perante um discurso que reflete o debate ideológico europeu entre o liberalismo católico e o ultramontanismo<sup>463</sup>.

---

meramente espirituais, para além de criticar a infabilidade papal. Apoiava ainda os nacionalistas italianos e a construção de uma nação transalpina e fazia o elogio da máxima de Cavour «Igreja livre no Estado livre». Estas ideias tiveram o condão de desencadear a fúria dos ultramontanos portugueses, onde se incluiu o padre Francisco Maria Grainha que, utilizando o seu púlpito na Covilhã, atacou o autor do livro e sustentou as ideias do ultramontano António José de Carvalho que, em resposta a Nunes Giraldes, advogava o poder temporal do Papa como uma garantia da soberania espiritual e defendia o Estado pontifício, pois sem os seus territórios a Igreja seria dominada pelo Estado italiano, perdendo a sua liberdade. Ver: NETO, 1998, p. 369 e CATROGA, 1988, pp. 226-235.

<sup>462</sup> A.N.T.T., M.R., maço 2252, processo n.º 340.

<sup>463</sup> IDEM, ibidem. O relatório do governador civil junta um recorte do jornal *A Nação* onde está publicado o artigo dos padres Grainha de 10 de agosto de 1864. Os clérigos covilhanenses nas suas ações e artigos colocavam-se claramente ao lado dos ultramontanos e em Portugal esta linha identificava-se com o legitimismo. A causa de D. Miguel estava ligada ao catolicismo ultramontano que, para além da crítica ao regime constitucional e à política eclesiástica dos governos liberais, pretendia o regresso do Absolutismo e com ele a reconstituição dos privilégios da Igreja de Antigo Regime, tendo estas ideias eco no jornal legitimista *A Nação*. Ver: NETO, 1998, p. 378.

Os católicos liberais pretendiam renovar a Igreja e compatibilizá-la com a modernidade, propondo a liberdade de consciência e de culto, de imprensa, de ensino, de associação, de sufrágio e a separação da Igreja do Estado. Foram alvo de uma profunda condenação pelo Papa Gregório XVI na encíclica *Mirari Vos*, de 1832<sup>464</sup>. Por sua vez, os ultramontanos desejavam o regresso ao absolutismo, onde a Igreja recuperaria a sua hegemonia. O Vaticano, pela mão de Pio IX (1846-1878), aprofundou a linha conservadora da Igreja, hostilizando o liberalismo e a maçonaria, recusando a educação secular, a separação da Igreja do Estado e a liberdade de escolha de uma religião, culminado na publicação da encíclica *Quanta Cura* e do *Syllabus Errorum*, no final do ano de 1864<sup>465</sup>.

Os reflexos deste conflito faziam-se também sentir em Portugal. Todas estas posições estão expressas nos artigos assinados por João e Francisco Grainha, principalmente a censura às políticas liberais, numa conjuntura política bastante adversa para a Igreja nacional, estando em funções o governo mais à esquerda do Partido Histórico, onde se digladiavam a «unha branca» e a «unha preta», que tomou várias medidas no campo religioso, a que há que juntar a polémica com as irmãs da caridade em 1862.

Uma das críticas mais veementes nesta época era a depauperada situação económica da Igreja, cujas raízes se encontravam nas medidas de Joaquim António de Aguiar de 1834, que transformaram em bens nacionais uma parte do património religioso, e as gravíssimas dificuldades materiais dos eclesiásticos, após a abolição dos dízimos. Estas decisões tinham o objetivo de diminuir a influência política do clero na sociedade e colocá-lo na dependência do Estado<sup>466</sup>. Os anos de 1860 trouxeram de novo uma série de iniciativas legislativas tendentes a aprofundar o controlo do Estado sobre a Igreja. Uma dessas medidas foi a decisão, tomada em 1861, de proceder a concursos com provas documentais para aceder ao serviço paroquial, perante os prelados diocesanos, mas controlados, em última instância, pelos governos<sup>467</sup>, transformando os sacerdotes em meros funcionários públicos, factos criticados pelos Grainha: “*Os reverendos párocos já não são pastores do rebanho de Jesus Cristo, e coadjutores dos senhores bispos, mas sim empregados do governo, que os escolhe, e tem colocado*

---

<sup>464</sup> NETO, 1998, p. 365.

<sup>465</sup> IDEM, ibidem, 1998, pp. 363-364 e HOBSBAWM, 1988, p. 145.

<sup>466</sup> NETO, 1993, p. 268.

<sup>467</sup> IDEM, 1998, p. 120.

*debaixo de sua dependência, cercando-os de mil embaraços no desempenho de suas obrigações*". Já em relação aos bens da Igreja, com a lei de 4 de abril de 1861 o governo expropriava e comprometia-se a vender em hasta pública a propriedade dos conventos femininos, mitras, cabidos e seminários. A Igreja, com o apoio dos legitimistas, opôs-se ferozmente, atacando a política regalista liberal e via a ação do executivo como uma expropriação e a violação do direito ao usufruto dos seus próprios bens<sup>468</sup>. Ora, os escritos dos padres jesuítas são de agosto de 1864 e expressam inequivocamente uma reação a estas medidas.

Outra perda sentida pela Igreja nacional foi a sua influência na educação, à medida que o Estado estruturava o ensino nacional: *"Insinuam-se aos mestres de escola para que não admitam nas suas aulas livros aterradores, assim chamam aos livros piedosos, que contêm as verdades da Religião, e doutrina da Santa Igreja; e imprimem-se mesmo na imprensa nacional milhões de panfletos protestantes, que espalham com profusão tal, que parece uma inundação"*.

O discurso dos padres também não esquecia a política financeira dos executivos liberais, o que demonstra profundidade no discurso político que não se confinava às questões religiosas. Criticavam a situação empobrecida em que o país se encontrava: *"o povo português geme debaixo de um peso enorme de tributos, muitos dos quais eram entre nós desconhecidos, e que vão sempre em progresso aumento. Paga-se de tudo, e por tudo, o governo de tudo espreme dinheiro, e nada sacia a fome de ouro, que o devora. A dívida pública é enormíssima, é espantosa, é assustadora, recorre-se continuamente a empréstimos fabulosos, e onerosos, ainda bem não está um devorado, já se trata de outro (...) E onde se consome todas estas inúmeras somas?"*, a resposta era dada logo a seguir: o despesismo era obra da maçonaria que pretendia exterminar a nacionalidade. Os argumentos ultramontanos e legitimistas vinham ao de cima com o ataque à maçonaria e a defesa da nação.

Para além das questões internas os textos dos clérigos mostram preocupação com as ideias revolucionárias que vinham do exterior que desprezavam os valores católicos, nomeadamente a chamada «questão italiana»: *"Crimina-se um orador sagrado que fulmina da cadeira da verdade a ferocidade de Mazzini, e a impiedade*

---

<sup>468</sup> IDEM, *ibidem*, p. 252.

*louca de Garibaldi, e ao mesmo tempo favorece-se, e aplaude-se a publicação de livros que negam a divindade de Jesus Cristo, e insultam seus ministros*”<sup>469</sup>.

Assim se expressavam os jesuítas covilhanenses que não tinham nenhum pejo em utilizar o púlpito, à semelhança de muitos outros, para criticar o poder político, divulgando as ideias ultramontanas e legitimistas.

Confrontado com esta situação, o governo, através do ministério da Justiça, publicou em 1862 - recordemos que era ministro Gaspar Pereira da Silva - duas portarias que previam a repressão dos sacerdotes que usavam o altar como tribuna política<sup>470</sup>. No entanto, isso não inibiu a participação dos irmãos Grainha nesta eleição e de afirmarem o seu apoio a “*um homem liberal como é o sr. José Pedro Barros Lima.*”. Os padres reconheciam que Barros Lima não era um legitimista, mas, após uma reunião em Lisboa com o candidato, obtiveram as seguintes promessas: “*que se seguia e professava a Religião Católica Romana por ser a única divina e verdadeira, que reconhecia a necessidade de associação religiosa, e que seria impossível conservar as nossas possessões ultramarinas sem o estabelecimento das Ordens Religiosas, que era uma necessidade para o desenvolvimento da religião, e por consequência da moralidade a liberdade de ensino que o governo tem monopolizado, que a liberdade de cultos com proteção igual para todos, era um insulto feito à razão, e as crenças de um povo católico: e por consequência que ele sendo deputado propugnaria pela liberdade de associação religiosa, pela liberdade de ensino, e faria oposição à liberdade de cultos, que enfim como católico estaria sempre em tudo a favor do catolicismo*”<sup>471</sup>. Estas afirmações mostram que houve um pacto político entre os padres jesuítas e Barros Lima: este comprometia-se a apoiar algumas ideias em defesa da Igreja e os

---

<sup>469</sup> A.N.T.T., M.R., maço 2252, processo n.º 340. A Itália desempenhava um papel crucial nesta época devido ao conflito com o Vaticano. A Igreja opunha-se à unidade italiana, que já tinha sido defendida nos anos de 1830 por Giuseppe Mazzini, que preconizava uma república democrática unitária, o que lhe trouxe alguns conflitos com o Papa Pio IX, apesar do seu sentimento religioso. Em 1849 a república chegou mesmo a ser proclamada em Roma, acabando Napoleão III por enviar um exército que reconquistou a cidade e restaurou o Estado pontifício. A «questão italiana» voltou ao xadrez político europeu com a unificação da Itália em 1861, sob a direção política da Casa de Saboia, que colocou em cima da mesa a questão do poder temporal do papado com a intenção do novo Estado em fazer de Roma a capital, concretizada em 1870 após a saída de cena de Napoleão III com a derrota na guerra franco-prussiana (NETO, 1998, pp. 165-166). O Vaticano entendia que os direitos da Igreja Católica eram incompatíveis com o nacionalismo italiano, pelo que este adquiriu uma forte componente anticlerical, desempenhando aqui um papel de relevo Garibaldi que, para além do seu nacionalismo e contributo precioso na unificação da Itália, com a conquista da Sicília, defendia a limitação do poder temporal da religião romana. Por tudo isto, não é de estranhar que o novo Estado nacional italiano em construção tomasse uma série de medidas para limitar o poder do papado (CATROGA, 2006, pp. 351-352).

<sup>470</sup> NETO, 1998, pp. 118-119.

<sup>471</sup> A.N.T.T., M.R., maço 2252, processo n.º 340.

eclesiásticos davam-lhe o apoio na Covilhã. Era um auxílio de peso perante uma população profundamente católica, temente a Deus e à religião, sem qualquer cultura política. A posição de Barros Lima coloca-o na linha da grande maioria dos liberais portugueses que se mantiveram fiéis à unidade da fé, defendendo que a consolidação das instituições liberais seria facilitada com a aliança entre o Estado e a Igreja<sup>472</sup>.

Com a monopolização do espaço político covilhanense pelos oposicionistas do governo histórico, o candidato governamental, Bernardo António Serra de Mirabeau, apresentou também o seu manifesto eleitoral apenas a 6 de setembro de 1864 (anexo n.º 13). É uma alocução curta onde defendeu ideias muito genéricas como a defesa da religião, da pátria e da liberdade, escolhendo a proteção do catolicismo como a sua prioridade, como que indo a reboque da polémica lançada pelo discurso dos padres<sup>473</sup>. Perante a proclamação da oposição, bem estruturada e com ideias claras, em consonância com os interesses económicos da Covilhã, o candidato governamental não passou de uma tentativa de marcar a sua presença no ato eleitoral que se aproximava, como que esperando que o apoio do executivo lhe garantisse a vitória.

A eleição foi extremamente disputada, chegando a participação eleitoral aos 89%, o que demonstra o empenho de ambos os lados, e foi ganha por Barros Lima (anexos n.º 25, n.º 73 e n.º 74). A derrota governamental é um aspeto que merece ser sublinhado. A aliança entre legitimistas e ultramontanos, com um discurso nada comum por estas paragens e cuja difusão nesta região não está estudada, e elementos avilistas e da «unha branca» do Partido Histórico, portadores de um projeto modernizador ligado aos melhoramentos materiais e com posições moderadas quanto à questão religiosa, também deve ser destacada. Finalmente, importa de novo realçar a ausência de Manuel Vaz Preto e Tavares Proença desta contenda, o que mostra a especificidade da realidade política covilhanense, a sua autonomia e independência face àqueles dois influentes, características a que o sistema uninominal, baseado em pequenos círculos, permitiu dar expressão.

---

<sup>472</sup> NETO, 1998, p. 366.

<sup>473</sup> A.N.T.T., M.R., maço 2252, processo n.º 340.

#### ***4.5- Os manifestos eleitorais na Sertã de 1865: Baima Bastos «o defensor da terra». A revolta contra o candidato de Tavares Proença***

As eleições de julho de 1865, realizadas sobre a égide de um governo liderado por Sá da Bandeira, onde também pontificava o conde de Ávila, foram um revés para o executivo e, pela primeira vez após a Regeneração, o novo Parlamento estava dominado pela oposição, formada por uma coligação entre a «unha branca» histórica e os regeneradores, que está na base do futuro governo da Fusão, como descrevemos no capítulo II.

Em Castelo Branco, onde Ávila continuou a contar com o apoio local de Tavares, verificou-se um empate (anexo n.º 26). Os fusionistas venceram em Idanha-a-Nova, onde Manuel Vaz Preto fez vingar a sua força, e na Sertã ocorreu a derrota do candidato de Tavares Proença, Francisco de Albuquerque Mesquita e Castro, sobrinho de António Pinto de Albuquerque Mesquita e Castro, que tinha dominado este círculo em eleições anteriores com o beneplácito de Tavares. Jerónimo Pereira da Silva Baima Bastos venceu pelos fusionistas e iniciou um novo ciclo político na Sertã, conseguindo destronar a influência de Tavares Proença, jogando as suas próprias cartas. Baima representa um caso interessante, mantendo sempre a sua independência face a Vaz Preto e Tavares Proença, sendo associado aos regeneradores. O círculo da Sertã era o seu feudo pessoal. Em Castelo Branco venceu Joaquim de Albuquerque Caldeira, que, apesar de ser um elemento próximo de Tavares Proença, se colocou, segundo o jornal *A Estrela da Beira*, ao lado da oposição<sup>474</sup>. Realce-se este caso de um elemento próximo de Tavares que não foi eleito pelo governo, onde pontificava Ávila. Podemos interpretar esta posição como a de um histórico que segue a linha moderada de apoio à Fusão e que foi recrutado a nível local, pois, como deputado eleito em 1864, não assinou o manifesto fusionista<sup>475</sup>. Apesar de tudo, Tavares não se opôs à sua reeleição em 1865.

Já os governamentais triunfaram em Proença-a-Nova que continuava o seu caminho de independência face às tendências albicastrenses. No Fundão, onde Tavares levou a melhor, um seu familiar venceu a eleição. Neste círculo, as eleições de 1865 iniciaram também um novo período onde os dois influentes beirões se irão enfrentar.

---

<sup>474</sup> A.N.T.T., M.R., maço n.º 2255, processo n.º 291. Jornal *A Estrela da Beira* de 8 de julho de 1865. Este periódico só está disponível na Biblioteca Nacional a partir do dia 21 de outubro de 1865. A notícia de julho está inserida no processo citado no A.N.T.T.

<sup>475</sup> Jornal *A Revolução de Setembro*, n.º 6 894, de 16 de maio de 1865.

Após as vitórias de Miguel Osório Cabral em 1861 e 1864, Tavares lançou o seu primo Agostinho Fevereiro e Manuel Vaz Preto apostou em António Rodrigues de Sampaio, tendo o primeiro vencido esta contenda. Na Covilhã venceu José Pedro Barros Lima que, como já tínhamos escrito, estava com o governo de Sá da Bandeira e, comprovando as suas ideias políticas, não acompanhou a Fusão, já que em junho de 1867 será um dos opositores ao governo fusionista ao assinar a «exposição ao país», sendo secretário, conjuntamente com o conde de Peniche<sup>476</sup>.

Apesar de todas estas peripécias, a eleição de 1865 ficou marcada pelos acontecimentos na Sertã e o fim da preponderância de Tavares Proença neste círculo eleitoral. Como vimos antes, António Pinto de Albuquerque Mesquita e Castro, um homem próximo de Tavares Proença, foi sucessivamente eleito deputado desde 1856, primeiro pelo círculo plurinominal de Castelo Branco e depois, a partir de 1860, pelo círculo uninominal da Sertã. Em 1865 foi preparada a sucessão, devendo ser substituído por um outro elemento da mesma família, o seu sobrinho Francisco de Albuquerque Mesquita e Castro. Contudo, desta vez, surgiu um outro candidato mais identificado com os interesses locais, Jerónimo Pereira da Silva Baima Bastos. A disputa entre os dois foi muito acesa e deu origem a quatro manifestos, três da oposição, representada por Baima Bastos, e um do candidato governamental, Mesquita e Castro<sup>477</sup>.

A primeira proclamação é dos defensores do candidato Baima Bastos (anexo n.º 14). Nela criticam o antigo deputado eleito pelo círculo da Sertã por tentar usá-lo como uma coutada pessoal ao defender a eleição do sobrinho, pensando que os sertaginenses não teriam uma palavra a dizer. Para além do mais, não reconheciam a Francisco de Albuquerque Mesquita e Castro qualidades suficientes para assumir a representação do círculo, devido à sua juventude e, acima de tudo, ser natural de Castelo Branco, a capital opressora do distrito, de que se queriam desligar. Logo de seguida o candidato governamental apresentou um manifesto de resposta, onde refutava todas as acusações, argumentando que Baima Bastos também não era natural da Sertã e nem sequer do distrito, que como presidente da câmara da Sertã tinha feito uma péssima gestão e praticava abusos na sua profissão de advogado (anexo n.º 15)<sup>478</sup>. Estas afirmações não

---

<sup>476</sup> CUNHA, 2003, p. 314.

<sup>477</sup> A.N.T.T., M.R., maço 2255, processo n.º 291.

<sup>478</sup> Baima Bastos era natural de Tomar. Radicou-se na Sertã onde desenvolveu a sua atividade profissional como advogado e foi eleito várias vezes presidente da câmara. Era uma personagem perfeitamente identificada com a realidade sertaginense. Ver: MÓNICA (Coord.), 2004, pp. 352-354 e LOPES, 2013, p. 151.

ficaram sem resposta e a oposição fez circular mais duas proclamações onde fez a defesa do seu candidato (anexos n.º 16 e n.º 17). Para além de voltarem a atacar Francisco Mesquita e Castro, identificado como um dos representantes dos interesses albicastrenses, louvavam, como contraponto, Baima Bastos pela forma como sempre se opusera às prepotências de Castelo Branco que lançava impostos excessivos sobre a Sertã, sendo um grande defensor da terra que acolheu como sua. Apesar de não ser natural daquele concelho encarnava perfeitamente os seus valores.

Após a defesa da personalidade de Baima Bastos e os ataques pessoais a Francisco Mesquita e Castro a quarta proclamação, dos apoiantes daquele candidato, finalmente, apresentava algumas ideias políticas e a importância desta eleição tendo em vista o desenvolvimento da Sertã: *“Este concelho tem sido completamente esquecido nos melhoramentos materiais do país, e precisa urgentemente de estradas, para que possa desenvolver-se e aumentar-se a sua riqueza: este concelho tem sido injusta e lesivamente oprimido com excessivos aumentos de contribuições (...) e assim o único remédio para tais males é mandar procurador às cortes um homem desta terra, que tenha vivido entre nós, e que conhecedor da justiça, que nos assiste, inste para que nos seja feita completa [sic]”*<sup>479</sup>.

Estas proclamações colocam a ênfase em dois pontos muito importantes: a competição entre os vários concelhos do território do distrito e a naturalidade dos pretendentes a deputados. Uma parte dos influentes do concelho da Sertã fazia duras críticas a um candidato que não considerava da terra, defendendo alguém com o qual se identificava e que estava disposto a fazer frente à elite albicastrense. Era a defesa da eleição de campanário. Naturalmente que a eleição de 1865 na Sertã se enquadra, também, na luta entre fusionistas e governamentais, retirando Baima vantagens desta disputa. Um terceiro elemento de interesse desta polémica é a defesa dos interesses locais, nomeadamente a promoção do desenvolvimento económico, como a quarta proclamação testemunha. Finalmente, a disputa na Sertã põe em evidência a dificuldade dos grandes caciques da região em controlarem todo o território do distrito e a possibilidade de, em áreas circunscritas, se afirmar um novo influente, ainda que com um poder mais limitado. Neste aspeto os círculos uninominais desempenharam um papel importante. Mais uma vez assistimos a um círculo que procura a sua independência face às duas grandes tendências políticas do distrito, a exemplo do que já

---

<sup>479</sup> A.N.T.T., M.R., maço 2255, processo n.º 291. Ver anexo n.º 18



tinha acontecido na Covilhã. Baima Bastos vai consolidar uma via autónoma que se prolongou durante décadas.

#### **4.6- Manuel Vaz Preto: as primeiras vitórias políticas**

Os anos da Fusão foram um período de grande efervescência política que se estendeu também à imprensa. Surgiram dois jornais, com o mesmo período de vida, 1865-1868, numa zona do distrito de grande disputa eleitoral, Covilhã e Fundão. Naquela cidade aparece o *Sentinela da Liberdade*, que podemos considerar próximo de Tavares Proença, já que o seu principal redator era um apoiante do par do Reino, António Pedroso dos Santos. Embora, sendo um jornal covilhanense, mantinha uma linha muito própria e, acima de tudo, opunha-se ferozmente à política de Manuel Vaz Preto no círculo do Fundão. Este, por seu turno, tinha *A Estrela da Beira*, em Alpedrinha, que publicava a sua mensagem, dirigido por António José Boavida. Curioso notar que na capital do distrito não surgiu nenhum órgão escrito afeto a qualquer facção. Este facto pode estar relacionado, por um lado, com o domínio claro que Tavares Proença tinha no círculo de Castelo Branco e, por outro, com o facto de Vaz Preto, percebendo a incapacidade em dar luta nesta circunscrição, ter canalizado os seus esforços para o Fundão. O primeiro periódico que claramente se colará a uma tendência política em Castelo Branco, aos brancos, será o *Correio da Beira* em 1884.

No período de 1865 a 1868 o combate político entre Manuel Vaz Preto e Tavares Proença endureceu como facilmente se percebe pelo jornal *A Estrela da Beira*. A influência que Manuel Vaz Preto ia conquistando junto do poder central, surgindo como o homem da Fusão no distrito, começou por ser visível na escolha do novo governador civil de Castelo Branco: Guilhermino Augusto de Barros, nomeado a 26 de setembro de 1865 (anexo n.º 56).

O novo governador era cunhado do morgado da Lousa e tinha sido um dos signatários do manifesto da Fusão em maio<sup>480</sup>. O jornal *Sentinela da Liberdade* apelidava Manuel Vaz de sumo ditador do distrito e chamava a atenção para a prepotência e os métodos dos seus apoiantes, que passavam pela demissão dos

---

<sup>480</sup> Jornal *A Revolução de Setembro*, de 16 de maio de 1865.

funcionários afetos ao anterior governo<sup>481</sup>. Na realidade, Guilhermino procedeu a várias exonerações de funcionários públicos e administradores do concelho só para satisfazer Manuel Vaz Preto, que pretendia colocar os seus «afilhados». O jornal dava realce à transferência de Pedroso dos Santos de administrador do concelho do Fundão para Vila Velha de Ródão, só por não ser apoiante do morgado da Lousa e lhe ter movido feroz oposição no Fundão nas eleições de 1864<sup>482</sup>. Guilhermino Augusto de Barros, segundo o periódico, até foi recebido com entusiasmo, pois tinha sido dos poucos históricos a ser indicado governador civil, mas rapidamente demonstrou que estava ao serviço de Manuel Vaz Preto e dos seus caprichos<sup>483</sup>.

A nomeação de Guilhermino Augusto de Barros merece ser destacada já que foi a primeira vez, após a Regeneração, que se assistiu a uma forte ligação entre um governador civil e um notável local em Castelo Branco. Entre 1851 e 1864, apesar do poder de Tavares, não existiu nenhum governador civil que se possa associar a esta personalidade, pelo menos de um modo tão nítido como no caso presente. Este fenómeno pode-se explicar pelo facto de Tavares Proença colaborar com os executivos históricos e se encontrar à direita deles, pelo que o governo nomeou sempre elementos da sua confiança (anexo n.º 56). Já Manuel Vaz surgiu nesta altura como um homem claramente conotado com o executivo. Esta associação tão forte entre um cacique local e o máximo representante no distrito voltará a verificar-se nos anos de 1870, quando o morgado da Lousa dominar sem contestação, e no início do século XX, com elementos brancos, como teremos oportunidade de analisar.

A autoridade de Manuel Vaz tornava-se mais evidente e ficou de novo demonstrada na eleição suplementar de 1866 no círculo de Idanha-a-Nova, devido à elevação ao Pariato de Casal Ribeiro, eleito por este círculo no ano anterior. Uma parte dos seguidores de Manuel Vaz pretendia eleger um outro seu cunhado, Albano Caldeira Pinto de Albuquerque. O lousanense, apesar da ligação familiar, tinha outras ideias. Segundo *A Estrela da Beira*, Manuel Vaz Preto foi mesmo apanhado de surpresa com a divisão dos seus partidários e fez vincar a sua autoridade, sendo eleito João de Andrade

---

<sup>481</sup> Jornal *Sentinela da Liberdade*, n.º 29, de 29 de outubro de 1865.

<sup>482</sup> Jornal *Sentinela da Liberdade*, n.º 31, de 5 de novembro de 1865. Esta passagem de Pedroso dos Santos por Vila Velha de Ródão dará frutos mais tarde, na eleição de 1878, como veremos no capítulo seguinte.

<sup>483</sup> IDEM, n.º 31, 5 de novembro de 1865 e n.º 63, 1 de março de 1866.

Corvo por unanimidade<sup>484</sup>. Casal Ribeiro e Andrade Corvo foram duas personalidades com grande preponderância no governo da Fusão, liderado por Joaquim António de Aguiar, já que alternaram nas pastas dos Estrangeiros e das Obras Públicas entre dezembro de 1866 e junho de 1867, o que prova o nível das relações políticas de Manuel Vaz Preto<sup>485</sup>.

Outro fator que vem demonstrar a crescente preponderância política de Manuel Vaz está relacionado com a reforma administrativa de Martens Ferrão, de 1867. A proposta do seu amigo desde os tempos de Coimbra elevava a Lousa a paróquia civil, englobando Escalos de Baixo, Escalos de Cima, Mata e a própria Lousa<sup>486</sup>. Ora, esta localidade não era a freguesia mais populosa, mas sim Escalos de Baixo, pelo que se pode interpretar a decisão como uma recompensa a Vaz Preto pelo apoio ao governo fusionista.

As lutas entre as famílias Vaz Preto e Tavares Proença estavam a entrar numa nova fase, em que lentamente a primeira começava a ter algum destaque, sem contudo destronar a segunda. As eleições de 1868 ficaram marcadas por uma luta feroz entre os partidários dos dois grandes vultos beirões do distrito de Castelo Branco, mostrando a ascensão de Manuel Vaz Preto e um influente político no seu ocaso, mas ainda com capacidade de intervir, Francisco Tavares de Almeida Proença. O jornal *A Estrela da Beira* noticiava aquilo que já era evidente, a divisão do distrito entre partidários de Vaz Preto e Tavares Proença: “*Há neste distrito dois homens grandes pela sua fortuna e pela sua posição social, que, não sei porquê, de amigos que eram, se tornaram inimigos; esta inimizade, que os separou em tudo, separou-os também na política, e dela nasceram dois partidos, que em todo o distrito se batem, e que sempre tratam de se suplantar um ao outro. //Em Castelo Branco, e no resto do distrito ou se há-de ser Vaz Preto, ou se há-de ser Tavares Proença*”. Este passo confirma claramente que a divisão do distrito entre estas duas personalidades já estava consolidada em meados dos anos de 1860 e que em Castelo Branco a linguagem política passava por apoiantes de Vaz Preto e de Tavares Proença, sem qualquer referência às grandes tendências políticas nacionais. De notar que, nesta fase, os termos pretos e brancos ainda não tinham entrado no léxico político, algo que só acontecerá na década seguinte. Ainda segundo *A Estrela*

---

<sup>484</sup> Jornal *A Estrela da Beira*, n.º 119, 24 de janeiro de 1866. A.N.T.T., M.R., maço 2256, processo n.º 419.

<sup>485</sup> PEREIRA, 1959, p. 36.

<sup>486</sup> DIAS, Vítor Manuel Lopes, outubro de 1961, p. 155.

*da Beira*, Castelo Branco era apenas um exemplo do que se passava em todo o país, onde os influentes marcavam o ritmo da política local. Neste caso concreto, para o periódico, tratava-se de escolher entre aquele que defendia os interesses do distrito e, neste particular, Vaz Preto, que apenas estivera com o executivo dois anos, já tinha feito mais que Tavares Proença que tinha estado sempre nas graças governamentais<sup>487</sup>.

Com a queda do governo da Fusão e a formação do primeiro governo liderado por António José de Ávila (4 de Janeiro de 1868), este arregimentou todas as forças para o combate eleitoral. O primeiro passo indispensável era a substituição das autoridades administrativas, nomeadamente o governador civil. No caso de Castelo Branco era imperioso exonerar Guilhermino Augusto de Barros e no próprio dia em que foi publicado o decreto de dissolução do Parlamento foi nomeado um novo magistrado (anexo n.º 56).

A efervescência política que então se vivia, face a um governo de transição que o conde de Ávila representava, levou à emergência de candidaturas rivais em Lisboa e Porto. No distrito de Castelo Branco formou-se mesmo uma comissão distrital da oposição que era liderada por Manuel Vaz Preto e organizaram-se centros fusionistas em Idanha-a-Nova, Proença-a-Nova, Penamacor, Fundão e Covilhã, tendo sido difundido um manifesto eleitoral que analisaremos mais tarde<sup>488</sup>.

As eleições de Março de 1868 ficaram marcadas, segundo o relatório do governador civil, por uma intensa atividade da oposição no distrito que, apesar de tudo, só elegeu dois deputados, os restantes quatro foram eleitos nas listas governamentais, sendo de assinalar a aliança, momentânea, de Baima Bastos com o avilismo (anexo n.º 27). Destacamos as eleições nos círculos de Idanha-a-Nova, Covilhã e Fundão: nos dois primeiros devido à vitória da oposição e no último pelas características muito singulares que começa a evidenciar que se estenderão no tempo, como veremos nos capítulos seguintes.

No primeiro caso, foi com naturalidade que se assistiu à vitória de Guilhermino Augusto de Barros, onde, segundo o governador civil, dispunha de amigos particulares que lhe deram o voto, mais por obséquio que por questões políticas, numa clara referência a Vaz Preto. Tendo em conta, mais uma vez, as palavras do magistrado

---

<sup>487</sup> Jornal *A Estrela da Beira*, n.º 334, de 7 de março de 1868.

<sup>488</sup> A.N.T.T., M.R., maço 5022, processo n.º 52. Jornal *A Estrela da Beira*, n.º 336, 14 de março de 1868. Carlos Guimarães da Cunha revela que poucas foram as localidades que constituíram centros eleitorais. Como se constatou, o distrito de Castelo Branco está entre as exceções. Ver: CUNHA, 2003, p. 97.

distrital, Vaz Preto teve de desistir da candidatura de Fontes Pereira de Melo, mal aceite pelo seu séquito<sup>489</sup>.

A eleição na Covilhã teve a envolvê-la aspetos curiosos e significativos do contexto político-partidário que então se vivia. Ávila chegou a ponderar apresentar como candidato do governo Francisco Nunes Marques de Paiva<sup>490</sup>, mas os influentes locais, principalmente António Pedroso dos Santos, opuseram-se a tal pretensão invocando o carácter de Marques de Paiva, sobre o qual existiam suspeitas de ser um assassino, e recusaram-se apoiá-lo. Pedroso dos Santos escreveu a Ávila nos seguintes termos: *“lamento (permita-me V. Ex<sup>a</sup> a franqueza de amigo e discípulo) que o nome de V. Ex<sup>a</sup> se possa associar aos dos fins que julguem boa e necessária a candidatura de um homem a que se pode impunemente chamar ladrão, trãsfuga e envenenador!! Custa-me que V. Ex<sup>a</sup> me separe da sua política; mas não hesitarei, porque tenho medo de lançar uma nódoa no meu carácter”*<sup>491</sup>. Perante a ameaça de divisões entre os seus partidários, Ávila recuou e retirou o apoio a Marques de Paiva<sup>492</sup>. Após esta recusa, este tentou candidatar-se pela oposição, procurando o apoio de Manuel Vaz Preto. Todavia, perante as suspeitas que recaíam sobre tal personagem, também Manuel Vaz recusou patrociná-lo, algo que o *Sentinela da Liberdade* louvava: *“O Sr. Manuel Vaz rejeitando as homenagens, e os serviços, que lhe promete um homem sem prestígio mostra ser herdeiro dos sentimentos de um homem de bem, como era aquele que lhe deu o ser”*<sup>493</sup>. O jornal *A Estrela da Beira* clarificou esta eleição sem deixar margem para dúvidas: Gaspar Pereira da Silva representava os interesses locais e continuava fiel a Loulé, não tinha qualquer acordo com Ávila. Esta decisão também tinha sido comunicada a Manuel Vaz que não combateu a candidatura. Aparentemente, a eleição deste elemento do Partido Histórico não escandalizava os fusionistas, comandados pelo morgado da Lousa, já que as suas intervenções na Câmara Baixa começaram a ser mais moderadas e consensuais<sup>494</sup>. Perante as dificuldades em ter um candidato governamental Ávila também não guerreou Gaspar Pereira da Silva, deixando-lhe caminho livre, sendo eleito

---

<sup>489</sup> A.N.T.T., ibidem.

<sup>490</sup> A.N.T.T., A.A.B., Antiga caixa 4, U.I. n.º 9. Carta de Francisco Nunes Marques de Paiva para António José de Ávila, de 29 de janeiro de 1868.

<sup>491</sup> IDEM, U.I. n.º 10. Carta de António Pedroso dos Santos para António José de Ávila, 4 de março de 1868.

<sup>492</sup> IDEM, U.I., n.º 10. Carta de Francisco Nunes Marques de Paiva para António José de Ávila, 14 de março de 1868.

<sup>493</sup> Jornal *Sentinela da Liberdade*, n.º 254, de 8 de março de 1868.

<sup>494</sup> MÓNICA (Coord.), 2006, p. 688.

sem qualquer oposição<sup>495</sup>. Esta eleição demonstra como os fusionistas, sem capacidade de apresentar uma candidatura forte, acabaram por aceitar um elemento com preponderância local, claramente em oposição a António José de Ávila, líder de uma pequena facção, que tinha dificuldades em arregimentar candidatos fiéis, tendo de se submeter aos interesses locais que se sobrepunham na luta política.

Este episódio mostra três aspetos muito importantes. Em primeiro lugar, a disponibilidade que os candidatos revelavam, mais uma vez, para se apresentarem tanto pela oposição como pelo governo, provando a sua volubilidade. Em segundo lugar, e talvez o mais importante, a grande importância que os notáveis locais tinham na escolha dos candidatos, tendo, neste caso, forçado a mudança de decisão por parte de Ávila, comprovando que os caciques locais não eram meros mandantes e correias de transmissão das indicações emanadas de Lisboa. Este facto também prova a ideia de que as elites locais, com a lei de 1859, tinham mais poder de negociação e de pressão - recordemos quem em 1858, com círculos plurinominais, Tavares Proença não conseguiu impor João Crisóstomo Correia Falcão em vez de Miguel Osório Cabral, levando Ávila a sua avante. Finalmente, a postura de Gaspar Pereira da Silva de equidistância face a Manuel Vaz Preto e ao governo de Ávila e a sua fidelidade a Loulé, confirma definitivamente a independência política que a Covilhã vinha demonstrando desde 1860 com a introdução dos círculos uninominais e a projeção de Gaspar Pereira da Silva junto dos históricos.

Já no Fundão a luta foi terrível entre o candidato da oposição, António Rodrigues Sampaio, apoiado por Vaz Preto, e o pretendente governamental, Agostinho Fevereiro, apoiado por Tavares Proença, saindo vencedor este último<sup>496</sup>. O jornal *A Estrela da Beira* tentou descredibilizar Fevereiro associando-o ao cabralismo e às violências desse período: “*É que os agentes do governo atual, capitaneados por Tavares Proença e Fevereiro, são os mesmos, que apoiaram o governo cabralista, e que conduziram o povo à guerra civil, origem da ruína nacional, e causa da luta e desmembramento da família nacional*”. As acusações eram fortes, chegando mesmo o periódico a acusar Fevereiro de ter cometido assassinatos no tempo de Costa Cabral<sup>497</sup>. Já o *Sentinela da Liberdade*, apoiante dos candidatos governamentais, referia que a

---

<sup>495</sup> Jornal *A Estrela da Beira*, n.ºs 340 e 342 de 28 de março e 4 de abril respetivamente.

<sup>496</sup> Jornal *Sentinela da Liberdade*, n.º 259, de 25 de março de 1868.

<sup>497</sup> IDEM, *ibidem*.

oposição fizera do Fundão o seu quartel-general e que nem a influência direta de Manuel Vaz Preto tinha evitado a sua estrondosa derrota.

Deste último círculo chegaram-nos alguns testemunhos sobre a forma como decorreu o ato eleitoral em 1868. Foi justamente *A Estrela da Beira* a levantar uma das questões que mais alarde provocava e de difícil comprovação: a suspeita de fraude após terminar o sufrágio, com a substituição das listas na urna. O periódico relatou um episódio acontecido na freguesia da Póvoa, concelho do Fundão, onde houve um pequeno tumulto quando no momento em que se fechava a igreja se encontrou um indivíduo escondido atrás da tribuna do altar, supondo-se que ali ficaria para realizar a fraude eleitoral, trocando as listas entradas na urna por outras. A pessoa foi presa e entregue às autoridades e muito provavelmente teria os meios para fazer a burla já que era um tipógrafo de Alpedrinha. O jornal *A Estrela da Beira* chamou a atenção para o facto de a fraude ter começado antes da abertura da assembleia eleitoral, pois houve compras de votos através de palha, batatas e milho. Os oficiais do governo tinham levado os eleitores para os montes e conduziram-nos até ao local da votação num elevado estado de embriaguez. À noite encontrou-se a tal personagem escondida na igreja, o que causou um grande alvoroço, admitindo uma autoridade administrativa que todos sabiam da combinação e o motivo pelo qual ele ali estava. O povo indignou-se e entrou pelo templo dentro com armas, tendo a tropa de intervir. As autoridades fecharam a igreja não tendo a oposição acesso à urna, fazendo-se então a falsificação da eleição<sup>498</sup>. Relembremos que *A Estrela da Beira* apoiava Manuel Vaz Preto que perdeu esta eleição no Fundão, logo poderíamos pensar que estaríamos perante um relato parcial publicado num jornal que apoiou uma candidatura perdedora. No entanto, este mesmo episódio foi descrito, em moldes praticamente iguais, pelo governador civil num relatório sobre as eleições, o que abona a favor da sua veracidade<sup>499</sup>.

Resumindo, o período entre 1865 e 1868 foi caracterizado por uma luta política intensa onde Manuel Vaz Preto se ia progressivamente afirmando face ao seu rival, ainda todo poderoso, Tavares Proença. Nesta fase, o distrito estava já dividido entre os apoiantes dos dois vultos beirões que levou a uma disputa eleitoral enérgica no círculo do Fundão. Porém, não podemos esquecer as particularidades que a Covilhã ia

---

<sup>498</sup> Jornal *A Estrela da Beira*, n.º 339 de 26 de março de 1868.

<sup>499</sup> A.N.T.T., M.R., maço 5022, processo n.º 52.

evidenciando e a afirmação de Baima Bastos como influente incontestado no círculo eleitoral da Sertã.

#### **4.7- Manifesto de Manuel Vaz Preto de 1868: a estruturação do partido do distrito de Castelo Branco**

Ao contrário dos manifestos da Covilhã em 1864 e da Sertã em 1865, o manifesto preto de 1868 era dirigido a todos os cidadãos do distrito e nele estão expostos os princípios que Manuel Vaz e o seu pai defenderam ao longo de todo o seu percurso político: o desenvolvimento material do distrito de Castelo Branco; a defesa da instrução pública; a moderação fiscal; o combate à miséria e a satisfação dos interesses dos cidadãos<sup>500</sup>. Este manifesto foi apoiado por um grupo de influentes locais que se juntaram a Manuel Vaz Preto, iriam lutar pelas candidaturas por ele apoiadas nas eleições que se aproximavam e louvavam a atuação do governo fusionista nos dois anos anteriores, que com a sua ação havia patrocinado vários melhoramentos que a proclamação enumerava: *“Começaram-se algumas estradas reais dando pão a centenares de famílias; inauguraram-se as municipais; e lançaram-se os lineamentos para as distritais; estudaram-se as águas sulfurosas; e construíram-se casas de banhos; compunham-se casas de escolas, e edificaram-se outras; instituíram-se aulas noturnas para o ensino primário, pagaram-se somas enormes, que se deviam atrasadas, aos expostos e funcionários; aliviavam-se de pesados impostos os géneros de primeira necessidade; melhoraram-se as raças cavalares; acudia-se com sopas económicas aos esfomeados; auxiliavam-se os epidémicos; fazia-se justiça imparcial ao pobre como ao opulento; tratava-se de distribuir aos ricos a parte do imposto que lhes pertencia; acautelavam-se os haveres dos institutos de beneficência e piedade; procurava-se trabalho para o artista e operário”*. O documento prosseguia com a crítica aos deputados eleitos pelos círculos eleitorais de Castelo Branco, Covilhã, Proença-a-Nova e Fundão que nada tinham feito pelos seus constituintes e propositadamente deixou de fora os círculos de Idanha-a-Nova, dominado pelos pretos, e o da Sertã onde fora eleito pela Fusão Baima Bastos.

---

<sup>500</sup> A.N.T.T., M.R., maço 5022, processo n.º 52 e Jornal *A Estrela da Beira*, n.º 336, de 14 de março de 1868. Ver anexo n.º 19.



Os assinantes do manifesto eram elementos fiéis a Manuel Vaz Preto que irão estender a sua malha de influência a todo o distrito. Lá encontramos os seus irmãos Fernando e João, Ruivo Godinho, Frederico Franco – pai de João Franco -, João António Franco Frazão, António Boavida, Jerónimo Trigueiros Martel (visconde do Outeiro e futuro conde de Idanha-a-Nova), António de Gouveia Osório Metelo de Vasconcelos (visconde de Proença-a-Velha) e mesmo João Crisóstomo Correia Falcão que entretanto se tinha juntado à causa de Manuel Vaz<sup>501</sup>. Estamos perante o partido preto, funcionando com centros em várias localidades: Castelo Branco, Fundão, Proença-a-Nova, Covilhã, Idanha-a-Nova e Penamacor cada um com o seu presidente, sendo Manuel Vaz Preto o líder máximo da assembleia distrital (quadro n.º 14).

**Quadro n.º 14 - Presidentes dos centros que apoiavam Manuel Vaz Preto (1868)**

<b>Concelho</b>	<b>Presidente do centro</b>
Castelo Branco	Fernando Afonso Geraldês Preto
Fundão	Jerónimo Trigueiros Martel, visconde do Outeiro
Idanha-a-Nova	João Crisóstomo Correia Falcão
Penamacor	António de Gouveia Osório Metelo de Vasconcelos, visconde de Proença-a-Velha
Covilhã	António Baptista Alves Leitão
Proença-a-Nova	José Carlos de Gamboa Mello e Minas

Fonte: A.N.T.T., M.R., maço 5022, processo n.º 52.

Note-se as dificuldades de Manuel Vaz Preto em penetrar em concelhos como Vila de Rei, Oleiros, Sertã e Vila Velha de Ródão, onde não se constituíram centros, tal como aconteceu em Belmonte e S. Vicente da Beira, embora estes municípios tenham pouco peso político. Belmonte estava fortemente associado aos concelhos com que confinava, Covilhã e Fundão, e S. Vicente da Beira era uma extensão do território albicastrense com o qual, anos mais tarde, será fundido. Já em Proença-a-Nova Manuel Vaz Preto conseguiu a adesão de Melo e Minas, o vencedor da eleição de 1860.

De suma importância são os apoios alcançados por Manuel Vaz na Covilhã. Aqui, como já escrevemos, desenvolveu-se entre 1862 e 1865 um movimento de oposição à ala mais radical dos históricos, a «unha preta», liderado por um avilista, Francisco Marques de Paiva. Se cruzarmos os nomes dos assinantes dos manifestos da oposição covilhanense em 1864 e os apoios de Manuel Vaz em 1868, verificamos que cinco deles são coincidentes (quadro n.º 15). A própria mensagem difundida em 1864 tinha muitas ideias que Manuel Vaz Preto defendia: incremento da instrução pública,

<sup>501</sup> A.N.T.T., M.R., maço 5022, processo n.º 52. Ver anexo n.º 19.

impulso à agricultura, construção de vias de comunicação e menos dependência dos mercados externos. Se olharmos para o futuro verificamos que, dos sete elementos que compunham a vereação covilhanense em 1870, ano em que a Covilhã foi elevada a cidade<sup>502</sup>, cinco assinaram o manifesto de Manuel Vaz Preto em 1868 (quadro n.º 15).

**Quando n.º 15 – Covilhanenses que assinaram o manifesto oposicionista de 1864 e o de Vaz Preto de 1868 e pertenceram à vereação da Covilhã em 1870**

Nomes	Manifesto de 1864 (1)	Manifesto de 1868 (2)	Vereação em 1870 (3)
António Baptista Alves Leitão	X	X	X
Francisco Alves Júnior	X	X	X
José António da Cunha Júnior	X	X	X
José Tomás Mendes Mégre Restier	X	X	X
José Mendes Alçada de Paiva	X	X	
António Barbar da Torre	X		X
António Policarpo Fernandes Galvão		X	X
José Nunes Oliveira			X

Fontes: 1- A.N.T.T., M.R., maço 2252, processo n.º 340; 2- A.N.T.T., M.R., maço 5022, processo n.º 52; 3- <http://www.cm-covilha.pt/simples/?f=2264>.

A elite dirigente serrana estará também presente na administração do Banco da Covilhã, fundado em 1874, representada por José Tomás Mendes Mégre Restier e António Baptista Alves Leitão<sup>503</sup>, presidente e vice-presidente da câmara municipal em 1870. Estas personagens serão decisivas para as vitórias que o grande cacique beirão alcançará a partir de 1871. Todavia, este apoio nunca porá em causa a autonomia da Covilhã que apostava na influência de Manuel Vaz para concretizar, pelo menos em parte, o programa de 1864, nomeadamente as vias de comunicação, indispensáveis para o centro industrial beirão.

A tomada de posição de Manuel Vaz Preto mostra a tentativa de criar um partido com uma clara dimensão distrital, independente dos partidos nacionais, dotado de uma organização local e com um programa bem definido, que, todavia, não teve continuação nas décadas seguintes. Após a conquista da hegemonia política nos anos de 1870, Manuel Vaz abandonará também este modelo organizativo, como teremos oportunidade de analisar, tornando a sua casa na Lousa o único centro do partido preto.

O conjunto de panfletos publicados entre 1864 e 1868, tendo como pano de fundo os conflitos de âmbito nacional, mostra a complexidade política regional e local, onde atuavam, com alguma independência, as fações lideradas por Manuel Vaz e

<sup>502</sup> A Covilhã foi elevada a cidade por decreto de 20 de outubro de 1870.

<sup>503</sup> FARIA e MENDES (Coord.), 2013, pp. 119-124.

Tavares Proença, mas onde também havia espaço para a afirmação da autonomia da elite de um grande centro industrial como a Covilhã e de um chefe político concelhio, como Baima Bastos, na Sertã. Apesar da luta se fazer em torno de pessoas, não excluía os projetos de melhoramentos regionais ou locais e ideologias políticas. Na área do aglomerado industrial, o local talvez mais inesperado, emerge a ação do clero mais conservador ao apoiar um candidato da esquerda liberal que, por sua vez, se dispõe a aceitar alguns princípios defendidos pelos padres jesuítas. Especial relevância tem o manifesto de Manuel Vaz Preto com um programa bem definido e com as prioridades bem elencadas, como as descrevemos atrás, alinhado com o governo fusionista. Lentamente o morgado da Lousa alcançava maior visibilidade política, nomeadamente com a nomeação de Guilhermino Augusto de Barros como governador civil, a difusão das suas ideias num órgão escrito, *A Estrela da Beira*, culminando com a formação da tendência preta associada à afirmação do tal partido do distrito de Castelo Branco, que será a bandeira de Manuel Vaz nas décadas seguintes.

Outro ponto importante a assinalar é a alteração do modelo eleitoral com a introdução dos círculos uninominais que trouxe novas realidades: a independência de alguns círculos eleitorais face às tendências albicastrenses; o crescimento da agressividade nas disputas eleitorais; a volubilidade dos candidatos a deputados; a maior capacidade de negociação das elites locais e a vitória de personalidades oriundas das comunidades locais. O primeiro aspeto está amplamente demonstrado com os casos da Covilhã, Sertã e Proença-a-Nova. A eleição de um único deputado por cada círculo deu origem, nalgumas ocasiões, a disputas eleitorais muito duras, permitindo que as candidaturas oposicionistas fizessem ouvir a sua voz, ao contrário do que acontecia com o sistema de lista onde o governo elegia sempre a totalidade dos candidatos. Nestas ocasiões vinham ao de cima as particularidades da vida política local, como os manifestos da Covilhã em 1864 e da Sertã em 1865.

#### ***4.8- O eclipse de Manuel Vaz Preto e Tavares Proença (pai)***

Após a curta vigência do primeiro governo presidido pelo conde de Ávila, entre janeiro e julho de 1868, subiram ao poder os apoiantes da Janeirinha, os reformistas, num governo presidido por Sá da Bandeira, como tivemos oportunidade de relatar no

capítulo II. Uma das principais bandeiras do novo gabinete era implementar um programa de contenção dos gastos públicos, as famosas «economias». Foi neste contexto que se publicou uma nova lei eleitoral que diminuiu substancialmente o número de círculos eleitorais, passando de 165 para 100, mantendo-se em vigor as restantes normas da legislação de 1859.

Comparando as leis eleitorais de 1859 e 1869 verificamos que as alterações no distrito de Castelo Branco foram substanciais (mapa nº 2), com o desaparecimento de dois círculos, o de Proença-a-Nova e o de Idanha-a-Nova, e uma profunda reorganização dos restantes. Todavia, as suas repercussões só serão evidentes no início dos anos de 1870. De facto, esta reconfiguração dos círculos trará benefícios a Manuel Vaz Preto, já que a junção do concelho de Idanha-a-Nova ao de Castelo Branco e dos concelhos de Penamacor e S. Vicente da Beira ao do Fundão, precisamente municípios onde dominava, fez aumentar a sua influência nesses círculos e alcançar vitórias que lhe tinham escapado até então.

#### Mapas n.º 1 e n.º 2 - Comparação entre a divisão eleitoral de 1859 e 1869 do distrito de Castelo Branco

**Mapa n.º 1- Círculos eleitorais do distrito de Castelo Branco de acordo com a lei de 23 de novembro de 1859**



**Legenda:** 1- Círculo de Castelo Branco; 2- Círculo de Proença-a-Nova; 3- Círculo da Sertã; 4- Círculo do Fundão; 5- Círculo da Covilhã; 6- Círculo de Idanha-a-Nova.

**Mapa n.º 2- Círculos eleitorais do distrito de Castelo Branco de acordo com o decreto de 18 de março de 1869**



**Legenda:** 1- Círculo de Castelo Branco; 2- Círculo da Sertã; 3- Círculo do Fundão; 4- Círculo da Covilhã.

Fonte: <http://atlas.fcsh.unl.pt/>

Provavelmente devido ao abrandamento do conflito político entre os grandes notáveis da região, as eleições realizadas em 1869 e 1870 têm pouca relevância na Beira

Baixa. De facto, Manuel Vaz Preto parece estar numa fase de recolhimento, após grande atividade parlamentar no ano de 1869, onde clarificou e afirmou o seu credo político, e a organização do partido preto. Na verdade, não há sinais da sua intervenção na política nacional, embora, como escrevemos no capítulo II, se aproxime dos regeneradores, e regional, estando provavelmente a preparar terreno para batalhas vindouras. Já em relação a Tavares Proença o caso é diferente, pois estamos perante o seu ocaso político. O grande opositor de Manuel Vaz Preto no distrito era agora Pedroso dos Santos, homem próximo de Ávila, tal como Tavares Proença.

A ausência de protagonismo de Manuel Vaz Preto e Tavares Proença revelou a visibilidade de figuras menos mediáticas na gestão dos assuntos políticos do distrito, Baima Bastos, na Sertã – apesar de não ser eleito em setembro de 1870 deixou claro que trabalharia com Ávila<sup>504</sup> - e Pedroso dos Santos, no Fundão. Este período significou também uma renovação dos deputados eleitos, pois a maioria era estranha ao distrito e não tinha tradição de ser eleita por aqui, o que demonstra a importância da liderança direta dos caciques na promoção de candidatos locais e na gestão das suas clientelas (ver anexos 28, 29 e 30).

Concluída a análise sobre a evolução política, a afirmação das duas tendências políticas beirãs, pretos e brancos, e as disputas eleitorais no período entre 1852 e 1870, é agora a altura de examinarmos em retrospectiva três aspetos essenciais das eleições: a geografia eleitoral, a caracterização dos eleitos e a participação e concorrência eleitoral.

#### ***4.9- A geografia da influência***

Com a divisão do distrito em círculos uninominais a partir das eleições de 1860 é possível perceber as dinâmicas das elites locais e as suas particularidades, algo que os círculos plurinominais não permitem. Círculos grandes, com um sistema de lista, deram sempre em Castelo Branco a vitória ao governo (anexos n.º 20, 21 e 22), isso mesmo foi verificado por Manuel Vaz Preto em 1884 quando se referiu ao sistema que vigorou entre 1852 e 1858: *“O distrito de Castelo Branco (...) dava cinco deputados. E o que sucedia? Sucedia que, sendo uma área extensíssima, os influentes dos diferentes*

---

<sup>504</sup> A.N.T.T., A.A.B., Antiga caixa 4, U.I. n.º 10. Carta de Jerónimo Pereira da Silva Baima Bastos para António José de Ávila de 1 de setembro de 1870.

*concelhos não se conheciam nem entendiam, e o governo teve sempre uma chapa; o contrário do que lhe sucedia com o sistema de círculos uninominais*”<sup>505</sup>.

Desta forma, na década de 1860 Tavares Proença foi hegemónico nos círculos eleitorais de Castelo Branco e Fundão (anexos n.º 88 e n.º 89). Por Castelo Branco dominou o círculo Augusto Xavier da Silva até à sua nomeação para par do Reino em 1863, data em que foi substituído por Joaquim de Albuquerque Caldeira, logo na eleição suplementar daquele ano<sup>506</sup>, continuando a ser eleito até 1868. O jornal *A Estrela da Beira* referia-se aos procedimentos frequentemente adotados neste círculo: “*Há muitos anos, que aqui se faz a eleição do deputado por um modo célebre e pouco lisonjeiro para os eleitores e para o eleito. O administrador do concelho manda na véspera ou mesmo no dia da eleição um envelope com a lista dentro a casa de cada eleitor, e estes, para obsequiarem o administrador, vão deitar na urna a lista, que lhe mandaram, muitas vezes sem a lerem.//Aqui está como em Castelo Branco se elegem deputados*”<sup>507</sup>. Já no círculo do Fundão, após a eleição de um fundanense em 1860 e de Miguel Osório Cabral em 1861 e 1864, Tavares impôs o seu primo Agostinho Fevereiro em 1865 e 1868.

O círculo eleitoral da Sertã foi dominado pela família Mesquita e Castro, afeta a Tavares Proença, entre 1860 e 1864. A partir de 1865 Baima Bastos destronou aquela família, após uma disputa eleitoral bastante acalorada com a publicação de vários manifestos, como relatámos neste capítulo. Baima iniciou um período de largo domínio que se estendeu até final do século XIX. Já o círculo de Proença-a-Nova, enquanto existiu entre 1860 e 1868, elegeu sempre deputados afetos ao governo e só neste último ano mereceu alguma atenção dos grandes influentes albicastrenses quando foi eleito Agostinho Fevereiro<sup>508</sup>, um familiar de Tavares Proença, e Gamboa Melo e Minas se aproximou de Manuel Vaz Preto. O círculo foi extinto na reformulação da legislação eleitoral em 1869 e, sem surpresa, não voltou a ser recuperado.

A Covilhã marcou a sua autonomia política com os círculos uninominais, sendo o grande influente local o histórico Gaspar Pereira da Silva. A sua passagem pelo governo significou um interregno na eleição, nos anos de 1864 e 1865, regressando este

---

<sup>505</sup> D.C.P., sessão de 14 de maio de 1884.

<sup>506</sup> A.N.T.T., maço 2249, processo n.º 55.

<sup>507</sup> Jornal *A Estrela da Beira*, n.º 336, de 14 de março de 1868.

<sup>508</sup> Agostinho Fevereiro foi eleito em 1868 por dois círculos: Fundão e Proença-a-Nova. Ver: anexo n.º 27.

às vitórias em 1868 (anexo n.º 89). A Covilhã, centro industrial dinâmico, tem características próprias, revelando uma grande distância em relação às grandes tendências albicastrenses. Se Gaspar Pereira da Silva teve o apoio de Tavares nas eleições pelo sistema de lista, nas disputas seguintes as particularidades locais vieram ao de cima, o que só confirma o pensamento de Manuel Vaz Preto sobre o funcionamento das eleições baseado nos círculos plurinominais. A eleição de 1864 ficou marcada por uma forte batalha ideológica, provando que os círculos uninominais permitiam uma maior expressão das tendências locais e o triunfo de personalidades identificadas com os interesses das localidades. As ideias de Alexandre Herculano na citada carta aos eleitores de Sintra estavam aqui concretizadas, quando defendia a descentralização e o renascer da vida pública através da defesa dos interesses locais que no caso da Covilhã era uma evidência, como já descrevemos<sup>509</sup>.

O círculo de Idanha-a-Nova foi dominado pela família Vaz Preto desde 1861, e continuou a sê-lo durante décadas. Este poder pode-se considerar natural, fruto da influência económica desta família nesta área eleitoral, como já vimos anteriormente. Nos restantes círculos do distrito Manuel Vaz Preto ainda não tinha conseguido penetrar: no Fundão estava lentamente a construir uma teia de apoiantes, onde se incluíam os Franco Castelo Branco e os Franco Frazão; em Castelo Branco e na Covilhã só na década de 1870 é que vai alcançar vitórias significativas e na Sertã e em Proença-a-Nova nunca conseguirá garantir projeção.

Podemos então concluir que entre 1860 e 1868 os círculos do Fundão e Castelo Branco estiveram ligados a Tavares Proença, e em Idanha-a-Nova existia predomínio de Manuel Vaz Preto. A Sertã, a partir de 1865, e Proença-a-Nova mostraram alguma independência face a Vaz Preto e Tavares Proença, e, finalmente, a Covilhã revelou-se um caso à parte nesta luta entre os influentes albicastrenses, com uma identidade muito própria que se refletia na luta política.

---

<sup>509</sup> HERCULANO, 1983, p. 502.

#### ***4.10- Os deputados eleitos***

A informação disponível permite-nos ter uma ideia clara sobre o perfil dos deputados eleitos, as suas ligações à região e às tendências locais. Entre 1852 e 1870 foram eleitas 29 personalidades, sendo 12 delas naturais do distrito o que corresponde a 41% do total (anexo n.º 59). Ao analisarmos a relação entre a naturalidade e o carácter dos círculos, nominais ou plurinominais, verificamos que após a introdução dos primeiros os indivíduos nascidos no distrito passaram a ser eleitos com mais frequência, sendo alguns deles escolhidos nas áreas onde tinham nascido, são os casos de Gaspar Pereira da Silva, Joaquim de Albuquerque Caldeira ou João Carlos Gamboa e Minas. Entre 1852 e 1858, com os círculos plurinominais, as escolhas recaíram, maioritariamente, em elementos exteriores ao distrito, sendo apenas três deputados oriundos da região beirã (anexos n.º 59 e n.º 60). Este aspeto prova como os círculos uninominais foram importantes para a afirmação das elites locais e aproximar os eleitos dos eleitores, sendo esse um dos objetivos da alteração da lei em 1859.

Entre os nascidos no distrito os apoiantes de Tavares Proença predominam, o que confirma a existência da rede local deste influente, algo de que o seu opositor ainda não dispunha. Podemos mesmo perceber o ascendente pessoal em alguns círculos: Joaquim de Albuquerque Caldeira em Castelo Branco, António Pinto de Albuquerque Mesquita e Castro na Sertã e Agostinho Fevereiro no Fundão. Manuel Vaz Preto só conseguiu eleger um elemento do seu séquito para além da sua pessoa, Guilhermino Augusto de Barros. Temos ainda quatro deputados catalogados como independentes eleitos pelos círculos da Covilhã e Proença-a-Nova, precisamente duas áreas em que os caciques albicastrenses mais dificuldades tiveram em penetrar.

Os deputados não naturais do distrito representam 59% do total, correspondendo a dezassete indivíduos. Entre estes, onze foram sufragados nas eleições de 1852, 1856, 1858 e 1869-1870 (anexo n.º 60, n.ºs de ordem 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 12, 14 e 17), fases marcadas pela existência de círculos plurinominais (1852, 1856 e 1858) e pelo eclipse dos influentes locais (1869-70), como já estudámos. Outros três elementos, apesar de não serem naturais do distrito, estavam perfeitamente identificados com as comunidades locais, como nos casos de Baima Bastos, Guilhermino Augusto de Barros e António Pedroso dos Santos. Em relação ao primeiro já aludimos à sua inserção na comunidade



sertaginense; Guilhermino, cunhado de Manuel Vaz, viveu durante algum tempo na Quinta da Lousa e exerceu grande influência no período em que foi governador civil e Pedroso dos Santos, apesar de ser natural de Almeida, morou e desenvolveu a sua atividade profissional na Covilhã, onde se inseriu nas lutas políticas, tendo um papel importante ao longo de várias décadas, como veremos. Os restantes três elementos, José Maria do Casal Ribeiro, eleito por Idanha-a-Nova, estava ligado a Vaz Preto, João Sepúlveda Teixeira, natural de Condeixa-a-Nova, eleito no círculo de Proença-a-Nova, era estranho à comunidade local e não tinha proximidade a Tavares Proença ou a Manuel Vaz Preto, o mesmo se podendo dizer de José Pedro de Barros Lima, eleito na Covilhã no contexto anteriormente descrito.

No que diz respeito à caracterização socioprofissional verificamos que entre os naturais do distrito predominam os proprietários, o que está diretamente relacionado com a estrutura económica da Beira Baixa. Já entre os não naturais destacam-se as profissões liberais e o funcionalismo público (quadro n.º 16 e anexos n.º 59 e n.º 60).

**Quadro nº 16 - Estatuto socioprofissional dos deputados eleitos nos círculos eleitorais de Castelo Branco (1852-1870)**

<b>Estatuto socioprofissional</b>	<b>Naturais do distrito</b>	<b>Não naturais do distrito</b>
Proprietários	5	
Advogados	1	9
Professores universitários	1	2
Médicos		2
Militares		1
Religiosos	1	
Altos funcionários da administração pública		1
Sem informação	4	2
<b>Totais</b>	<b>12</b>	<b>17</b>

Fontes: Mónica (Coord.), 2004, 2005 e 2006.

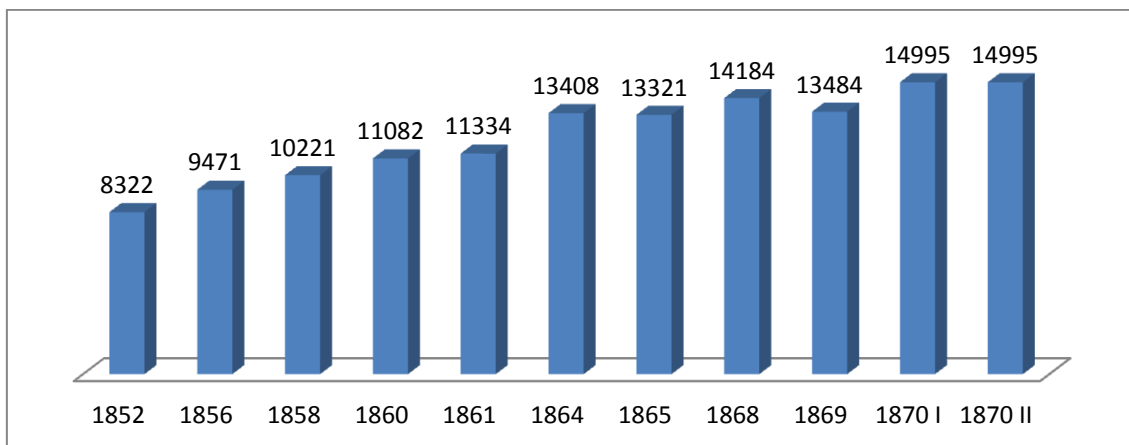
#### ***4.11- Eleições: eleitores, participação e concorrência***

As exigências censitárias e capacitárias definidas na legislação eleitoral portuguesa no começo da Regeneração eram restritivas<sup>510</sup>. Os dados relativos ao conjunto do distrito

<sup>510</sup> Outros países seguiram também este modelo restritivo de base censitária, foram os casos da Noruega, entre 1814 e 1896; da Suécia entre 1866 e 1906; do Reino Unido entre 1832 e 1883; da Itália, entre 1861 e 1880; da Bélgica entre 1831 e 1892 ou da Espanha entre 1837 e 1867 e 1878 e 1889. Ver: ALMEIDA, 1991, quadros, quadro A.1, pp. 205-215.

de Castelo Branco confirmam esta ideia. O número de eleitores nunca chegou aos 15000 (gráfico n.º 1) e era bastante baixo quando comparado com o de habitantes. Em 1852 e 1864, datas para as quais é possível contabilizar a população total, verificamos que variaram entre 6% e 8,4% da população (quadro n.º 17).

**Gráfico n.º 1- n.º de Eleitores no distrito de Castelo Branco (1852-1870)**



Fontes: D.C.D. e A.H.P.

**Quadro n.º 17 - Percentagem de eleitores em relação ao número de habitantes do distrito de Castelo Branco em 1852 e 1864**

Censo da população	Habitantes	Eleições	Eleitores	% de eleitores
1849	138274	1852	8322	6%
1864	159505	1864	13408	8,4%

Fontes: Censo de 1849: A.N.T.T., M.R., maço 3371; Censo de 1864: E.P., 1868; Número de eleitores e votantes: D.C.D. e A.H.P.

Sem que tenha havido alterações no direito de voto, globalmente o número de recenseados teve um crescimento significativo, mais rápido do que a população, como as percentagens em cima indicadas mostram. Para esta evolução poderão ter contribuído os procedimentos de execução do recenseamento eleitoral.

No período entre 1852 e 1858, quando vigorou o sistema plurinominal e o círculo correspondia ao distrito, o eleitorado oscilou entre os 8322 e os 10221. A introdução dos círculos uninominais criou circunscrições com um eleitorado substancialmente mais reduzido e de dimensão semelhante. O crescimento do número de eleitores em 1869 e 1870 está relacionado com a diminuição do número de círculos e com a expansão da área eleitoral de cada um (quadro n.º 18).

**Quadro n.º 18 - Número de Eleitores por círculo entre 1860-1870**

<b>C.º eleitoral</b>	<b>1852</b>	<b>1856</b>	<b>1858</b>				
C.º Branco	8322	9471	10221				
<b>C.º eleitoral</b>	<b>1860</b>	<b>1861</b>	<b>1864</b>	<b>1865</b>	<b>1868</b>	<b>1869</b>	<b>1870</b>
C.º Branco	1796	1649	1925	1931	2454	3199	3913
Sertã	2057	2004	2237	2677	2810	4741	4671
Covilhã	2160	2159	2736	2719	1943	2337	2357
Fundão	1584	2232	2739	2690	2660	3207	4054
I. <sup>a</sup> -a-Nova	1742	1443	1785	1428	2105	-	-
P. <sup>a</sup> -a-Nova	1743	1847	1986	1876	2212	-	-
<b>Totais</b>	<b>11082</b>	<b>11334</b>	<b>13408</b>	<b>13321</b>	<b>14184</b>	<b>13484</b>	<b>14995</b>

Fontes: D.G, D.C.D. e A.H.P.

Globalmente, a participação eleitoral no distrito de Castelo Branco pode ser considerada significativa, não sendo muito diferente dos valores calculados para a totalidade do espaço nacional, nos anos em que é possível fazer a comparação (quadro n.º 19).

**Quadro n.º 19 - Participação eleitoral no distrito de Castelo Branco 1852-1870**

<b>Ano da eleição</b>	<b>Eleitores</b>	<b>Votantes</b>	<b>Participação</b>	<b>Participação nacional</b>
1852	8322	5487	65,9%	-
1856	9471	7050	74,4%	-
1858	10221	7483	73,2%	-
1860	11082	7174	64,7%	-
1861	11334	6921	61,1%	-
1864	13408	7710	64,4%	-
1865	13321	9421	70,7%	-
1868	14184	9440	66,5%	72,8%
1869	13484	7391	54,8%	60,3%
1870 (I)	14995	8851	59,2%	61,9%
1870 (II)	14995	10581	70,6%	54,6%

Fontes: Número de eleitores e votantes do distrito: D.C.D. e A.H.P; Participação eleitoral nacional: ALMEIDA, 1991, p. 143.

Como Pedro Tavares de Almeida notou, esta participação não resultará da existência de um eleitorado politicamente empenhado, mas será antes fruto de outros fatores<sup>511</sup>. É interessante verificar que à redução da dimensão dos círculos eleitorais ocorrida em 1859 não correspondeu uma maior participação eleitoral. Pelo contrário, entre 1852 e 1858 a taxa média de participação (71,2%) é bastante superior à das eleições seguintes (64%). A conjuntura política nacional, a habilidade dos notáveis

<sup>511</sup> ALMEIDA, 1991, p. 141.

locais em arregimentar as clientelas no dia da votação, a concorrência eleitoral, utilizando o critério da apresentação de pelo menos dois candidatos à eleição, a falsificação do sufrágio, e a necessidade de legitimação de um cacique eram fatores que condicionavam a mobilização do eleitorado<sup>512</sup>.

O quadro n.º 20 permite-nos observar a participação eleitoral nos círculos uninominais. Neste capítulo destaca-se Idanha-a-Nova onde esteve sempre acima dos 60%, com uma participação média de 78,5% entre 1860 e 1868. Trata-se de um círculo rural, onde Manuel Vaz Preto dominava e conseguia com facilidade recrutar os eleitores. Ao invés, a Sertã sobressai pela baixa participação, sendo o único círculo onde a média de participação fica abaixo dos 60% no período que medeia entre 1860 e 1868. Os restantes círculos apresentam picos que se devem a conjunturas políticas muito específicas, não se notando grandes diferenças entre os meios rurais e as cidades de Castelo Branco e da Covilhã. A concorrência eleitoral, entendida como a existência de pelo menos dois candidatos à eleição, ajuda a explicar boa parte daqueles picos de participação (quadros n.º 20 e 21).

**Quadro n.º 20 - Participação eleitoral nos círculos eleitorais do distrito de Castelo Branco (1860-1870)<sup>513</sup>**

<b>Círculo eleitoral</b>	<b>1860</b>	<b>1861</b>	<b>1864</b>	<b>1865</b>	<b>1868</b>	<b>Média</b>
Castelo Branco	56,6%	74,2%	66,3%	61,9%	59,9%	63,8%
Sertã	59,1%	46,9%	38,1%	87,8%	57,5%	57,9%
Covilhã	61,8%	58%	89,3%	49,8%	65,8%	64,9%
Fundão	87,2%	51,6%	49,4%	78,2%	79,3%	69,1%
Idanha-a-Nova	69,5%	67,2%	99%	67,3%	89,6%	78,5%
Proença-a-Nova	50,3%	74,9%	69,8%	77,7%	48,2%	64,2%
<b>Total do distrito</b>	<b>64,7%</b>	<b>61,1%</b>	<b>61,4%</b>	<b>70,7%</b>	<b>66,5%</b>	<b>64,9%</b>
<b>Círculo eleitoral</b>	<b>1869</b>	<b>1870 (I)</b>	<b>1870 (II)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>Média</b>
Castelo Branco	56,6%	76,8%	87,5%	-	-	73,6%
Sertã	54%	48,5%	45,4%	-	-	49,3%
Covilhã	59,8%	66,7%	58,5%	-	-	61,7%
Fundão	50,6%	49,6%	90,3%	-	-	63,5%
<b>Total do distrito</b>	<b>54,8%</b>	<b>59%</b>	<b>70,6%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>62%</b>

<sup>512</sup> ALMEIDA, 1991, p. 144.

<sup>513</sup> Os círculos eleitorais de Idanha-a-Nova e Proença-a-Nova em 1860 tiveram duas voltas. Para a elaboração deste quadro utilizámos a participação eleitoral da primeira volta.

**Quadro n.º 21 – Eleições e participação eleitoral em círculos eleitorais onde se candidataram pelo menos dois candidatos (1860-1870)**

Ano da eleição	Círculo eleitoral	Participação
1860 1. <sup>a</sup> volta	Idanha-a-Nova	69,5%
1860 2. <sup>a</sup> volta		75,3%
1860 1. <sup>a</sup> volta	Proença-a-Nova	50,3%
1860 2. <sup>a</sup> volta		52,4%
1861	Proença-a-Nova	74,9%
1864	Covilhã	89,3%
	Idanha-a-Nova	99%
1865	Sertã	87,8%
	Fundão	78,2%
1868	Idanha-a-Nova	89,6%
	Fundão	79,3%
1870 (I)	Castelo Branco	76,8 %
1870 (II)	Castelo Branco	87,5%
	Fundão	90,3%

As eleições de 1860 foram disputadíssimas em Idanha-a-Nova, entre António Robalo de Azevedo e João Crisóstomo Freire Correia Falcão, o mesmo acontecendo em Proença-a-Nova em 1861 entre João Sepúlveda Teixeira e João Carlos Gamboa e Minas. Em 1864 temos níveis de participação recordes em Idanha-a-Nova e Covilhã. Neste círculo a candidatura de Barros Lima exacerbou o clima político e na Idanha Tavares tentou travar o candidato de Manuel Vaz, Casal Ribeiro, com um dos seus apaniguados, o jovem Francisco Mesquita e Castro, futuro 3.º visconde de Oleiros. Em 1865 Baima Bastos enfrentou a família Mesquita e Castro na Sertã, e Vaz Preto lançou Rodrigues Sampaio para combater Agostinho Fevereiro no Fundão. Em 1868 a luta foi levada ao extremo nos círculos de Idanha e Fundão. Na circunscrição raiana Tavares tentou combater mais uma vez, sem sucesso, Manuel Vaz e no Fundão aconteceu o oposto repetindo-se o duelo da eleição anterior. Em 1870, com os grandes influentes beirões fora das contendendas eleitorais, o círculo do Fundão foi disputado entre Pedros dos Santos e João Crisóstomo Freire Falcão e em Castelo Branco uma personalidade local, Francisco Pereira de Torres Coelho, natural de Alcains, enfrentou, sem sucesso, Jaime Moniz, nas duas eleições deste ano. As eleições em Proença-a-Nova em 1860

fogem a este quadro geral. Este facto ficou-se a dever ao não se ter efetuado a eleição no concelho de Vila Velha de Ródão, segundo a ata “*por não terem concorrido eleitores que chegassem ao menos para constituir a mesa*”<sup>514</sup>, o que naturalmente teve reflexos no número de votos contabilizados.

O período em análise apresenta igualmente casos, menos frequentes, de níveis de mobilização eleitoral elevados em círculos onde a eleição foi disputada por um único candidato (quadro n.º 22). Estas situações podem estar relacionadas com a necessidade de uma legitimação mais expressiva para o candidato proposto.

**Quadro n.º 22 – Eleições e participação eleitoral elevada sem concorrência entre candidatos (1860-1865)**

Ano da eleição	Círculo eleitoral	Participação
1860	Fundão	87,2%
1864	Proença-a-Nova	69,8%
1865	Proença-a-Nova	77,7%

De todos os fatores que tinham influência na eleição existia um que condicionava tudo o resto, o recenseamento eleitoral. As denúncias de manipulação dos cadernos eleitorais eram recorrentes e isso já foi visto na eleição de Proença-a-Nova em 1861. De facto, em determinados momentos salta à vista uma oscilação anormal, entre eleições, do número de eleitores. Damos como exemplo os casos da Covilhã e Idanha-a-Nova que entre 1861 e 1868 tiveram flutuações que só podem ser explicadas pela luta eleitoral que também passava pela manipulação dos recenseamentos, inflacionando a participação.

Assim, na localidade serrana, as eleições de 1864 e 1865 foram fortemente disputadas e o número de eleitores aumentou em mais de 500 indivíduos (quadro n.º 18). A explicação poderá estar no recenseamento de elementos que iriam votar em Barros Lima, vencedor naqueles anos. Na eleição de 1868 o número de eleitores caiu abruptamente, voltando a valores de 1860 e 1861, tendo a curiosidade de nestas três eleições ter vencido o histórico Gaspar Pereira da Silva.

Em Idanha-a-Nova algo de semelhante aconteceu. A primeira eleição com o novo sistema de círculos uninominais foi fortemente disputada e apresenta um número de eleitores maior do que em 1861, ano em que Manuel Vaz Preto foi eleito sem contestação. A partir daqui, em todos os momentos em que o morgado da Lousa se

<sup>514</sup> D.C.D., sessão de 24 de fevereiro de 1860.

sentiu ameaçado no seu poder, o número de eleitores aumentou (quadro n.º 18). Foi assim em 1864, quando Casal Ribeiro teve de medir forças com o candidato de Tavares Proença, Francisco de Albuquerque Mesquita e Castro. No ano de 1865 os recenseados regressaram aos valores de 1861 para voltarem a subir em 1868, desta vez com números incomuns nestas paragens, já que Guilhermino de Barros teve concorrência mais viva. Esta eleição ficou marcada por uma clara manipulação do recenseamento. Como podemos contemplar no quadro n.º 23 há uma discrepância no número de eleitores e de votantes de acordo com as várias fontes.

**Quadro n.º 23 – Eleição em Idanha-a-Nova em 1868**

<b>Eleitores D.G. (1)</b>	<b>Votantes D.C.D. (2)</b>	<b>Eleitores A.H.P. (3)</b>	<b>Votantes A.H.P. (3)</b>
1888	1897	2105	1886

Fontes: 1- D.G. n.º 281, 13 de outubro de 1868; 2- D.C.D., sessão de 18 de abril de 1868; 3- A.H.P., A.E.M., caixa 742.

A comissão de verificação de poderes não disse uma palavra sobre o assunto e não houve qualquer protesto. O mistério só se resolve ao consultarmos as atas e os cadernos eleitorais da eleição, depositados no Arquivo Histórico Parlamentar, onde existe um caderno distinto de todos os outros que listava os trabalhadores da companhia dos tabacos em Penamacor que votaram neste sufrágio, explicando a diferença nos números<sup>515</sup>. Estes elementos foram decisivos para o resultado final e, muito provavelmente, houve mão de Manuel Vaz Preto neste caderno suplementar. Aliás, esta prática devia ser habitual, como o próprio lousanense apurou, em 1861, a propósito da pretensa falsificação das eleições na assembleia eleitoral de Vila Rei, círculo de Proença-a-Nova: “*Encontra-se num dos cadernos 340 eleitores, noutro 336, na certidão 334; e na sinopse 275, qual destes documentos é o verdadeiro?*”<sup>516</sup>. Todos os artifícios, aceites e praticados pelos agentes políticos, eram válidos para se ganharem eleições, como estes casos demonstram.

Um dos aspetos que importa realçar é o comportamento político dos dois centros de maior destaque no distrito, a cidade de Castelo Branco e da Covilhã. No círculo de Castelo Branco, pelo menos até 1869, não existiram movimentações políticas dignas de nota e os seus eleitores eram facilmente mobilizados para votarem no único candidato que se apresentava às eleições, Augusto Xavier da Silva ou Joaquim Caldeira de

<sup>515</sup> A.H.P., A.E.M., caixa 742. Os números que usámos para os cálculos da participação eleitoral foram os do A.H.P., por nos parecerem mais credíveis.

<sup>516</sup> D.C.D., sessão de 20 de junho de 1861.

Albuquerque. Só existiu alguma concorrência entre candidatos quando Tavares Proença se eclipsou em 1870. A verdade é que, até ao final dos anos de 1860, o círculo de Castelo Branco foi o único que não teve concorrência política, pelo menos por uma vez. Castelo Branco, um centro político-administrativo importante, apresenta um comportamento apático, algo que contrasta com o que aconteceu em décadas anteriores, quando teve um grande envolvimento político no período de 1820-34, na revolta dos marechais, em 1837, ou na guerra civil da Patuleia, em 1846/47, onde os influentes locais se envolveram de sobremaneira<sup>517</sup>. Esta indiferença parece estar ligada à forma como Tavares Proença dominava a elite concelhia desde a rutura com João José Vaz Preto e à distância que Manuel Vaz tinha, para já, em relação à capital do distrito, esperando, com paciência, o desaparecimento do seu rival, que sabia estar para breve. As suas preocupações estavam concentradas em Idanha-a-Nova, na Covilhã, onde estabeleceu contactos com a futura elite dirigente, e no Fundão, onde começava a ter alguma adesão, e que mostrava também uma vitalidade política bem superior a Castelo Branco. A Covilhã demonstrava outra dinâmica, com uma intensa disputa política que estava completamente ausente da capital de distrito.

Concluindo, a participação eleitoral no distrito de Castelo Branco está em linha com os números nacionais e ela distribui-se de maneira relativamente uniforme pelas várias circunscrições, não existindo diferenças assinaláveis entre meios rurais e citadinos. Todavia, estranha-se a letargia da cidade de Castelo Branco. Ao analisarmos a participação nos vários círculos eleitorais constatamos que ela está fortemente associada a alguns fatores: concorrência entre pelo menos dois candidatos que levava à mobilização do eleitorado por parte das elites locais, e neste campo ganha especial destaque o círculo de Idanha-a-Nova, onde claramente Manuel Vaz Preto dominava; a necessidade de legitimação dos deputados a eleger; a conjuntura nacional ao longo dos anos de 1860 que conduziu a lutas políticas ferozes, como o caso da Covilhã documenta e finalmente a fraude que certamente falseava a taxa de participação, como o crescimento do número de recenseados comprova. Estes factos mostram a dificuldade em estudar de forma credível as eleições, o seu resultado e participação.

Fazendo um resumo deste período, podemos dizer que Tavares Proença, apesar de se colocar no lado mais conservador do liberalismo português, rejeitando as eleições diretas, entendendo que o censo eleitoral era demasiado baixo, cooperou com os

---

<sup>517</sup> POUSINHO, 2004, pp. 77-80 e 148-165.



governos históricos, devido à colaboração de António José de Ávila com esta linha política e isso deu-lhe uma grande projeção política no distrito de Castelo Branco. Por seu lado, Manuel Vaz Preto estava em plena fase de afirmação e a conjuntura político-partidária do final da década de 1860 possibilitou-lhe aumentar, paulatinamente, o protagonismo político regional. A sua ligação à Fusão permitiu-lhe obter algumas vitórias no distrito, embora longe da hegemonia que alcançará nas décadas seguintes, e também as primeiras críticas dos adversários. É possível identificar os «amigos» políticos em quem Manuel Vaz se irá ancorar: a futura tendência regeneradora encabeçada por Fontes Pereira de Melo. A eleição de Casal Ribeiro, em 1864, de Andrade Corvo, em 1866, por Idanha-a-Nova, a nomeação de Guilhermino Augusto de Barros como governador civil em 1865 e o destaque dado à Lousa no código administrativo de Martens Ferrão são prova disso. Também já era evidente a construção de uma clientela política que lhe permitia dominar totalmente o círculo eleitoral de Idanha-a-Nova e começar a ter influência no Fundão, onde tentou a sua sorte com Rodrigues Sampaio, e tinha um órgão escrito ao seu dispor, o jornal *A Estrela da Beira* liderado por um seu correligionário, António Boavida. Com os apoios alcançados tentou criar um partido com dimensão distrital em 1868. A forma como estes influentes se relacionavam com o poder central mostra também como este conseguia intervir na periferia através das elites regionais. Influentes locais e poder central dividiam o domínio político cedendo cada uma das partes, procurando o equilíbrio.

Esta disputa política refletia-se na geografia eleitoral, dominando Tavares Proença os círculos de Castelo Branco, Fundão e Sertã até 1865. Idanha-a-Nova era território intocado de Manuel Vaz Preto. De sublinhar os círculos de Proença-a-Nova, Covilhã e Sertã. No primeiro os independentes sempre dominaram, era uma zona do distrito de difícil penetração por parte dos grandes influentes, já no grande centro industrial serrano existia uma elite com ideias claras que não se deixava manipular e tinha uma grande autonomia na ação política, a Sertã representa um caso curioso de como um pequeno influente, Baima Bastos, estabeleceu uma área de domínio que soube conservar ao longo do tempo. Relativamente aos deputados eleitos entre os naturais do distrito predominam os proprietários e entre os não naturais o funcionalismo público e as profissões liberais. Finalmente, a participação eleitoral é relativamente elevada, alinhada com a participação nacional, ganhando maior dimensão nos momentos de grande concorrência eleitoral, visíveis com a introdução dos círculos uninominais a

partir de 1860 o que deu maior visibilidade às elites locais, ao mesmo tempo que as fraudes eleitorais se tornaram mais perceptíveis.

## Capítulo V- Partido preto e partido branco: a «institucionalização» (1871-1883)

### 5.1- Manuel Vaz Preto: o Régulo do distrito de Castelo Branco

Após o período conturbado da política portuguesa com o episódio da Saldanhada, o país político regressou lentamente à normalidade. Como já estudámos no capítulo III, António José de Ávila formou o seu segundo governo em outubro de 1870 resistindo até setembro do ano seguinte, quando, finalmente, Fontes Pereira de Melo constituiu o longo governo regenerador que se manteve até março de 1877.

Para a política local, esta fase, significou a consolidação da hegemonia de Manuel Vaz Preto. Sem rivais pela frente - recordemos que Tavares Proença (pai) faleceu em agosto de 1872 - o morgado da Lousa estava ao lado do líder dos regeneradores para disso tirar benefício, como ficou claro em análises anteriores. A ambos interessava a aliança, Manuel Vaz olhava para a possibilidade de conseguir os tão ansiados melhoramentos materiais, nomeadamente o caminho de ferro, a Fontes interessavam-lhe os ganhos eleitorais que o morgado da Lousa começava a garantir. A provar este facto estão as eleições de 1871 e 1874, onde os deputados eleitos nos círculos eleitorais de Castelo Branco foram homens do Partido Regenerador ou elementos do clã preto, conotados com os regeneradores (anexos n.º 31 e n.º 32).

O relatório pré-eleitoral de 1871 do governo civil é elucidativo quanto à incapacidade de vitória por parte da oposição. O cargo de governador civil estava vago e quem escreveu o relato foi o secretário-geral que era, nem mais nem menos, João José Vaz Preto Geraldes, irmão de Manuel Vaz. Segundo aquele, a oposição estava dividida e, aproveitando-se desta desunião, os candidatos governamentais iriam ganhar sem dificuldade. A eleição de 9 de julho de 1871 levou o marquês de Ávila e Bolama a negociar preferencialmente com os regeneradores, foi o caso em Castelo Branco<sup>518</sup>.

---

<sup>518</sup> A.N.T.T., M.R., maço 5018, processo n.º 288. As eleições de julho de 1871 foram organizadas pelo gabinete de Ávila. Na preparação do sufrágio, o chefe do governo conseguiu uma aproximação aos regeneradores e o resultado final foi um Parlamento muito dividido, sendo eleitos, segundo Marques Gomes (GOMES, 1907, p. 393), 27 ministeriais, 25 históricos, 22 regeneradores, 13 reformistas e 5 constituintes. Pedro Tavares de Almeida (1991, p. 234) identifica oito elementos do Partido Constituinte, atribuindo a este os eleitos pela facção preta: Pinheiro Chagas, eleito pela Covilhã, Franco Frazão, pelo Fundão e António José Boavida, pelo Sabugal, distrito da Guarda (sobre este último ver: D.C.D., sessão de 26 de julho de 1871, pp. 19-20). Como já defendemos no capítulo III, é nosso entendimento que Manuel Vaz Preto, nesta fase, não alinha ainda com os constituintes, está ao lado dos regeneradores.

As eleições de julho de 1874, já com os regeneradores no poder há três anos, foram um momento de confirmação do poderio e hegemonia de Manuel Vaz Preto. O sufrágio foi realizado de forma pacífica, assim o relatava o ofício do governo civil chegado ao ministério do Reino<sup>519</sup>. A Covilhã e a Sertã reelegeram os vencedores das eleições anteriores, em Castelo Branco Jaime Moniz cedeu o lugar a António Cardoso Avelino, ministro das Obras Públicas, e no Fundão, João António Franco Frazão, que entretanto foi nomeado governador civil, a Augusto Maria da Costa Sousa Lobo<sup>520</sup>.

Estas duas eleições mostram-nos o crescente protagonismo do grande influente beirão que conseguiu dividir os círculos eleitorais entre si e os regeneradores, conseguindo dominar o Fundão e a Covilhã que lhe escaparam na década anterior. No Fundão começaram a funcionar, após a morte de Tavares Proença (pai), as alianças com Agostinho Fevereiro, cujo interlocutor preto no Fundão era João António Franco Frazão. Na Covilhã a elite local em ascensão e Manuel Vaz, que já se tinham aproximado no final da década anterior, como antes foi dito, entenderam-se, conjunturalmente, esperando a primeira que o segundo conseguisse os melhoramentos materiais para o distrito. De notar a saída de cena de Baima Bastos, dedicando-se neste período à presidência da Câmara da Sertã<sup>521</sup>, sendo eleito o regenerador João Ribeiro dos Santos, apoiado pelos pretos.

Se o país vivia a «pax» regeneradora, o distrito de Castelo Branco vivia a «pax» preta. O domínio político de Manuel Vaz Preto era total, não tinha rivais e manipulava o distrito sem dificuldades, aumentando a sua rede de influência e relações de dependência.

O início dos anos de 1870 foi de profundo domínio do homem da Lousa em todo o distrito. Isso é visível com a nomeação do novo governador civil, o seu irmão João José Vaz Preto, ainda durante o governo de Ávila. Esteve no cargo até 1874, sendo substituído por um outro elemento também afeto a Vaz Preto, João António Franco Frazão, que se manteve até abril de 1875 (anexo n.º 56). Após o domínio do distrito

---

Desta forma, foi nossa opção atribuir os dois deputados eleitos pelos círculos do Fundão e Covilhã aos regeneradores (anexo n.º 31), seguindo os números de Marques Gomes.

<sup>519</sup> A.N.T.T., M.R., maço 2266, processo n.º 204.

<sup>520</sup> Augusto Maria da Costa Sousa Lobo seguiu Manuel Vaz Preto aquando da sua cisão com Fontes. Em Abril de 1878 fez um feroz ataque ao governo e ao governador civil de Castelo Branco, Baima Bastos, devido à forma como estavam a transferir funcionários públicos que eram afetos à oposição, ou seja a Vaz Preto. Ver: D.C.D., sessão de 12 de abril de 1878.

<sup>521</sup> LOPES, 2013, p. 151.

com Guilhermino Augusto de Barros com a Fusão, entre 1865 e 1868, temos o segundo momento de grande predomínio preto no governo civil.

Manuel Vaz viu todos os seus caprichos contemplados: nomeação do máximo magistrado do distrito e eleger como deputados elementos da sua corte, conjugados com personalidades regeneradoras. Perante tanto poder, anos mais tarde, o jornal *Correio da Beira* apelidou-o de régulo do distrito de Castelo Branco atribuindo o seu domínio ao beneplácito dos governos<sup>522</sup>.

As divergências políticas entre Fontes e Manuel Vaz Preto, a partir do final da legislatura de 1875, fizeram-se sentir no cargo de governador civil com a nomeação de Baima Bastos, logo que as Cortes terminaram a sessão legislativa, em abril daquele ano, (anexo n.º 56). Baima tinha a vantagem de ser conhecedor das especificidades da política distrital e não estava enfeudado ao homem da Lousa. Esta designação não deixa de ser a confirmação de equidistância do influente da Sertã face às duas forças políticas albicastrenses e da sua proximidade ao Partido Regenerador. Durante o último governo de Ávila, conhecido como o «mientras vulve», foi de novo elevado ao cargo máximo do distrito João António Franco Frazão. O chefe do governo procurou aliciar o grupo preto, o que conseguiu. Não deixa de ser curiosa esta aproximação entre Ávila e Vaz Preto, quando no passado o avilismo tinha como aliado Tavares Proença. O marquês seguiu a lógica de quase todos os governos, aliança com o cacique dominante, no momento Vaz Preto. Para o governo era imperioso ter apoios tão significativos, para Manuel Vaz era mais um sinal da sua importância. O regresso de Fontes em junho de 1879 fez novamente voltar Baima Bastos à cadeira do governo civil.

Os governadores civis desempenhavam um papel fundamental na articulação política entre o centro e a periferia e espelhavam a hegemonia de determinado notável ou a forma de o combater, quando era nomeado alguém fora do seu círculo íntimo, como este caso demonstra. Pedro Tavares de Almeida provou que um número significativo de magistrados assumiu o cargo nos distritos de onde eram oriundos, pertencendo ou estando ligados aos notáveis locais<sup>523</sup>, foi o que aconteceu na década de 1870 no distrito de Castelo Branco<sup>524</sup>. Também em Espanha o controlo e a manipulação do aparelho administrativo por parte dos influentes, para disso tirar proveito para si e

---

<sup>522</sup> Jornal *Correio da Beira*, n.º 105, de 18 de abril de 1886.

<sup>523</sup> ALMEIDA, 1995, Vol. 1, p. 173.

<sup>524</sup> Ver: anexo n.º 57.

para a sua clientela, foi uma realidade no período da Restauração borbónica<sup>525</sup>. Mais uma vez, podemos comparar Vaz Preto com German Gamazo que controlou a partir da década de 1870 as nomeações de governadores civis em Castela a Velha<sup>526</sup>, ou mesmo com Romanones que controlava as nomeações na região de Guadalajara<sup>527</sup>.

A década de 1870 ficou marcada pela grande hegemonia política de Manuel Vaz Preto no distrito de Castelo Branco, fazendo este questão de manter a sua independência face aos partidos, embora apoiasse os regeneradores até 1875. A sua voz era bem audível nos grandes palcos políticos, nomeadamente na Câmara Alta, na imprensa lisboeta e dominava a política local, escolhendo governadores civis e elegendo deputados. O seu afastamento da órbita dos regeneradores ficou marcado pelo reaparecimento da família Tavares Proença na política local e a refundação do Partido Constituinte com os amigos de Vaz Preto e Dias Ferreira a nível nacional, assunto desenvolvido no capítulo III. Outro aspeto digno de realce é o predomínio dos influentes locais no lugar de governador civil. Este cargo esteve no epicentro tanto na convergência como nas divergências entre Manuel Vaz Preto e Fontes Pereira de Melo.

## ***5.2- A reforma eleitoral de 1878: os protestos de Manuel Vaz Preto***

Uma das intenções do último governo presidido por António José de Ávila era reformar o sistema eleitoral e uma proposta chegou a ser levada ao Parlamento a 7 de janeiro de 1878, sem contudo ser aprovada devido à queda do ministério. A lei foi recuperada por Fontes e ficou conhecida como um dos seus maiores legados. Este novo diploma alargava a capacidade eleitoral não só a todos os cidadãos maiores de idade (21 anos) com uma renda líquida anual de 100\$000 réis, mas também àqueles que atestassem saber ler e escrever ou ser chefes de família<sup>528</sup>. A ideia não era nova, já na década de 1860 os reformistas apostavam no alargamento do voto e os próprios históricos não a desdenhavam. A lógica desta medida passava por uma lenta democratização do regime, procurando integrar politicamente alguns setores da sociedade, evitando assim possíveis convulsões sociais que se adivinhavam na

---

<sup>525</sup> VARELA ORTEGA, 2001 a), p. 429.

<sup>526</sup> CALZADA DEL AMO, 2011, pp. 200-201.

<sup>527</sup> MORENO LÚZON, 1998, pp. 140-141.

<sup>528</sup> ALMEIDA, 1991, p. 35.

conjuntura política e social dos anos de 1860, onde o estado crítico das finanças públicas conduzia à contestação social e às ameaças à ordem pública.

Entretanto, na década de 1870 a conjuntura internacional alterou-se e as condições de financiamento da economia portuguesa melhoraram, o que fez cair por terra as reformas políticas, só regressando a ideia com a crise financeira de 1876. A agitação política dos anos de 1877 e 1878 fez regressar o debate sobre o alargamento do número de eleitores. Como já explicámos no capítulo III, no final da década de 1870 a situação económica agravou-se e a oposição reestruturou-se com o aparecimento dos Partidos Socialista, Progressista e Republicano, provocando alguma instabilidade social e mais contestação das forças políticas mais radicais.

A reforma eleitoral de 1878 integrou-se na tentativa de absorver o protesto urbano e integrar o radicalismo político na luta parlamentar, ao mesmo tempo que se mobilizava o eleitorado rural, mais numeroso e tradicionalmente mais dócil, diluindo assim a força dos mais extremistas. Fontes conseguiu com estas alterações enormes vantagens políticas: por um lado, arrebatou aos adversários - progressistas e republicanos - uma das suas bandeiras programáticas, por outro, reforçou a legitimidade do regime ao alargar a base eleitoral da Monarquia Constitucional<sup>529</sup>.

Os debates em torno do alargamento do sufrágio há muito que existiam na Europa entre as forças liberais e outras forças políticas, como eram as republicanas em França ou as nacionalistas alemãs. Em França após a queda de Napoleão III, que usou o sistema plebiscitário para a sua legitimação, os liberais esforçaram-se para limitar o direito de voto, tendo sido um dos aspetos em que mais se empenharam nos anos que se seguiram à derrota com a Alemanha em 1871, não tendo, contudo, ganhos consideráveis<sup>530</sup>. Em Inglaterra as reformas eleitorais de 1832 e 1867 alargaram de uma forma muito contida o corpo eleitoral, só se assistindo a um grande aumento do número de eleitores em 1884<sup>531</sup>. Já no caso espanhol assistimos a um retrocesso em 1878 como reação à legislação do chamado Sexénio Revolucionário que tinha instituído o sufrágio universal masculino. O governo conservador presidido por Cánovas del Castillo fez regressar a Espanha ao sufrágio censitário, perfeitamente enquadrado no liberalismo

---

<sup>529</sup> IDEM, *ibidem*, pp. 83-93.

<sup>530</sup> KAHAN, 2003, pp. 110-121.

<sup>531</sup> EVANS, 1999, p. 136

mais conservador<sup>532</sup>. No início da década de 1870 a França, a Suíça e a Alemanha, tinham já um sufrágio universal masculino consolidado<sup>533</sup>.

Em Portugal a lei de 1878 foi também alvo de um longo debate parlamentar onde Manuel Vaz Preto foi um dos protagonistas como um dos opositores da reforma. As divergências do morgado da Lousa centraram-se em três aspetos: a dimensão dos círculos, o alargamento do número de eleitores e a divisão eleitoral para o distrito de Castelo Branco.

Manuel Vaz considerava que a reforma proposta só trazia vantagens para o governo, desde logo com o traçado dos círculos que teriam sido desenhados para que o ministério ganhasse as próximas eleições sem grande oposição: *“para uns círculos vigora a base da lei de 1869, para outros a lei de 1859, para outros nenhuma base; aqui faz um círculo insignificante para poder trazer à câmara um amigo certo; noutro dividem-se os concelhos para matar a influência da oposição”*. No seu entender, propunham-se círculos grandes para dificultar a vida à oposição e círculos pequenos para os prediletos do governo. Portanto, na sua opinião, nada melhor do que regressar aos círculos de 1859, evitando-se desta forma que pudessem coexistir circunscrições com 4 000 fogos e outras com 12 000<sup>534</sup>.

Um dos pontos que mais contestou foi o alargamento do voto, expondo um pensamento conservador aparentemente contraditório com as posições progressistas que já tinha assumido anteriormente. Segundo o ilustre beirão não existiam em Portugal eleitores independentes e ilustrados e estes iam votar sem a consciência da importância do ato: *“Os eleitores, na sua grande parte, vão à assembleia eleitoral, porque vão arregimentados, ou pelo governo ou pelos influentes, a quem são reconhecidos por qualquer favor individual, e que sobre eles exercem pressão para os levar à urna. // A maioria dos eleitores não sabe nem que há cortes, nem porque vota, nem para que vota. As funções eleitorais reduzem-se para eles a deitar o papelinho na panela, como eles chamam à urna, porque muitas vezes n’algumas assembleias a urna é uma panela. (...) Alargar, pois, para elementos desta ordem, a esfera jurídica e ampliar o voto, é injusto, é contrário aos princípios, e um ato de pouca prudência”*<sup>535</sup>. Manuel Vaz Preto sabia, por experiência própria, do que falava. Com esta linha de pensamento pretendia

---

<sup>532</sup> ALMEIDA e MORENO LÚZON, 2012, p. 49.

<sup>533</sup> ALMEIDA, 1991, pp. 208-209.

<sup>534</sup> D.C.P., sessão de 16 de abril de 1878.

<sup>535</sup> IDEM, *ibidem*.



regressar ao modelo de eleições indiretas e de uma forma taxativa afirmou que as eleições não representavam genuinamente a vontade popular pois ela era “*sempre viciada, porque os que elegem, nem têm independência, nem consciência do ato que praticam*”<sup>536</sup>. Para o grande proprietário beirão, as eleições diretas eram mais propícias à corrupção e defendia a sua posição: “*os cidadãos das freguesias rurais são muitas vezes obrigados a ir votar numa assembleia eleitoral que fica muito distante, distante da sua freguesia, os regedores e os cabos de polícia acompanham-nos quase sempre até junto da urna, onde lhes aparecem os galopins eleitorais que, por parte do governo, exercem pressão sobre eles, de forma que lhe evitam a maior parte das vezes votar segundo a própria consciência*”. Todavia, reconhecia que as eleições diretas eram mais justas e liberais, mas sem consciência cívica elas não eram válidas, pelo que concluía: “*No estado da civilização em Portugal, a eleição indireta é a mais conveniente e a mais liberal*”. Àqueles que lhe recordavam as más experiências com as eleições indiretas no passado Vaz Preto atribuía-as à luta partidária e ao uso da força mas, ao mesmo tempo, elas eram mais fidedignas e independentes e rematava: “*Comparem, pois, as câmaras feitas por eleições indiretas, com estas da atualidade, e reconhecer-se-á que o nível moral então era mais elevado, e por isso o seu procedimento muito diferente do procedimento das maiorias de agora. // Sr. Presidente, a experiência e a observação têm mostrado que os governos, sejam quais forem, embora não tenham partido no país, vencem sempre as eleições, o que revela bem claramente que não tendo o eleitor instrução, e que faltando-lhe a independência, a eleição direta não tem atualmente outra significação mais do que a sofismação do sistema e a pressão dos governos*”<sup>537</sup>.

Vaz Preto tocava num ponto fundamental sustentado por aqueles que defendiam a limitação do sufrágio, a falta de independência dos eleitores, que tinha origem na escassez de rendimentos, de conhecimentos e de capacidade cívica para exercer o direito de voto. Na opinião de Vaz Preto, estes três pontos só eram alcançáveis por ação conjunta de duas variáveis: a existência de classes médias fortes com um nível de riqueza que lhes conferisse a independência de opinião e, ao mesmo tempo, a condição de eleitores, e a mobilidade social por via da educação que concedesse aos cidadãos o conhecimento necessário para a aquisição de uma atitude política responsável. Porém, nada disso existia em Portugal. O analfabetismo era enorme e a frequência escolar

---

<sup>536</sup> IDEM, sessão de 8 de abril de 1878.

<sup>537</sup> IDEM, *ibidem*.

muito baixa<sup>538</sup>. Também por cá não existia uma classe média dinâmica, ao contrário de países como a Inglaterra. Foi precisamente a educação e o dinamismo social que fizeram surgir nos países do norte da Europa os partidos de massas, organizados e capazes de mobilizar um elevado número de votantes, destronando os partidos de notáveis baseados nos proprietários locais, originando a perda de influência dos partidos liberais<sup>539</sup>.

Ora, Vaz Preto era um dos ícones dos partidos de notáveis no Portugal oitocentista e ele tinha consciência disso. A sociedade beirã era, maioritariamente, tradicionalista, culturalmente atrasada e politicamente ignorante, onde os vínculos de dependência estavam ainda muito presentes e transportavam fidelidades de vária ordem que se arrastavam desde o Antigo Regime. Apesar do sistema eleitoral liberal pressupor o individualismo, estas comunidades, dependentes de famílias ou grupos, estavam fortemente ligadas a modelos coletivos de representação onde a lealdade pessoal desempenhava um papel determinante. Esta realidade foi estudada por Pedro Carasa Soto para Castela. Este autor verificou que a sociedade tradicional castelhana não olhava para as eleições como um ato individual mas como pertencendo a um grupo ligado a grandes notáveis. O cacique tinha a função de fazer funcionar uma sociedade de grupos, com valores tradicionais, num regime constitucional que só reconhecia indivíduos<sup>540</sup>. Rolão Preto, em 1962, já defendia esta tese de Carasa Soto, inspirando-se nos caciques albicastrenses, principalmente em Manuel Vaz Preto. Segundo o seu pensamento, a ação do cacique era fundamental para aproximar o povo dos eleitos, fazendo a ponte entre os dirigentes de Lisboa e as opiniões da província. Mas afinal quem era o cacique? Responde Rolão Preto: “*Era, a seu modo, um aristocrata, um senhor feudal que tinha bel-prazer em dar batalhas eleitorais e conquistar glórias para a sua facção e para o seu próprio nome*”, ou seja Vaz Preto. Continuando a discorrer sobre a ação do cacique e a ligação com os seus círculos eleitorais, descrevia-a como uma missão de sacrifício em prol dos seus eleitores, um herói, que reclamava o chafariz, a ponte ou a estrada e grande parte da sua vida “*passava-se (...) pelos corredores dos ministérios a pedir, a influir...Eles eram verdadeiramente os mais fervorosos procuradores dos povos*”. Estes chefes eram o veículo constante do contacto entre o povo e o Estado e definiam o padrão de voto, pois o povo desconhecia a importância do

---

<sup>538</sup> RAMOS, 1988.

<sup>539</sup> KAHAN, 2003, pp. 174-175.

<sup>540</sup> CARASA SOTO, 1997, p. 27.

ato eleitoral e mesmo o valor do candidato em que ia votar, mas seguia a indicação dos homens de relevo da sua terra. Rolão Preto defendia que a eleição de deputados era na verdade uma eleição em segundo grau. O povo elegia, isto é, seguia as indicações dos influentes locais que, por sua vez, escolhiam os deputados. Só desta forma se podia evitar uma distanciação entre as elites políticas e os eleitores e se combatia a indiferença e a apatia pela causa pública. No fundo, os caciques eram indispensáveis, pois eram os elos na estrutura político-social do país. Eles minimizaram a distância política que existia entre o Estado e os eleitores e também reduziram o fosso entre as classes sociais, ganhando muita estima popular<sup>541</sup>.

O caso de Castelo Branco estava retratado nestes princípios. Vaz Preto tinha a autoridade natural numa comunidade maioritariamente agrária, tradicionalista, conservadora e a nítida percepção de que liderava um grupo de fiéis que se transformou na sua clientela. Isto é evidente nos casos de Idanha-a-Nova e Penamacor localidades onde os Vaz Preto possuíam grandes propriedades e recrutavam trabalhadores assalariados, sentindo-se as comunidades representadas por esta família. Os únicos espaços que podiam, em parte, fugir a esta caracterização eram as cidades do distrito, Castelo Branco e Covilhã, onde existia uma elite informada e empenhada politicamente, adormecida em Castelo Branco, mas muito ativa na Covilhã, pelo menos até ao final da década de 1860. Neste capítulo, também não é negligenciável a atividade política do Fundão, de onde saíram personalidades importantes, como João Franco, que já se pressentiam no final da década citada. Apesar de tudo, para Manuel Vaz Preto, alargar o voto significava mais dificuldades em recrutar um número crescente de eleitores, como teremos oportunidade de ver quando analisarmos a participação eleitoral e o impacto desta legislação. Logo, a aparente contradição entre as suas ideias progressistas e os argumentos conservadores que aqui apresenta, poderiam estar ligadas aos seus interesses eleitorais. Contudo, face ao seu discurso, não nos parece que seja esse o caso. Manuel Vaz aceitava a eleição direta como ideal e se contrariava o alargamento do corpo eleitoral era porque não havia um eleitorado esclarecido. Aceitava ideologicamente a lei, mas não a considerava aplicável face às condições existentes no país, por isso tanto insistia na educação. Só quando os eleitores fossem instruídos poderiam participar ativamente na vida pública.

---

<sup>541</sup> PRETO, janeiro de 1962, pp. 75-78.

Fruto das suas divergências e do seu pensamento político, o lousanense apresentou um projeto de alteração ao diploma que contemplava a não existência de círculos eleitorais superiores a 10 000 fogos e onde expunha a sua profunda divergência em relação à configuração das circunscrições no distrito de Castelo Branco, nomeadamente a distribuição dos concelhos pelos círculos da Sertã e do Fundão. Manuel Vaz entendia que o concelho de Oleiros não devia integrar o círculo do Fundão mas sim o da Sertã, uma vez que a distância para esta localidade era mais curta e com ela tinha relações comerciais, duas condições que não compartilhava com o Fundão. A comissão especial de apreciação do projeto de reforma eleitoral deu a conhecer o seu relatório na sessão de 24 de abril de 1878 e considerou que a questão do número de eleitores não podia ser o único critério para dirigir os negócios de Estado, havia outros interesses a ter em conta, já que uma assembleia constituída exclusivamente com base no número não teria competência para elaborar legislação e ir ao encontro dos interesses do Estado, que eram guiados pelo princípio da razão e da ciência. Em relação à segunda questão a comissão entendeu que estávamos perante uma questão de proporcionalidade, pois o círculo da Sertã já tinha adstritos os concelhos de Vila de Rei e Proença-a-Nova e o do Fundão ficaria sozinho, para além do mais os concelhos de Oleiros e Fundão eram confinantes<sup>542</sup>.

Estas opiniões foram ferozmente combatidas por Vaz Preto na sessão do dia seguinte onde argumentou que a divisão do círculo da Sertã só tinha um objetivo: a vitória de Baima Bastos. Os interesses políticos locais eram o verdadeiro motivo das críticas de Manuel Vaz Preto que via ser posto em causa o seu domínio no Fundão. Na realidade, o lousanense tinha conseguido, finalmente, dominar aquele círculo nas eleições de 1871 e 1874 e não estava disposto a perdê-lo sem dar luta. Como veremos, com esta reforma eleitoral Manuel Vaz Preto passou a ter mais dificuldades no Fundão, averbando algumas derrotas. A distribuição dos concelhos pelos círculos do Fundão e da Sertã não foi inocente. Oleiros juntava-se ao Fundão que perdia Penamacor para o círculo de Idanha e S. Vicente da Beira para o de Castelo Branco (ver mapas nº 2 e nº 3). Manuel Vaz via os seus fiéis no Fundão com vida difícil, pois em Oleiros a sua influência era escassa e a sua força seria diluída, o que não acontecia antes, já que Penamacor e S. Vicente da Beira eram localidades pretas. O grande cacique beirão percebeu perfeitamente a jogada e disso deu conta na Câmara Alta, ao afirmar que

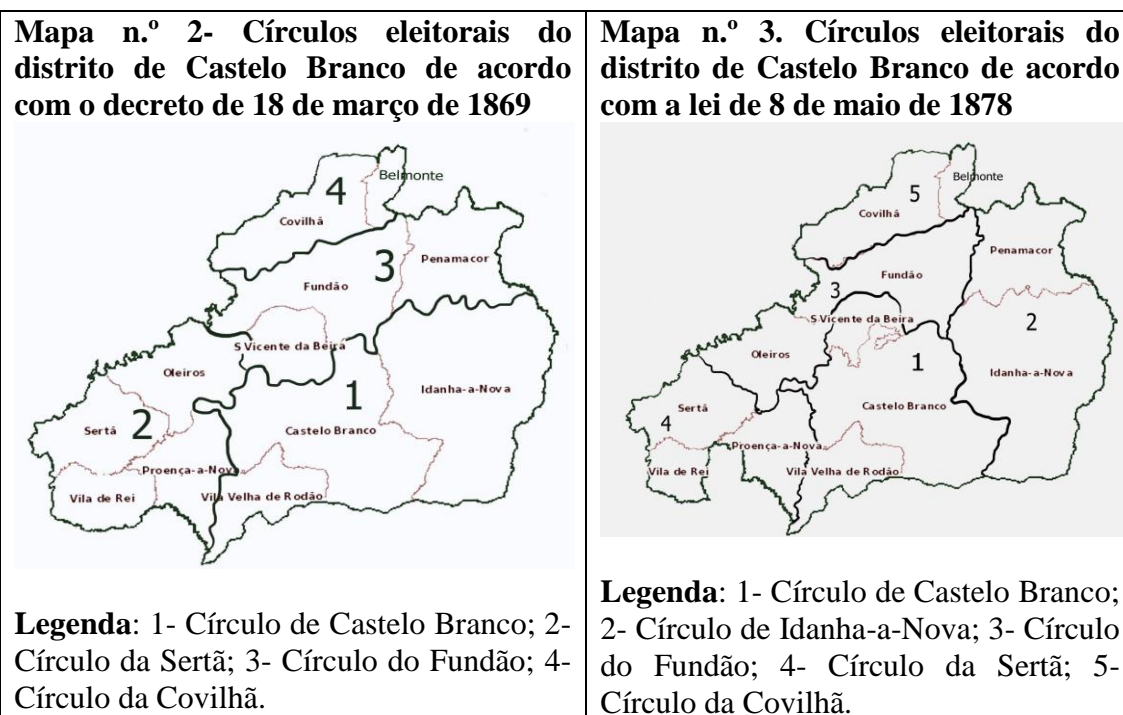
---

<sup>542</sup> D.C.P., sessão de 24 de abril de 1878.

nalguns círculos separavam-se os concelhos e “*ligam-se com os mais remotos para satisfazer vinganças*”<sup>543</sup>. Era assim que interpretava a reformulação do círculo do Fundão, uma vingança pessoal de Fontes e a prova cabal como liderava uma clientela, sendo um líder de um partido de notáveis, como caracterizámos atrás.

A proposta que estava em discussão, e que acabou por ser votada, propunha o aumento do número de círculos que passou para 137, em vez dos 100 da legislação anterior. No distrito em análise, passaram de quatro para cinco, fazendo renascer o círculo de Idanha-a-Nova e retocando a dimensão dos restantes, com a exceção do da Covilhã, como os mapas a seguir demonstram.

**Mapas n.º 2 e n.º 3- Comparação entre a divisão eleitoral de 1869 e 1878 do distrito de Castelo Branco**<sup>544</sup>



Fonte: <http://atlas.fcsh.unl.pt/>

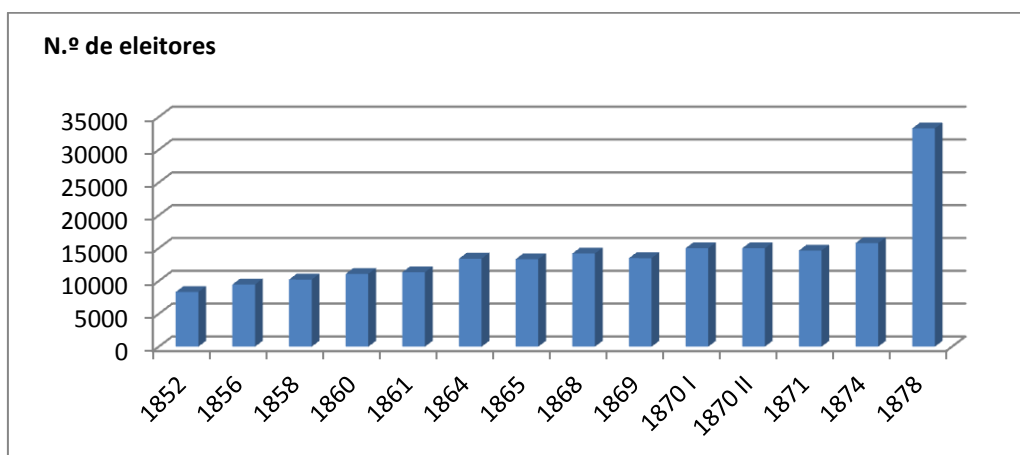
No que diz respeito aos eleitores a nova lei duplicou o corpo eleitoral em Portugal<sup>545</sup> e no distrito de Castelo Branco mais que duplicou, como se pode comprovar pelo gráfico n.º 2.

<sup>543</sup> D.C.P., sessão de 16 de abril de 1878. Maria Filomena Mónica defende que era em Oleiros que Manuel Vaz Preto mais poder tinha, daí a sua oposição (MÓNICA, 1996, p. 1055, nota 44). Essa não é a nossa opinião. Nesta zona do distrito Manuel Vaz pouca influência tinha.

<sup>544</sup> O concelho de Vila de Rei sofreu alterações na sua composição em 1878. Nesta data a freguesia de Amêndoa passou a incorporar o concelho de Mação, distrito de Santarém.

<sup>545</sup> ALMEIDA, 1991, p. 216, quadro A.2.

**Gráfico n.º 2 – Evolução do número de eleitores no distrito de Castelo Branco (1852-1878)**



Fontes: D.G, D.C.D. e A.H.P.

A intuição política do morgado da Lousa segredava-lhe, com razão, as dificuldades que se avizinhavam. Não era só o maior número de eleitores que tinha de mobilizar – que estudaremos no ponto sobre a participação eleitoral - e a reforma dos círculos eleitorais que lhe limitava a ação no Fundão, era também o regresso da rivalidade com a família Tavares Proença, pois como veremos de seguida, a sua cisão com Fontes levou este a procurar novos aliados. Os brancos estavam a reorganizar-se e a luta iria ser dura. Os tempos de calma do início da década de 1870 tinham acabado. Foi neste contexto político que as eleições de 13 de outubro de 1878 se realizaram, já de acordo com a nova lei eleitoral.

### **5.3- A «fratelada» de 1878: batismo de fogo de Tavares Proença (filho)**

As eleições de 1878 foram marcadas a nível nacional pela crescente onda de protestos que se vinham adensando desde 1876 e foram um momento de forte confrontação entre regeneradores e progressistas, que se estreavam nas batalhas eleitorais. No distrito de Castelo Branco, o sufrágio tinha dois aliciantes, por um lado era o primeiro que se realizava após a cisão de Manuel Vaz com Fontes, por outro lado, foi também o primeiro embate entre pretos e brancos e constituem um marco na história política beirã do século XIX.

É importante realçar que a luta entre os principais partidos dinásticos foi aqui substituída pela disputa entre Manuel Vaz Preto e Francisco Tavares Proença (filho),

mostrando mais uma vez as singularidades da política local. Tavares Proença teve o apoio de Fontes Pereira de Melo que procurou travar o morgado da Lousa no seu próprio terreno e este último foi a combate com as suas próprias forças, sem hastear a bandeira de nenhum partido nacional, eram os pretos sozinhos que iam ao confronto, o que não deixava de constituir mais um motivo de interesse.

Apesar de tudo, Manuel Vaz Preto, segundo o *Diário da Manhã*, ainda tentou a aproximação aos regeneradores. A harmonia entre Fontes e Manuel Vaz podia ter sido restabelecida sem grandes esforços “*quase naturalmente mas os membros mais altos do partido não quiseram essa harmonia indo entregar aos inimigos do srº Manuel Vaz, que eram os seus próprios adversários de ontem, e os seus mais grosseiros caluniadores, a autoridade*”<sup>546</sup>. Esta citação do *Diário da Manhã* prova que Fontes Pereira de Melo aproveitou estas eleições para se aproximar de Tavares Proença. O jornal *Gazeta da Beira* reconheceu este facto em 1908 ao afirmar: “*Por si Fontes pouco podia no distrito. Procurou um ponto de apoio e encontrou-o em Tavares Proença*”<sup>547</sup>. Este passo mostra como Manuel Vaz Preto dominava o distrito. A teia de poder lançada nos anos anteriores permitiu-lhe secar todas as formas de influência para além da sua.

Para o jornal *Gazeta da Beira* Manuel Vaz Preto tinha um grupo unido, composto por “*Umas tantas famílias do distrito, ricas e muito consideradas, mais ou menos ligadas pelos laços de parentesco, que dispunham em absoluto das comissões de recenseamento eleitoral, faziam eleitores os seus parciais e dependentes e excluía sistemáticamente do recenseamento os que eram ou podiam ser seus contrários*”. Tavares Proença não fazia parte deste grupo, logo esta aliança com o homem forte dos regeneradores era uma oportunidade para se afirmar politicamente e tentar minar a coesão do grupo preto. Todavia, Tavares fazia questão de manter a independência política, ele aliou-se a Fontes e não ao Partido Regenerador e preparava-se para exigir contrapartidas por esta «ajuda» na tentativa de derrotar Manuel Vaz Preto: “*Tavares Proença não tomou o compromisso de se filiar no Partido Regenerador. Era um aliado, e como tal apenas esperava que Fontes, tendo em consideração o desinteresse com que foi auxiliado levasse a sua correção até ao ponto de nas questões de política interna do distrito nada fazer que fosse contra a aliança. Por direito de conquista era-lhe isso*

---

<sup>546</sup> Jornal *Diário da Manhã*, 29 de janeiro de 1881. Apesar do artigo ser de 1881 ele refere-se ao momento da cisão de Vaz Preto com o Partido Regenerador.

<sup>547</sup> Jornal *Gazeta da Beira*, nº 77, de 19 de janeiro de 1908.

*devido*”<sup>548</sup>. Tavares pretendia seguir o exemplo do seu rival, autonomia na política local, e alimentou a esperança em substituí-lo como o grande influente no distrito. Rapidamente percebeu como foi efémera.

Os dados estavam lançados e o ato eleitoral de 1878 transformou-se numa estreia auspiciosa para Tavares Proença. O resultado final foi um empate, Manuel Vaz venceu em Idanha e Covilhã, Tavares Proença em Castelo Branco e Fundão e um independente regenerador pela Sertã (anexo n.º 33).

Este sufrágio ficou marcado pela luta encarniçada no círculo de Castelo Branco. O candidato preto era um cunhado de Manuel Vaz, Albano Caldeira Pinto de Albuquerque, e a eleição era dada como certa, mas eis que surgem as primeiras dificuldades. Tavares Proença apoiou a candidatura de António Pedroso dos Santos, opositor de Vaz Preto, que acabou por vencer. Tavares apoiou-se nos homens de mão de seu pai, Pedroso dos Santos era um indivíduo ligado à família de Tavares Proença - relembremos que teve um papel importante na eleição de 1868 no círculo da Covilhã e foi eleito deputado em 1870 pelo Fundão, nas eleições de setembro.

Por ironia do destino os pretos acusaram os brancos de falsificação da eleição, principalmente no Fratel e Vila Velha de Ródão. Nestas duas assembleias, o candidato preto obteve apenas um voto em cada uma, arrecadando Pedroso dos Santos os restantes, o que foi decisivo para a sua vitória final. Logo se levantaram suspeitas e o *Diário da Manhã* desafiava Tavares Proença a declarar sob palavra de honra que as atas da eleição de Vila Velha e Fratel não tinham sido falsificadas, nem substituídas por outras. Tavares era ainda acusado de ter ficado com as atas em casa e de só as ter enviado ao presidente da comissão sete dias depois da eleição<sup>549</sup>. Na comissão de verificação de poderes estas acusações foram reforçadas através dos protestos apresentados. Segundo estes, Pedroso dos Santos tinha recorrido todo o concelho de Vila Velha de Ródão coagindo o eleitorado e foram apresentadas declarações de 51 indivíduos que afirmavam ter votado em Albano Caldeira na assembleia do Fratel e 225 na assembleia de Vila Velha<sup>550</sup>.

---

<sup>548</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>549</sup> Jornal *Diário da Manhã*, de 25 de outubro de 1878.

<sup>550</sup> D.C.D., sessão de 18 de janeiro de 1879. A capacidade de Pedroso dos Santos em se movimentar com grande à vontade nesta localidade pode estar ligada à sua transferência em 1864 como administrador do concelho do Fundão para Vila Velha de Ródão, como analisámos no capítulo IV.



Pedroso dos Santos fez a defesa da sua eleição, após a validação da mesma pela comissão de verificação de poderes, na sessão de 20 de janeiro de 1879. Nela sustentou a legalidade do sufrágio e reconheceu que as atas tinham sido entregues fora de prazo, mas elas não revelavam qualquer irregularidade, pois foram aceites pela comissão. Pedroso dos Santos utilizou o argumento da legalidade, se todas as autoridades validaram a sua eleição os opositores é que tinham de provar a existência de burla. Na mesma sessão, o visconde de Moreira de Rei alegou que era evidente a fraude, já que o ministro do Reino se recusava a mostrar os telegramas recebidos no dia da eleição que provavam a vitória de Albano Caldeira. Este era um dos principais argumentos apresentados pela oposição, no dia da eleição os votos entrados na urna davam a vitória ao candidato preto, os jornais noticiaram o triunfo e o governo recebeu essa informação do governo civil. A ação de Pedroso dos Santos foi posterior, envolvendo a falsificação das atas que só foram entregues no dia do apuramento final<sup>551</sup>. O próprio Manuel Vaz Preto se referiu a este facto na Câmara dos Pares: *“fez-se a eleição, assinaram-se as atas, publicou-se o número de votos dos candidatos, e o governo foi informado pelo governador civil de Castelo Branco, de que o deputado da oposição tinha vencido; mas, quando se reuniu a assembleia de apuramento, os votos do candidato da oposição tinham desaparecido das atas, e em seu lugar aparecia o candidato do governo!”*<sup>552</sup>.

Apesar dos argumentos, a eleição de Pedroso dos Santos foi validada, pois considerou-se que não havia provas suficientes que confirmassem a fraude denunciada e que as notícias da imprensa não podiam ter mais validade do que documentos oficiais considerados fidedignos. Para além do mais, na queixa feita ao juiz de direito de Castelo Branco, sobre a pretensa falsificação das atas, não se apresentou qualquer prova para além da imprensa<sup>553</sup>.

Esta eleição ficou conhecida como a «fratelada» e entrou no imaginário político do distrito como sinónimo de chapelada eleitoral.

É de crer que Vaz Preto esperasse estes problemas na eleição do círculo de Castelo Branco, pois desde julho que o jornal *Diário da Manhã* denunciava várias ações do governo contra os elementos da oposição, ou seja os homens de Vaz Preto. As denúncias passavam pelas habituais demissões e transferências de pessoal das

---

<sup>551</sup> IDEM, sessão de 20 de janeiro de 1879.

<sup>552</sup> D.C.P., sessão de 12 de fevereiro de 1879, p. 222.

<sup>553</sup> D.C.D., sessão de 20 de janeiro de 1879, p. 160.

repartições públicas, pelas promessas de isentar mancebos do recrutamento militar e pela compra de votos com dinheiro vivo, sendo este o primeiro caso em que é referida. Escrevia o *Diário da Manhã* a 9 de julho: “O Sr.<sup>o</sup> Baima Bastos (governador civil em exercício) espalha sem o mínimo escrúpulo que está autorizado pelo Sr.<sup>o</sup> Fontes a gastar 30 contos de réis nas eleições do distrito!”<sup>554</sup>. O jornal continuou a denunciar a ação de suborno dos eleitores pelas autoridades administrativas, foi o caso do administrador do concelho de Castelo Branco e do reitor do liceu que se deslocaram a Cebolais, freguesia de Castelo Branco, oferecendo ao pároco 1 800\$000 réis para as obras da igreja para que ele e os seus paroquianos votassem com o candidato do governo. A acreditar no *Diário da Manhã*, o padre Domingos Ayres, indignado com a oferta, declinou e disse que o seu voto era livre bem como o dos seus paroquianos. A ação do governador civil era apresentada de uma forma pouco civilizada, chegando mesmo a acusações de tentativas de assassinato dos seus opositores, como foi o caso do vigário de Proença-a-Nova, que no dia 12 de Julho foi baleado pelo chefe dos cantoneiros, António Dias Jorge - segundo o jornal um agente de Baima - que só por milagre não o matou. Não disparou segundo tiro porque muita gente acorreu. O cantoneiro terá dito que se depusessem contra ele seriam todos despedidos<sup>555</sup>.

Perante estas ações dos elementos do governo, Manuel Vaz Preto esperava uma eleição difícil para o seu cunhado Albano Caldeira. Como político providente planeou uma estratégia eleitoral no círculo de Idanha-a-Nova que precavesse uma possível derrota na capital de distrito e o sufrágio terminou propositadamente empatado. Segundo o governador civil, esta tática foi utilizada para o caso de o cunhado de Vaz Preto não triunfar em Castelo Branco continuar a existir a possibilidade de ser eleito no círculo raiano<sup>556</sup>. Manuel Vaz apresentou três candidatos nesta circunscrição, todos eles pretos: Pinheiro Chagas, Franco Frazão e Albano Caldeira. Embora não tendo provas documentais podemos especular sobre as intenções do morgado da Lousa. Por um lado, o lousanense, ao perceber possíveis obstáculos nalguns círculos, tomou precauções e caso Albano Caldeira ou Pinheiro Chagas tivessem dificuldades em ser eleitos, terminando a eleição de Idanha-a-Nova empatada entre os três, teria sempre oportunidade de escolher o elemento a eleger por este círculo, o que aconteceu. Por outro lado, caso Albano Caldeira e Pinheiro Chagas fossem escolhidos nos outros

---

<sup>554</sup> Jornal *Diário da Manhã*, de 9 de julho de 1878.

<sup>555</sup> IDEM, de 19 de julho de 1878.

<sup>556</sup> A.N.T.T., M.R., maço 2270, processo n.º 250.

círculos por onde concorriam, os pretos poderiam alcançar o pleno e eleger também João António Franco Frazão por Idanha-a-Nova<sup>557</sup>. Pinheiro Chagas foi eleito sem dificuldades na Covilhã. Face à derrota em Castelo Branco, Albano Caldeira apresentou-se sozinho à eleição de desempate em Idanha-a-Nova, no dia 3 de novembro, sendo eleito com a totalidade dos votos entrados na urna, sacrificando Franco Frazão. Este episódio mostra bem as capacidades políticas de Vaz Preto, num círculo completamente manipulado por si e onde dispunha de toda a autoridade, pondo e dispondo dos votos como bem entendeu.

Nos restantes círculos as eleições decorreram pacificamente. No Fundão Francisco de Albuquerque Mesquita e Castro, um elemento branco, foi acolhido pelos regeneradores nesta aliança com Tavares Proença. A reforma eleitoral de 1878 deu os seus frutos, com o concelho de Oleiros inserido no círculo do Fundão, Manuel Vaz nem sequer apresentou candidato. Não podemos esquecer que Francisco de Albuquerque fora lançado por Tavares Proença (pai) em 1864 por Idanha-a-Nova, onde foi derrotado por Casal Ribeiro, e em 1865 pelo círculo da Sertã, onde perdeu para Baima Bastos. Precisamente na Sertã foi eleito um regenerador independente, pois estava fora deste embate entre pretos e brancos.

No distrito de Castelo Branco as eleições de 1878 foram uma verdadeira disputa entre pretos e brancos, regeneradores e progressistas eclipsaram-se: Pinheiro Chagas e Albano Caldeira faziam parte do núcleo duro do partido preto e Pedroso dos Santos e Francisco de Albuquerque Mesquita e Castro eram brancos desde a primeira hora, sendo a eleição como regeneradores fruto das circunstâncias. No futuro Mesquita e Castro seguirá a tendência branca e estará com os da Granja, Pedroso dos Santos estava com os brancos como tinha estado com Tavares (pai) na década de 1860 e como estará com João Franco no final do século XIX, sempre com a mesma causa: oposição a Vaz Preto, regeneradores ou progressistas pouco lhe interessavam desde que combatessem o lousanense. Os opositores do morgado da Lousa procuravam todos os meios para o

---

<sup>557</sup> A.H.P., A.E.M., caixa 1208. Não é possível confirmar o número de votos de cada candidato na primeira eleição. O círculo eleitoral de Idanha-a-Nova era composto por sete mesas eleitorais: Idanha-a-Nova, Medelim, Segura, Zebreira, S. Miguel d'Acha, Penamacor e Aldeia de João Pires. No processo eleitoral de 1878 está em falta a ata da mesa da Aldeia de João Pires. Nas restantes mesas os resultados apurados foram: Pinheiro Chagas 308 votos, Franco Frazão 306 votos e Albano Caldeira 324 votos. A mesa em falta deveria dar o empate. É curioso verificar a distribuição dos votos nas mesas eleitorais, verificando-se ora a vitória de um candidato ora a vitória de outro, numa clara estratégia de no final dar empate na votação.

derrotar, sabendo que por si sós a tarefa seria colossal, aliavam-se a regeneradores ou progressistas, ou mesmo com os dois, dependendo das circunstâncias políticas.

#### ***5.4- Eleições de 1879: Tavares Proença e o pacto com regeneradores e progressistas***

Descrevemos no capítulo III como o Partido Constituinte - entretanto reformado com os «amigos» de Dias Ferreira e Vaz Preto - e os progressistas ensaiaram uma aproximação, aquando da subida dos da Granja ao poder em junho de 1879, chegando mesmo a existir negociações para um pacto eleitoral que não se concretizou. O não entendimento com Anselmo Braancamp levou Manuel Vaz Preto a defrontar uma coligação composta por progressistas e regeneradores que se aliaram a Tavares Proença para o derrotar. Disso deu conta Manuel Vaz na Câmara Alta, na sessão de 24 de fevereiro de 1880, quando afirmou que Luciano de Castro correu a pedir apoio ao Partido Regenerador para a luta em Castelo Branco e que os seus inimigos do distrito tinham ido conferenciar com José Luciano a Lisboa, onde se estabeleceu o acordo, culminando Vaz Preto com orgulho: “*Estimei a coligação. Estimei que todos se ligassem contra mim*”<sup>558</sup> e no dia 25 de fevereiro, dirigindo-se expressamente ao ministro do Reino, demonstrava não ter dúvidas sobre os objetivos desta coligação: “*S. Ex<sup>a</sup> montou a tal máquina eleitoral, e não levo a mal que o fizesse, devia mesmo fazê-lo. No distrito de Castelo Branco foi ela montada para assestar os seus tiros contra mim*”<sup>559</sup>. O acordo estabelecido, segundo Manuel Vaz, daria um deputado aos regeneradores, comprometendo-se estes a apoiar as candidaturas progressistas nos restantes círculos. O morgado da Lousa compreendia a aliança, politicamente era defensável, pois só unidos lhe podiam fazer alguma coisa: “*Não tenho nada com o pacto celebrado entre os regeneradores e o governo. // Estavam no seu direito? Não o contesto. Aconselhava-o a conveniência política? Não o discuto*”, tudo era permitido para evitar a eleição dos candidatos constituintes<sup>560</sup>.

A postura de Tavares Proença neste processo também não passava despercebida, a sua permanente disponibilidade para se aliar com todos os que se opunham a Manuel Vaz era fortemente criticada pelo *Diário da Manhã*: “*Que este procedimento fosse tido*

---

<sup>558</sup> D.C.P., sessão de 24 de fevereiro de 1880.

<sup>559</sup> IDEM, sessão de 25 de fevereiro de 1880.

<sup>560</sup> IDEM, sessão de 24 de fevereiro de 1880.

*por um ou outro denodado pescador de comendas ou hábitos, poderia admitir-se; mas por indivíduos que têm um nome, uma posição que lhe cumpre manter ilesa, é inacreditável*<sup>561</sup>. Este periódico preto afirmava mesmo que em Castelo Branco só havia um partido, o de Manuel Vaz Preto, aqueles que o guerreavam ou eram invejosos ou inimigos pessoais do par do Reino<sup>562</sup>.

Relativamente ao resultado das eleições ele não foi muito diferente das anteriores, saldou-se por um novo empate entre pretos e brancos (anexo n.º 34). Os progressistas, apoiados por Tavares Proença, foram eleitos pelos círculos da Covilhã e do Fundão e os elementos constituintes, apoiados por Vaz Preto, por Idanha e Castelo Branco. O círculo da Sertã continuou a sua tradição de independência nestes conflitos, tendo Baima Bastos, o regenerador prometido a Fontes, regressado às vitórias eleitorais. Comparando com a eleição de 1878, Manuel Vaz manteve Idanha-a-Nova, perdeu a Covilhã e ganhou em Castelo Branco. O partido branco conseguiu o Fundão para os progressistas e lançou a controvérsia com a vitória no círculo da Covilhã. De destacar que graças às desavenças locais os progressistas conseguiram eleger, pela primeira vez, deputados pelo distrito de Castelo Branco. Convém referir, no entanto, que Tavares Proença disponibilizou os serviços ao governo mas, ao contrário da eleição anterior, não conseguiu eleger nenhum elemento da sua, ainda, pequena corte, limitou-se a apoiar os elementos progressistas, o que demonstrava a fragilidade do seu peso político. Por seu lado, Vaz Preto fez eleger um primo por Castelo Branco.

Se o triunfo da candidatura branca em Castelo Branco em 1878 fez estalar o conflito, desta vez foi a vitória progressista na Covilhã que fez renascer a polémica da «fratelada» até porque teve o mesmo protagonista: António Pedroso dos Santos. O processo foi semelhante ao de 1878, os jornais começaram por dar como certa a eleição de Pinheiro Chagas, assim o noticiavam o *Diário da Manhã* e o progressista *O Progresso* no dia 21 de outubro. Todavia, o periódico constituinte logo no dia 24 acusava Luciano de Castro de falsificar as eleições, dando a vitória a António Pessoa Amorim Navarro. Mais uma vez, Pedroso dos Santos foi o homem de mão do governo ao ser delegado na assembleia do Teixoso, onde realizou a fraude. O *Diário da Manhã* lembrava aos progressistas que também eles tinham criticado os regeneradores quando

---

<sup>561</sup> Jornal *Diário da Manhã*, de 7 de março de 1880.

<sup>562</sup> IDEM, 29 de janeiro de 1881.

da questão da «fratelada», atuavam agora da mesma forma e com o mesmo personagem que tanto atacaram.

O *Diário da Manhã* descreveu pormenorizadamente as violências em várias assembleias de voto que tiveram o objetivo de atemorizar os eleitores de Pinheiro Chagas, já *O Progresso* descreveu, de uma forma menos acintosa, própria dos vencedores, as trapações eleitorais do lado de Manuel Vaz.

A crer no periódico constituinte o concelho da Covilhã esteve em pé de guerra durante a eleição. No Tortosendo os elementos do governo andaram em pancadaria com a oposição, proibindo-os de votar. Na freguesia do Dominguiso, os caceteiros esperaram na estrada os eleitores de Pinheiro Chagas e desancaram-nos, fazendo cinco feridos. Esta freguesia e a de Unhais da Serra não conseguiram exercer o direito de voto. Na freguesia do Teixoso, onde se decidiu a eleição, foi usada a violência nos eleitores de Pinheiro Chagas, obrigando-os a voltar para trás. No Paul, o chefe dos cantoneiros, o padre Aleixo Pereira da Fonseca e um tal Sá puseram os trabalhadores das obras públicas perante o dilema de votarem com o governo ou serem despedidos, andaram pelas ruas amotinando o povo, dando morras aos adversários e ameaçavam os eleitores com multas e mais multas se não votassem no deputado do governo, fossem cavalgadas ou bois nunca mais os podiam por na estrada, tais seriam as multas.

A descrição da eleição na Covilhã deixa claro como foi o ambiente eleitoral e os métodos utilizados. Segundo o jornal, a casa da câmara no dia 18 de Outubro, véspera da eleição, ficou rodeada por cinco sentinelas. Isto incutiu receios nos eleitores como era o propósito dos aliados do executivo. O grande industrial Campos Melo<sup>563</sup> e outros influentes governamentais deram ordens aos seus operários para aparecerem no largo do pelourinho pelas duas horas da manhã. A porta da secretaria da câmara esteve aberta toda a noite, guardada por sentinelas e por onde entravam os homens de mão do governo. Às nove horas abriu-se a urna eleitoral e começou a votação que durou quatro dias. A eleição foi muitas vezes interrompida pelas questões de trocas de listas. Durante as noites de domingo, segunda e terça-feira os galopins eleitorais correram as ruas entrando na casa dos eleitores exigindo votos com ameaças e promessas. Um miguelista Luís António de Carvalho, que se fez fotografar com uma boina carlista, era o principal galopim do governo e gritava por toda a parte: “*guerra a Pinheiro Chagas, que é*

---

<sup>563</sup> José Maria Veiga Campos Melo, grande industrial da Covilhã.

*pedreiro livre, e escreveu contra a nossa senhora de Lourdes*”. Nesta campanha era acompanhado por muitos outros que se diziam miguelistas e lazaristas<sup>564</sup>.

António Pessoa Amorim Navarro venceu a eleição com uma diferença de 476 votos, ganhando por pequenas margens em todas as assembleias eleitorais do concelho da Covilhã<sup>565</sup> o que levou o *Diário da Manhã* a ironizar do seguinte modo: “*O Candidato oposicionista venceria senão fosse a ação do Sr.º Pedroso, que podia abrir loja e colocar a seguinte tabuleta «concerta eleições avariadas»*”<sup>566</sup>. Pinheiro Chagas perdeu uma eleição que chegou a ser dada como certa. O satírico *O António Maria* não deixou passar o facto sem o retratar ironicamente. Pinheiro Chagas surgia caracterizado como uma criança que deixava fugir o balão da mão, representando a eleição perdida, junto de sua mãe representada por Vaz Preto vestido com os trajes da província<sup>567</sup>.

É importante realçar o papel desempenhado por Pedroso dos Santos e a importância das fidelidades pessoais, neste caso à família Tavares Proença, pois independentemente do governo em funções trabalhou com os brancos para derrotar os pretos, tanto na eleição de 1878, estando em funções um executivo regenerador, como na de 1879, governando os progressistas, reforçando a ideia da especificidade da luta política na periferia. As particularidades da vida política local também foram assinaladas na Espanha da Restauração. Carlos Dardé realça que na periferia espanhola os alinhamentos políticos eram desenhados tendo em conta motivos pessoais, tradições familiares, mesmo ódios ou rancores e não tanto a ideologia partidária<sup>568</sup>. Parece-nos ser este o caso de Pedroso dos Santos que sempre esteve no campo oposto dos pretos e ao lado da família Tavares Proença, fosse qual fosse a cor do governo. Contudo, não podemos esquecer a particularidade da Covilhã onde o discurso ideológico esteve muito presente nos anos de 1860 e agora regressava com as mesmas referências ao conservadorismo católico e legitimismo.

A polémica da eleição continuou nas páginas dos jornais *Diário da Manhã* e *O Progresso*, onde foi trocada correspondência entre Pinheiro Chagas e Pedroso dos Santos. No dia 1 de novembro, Pedroso dos Santos explicava a Pinheiro Chagas o

---

<sup>564</sup> Sobre todos estes episódios ver: jornal *Diário da Manhã*, edições dos dias 22, 23, 24 de outubro e 6 de novembro de 1879. A III guerra carlista tinha terminado em 1876 e também por aqui os legitimistas tinham presente os seus irmãos espanhóis.

<sup>565</sup> Jornal *Diário da Manhã*, 30 de outubro de 1879. Nas duas assembleias do concelho de Belmonte ganhou folgadoamente Pinheiro Chagas.

<sup>566</sup> Jornal *Diário da Manhã*, de 24 de outubro de 1879.

<sup>567</sup> Jornal *O António Maria*, de 20 de novembro de 1879. Ver anexo n.º 99.

<sup>568</sup> DARDÉ MORENO, 2003, p. 259.

motivo de ter perdido a eleição. Os seus argumentos baseavam-se na inação na defesa dos interesses locais, o que se entendia pois Pinheiro Chagas não tinha qualquer interesse na cidade serrana nem era natural dali<sup>569</sup>. O candidato derrotado respondeu no dia oito do mesmo mês e atribuía a derrota não à fraude mas sim à desunião entre as várias personalidades da Covilhã que lhe tinham dado apoio, de uma forma unânime, em sufrágios anteriores, nomeadamente a deserção de Campos Melo do lado preto<sup>570</sup>.

Manuel Vaz Preto começava a sofrer as consequências do sucessivo adiamento do caminho de ferro da Beira Baixa e via fugir-lhe a elite covilhanense. Um dos pontos que merece ser realçado é a intervenção dos industriais na rutura com o ilustre par do Reino, nomeadamente Campos Melo, que mobilizaram os seus operários para derrotar Pinheiro Chagas. Não foi por acaso que um elemento destacado da Covilhã, Alexandre Augusto Freire Calheiros, sogro do futuro conde da Covilhã, foi nomeado governador civil de Castelo Branco, a 3 de julho de 1879, no primeiro governo progressista (anexo n.º 56). Esta localidade começava a ter algum peso político. A política beirã estava assente nos ilustres proprietários do sul do distrito, superiorizando-se sempre aos grandes industriais serranos. Estes tinham estado nos últimos anos ao lado dos pretos, esperando que isso os beneficiasse de algum modo. Desvanecidas que estavam, pelo menos para já, as esperanças da construção da linha da Beira Baixa e com Vaz Preto fora das graças governamentais o grito de revolta covilhanense fez-se finalmente ouvir. Relembremos que na Covilhã existiam ideias muito claras sobre o seu modelo de desenvolvimento económico e as necessidades para o alcançar, expressas nas proclamações eleitorais de 1864, analisadas no capítulo IV, nomeadamente o desenvolvimento dos transportes que tanto tardava, desesperando os seus industriais.

A concorrência eleitoral que se verificou na Covilhã transmitiu-se a outros círculos como foi o caso de Idanha e Castelo Branco, onde os candidatos pretos venceram após uma luta cerrada com os pretendentes progressistas, Luís Pinto Tavares Fragoso, em Idanha-a-Nova - onde Manuel Vaz recorreu, mais uma vez, à falsificação do recenseamento, como veremos no ponto sobre a concorrência eleitoral - e José Augusto Ribeiro de Castro, em Castelo Branco. Relembremos que Tavares Fragoso foi eleito pelo Fundão em 1860, com o beneplácito de Tavares Proença (pai), era portanto

---

<sup>569</sup> Jornal *O Progresso*, de 1 de novembro de 1879.

<sup>570</sup> Jornal *Diário da Manhã*, de 8 de novembro de 1879.



um branco, e Ribeiro de Castro esteve com os progressistas entre 1878 e 1881<sup>571</sup>. Note-se que Tavares Fragoso foi «empurrado» para o círculo da Idanha, onde tinha fracas possibilidades de eleição, mostrando a incapacidade de Tavares Proença em conseguir que os seus homens fossem candidatos em círculos onde a eleição pudesse ser considerada como certa.

No Fundão e Sertã não existiu luta política. Se na Sertã a eleição foi pacífica, devido à grande preponderância de Baima Bastos, no Fundão os pretos não combateram, pois, segundo Manuel Vaz, o candidato inicial apresentado pelos brancos era José Bandeira Coelho de Melo, parente do visconde de Tinalhas, um preto, pelo que isso o deixou desarmado, já que não ia combater um amigo, mas nas vésperas das eleições esse candidato foi retirado e apresentado Augusto Saraiva de Carvalho. O lousanense argumentou que essa substituição deveu-se às exigências feitas, pelas hostes governamentais, ao visconde de Tinalhas para combater as candidaturas pretas na Covilhã e Castelo Branco, algo que foi recusado. Só depois desta rejeição surgiu o nome de Saraiva de Carvalho, ficando a oposição sem tempo de preparar uma candidatura<sup>572</sup>.

Outro facto interessante desta eleição é que ela não despertou qualquer protesto na Câmara dos Deputados, sendo o parecer da Comissão de Verificação de Poderes aprovado sem polémica<sup>573</sup>. Esta decisão foi concertada entre Dias Ferreira e Vaz Preto, deixando o primeiro liberdade ao segundo para assestar baterias contra o governo na Câmara Alta onde desfiou o rol de todas as tropelias feitas por Pedroso dos Santos na Covilhã e as violências praticadas em todo o distrito<sup>574</sup>. Vaz Preto fazia questão de não deixar os «seus» assuntos em mãos alheias.

Os argumentos que apresentou na Câmara dos Pares foram praticamente os mesmos que o *Diário da Manhã* tinha dado à estampa. O ministro do Reino, Luciano de Castro, era acusado de ter usado todas as armas para derrotar a candidatura constituinte no círculo de Castelo Branco, o que não conseguiu. Em Vila Velha de Ródão o administrador do concelho ameaçou os eleitores com contribuições e com o recrutamento de mancebos. Acusou Luciano de Castro de prometer subsídios a párocos e a igrejas, perseguir funcionários que estavam com os constituintes, prometeria obras,

---

<sup>571</sup> MÓNICA, 2004, pp. 749-750.

<sup>572</sup> D.C.P., sessão de 24 de fevereiro de 1880.

<sup>573</sup> D.C.D., sessão de 10 de janeiro de 1880.

<sup>574</sup> D.C.P., sessões de 24 e 25 de fevereiro de 1880.

empregos, títulos, tudo o que permitisse angariar votos. Sobre a eleição da Covilhã descreveu exatamente o que tinha sido escrito no *Diário da Manhã*, culpou o ministro do Reino de tudo ter feito para evitar a eleição de Pinheiro Chagas e dirigiu-se mesmo a José Luciano de uma forma bastante violenta ao afirmar: “*Os homens porém de alma pequena e de espírito acabado arreceiam se sempre dos altos merecimentos, com medo que os ofusquem e amesquinhem: não admira, pois, que o sr.º José Luciano de Castro empregasse todos os meios para afastar da câmara aquele cavalheiro*”<sup>575</sup>. Esta alteração entre Manuel Vaz Preto e Luciano de Castro prolongou-se na sessão de 25 de fevereiro de 1880 e foi de tal ordem que o presidente da Câmara dos Pares pediu ao influente beirão que retirasse expressões menos próprias sobre um ministro da Coroa<sup>576</sup>.

Não foi só em Castelo Branco e na Covilhã que Manuel Vaz tinha algo a apontar, também no seu feudo, Idanha-a-Nova, o executivo tentou combatê-lo. Foram feitas as habituais transferências de funcionários e o ministro das Obras Públicas garantia a construção da estrada de Salvaterra e em S. Miguel d’Acha prometia-se o encanamento do ribeiro, uma competência municipal. Nenhuma obra teve começo. No concelho de Penamacor, dizia Vaz Preto: “*O governo, sempre inspirado no desejo de excluir do parlamento os homens mais eminentes do país, até lançou mão de um club de Penamacor, constituído por artistas que propagavam os princípios da internacional*” e espalharam vários panfletos contra a eleição do deputado constituinte, António Augusto de Aguiar, que diziam: “*Penamacorenses, despertai e vede de um lado o patrício, o amigo dedicado, que tratando dos vossos interesses, inclui os seus; e do outro, o desconhecido, o ingrato, que compensa os vossos laboriosos sacrifícios dando o seu voto nas câmaras ao sr. Vaz Preto, sem nunca se lembrar do círculo que o elegeu*”. Vaz

---

<sup>575</sup> D.C.P., sessão de 24 de fevereiro de 1880.

<sup>576</sup> D.C.P., sessão de 25 de fevereiro de 1880. Este incidente teve consequências fora da Câmara. Emídio Navarro no dia seguinte escreveu um artigo, no jornal *O Progresso*, em que atacava violentamente Manuel Vaz Preto, onde, para além de outros mimos, escrevia: “*Na sessão legislativa anterior quando o senhor Vaz Preto militava ao nosso lado contra o governo, escrevemos nós que os discursos do digno par eram a vassoura da câmara. Não fomos inteiramente exatos, apesar da vassoura andar pelo chão. Devíamos antes chamar-lhe barril do lixo. É que eles não varrem: sujam-no. Sujam-no a ele e à câmara, onde faz o despejo*”. Vaz Preto sentindo-se insultado, desafiou-o para um duelo. Decorreu o mesmo no dia 6 de março de 1880 na margem sul, em Cacilhas. Narrava o *Diário da Manhã* a 7 de março: “*Começara, ao que se dizia às 4 horas e meia da tarde. A arma escolhida fora o sabre. O Sr. Vaz Preto ficara ferido na mão direita e o Sr. Navarro ferido e contuso na mão e braço direito. (...) Acrescentava-se que depois de feitos os curativos ao Sr. Navarro, este cavalheiro dera espontâneas explicações ao Sr. Vaz Preto, que lhe estendera a mão muito comovido, elogiando-o e agradecendo-lhe o seu brioso procedimento*”. Vaz Preto não esqueceu estas eleições, um ano depois ainda se referia às artimanhas eleitorais dos progressistas e continuava a sua contenda pessoal com Luciano de Castro dirigindo-se-lhe nestes tons: “*as afirmativas do sr. ministro do reino, a quem por dignidade de mim próprio não me posso dirigir, não têm valor algum.*” Ver: D.C.P., sessões de 01 e 12 de fevereiro de 1881.

Preto lamentou que assim se tratasse tão notável personagem ao mesmo tempo que a sua pessoa era mimoseada da seguinte forma: “*Despertai, cidadãos, e lembrai-vos que o Sr.º Vaz Preto, o chefe desses ingratos, falando da vossa consciência eleitoral, da vossa fé cívica, dizia que se ele um dia se lembrasse de fazer deputado qualquer dos seus cavalos, tinha certa a candidatura no vosso círculo! // Ensinaí vós agora a esse pequeno Calígula, como se vencem as eleições, mostrai-lhe evidentemente que o estandarte da vossa política é a justiça, que o vosso credo são os melhoramentos da vossa terra, que eles arrastaram, que eles despiram imprudentemente*”<sup>577</sup>.

Do lado do governo, o jornal progressista *O Progresso* contra atacava destacando a ação das hostes pretas em Penamacor onde pretensamente Manuel Vaz lançou a discórdia, pois reuniu-se na casa do visconde de Proença-a-Velha com mais de 50 indivíduos “*e exaltando-os com vinho e discursos incendiários para desobedecerem à autoridade os conduziu à administração. O povo indignado levantou vivas ao governo. Os amigos de Manuel Vaz responderam com vivas à República*”. Para o periódico o morgado da Lousa estava desesperado<sup>578</sup>.

Atente-se nos discursos ideologicamente antagónicos que existiam no distrito. Na Covilhã invocava-se o legitimismo e lançava-se um ataque aos pedreiros livres, fazendo eco do discurso político mais conservador. Em Penamacor Vaz Preto acusava o governo de promover um «club» que difundia os princípios da Internacional, ao mesmo tempo que os pretos eram acusados de atirarem vivas à República. É curioso como numa zona rural, que se julgava pouco permeável à difusão destas ideias, as ideologias se estivessem a difundir, apesar de ser possível, no caso de Penamacor, as acusações serem o fruto dos excessos naturais de uma contenda eleitoral levada ao extremo. No entanto, não deixa de ser o eco das ações da esquerda europeia que estava a ser mais visível com a proclamação da III República francesa, em setembro de 1870, a primeira experiência republicana espanhola entre 11 de fevereiro de 1873 e 29 de dezembro de 1874 e a Associação Internacional dos Trabalhadores, conhecida como I Internacional, fundada por Marx em Londres em 1864<sup>579</sup>.

A verdade é que Manuel Vaz Preto tinha sido fortemente combatido nos círculos eleitorais onde estava já habituado a dominar. Sentiu o toque e as dificuldades. As

---

<sup>577</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>578</sup> Jornal *O Progresso*, n.º 824, de 14 de outubro de 1879.

<sup>579</sup> HOBBSAWM, 1988, p. 151.

alterações com Luciano de Castro na Câmara dos Pares demonstram como esta eleição foi importante tanto para o governo como para Manuel Vaz. O ministro do Reino desvalorizou todas as acusações do grande influente beirão, ironizou mesmo ao afirmar que apesar de tantas violências Vaz Preto ganhou em dois círculos por uma forma contundente: *“Num distrito que dá cinco deputados, vencer o digno par apenas em dois círculos, talvez que seja pouco para as suas dimensões políticas, para a sua influência eleitoral, para as suas aspirações de predomínio político naquele distrito. E nesse caso não direi que a sua derrota foi monumental, mas é certo que iludiu as suas esperanças. O desastre foi grande e inesperado, e daí vem as iras, a indignação e o rigor do digno par contra o atual ministro do reino.”*<sup>580</sup>.

Estas eleições demonstram o poderio político e influência eleitoral de Manuel Vaz Preto, a necessidade de fortes alianças para o derrotar e a lenta caminhada de Tavares Proença na luta contra os pretos, necessitando, contudo, de apoios do centro político, neste caso sustentado por regeneradores e progressistas. O pacto entre estas agremiações políticas foi sempre negado pelos seus líderes, mas na realidade Luciano de Castro acabou por admiti-lo implicitamente: *“o terem-se ligado indivíduos que estão em divergência com o digno par, parece-me perfeitamente lógico (...) foi isso o que sucedeu, é o que sempre se tem feito, e o que naturalmente continuará sempre a fazer-se”*<sup>581</sup>.

O que motivou Luciano de Castro a entender-se com Fontes em Castelo Branco? Face à impossibilidade de entendimentos com Vaz Preto, os progressistas estavam conscientes de que não tinham notáveis de peso capazes de lhe fazer frente. Se nos anos de 1860 os históricos tinham tido algum sucesso nos círculos albicastrenses isso deveu-se à ação de Tavares Proença (pai) que, por ligação a Ávila acabava por apoiar os históricos. Luciano de Castro sabia que o Partido Progressista não tinha influência por estas bandas e o próprio Vaz Preto fez questão de o relembrar: *“O Partido Progressista queria apresentar candidato pelo círculo de Castelo Branco. Eram fracos os seus elementos de combate leal, e menores ainda àqueles com que podia contar para a vitória”*<sup>582</sup>. De facto, o Partido Progressista não tinha praticamente apoios no distrito, em 1880 na 4ª assembleia-geral anual do partido, o distrito de Castelo Branco, pelo

---

<sup>580</sup> D.C.P., sessão de 24 de fevereiro de 1880.

<sup>581</sup> IDEM, ibidem.

<sup>582</sup> IDEM, ibidem.

terceiro ano consecutivo, não enviou representantes<sup>583</sup>. Aliás, Castelo Branco era o único distrito do continente que não constituiu centros do Partido Progressista entre 1877 e 1882: surgiu um centro em 1876, que logo desaparecerá, para renascer só em 1885<sup>584</sup>. Manuel Vaz Preto secava politicamente tudo à sua volta.

Outro facto que parece importante foi a experiência da eleição anterior, em que Tavares Proença conseguiu fazer frente à hegemonia de Manuel Vaz, o que permitia a este alimentar a esperança de que o distrito de Castelo Branco não fosse exclusivamente preto. Disso mesmo deu conta José Luciano: “*não podíamos, para ser agradáveis a s. ex.<sup>a</sup>, para contemporizar com os seus desejos, abandonar os amigos políticos que tínhamos em Castelo Branco*”<sup>585</sup>.

O que parece evidente é que Manuel Vaz Preto era o homem a abater tanto para regeneradores como para progressistas, pois reconheciam-lhe capacidade de manobra eleitoral e independência política suficiente para dominar as eleições na grande maioria dos círculos eleitorais de Castelo Branco, como o próprio Fontes Pereira de Melo reconheceu: “*Em Castelo Branco os partidos militantes têm pouca força. Ali o que há, como já por vezes se tem dito, são amigos pessoais do Sr. Vaz Preto e adversários de s. ex.<sup>a</sup>, de modo que quando uns estão com o governo, encontram-se os outros na oposição e vice-versa*”<sup>586</sup>. Era uma confissão do poderio de Manuel Vaz e da dificuldade de penetração dos partidos nacionais no distrito de Castelo Branco.

Esta preponderância eleitoral e política de um cacique no Portugal oitocentista vem contradizer alguma historiografia que defende a não existência de caciques com peso suficiente e independência do governo capazes de manter predomínio político em determinadas zonas do território<sup>587</sup>.

A independência política de Manuel Vaz Preto teria de ser combatida e era necessário que tivesse um rival que lhe pudesse criar obstáculos e resistências. Tavares Proença era o homem ideal, tinha prestígio social e ascendentes com passado político. Pretos e brancos começavam a estar enraizados no distrito de Castelo Branco.

---

<sup>583</sup> FERNANDES, 2010, pp. 111-112.

<sup>584</sup> Agradeço ao Professor Paulo Jorge Fernandes a cedência destes dados.

<sup>585</sup> D.C.P., sessão de 24 de fevereiro de 1880.

<sup>586</sup> IDEM, sessão de 25 de fevereiro de 1880.

<sup>587</sup> BONIFÁCIO, 2007 a), pp. 190-191. Fátima Bonifácio defende que o verdadeiro patrono nas eleições era o governo, embora reconheça que sempre que se fala de caciques em Portugal os nomes pronunciados sejam os de Manuel Vaz Preto e Francisco Tavares de Almeida Proença.

Concluindo, as eleições de 1879 nos círculos eleitorais de Castelo Branco prolongam as desavenças políticas entre brancos e pretos iniciadas em 1878 e elas estavam para durar. Envolveram, também, todos os métodos a que se recorria para efetivar as fraudes eleitorais: recurso à força armada pelas autoridades; transferência de funcionários; violência e ameaças sobre os eleitores; troca de boletins de voto; promessas eleitorais e prolongamento por vários dias do ato eleitoral. Sublinhe-se neste caso, o recurso, de novo, ao discurso ideológico ligado ao conservadorismo católico, mais uma vez na Covilhã, como já tínhamos visto na década de 1860 com os padres Grainha, e ataques a Vaz Preto acusado de republicano, culpando este os adversários de propagarem os valores da Internacional, recorrendo-se mesmo à ofensa quando se atribui ao lousanense uma loucura só comparada com a de Calígula, quando este nomeou para o Senado romano o seu cavalo para exemplificar o seu poder e prepotência em Idanha-a-Nova. De realçar ainda a rutura entre Manuel Vaz Preto e a elite da Covilhã em 1879, que perdeu a esperança na capacidade de influência do morgado da Lousa em trazer para a Beira Baixa o tão ansiado caminho de ferro. Finalmente, as alterações na configuração dos círculos eleitorais veio trazer algumas dificuldades a Manuel Vaz, principalmente no Fundão onde entre 1878 e 1881 foram eleitos dois deputados patrocinados por Tavares Proença e um independente.

### ***5.5- As eleições de 1881 e a definição política de Tavares Proença***

Francisco Tavares Proença (filho) aspirava a uma atuação política com mais protagonismo e as eleições de 1881 continuaram a alimentar-lhe essa ideia.

Após uma passagem tumultuosa pelo governo, as eleições de 21 de agosto deste último ano foram um verdadeiro desastre para os progressistas, como já estudámos atrás. Também já descrevemos no capítulo III como lentamente os constituintes se começavam a desentender, com a recusa da aliança com os progressistas por parte de Manuel Vaz Preto nas eleições de 1881. Embora o grande influente beirão ainda se apresentasse ao combate pelos constituintes, a sua intervenção neste sufrágio foi menos empenhada, tendo como principal objetivo ajustar contas com Luciano de Castro e Braancamp depois do sucedido em 1879. No entanto, isso colocava-o num dilema: que cartas jogar nesta eleição? Recusava a aliança com os progressistas e o seu

compromisso com os constituintes já não era o mesmo, pelo que o único caminho que se avistava era o regresso ao regaço de Fontes Pereira de Melo. Porém, em 1881 isso ainda não era possível, pelo menos às claras. Dentro deste espírito, o passo a dar foi dar liberdade às candidaturas dos regeneradores, mesmo sabendo que algumas delas teriam o apoio de Tavares Proença, como era o caso de Pedro Martins em Castelo Branco, e não abrir mão da «sua» coutada que era Idanha-a-Nova.

O desinteresse, nada habitual, revelado por Manuel Vaz Preto foi percebido por Emídio Navarro que em carta enviada a Luciano de Castro a 19 de julho de 1881 escrevia: “o Vaz Preto em Castelo Branco parece não se incomodar muito e o *Diário da Manhã* continua numa reserva de benevolência inquebrantada”<sup>588</sup>. De facto, o órgão constituinte, financiado por Manuel Vaz Preto, só mencionou as eleições para reclamar da forma como estavam a ser preparadas pelos regeneradores, como que cumprindo uma necessidade de prova de vida política. Referiu-se às somas de dinheiro gastas no círculo de Castelo Branco para apoiar o candidato branco: “*Só para uma igreja no distrito de Castelo Branco foi 1600\$000 réis. A ordem é rica, e, apesar dos frades serem muitos, há caldos para todos (...) em Castelo Branco espera-se uma estrada real para cada lugarejo*” e troçava: “*exatamente como se esperava no tempo de Junot um Camões para cada província. Hão-de ter as estradas como tiveram o Camões*”. Finalmente o periódico concluía que o pároco das Sarnadas pediu na missa os votos para o piedoso governo e que com toda a certeza que se arranjará uma «fratelada»<sup>589</sup>.

Quanto a Tavares Proença aproveitou a acalmia para continuar a alimentar a esperança de substituir Manuel Vaz como homem de mão no distrito, com o apoio de Fontes. O jornal *Defesa da Beira* em 1901, quando historiava as tendências políticas locais, afirmava que Fontes deu força a Tavares conseguindo este eleger Pedro da Silva Martins, professor do liceu de Castelo Branco, um feroz combatente dos pretos e fundador do futuro órgão progressista albicastrense, o *Correio da Beira*, em 1884, como também já foi dito<sup>590</sup>.

O resultado final ditou que os progressistas conseguiram eleger na Covilhã um dos seus escassos oito deputados eleitos no conjunto do país, os pretos elegeram o

---

<sup>588</sup> ALMEIDA, 2001, p. 50.

<sup>589</sup> Jornal *Diário da Manhã*, edições de 4 e 9 de agosto de 1881.

<sup>590</sup> Jornal *A Defesa da Beira*, n.º 373, de 1 de setembro de 1901. No anexo n.º 35 catalogamos Pedro da Silva Martins como governamental. Martins surgiu na Câmara Baixa como deputado eleito pelo governo, no entanto, nunca pertenceu ao Partido Regenerador. Esta eleição foi o último ato da breve aliança entre Fontes Pereira de Melo e Tavares Proença.

tradicional deputado por Idanha, e por Castelo Branco saiu um branco. Nos círculos do Fundão e Sertã venceram os regeneradores (anexo n.º 35).

As eleições de 1881 nos círculos eleitorais de Castelo Branco demonstram o caminho intrincado das alianças pessoais e partidárias. Manuel Vaz aparentemente pouca importância deu ao apoio de Fontes a Tavares, no fundo também ele pretendia a derrota dos progressistas, com quem tinha recusado aliar-se. Como tudo pressagiava, estava a preparar-se para se lançar nos braços do líder dos regeneradores, tal como Braancamp previu em julho de 1881 em carta enviada a Luciano de Castro<sup>591</sup>. Este desinteresse eleitoral foi comprovado, mais uma vez, por este último numa carta ao visconde de Valmor quando constatava, para além da dimensão da sua derrota a nível nacional, algo verdadeiramente invulgar nos últimos tempos: “*De Castelo Branco o Vaz Preto só traz um pela Idanha!*”<sup>592</sup>.

Manuel Vaz Preto estava a preparar uma nova fase da sua vida política, a rutura com os constituintes estava iminente e em breve estaria de braço dado com Fontes tendo a linha da Beira Baixa como pano de fundo para a reconciliação, como vimos no capítulo III. Em novembro de 1882 havia já sinais de aproximação política entre Fontes e Vaz Preto, segundo o jornal *Gazeta da Beira* o novo governador civil, nomeado a 30 de novembro de 1882 (anexo n.º 56), José Liberato Sanches de Sousa Miranda, pactuava com Vaz Preto nos negócios do distrito<sup>593</sup>.

Entretanto, a reaproximação de Manuel Vaz Preto aos regeneradores, levou Tavares Proença a perceber a sua vitória de Pirro o que o fez voltar-se definitivamente para o Partido Progressista. Isso não deixou de ser salientado pelos pretos e a edição do *Diário da Manhã* de 18 de novembro de 1882 referia que os progressistas seriam o caminho para os brancos, ironizava mesmo que até podiam ser os republicanos como era moda entre a gente «finória», e escrevia: “*Nesta época de realismo, em que o interesse individual substitui as convicções políticas, anda melhor o que mais apanhar, e mais o que conseguir estar com todos os governos.// É esta a grande divisa dos brancos; por isso a sua bandeira tem as cores do arco-íris.// Verdade seja que ela não fez a volta do mundo, como disse o ilustre Lamartine, referindo-se à tricolor; mas fez a volta de Vila Velha a Fratel!*”<sup>594</sup>. Sempre a «fratelada» presente. A verdade é que os

---

<sup>591</sup> Ver capítulo III, ponto 3.3.

<sup>592</sup> ALMEIDA, 2001, p. 75.

<sup>593</sup> Jornal *Gazeta da Beira*, n.º 78, de 26 de janeiro de 1908.

<sup>594</sup> Jornal, *Diário da Manhã*, de 18 de novembro de 1882.



brancos procuravam afirmação e tudo faziam para se tornarem mais visíveis, a prová-lo está o empenho com que se apresentavam nas reuniões da Junta Geral de Distrito, onde tinham maioria de um voto em 1882, e cientes desse facto compareciam todos às reuniões para não perderem nenhuma votação<sup>595</sup>.

Apesar de tudo, as primeiras adesões para o lado branco começavam a surgir. Aurélio Pinto Tavares Castelo Branco, influente no Fundão, Vale de Prazeres e Capinha, amigo de infância de Tavares Proença, decidiu, logo após as eleições de 1881, desligar-se de Vaz Preto e aderir aos brancos. A carta que dirigiu a Tavares em agosto de 1881 é elucidativa: *“Há muito que eu estava desligado de compromissos políticos com o Vaz Preto, com quem conservo contudo as melhores relações; continuava eu porem por um concurso de circunstâncias, difíceis de conhecer apoiando no que podia aquele partido”*, portanto já estava distanciado de Manuel Vaz mas continuava a pactuar com ele. À falta de outro líder apoiava-se no que podia trazer benefícios coletivos e pessoais. Apesar das dúvidas, comunicava a Tavares que estava disposto a acompanhá-lo, mas avisava-o de que em relação ao morgado da Lousa não tinham ainda cessado as circunstâncias locais para o continuar a apoiar. Se não tinha declarado o apoio a Tavares Proença há mais tempo era porque ele ainda não se afirmara como líder incontestado dos brancos, mas agora sentia que essa obra estava a caminho *“a que ligarei o meu nome, sujeitando a tudo à tua corte”* e culminava com uma afirmação que exemplifica como as relações pessoais se sobrepunham às relações partidárias: *“deverei declarar que eu não fico sendo nem regenerador nem progressista nem republicano; debes considerar-me sim e só um eleitor teu”*<sup>596</sup>.

Concluindo, as eleições de 1881 fecham um capítulo na luta política entre Manuel Vaz Preto e Francisco Tavares de Almeida Proença. Após um período de domínio incontestado e sem oponentes de peso do ilustre lousanense, a sua cisão com os regeneradores, em 1875, permitiu o renascer a rivalidade com a família Tavares Proença. Esta aliou-se a todos os que combatiam Manuel Vaz, fossem eles regeneradores, em 1878, regeneradores e progressistas em 1879, culminado em 1881 com uma eleição amarga de Pedro da Silva Martins com o beneplácito dos regeneradores. Conseguiu ainda as primeiras adesões de notáveis locais. Os anos que se seguiram foram de reconciliação dos pretos com o Partido Regenerador e a aproximação

---

<sup>595</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>596</sup> DIAS, José Lopes, janeiro de 1971, p. 14.

de Tavares Proença aos progressistas, que terá consequências na luta política local, algo que analisaremos no capítulo VI.

### ***5.6- A geografia da influência***

Após os anos de 1860 em que Manuel Vaz Preto se viu confrontado com um forte oponente e, por vezes, com conjunturas políticas pouco favoráveis para a consolidação do seu poder político no distrito, a década seguinte foi a época da sua afirmação como um grande chefe local. Na realidade, o período que medeia entre 1871 e 1875 foram anos de grande domínio preto no distrito, Manuel Vaz conseguiu eleger deputados e nomear governadores civis entre a sua clientela política. Ao mesmo tempo, construiu a sua aura de grande político e de «fazedor» de eleições, algo que perdurou por toda a sua vida, tendo por trás um governo que lhe dava cobertura e em troca recebia o seu apoio.

Como podemos comprovar pelos anexos n.º 90 e 91 Manuel Vaz estendia o seu braço político onde antes tinha imensa dificuldade em penetrar, na Covilhã e no Fundão. Ali, Manuel Pinheiro Chagas, um destacado elemento do partido preto, conseguiu unir os influentes locais à sua volta até 1878. A elite económica da Manchester portuguesa via em Vaz Preto o influente capaz de trazer o caminho de ferro para a Beira Baixa. As eleições de 1879 marcaram uma reviravolta na atitude política das elites serranas que passaram a apoiar elementos progressistas, o que prova o espírito rebelde e autónomo dos covilhanenses, que sempre tiveram em conta os seus interesses económicos. Já tinha sido assim nos anos de 1860.

No Fundão, em 1871 e 1874, funcionou a aliança Agostinho Fevereiro/Vaz Preto. Contavam ainda com o apoio dos Franco Frazão e dos Franco Castelo Branco. Um fator a ter em conta era o desenho deste círculo com a reforma eleitoral de 1869, pois incorporava os concelhos de Penamacor e S. Vicente da Beira onde Vaz Preto dominava. As eleições de 1878 e 1879 provam como a alteração da legislação eleitoral de 1878 atingiu o poder de Manuel Vaz Preto. Por um lado, a junção do concelho de Oleiros a esta circunscrição fez diluir a sua influência, por outro lado, a conjuntura política entre de 1878 e 1879 foi-lhe adversa, tendo Tavares Proença vitórias significativas por aqui.

O círculo de Castelo Branco é aquele que apresenta mais volatilidade. Em 1871 e 1874 as eleições foram realizadas de acordo com o decreto de 18 de março de 1869, estando Castelo Branco unido ao concelho de Idanha-a-Nova, onde Manuel Vaz tinha mais força eleitoral. A partir de 1878, com a rivalidade reinstalada entre pretos e brancos e a redefinição do círculo, Tavares Proença levou a melhor, ao ponto de Manuel Vaz Preto só conseguir a eleição de um elemento da sua facção em 1879.

Sertã, Proença-a-Nova e Vila de Rei onde pontificava a figura de Baima Bastos mantinham a tradição de independência face a pretos e brancos. Note-se a extrema dificuldade de Manuel Vaz Preto em se movimentar politicamente a sul do concelho de Castelo Branco, nomeadamente em Vila Velha de Ródão, onde perdeu as eleições de 1878 e 1881, região onde Tavares contava com a habilidade eleitoral e a capacidade de movimentação entre as gentes locais de Pedroso dos Santos. Tavares Proença conseguiu recuperar alguma hegemonia que o seu pai tinha patenteado neste círculo nos anos de 1860.

Idanha-a-Nova continuava a ser o baluarte preto, após a reintrodução do círculo em 1878. Por aqui foram eleitos dois elementos pretos e um destacado vulto do Partido Constituinte.

A força eleitoral de Manuel Vaz Preto residia, essencialmente nos concelhos de Idanha-a-Nova, Penamacor, numa parte do concelho de Castelo Branco e S. Vicente da Beira, não sendo de estranhar as vitórias nos círculos de Castelo Branco e Fundão em 1871 e 1874. Nos concelhos da Covilhã, Belmonte e Fundão teve de negociar apoios, no primeiro com os grandes industriais, e no Fundão com Agostinho Fevereiro, e as famílias Franco Frazão e Franco Castelo Branco. Podemos concluir que o núcleo duro do partido preto era formado no final dos anos de 1870 por João António Franco Frazão, os Franco Castelo Branco, Manuel Pinheiro Chagas, famílias Graciosa e Borralha, os irmãos de Manuel Vaz, João José e Fernando Vaz Preto e o cunhado Guilhermino Augusto de Barros.

Tavares Proença baseava a sua força em Castelo Branco nalgumas personalidades, como a família Mesquita e Castro e Pedro da Silva Martins, em Vila Velha de Ródão no poder de Pedroso dos Santos e mostrava alguma capacidade de intervenção no círculo do Fundão após a junção do concelho de Oleiros, tendo aqui influência a família Mesquita e Castro, que elegeu um seu elemento em 1878.

### ***5.7- Os deputados eleitos***

Em relação aos deputados eleitos aumentou a percentagem de não naturais do distrito. Dos 18 deputados escolhidos entre 1871 e 1881 apenas quatro, 22% do total, nasceram por estas bandas, sendo dois deles elementos brancos, ambos de Castelo Branco, uma personalidade da Covilhã e um preto do Fundão (anexo n.º 61). Tal como seu pai, Tavares Proença conseguia eleger mais elementos oriundos do distrito do que Manuel Vaz Preto.

Já em relação aos não naturais do distrito representam 78%, correspondendo a catorze personalidades. Destes, pontificam as individualidades ligadas a Vaz Preto, destacando-se neste particular, António Augusto de Aguiar, Jaime Moniz ou Manuel Pinheiro Chagas, personalidades importantes da política portuguesa, o que demonstra a maior capacidade e visibilidade política de Manuel Vaz. Mais uma vez, alguns elementos apesar de não serem naturais do distrito tinham relações de afinidade políticas e pessoais nesta região, como são os casos dos já conhecidos Baima Bastos ou Pedroso dos Santos e os elementos pretos familiares de Manuel Vaz (anexo n.º 62).

No que diz respeito ao estatuto socioprofissional, os proprietários continuam a predominar entre os naturais do distrito, mas registe-se o surgimento de um industrial, um covilhanense, e um advogado também ligado ao ensino liceal. Lentamente a base de recrutamento dos deputados oriundos da região ia mudando, de acordo com as transformações políticas a norte do distrito, como é o caso da Covilhã, ou a ascensão de novas personalidades fora do círculo dos proprietários. Entre os não naturais do distrito continuam a ter preponderância os advogados e professores universitários. Realce-se que os dois proprietários eleitos são familiares de Vaz Preto, da família Graciosa, oriundos de Águeda, onde tinham grandes domínios agrícolas. Mas, também entre esta categoria há inovações entre os eleitos, já que nos aparecem jornalistas, o que vai ao encontro na evolução da sociedade portuguesa, com a crescente importância da palavra escrita no mundo político, o que dava protagonismo aos seus agentes (quadro n.º 24 e anexos n.º 61 e n.º 62).

É de realçar o crescimento dos eleitos que não nasceram no distrito, comparativamente ao período anterior. Este facto pode estar associado, por um lado, à crescente influência do poder central junto da periferia, continuando a necessitar, contudo, da intermediação dos influentes locais para a gestão dos assuntos públicos,

estabelecendo-se uma partilha de poder entre estes e o Estado e, por outro lado, à reestruturação partidária dos anos de 1870: a forte liderança de Fontes Pereira de Melo entre os regeneradores, o surgimento do Partido Progressista com uma estrutura definida e o renascimento do Partido Constituinte onde pontificava Manuel Vaz Preto, trouxeram alguma dificuldade aos notáveis locais em elegerem elementos oriundos do distrito, ao contrário dos anos de 1860 em que as linhas partidárias eram muito ténues, dando mais liberdade de negociação às elites locais.

**Quadro n.º 24 - Estatuto socioprofissional dos deputados eleitos nos círculos eleitorais de Castelo Branco (1871-1881)**

<b>Estatuto socioprofissional</b>	<b>Naturais do distrito</b>	<b>Não naturais do distrito</b>
Proprietários	2	2
Proprietário/Industrial	1	
Advogado/Professor liceal	1	
Advogados		6
Professores universitários		3
Funcionários da administração pública		1
Jornalista		2
<b>Totais</b>	<b>4</b>	<b>14</b>

Fontes: Mónica (Coord.), 2004, 2005 e 2006.

Resumindo, pretos e brancos estavam em luta aberta pelo domínio político do distrito, levando Manuel Vaz Preto uma vantagem importante que se reflete na geografia eleitoral. Movimentava-se muito bem no interior dos corredores do poder e tinha uma relação próxima com as elites políticas na capital. Estes fatores permitiram-lhe dominar alguns círculos eleitorais e eleger como deputados elementos constituintes e regeneradores exteriores ao distrito. Já Tavares Proença baseava o seu poder em elementos locais, sendo que três dos quatro deputados eleitos oriundos do distrito são seus apoiantes, o que revela uma maior dificuldade em se movimentar fora da região.

### ***5.8- Eleições: eleitores, participação e concorrência***

No que ao número de eleitores diz respeito o período em estudo neste capítulo ficou marcado pela legislação de 1878 que instituiu novas regras, já escarpelizadas atrás. Como podemos constatar no quadro seguinte o corpo eleitoral cresceu extraordinariamente e, para além deste facto, também verificamos que há oscilações

súbitas, entre 1871/1874 e 1879/1881, algo que já foi verificado em anos anteriores<sup>597</sup>. Muito provavelmente esta situação terá a ver com as atualizações dos cadernos eleitorais.

**Quadro n.º 25 - N.º de eleitores no distrito de Castelo Branco (1871-1881)**

Ano da eleição	Eleitores
1871	14641
1874	15777
1878	33250
1879	33925
1881	33476

Fontes: D.G, D.C.D. e A.H.P.

As mudanças legislativas também influíram na relação entre eleitores e número de habitantes do distrito, chegando quase aos 20% no ano de 1878, o que não deixa de ser um crescimento assinalável (quadro n.º 26).

**Quadro n.º 26 - Percentagem de eleitores em relação ao número de habitantes do distrito de Castelo Branco em 1878**

Censo da população	Habitantes	Eleições	Eleitores	% de eleitores
1849	138274	1852	8322	6%
1864	159505	1864	13408	8,4%
1878	173983	1878	33925	19,5%

Fontes: Censo de 1849: A.N.T.T., M.R., maço 3371; Censo de 1864: E.P., 1868; Censo de 1878: E.P., 1881; Número de eleitores e votantes: D.C.D. e A.H.P.

Percebemos melhor a dimensão das alterações operadas se tivermos em conta os dados de cada círculo (quadro n.º 27).

**Quadro n.º 27 – Crescimento do corpo eleitoral nos círculos do distrito de Castelo Branco com a lei de 1878**

Círculo eleitoral	1868	1874	1878	1879	1881
Castelo Branco	2454	4069	6868	6700	6769
Sertã	2810	4935	5904	6341	6 610
Covilhã	1943	2640	8519	8168	8 220
Fundão	2660	4133	6639	6969	7151
Idanha-a-Nova	2105	-	5320	5747	4726
Proença-a-Nova	2212	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>14184</b>	<b>15777</b>	<b>33250</b>	<b>33925</b>	<b>33476</b>

Fontes: D.G, D.C.D. e A.H.P.

<sup>597</sup> Ver quadro n.º 19 do capítulo IV.

Os anos de 1868 e 1874 representam as duas últimas eleições realizadas pelas leis eleitorais de 1859 e 1869, respetivamente, para assim podermos comparar a evolução do número de recenseados. No caso de Idanha-a-Nova, cujo território eleitoral é exatamente igual em 1868 e 1878, o eleitorado cresceu 153%, entre aquelas duas datas, e no da Covilhã, que não teve alteração no círculo em relação à lei de 1869, 223%, entre 1874 e 1878. Para se ter uma noção da mudança verificada, assinale-se que neste último ano a Covilhã tinha mais eleitores do que o distrito de Castelo Branco em 1852 (8322), quando vigorava o sistema plurinominal. Nos restantes círculos a evolução é difícil de avaliar, já que sofreram modificações territoriais importantes. De qualquer modo, pode-se dizer que cresceram de uma forma mais moderada e mantiveram uma dimensão semelhante entre si.

A participação eleitoral global no distrito de Castelo Branco foi sempre superior a 50%, no entanto, só em 1879 ficou acima do todo nacional (quadro n.º 28). Em certos anos é muito mais baixa, algo que também já tinha sucedido em 1868 e 1869.

**Quadro n.º 28 - Participação eleitoral nos círculos eleitorais do distrito de Castelo Branco 1871-1881**

Ano da eleição	Eleitores	Votantes	Participação	Participação nacional
1871	14641	8240	56,3%	56,4%
1874	15777	7796	59,4%	64,5%
1878	33250	17806	53,6%	63,5%
1879	33925	22743	67%	64,9%
1881	33476	17750	53%	58,4%

Fontes: Número de eleitores e votantes do distrito: D.C.D. e A.H.P.; Participação eleitoral nacional: ALMEIDA, 1991, p. 143.

Apesar da participação nos atos eleitorais continuar a ser significativa ela é menor do que no período anterior quando comparamos as médias de participação global do distrito (quadro n.º 29).

**Quadro n.º 29 - Valores médios de participação no distrito de Castelo branco (1860-1881)**

Período	Média
1860-1868	64,9%
1869-1870	62%
1871-1881	55,9%

Este facto pode estar associado a dois fatores: a acalmia política verificada nas eleições de 1871 e 1874, não existindo concorrência entre candidatos, não havendo a

mobilização extraordinária dos eleitores, e a partir de 1878 o aumento do corpo eleitoral.

Se observarmos a participação por círculo eleitoral verificamos que Idanha-a-Nova, Covilhã e Sertã apresentam oscilações e em Castelo Branco um grande crescimento a partir de 1878. O Fundão é o círculo que apresenta menor oscilação na participação eleitoral, mas sempre com uma tendência decrescente (quadro n.º 30)<sup>598</sup>.

**Quadro n.º 30- Participação eleitoral nos círculos eleitorais de Castelo branco (1871-1881)**

<b>Círculo eleitoral</b>	<b>1871</b>	<b>1874</b>	<b>1878</b>	<b>1879</b>	<b>1881</b>	<b>Média</b>
Castelo Branco	55,1%	50,3%	93%	75,6%	76,7%	70,1%
Sertã	71,5%	53,9%	61,7%	37%	71,6%	59,1%
Covilhã	49,7%	44,2%	27,1%	87%	44%	50,4%
Fundão	43,1%	46,6%	58,4%	44,8%	33,2%	45,2%
Idanha-a-Nova	-	-	29,8%	88,8%	38,9%	52,5%
<b>Total do distrito</b>	<b>56,3%</b>	<b>49,4%</b>	<b>53,6%</b>	<b>67%</b>	<b>53%</b>	<b>55,9%</b>

Fontes: D.G., D.C.D. e A.H.P.

As variações são mais bruscas depois de 1878 facto que prova que o alargamento do censo influenciou a participação eleitoral.

Os números mostram ainda que em momentos de fraca concorrência eleitoral a participação é baixa, mas em ocasiões de grande disputa entre candidatos a deputados ela sobe de forma vertiginosa, recorrendo os caciques à máxima mobilização dos eleitores (quadro n.º 31).

**Quadro n.º 31 – Círculos eleitorais de Castelo Branco com elevada concorrência eleitoral (1878-1881)**

<b>Ano da eleição</b>	<b>Círculo eleitoral</b>	<b>Participação</b>
1878	Castelo Branco	93%
1879	Covilhã	87%
	Idanha-a-Nova	88,8%
	Castelo Branco	75,6%
1881	Castelo Branco	76.7%

Assim, em 1878 o círculo de Castelo Branco assistiu a uma enorme contenda entre o candidato branco, Pedroso dos Santos e o candidato preto, Albano Caldeira. Ambos os lados arregimentaram todos os trunfos eleitorais tendo a participação

<sup>598</sup> Para melhor se perceber o movimento da participação eleitoral nestes anos consultar os gráficos nos anexos n.º 68, n.º 71, n.º 74, n.º 77 e n.º 80.



alcançado números inauditos. A eleição de 1879 foi disputadíssima na Covilhã, Idanha-a-Nova e Castelo Branco, tendo mais uma vez a participação subido extraordinariamente nos dois primeiros círculos e em Castelo Branco não atingiu os valores da eleição anterior, mas subiu face aos anos de 1871 e 1874, quando não existiu qualquer concorrência. Estes picos condicionavam fortemente os números da participação no distrito, como o caso de 1879 demonstra. A luta eleitoral neste ano foi terrível entre regeneradores e progressistas, levando ao aparecimento de candidaturas alternativas em mais círculos do que era habitual, daí que este seja o ano em que a participação no distrito foi mais alta, sendo a única vez que superou a taxa de participação nacional, também ela elevada (quadro n.º 28). Convém ainda realçar a eleição de 1881 em Castelo Branco que repetiu uma renhida batalha entre os apoiantes de Manuel Vaz e Tavares Proença, onde Fernando Caldeira pelos pretos e Pedro da Silva Martins pelos brancos disputaram a eleição, registando-se uma participação em linha com a eleição anterior.

As fraudes eleitorais continuaram a ser um fator que inflacionava o número final de votantes, seja por compra de votos, em 1878 e 1881, seja por favores pessoais e coletivos, por coação junto da urna, ou pela manipulação dos recenseamentos, como aconteceu, mais uma vez, em Idanha-a-Nova, exatamente nos mesmos moldes da eleição de 1868.

De novo, num momento de grande confronto político, entre António de Augusto de Aguiar, constituinte apoiado pelo morgado da Lousa, e Luís Fragoso, elemento branco, os números de eleitores e de votantes subiram de forma anormal e os registos da eleição não condizem entre as várias fontes, denunciando irregularidades que passaram, certamente, pelo recenseamento indevido de indivíduos ligados a Manuel Vaz Preto (quadro n.º 32).

**Quadro n.º 32 – Eleição em Idanha-a-Nova em 1879**

<b>Eleitores D.G. (1)</b>	<b>Votantes D.C.D. (2)</b>	<b>Eleitores A.H.P. (3)</b>	<b>Votantes A.H.P. (4)</b>
4986	5113	5747	5106

Fontes: 1- D.G. n.º 232, 9 de dezembro de 1880; 2- D.C.D., sessão de 9 de janeiro de 1880; 3 e 4- A.H.P., A.E.M., caixa 1037-A.

A eleição foi deveras disputada já que o jornal *Diário Ilustrado* chegou a anunciar a vitória de Luís Fragoso, tendo Vaz Preto de recorrer a todos os métodos

necessários para vencer<sup>599</sup>. Note-se que nas eleições de 1878 e 1881 os candidatos pretos neste círculo não tiveram adversários e os níveis de participação foram muito baixos, claro sinal de que não foi necessário recorrer ao recrutamento de apoiantes. Idanha-a-Nova continuava a ser controlada totalmente por Manuel Vaz Preto que mobilizava os eleitores de acordo como as suas conveniências políticas, algo que ficou bem demonstrado em 1878 quando três candidatos pretos, propositadamente, ficaram empatados, como ficou escrito neste capítulo.

Também na Covilhã assistimos a uma grande movimentação de eleitores e fraudes diversas em 1879, já descritas, para se concretizar a derrota de Pinheiro Chagas, algo que não tinha acontecido na vitória fácil do candidato preto em 1878, onde a taxa de participação foi bastante modesta, tal como se verificou com a vitória de Augusto Saraiva de Carvalho em 1881.

Pelo exposto, podemos afirmar que o crescimento do número de eleitores em 1878 podia trazer dificuldades no seu recrutamento, mas não o impedia e aprofundou as práticas políticas de fraude e coações, já assinaladas em décadas anteriores. Estas asserções dão razão a Manuel Vaz Preto quando criticou o modelo eleitoral como um momento em que o voto era depositado na «panela» por um povo politicamente ignorante que se deixava recrutar pelos agentes do governo ou pelos influentes locais. Só assim se explicam as elevadas participações nos momentos em que existia uma disputa real entre dois candidatos e a desmobilização quando a vitória era dada como certa a um determinado indivíduo, não havendo necessidade de movimentar um número significativo de eleitores, eximindo-se o cacique dessa tarefa, explicando as oscilações verificadas na participação eleitoral, mais significativas após 1878. Este é o caso típico de Idanha-a-Nova e de alguma forma do Fundão e da Sertã. As cidades apresentam outra realidade, embora Castelo Branco se assemelhe muito aos comportamentos dos círculos rurais no que diz respeito à influência dos caciques, Manuel Vaz e Tavares Proença, na mobilização dos eleitores, não sendo esse o caso da Covilhã que demonstra ser mais combativa, empenhada e menos dócil politicamente.

Neste capítulo é pertinente fazer a comparação entre as duas cidades do distrito no que diz respeito à participação eleitoral e práticas políticas. Apesar de em Castelo Branco existir mais concorrência eleitoral, muito motivada pelo aparecimento em cena

---

<sup>599</sup> Jornal *Diário Ilustrado* de 21 de outubro de 1879. Os números que usámos para os cálculos da participação eleitoral foram os do A.H.P., por nos parecerem mais credíveis.

de Tavares Proença, o círculo continua a revelar apatia e conformismo face aos grandes influentes locais. Mesmo em momentos de pouca concorrência eleitoral, como foram as eleições de 1871 e 1874, a taxa de participação ultrapassou os 50%. Nos sufrágios seguintes, com os brancos no terreno e com a alteração da configuração do círculo, houve grande movimentação de votantes na parte sul da circunscrição, nas zonas mais ruralizadas, concelho de Vila Velha de Ródão, onde Pedroso dos Santos manobrou a favor da causa de Tavares Proença. Não nos podemos esquecer de que os grandes proprietários locais estavam com brancos e pretos, logo não havia espaço para uma terceira força, o que explica, em parte, as características políticas deste círculo.

Já a Covilhã apresenta uma maior oscilação na participação: se entre 1871 e 1878 Pinheiro Chagas foi eleito sem objeções, mas com níveis de participação sempre abaixo dos 50%, não chegando mesmo aos 28% em 1878, em 1879 a contestação ao candidato preto levou as emoções ao rubro elevando a participação para os 87%, voltando a níveis normais em 1881 (quadro n.º 30). A Covilhã continuava a mostrar capacidade de intervenção e mobilização política, algo que não era visível na capital de distrito. As diferenças eram assinaláveis e não é de estranhar que a postura política dos serranos esteja ligada à sua necessidade de crescimento económico que só seria sustentável com o desenvolvimento dos meios de transporte. Castelo Branco tinha o seu lugar assegurado como centro político-administrativo, que, por vezes, lhe causava alguns desaguisados com outras localidades, como os manifestos da Sertã em 1865 mostram. Castelo Branco perdia claramente protagonismo económico para a sua congénere distrital e parecia uma cidade acomodada politicamente, face à preponderância das duas famílias beirãs.

Como conclusão deste capítulo, os anos de 1870 começaram sob os auspícios do poder de Manuel Vaz Preto que dominou sem contestação até 1875, data da sua rutura com Fontes. A partir daqui o influente beirão teve de enfrentar adversários políticos mais combativos a nível regional que procuraram refúgio numa figura socialmente respeitável, Francisco Tavares de Almeida Proença (filho), que por sua vez procurou aliar-se aos oponentes nacionais de Manuel Vaz, aos regeneradores em 1878 e a estes e aos progressistas em 1879, estabelecendo uma intermediação entre o centro e a periferia na tentativa de derrotar um cacique poderoso. Nestes anos o distrito assistiu a enormes contendas entre pretos e brancos, replicando a luta pelo poder a nível nacional entre regeneradores e progressistas, e onde, um pouco inesperadamente, as ideologias radicais

continuaram a fazer eco, o discurso legitimista e conservador católico acompanhado, segundo as fontes, pelo aparecimento de um «club» em Penamacor que defendia as ideias da Internacional.

Em relação ao comportamento eleitoral do distrito, a cidade da Covilhã continuou a patentear as suas particularidades, face à previsibilidade dos círculos rurais e da própria congénere albicastrense. A elite de industriais serranos tinha nítida consciência das medidas necessárias para o crescimento económico e entrou em rutura com Manuel Vaz Preto em 1879 quando se apercebeu que o par do Reino já não conseguia satisfazer os seus interesses. Enquanto Idanha-a-Nova continuou sob domínio preto, um exemplo típico de um círculo que se submete à tutela de um cacique, Tavares Proença e Vaz Preto disputavam a supremacia no Fundão e em Castelo Branco, continuando a Sertã no seu caminho independente ligada a Baima Bastos.

Os anos de 1870 representam ainda um momento em que se verificaram alterações nas práticas políticas. A legislação eleitoral de 1878 provocou o crescimento substancial do corpo eleitoral que obrigou a mobilizar mais eleitores em momentos de grande concorrência eleitoral e estimulou a manipulação das eleições com fraudes e coações várias, utilizando-se para isso métodos já usados na década anterior, mas numa escala maior, o que conduziu, por sua vez, a uma oscilação na participação eleitoral, factos que provam a capacidade dos caciques de controlarem o eleitorado. A reestruturação partidária e a estruturação do Estado liberal deu menos margem de manobra aos influentes locais na negociação das candidaturas a deputados, impondo-se com mais facilidade o centro político o que originou um crescimento assinalável de deputados não naturais do distrito, onde proliferavam os funcionários públicos e as profissões liberais, já entre os naturais do distrito continuaram a preponderar os proprietários, mas nota-se uma abertura a outras atividades como os industriais, advogados e professores.

## Capítulo VI- Partido preto e partido branco: o período dos pactos (1884-1900)

### 6.1- A reforma eleitoral de 1884: o redesenho eleitoral do distrito

Com o regresso dos regeneradores ao poder em 1881 iniciou-se um renovado ciclo de reformas políticas, das quais fez parte uma nova alteração do modelo eleitoral aprovado pela lei de 21 de maio de 1884. O número de deputados foi aumentado para 157 e o direito de voto manteve-se inalterado em relação à lei de 1878. A grande novidade passava pela reintrodução das circunscrições plurinominais nos círculos com sede na capital de distrito, 21 no total, onde eram eleitos 72 deputados que iriam coexistir com 79 círculos uninominais. Nestes foram eliminadas as segundas voltas e nos plurinominais estabeleceu-se o sistema de voto limitado que consistia em cada eleitor votar num número de nomes inferior ao dos deputados a eleger no respetivo círculo. Esta fórmula tinha como objetivo assegurar uma representação mínima às forças da oposição e evitar a monopolização da representação parlamentar pelas listas dos apoiantes do governo. Era proibida a concentração de votos num único candidato e os eleitores podiam combinar as listas com nomes de candidatos de diferentes partidos. A lei de 1884 estabeleceu ainda o mecanismo de acumulação de votos que permitia a eleição de mais seis deputados com os votos dispersos pelos vários círculos desde que perfizessem mais de 5000 votos<sup>600</sup>.

A proposta do governo regenerador teve discussão acalorada na Câmara dos Pares, onde, mais uma vez, Manuel Vaz Preto foi um dos protagonistas. Voltou a um dos seus cavalos de batalha: o alargamento do corpo eleitoral realizado em 1878, que se mantinha com esta lei, e com o qual continuava a não concordar nem a perceber o seu alcance: *“E para que? Para estenderem o direito de votar aos mendigos e aos vadios? Era melhor para quem vai neste caminho, alargar a esfera do eleitor até aos menores, até aos mentecaptos e até aos habitantes de Rilhafoles!”*. Defendia que mendigos e vadios não sabiam o significado da eleição e que não estariam em condições de votar, pois eram facilmente manipuláveis surgindo a fraude, a corrupção e voltava ao que já

---

<sup>600</sup> ALMEIDA, 1991, pp. 48 e 60-62.

tinha defendido em 1878: “*entendo que é necessário atender à instrução e civilização do povo e deixá-lo só usar dos direitos para que ele tem capacidade*”<sup>601</sup>.

Apesar das divergências, em 1884 o lousanense encontrava-se numa situação diferente em relação ao governo: se em 1878 esteve em guerra aberta com Fontes Pereira de Melo, agora tinha dois constituintes no executivo, um deles um elemento preto, Pinheiro Chagas, pelo que estaria com o ministério na votação do projeto. Porém, continuava a achar que só poderia haver representação nacional genuína com a elevação do censo. O seu grande argumento era o de que o voto podia ser facilmente comprado perante eleitores ignorantes e sem rendimentos: “*O censo e o saber ler e escrever são presunções de que o eleitor tem conhecimento do seu direito, e pode livremente exercê-lo e dar o seu voto (...) Pois o voto de um mendigo há de ter tanto valor como o de um grande capitalista? Pois o voto de um vadio há de significar o mesmo do que o de um grande proprietário? Pois o vadio e o mendigo, que nada têm que perder, e que não concorrem com um ceitil sequer para as necessidades públicas, para as despesas da sociedade, hão de partilhar igualmente com o capitalista, com o proprietário, e ter a mesma intervenção que eles na escolha dos homens que hão de fazer as leis?*” e concluiu acentuando o que já tinha defendido em 1878: “*torno aqui a repetir alto e bom som que estou plenamente convencido de que a representação nacional nunca exprimirá a vontade do país, enquanto se não elevar o censo e exigir ao eleitor o saber ler e escrever*”<sup>602</sup>.

Recuperando um projeto constituinte apresentado em 1882<sup>603</sup>, considerava que o único aspeto positivo da proposta do governo era a eleição por acumulação de votos, mas não estava isenta de críticas: “*Para os plurinominais estabelece a representação das minorias (...); e para os uninominais vota-se apenas num nome, e é eleito o mais votado, e estabelece também a representação das minorias por acumulação de votos em todo o país. Neste ponto já há uma grande desigualdade, porque os círculos*

---

<sup>601</sup> D.C.P., sessão de 13 de maio de 1884.

<sup>602</sup> IDEM, *ibidem*.

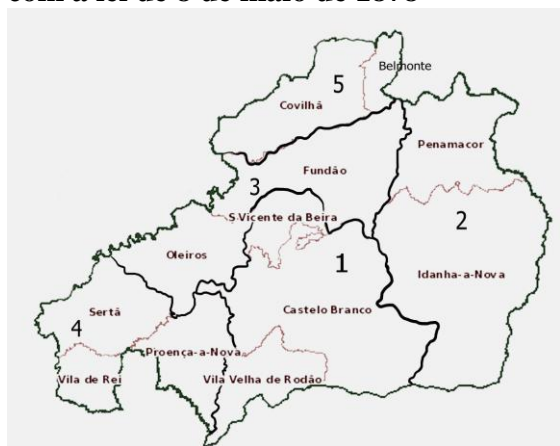
<sup>603</sup> Em 1882 José Dias Ferreira apresentou uma proposta sobre a acumulação de votos. Segundo o ilustre constituinte era necessário dar voz a todos os deputados que não se agrupavam à volta dos interesses locais, mas sim em redor de princípios e ideias gerais das quais beneficiavam todos os cidadãos, que tivessem pelo menos 6000 votos contabilizados em todos os círculos. José Dias entendia que desta forma se estimulava a participação dos eleitores, pois mesmo sabendo da impossibilidade de ser eleito um candidato em determinado círculo existia ainda a esperança de uma eleição pela acumulação de votos: “*somando-se todos os votos, qualquer que seja o círculo eleitoral em que apareçam, nenhum eleitor pode julgar-se desinteressado de concorrer à urna com o pretexto de que o seu voto a ninguém aproveita*” (D.C.D., sessão de 21 de janeiro de 1882). A ideia foi recuperada por Fontes, com pequenas diferenças, e contemplada na nova lei.

*plurinominais ficam com mais garantias e mais direitos do que os uninominais, porque ficam com duas representações de minorias, têm a que a lei lhes faculta, e ao mesmo tempo a dos votos por acumulação*”, ou seja, Manuel Vaz era contra que nos círculos plurinominais se pudesse representar as minorias e ao mesmo tempo votar nos candidatos por acumulação. Neste capítulo ia ao encontro da lei espanhola de 1878 onde os votos por acumulação eram apenas contados nos círculos uninominais. Concluía, sem rodeios, que preferia a eleição indireta ou então elevaria o censo da lei de 1878 e estabeleceria a representação das minorias pela acumulação de votos, esta última hipótese era nem mais nem menos do que o decalque da proposta constituinte de janeiro de 1882<sup>604</sup>. Manuel Vaz mantinha-se fiel às ideias já defendidas em 1878, sem educação e sem eleitorado esclarecido não podia haver alargamento do voto.

Apesar das críticas, Manuel Vaz Preto aprovou a nova lei que consagrava no distrito de Castelo Branco quatro círculos, feitos em grande parte à sua medida (mapa n.º 4).

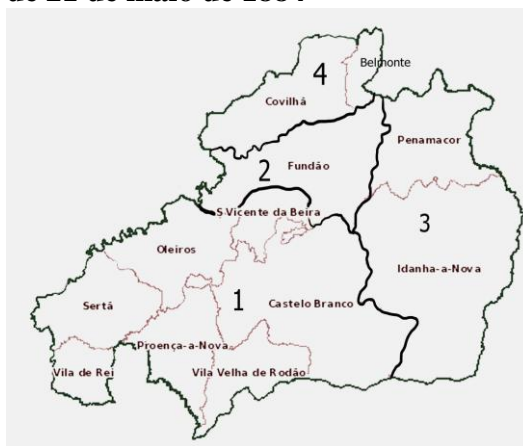
#### **Mapas n.º 3 e n.º 4 - Comparação entre a divisão eleitoral de 1878 e 1884 do distrito de Castelo Branco**

**Mapa n.º 3- Círculos eleitorais do distrito de Castelo Branco de acordo com a lei de 8 de maio de 1878**



**Legenda:** 1- Círculo de Castelo Branco; 2- Círculo de Idanha-a-Nova; 3- Círculo do Fundão; 4- Círculo da Sertã; 5- Círculo da Covilhã.

**Mapa n.º 4- Círculos eleitorais de Castelo Branco de acordo com a lei de 21 de maio de 1884**



**Legenda:** 1- Círculo Plurinominal de Castelo Branco: elegia três deputados, um pela minoria; 2- Círculo do Fundão; 3- Círculo de Idanha-a-Nova; 4- Círculo da Covilhã.

Fonte: <http://atlas.fcsh.unl.pt/>

<sup>604</sup> D.C.P., sessão de 14 de maio de 1884.

O círculo plurinominal de Castelo Branco era bastante extenso e englobava a Sertã, zona de influência de Baima Bastos, com quem Manuel Vaz Preto teria de negociar. O círculo do Fundão, finalmente liberto da vingança de Fontes de 1878, poderia estar ao seu alcance, graças à ação dos Franco Frazão e dos Franco Castelo Branco, onde despontava João Franco, elemento com quem tinha, por agora, uma boa relação, no momento em que estava novamente nas graças dos regeneradores e onde João se começava a movimentar com grande à-vontade. A Covilhã poderia ser um círculo mais difícil, uma vez que as duas últimas eleições se manifestaram pouco abertas às candidaturas pretas, de onde resultou uma aproximação aos elementos progressistas. Finalmente, a Idanha-a-Nova continuaria preta face à não alteração da sua configuração.

A nova lei eleitoral tinha os objetivos de alcançar a pacificação política e a estabilização do regime com as garantias dadas à oposição de não ter uma representação parlamentar minúscula. Segundo Pedro Tavares de Almeida, esses propósitos foram alcançados, sendo as eleições substituídas por verdadeiros acordos entre as várias forças políticas<sup>605</sup>. Analisaremos de seguida como funcionou este sistema nos círculos eleitorais de Castelo Branco e como se comportaram pretos e brancos.

## ***6.2- A difícil implantação do partido branco na política regional***

Enquanto Manuel Vaz Preto estava de novo com os regeneradores e esperava que os atos eleitorais significassem o regresso aos passeios triunfais dos inícios da década de 1870, Tavares Proença, após o fim da ilusão de se transformar no influente de Fontes no distrito, preparava-se para as próximas batalhas políticas mais organizado e transportando a bandeira progressista. Tinha agora um grupo de fiéis, onde pontificavam Pedro da Silva Martins, Pedroso dos Santos, Aurélio Pinto e Francisco de Albuquerque Mesquita e Castro, e um jornal local a suportar a sua posição, o *Correio da Beira*.

As eleições de 1884 foram as primeiras que Tavares travou na sua nova condição e em Castelo Branco elas ainda não espelharam um quadro de acordos entre pretos e brancos. Como era expectável, Manuel Vaz Preto continuou a impor a sua

---

<sup>605</sup> ALMEIDA, 1991, pp. 95-96.



autoridade, agora reforçada com a coligação entre constituintes e regeneradores, não deixando espaço aos opositores locais e nacionais. Nenhum branco ou progressista foi eleito pelos círculos eleitorais do distrito de Castelo Branco. No entanto, o *Correio da Beira*, na sua edição inaugural, deixava bem claro ao que os brancos vinham: acabar com a hegemonia preta no distrito de Castelo Branco, onde só havia “*consideração pelos interesses dos afillhados*”<sup>606</sup>. Pelo seu lado, o *Diário da Manhã*, em outubro de 1884, acusava Tavares Proença de viver à sombra do prestígio do pai, de não serem conhecidos os seus propósitos políticos e que o seu verdadeiro objetivo era ser tudo “*o que o senhor Vaz Preto não for. É hoje progressista, porque este senhor se aliou aos regeneradores, e amanhã será outra coisa se o senhor Vaz Preto tiver o capricho de se unir ao transparente*”<sup>607</sup>.

Um aspeto curioso neste embate jornalístico, significativo da dimensão dos dois políticos, foi o facto de Tavares Proença ter atacado o seu opositor num jornal local e Manuel Vaz ter respondido num órgão nacional. A grandeza política deste último não se comparava, nesta altura, à de Tavares que iniciava agora o caminho.

Na verdade, o Partido Progressista não apresentou nenhum candidato pelo distrito, nem sequer pela minoria no círculo plurinominal de Castelo Branco, sendo este o único distrito em que isso sucedeu<sup>608</sup>. Não podemos esquecer que a adesão de Tavares Proença ao partido da Granja era muito recente, apesar de tudo o *Correio da Beira* manifestava já vontade de mudança: “*Neste distrito de há tanto tutelado, é indispensável que raie em breve a aurora da sua emancipação*”<sup>609</sup>. Com o aproximar das eleições os brancos temiam o poder eleitoral de Manuel Vaz e separavam as águas: “*de um lado veremos as hordas bárbaras e famintas das gentes pretas, e do outro um exército novo em que a disciplina e a moralidade substitui com vantagem o número*”<sup>610</sup>. Por este passo é perceptível que Tavares percebia que ainda não tinha força para impor fosse o que fosse e foi com naturalidade que assistiu a uma vitória regeneradora com a minoria a ficar para os constituintes (anexo n.º 36).

De assinalar, todavia, a rutura de Manuel Vaz com os constituintes. Embora só o tenha anunciado no Parlamento em março de 1885 isso já era uma realidade aquando

---

<sup>606</sup> Jornal *Correio da Beira*, n.º 1, de 20 de abril de 1884.

<sup>607</sup> Jornal *Diário da Manhã*, de 22 de outubro de 1884.

<sup>608</sup> ALMEIDA, 1991, p. 239.

<sup>609</sup> Jornal *Correio da Beira*, n.º 9, de 15 de junho de 1884.

<sup>610</sup> IDEM, *ibidem*.

das eleições de 1884. O próprio *Correio da Beira*, em junho deste ano, anunciou algum mau estar entre os pretos com a rutura entre Manuel Vaz e José Dias<sup>611</sup>, pelo que os deputados pretos eleitos por Castelo Branco e Idanha-a-Nova têm de ser atribuídos ao Partido Regenerador, tal como o jornal *Diário Ilustrado*, afeto a este partido, fez quando anunciou a filiação dos deputados eleitos, atribuindo a minoria aos constituintes<sup>612</sup>. Outro facto revelador da aproximação dos pretos aos regeneradores foi o nascimento de um novo jornal o *Correio da Manhã*, que veio substituir o constituinte *Diário da Manhã* que saiu à rua pela última vez a 12 de novembro de 1884. Pinheiro Chagas continuava a ser a figura de proa no novo periódico e no número de abertura justificava a reaproximação do grupo de Manuel Vaz aos regeneradores: “No período que atravessamos sente-se uma grande confusão no regímen dos diversos partidos. É hoje mais do que nunca necessário que os homens que sustentam um certo número de ideias essenciais de progresso, de liberdade e de ordem social, se formem em coluna compacta em torno dos seus chefes naturais, esquecendo para sempre as dissidências que por algum tempo os pudessem podido dividir.” O chefe natural seria Fontes Pereira de Melo e os pretos iriam ocupar o seu lugar, modesto, no apoio ao Partido Regenerador, mantendo autonomia e não se inibindo de mostrar “*pacificamente as nossas ideias, mas, costumados à luta, saberemos mante-las com vigor*”<sup>613</sup>. Como já vimos no capítulo III, o caminho de ferro da Beira Baixa tinha carimbado o regresso de Manuel Vaz Preto e do seu séquito ao regaço de Fontes.

A derrota para Tavares Proença era evidente, o próprio *Correio da Beira* o admitiu aconselhando aos seus apoiantes serenidade. O tempo era de paciência porque a sua vez havia de chegar<sup>614</sup>. Os brancos reconheciam que Manuel Vaz tinha enorme preponderância em todo o distrito, congregava apoios de vários quadrantes, inclusive de miguelistas, a quem acusavam de só serem legitimistas no dia de anos de D. Miguel, e que o voto “*é sempre do sr. Vaz Preto em dia de eleições*”<sup>615</sup>.

---

<sup>611</sup> Jornal *Correio da Beira*, n.º 11, de 29 de junho de 1884.

<sup>612</sup> Jornal *Diário Ilustrado*, de 1 de julho de 1884.

<sup>613</sup> Jornal *Correio da Manhã*, n.º 1, de 1 de dezembro de 1884.

<sup>614</sup> Jornal *Correio da Beira*, n.º 11, de 29 de junho de 1884.

<sup>615</sup> IDEM, n.º 25, de 5 de outubro de 1884. Os legitimistas continuavam vivos no distrito e as suas manifestações políticas persistiam após os acontecimentos de 1864 e 1879 na Covilhã, onde fizeram a sua aparição. A prova-lo está um episódio ocorrido em 1884 numa sessão da Junta Geral de Distrito. Na ausência do governador civil, a reunião foi presidida por Pedro d’Ordaz Caldeira Valadares, distinto miguelista. Nesta ocasião recusou-se, inicialmente, a abrir a sessão da Junta em nome de D. Luís e só depois de muita insistência dos presentes é que anuiu a fazê-lo (Jornal *Correio da Beira*, n.º 22, 14 de setembro de 1884). Pedro Caldeira Valadares seguiu as pisadas familiares na militância legitimista. O pai,

Assinale-se a persistência do ideal legitimista pela Beira Baixa, o que prova uma adesão convicta à causa em termos ideológicos que não impedia os seus defensores de se integrarem na vida política local e defenderem abertamente o seu credo.

Após a refrega eleitoral o *Correio da Beira* mostrava conciliação, proclamava a paz entre as duas facções beirãs, reconhecendo que o partido preto também contava com homens honrados e dignos<sup>616</sup>. Esta postura conciliatória ia ao encontro do espírito da nova legislação eleitoral: a harmonização da vida política e a fé nos pactos políticos. Por agora, Manuel Vaz Preto dominava sem margem para dúvidas: fez eleger um irmão em Castelo Branco; a Covilhã voltava a ser regeneradora<sup>617</sup>; em Idanha-a-Nova venceram os do costume e no Fundão funcionou a aliança «fevereiro/preto/farinheira» com a eleição de um sobrinho de Fontes. Dos brancos não havia sinal. No meio de tudo isto, Baima Bastos mantinha o seu domínio nos concelhos da Sertã e Proença-a-Nova, sendo eleito no círculo plurinominal de Castelo Branco (anexo n.º 36).

Apesar da resignação na derrota os brancos ainda não se tinham refeito do volte face de Fontes ao reaproximar-se dos pretos. Segundo o *Correio da Beira* Manuel Vaz Preto devia a vitória ao Partido Regenerador e ao caminho de ferro que lhe tinha sido oferecido de bandeja pelo chefe do governo: “O Sr.º Fontes (...) deixou escorregar das mãos uns certos benefícios, satisfaz uns certos caprichos, e isso bastou para atrair de pronto a si e aos seus inimigos mais sonhado do distrito (sic), e que no dia anterior lhe tinham cuspidos as maiores afrontas tanto na Câmara dos Pares, como na sua imprensa”<sup>618</sup>. O incómodo ainda era muito e para os brancos os pretos só não estavam derrotados devido às graças do líder dos regeneradores, o que lhes permitia fazer do distrito a sua coutada<sup>619</sup>.

---

José Caldeira d’Ordaz Queirós, foi fidalgo da casa real, barão de Castelo Novo e desempenhou um papel importante na vida municipal albicastrense no período miguelista. Pedro Caldeira Valadares teve um papel politicamente ativo entre 1839 e 1847, sendo mesmo a figura de maior destaque na câmara municipal de Castelo Branco no período cabralista. Manteve-se sempre fiel a D. Miguel recusando mesmo o título de seu pai, que lhe foi oferecido pelos liberais, com o argumento que não queria receber nada dos governos constitucionais (POUSINHO, 2004, pp. 77-80, 156-166, 189 e 215).

<sup>616</sup> Jornal *Correio da Beira*, n.º 11, de 29 de junho de 1884.

<sup>617</sup> Lembremos que a linha da beira Baixa vinha a caminho, o contrato foi adjudicado à Companhia Real de Caminhos de Ferro, assinado e aprovado pelas câmaras em 26 de maio de 1884.

<sup>618</sup> Jornal *Correio da Beira*, n.º 14, de 20 de julho de 1884.

<sup>619</sup> IDEM, n.º 30, 9 de novembro de 1884. Escrevia a folha progressista de Castelo Branco: “*basta dispor duns votos, apoiar o Sr.º Vaz Preto e em seguida (...) conseguir que lhe nomeiem um parente administrador do concelho (...). Em cada empregado administrativo do distrito, desde o Sr.º governador civil até ao simples guarda de polícia civil tem o Sr. Vaz Preto um pelourinho onde o seu nome, a sua política e as suas ideias ficarão eternamente amarradas para a memória do povo a quem persegue e da liberdade que vitima.*”

Os brancos faziam críticas avassaladoras à postura política de Manuel Vaz Preto e pretendiam um outro equilíbrio partidário no distrito. Aproveitaram a subida dos progressistas ao governo, em fevereiro de 1886, para defender partidos estruturados e com princípios bem vinculados, tudo aquilo que Manuel Vaz Preto não representava, pois *“tão depressa se diz regenerador ou constituinte, como chefe de um grupo, desconhecidos do mundo político em que vivemos”*. Para o periódico, a usurpação das atribuições dos partidos, ou seja Vaz Preto, levava ao desequilíbrio da política em geral e à divisão desproporcional das forças políticas de que Castelo Branco era o máximo exemplo e concluía: *“quiséramos que os povos da Beira Baixa se dividissem em progressistas e regeneradores, mas progressistas e regeneradores convictos (...). // Reprovamos a política pessoal, a política aventureira e inconsciente do Sr. Manuel Vaz Preto, porque só aproveita a três ou quatro amigos que, ora se viram, ora se voltam por dá cá aquela palha, com o que os povos nada lucram”*. Tavares Proença pretendia ser o chefe local do Partido Progressista e ter um oponente do Partido Regenerador, nada de interesses locais defendidos por um «régulo» com liberdade de movimentos que apoiava quem bem entendia ao sabor dos seus interesses pessoais e de grupo, um indivíduo prepotente e autoritário *“porque se julga suficiente forte para impor a sua vontade soberana; e não consente que na área do seu feudo político se faça sentir a ação direta do poder central, porque a considera ofensiva da sua prosápia de mandão sertanejo”*<sup>620</sup>.

Os brancos estavam impregnados do espírito da lei eleitoral de 1884, a divisão de poderes entre os partidos dinásticos. Vaz Preto era a areia na engrenagem. Anote-se esta postura de Tavares Proença, que mais tarde renegará, seguindo, primeiro, os seus interesses políticos, ao aliar-se com João Franco, em 1889, e após a morte do morgado da Lousa, em 1902, recusará a existência de centros do Partido Progressista em Castelo Branco. Para já, Tavares Proença tinha de se sujeitar à influência de Manuel Vaz Preto e esperar que, pelo menos, fosse digno de uma negociação para a próxima eleição a realizar em 6 de março de 1887, isso significaria o reconhecimento da sua existência política. Em 1884 a única brecha permitida por Manuel Vaz Preto no seu domínio incontestado foi a eleição de Baima Bastos e a minoria para os constituintes no círculo plurinominal.

---

<sup>620</sup> Jornal *Correio da Beira*, n.ºs 101, 103 e 105, de 21 de março, 4 e 18 de abril de 1886, respetivamente.

De realçar que, como Manuel Vaz Preto ocupava a maior parte do espaço político beirão, os partidos dinásticos tinham enormes dificuldades em penetrar. O Partido Progressista ensaiava as bases, muito ténues, de afirmação com Tavares Proença e o Partido Regenerador sempre viveu dos bons ofícios de Manuel Vaz e só tentará ter alguma organização visível nos anos de 1890 com a ascensão de João Franco e após a morte do morgado da Lousa, como veremos mais à frente.

De qualquer modo, em 1887, com os progressistas no poder e com a morte de Fontes, em janeiro deste ano, a conjuntura política alterou-se. Havia que negociar com os da Granja e foi com algum alívio e satisfação que o *Correio da Beira* no final de janeiro daquele ano anunciou o acordo eleitoral com o partido preto. Como não podia deixar de ser, o pacto efetuado beneficiava largamente Manuel Vaz Preto, venceu em Idanha-a-Nova, negociou com João Franco no Fundão, deixou a Covilhã para os progressistas e respeitou o equilíbrio de forças no círculo plurinominal onde foi eleito um preto, um regenerador e um progressista pela minoria (anexo n.º 37).

A eleição em Idanha mostra o espírito dos acordos e a capacidade política de um grande cacique em pactuar com o centro político, mostrando de novo as enormes singularidades da política local, senão vejamos: foi eleito Guilhermino Augusto de Barros, reconhecido como progressista, mas também um destacado preto - recordamos que era cunhado de Manuel Vaz Preto - pelo que o *Correio da Beira* tinha dúvidas de que partido representaria, logo nada melhor do que cataloga-lo como «eclétrico»<sup>621</sup>. Muito provavelmente o lousanense conseguiu facilmente o acordo com os progressistas, juntava-se a vontade de todos: o morgado da Lousa mantinha a hegemonia e os progressistas elegiam finalmente alguém por estas bandas. Este fenómeno também foi constatado em Espanha onde as alianças locais produziam candidaturas estranhas ficando conhecidas como «mestiças»<sup>622</sup>.

Apesar da aproximação aos regeneradores Manuel Vaz Preto fazia questão de manter a sua autonomia. Esta opção de independência, ainda mais reforçada após o desaparecimento de Fontes Pereira de Melo e o fim da ligação aos constituintes, está presente nestas eleições de 1887: João Pinto Rodrigues dos Santos, um homem próximo de Manuel Vaz Preto, procurava ser eleito pelos votos de acumulação pelo Partido Regenerador e João Franco alertava-o para as dificuldades que tinha pela frente: “Da

---

<sup>621</sup> IDEM, n.º 152, de 13 de março de 1887.

<sup>622</sup> VARELA ORTEGA, 2001 a), p. 493.

*lista regeneradora o nome por ora menos conhecido é o seu. Além disso é apresentado cumulativamente como nosso amigo mas também do Manuel Vaz, o que tira um pouco a cor política ao seu nome*<sup>623</sup>. O grupo preto estava bem identificado e tinha sido Fontes a trazê-lo para o campo regenerador, foi o seu desaparecimento que o afastou definitivamente.

Para os brancos o acordo alcançado foi considerado o possível, justo e inevitável<sup>624</sup>. A verdade é que a combinação eleitoral não deixava de significar a legitimação política dos brancos, a que temos de juntar outros dois aspetos que mostram a maior visibilidade de Tavares Proença: a eleição, em 1887, dos primeiros elementos brancos para a câmara municipal de Castelo Branco<sup>625</sup>, beneficiando da norma de representação das minorias prevista no código administrativo de 1886, e a nomeação do primeiro governador civil desta facção, Francisco de Albuquerque Mesquita e Castro, empossado em outubro de 1888, mantendo-se no cargo até ao fim do governo progressista, em janeiro de 1890 (anexo n.º 56).

Realçamos como para os governos era fundamental uma boa relação com as elites locais representando a nomeação dos governadores civis uma peça fundamental no puzzle político. Já tinha sido assim nos anos de 1870 quando Manuel Vaz Preto dominou sem contestação. O facto de Tavares conseguir a nomeação de um elemento do seu séquito é revelador da sua maior força política. José Luciano, tendo a oposição de Manuel Vaz a nível nacional, deu a mão ao seu novo correligionário. Durante o período constituinte de Manuel Vaz Preto, final da década de 1870 e até meados da de 1880, os governos nomearam elementos estranhos à elite local, com a exceção do covilhanense Alexandre Augusto Freire Calheiros, sogro do 1.º conde da Covilhã. A lógica era simples: estando Manuel Vaz na oposição aos governos entre 1878 e 1883 e não existindo nenhum elemento local com significativo peso político que se lhe opusesse, os nomeados eram estranhos à elite distrital. Francisco de Albuquerque é o primeiro

---

<sup>623</sup> DIAS, José Lopes, janeiro de 1971, p. 110.

<sup>624</sup> Escrevia o jornal *Correio da Beira*, n.º 146, 30 de janeiro de 1887: “*Não houve notáveis divergências nesta pacífica combinação, não podia, nem devia havê-las. O estado político do distrito indicava naturalmente os limites do acordo. // A um destes cavalheiros não podia recusar-se a sua preponderância eleitoral, principalmente devida à veemência da sua palavra enérgica no parlamento português, sempre atendida pelos governos, que por amor ou receio a ouviam com decidido agrado ou com tímida benevolência. E assim, as vibrações sonoras da sua voz parlamentar rapidamente se repercutiam em todos os recantos do distrito, animando as influências amigas, sustendo as mal seguras, criando novas e agradecidas adesões (...). Ao outro, faltava este poderoso elemento de força eleitoral, e, talvez por isso e só por isso, nunca fora, como devera ter sido, devidamente atendido pelos governos*”.

<sup>625</sup> Jornal *Gazeta da Beira*, n.º 29, de 20 de janeiro de 1907. O jornal fez neste número uma pequena análise das composições das vereações camarárias desde 1842.

elemento a ser nomeado governador civil que se pode associar a uma facção regional desde a destituição do preto João António Franco Frazão, em fevereiro de 1878 (anexos n.º 56 e n.º 57).

Apesar do sufrágio de 1887 significar a entrada dos brancos em cena, não deixa de ser também a confirmação do enorme poderio de Manuel Vaz nestes pactos eleitorais. O círculo plurinominal de Castelo Branco é o exemplo perfeito destas negociações. Enquanto estiver em vigor a legislação eleitoral de 1884 esta circunscrição, com a exceção das eleições de 1884 e de 1890, elegeu sempre os mesmos deputados, espelhando o equilíbrio e a concórdia que devia prevalecer entre pretos, progressistas e Baima Bastos. José Domingos Ruivo Godinho representava os pretos, Alfredo César Brandão os progressistas e Baima Bastos tinha o seu quinhão como elemento preponderante na Sertã (anexos n.ºs 36, 37, 38, 39, 40 e 41).

Tavares Proença tinha consciência de que lutava contra um colosso, Manuel Vaz Preto, e que teria de jogar as suas peças neste xadrez político de uma forma cautelosa e paciente. Se em 1884 tinha sido completamente negligenciado, em 1887 alcançou um acordo político que teve o condão de legitimar a sua ação na política regional. Porém, o chefe dos brancos vai mostrar que também tinha as suas armas e que sabia aplicar golpes inesperados, como aconteceu em 1889, como de seguida veremos.

### ***6.3- As alianças Tavares Proença/João Franco e Vaz Preto/José Luciano de 1889***

Nas eleições de 1887 alcançou-se um acordo pacífico entre Manuel Vaz Preto, os progressistas, os regeneradores e aceite pelos brancos. A morte de Fontes e as lutas no seio do Partido Regenerador fizeram o lousanense seguir outro caminho com a criação do Porto Franco em 1888, como escrevemos no capítulo III. Esta opção fê-lo mudar de estratégia política no distrito que passava por deixar de pactuar com João Franco no círculo do Fundão. Este, por sua vez, tinha um papel importante nas negociações eleitorais desta circunscrição, onde a sua facção, os «farinheiras», se aliava aos pretos locais, capitaneados por João António Franco Frazão, e aos brancos fundanenses, liderados por Agostinho Fevereiro. Acontece que este último morreu em 1889 e Manuel Vaz, desligado dos regeneradores, viu aqui uma oportunidade de anular

a influência dos Franco Castelo Branco, lançando no Fundão o seu correligionário João Pinto Rodrigues dos Santos.

**Quadro n.º 33 - Políticos com destaque no Fundão (1856-1900)**

<b>N.º de ordem</b>	<b>Nome</b>	<b>Ano de nascimento</b>	<b>Décadas de preponderância política</b>	<b>Linha política local</b>
1	João Pinto Tavares Osório Castelo Branco	?	1850/60	Tavares Proença (pai)
2	Agostinho José Nunes da Silva Fevereiro	1819	1860/70/80	Tavares Proença (pai) 1860. Aliado de Vaz Preto/1870 e 1880
3	Jerónimo Trigueiros Osório de Aragão Martel da Costa (1.º conde de Idanha-a- Nova)	1825	1870/1880	Preto
4	Frederico Carlos Franco e Freire	1829	1860/70/80	Farinheira
5	João António Franco Frazão	1837	1870/80	Preto
6	Joaquim Trigueiros Osório de Aragão (2.º conde de Idanha-a- Nova. Filho do n.º 3)	1867	1890/1900	Preto
7	Aurélio Pinto Tavares Castelo Branco (filho do n.º 1 e primo do n.º 8)	1855	1880/90/1900	Branco
8	João F. Franco Pinto Castelo Branco (filho do n.º 4 e primo do n.º 7)	1855	1870/80/90/1900	Farinheira
9	José de Sampaio Torres Fevereiro (filho do n.º 2 e irmão do n.º 11)	1856	1890	Preto
10	João Pinto Rodrigues dos Santos	1856	1880/90/1900	Preto
11	Luís de Sampaio Torres Fevereiro (filho do n.º 2 e irmão do n.º 9)	1860	1890	Farinheira
12	José Capelo Franco Frazão (filho do n.º 5)	1872	1890/1900	Branco



Convém, antes de mais, esclarecer o ambiente político nesta área do distrito, com características muito particulares, que influenciaram as alianças regionais desde meados da centúria de oitocentos. Na década de 1860 Agostinho Fevereiro, em conjunto com João Pinto Osório Tavares Castelo Branco, assegurou a predominância do primo Tavares Proença (pai)<sup>626</sup>. Após a morte deste manteve o seu estatuto de influente local, aliando-se nos anos de 1870 e 1880 a Vaz Preto, garantindo ainda assim alguma autonomia, pois a imprensa denominava-o líder do partido branco no Fundão, para desta forma o desligar dos pretos fundanenses. A par dos Fevereiro surgiram, nos anos de 1870, os «farinheiras», liderados por Frederico e João Franco, um grupo híbrido que também pretendia liberdade política, não eram pretos nem brancos, no entanto, pactuaram com o morgado da Lousa e com Agostinho Fevereiro, realizando as famosas coligações «fevereiro/preto/farinheira». Estas particularidades mantiveram-se através das gerações que continuaram a alinhar, nos anos de 1880 e 1890, com brancos e pretos, tendo que lidar com a ascensão de João Franco a partir de 1887.

Ao analisarmos o quadro n.º 33 constatamos que a geração nascida nos anos de 1850 e de 1860 teve uma grande repercussão política a nível local e são descendentes, com a exceção de João Pinto dos Santos, dos líderes daquelas mesmas décadas. Também eles farão as suas escolhas de acordo com a conjuntura política, realçando-se a família Franco Frazão, que trocou os pretos pelos brancos, e os Fevereiro que se dividiram entre o apoio ao grupo preto e a João Franco.

O falecimento de Agostinho Fevereiro em 1889 fortaleceu a posição de Manuel Vaz Preto no Fundão, conseguindo a adesão da parte mais valiosa daquela família e, consequentemente, do seu grupo, agora liderado por José Sampaio Torres Fevereiro, primogénito de Agostinho. O seu objetivo era eleger João Pinto dos Santos na eleição geral de 1889, em vez do regenerador António Maria Fontes Pereira de Melo Ganhado, sobrinho do finado Fontes, que por aqui era eleito desde 1884, beneficiando da aliança «fevereiro/preto/farinheira». Os acordos com os regeneradores não o vinculavam mais, sentia-se forte, não vislumbrava dificuldades no Fundão para tentar impor a sua linha política e vontade eleitoral, desta forma controlaria a quase totalidade do distrito.

Vaz Preto escondeu os seus planos de João Franco ficando este bastante melindrado, como confessou a João Pinto em 27 de julho de 1889: “*Estive com ele (Manuel Vaz Preto) 3 ou 4 horas, sempre a sós, conversando quase todo o tempo de*

---

<sup>626</sup> Ver: anexo n.º 5, n.ºs de ordem 3 e 40, e anexo n.º 8.

*eleições. Não me tocou no Fundão, não obstante por 2 ou 3 vezes eu bem visivelmente lhe dar ensejo para o fazer. Convenci-me ser outro o seu propósito. E como por um lado me magoava, que nem me quisesse dizer «água vai» e por outro era ele e não eu, quem pretendia mudar as coisas eleitorais do Fundão, pois que eu quero a continuação do que se tem feito desde 1884*". Nesta carta afirmou ainda que sempre se opôs a limitar o poder de Manuel Vaz Preto mas, naquele momento, era ele que punha em causa um acordo que vinha já de há muito. Reconhecia que Manuel Vaz Preto tinha o mando incondicional no distrito, o que pedia era apenas para ser ouvido nos assuntos do Fundão e que se encontrasse uma solução para Fontes Ganhado. Com esta postura esperava a concórdia e selar a paz: *"Desde que o Manuel Vaz declare que nunca foi seu intuito resolver sem me ouvir, eu fico satisfeito"*. João Franco invocava um acordo feito no tempo de Fontes em que Ganhado seria deputado pelo Fundão enquanto quisesse. Lembrava que devia à sua influência junto do tio (o líder regenerador Fontes Pereira de Melo) a eleição como deputado em 1884 e rematava: *"Não posso esquecer nunca quem na realidade das coisas me fez eleger pela primeira vez"*<sup>627</sup>.

Entretanto, Tavares Proença estava de relações tensas com José Luciano. Como analisámos no capítulo III, o chefe dos brancos, com a anuência do governador civil, tinha negociado um acordo com Vaz Preto para as eleições de 1889, onde este saía amplamente favorecido. José Luciano não concordou com o estabelecido e refez o entendimento diretamente com Manuel Vaz, sem dar conhecimento a Tavares, o que lhe desagradou profundamente, levando-o a escrever a José Luciano: *"Ultimamente magoou-me o facto de V. Ex.<sup>a</sup> ultimar um acordo eleitoral com V. Preto sem me prevenir, sujeitando-me ao desaire que resultou do desenvolvimento desse acontecimento, quando os adversários o apregoariam já, capitulando de desconsideração o procedimento de V. Ex.<sup>a</sup> havido comigo, do qual tinham notícia"*. Luciano de Castro tentou explicar-se: o acordo antes negociado não era favorável ao Partido Progressista, pois apenas ficava com a minoria em Castelo Branco e na Covilhã Manuel Vaz teria liberdade de ação, com a qual não concordava<sup>628</sup>.

Manuel Vaz tinha alcançado algum sucesso na cidade serrana nos anos de 1870 quando os grandes industriais o apoiaram na esperança da chegada do caminho de ferro, como escrevemos. Com essa intenção frustrada, os covilhanenses seguiram o seu

---

<sup>627</sup> DIAS, José Lopes, janeiro de 1971, pp. 115-118.

<sup>628</sup> IDEM, janeiro de 1965, pp. 35-37.

caminho e mais se afastaram em 1886, quando o lousanense se opôs à alteração do traçado que previa a aproximação da linha da Beira Baixa à cidade da Covilhã<sup>629</sup>. Um dos que se distanciou foi o conde do Refúgio e mais tarde conde da Covilhã, Cândido Augusto de Albuquerque Calheiros, ligado à indústria dos lanifícios e que via com natural interesse a possível chegada do caminho de ferro<sup>630</sup>. Agora, em 1889, Manuel Vaz não desdenhava uma reaproximação aos seus antigos aliados serranos. Aproveitando-se disto, Luciano de Castro procurou então refazer o acordo com mais benefícios para os progressistas e através de amigos comuns chegou à fala com Manuel Vaz, conseguindo um pacto na Covilhã, permitindo a eleição de Elvino de Brito, um protegido do conde, acordo que se prolongará até 1894<sup>631</sup>. Cândido Augusto Calheiros aliara-se aos progressistas e a eleição na Covilhã espelha um acordo de longo prazo entre o conde, Luciano de Castro e Vaz Preto<sup>632</sup>.

Perante isto Tavares jurou não ficar de braços cruzados. O dia 20 de outubro, data da eleição, aproximava-se e a 7 de agosto enviou uma carta a Aurélio Pinto onde lhe transmitia que constava que João Franco propunha Fontes Ganhado pelo Fundão com a oposição de Manuel Vaz Preto e pedia-lhe para escrever ao primo (João Franco) a perguntar se isso era verdade *“pois nesse caso ainda talvez possa fazer alguma coisa em seu favor”* e não desfazia a curiosidade que invadiria Aurélio ao ler aquelas palavras: *“Não tenho tempo para te explicar o que há nem o confiaria assim a uma carta”*. O mistério foi desvendado uns tempos depois. Manuel Vaz Preto, em pessoa, com a intermediação do governador civil, Mesquita e Castro, tinha conferenciado com Tavares Proença e propôs-lhe uma aliança para derrotar João Franco no Fundão: *“O homem está*

---

<sup>629</sup> O contrato de construção da linha da Beira baixa foi adjudicado em maio de 1884 mas em 1886 houve novas areias na engrenagem que fizeram parar o projeto. As alterações propostas pelo ministro progressista Emídio Navarro assim o ditaram. Por portaria de 19 de março de 1886 ordenou-se um estudo que levou à transferência da linha da Beira Baixa da margem esquerda para a direita do Tejo e a aproximação à cidade da Covilhã. A 16 de março, prevendo o adiamento, Vaz Preto protestou veementemente contra mais estudos e mais demoras. Defendeu que as autoridades da Covilhã, que agora reclamavam sobre a linha não a contemplar, não lhe deram a força necessária no momento apropriado e que sempre tinha defendido a construção pela margem direita do Tejo. Perante um projeto aprovado não se devia arrepiar caminho até porque estava previsto um ramal para a cidade serrana. Os influentes covilhanenses não perdoaram esta postura de Manuel Vaz Preto. O jornal *Correspondência da Covilhã*, nº 171, 24 de agosto de 1902, vincou este aspeto no momento de noticiar a morte de Vaz Preto, em 1902. Num extenso artigo sobre o falecido par do Reino, criticava a sua postura, esquecendo os interesses da Covilhã, e lamentava que esta cidade tivesse apoiado durante sete anos o candidato preto, Pinheiro Chagas: *“com uma fidelidade escrupulosamente seguida, o norte do distrito de Castelo Branco seguiu Manuel Vaz contra Fontes com uma ingratidão que por certo não se filia na vileza, porque quem se sacrifica não é vil, é nobre; mas quem se filia evidentemente na habilidade dos caciques locais, que exploraram por miúdo e por atacado o seu Mecenaz e o povo que as pagasse, como pagou!”*.

<sup>630</sup> Jornal *Gazeta da Beira*, nº 78, de 26 de janeiro de 1908.

<sup>631</sup> DIAS, José Lopes, janeiro de 1965, pp. 35-36.

<sup>632</sup> IDEM, janeiro de 1965, pp. 36-37 e 60.

*amante do descanso e desconfiado com os amigos que lhe estão fugindo. Queria já uma combinação eleitoral que não fizemos por ser cedo para o efeito, mas está humano e quer-me parecer que com vontade de alianças para bater no Farinheira*”, escreveu Tavares a Aurélio<sup>633</sup>.

Estamos perante o momento de rutura entre os pretos e os «farinheiras». Manuel Vaz tomou consciência da fulgurante ascensão de João Franco na política nacional e das possíveis consequências que isso poderia ter a nível regional, estando decidido a limitar a sua ação. Vaz Preto tinha inserido e promovido Franco dentro do Partido Regenerador e agora corria o risco de este lhe escapar da mão. Segundo o jornal *Correio da Beira* terá sido Manuel Vaz Preto a apresentar João Franco a Fontes Pereira de Melo na sua residência, no Pátio do Tijolo<sup>634</sup>. Já Rui Ramos defende que João Franco terá aproveitado o governo de Fontes de 1883/1886, apoiado por Manuel Vaz Preto, para maximizar as suas relações, sendo então eleito pela primeira vez deputado por Guimarães, em 1884, como o próprio confirmou a João Pinto em carta citada atrás. Como também vimos no capítulo III, João Franco procurou sempre as boas graças de Manuel Vaz na luta pela sucessão de Fontes Pereira de Melo. Seguiu inicialmente Hintze por ser o mais próximo de Manuel Vaz Preto, acabando por o trocar por Lopo Vaz, sendo este o momento em que rompeu com o morgado da Lousa<sup>635</sup>. É neste contexto político que temos de enquadrar as desavenças entre Manuel Vaz e João Franco. A autonomia de que este começava a gozar não era bem vista pelo velho par do Reino, o que o levou a propor uma aliança no Fundão a Tavares Proença, menorizando a capacidade de movimentação política deste último, julgando-o agarrado à estratégia progressista e sem iniciativa. Vaz Preto sabia que rompendo com os Franco seria mais difícil vencer e, apostando nas boas relações com Luciano de Castro, tentou aliciar Tavares Proença, unindo pretos e brancos no Fundão.

Desta vez, o estratagema de Manuel Vaz saiu gorado. Tavares viu aqui uma oportunidade política que não podia desperdiçar: apoiar o candidato regenerador como desagravo pela atitude de José Luciano, recusando, ao mesmo tempo, secundarizar-se perante Manuel Vaz Preto. Em 1878, com outros protagonistas, tinha feito a mesma jogada. O morgado da Lousa não contou com esta cartada e ao propor uma aliança aos brancos abriu o jogo e expôs a sua tática que foi usada contra si, o próprio Aurélio Pinto

---

<sup>633</sup> IDEM, *ibidem*, p. 28, carta de 2 de setembro de 1889.

<sup>634</sup> *Jornal Correio da Beira*, n.º 480, de 26 de fevereiro de 1893.

<sup>635</sup> RAMOS, 2001, p. 38 e p. 48.

o confirmou a Tavares: “*O Frederico do Alcaide contou-me que o Godinho lhe dissera aí que Manuel Vaz andava receoso e apreensivo com o futuro, (...) que o surpreendera a tua recusa*”<sup>636</sup>. Para o chefe do partido branco a conjuntura pareceu-lhe favorável e, não tendo relações pessoais com João Franco, apelou a Aurélio Pinto para que transmitisse ao primo que estava disposto a apoiar o candidato regenerador pelo círculo do Fundão. Franco comunicou que aceitava uma aliança local e propunha um encontro entre os dois.

O acordo, a ser selado, cairia como uma bomba por ser inesperado e por coligar regeneradores e progressistas no Fundão, usando a linguagem política nacional, embora localmente significasse a aliança anti-Vaz Preto. A reunião entre Franco e Tavares decorreu no maior recato, na casa de Aurélio Pinto em Vale de Prazeres<sup>637</sup>. A aliança foi firmada e, como se esperava, fez eco nos adversários: “*O teu encontro com o João Franco aqui foi uma terrível bomba que fez beijo nos adversários. (...) O João Franco ficou satisfeítíssimo com as tuas boas disposições e resultados da conferência; e protesta há-de conquistar a tua amizade e confiança pessoal*”<sup>638</sup>.

João Franco tinha uma estratégia política bem delineada, não ambicionava ocupar-se da política do distrito, como confessou numa carta dirigida a João Pinto dos Santos em 4 de agosto de 1889<sup>639</sup>, sabia o que o esperava, brevemente seria ministro, após a queda dos progressistas, e não lhe interessava a política de campanário, pelo que tinha intenção transmitir a direção política local a Tavares Proença, mas fazia questão de afirmar: “*já se vê cada um no seu partido mas, honradamente aliados para sempre; e fatalmente o rei da Lousa há-de cair para não mais se levantar*”<sup>640</sup>. Esta passagem demonstra como os interesses locais eram mais relevantes que os desígnios partidários delineados em Lisboa ao ponto de regeneradores e progressistas se unirem no Fundão para derrotar Manuel Vaz Preto. Tal como temos feito noutros pontos, também aqui a comparação com Espanha pode ser feita. José Varela Ortega verificou que em 1884 foram frequentes alianças locais, aparentemente contraditórias, entre conservadores e republicanos, liberais e conservadores, chegando ao ponto de carlistas se coligarem com liberais para derrotarem os conservadores numa província e com estes para derrotarem

---

<sup>636</sup> A.F.T.P., carta de Aurélio Pinto para Tavares Proença de 12 de setembro de 1889.

<sup>637</sup> IDEM, ibidem.

<sup>638</sup> IDEM, carta de Aurélio Pinto para Tavares Proença de 03 de outubro de 1889.

<sup>639</sup> DIAS, José Lopes, janeiro de 1971, p. 115.

<sup>640</sup> IDEM, ibidem, adenda, p. 30.

aqueles noutra província<sup>641</sup>. Os dois sistemas políticos produziam este tipo de acordos onde os caciques locais desempenhavam um papel central, deixando a marca da sua atuação envolvida numa enorme autonomia política. Sublinhamos a postura de Tavares Proença que não teve dúvidas em seguir os seus interesses políticos no distrito, divergindo do Partido Progressista, em clara contradição com o que tinha defendido pouco tempo antes, quando era adepto de tendências políticas regionais estruturadas e alinhadas com os partidos nacionais.

O acordo Tavares/Franco fez com que Manuel Vaz e José Fevereiro percebessem que poucas possibilidades tinham na eleição de João Pinto dos Santos, que retirou a sua candidatura<sup>642</sup>, acabando por ser eleito por Idanha-a-Nova, vencendo no Fundão, sem concorrência, Fontes Ganhado. Nos restantes círculos, os acordos permitiram a manutenção do «status quo»: em Castelo Branco, a eleição de Baima Bastos, Ruivo Godinho, pelos pretos, e a minoria a cair de novo para os progressistas; a vitória fácil de Elvino de Brito na Covilhã. De realçar que os candidatos pretos representavam a nova facção de Manuel Vaz, o Porto Franco (anexo n.º 38).

A eleição geral de 1889 vai deixar imensas marcas no futuro político beirão. As alianças políticas reconfiguraram-se com a crescente importância de João Franco no panorama nacional que trazia naturais consequências ao nível da política distrital. As cicatrizes abertas com a concretização destas alianças não foram fechadas, pelo contrário, continuaram a sangrar. Manuel Vaz Preto encontrou uma forma de preparar a sua vingança nas eleições municipais marcadas para 3 de novembro e empenhou-se a fundo na derrota dos novos coligados.

#### ***6.4- O significado político da eleição municipal do Fundão de 1889***

A eleição da câmara municipal do Fundão de 1889 teve um impacto anormal na vida política beirã mobilizando uma enorme quantidade de recursos. Materializou o combate que não se concretizou na eleição de deputados e teve mesmo eco na capital, como um momento marcante para a vida política de Manuel Vaz Preto que via alguém fazer-lhe frente com vigor. O velho cacique da Lousa estava habituado a ganhar a

---

<sup>641</sup> VARELA ORTEGA, 2001 a), p. 493.

<sup>642</sup> Jornal *Correio da Beira*, n.º 283, de 15 de setembro de 1889.

câmara fundanense graças à aliança com os Fevereiro e os Franco, como era o caso da vereação que terminava funções em 1889, liderada por Frederico Franco, e nesta conjuntura política essa vitória era ainda mais urgente. Os pretos e os seus aliados concentraram a sua ação numa compra massiva de votos como antes não vimos documentada.

O concelho do Fundão já se tinha destacado nas eleições de 1868 através da compra do voto e também em Castelo Branco essa prática foi registada em 1878 e 1881, como pudemos comprovar nos capítulos IV e V. Este hábito perdurou no tempo, ganhando uma nova dimensão com uma coligação inesperada que colocou a luta política ao rubro. Mas, estas eleições não passaram só pelos habituais métodos de compra de voto, surgiram notícias de concessão de empréstimos com juros a eleitores e mesmo a pequenos influentes locais que se queriam desligar de antigas alianças mas com as quais tinham contas por saldar. Aurélio Pinto, para além de acusar o chefe do governo, Luciano de Castro, de prejudicar os interesses progressistas no Fundão, beneficiando diretamente o inimigo, o que confirma a sua ligação a Vaz Preto, informou Tavares de que os adversários visitavam localidades fazendo promessas, distribuindo dinheiro a 5 e 6% e mesmo sem cobrar qualquer juro<sup>643</sup>. Esta prática tinha como objetivo atrair o máximo de eleitores possíveis, concedendo empréstimos com juros abaixo dos praticados, já que segundo João Franco as taxas normalmente cobradas no concelho eram de 10%<sup>644</sup>.

Para combater Vaz Preto e José Fevereiro, Aurélio Pinto, que encabeçava a lista Tavares/Franco<sup>645</sup>, entendia que era desnecessário desperdiçar muito dinheiro e o que pedia a Tavares era dois ou três contos de réis a 6%, assegurando-lhe ter garantias dos destinatários dos empréstimos<sup>646</sup>. O objetivo era ter financiamento necessário para emprestar a determinados elementos que já se tinham comprometido com os adversários e que agora necessitavam de quebrar a sua dependência monetária face aos pretos/fevereiros: *“O que te pedia era que me coadjuvasses nos compromissos tomados já para algumas freguesias nas despesas das eleições, e mais nada, o resto que te pedia, era que emprestasses com ótimas garantias algum dinheiro, que não seria preciso muito, pois que é só para libertar algum amigo a quem devemos evitar a*

---

<sup>643</sup> A.F.T.P., carta de Aurélio Pinto para Tavares Proença de 17 de outubro de 1889 e DIAS, José Lopes, janeiro de 1963, p. 45.

<sup>644</sup> DIAS, José Lopes, janeiro de 1963, p. 45.

<sup>645</sup> IDEM, janeiro de 1963, p. 46.

<sup>646</sup> A.F.T.P., carta de Aurélio Pinto para Tavares Proença de 17 de outubro de 1889.

ruína”<sup>647</sup>. Aurélio Pinto estava no meio da contenda e era ele que organizava as forças brancas no terreno, lutando com enormes dificuldades já que as suas disponibilidades financeiras não se comparavam às dos seus novos aliados, Frederico e João Franco, e cada parte devia contribuir para a contenda eleitoral. Por esta razão pedia a Tavares maior comprometimento na coligação com Franco: *“Podemos nós os progressistas aqui consentir que só os amigos de João Franco e este concorram pecuniariamente para a eleição? Depois por que se queiram evitar despesas avultadas, é isso impossível, sob pena de termos de fugir ignóbil e miseravelmente do campo de batalha. Ontem eram 500\$000 para uma igreja; hoje são 200\$000 para outra, mais 100\$000 para outra coisa e ainda as despesas obrigatórias com os eleitores!!! E o que virá mais? (...) Enfim tem paciência; a luta é também com o teu nome; e por isso te suplico e imploro todo o auxílio (...). Repito pois; não esqueças, o que por aqui vai; a situação em que o teu nome e o meu se encontram”*<sup>648</sup>. Aparentemente Tavares Proença não se queria comprometer com despesas avultadas, julgadas desnecessárias, mas o concelho do Fundão a isso obrigava. A verdade é que o próprio João Franco também se queixava a Aurélio, a 27 de outubro, da apatia de Tavares Proença: *“Tavares Proença nem veio aqui, nem me respondeu. Não sei o motivo de uma e outra coisa”*<sup>649</sup>.

Não deixa de ser estranho este alheamento de Tavares Proença que pode ser interpretado como não se querendo comprometer na loucura que o concelho do Fundão representava. A decisão de entrar nesta luta teve como objetivo marcar a sua posição política, mantendo-se afastado de Vaz Preto, e não participar monetariamente nesta contenda.

Além da compra do voto o caminho de ferro também foi usado como arma eleitoral. A 27 de outubro João Franco escrevia a Aurélio: *“Espero obter promessa favorável do apeadeiro de Alcária”*<sup>650</sup>. Apesar de todas as artimanhas utilizadas, a eleição só ficou decidida devido a uma chapelada feita na assembleia de Souto da Casa, por dois indivíduos próximos dos Franco<sup>651</sup> e a diferença terá sido apenas de 72

---

<sup>647</sup> IDEM, carta de Aurélio Pinto para Tavares Proença de 25 de outubro de 1889.

<sup>648</sup> IDEM, carta de Aurélio Pinto para Tavares Proença. A carta não está datada, tem escrito a lápis 89 e Aurélio também escreve sobre os trabalhos da vindima, portanto a missiva deve ser, com toda a certeza, de setembro de 1889.

<sup>649</sup> DIAS, José Lopes, janeiro de 1963, p. 46.

<sup>650</sup> IDEM, ibidem.

<sup>651</sup> MONTEIRO, 1998, p. 37 e DIAS, José Lopes, janeiro de 1963, p. 18.



votos<sup>652</sup>. Como resposta, na sequência do ato eleitoral, verificaram-se desacatos provocados por caceteiros pretos e um ataque com dinamite à casa de Frederico Franco em Vale de Prazeres<sup>653</sup>.

A vitória da coligação Tavares/Franco representou um marco na política local e teve algum impacto junto do poder político da capital como refere o próprio João Franco em carta enviada a Tavares Proença a 7 de novembro: “*eu e o Brandão, cousa notável! Não fomos das primeiras pessoas a sabe-lo aqui. (...) foi o Carlos Lobo d’Ávila que primeiro me noticiou o resultado definitivo, que conhecera nessa noite em casa do José Luciano, e por telegrama do governador civil*”. Franco percebera que Manuel Vaz faria tudo para o derrotar e também ele não poderia falhar, já que isso lhe traria prestígio, derrotar o grande cacique da Lousa seria uma proeza assinalável: “*Manuel Vaz (...) fez desta questão (a eleição municipal) um combate decisivo, para se aquilatar da sua força no distrito; e tal barulho produziu aqui em Lisboa, que pôde assegurar-se, ter sido esta de todas as eleições municipais a que despertou, desta vez, maior curiosidade nos círculos políticos daqui*”. De certa forma o equilíbrio de forças no distrito não voltaria a ser o mesmo, como Franco fazia questão de deixar claro a Tavares Proença: “*A situação do governo para com V. Ex.<sup>a</sup> continua ainda equivocada. É preciso esclarece-la, e afirma-la, para a campanha que vamos persistentemente continuar no distrito*”<sup>654</sup>. José Luciano tinha de se convencer que Tavares Proença tinha

---

<sup>652</sup> Os números são do próprio João Franco que os comunicou a Tavares Proença. Ver: DIAS, José Lopes, janeiro de 1963, p. 47.

<sup>653</sup> Segundo MONTEIRO, 1998, p. 137, logo que a coligação Preto/Fevereiro teve conhecimento da derrota houve uma série de caceteiros que saíram das Donas, freguesia de onde era natural João Pinto dos Santos, e foram esperar os autores da chapelada para os desancar. Para o referido autor, o clima que então se viveu assemelhou-se ao período sangrento das guerras civis de 1832/34 e 1846/47, com enorme impacto por estas bandas e que dividiu as comunidades. Esta eleição ficou ainda marcada por um ataque com dinamite à casa de Frederico Franco em Vale de Prazeres, na noite de 27 para 28 de novembro de 1889, sem, contudo, fazer qualquer vítima (ver: DIAS, José Lopes, janeiro de 1963, pp. 47-52). Foram indiciados e presos dois indivíduos, um irmão de João Pinto dos Santos e um seu empregado, tendo sido levados a julgamento no final de junho de 1890. Este acontecimento pôs em evidência as grandes divisões políticas existentes entre a elite política beirã, bem patentes na defesa e na acusação dos arguidos. A primeira esteve a cargo do próprio João Pinto dos Santos, advogado e com escritório aberto no Fundão, e a segunda foi dirigida por António Pedroso dos Santos, um velho adversário político dos pretos, advogado na Covilhã. Em tribunal, mais do que o caso em si, travou-se um combate entre pretos e brancos, levando a melhor, desta vez, os primeiros, já que os arguidos foram absolvidos (ver: MONTEIRO, 1998, p. 37 e DIAS, José Lopes, janeiro de 1963, pp. 18-19). Anos mais tarde este assunto continuou a dar que falar, dando mesmo azo a um duelo entre João Pinto dos Santos e João Franco. No final de maio de 1901 João Franco solicitou a anulação da assinatura do jornal *A Defesa da Beira* que passou a defender as posições de João Pinto dos Santos, aludindo ao caso da bomba. João Pinto ripostou num artigo no jornal *O Correio da Noite*. João Franco sentindo-se ofendido desafiou o seu adversário político para um duelo. A contenda decorreu na estrada da Ameixoeira. A luta foi violenta tendo João Franco saído magoado na mão direita (ver: PORTELA, 1946, pp. 9-12).

<sup>654</sup> DIAS, José Lopes, janeiro de 1963, p. 47.

encontrado um novo aliado, que não era de todo do seu agrado, e que essa ligação seria para continuar.

Em síntese, O ano de 1889 ficou marcado pelos acordos aparentemente contraditórios entre Luciano de Castro/Vaz Preto e Tavares Proença/João Franco. Tavares pretendia ter protagonismo político e não se sujeitar a ser um mero mandante às ordens dos progressistas, por quem se sentia menosprezado, ou ficar secundarizado face a possíveis acordos com Manuel Vaz. Tavares e Franco pretendiam atingir Manuel Vaz Preto e se possível exterminar de vez o seu poderio. Esta pretensão teve enorme impacto no concelho do Fundão, porque baralhou fidelidades, há muito construídas, e lançou o município numa guerra sem quartel. O velho lousanense continuava a ser o epicentro da política beirã e estimulava alianças que tinham como única intenção ajoelhá-lo politicamente. As grandes linhas políticas nacionais não tinham aqui qualquer expressão, o que contava eram interesses pessoais e uma teia de relações estruturada há décadas que faziam o seu caminho no meio da evolução política, mudando de nomes mas mantendo a sua fisionomia, fossem regeneradores, progressistas, miguelistas, constituintes, só Vaz Preto e Tavares Proença, pretos e brancos, contavam a nível local. No entanto, João Franco com a sua crescente influência veio baralhar esta luta. A partir de 1890 haveria que contar com outra voz no distrito: os franquistas, ou como eram conhecidos por estas bandas os «farinheiras», com enorme influência no Fundão, conferindo a este concelho características muito peculiares.

De salientar a forma como José Luciano reagiu a esta aliança não hesitando em estar ao lado de Manuel Vaz na eleição municipal, prejudicando os que se diziam fiéis do Partido Progressista. O velho José Luciano privilegiava a aliança com Vaz Preto e o conde da Covilhã, secundarizando Tavares Proença. Do lado dos regeneradores o crescente protagonismo e influência dentro do partido de João Franco permitia, embora com limites, como veremos, estes negócios políticos na Beira Baixa que diziam respeito meramente às questões locais.

#### ***6.5- As dificuldades da primeira aliança Tavares Proença/João Franco***

Os acontecimentos políticos de 1889 vieram confirmar aquilo que Fontes afirmou aquando das eleições de 1879: em Castelo Branco os partidos tinham pouca ou

nenhuma implantação, o que existia eram os amigos de Vaz Preto e os seus adversários. Foi dentro desta lógica que o cenário continuou a desenvolver-se. Os rivais de Manuel Vaz pretendiam acantoná-lo e derrotá-lo definitivamente, porém não contaram com o enorme prestígio político que o lousanense mantinha intacto. Aparentemente, Vaz Preto passava por uma fase algo nebulosa: em 1889 os progressistas estavam no poder, o Porto Franco marcava agora o compasso político dos pretos, que se distanciaram dos regeneradores e estavam em guerra aberta com Franco. Perante este panorama, Franco e Tavares pensaram ter o caminho aberto para criar dificuldades sérias ao velho influente beirão. Ora, a conjuntura política veio em seu socorro.

A questão inglesa de janeiro de 1890 levou à queda de Luciano de Castro e a uma sucessão de governos até 1893, fazendo João Franco parte de dois deles. O homem do Alcaide, tal como prognosticado, chegou a ministro em janeiro de 1890 e, como também tinha prometido, preparava-se para delegar o poder no distrito a Tavares Proença, disso dava conta Aurélio Pinto: *“Amanhã vai o Cirne que chegará aí 5.<sup>a</sup> feira; vai governador civil do João Franco para se entender contigo em tudo obedecendo a certas combinações feitas pelo governo e a que o João não quis opor-se. Aí não há mudanças de pessoal e o João sustentou isso pelo facto de não haver luta, e seria mudança um ato ingrato e falso dele para com os seus aliados naturais, que és tu e os teus. (...) De resto tudo aí como está, e apenas as mudanças em que tu concordes, quando alguma haja a fazer”*<sup>655</sup>. Lentamente a tendência branca começava a ter nomeações que iam ao encontro das suas desejos, foi assim com a designação do primeiro governador civil branco em 1888, num governo progressista, e agora Albano Cirne (anexo n.º 56), num executivo regenerador, chegava a Castelo Branco para se entender com Tavares Proença, tendo em conta as eleições que se aproximavam, marcadas para 30 de março de 1890<sup>656</sup>.

A coligação João Franco/Tavares Proença servia aos dois na perfeição. Tavares encontrava um aliado de peso para combater o homem da Lousa e retribuía o desprezo a que os progressistas o votavam, enquanto Franco se desligava de Vaz Preto encontrando

---

<sup>655</sup> A.F.T.P., carta de Aurélio Pinto para Tavares Proença de junho de 1890.

<sup>656</sup> Convém deixar uma referência à destituição do anterior governador civil, Francisco de Albuquerque Mesquita e Castro, apesar de João Franco ter dado ordens para não se mudar pessoal da anterior administração progressista. A atuação de Mesquita e Castro após o atentado com dinamite à casa de Frederico Franco foi interpretada como indo ao encontro dos desejos de Manuel Vaz Preto. Franco criticou fortemente o governador civil a quem acusou de não tomar decisões enérgicas, respeitando muito a figura de Manuel Vaz Preto e defendendo os seus amigos de todas as investidas da autoridade. Perante estas ideias não se pode estranhar a sua substituição. Ver: DIAS, José Lopes, janeiro de 1963, pp. 50-51.

outro partidário local. Contudo, Aurélio Pinto avisou Tavares Proença de que João Franco tinha algumas limitações na sua atuação política no distrito: tinha de se sujeitar aos acordos feitos pelo governo onde se salvaguardava a posição de Manuel Vaz<sup>657</sup>. As eleições de 1890 não fugiram a esta lógica e o lousanense assegurou a representação do Porto Franco com Ruivo Godinho e João Pinto dos Santos, repetindo-se o quadro da eleição anterior no círculo plurinominal de Castelo Branco (anexo n.º 39). A única novidade consistiu na eleição de Augusto Fuschini em vez de Baima Bastos, já que este foi eleito par em 14 de abril de 1890 por Leiria, cargo a que renunciou em 1 de janeiro de 1893<sup>658</sup>. Os regeneradores acordaram a eleição de duas personalidades que se situavam à sua esquerda e que em tempos pactuaram consigo, Ruivo Godinho e Fuschini, deixando a minoria, mais uma vez, para os progressistas.

Manuel Vaz Preto sabia que os tempos eram outros e avisava os seus apoiantes de que era necessário esperar por melhores momentos<sup>659</sup>. Tinha-se declarado oposição ao novo governo e esperava um feroz ataque de João Franco, mas contava ainda com o seu elevado prestígio junto de muitos regeneradores para conter o «farinheira», disso mesmo deu conta Aurélio a Tavares: “1.º mesmo que João Franco quisesse esfolar o Vaz Preto os seus colegas não o deixam. 2.º que João Franco ou tinha que atirar com a pasta às ortigas, ou há-de submeter-se à maioria do conselho que regula a marcha política governamental. (...) 4.º que Franco encontrando-se em situação desesperada por estas circunstâncias segue o caminho de não se importar quase nada com a política daí. (...) Nestas circunstâncias o Franco trata da sua pasta e deixa o resto arreganhando o dente sempre que os colegas querem nesse distrito fazer um favor ao Vaz Preto”<sup>660</sup>. João Franco tinha linhas vermelhas no Partido Regenerador no que dizia respeito a Manuel Vaz Preto.

Não deixa de ser significativo que mesmo com Manuel Vaz na oposição ao executivo existia uma forte corrente no seu seio que se opunha a conflitos com o homem da Lousa. Mas, Vaz Preto não pisava chão por onde andava João Franco, disso mesmo deu conta Aurélio a Tavares: “Vaz Preto não lhe permite o orgulho transigir

---

<sup>657</sup> A.F.T.P., carta de Aurélio Pinto para Tavares Proença, junho de 1890.

<sup>658</sup> MÓNICA (Coord.), 2004, p. 354. Fuschini era um velho companheiro dos regeneradores, após a morte de Fontes seguiu Barjona de Freitas e a sua Esquerda Dinástica e é neste contexto que temos de enquadrar a sua eleição pelo círculo plurinominal de Castelo Branco, num governo presidido por Serpa Pimentel que acabará por nomear Barjona ministro plenipotenciário em Londres como consequência do ultimato inglês. Ver: MÓNICA (Coord.), 2004, p. 354.

<sup>659</sup> Jornal *Correio da Beira*, n.º 307, de 2 de março de 1890.

<sup>660</sup> A.F.T.P., carta de Aurélio Pinto para Tavares Proença de junho de 1890.

com o governo estando neste o Franco que o trata com soberano desprezo<sup>661</sup>. Perante esta discórdia, Lopo Vaz, em julho de 1891<sup>662</sup>, propôs a Manuel Vaz retomar as relações com Franco, sujeitando-se este às suas decisões no distrito, tal como expusemos no capítulo III.

Esta disposição de João Franco pôs em causa a aliança com Tavares Proença, pois uma parte importante dos brancos sentiu-se defraudada com esta atitude, como também já escrevemos atrás. Aurélio Pinto não perdoou ao primo, João Franco, e cortou relações com ele<sup>663</sup>.

A política local espelhava perfeitamente o que se passava a nível nacional, uma teia de alianças indefinidas que agregavam momentaneamente algumas facções. Disso mesmo dava conta o *Correio da Beira* que publicou, em meados de 1891, dois artigos intitulados «vida nova, Partidos!». Nestes defendia a existência de partidos organizados. A morte dos grandes líderes como Fontes ou Anselmo Braancamp levou ao aparecimento de pequenas facções que só tinham em conta interesses pessoais, dividindo-se regeneradores e progressistas em pequenos grupos. Perante tal cenário era natural o clima de indisciplina que então se vivia, pondo em causa a própria monarquia, estranhando mesmo o facto de os republicanos ainda não terem alcançado o poder face à desunião dos partidos dinásticos. Dizia ainda o jornal que, para o trono ser salvo, os verdadeiros monárquicos deviam reinventar os partidos leais à coroa e sugeria mesmo o

---

<sup>661</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>662</sup> Lopo Vaz e João Franco pertenciam nesta data ao governo presidido pelo General João Crisóstomo. Lopo Vaz era ministro do Reino e Franco ministro das Obras Públicas. Este executivo foi combatido por Manuel Vaz Preto, como ficou claro no capítulo III.

<sup>663</sup> As relações entre Aurélio Pinto e João Franco foram ferozmente atingidas com este episódio, algo que está bem vincado numa carta de Aurélio Pinto para Tavares Proença sobre a inauguração da linha da Beira Baixa, em setembro de 1891 (A.F.T.P., carta de Aurélio Pinto para Tavares Proença): “*O Franco Farinheira está seriamente amedrontado por minha causa e João Pinto, supondo-nos tão selvagens que por desconsideração a ele, apedrejassemos as majestades. (João Franco) sempre escreveu ontem uma longa epístola ao José Fevereiro pedindo a misericórdia dos seus aliados, e apelando para a fé monárquica do José Fevereiro como herdeiro de tradições monárquicas!!! Isto é de rebentar a rir! O Rei escreveu ao Manuel Vaz convidando-o a acompanhá-lo na inauguração. O Vaz Preto pediu escusa, e El-Rei replicou com nova epístola declarando não o dispensar. Ora sabe-se já que esta trica é insinuada pelo Farinheirinha que anda cheio de medo, do que por cá faria o Manuel Vaz. Afinal este anuiu, e deverá vir à pândega. Mas isto não o livrará de no Fundão apanhar (João Franco) o.... Corretivo às suas infâmias. Tudo está preparado; nada o salvará. Diz o adágio que a vingança é o néctar dos deuses; ora eu e o João Pinto estamos no nosso posto de honra!*”. Note-se a aproximação de Aurélio aos homens de Vaz Preto e o tom acintoso como se dirige a João Franco. A carta não está datada, mas pelo seu teor tudo leva a crer que se refere à inauguração do caminho de ferro da Beira Baixa. Este chegou a Castelo Branco a 14 de Julho de 1889, tendo-se comemorado a preceito a inauguração da linha com a presença do Rei e da Rainha na cidade, presidindo às comemorações, a 6 de Setembro de 1891. As cerimónias e os festejos mobilizaram os albicastrenses estando presentes as principais personalidades, entre elas Manuel Vaz Preto, Galdes e Francisco Tavares de Almeida Proença. Sobre a inauguração do caminho de ferro ver: jornal *Correio da Beira*, n.º 386 e n.º 387 de 9 e 13 de setembro de 1891 respetivamente.

nome dos novéis agrupamentos que deviam substituir os partidos regenerador, progressista e constituinte, seriam eles o Liberal, Conservador e Moderado. Perante o golpe do 31 de janeiro no Porto o *Correio da Beira* alertava as hostes monárquicas em relação ao perigo republicano, algo que fará parte das preocupações de Tavares Proença de então até 1910<sup>664</sup>.

Apesar de todas as movimentações políticas e das alianças se terem refeito, as eleições de 1892 decorreram na maior normalidade. Não houve qualquer luta eleitoral, os acordos vingaram e Manuel Vaz Preto conseguiu mesmo recuperar o Fundão, onde elegeu José Torres Fevereiro, dando por terminada a aliança Franco/Tavares neste círculo. Este aspeto é significativo, Manuel Vaz conseguiu recuperar o Fundão após a saída de Franco do executivo. Era a confirmação da união Preto/Fevereiro, carimbada com a eleição do próprio José Fevereiro, à qual Franco não encontrou forma de se opor e que Luciano de Castro confirmou a Tavares Proença, em junho de 1891<sup>665</sup>. Para Tavares este era um mau sinal. Aproximavam-se tempos difíceis para os brancos. De notar ainda, nesta eleição de 1892, o regresso de Baima Bastos que, após ser eleito para a Câmara Baixa, renunciou ao lugar na Câmara dos Pares (anexo n.º 40).

Como vimos, Aurélio Pinto não perdoou ao seu primo, João Franco, a tentativa de se reaproximar de Manuel Vaz, através da intermediação de Lopo Vaz. Tavares recuou, apesar da sua vontade em continuar com a aliança com Franco. Esta decisão abriu caminho a uma aliança com os pretos.

#### **6.6- O governo Hintze/Franco e a coligação entre pretos e brancos**

O governo regenerador, que tomou posse em fevereiro de 1893, onde pontificavam Hintze Ribeiro e João Franco, continuou a agitar as águas da política albicastrense. Se o período anterior tinha trazido coligações inesperadas, o novo ministério teve o condão de juntar pretos e brancos. Tavares Proença, temendo a cisão no seu grupo, optou pelo fim da ligação a Franco, com o qual se regozijou Aurélio: “A notícia que me dás da tua resolução de nada queres com os Farinheiras, produziu no

---

<sup>664</sup> Jornal *Correio da Beira*, n.ºs 375 e 377, de 21 de junho e 5 de julho de 1891.

<sup>665</sup> DIAS, José Lopes, janeiro de 1965, p. 39.

*meu espírito uma sincera e íntima satisfação, e impõe à minha consciência deveres de ilimitada gratidão para contigo.*”<sup>666</sup>.

Naturalmente, José Luciano estava na oposição ao novo governo e Manuel Vaz Preto seguiu-o nessa batalha. A estratégia do velho José Luciano, também já ficou clara no capítulo III, era atrair os pretos para os progressistas, logo havia que condescender em Castelo Branco às suas pretensões e a nível nacional havia rumores de que Manuel Vaz Preto seria o novo presidente da Câmara dos Pares<sup>667</sup>, algo que não se concretizou. Foi neste âmbito que se deu a coligação entre pretos e brancos que se uniram na política distrital e combateram o governo Hintze/Franco, informando Luciano de Castro, a 6 de janeiro de 1894, Tavares Proença: “*Está aqui o M. Vaz com o Joaquim Coelho de Carvalho, e desejam entender-se comigo sobre política geral, e local*”<sup>668</sup>. O chefe dos progressistas tinha ficado a saber da rutura de Tavares com João Franco e sentiu-se com coragem para avançar com esta união<sup>669</sup>. Por sua vez, João Franco procurou outro lugar-tenente para o distrito que substituisse Tavares, a personagem encontrada foi Baima Bastos. O independente da Sertã, sempre colocado na órbita dos regeneradores, tinha agora uma recompensa. Após falhar a reconciliação com Vaz Preto e findo o acordo com Tavares, João Franco não tinha muitas soluções, disse mesmo deu conta Aurélio Pinto a Tavares: “*O João Pinto disse que Manuel Vaz se declarava e mantinha incompatível com Franco, que só depois de ver frustradas as tentativas de acordo com ele e contigo lhe entregava ao Baima o Distrito*”<sup>670</sup>.

Sem influentes de vulto no distrito e com uma coligação entre pretos e brancos João Franco tinha de encontrar outros métodos de atuação. Para apoiar a sua estratégia surgiu um novo periódico, *A Defesa da Beira*, uma folha regeneradora que foi a voz dos franquistas no distrito até 1901.

A imprensa local sofreu alterações nesta época, o que não deixa de ser o reflexo de todas as modificações políticas. O *Correio da Beira* terminou a sua existência no final de abril de 1893. Tinha cumprido a sua missão ao ajudar a nascer a tendência branca na política regional. Já em 1889 tinha surgido *O Distrito de Castelo Branco* que

---

<sup>666</sup> A.F.T.P., carta de Aurélio Pinto para Tavares Proença de 10 de maio de 1893.

<sup>667</sup> Jornal *A Defesa da Beira*, n.º 50, de 30 de setembro de 1894.

<sup>668</sup> DIAS, José Lopes, janeiro de 1965, p. 42.

<sup>669</sup> A.F.T.P., carta de Aurélio Pinto para Tavares Proença de 13 de maio de 1893. Aurélio escreveu a Tavares da seguinte forma: “*O José Luciano entende que fazes muito bem rejeitando acordo com o Franco*”.

<sup>670</sup> DIAS, José Lopes, janeiro de 1965, carta de Aurélio Pinto para Tavares Proença de 16 de maio de 1893.

se manifestou desafeto a Tavares Proença, embora tenha anunciado não ter linha política<sup>671</sup>. A capital de distrito passou a ter um jornal de tendência regeneradora/franquista (*A Defesa da Beira*) e um outro próximo das tendências pretas (*O Distrito de Castelo Branco*), notando-se a ausência de uma folha branca, espelhando claramente os novos tempos com a luta política concentrada nas personalidades de Manuel Vaz e João Franco. O objetivo deste último passava por combater as facções preta e branca e afirmar uma terceira via, um novo patrono, que seria ele próprio<sup>672</sup>. João Franco sabia que, na prática, o Partido Regenerador nunca tinha existido no distrito, era ele que o tinha de encarnar. Aurélio Pinto destacava esta mesma ideia em carta dirigida a Tavares Proença quando afirmava que no distrito de Castelo Branco só havia dois regeneradores, João Franco e Baima Bastos<sup>673</sup>.

O pacto entre pretos e brancos estimulava mais Manuel Vaz Preto e José Luciano de Castro, que pretendiam diminuir João Franco, do que Tavares Proença. Se para Luciano de Castro a aliança com o lousanense tinha como fim garantir um aliado de vulto na política nacional, para este a coligação com os brancos representava uma continuação do seu domínio no distrito e uma forma de atacar Franco. Para Tavares não deixava de ser um grande incómodo, estava secundarizado perante um «aliado» que não desejava e confirmava a sua diminuta capacidade de intervenção junto dos progressistas. O facto é que Manuel Vaz Preto continuava a ser o alvo a abater e *A Defesa da Beira* fazia questão em minorizá-lo ao tentar colá-lo à política progressista, passando a ideia da sua subjugação aos brancos. Contudo, a aliança não deixava de ser uma surpresa já que: “*sempre os supusemos incompatíveis com os brancos; e a nossa surpresa, (...) é dupla, porque estávamos persuadidos de que a incompatibilidade era recíproca*” e perspetivando o ato eleitoral que se avizinhava o jornal definia o objetivo dos coligados: os acordos eleitorais. Estes pactos eram profundamente repudiados por João Franco que via neles a continuação de velhos hábitos que em nada beneficiavam o sistema político e consequentemente o desenvolvimento económico, pelo que o Partido Regenerador no distrito teria como missão agrupar opositores de pretos e brancos e ir à luta mesmo sabendo da derrota, mas que “*o habilitará a combater de frente em campo aberto e em*

---

<sup>671</sup> *O Distrito de Castelo Branco* saiu à estampa a 31 de janeiro de 1889 e o seu último número é de 17 de maio de 1906. O jornal só está disponível para consulta na Biblioteca Nacional a partir do número 469 de 17 de novembro de 1898 e no Arquivo e Biblioteca Municipal de Castelo Branco não existem exemplares.

<sup>672</sup> Jornal *A Defesa da Beira*, n.º 5, de 29 de outubro de 1893.

<sup>673</sup> A.F.T.P., carta de Aurélio Pinto para Tavares Proença de junho de 1890.



*luta franca a política dissolvente, que hoje se afirma neste burgo podre, há tanto tempo joguete dos mais estranhos acordos e das mais torpes veniagas*”<sup>674</sup>.

No entanto, João Franco não tinha muito por onde escolher e as palavras de Aurélio Pinto confirmavam-se: no distrito só havia pretos e brancos, os dois regeneradores válidos já estavam com cargos atribuídos, João Franco era ministro e Baima Bastos deputado, logo o ministro do Reino teve de recorrer a um velho inimigo político de Manuel Vaz para governador civil: António Pedroso dos Santos.

Mais uma vez, a escolha de governadores civis demonstrava como era uma peça importante na ligação entre o centro e a periferia, ora pactuando com os notáveis locais, ora tentando limitar a sua ação, como parecia ser agora o caso de Pedroso dos Santos. Os brancos tinham acabado a década de 1880 com a nomeação de um primeiro elemento como chefe do distrito, Francisco de Albuquerque Mesquita e Castro. Como também já vimos atrás, Albano Cirne chegou a Castelo Branco para se entender com Tavares Proença. Após um período de interregno entre 1890 e 1893, onde pontificou um elemento local afeto a Manuel Vaz, Joaquim Trigueiros Pestana Martel (anexos n.º 56 e n.º 57)<sup>675</sup>, chegava agora Pedroso dos Santos, um elemento que sempre pactuou com todas as forças políticas que se opunham a Vaz Preto (anexo n.º 5, n.º de ordem 10).

Apesar dos esforços de João Franco, as eleições de 1894 continuaram a espelhar a grande hegemonia de Manuel Vaz Preto e a forma como os pretos dominavam a coligação realizada com os brancos. As negociações foram diretamente tratadas entre o morgado da Lousa e José Luciano, como demonstra a correspondência trocada entre Vaz Preto e Tavares Proença: “*O José Luciano pediu-me para dizer a V. Ex<sup>a</sup> que só tinha três candidatos para a acumulação (...) e desejava que lhe arranjassemos para estes o maior número de votos*” mas, ao mesmo tempo, procurava manter Tavares comprometido com a aliança dando-lhe algum protagonismo: “*V. Ex<sup>a</sup> dirá pois o que se há-de fazer, e os meus amigos farão tudo o que estiver ao seu alcance*”<sup>676</sup>. A verdade é

---

<sup>674</sup> Jornal *A Defesa da Beira*, n.º 15 de 14 de janeiro de 1894.

<sup>675</sup> Joaquim Trigueiros Pestana Martel nasceu em Alcains em 1835 e era filho do 1.º conde de Castelo Branco, Joaquim Trigueiros Martel. Era um abastado proprietário do concelho de Castelo Branco e muito próximo do grupo preto. Nunca foi eleito deputado, mas sucedeu ao seu pai na Câmara Alta em 1874, onde praticamente não interveio. Se por um lado, pertenceu a algumas vereações da câmara municipal de Castelo Branco e foi presidente da Junta Geral de Distrito de Castelo Branco num período de grande domínio preto, nos anos de 1870 e 1880, por outro lado foi casado com uma filha do 2.º visconde de Oleiros, Maria Rosalina de Albuquerque Mesquita e Paiva, família próxima dos brancos. O seu percurso político indicia que pode ter representado um ponto de equilíbrio entre pretos e brancos. Ver: MÓNICA (Coord.), 2005, pp. 760-761.

<sup>676</sup> DIAS, José Lopes, 1970, pp. 186-187.

que Manuel Vaz estava fortemente empenhado em não ter muitos incómodos no distrito. A aliança com os brancos tinha como objetivo deixar politicamente enquadrados os seus seguidores e lentamente deixar-lhes o protagonismo, como eram os casos de Ruivo Godinho, eleito há anos pelo círculo de Castelo Branco, e de João Pinto dos Santos, eleito pelo Fundão nesta eleição de 1894<sup>677</sup>. Com a exceção da eleição do Fundão, o «status quo» das eleições anteriores manteve-se (anexo n.º 41).

João Franco sabia perfeitamente que era o alvo da aliança preta e branca. Para a combater, delineou uma estratégia: reorganizar as suas forças no distrito. A *Defesa da Beira* anunciou o caminho, o Partido Regenerador teria de se apoiar no governador civil, Pedroso dos Santos, que por sua vez estava mandatado pelo ministro do Reino e uma das suas missões era criar um centro distrital do Partido Regenerador<sup>678</sup>. Estas vão ser as ideias dominantes de João Franco: a luta contra Vaz Preto e a tentativa de implantar o Partido Regenerador no distrito, ou seja a sua voz. Ao mesmo tempo não deixava de piscar o olho a Tavares Proença realçando a sua fragilidade na coligação com os pretos: “*pena foi que o chefe branco, apanhado de surpresa, não tivesse tempo de medir todo o alcance do engenhoso acordo, com que nada lucrou, nada absolutamente, enquanto o sr. Vaz Preto já colheu frutos do expediente, a que lançou mão*”<sup>679</sup>. No fundo, João Franco tinha só um inimigo, Manuel Vaz Preto.

De salientar a tendência que os influentes distritais demonstravam em se organizarem com uma estrutura de apoio hierarquizada quando não dominavam politicamente. Foi o caso de Manuel Vaz Preto em 1868 quando tentou criar centros políticos nos vários concelhos do distrito, o mesmo reclamavam os brancos na década de 1880 em vários artigos no *Correio da Beira*, como já analisámos neste capítulo, e agora chegava a vez de João Franco. Uma vez alcançada a hegemonia política a ideia era esquecida. Importa destacar a pouca ou nenhuma implantação dos partidos nacionais na Beira Baixa, a sua representação ficava a cargo dos influentes que conseguiam captar em dado momento. O mais disputado era, naturalmente, Manuel Vaz, devido ao seu poderio político-eleitoral, cimentado durante décadas. Por agora, João Franco estava no poder e usando esse palco privilegiado promoveu uma série de alterações legislativas

---

<sup>677</sup> Manuel Vaz Preto depositava enorme confiança em Ruivo Godinho a quem queria deixar a liderança do seu grupo, algo que não aconteceu devido à sua súbita morte em maio de 1895, como tivemos oportunidade de realçar no capítulo III.

<sup>678</sup> Jornal *A Defesa da Beira*, n.º 41, de 22 de julho de 1894.

<sup>679</sup> IDEM, ibidem, n.º 49 de 16 de setembro de 1894.

que lhe permitiriam calar, segundo ele, a voz de grandes caciques, como era a de Manuel Vaz Preto, através da reforma eleitoral.

### ***6.7- O impacto das reformas de João Franco na política distrital***

As reformas do governo Hintze/Franco de 1895 foram realizadas em «ditadura» e tinham como objetivo dar um novo impulso ao país após o período conturbado de 1890-92. Destacamos as alterações na administração periférica e a reforma eleitoral.

A crise financeira aconselhava fortes cortes na despesa pública e o novo código administrativo de 2 de março de 1895 contemplava uma significativa redução dos municípios como parte de um puzzle tendente a controlar os gastos da periferia. O distrito de Castelo Branco sofreu profundos ajustes ficando reduzido a oito concelhos<sup>680</sup>.

Ao nível da reforma eleitoral o decreto de 28 de março de 1895 trouxe várias novidades: dividiu o território em 21 círculos plurinominais coincidindo com os distritos; limitou o número de funcionários públicos, médicos e advogados a serem eleitos deputados; eliminou a cláusula que conferia o direito de voto a todos os chefes de família, sendo compensada com a diminuição do censo eleitoral para 500 réis de contribuições ou saber ler e escrever, e extinguiu a representação das minorias. Com estas disposições pretendia-se alcançar vários objetivos: diminuir o poder dos caciques locais, algo que já tinha sido tentado em 1884 com os círculos plurinominais nas capitais de distrito; fazer recair a representação do país em cidadãos independentes, sem ligações partidárias; alargar a eleição de deputados a outras atividades para além do funcionalismo; alcançar a independência dos eleitores, vedando o acesso ao voto das camadas sociais da população mais permeáveis à corrupção e à influência dos caciques, que manipulavam os chefes de família maioritariamente pobres e ignorantes, e com a extinção da representação das minorias pretendia-se a submissão da oposição ao

---

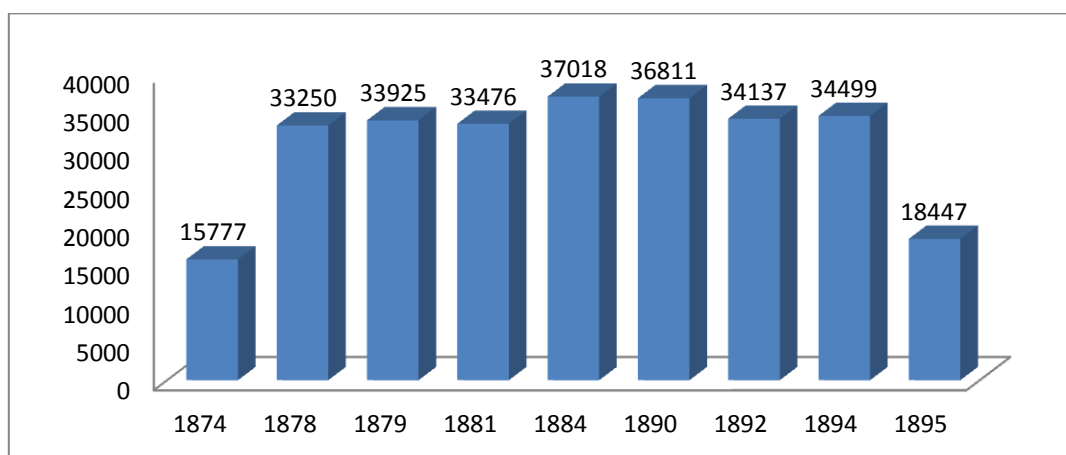
<sup>680</sup> Passaram a existir os seguintes concelhos: Castelo Branco, Covilhã, Sertã, Fundão, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor e Proença-a-Nova. Foram extintos os concelhos mais pequenos (Belmonte, anexado ao da Covilhã, S. Vicente da Beira e Vila Velha de Ródão, agrupados a Castelo Branco, e o concelho de Vila de Rei, sendo as freguesias de Vila de Rei e Fundada anexadas ao concelho da Sertã, e a do Peso ao concelho de Proença-a-Nova).

governo, retirando-lhe a liberdade de ação que a certeza de uma determinada representação parlamentar lhe conferia<sup>681</sup>.

Como seria de esperar, todas estas limitações reduziram o corpo eleitoral que caiu para menos de 500 mil eleitores, quando em 1890 tinha ultrapassado os 900 mil<sup>682</sup>. Convém salientar que a opção portuguesa de restringir o direito de sufrágio estava em contraciclo com a tendência europeia, num momento em que alguns países adotaram o sufrágio universal masculino, como foram os casos de Espanha em 1890 ou da Bélgica em 1893<sup>683</sup>.

O distrito de Castelo Branco correspondia na íntegra ao círculo plurinominal n.º 10 que elegia quatro deputados e o número de eleitores reduziu-se quase em 50%, ficando um pouco acima em relação ao de 1874 (gráfico n.º 3).

**Gráfico n.º 3- N.º de eleitores no distrito de Castelo Branco entre 1874 e 1895**



Fontes: D.G., A.H.P., D.C.D.

A nova legislação eleitoral serviu de base às eleições de 17 novembro de 1895. Como já afirmámos no capítulo III, os progressistas opuseram-se firmemente à «ditadura» de Hintze e Franco e rejeitaram toda a legislação que dela nasceu. Consequentemente recusaram-se a legitimar as eleições e abstiveram-se de participar, tendo como consequência a constituição do Parlamento sem elementos da oposição.

Em Castelo Branco, todos os deputados eleitos eram oriundos do distrito (anexos n.º 42 e n.º 53, n.ºs de ordem 9, 16, 23 e 31). João Franco conseguiu mobilizar algumas personalidades locais para a sua causa e a imprensa local que lhe era afeta, o mesmo é dizer *A Defesa da Beira*, tentava dar corpo às suas intenções ao exigir candidatos que

<sup>681</sup> RAMOS, 2007, p. 192 e 2001, p. 94.

<sup>682</sup> ALMEIDA e MORENO LÚZON, 2012, pp. 20-22. RAMOS, 2001, pp. 80-81.

<sup>683</sup> ALMEIDA, 1991, anexo III.

saíssem do seio das sociedades a que pertenciam e não como representantes de partidos ou fações. A lista que representaria o governo foi apresentada pela folha regeneradora como independente à qual João Franco dava, desinteressadamente, o apoio<sup>684</sup>. Estamos perante uma alteração do discurso político, o governo, aparentemente, não propunha candidatos, dignava-se a aceitar as personalidades que nasciam dos interesses locais. Como é evidente, nada disto se passava, Franco teve de lidar com a oposição de pretos e brancos e procurou mobilizar os seus parcos apoiantes que se situavam nos descontentes das fações locais ou em elementos que procuravam afirmação política. Dos quatro eleitos em 1895, dois orbitaram em tempos à volta de Manuel Vaz Preto, casos do visconde de Tinalhas<sup>685</sup> e de António José Boavida, um era elemento da família Fevereiro, Luís Sampaio Torres Fevereiro<sup>686</sup>, e o último era uma personalidade de Penamacor que fazia a sua aparição política, Luís Osório da Cunha Pereira e Castro<sup>687</sup>.

Na realidade, pretos e brancos continuavam a sua união contranatura. Já em janeiro de 1895 *A Defesa da Beira* noticiava que nas eleições para a misericórdia do Fundão os pretos, representados por José Fevereiro, e os brancos, comandados por Aurélio Pinto, se tinham coligado com a única intenção de derrotarem o candidato de João Franco<sup>688</sup>. No final do mesmo ano Manuel Vaz e Tavares Proença venceram com listas mistas as câmaras municipais. Contudo, para o jornal franquista os pretos lideravam esta aliança e notava-se mesmo algum incómodo no lado dos brancos que se sentiam “*sempre sacrificados ao poderio do sr. da Lousa*”<sup>689</sup>.

Apesar de tudo, a aliança continuava firme, a prová-lo estava a visita, em meados de 1896, de Manuel Vaz Preto a Tavares Proença e Pedro Martins, noticiada pelo *A Defesa da Beira* que também assinalava que ela só tinha um objetivo, lutar

---

<sup>684</sup> Jornal *A Defesa da Beira*, n.º 105, de 10 de novembro de 1895.

<sup>685</sup> Tomás de Aquino Coutinho Barriga da Silveira Castro e Câmara, 2.º visconde de Tinalhas (1848-1916). Abastado proprietário do distrito de Castelo Branco na freguesia de Tinalhas que pertenceu ao concelho de S. Vicente da Beira até à sua extinção em 1895. Foi vereador e presidente da Câmara deste concelho. Seu pai, 1.º visconde de Tinalhas, foi um dos apoiantes de Manuel Vaz Preto (ver: capítulo V, ponto 5.4). Na década de 1890 aproximar-se-á de João Franco e será um dos rostos do franquismo no distrito. Ver: MÓNICA (Coord.), 2004, pp. 546-547 e anexos n.ºs 5, 6, 8 e 42. A Câmara dos Deputados eleita em 1895 ficou conhecida pelo «solar dos barrigas» e segundo José Maria de Alpoim a inspiração do nome deve-se ao nome do 2.º visconde de Tinalhas, ver: ALMEIDA, 2001, p. 91.

<sup>686</sup> Filho de Agostinho José da Silva Fevereiro e irmão de José Sampaio Torres Fevereiro. Não seguiu o irmão na ligação a Vaz Preto. Esteve mais próximo de Tavares Proença e João Franco.

<sup>687</sup> Filho terceiro do 1.º visconde e 1.º conde de Proença-a-Velha, António de Gouveia Osório Melo e Vasconcelos. Ao contrário do pai e do irmão, 2.º conde de Proença-a-Velha, João Filipe Osório de Meneses Pita, não seguiu a aliança com Vaz Preto (ver: anexo n.º 5, n.ºs de ordem 7, 36 e 56) e juntar-se-á a João Franco.

<sup>688</sup> Jornal *A Defesa da Beira*, n.º 65, de 13 de janeiro de 1895.

<sup>689</sup> IDEM, n.º 110, de 15 de dezembro de 1895.

contra João Franco que tinha tido a ousadia de colocar em causa a hegemonia eleitoral de pretos e brancos<sup>690</sup>. Franco sempre interpretou esta aliança como algo que tinha nascido exclusivamente para o derrotar politicamente no distrito e no que diz respeito a Manuel Vaz Preto isso era inteiramente verdade.

Se a nível distrital a maré não estava do lado de João Franco o mesmo se passava a nível nacional. Como já estudámos no capítulo III, o governo de Hintze e Franco viveu sempre em grande turbulência com profundas divergências entre os dois líderes regeneradores. Se o chefe do governo culpabilizava João Franco pelo fracasso da Câmara Eletiva de 1895, cheia de gente desconhecida e indisciplinada, este não poupava Hintze, que também acumulava a pasta da Fazenda, pelo desastre financeiro. Neste contexto, Hintze Ribeiro, com o patrocínio real, entendeu-se com José Luciano para um regresso ao rotativismo, de modo a que Franco não ficasse no governo, o que pressupunha a existência de uma luta política entre dois partidos distintos e o fim da ideia de um Parlamento apartidário, como supostamente tinha sido o de 1895<sup>691</sup>. Na realidade, existiu uma grande dificuldade em captar para os altos cargos do Estado indivíduos que não estivessem comprometidos politicamente com regeneradores, progressistas ou mesmo com republicanos<sup>692</sup>. Quando o governo se demitiu em fevereiro de 1897 não foi surpresa para ninguém.

O governo regenerador que esteve no poder quatro anos teve de enfrentar uma aliança entre pretos e brancos a nível distrital. Na realidade, as alianças políticas beirãs entraram numa nova fase, a crescente preponderância de João Franco a nível nacional levou Manuel Vaz a trilhar novos caminhos e isso não o inibiu de se aliar aos seus antigos adversários. Apesar do seu lento eclipse político a política beirã continuava a passar por si.

### ***6.8- O frágil equilíbrio da coligação entre pretos e brancos***

Em fevereiro de 1897 José Luciano reconduzia de novo os progressistas à liderança do governo, após sete anos de ausência. Estava de regresso o velho costume rotativo caracterizado por pactos políticos entre os principais partidos dinásticos.

---

<sup>690</sup> Jornal *A Defesa da Beira*, n.º 134, de 21 de junho de 1896.

<sup>691</sup> RAMOS, 2001, pp. 92-103 e 2007, pp.195-196.

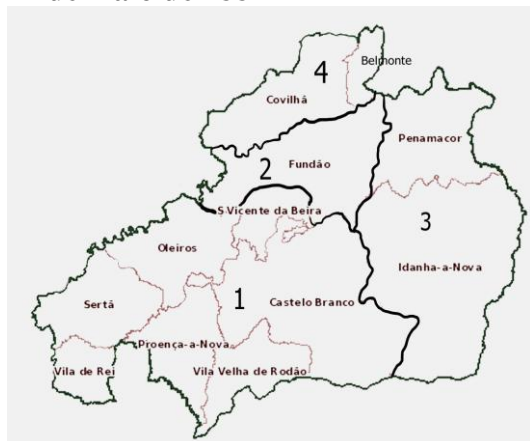
<sup>692</sup> RAMOS, 2001, pp. 94-95.

Contribuindo para este rumo político, ainda no governo regenerador, regressou-se à combinação de círculos uni e plurinominais com a lei de 21 maio de 1896, que serviu de base às eleições de 2 de maio de 1897.

À semelhança da lei de 1884, o distrito de Castelo Branco ficou constituído por quatro círculos eleitorais (mapas n.º 4 e n.º 5), mas com alterações na sua configuração. O grande círculo plurinominal de Castelo Branco foi extinto dando lugar ao da Sertã, que recuperava o seu desenho tradicional, e ao de Castelo Branco, que agregava uma parte do dissolvido círculo de Idanha-a-Nova. Nos restantes, o círculo da Covilhã manteve o mesmo espaço territorial e o do Fundão juntou o município de Penamacor. No fundo, estamos perante uma repetição da lei eleitoral de 1869 (mapa n.º 2 e anexo n.º 90).

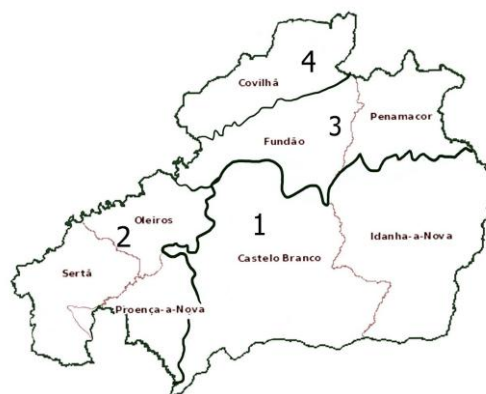
**Mapas n.º 4 e n.º 5: Comparação entre a divisão eleitoral de 1884 e 1896 do distrito de Castelo Branco**

**Mapa n.º 4- Círculos eleitorais de Castelo Branco de acordo com a lei de 21 de maio de 1884**



Legenda: 1- Círculo Plurinominal de Castelo Branco: elegia três deputados, um pela minoria; 2- Círculo do Fundão; 3- Círculo de Idanha-a-Nova; 4- Círculo da Covilhã.

**Mapa n.º 5- Círculos eleitorais de Castelo Branco de acordo com a lei de 21 de maio de 1896**



Legenda: 1- Círculo de Castelo Branco; 2- Círculo da Sertã; 3- Círculo do Fundão; 4- Círculo da Covilhã

Fonte: <http://atlas.fcsh.unl.pt/>

A abertura de um novo ciclo político com a chegada ao poder dos progressistas demonstrou a fragilidade da aliança entre pretos e brancos. Os primeiros sinais foram logo visíveis na nomeação do novo governador civil. Segundo *A Defesa da Beira* Luciano de Castro consultou Manuel Vaz Preto telegraficamente. Este, por sua vez, falou com o chefe dos brancos, não se chegando a qualquer consenso. Por este expediente se percebe quem liderava a coligação e a qual das fações locais o chefe do

governo dava mais importância política. Os nomes falados eram quase todos pretos: João Pinto Rodrigues dos Santos, Francisco de Albuquerque Mesquita e Castro, João Velez Caldeira<sup>693</sup>, Joaquim Trigueiros de Aragão<sup>694</sup> e José Ramos Preto<sup>695</sup>. O periódico escrevia ainda que face à falta de entendimento entre pretos e brancos se poderia nomear um elemento estranho aos locais<sup>696</sup>.

Neste primeiro combate os brancos levaram a melhor, o escolhido foi Francisco Mesquita e Castro, um repetente no cargo. Para além do governador civil, também os administradores dos concelhos caíam para o lado de Tavares Proença<sup>697</sup>. Aparentemente os brancos suplantaram sobre o seu rival de sempre, o próprio jornal *A Defesa da Beira* achava estranho a submissão dos pretos. Entre este grupo havia quem não aceitasse a supremacia do partido branco, não compreendendo a abdicação da política por parte de Vaz Preto<sup>698</sup>. O período do governo regenerador tinha levado Manuel Vaz, motivado pela feroz oposição a Franco, a tombar para o lado progressista, o que muito contentou José Luciano. Se numa fase inicial o líder progressista tinha conseguido manter Tavares Proença numa coligação que nunca o entusiasmou, com o claro intuito de atrair o influente da Lousa, agora, afastado João Franco do poder, a aliança local parecia não fazer muito sentido. Porém, Manuel Vaz não se afastou da órbita progressista e José Luciano pretendia herdar o seu espólio político, mas como conciliar tudo isto com os interesses dos brancos? A quem se dirigiria para tratar dos assuntos locais? Aparentemente a Manuel Vaz, mas os lugares estavam a cair para o lado branco, levando mesmo *A Defesa Da Beira* a perguntar quem mandava no partido que designava de «Baronáceo»? A resposta não era fácil, seria o régulo da Lousa? Ou o soba da rua de S. Sebastião? Para o redator ninguém sabia, concluindo: “*Assim não sabe a*

---

<sup>693</sup> Não temos dados biográficos desta personagem. Na documentação consultada aparece sempre associado ao grupo preto em ações políticas no concelho do Fundão, principalmente em Alpedrinha. Ver anexos n.ºs 5, 6 e 8.

<sup>694</sup> Joaquim Trigueiros Osório de Aragão, 2.º conde de Idanha-a-Nova, filho do visconde do Outeiro e 1.º conde de Idanha-a-Nova, Jerónimo Trigueiros de Aragão Martel da Costa. Grande proprietário nos concelhos do Fundão e Idanha-a-Nova fazia parte do grupo preto. Ver: MÓNICA (Coord.), 2004, pp. 198-199 e anexos n.ºs 5, 6 e 8.

<sup>695</sup> José Ramos Preto nasceu no Lourçal do Campo, concelho de Castelo Branco, em 1871. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra iniciou-se na política ainda durante a Monarquia, estando ligado ao grupo preto e mais tarde como elemento preponderante do Partido Regenerador no distrito de Castelo Branco. Foi já na vigência da República que alcançou notoriedade política. Pertenceu ao Partido Democrático, foi eleito senador por Castelo Branco em 1919, ministro da Justiça entre 8 de março e 14 de junho de 1920 e presidente do ministério por um curto período entre 6 e 26 de junho de 1920, acumulando com a pasta do interior. Ver: POUSINHO, 2010, p. 75.

<sup>696</sup> Jornal *A Defesa da Beira*, n.º 164, de 14 de fevereiro de 1897.

<sup>697</sup> IDEM, n.º 166, de 28 de fevereiro de 1897.

<sup>698</sup> IDEM, n.º 168, de 21 de março de 1897.



*gente que é que na maçonaria baronacea possui o malhete de Grão-mestre*”. Todavia, percebeu a tática de Manuel Vaz: se os brancos ficavam com os cargos locais, os pretos iriam ser eleitos deputados nas próximas eleições, pois os nomes que se avançavam, como fruto das negociações, eram todos pretos<sup>699</sup>.

Afinal, o velho Manuel Vaz mantinha a sua sagacidade política bem viva e não deixou a sua armada desamparada. O grande influente beirão entregou as questões locais aos partidários de Tavares Proença, mas nas eleições para deputados de 1897 nenhum elemento branco foi eleito e os pretos dominavam<sup>700</sup>. A *Defesa da Beira* constata, ao analisar o resultado eleitoral, que nem a mudança de governo tinha dado aos brancos a possibilidade de eleger deputados, demonstrando a sua insignificância<sup>701</sup>, pelo que deixava uma pergunta no ar: por onde andava a facção branca? Para o periódico, a força de João Franco veio criar uma terceira força política em Castelo Branco, pelo que não restou outro caminho aos dois chefes beirões senão a aliança contra o homem do Alcaide, mas quem sairia a perder com esta aliança? Naturalmente, os brancos e A *Defesa da Beira* justificava: *“como a história nos demonstra que nunca um partido se conservou por muito tempo com dois chefes, terminando sempre o mais forte por dominar, (...) também no partido baronaceo, onde até aqui nenhum dos antigos chefes foi ainda reconhecido oficialmente pontifex maximus, há-de suceder o mesmo, ou os dois grupos se fundem num só partido com um chefe único e esse há-de ser o sr.º Vaz Preto, ou eles se separam de novo e os brancos, reduzidos em número e em influência, ficarão constituindo uma simples patrulha sem importância alguma.”* Este facto era já evidente nas eleições de 1897: *“O sr.º Vaz Preto empalma para os seus os círculos certos e gratuitos, assegurando assim a sua influência na câmara dos deputados (...) Reserva para si o modesto papel de poder oculto e dá ao colega cônsul o cetro da cana verde! Assim o sr.º José Luciano de Castro deitando os olhos pela sua compacta maioria pode bem perguntar ao seu amigo da rua de S. Sebastião, como nós fazemos no nosso modesto jornal: Onde estão os brancos?!...”*<sup>702</sup>.

Na realidade, nos círculos de Castelo Branco e Sertã foram eleitos dois pretos, conde de Idanha-a-Nova e João Pinto Rodrigues dos Santos, respetivamente, na Covilhã

---

<sup>699</sup> IDEM, n.º 170, de 4 de abril de 1897.

<sup>700</sup> Ver: anexo n.º 43.

<sup>701</sup> Jornal A *Defesa da Beira*, n.º 175, de 9 de maio de 1897.

<sup>702</sup> IDEM, n.º 176, de 16 de maio de 1897.

regressou Elvino de Brito após o interregno das eleições de 1895 e no Fundão venceu um franquista, Luís Osório da Cunha Pereira de Castro (anexo n.º 43).

O círculo da cidade serrana não oferecia qualquer dúvida face à concórdia entre Manuel Vaz, José Luciano e o conde da Covilhã perante o nome de Elvino de Brito, já para os três restantes existiam outros tantos nomes. A dúvida residia na sua distribuição, uma vez que existia um círculo, o do Fundão, em que ninguém pretendia ser opositor do candidato de João Franco. Manuel Vaz Preto fez as suas exigências a José Luciano: João Pinto dos Santos por Castelo Branco, conde de Idanha-a-Nova pela Sertã e José Capelo Franco Frazão, futuro conde de Penha Garcia, que acabara de se filiar nos progressistas e se candidatava pela primeira vez a deputado, pelo Fundão. Esta última personagem era um típico produto político das relações de décadas entre as elites locais. Seu pai, João António Franco Frazão, militara sempre com os pretos, mas via o filho engrossar as fileiras progressistas. Esta adesão ao Partido Progressista enquadrava-se na estratégia urdida por José Luciano de herdar o espólio político de Manuel Vaz, pelo que temos de a encarar com normalidade. Todavia, apesar do seu pai ser um peso pesado do Fundão, José Capelo tinha enormes reticências em se candidatar por aí e José Luciano tentou sensibilizar Manuel Vaz: *“Pedi ao Manuel Vaz que concordasse em mudar o conde de Idanha, passando o Frazão para a Sertã. O Frazão não quer sofrer um desaire ao entrar na vida política”*<sup>703</sup>. O que aqui estava em causa era a gestão da clientela branca e preta, Vaz Preto pretendia os círculos certos para os seus, o conde de Idanha e João Pinto dos Santos, deixando para Frazão a derrota quase certa no Fundão. A verdade é que o velho lousanense levou a sua avante e Franco Frazão acabou por aceitar a candidatura pelo Fundão, algo que José Luciano transmitiu a Tavares<sup>704</sup>, e João Pinto e o conde de Idanha trocaram de círculos.

Se por Castelo Branco nada havia a opor, fosse qual fosse o candidato, o mesmo não se passava na Sertã, onde, ainda, se tinha de ter em conta a velha influência de Baima Bastos. A correspondência trocada entre várias personalidades mostra como se neutralizou a possível oposição de Baima às pretensões de Manuel Vaz Preto e a intensa luta política no círculo do Fundão.

Na Sertã Jerónimo Pereira da Silva Baima Bastos ditava a lei desde os anos de 1860. A sua última eleição para deputado datava de 1894 pelo grande círculo

---

<sup>703</sup> DIAS, José Lopes, janeiro de 1965, p. 55.

<sup>704</sup> IDEM, *ibidem*.

plurinominal de Castelo Branco, onde a Sertã estava inserida. Os acordos políticos, que a legislação eleitoral de 1884 promoveu, deram margem a Baima Bastos para ser sistematicamente eleito naquele círculo. Agora, no fim da vida, não era candidato mas a sua aura ainda pairava no momento de tomar decisões. Para o substituir como influente local surgia já um elemento da nova geração, António Augusto de Mendonça David. Natural de Álvaro, concelho de Oleiros, Mendonça David será um elemento importante dos regeneradores na primeira década do século XX, principalmente após a morte de Baima Bastos em 1902<sup>705</sup>. Porém, em 1897 a sua ligação política estava ainda bastante indefinida. Os brancos tentaram jogar com este facto para guerrear Baima Bastos e lançar sementes para o futuro nesta área do distrito, onde em tempos Tavares Proença (pai) pontificou, antes da chegada de Baima, com a família Mesquita e Castro.

Mendonça David estava disposto a ligar-se a Tavares, mas ainda não tinha chegado a sua hora. Baima Bastos apressou-se a comunicar a Luciano de Castro que aceitaria qualquer candidato que os progressistas propusessem, cortando assim as aspirações de David<sup>706</sup>. Esta não era a solução desejada pelos brancos, mas satisfazia plenamente José Luciano que tinha um círculo garantido e podia ir ao encontro dos desejos de Vaz Preto, assim resumia os acontecimentos Aurélio Pinto: “*Que havia várias soluções a dar à questão da Sertã (...); uma era eleger-se o Mendonça, ficava este progressista, e o partido em ótimas condições ali para o futuro; esta era ótima; a outra era o Baima capar aquela solução, evitando perder o Mendonça e assim fazer o que fez – abandonar o círculo! Esta era a péssima solução*”<sup>707</sup>. Foi neste contexto que surgiu a candidatura de João Pinto dos Santos pela Sertã, um preto, que seria eleito pelo governo, num círculo onde os regeneradores costumavam triunfar.

Mais uma vez Tavares Proença sacrificava os seus interesses a José Luciano, subalternizando-se a Vaz Preto a nível local. Isto mesmo está claramente exposto por Aurélio Pinto: “*O Zé Lu pediu-me então para te dizer, se te não custava, o ires tu próprio à Lousa dizer ao Manuel Vaz que ele Zé Lu punha à sua disposição aqueles círculos, no caso de querer levar algum amigo à Câmara. Ou não querendo tu ires te pede licença para ele Zé Lu, escrever naquele sentido ao dito Manuel Vaz*”<sup>708</sup>.

---

<sup>705</sup> LOPES, 2013, p. 150. MÓNICA (Coord.), 2005, pp. 32-33.

<sup>706</sup> A.F.T.P., carta de Aurélio Pinto a Tavares Proença de 6 de março de 1897.

<sup>707</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>708</sup> IDEM, *ibidem*.

Tavares Proença continuava na sua encruzilhada, suportar a ligação de José Luciano a Vaz Preto e nada poder fazer, pelo menos por enquanto, e ao mesmo tempo continuar a mostrar-se disponível para com o Partido Progressista. Era a lenta espera até à chegada de melhores dias. O equilíbrio entre as duas facções demonstrava claramente a tendência: Manuel Vaz punha e dispunha nas eleições nacionais e a nível regional e local aceitava alguma predominância de Tavares Proença, com quem negociava o enquadramento dos seus apoiantes. Este cenário era evidente nas composições mistas das câmaras municipais desde 1894, como era o caso de Castelo Branco onde pontificavam elementos das facções preta e branca, Ruivo Godinho, conde de Idanha-a-Nova e Pedro Martins, e na nomeação do governador civil, Francisco de Albuquerque Mesquita e Castro em 1897, que apesar de ser um branco tinha boas relações com Manuel Vaz. O cenário de equilíbrio entre pretos e brancos era extensível à quase totalidade do distrito, com a exceção mais uma vez do Fundão, onde Franco irá saber jogar com esta frágil situação e ter algumas vitórias políticas, como foi o caso da eleição geral de deputados de 1897 no círculo eleitoral do Fundão.

#### ***6.9- O franquismo entre pretos e brancos no final dos anos de 1890***

Como já escrevemos atrás, o candidato da coligação preta e branca no Fundão em 1897 era José Capelo Franco Frazão. O círculo do Fundão tinha hábitos eleitorais muito próprios, sendo a compra de votos uma realidade que o próprio Aurélio Pinto reconhecia: *“Este concelho tem a péssima educação de negociar por dinheiro em assuntos eleitorais; de modo que sem que se disponha de algum dinheiro, parte para empréstimos e parte para gastar, é difícil senão quase impossível poder lutar-se com vantagens”*<sup>709</sup>. Porém, nesta altura a aliança preta e branca apenas se limitava ao apoio do mesmo candidato, cada facção arregimentava os seus eleitores com as suas posses e meios, pondo em evidência a fragilidade da coligação, já exposta no ponto anterior. João Pinto dos Santos, ele próprio candidato pela Sertã, com a eleição certa, mobilizava os pretos, Aurélio Pinto tinha a função de reunir os brancos. Este queixava-se a Tavares, tal como em 1889, que não tinha recursos suficientes para acudir a todas as despesas, o que não era o caso dos pretos, pois tinham do seu lado os grandes proprietários, conde

---

<sup>709</sup> IDEM, carta de Aurélio Pinto para Tavares Proença de 29 de março de 1897.

de Idanha e Manuel Vaz Preto. Aurélio dava conta a Tavares que não tinha cabedal suficiente e pedia a sua intervenção para resolver a falta de liquidez: “*Hoje se deu o caso de um nosso amigo me pedir 2 contos de réis para pagar em quatro anos, amortizando 500\$000 réis por ano: Ora este sujeito tem as melhores garantias para dar pelo seu carácter, posição e haveres; e acresce que parte do rendimento o quer ele para também emprestar por motivos eleitorais. (...) Tem pois paciência, mas há-de arranjar aquela quantia para emprestares por juro não superior a 7 ou 8% e receberás letras garantidíssimas nas condições que já disse, para receberes 500\$000 réis de amortização anual*”. Aurélio pedia a Tavares quantias mais avultadas, já que para pequenas coisas, como comprar votos em pequenas freguesias, os brancos fundanenses conseguiam arrebanhar a quantia necessária<sup>710</sup>.

Todos estes esforços eram louvados por José Capelo Franco Frazão que considerava o empenho dos brancos admirável e constatava que Franco não iria facilitar: “*os nossos adversários desenvolvem uma prodigiosa energia, e fazem da eleição do Fundão uma questão de grande capricho*”<sup>711</sup>. Ele próprio se predispunha a colaborar monetariamente na contenda, mas revelava já algum mau estar na coligação preta e branca a que Aurélio já tinha aludido, cada facção trabalhava separadamente não existindo grande coordenação. O futuro conde de Penha Garcia detalhou claramente os campos de atuação: o seu pai abonava as despesas eleitorais no concelho de Penamacor e na Capinha e Aurélio Pinto em Vale de Prazeres, restando três assembleias que deviam ficar a cargo dos outros membros da coligação que, ao que parece, não cumpriam o acordado, numa clara crítica aos pretos. Aparentemente o jovem Franco Frazão não entusiasmava as tropas pretas e o próprio reclamava que esta eleição só lhe estava a criar dissabores e perdas de tempo, pondo mesmo a hipótese de abandonar a contenda<sup>712</sup>. Todavia, o que se passou foi o endurecimento da compra de votos, passando por «comidas e bebidas», emprestando dinheiro e sementes<sup>713</sup>. Apesar do esforço a vitória acabou por sorrir a João Franco, levando mesmo o *Diário Ilustrado* a afirmar: “*Lá se foi o dinheiro dos ricos*”<sup>714</sup>. Franco Frazão explicava a derrota devido “*ao estado do recenseamento, às violências que empregaram os contrários, a algumas*

---

<sup>710</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>711</sup> DIAS, José Lopes, 1970, p. 56.

<sup>712</sup> IDEM, *ibidem*, pp. 57-58.

<sup>713</sup> IDEM, *ibidem*, p. 58.

<sup>714</sup> Jornal *Diário Ilustrado*, n.º 8664, de 4 de maio de 1897.

*traizõeszitas, e à demora que tivemos de encetar os nossos trabalhos*”<sup>715</sup>. Face a este relato parece evidente que nem todos se empenharam da mesma forma nesta eleição, existindo uma crítica encapotada à gente preta, do que João Franco retirava benefícios diretos. Para Manuel Vaz o Fundão passou a ser uma questão secundária em 1897, após a colocação dos seus candidatos em círculos certos. Por seu lado, Tavares Proença sabia que a estratégia de José Luciano de Castro passava por um entendimento com Manuel Vaz Preto, logo só tinha duas soluções: manter-se fiel à aliança com os pretos ou ousar de novo aliar-se com João Franco. A conjuntura política ainda não lhe era favorável e tinha de esperar pacientemente para dar este passo.

A eleição no círculo eleitoral do Fundão de 1897 representou mais um episódio na luta de João Franco contra a coligação de pretos e brancos, procurando marcar posição no concelho da sua naturalidade, onde contava com alguns fiéis. Era aqui que se podia entrincheirar com algum sucesso. A nível nacional estava secundarizado no Partido Regenerador face a Hintze Ribeiro, que se tornará o líder após a morte de Serpa Pimentel em 1900, e passou por um período pouco interventivo politicamente<sup>716</sup>. Na Beira Baixa tentava deixar marca, mobilizando as suas tropas, onde pontificava o pai, Frederico Franco, que em conjunto com José Olaia Lopez Montoya<sup>717</sup>, procurava, segundo *A Defesa da Beira*, arregimentar todos os apoiantes do Partido Regenerador na região sob a liderança do filho e reorganizá-lo com o intuito de combater o enfeudamento do distrito de Castelo Branco a pretos e brancos<sup>718</sup>.

Note-se na insistência por parte dos franquistas na reorganização do Partido Regenerador para agrupar as forças afetas a João Franco, foi assim no período em que este foi ministro, entre 1893 e 1897, e continuou agora noutra conjuntura política. Tratava-se de uma tarefa inacabada ou de difícil execução uma vez que o Partido Regenerador não tinha qualquer expressão no distrito, sendo apenas invocada a sua existência quando se arvorava alguma oposição a Manuel Vaz Preto.

---

<sup>715</sup> DIAS, José Lopes, 1970, p. 60.

<sup>716</sup> RAMOS, 2001, pp. 101-102.

<sup>717</sup> José Olaia Lopez Montoya foi um grande comerciante do concelho de Castelo Branco. Negociava principalmente lã que comprava em diversos locais, nomeadamente em Espanha, nas fronteiras beirã e alentejana, a produtores de Castelo Branco e lugares próximos da cidade, mandando agentes seus efetuar as compras. Ver: SILVEIRA, 1864, pp. 110 e 111. Aquando da sua morte, a 29 de setembro de 1900, o jornal *A Defesa da Beira*, no seu n.º 333, de 3 de outubro de 1900, publicou uma biografia e uma fotografia de Lopez Montoya.

<sup>718</sup> Jornal, *A Defesa da Beira*, n.ºs 182 e 183, de 4 e 11 de julho de 1897.

Nos anos de 1890, os elementos afetos a Franco no distrito não iam além daqueles que foram eleitos para o Parlamento em 1895 (quadro n.º 34). O resto, no dizer de um fundanense, “*eram uns tantos rapazes que o valimento* (de Frederico e João Franco) *os fizeram guindar a cargos públicos de alguma importância a nível local.*”<sup>719</sup>. João Franco sabia que, nesta fase, teria de aguentar estoicamente e ir ao combate com as forças de que dispunha.

**Quadro n.º 34- Personalidades que apoiavam João Franco nos anos de 1890**

Concelhos	Personalidade	Atributos sociais
Castelo Branco	Tomás de Aquino Coutinho Barriga da Silveira Castro e Câmara	2.º Visconde de Tinalhas. Proprietário
	José Lopez Olaia Montoya	Comerciante
Fundão	Frederico Carlos Ferreira Franco e Freire	Proprietário
	Luís de Sampaio Torres Fevereiro	Advogado/proprietário
	António José Boavida	Cónego da Sé de Lisboa
Covilhã	António Pedroso dos Santos	Advogado
Penamacor	Luís Osório da Cunha Pereira e Castro	Advogado. Escritor/poeta

Para além das eleições para deputados, onde Franco conseguiu impor a eleição de um correligionário em 1897 no círculo do Fundão, os seus apoiantes eram ativos nas eleições para as câmaras municipais, setor onde era evidente a sua debilidade. Pretos e brancos estabeleciam acordos nos vários concelhos, algo que não passava em claro na imprensa<sup>720</sup>.

Os concelhos onde existia alguma luta política nas eleições municipais eram precisamente onde João Franco dispunha de alguns apoios: Covilhã, Fundão e Penamacor. Assim o constatou *A Defesa da Beira* em 1898 ao afirmar que naqueles municípios se estavam a aprontar violências e que se preparava a chegada da tropa para manter a ordem no período eleitoral<sup>721</sup>. Também *O Districto de Castelo Branco* se referiu a estas eleições sendo mais concreto sobre os apoios políticos e a forma como pretos e brancos recorriam a todos as alianças possíveis para derrotarem quem lhes fazia

<sup>719</sup> MONTEIRO, Celestino Tavares, 1998, p. 22.

<sup>720</sup> O jornal *A Defesa da Beira*, n.º 215, de 6 de março de 1898, ironizava desta forma com a vereação em funções em 1898 no concelho de Castelo Branco: “*A recondução dos vereadores municipais representa ainda, que eles continuam a gozar da confiança dos respetivos chefes políticos (...) // Dizemos recondução e não eleição, porque tal coisa não houve: nalgumas assembleias não chegou a constituir-se a mesa por falta de pessoal, e naquelas que se constituíram, não houve nem podia haver eleição, pelo simples motivo de não haver eleitores.*”.

<sup>721</sup> IDEM, n.º 248, de 6 de novembro de 1898.

frente. Assim, para o periódico, na Covilhã, Tavares Proença e Vaz Preto apoiaram progressistas e legitimistas para derrotarem Pedroso dos Santos, que o jornal afirmava ser um falso regenerador, pois era franquista. Já em Penamacor foi dada liberdade aos legitimistas para vencerem<sup>722</sup>. Note-se a permanência dos legitimistas na luta política beirã, a sua presença fez-se notar nos anos de 1860 e 1870 na Covilhã, agora surgem em Penamacor, aparentemente concelho propenso a radicalismos políticos, pois relembremos que em 1879 Manuel Vaz Preto assinalou a existência de um «club» que defendia a Internacional<sup>723</sup>. É de assinalar como por esta zona do país, onde os caciques políticos dominavam e influenciavam a direção política das comunidades, não só as ideias mais radicais tinham adeptos como persistiam no tempo. No Fundão, o grupo Vaz Preto combateu fortemente os franquistas contando com a passividade progressista, estratégia que Aurélio Pinto reprovava, acabando por aceitar as diretrizes de Tavares Proença que, obedecendo a José Luciano, ordenou aos seus correligionários fundanenses que seguissem os elementos pretos<sup>724</sup>.

Resumindo, Franco sabia que a sua base de recrutamento local era bastante reduzida devido à grande hegemonia de Manuel Vaz Preto, de quem em tempos foi correligionário, e nunca se empenhou pessoalmente no distrito, o seu palco natural era a luta pelo poder em Lisboa. Como sempre afirmou, não pretendia perder muito tempo com as questões locais, a sua tática passou sempre por alianças, primeiro com Vaz Preto e depois com Tavares Proença, tendo como condição a defesa dos seus interesses, principalmente no Fundão. Todavia, a coligação entre pretos e brancos ostracizou-o no distrito e ele sempre procurou combater este isolamento, tendo desempenhado um papel importante o jornal *A Defesa da Beira*. Franco também sabia que esta conjuntura política não era eterna, mas até se concretizar a mudança, tentou sobreviver no distrito e arregimentou as suas parcas forças onde podia, dando luta no Fundão, onde aproveitou as fragilidades dos adversários em 1897 e tinha alguma visibilidade, sem sucesso, nas eleições municipais. Franco sabia que mais tarde ou mais cedo a ligação com Tavares regressaria.

---

<sup>722</sup> Jornal *O Districto de Castelo Branco*, n.º 469, de 17 de novembro de 1898.

<sup>723</sup> Ver: capítulos IV e V.

<sup>724</sup> A.F.T.P., carta de Aurélio Pinto a Tavares Proença de 21 de novembro de 1898.



### 6.10- Tavares Proença e a contestação à política do Partido Progressista no distrito

O final do século XIX significou uma mudança de atitude política por parte de Tavares Proença, há muito desejada. As perspectivas do desaparecimento de Manuel Vaz, com o consequente desmoronamento do seu grupo, e um maior empenho político de João Franco traziam a esperança de alterações profundas na correlação de forças no distrito, podendo Tavares Proença desempenhar um papel decisivo.

A morte de Manuel Vaz Preto parecia estar próxima devido à sua fraqueza física e à forma como ia dando liberdade aos seus, principalmente a João Pinto, a quem procurava enquadrar no Partido Progressista. Isso mesmo dizia Vaz Preto a José Luciano, em carta de 28 de março de 1899: *“Hoje escrevo a V. Ex<sup>a</sup> para lhe pedir uma fineza, em que tenho o máximo empenho. O meu amigo Dr.<sup>o</sup> João Pinto deputado, a quem eu há muito desejava colocar em Lisboa, (...) resolveu-se agora a ir definitivamente para aí residir, e (...) precisa ou de um emprego razoável (...). Se vagasse qualquer lugar de ajudante de Procurador-Geral da coroa, ou qualquer conservatória em Lisboa muito lhe convinha. (...) peço a valorosa proteção de V. Ex<sup>a</sup> para se conseguir o desejo de João Pinto. Se ele deverá essa fineza a V. Ex<sup>a</sup> encontrará nele um homem de grande valor que lhe será sempre reconhecido e grato”*. José Luciano certamente que anuiu a desenvolver os esforços necessários já que Manuel Vaz se mostrou agradado logo no dia 14 de abril: *“Agradeço penhorado o desejo de V. Ex<sup>a</sup> de colocar o Dr.<sup>o</sup> João Pinto em Lisboa. (...). Parece-me pois que V. Ex<sup>a</sup> não terá que se arrepender (...) porque nele encontrará sempre a gratidão e o reconhecimento.”*<sup>725</sup>. João Pinto dos Santos continuaria preto até à morte do seu patrono, mas era já um valor seguro do Partido Progressista. Mais uma vez, podemos comparar esta atitude política com o que também aconteceu em Espanha, embora com outra dimensão, onde os gamacistas engrossaram as fileiras do maurismo após a morte de German Gamazo, em 1901<sup>726</sup>.

Todas estas manobras despertavam muito pouco entusiasmo em Tavares Proença, que contestará a entrada de João Pinto dos Santos no partido, como analisaremos mais à frente, e que se preparava para ter uma voz mais firme perante José

---

<sup>725</sup> A.N.T.T., A.J.L.C., cartas de Manuel Vaz Preto, caixa n.º 8, n.º 144.

<sup>726</sup> CALZADA DEL AMO, 2011, pp. 373-374.

Luciano de Castro, criticando as suas opções políticas dos últimos anos. As eleições de 1899 marcaram a mudança de atitude de Tavares.

Este sufrágio realizou-se ao abrigo de uma nova lei eleitoral, a lei de 26 de julho de 1899 que acrescentou um círculo em relação à anterior, o de Idanha-a-Nova (mapas n.ºs 5 e 6).

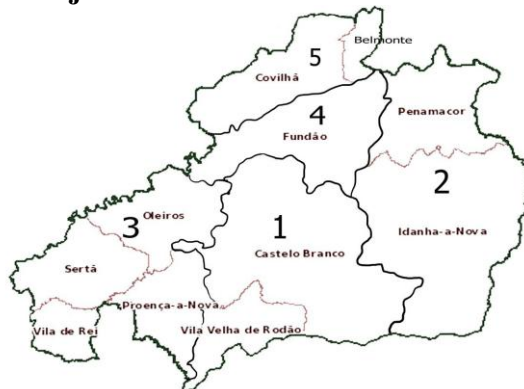
**Mapas n.ºs 5 e 6: Comparação entre a divisão eleitoral de 1896 e 1899 do distrito de Castelo Branco**

**Mapa n.º 5- Círculos eleitorais de Castelo Branco de acordo com a lei de 21 de maio de 1896**



Legenda: 1- Círculo de Castelo Branco; 2- Círculo da Sertã; 3- Círculo do Fundão; 4- Círculo da Covilhã

**Mapa n.º 6- Círculos eleitorais de Castelo Branco de acordo com a lei de 26 de julho de 1899**



Legenda: 1- Círculo de Castelo Branco; 2- Círculo de Idanha-a-Nova; 3- Círculo da Sertã; 4- Círculo do Fundão; 5- Círculo da Covilhã.

Fonte: <http://atlas.fcsh.unl.pt/>

Esta alteração consagrava já a restauração de alguns concelhos, após os enormes protestos iniciados aquando da sua extinção no período reformista de João Franco. A recuperação das dignidades concelhias perdidas em 1895 não está dissociada da luta política. Os líderes locais procuravam com o novo governo progressista satisfazer os seus interesses eleitorais. Com este propósito, Aurélio Pinto procurou uma fórmula já usada no passado: juntar o concelho de Oleiros ao círculo eleitoral do Fundão no que teve a feroz oposição do governador civil, o 3.º visconde de Oleiros, Francisco de Albuquerque Mesquita e Castro. Provavelmente, Aurélio pretendia contrabalançar o poderio do primo no Fundão com a influência do governador civil em Oleiros. O chefe do distrito, por sua vez, contrapropôs a restauração do concelho de Belmonte e a sua incorporação no círculo eleitoral do Fundão. É claro que todas estas jogadas tinham de passar pelo crivo de Manuel Vaz Preto. Segundo João Pinto dos Santos, o velho

lousanense achou boa esta última ideia e foi ele que a propôs a José Luciano, deixando ao critério do então líder do governo o possível renascimento dos restantes concelhos<sup>727</sup>. Perante esta concórdia, o decreto de 13 de janeiro de 1898 restaurou os municípios de Belmonte, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão. O único que ficou definitivamente extinto foi o de S. Vicente da Beira<sup>728</sup>. No entanto, Belmonte acabou por se incorporar ao círculo eleitoral da Covilhã, deixando o do Fundão isolado, como que ostracizando um território político que ninguém parecia querer partilhar face ao poder crescente de João Franco. Os restantes círculos voltavam a ter configurações já conhecidas no passado, como era o caso do de Idanha-a-Nova e Castelo Branco, que tinham o mesmo espaço atribuído em 1878 (mapa n.º 3 e anexo n.º 90), e a Sertã que agregava, como em 1869 (mapa n.º 2 e anexo n.º 90), os concelhos de Vila de Rei, Oleiros e Proença-a-Nova, a área de influência de Baima Bastos.

As eleições de 1899 ainda espelhavam o acordo entre pretos e brancos e elas decorreram numa ilusória concórdia, levando mesmo o jornal *A Defesa da Beira* a anunciar o acordo no início de novembro<sup>729</sup>, quando o ato eleitoral só se efetivou a 26 do mesmo mês, questionando a utilidade das eleições: “*Urge quanto antes acabar com as eleições como elas se fazem entre nós: se o povo não sabe ou não quer usar como deve os seus direitos políticos suspenda-se temporariamente ou definitivamente esse direito, ou limite-se apenas aos que dele possam, queiram e saibam fazer bom uso*” e anunciava o aspeto positivo desta ideia: “*Em não havendo eleições desaparece o ponto de apoio dos influentes junto dos governos e estes podem desprezar as suas exigências, governando desafogadamente, sem pressões que os embarcem na sábia, prudente e económica administração do país*”<sup>730</sup>. Concluía no número seguinte à realização das eleições que “*Castelo Branco é um burgo podre de que os influentes locais dispõem a seu talante e que os governos tratam com a sem cerimónia e o desdém que merece*.”<sup>731</sup>. João Franco mostrava mais uma vez a dificuldade em fazer frente a pretos e brancos coligados que, ao que parecia, teriam alcançado acordos pacíficos para a eleição de deputados, mesmo no Fundão, onde não deu luta, fruto do momentâneo apagamento político como já dissemos atrás.

---

<sup>727</sup> DIAS, José Lopes, 1970, p. 242. Carta de João Pinto dos Santos para Tavares Proença de 27 de novembro de 1897.

<sup>728</sup> DIAS, Vítor Manuel Lopes, junho de 1961, p. 86.

<sup>729</sup> Jornal *A Defesa da Beira*, n.ºs 293 e 294, de 5 e 12 de novembro de 1899.

<sup>730</sup> IDEM, n.º 294, de 12 de novembro de 1899.

<sup>731</sup> IDEM, n.º 297, de 10 de dezembro de 1899.

Na realidade, apesar dos acordos, Tavares Proença questionou pela primeira vez de uma forma vigorosa as opções políticas que o Partido Progressista vinha tomando há algum tempo e procurou ter alguma iniciativa política. Desde logo, tentou que o conterrâneo e amigo Filipe Malaquias de Lemos fosse candidato por Castelo Branco, vendo nele o perfil de que o círculo necessitava: natural do distrito, conhecido e respeitado pelos eleitores. No entanto, deparou-se com a sua recusa<sup>732</sup>. Perante o facto, Tavares defendia que o círculo fosse entregue a um desconhecido da localidade, sendo o escolhido, após consulta a Manuel Vaz<sup>733</sup>, o visconde de Guilhomil<sup>734</sup>.

É importante sublinhar a tranquilidade com que a eleição no círculo de Castelo Branco decorria há décadas, tendo para isso contribuído o espírito de acordos que o círculo plurinominal, criado em 1884, estimulou. Há muito que as disputas políticas se tinham deslocado para outras localidades, principalmente no Fundão.

Outro facto assinalável foi a eleição em Idanha-a-Nova de António Velado da Fonseca<sup>735</sup>. Temos de retroceder a 1860 para encontrarmos alguém eleito que não fosse ligado aos pretos. Manuel Vaz estava no fim da vida e entregava o destino do «seu» partido à casa Graciosa<sup>736</sup>, ao 2.º conde de Idanha-a-Nova e a João Pinto dos Santos.

Esta eleição de 1899 mostra na perfeição o estado a que tinha chegado o distrito. Os deputados eleitos representavam um misto de elementos do Partido Progressista, eleitos por Castelo Branco e Idanha-a-Nova, e personalidades do grupo preto, que se apresentavam como independentes, 2.º conde de Idanha-a-Nova pelo Fundão, João Pinto pela Sertã<sup>737</sup> e um verdadeiro independente pela Covilhã, José Mendes Veiga Albuquerque Calheiros, 2.º conde da Covilhã, imposto pela figura dominante de seu pai, Cândido Augusto de Albuquerque Calheiros, 1.º conde do Refúgio e da Covilhã. Estava consagrada a tática de José Luciano, os elementos valiosos do grupo preto seriam

---

<sup>732</sup> DIAS, José Lopes, janeiro de 1965, p. 58. Malaquias de Lemos, coronel do exército, estava ao serviço do rei D. Carlos que o apoiou na sua recusa à eleição.

<sup>733</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>734</sup> José Gerardo Coelho Vieira Pinto do Vale Peixoto de Villas-Boas, 1.º visconde de Guilhomil, natural de Braga, seguiu a carreira da magistratura. Ver: MÓNICA (Coord.), 2006, pp. 1085-1086.

<sup>735</sup> António Afonso Maria Velado Alves Pereira da Fonseca, nasceu em Lisboa em 1873 e pertenceu ao Partido Progressista. Seguiu a carreira académica. Ver: MÓNICA (Coord.), 2005, pp. 182-183.

<sup>736</sup> O 2.º marquês da Graciosa, Fernando de Melo Geraldês Sampaio de Bourbon, morreu em 1900. Não tendo descendência direta, sucedeu-lhe no título um sobrinho, Francisco Furtado de Melo Mesquita Geraldês de Paiva Pinto, 3.º marquês da Graciosa, que também deu continuidade à sua preponderância política.

<sup>737</sup> Curiosa a filiação partidária que o *Diário Ilustrado* atribui a João Pinto dos Santos: “*Uns dizem que é governamental, outros dizem que é independente (Vaz Preto)*”. Ver: *Jornal Diário Ilustrado*, n.º 9596, de 27 de novembro de 1899.

progressistas e na Covilhã tinha de negociar com Calheiros. Nenhuma destas ideias era do agrado de Tavares Proença.

Como assinalámos, Tavares Proença procurou ter algum protagonismo na escolha do candidato pelo círculo de Castelo Branco e partilhará com José Luciano a sua visão crítica sobre a Covilhã e o Fundão. Neste perspectivaram-se duas candidaturas protagonizadas pelo 2.º conde de Idanha, preto apoiado pelos progressistas, e 2.º visconde de Tinalhas, franquista, apoiado pelos regeneradores. Tavares entendia que o círculo do Fundão tinha chegado a uma situação deplorável e apresentou a José Luciano o ponto de situação: os progressistas podiam contar com a família Franco Frazão, Aurélio Pinto e o seu cunhado Garrett, os restantes eram elementos flutuantes que defendiam interesses de circunstância e que se diziam aliados políticos de Manuel Vaz Preto que, com o pretexto de combaterem João Franco, se aliaram, transitoriamente, ao Partido Progressista. Para que a vitória dos franquistas não se concretizasse o Partido Progressista deveria apoiar o 2.º conde de Idanha que não seria hostilizado pelos regeneradores de João Franco e deixava claro que os seus no Fundão não estariam com Tinalhas<sup>738</sup>. José Luciano acabou por aprovar a sua estratégia, pois Joaquim Trigueiros de Aragão, 2.º conde de Idanha, era um valor seguro: *“Estive ontem com o conde de Idanha, que aceita a candidatura pelo Fundão, como independente, por não estar filiado no partido progressista, mas como é amigo do Manuel Vaz, e aceita a candidatura proposta por nós, é claro que podemos contar com ele”*<sup>739</sup>. O assunto ficou resolvido e o conde de Idanha foi eleito sem dificuldade. Apesar de tudo, Tavares alertava para os riscos desta estratégia de submissão aos elementos pretos, tendo como único fim captar novos elementos para o Partido Progressista: *“Nós, os progressistas temos assistido a este descabimento tolerantes sem fazer pedido algum, sem exigências de qualquer espécie, antes apoiando lealmente todas as pretensões dos nossos aliados (...) na esperança de que uma orientação melhor viria a remediar o mal feito e trazer ao partido novos elementos”*<sup>740</sup>.

O verdadeiro problema residia na Covilhã, onde Augusto Calheiros resolveu fazer uma demonstração de força. O conde vinha tendo uma oposição crescente dos seus adversários e pretendia mostrar o seu real valor eleitoral, propondo a candidatura do filho e lançou um repto a José Luciano: se José Mendes Veiga Albuquerque Calheiros,

---

<sup>738</sup> DIAS, José Lopes, 1970, p. 64.

<sup>739</sup> IDEM, janeiro de 1965, pp.58-59.

<sup>740</sup> IDEM, José Lopes, 1970, p. 64.

seu filho, fosse eleito com o apoio do Partido Progressista, iria à Câmara como deputado governamental, se isso não se verificasse, seria independente e votaria com quem quisesse. José Luciano tinha uma dívida de gratidão para com o conde que se tinha juntado ao partido em 1890, estando então numa situação terrível após a questão inglesa, e tinha sempre apoiado candidatos progressistas nos últimos 9 anos. Perante as exigências de Calheiros, Luciano de Castro não teve outra solução senão aceitar a candidatura proposta<sup>741</sup>. Porém, Augusto Calheiros e Tavares não tinham as melhores relações e havia elementos progressistas serranos aliados de Tavares Proença, nomeadamente, José de Pina Calado, barão do Teixoso, que eram adeptos de outras candidaturas, o que levava José Luciano a perguntar diretamente ao influente albicastrense: *“Vamos perder um deputado, e arriscar um círculo para fazer uma partida, ou dar uma bofetada no conde, que será logo aproveitada pelos regeneradores, e que com justificadíssima razão se queixará de nós, que lhe aceitámos os serviços, e não soubemos retribuí-los. // Pois não seria melhor política deixar, como até agora, a direção política na Covilhã ao conde enquanto este se conservar progressista?”* e propunha a Tavares que se entende-se diretamente com Augusto Calheiros pondo ao dispor a sua casa: *“e na minha presença, poderia combinar-se a maneira de se evitar uma rutura deplorável no círculo da Covilhã”*<sup>742</sup>. Tavares Proença não estava pelos ajustes, não havia reconciliação possível com o conde da Covilhã, que não perdia uma oportunidade de ser desagradável para consigo e os seus e avisava Luciano de Castro das suas intenções: ele e os seus apoiantes iriam tomar *“inteira liberdade de ação em face do sr.º conde que procurará, se quiser, firmar os seus créditos de grande influente eleitoral por sua exclusiva conta e risco”*<sup>743</sup>.

Os desaguizados com o conde da Covilhã deram o pretexto a Tavares Proença, pela primeira vez em 9 anos, de tomar a iniciativa política e deixar bem claro que na sua opinião a política do Partido Progressista no distrito de Castelo Branco tinha sido um desastre devido *“às exigências continuas e nunca saciadas de exploradores que não somente se têm oposto quanto lhes é possível ao desenvolvimento do partido”*, numa clara referência a alguns elementos da facção preta. Tavares Proença aproveitou este momento político para deixar transbordar o seu pensamento, reprimido durante quase uma década, transparecendo muito mal-estar com José Luciano pela forma como era

---

<sup>741</sup> DIAS, José Lopes, janeiro de 1965, p. 60.

<sup>742</sup> IDEM, ibidem, p. 61.

<sup>743</sup> IDEM, ibidem, p. 63.

recebido por este, sentindo-se desprezado e posto à parte: “*Senti poder apenas dispor de alguns minutos e em péssimas condições, para conversar com V. Ex.<sup>a</sup>*”, não tendo conseguido transmitir as suas ideias e desfazer os comentários que alguns faziam sobre si, quando o acusavam de querer criar conflitos e dificuldades ao partido. Nunca quisera tal coisa, sempre se mostrou disponível para colaborar<sup>744</sup>. Neste contexto, Tavares Proença achava que já não tinha condições de desempenhar as suas funções e colocava nas mãos de Luciano de Castro os destinos do partido no concelho de Castelo Branco, onde começava e acabava a sua jurisdição: “*Se V. Ex.<sup>a</sup> entender que há vantagem em encarregar quem quer que seja de representar o partido nesta localidade: se julgar que convém substituir o atual governador civil por que ele não merece confiança ou não dirija a política consoante os desejos de V. Ex.<sup>a</sup>, não guarde V. Ex.<sup>a</sup> melindre*”<sup>745</sup>. É importante assinalar esta posição sobre o governador civil<sup>746</sup>, que confirma que estes magistrados eram nomeados numa lógica de defesa dos interesses dos governos tendo uma forte articulação com as elites locais.

Tavares Proença estava firme no seu modo de pensar e deixava claro que, face às desconsiderações permanentes de Augusto Calheiros, ele e o seu grupo na Covilhã, liderado pelo seu cunhado, Gonçalo Garrett, se absteriam de qualquer ação política, mas avisava: “*quando se tratar de eleições locais ou com que o partido nada tenha que ver, procederemos como entendermos supondo que V. Ex.<sup>a</sup> interesse algum terá por estes negócios.*”<sup>747</sup>.

Não deixa de ser interessante esta visão de autonomia total nas questões locais que é vincada de uma forma muito vigorosa neste momento e que será uma constante daqui para a frente, como veremos no capítulo seguinte. No passado as eleições municipais nunca tinham sido invocadas como moeda de troca para concessões políticas, pelo menos isso não foi uma evidência, talvez pelo domínio claro de Manuel Vaz Preto que estendia o seu braço, com naturalidade, às câmaras municipais. Segundo o jornal *Gazeta da Beira*, pelo menos em Castelo Branco, a câmara municipal foi dominada pelo partido preto durante décadas<sup>748</sup>. Porém, no final dos anos de 1880 esta realidade alterou-se, por um lado, o código administrativo de 1886 determinou a

---

<sup>744</sup> IDEM, ibidem, p. 64.

<sup>745</sup> IDEM, ibidem, pp. 63-64.

<sup>746</sup> Estava em funções o 3.º visconde de Oleiros Francisco de Albuquerque Mesquita e Castro, um branco (anexo n.º 56)

<sup>747</sup> DIAS, José Lopes, abril de 1965, p. 65.

<sup>748</sup> Jornal *Gazeta da Beira*, n.º 29, de 20 de janeiro de 1907.

representação das minorias nas câmaras municipais, abrindo espaço aos brancos, por outro lado, a afirmação de João Franco passou também por ter visibilidade nas eleições municipais. Assim, a eleição camarária do Fundão em 1889 representou uma luta intensa entre a coligação Franco/Tavares e os pretos, em 1898 João Franco tentou a eleição de vários correligionários nos concelhos onde tinha alguns apoios: Fundão, Penamacor e Covilhã, como analisámos atrás. Finalmente, a partir de 1899 a maioria branca afirmou-se definitivamente em vários concelhos, nomeadamente em Castelo Branco, onde foi eleita, neste ano, uma vereação progressista liderada por Pedro da Silva Martins, que se manteve até 1901, e nunca mais a facção branca deixou de liderar a câmara municipal de Castelo Branco até 1910<sup>749</sup>. As eleições das vereações camarárias ganharam definitivamente um lugar de destaque na luta política, especialmente para Tavares Proença que encontrou aqui uma forma de afirmação clara e impunha uma regra: aceitava os acordos negociados para as eleições de deputados, mas nas municipais teria total autonomia.

José Luciano tomou nota das posições de Tavares Proença, aceitava a sua abstenção na Covilhã, mas não aceitaria que hostilizasse a candidatura progressista e deixava um aviso: *“se a sua neutralidade, e a liberdade deixada aos seus amigos e dependentes importa a liberdade de hostilizar-me a mim, e aos meus correligionários no círculo da Covilhã seria V. Ex.<sup>a</sup> progressista em Castelo Branco, e oposição aos meus amigos naquele círculo (...). Hostilizar o candidato progressista, guardando uma neutralidade aparente, e deixando que os seus o hostilizem, isso é que V. Ex.<sup>a</sup> pode, mas não deve fazer. É claro que se V. Ex.<sup>a</sup> resolveu ou resolver o contrário, eu aceito a sua resolução, e respeito-a, porque não posso deixar de o fazer; mas não concordo com ela, e hei-de sempre queixar-me, e clamar, e protestar”*<sup>750</sup>.

Apesar das posições extremadas, Calheiros foi eleito sem oposição e Tavares não apoiou outro candidato. Todavia, a postura era clara, a passividade política tinha acabado. Após a refrega das eleições, Aurélio Pinto, procurou sossegar o amigo, e depois de mais uma conferência com José Luciano comunicava-lhe que o chefe do governo não pretendia demitir o governador civil e aconselhava Tavares a procurar a simpatia dos elementos pretos, principalmente de João Pinto dos Santos e do conde de

---

<sup>749</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>750</sup> DIAS, José Lopes, abril de 1965, pp. 66-67.



Idanha-a-Nova<sup>751</sup>. O objetivo era claro e já aqui foi exposto, atrair os pretos, e estes até podiam aceitar a liderança de Tavares. Com este propósito estes chegaram a reunir-se com José Luciano, como que se apresentando ao serviço no Partido Progressista numa clara intenção de salvaguardar o futuro político após a morte de Vaz Preto: *“Teve lugar na 2.ª feira a conferência do João Pinto e Idanha com Zé Lu, que no dizer deste apenas desejam ser bem tratados, estando de resto, às ordens como bons aliados enquanto Vaz Preto viver, e talvez .... Correligionários em o levando o diabo!!! Reconhecem-te como supremo chefe político no distrito, querem-te tratar como tal, mas não querem ser mal tratados”*<sup>752</sup>.

Tavares Proença parecia ganhar finalmente o seu espaço, os pretos estavam definitivamente a fracionar-se. O líder dos brancos beneficiava com isso a nível local e surgia como o líder incontestado, principalmente no concelho de Castelo Branco.

Concluindo, Tavares Proença finalmente fazia ouvir a sua opinião, reprimida durante uma década, e questionou Luciano de Castro pela forma como tinha conduzido a política distrital nos últimos anos, ao mesmo tempo que lançou as bases de uma política que irá prosseguir nos anos seguintes: aceitava os acordos definidos centralmente para a eleição de deputados e em troca exigia autonomia nas eleições municipais. Nunca fora um apoiante entusiasta da coligação com os pretos e entendia que esta ligação só tinha trazido prejuízos ao Partido Progressista. A situação política do distrito estava muito fracionada e não acreditava que os elementos pretos se submetessem à sua liderança no futuro. A coligação entre pretos e brancos já não fazia sentido e estava mais que morta. As eleições de 1900 não fizeram mais do que o confirmar.

#### ***6.11- O fim da coligação entre pretos e brancos e o regresso da coligação Tavares Proença/João Franco***

A chegada ao poder de Hintze Ribeiro em junho de 1900 veio alterar a conjuntura política nacional e mexeu profundamente com a distrital. Franco recusou ser

---

<sup>751</sup> A.F.T.P., carta de Aurélio Pinto para Tavares Proença de 17 de fevereiro de 1900.

<sup>752</sup> IDEM, carta de Aurélio Pinto para Tavares Proença de 21 de fevereiro de 1900.

ministro e perspectivava-se um embate com Hintze que tudo fez para o isolar dentro do Partido Regenerador<sup>753</sup>.

Após a queda do governo progressista, Tavares indagou Manuel Vaz Preto, através de Francisco de Albuquerque, sobre a sua posição perante o novo cenário político. Este afirmou que era aliado dos progressistas na política geral, na local não pretendia interferir<sup>754</sup>. A sua atitude foi vista pelos seus apaniguados como um sinal de liberdade de atuação e isso significou, finalmente, o fim da moribunda coligação entre pretos e brancos. Aurélio Pinto pressentiu isso e em 24 de junho de 1900, dois dias antes da tomada de posse de Hintze, alertava Tavares sobre as negociatas eleitorais que já se planeavam: *“O conde de Idanha-a-Nova apoiará em todo o distrito a política do novo governo, seja ele Hintze ou Franco, e gastará dinheiro para provar quem é que tem votos e importância eleitoral. Nos círculos de Idanha, Fundão e Castelo Branco gastará dinheiro a rodos, para que esse distrito não dê um só deputado aos progressistas. Quer aplicar-te uma verdadeira sova eleitoral, e assim o futuro será dele; etc, etc, etc!!! Pelo Fundão e Idanha serão votados candidatos Fervilhas (franquistas); Covilhã um ministro do novo governo, e pela Sertã até o Albuquerque votará contra ti!!!! Eu resumo: estalará a revolta contra ti que és o alvo, que pretendem destruir”*<sup>755</sup>. Segundo este relato alguns pretos, sentindo-se livres, aliaram-se ao Partido Regenerador e a João Franco para assim humilharem Tavares e isto tudo com a complacência de Manuel Vaz a quem Aurélio não poupava: *“De maneira que ele (...) é muito amigo do Zé Lu; é aliado dos progressistas, mas estando estes na oposição...nem faz indicações aos seus amigos, nem lhes impõe; e que.... Façam eles o que quiserem na política local!!! Está bem. Mas então quando é que ele compensa o partido progressista dos serviços que lhe prestou, e como é que lhe presta os seus serviços???? – por esta forma.... Vai ao Capitólio e levado igualmente por regeneradores e progressistas!!!! Era o seu desiderato e o caso é que se arranjou bem, cómoda e lucrativamente para a velhice”* e dividia claramente o grupo preto entre regeneradores e progressistas: *“com os progressistas tem o Graciosa e o futuro ministro João Pinto (o que eu também acredito) a valorizá-lo, com os regeneradores fica com o Idanha e outros dos seus que a estes se ligaram, e eis como ele (...) encontrou a*

---

<sup>753</sup> RAMOS, 2001, pp. 105-106 e 2007, p. 213. A morte de Serpa Pimentel em março de 1900 projetou Hintze Ribeiro para a liderança do Partido Regenerador.

<sup>754</sup> DIAS, José Lopes, abril de 1965, p. 69.

<sup>755</sup> A.F.T.P., carta de Aurélio Pinto para Tavares Proença de 24 de junho de 1900.

*incógnita, tanto tempo procurada a assim descoberta de estar sempre com o poder!!!*<sup>756</sup>.

O grupo preto, longe de ser homogéneo, dividia-se entre regeneradores e progressistas e Tavares temia estar encurralado politicamente no distrito. Estavam reunidas as condições para regressar a 1889 e reeditar a aliança com João Franco. Em setembro de 1900 Aurélio felicitou o amigo pelo acordo com Franco, defendendo que ou seguia este caminho ou tinha de se curvar perante os inimigos<sup>757</sup>. Apesar da formalização do acordo já temos sinais, através da correspondência entre Franco e Tavares, de algum entendimento nas eleições municipais do Fundão de 1898<sup>758</sup>. A aliança efetuada em 1900 é um decalque da assinada 11 anos antes: Tavares e os seus aliados alinhavam com Franco no círculo eleitoral do Fundão, apoiando um candidato franquista eleito nas listas regeneradoras. Desta forma, Tavares eliminava a possibilidade de João Franco se aliar ao conde de Idanha-a-Nova e recuperava a sua autonomia política face ao Partido Progressista e a José Luciano, a quem esteve amarrado durante a coligação com Manuel Vaz Preto. O regresso do acordo com João Franco, para além das razões já invocadas, pode também estar ligado à incerteza da liderança do Partido Progressista com a debilidade da saúde de José Luciano que viu agravada a sua doença em meados de 1900<sup>759</sup>. Tavares Proença preparava um novo caminho e a aliança com Franco parecia-lhe a mais conveniente.

Tavares Proença sentiu-se livre e isso foi visível no modo como preparou a eleição de 1900. Tal como na anterior, tomou a iniciativa e apresentou como candidato pelo círculo de Castelo Branco José Capelo Franco Frazão, tendo José Luciano tomado conhecimento do facto pelo próprio candidato: *“Pelo conde de Penha Garcia tive conhecimento de que V. Ex.<sup>a</sup> lhe oferecera a candidatura pelo círculo de Castelo Branco”*, algo que o satisfazia até porque teria certamente o apoio de Vaz Preto, velho amigo da família. José Luciano fazia questão de nunca desconsiderar o seu aliado da Lousa. O líder dos progressistas aproveitava e questionava-o sobre a situação política dos restantes círculos do distrito<sup>760</sup>. Tavares Proença aproveitou a deixa e escreveu uma longa carta a José Luciano, com data de 18 de outubro de 1900, já a aliança com Franco estava selada, onde descarregou toda a sua mágoa contida durante muito tempo.

<sup>756</sup> A.F.T.P., carta de Aurélio Pinto para Tavares Proença de 18 de julho de 1900.

<sup>757</sup> IDEM, cartas de Aurélio Pinto para Tavares Proença de 25 e 26 de setembro de 1900.

<sup>758</sup> DIAS, José Lopes, julho de 1963 a), p. 59.

<sup>759</sup> RAMOS, 2007, pp. 211-213.

<sup>760</sup> DIAS, José Lopes, abril de 1965, pp. 67-68.

A missiva contém uma análise da sua atuação em todo o distrito e começava por relembrar a José Luciano que ele só tinha jurisdição no círculo eleitoral de Castelo Branco, como que estranhando a interpelação sobre os restantes circunscrições. Nestas mandavam outros cavalheiros, ele só os auxiliou, e discriminava: na Covilhã tinha-se submetido, contrariado, aos amos de Calheiros e aconselhou os seus a não se ligarem aos adversários do Partido Progressista; no Fundão “*mandaram os amigos do sr.º Vaz Preto, auxiliei esses cavalheiros até por forma que prefiro esquecer*” e com frontalidade afirmava a Luciano de Castro “*Não serei eu que vá neste momento levantar o Partido Progressista ali do abatimento a que essa política insensata o conduziu*”; em Idanha-a-Nova nunca foi chamado para tratar de nada, ali quem punha e dispunha eram os amigos de Manuel Vaz, marquês da Graciosa e conde de Idanha-a-Nova, que “*aproveitaram todas as ocasiões para evidenciarem a sua absoluta independência senão o seu desprezo por tudo e por todos desta cidade. Pessoalmente até demonstraram o seu desejo de me serem desagradáveis*” e, com ironia, aconselhava José Luciano a esperar “*que esses cavalheiros agora provem a sua independência e o seu valor eleitoral*”; na Sertã procurou reorganizar as forças do partido, tentando captar Mendonça David, como já vimos atrás, e fez alguns pedidos aos gabinetes progressistas, nenhum foi desbloqueado, pelo contrário foram satisfeitos vários favores a Baima Bastos; em Castelo Branco anuiu sempre a tudo “*onde o gabinete progressista procedeu de forma a impor-me deveres que eu não saberia declinar*”.

Após o levantamento da situação política, Tavares justificou a forma como fez o convite a Franco Frazão para ser o candidato pelo círculo eleitoral de Castelo Branco, sendo sua intenção eleger um progressista genuíno sem interferência de terceiros. Depois de Manuel Vaz dar autonomia aos seus apoiantes, estes desligaram-se de imediato dos acordos com os progressistas e correram a coligar-se com João Franco, numa intenção explícita de o isolar politicamente. João Pinto dos Santos e o conde de Idanha trabalhavam para derrotarem os progressistas: “*Para mim, como para toda a gente, era evidente a intenção dos amigos do sr.º Vaz Preto e o consentimento deste para a execução do plano*”. Perante este cenário resolveu apostar as suas forças por Castelo Branco, onde propunha Franco Frazão, e acabar com as pretensões dos pretos ao aliar-se a João Franco no Fundão, que também viu com bons olhos o regresso desta aliança. Mais uma vez, Franco e Tavares tinham a uni-los o combate político a Manuel Vaz e aos pretos, estes por sua vez tinham como única intenção combater Tavares

Proença, o único político que lhes podia fazer frente como grande influente no distrito após a morte de Manuel Vaz. As particularidades da política local persistiam e continuavam bem presentes. Tavares Proença terminava a longa carta de uma forma corrosiva para com José Luciano, criticando as alianças do Partido Progressista na última década: *“Mais resolvemos em dispensar em absoluto o auxílio dos coligados do Partido Progressista para esta eleição e deixar-lhes livremente a glória de elegerem outros candidatos progressistas pelos restantes círculos do distrito onde tiveram preponderância, durante a gerência do Partido Progressista e onde foram tanto ou mais atendidos do que nós fomos aqui”*<sup>761</sup>.

Na verdade, cumpriu-se o presságio de Tavares, a estratégia de José Luciano de captar para o seu regaço os pretos parecia não dar grandes resultados, nenhum foi eleito. Com a exceção da eleição franquista de 1895, temos de recuar às eleições de 1869 e 1870 para encontrarmos tal singularidade (anexos n.º 28, n.º 29 e n.º 30). Os pretos tinham sido excluídos do Parlamento, nem mesmo João Pinto dos Santos escapou à razia<sup>762</sup>. Os tempos eram, efetivamente, de profunda mudança. Nos círculos do distrito foram eleitos um progressista, por Castelo Branco, um franquista, visconde de Tinalhas, pelo Fundão e três regeneradores pelos restantes círculos (anexo n.º 45). A aliança Franco/Tavares tinha sido plenamente concretizada.

A vingança de Tavares Proença estava servida e mais uma vez mostrava a José Luciano como se ressentia de ter sido mal tratado perante Manuel Vaz Preto. Já tinha sido assim em 1889. A ligação a Franco, desta vez, seria para durar. É claro que esperava retaliações e o próprio Aurélio alertava: *“A intriga que se há-de fazer contra ti, encontrará bom acolhimento no Zé Lu, pelo estado de espírito deste contra o Franco pela esfregadela cruel que lhe aplicou: Assim fácil será a chefice manobrar no sentido de te fazer considerar como.... Verbo de encher e ..... indigno da devida consideração”*<sup>763</sup>.

As eleições de 1900 marcaram definitivamente o fim da coligação entre pretos e brancos. Tavares Proença, apesar de se manter ligado ao Partido Progressista, repetiu a aliança de 1889 com João Franco e mostrava toda a sua discordância com José Luciano ao privilegiar as relações com o grupo preto em detrimento da sua influência que apenas

---

<sup>761</sup> IDEM, *ibidem*, pp. 69-70.

<sup>762</sup> MÓNICA (Coord.), 2006, pp. 572-573.

<sup>763</sup> A.F.T.P., cartas de Aurélio Pinto para Tavares Proença de 23 de setembro de 1900.

esteve confinada a Castelo Branco, deixando os outros círculos eleitorais à mercê de falsos progressistas. Tavares Proença procurava maior protagonismo que lhe havia sido negado constantemente, fosse pela grande preponderância de Vaz Preto durante décadas, fosse pela menorização a que Luciano de Castro sempre o votou, desprezando a sua ligação a Franco e preferindo a aliança com Manuel Vaz. Este último não teria muito tempo pela frente e a sua estrela apagava-se definitivamente, os seus, sem uma liderança forte, começavam a fracionar-se, uns encostando-se definitivamente ao Partido Progressista, como era o caso de João Pinto dos Santos, outros caindo para os regeneradores, como o 2.º conde de Idanha-a-Nova. Se até aqui tínhamos tido dois grupos políticos bem identificados, pretos e brancos, o que se vislumbrava era uma pulverização da vida política local, onde brancos, herdeiros políticos de Vaz Preto, que seguirão caminhos diferenciados, franquistas e elementos que não se reviam em nenhuma destas agremiações, principalmente regeneradores não franquistas, irão lutar pelo protagonismo político, como mostraremos no capítulo seguinte.

#### ***6.12- A geografia da influência***

Entre 1884 e 1894, período em que perdurou a legislação eleitoral de 1884, o domínio de Manuel Vaz Preto é evidente (anexo n.º 92). Se a preponderância do par do Reino é incontestada em Idanha-a-Nova, nos restantes círculos teve de negociar com as forças que iam emergindo. Foi o caso da parte norte do distrito, no Fundão e Covilhã, onde teve de pactuar, no primeiro, com Agostinho Fevereiro e João Franco, e, no segundo, com José Luciano de Castro e o conde da Covilhã. A Covilhã desde o final da década de 1870 tinha-se revoltado contra Manuel Vaz e os grandes industriais construíram uma política autónoma, aproximando-se dos progressistas. No final dos anos de 1880 e até 1910 havia que contar com a influência do conde da Covilhã. No restante território, círculo plurinominal de Castelo Branco que abrangia os concelhos de Castelo Branco, Vila Velha de Ródão, Sertã, Oleiros, Vila de Rei e Proença-a-Nova, o lousanense estabeleceu acordos com os progressistas e Baima Bastos, existindo uma partilha de deputados.

Tavares Proença navegou neste período em águas turvas, pois o grande poderio de Manuel Vaz Preto, no início dos anos de 1880, e o acordo com os pretos a partir de

meados dos anos de 1890 limitou a sua ação à esfera local, onde foi tendo importância ao nível das câmaras municipais e na nomeação de alguns governadores civis, enquanto Manuel Vaz elegia deputados. Conseguiu algum protagonismo no Fundão em 1889 e 1890 graças à primeira coligação com João Franco.

Após a legislação franquista que instituiu um círculo plurinominal coincidente com o distrito, onde foram eleitos apenas elementos franquistas, regressaram os círculos uninominais que regularam as eleições entre 1897 e 1900. Nesta fase é perceptível uma mudança significativa na geografia eleitoral: Vaz Preto perdeu claramente influência, foi, de novo, derrotado no Fundão em 1897, por um franquista, caiu o seu feudo idanhense em 1899 e não elegeu ninguém do seu grupo em 1900, algo inédito desde 1869-1870. O fim da vida aproximava-se e Manuel Vaz deu liberdade ao seu grupo que se começou a fragmentar, ao mesmo tempo que Tavares e Franco se entendiam de novo.

O regresso da coligação Tavares/Franco em 1900 significou para os dois a partilha dos círculos do Fundão e Castelo Branco. Franco ficava com o primeiro, dando sequência à vitória alcançada em 1897, e Tavares Proença fazia eleger alguém do seu séquito por Castelo Branco (anexo n.º 92). Parecia encontrada uma fórmula que os dois pretendiam repetir em eleições seguintes e que sairá gorada, como veremos mais à frente.

### ***6.13- Os deputados eleitos***

No que diz respeito aos deputados eleitos aumentou, em relação ao período anterior, o número dos naturais do distrito, 14 dos 26 escolhidos, representando 54%. Destes, seis eram afetos a Manuel Vaz Preto, quatro franquistas, um branco e os restantes três não se enquadravam nestas tendências. Note-se que os quatro franquistas foram todos eleitos em 1895, nas circunstâncias já relatadas neste capítulo, e um deles, Luís Osório Cunha e Castro, repetiu a façanha em 1897.

É de realçar a quantidade de deputados que eram oriundos da parte norte do distrito, oito do Fundão e um da Covilhã, vindo ao encontro do grande protagonismo destes dois concelhos, principalmente do primeiro, que esteve no epicentro da política do distrito a partir dos anos de 1880, com personagens de relevo daí oriundas, como João Pinto dos Santos ou José Capelo Franco Frazão (anexo n.º 63).

Os deputados não naturais do distrito estavam em minoria, 12 elementos, que corresponde a 46% do total. A quase totalidade dos eleitos não representam fações locais, apenas dois pretos, sendo este o resultado das negociações políticas entre as elites locais, nomeadamente Vaz Preto, e os partidos rotativos, como escrevemos atrás. Destes, apenas três tinham afinidades com as comunidades que representavam, os já conhecidos Baima Bastos, Guilhermino Augusto de Barros e Ruivo Godinho.

Ainda em relação aos deputados eleitos naturais e não naturais do distrito, convém fazer uma referência ao período em que vigoraram os círculos plurinominais. Entre 1884 e 1894 o grande círculo plurinomial de Castelo Branco elegeu seis deputados, dois eram naturais do distrito e quatro nasceram noutras paragens, embora dois deles se identificassem plenamente com as comunidades que representavam: Baima Bastos e Ruivo Godinho. Já em 1895, eleição em que esteve em vigor um único círculo eleitoral, os quatro deputados escolhidos eram oriundos do distrito (anexos n.º 63 e n.º 93). Logo, podemos concluir que neste período (1884-1895) seis dos dez eleitos nos círculos plurinominais eram naturais da Beira Baixa, para isso muito contribuiu a eleição de 1895, realizada em condições muito peculiares, como já vimos atrás.

No que respeita ao estatuto socioprofissional dos representantes naturais do distrito continua a proliferar a condição de proprietário, surgindo bem atrás os advogados (quadro n.º 35).

**Quadro nº 35 - Estatuto socioprofissional dos deputados eleitos nos círculos eleitorais de Castelo Branco (1884-1900)**

<b>Estatuto socioprofissional</b>	<b>Naturais do distrito</b>	<b>Não naturais do distrito</b>
Advogados	3	5
Engenheiros		2
Eclesiásticos	1	
Empresários		1
Escritores/Jornalista	1	
Magistrados		1
Médicos	1	
Militares		1
Professores		2
Proprietários	8	
<b>Totais</b>	<b>14</b>	<b>12</b>

Fontes: Mónica (Coord.), 2004, 2005 e 2006.

Já entre os elementos exteriores ao distrito as áreas de recrutamento são mais diversificadas, sendo em maior número os advogados, surgindo depois as profissões



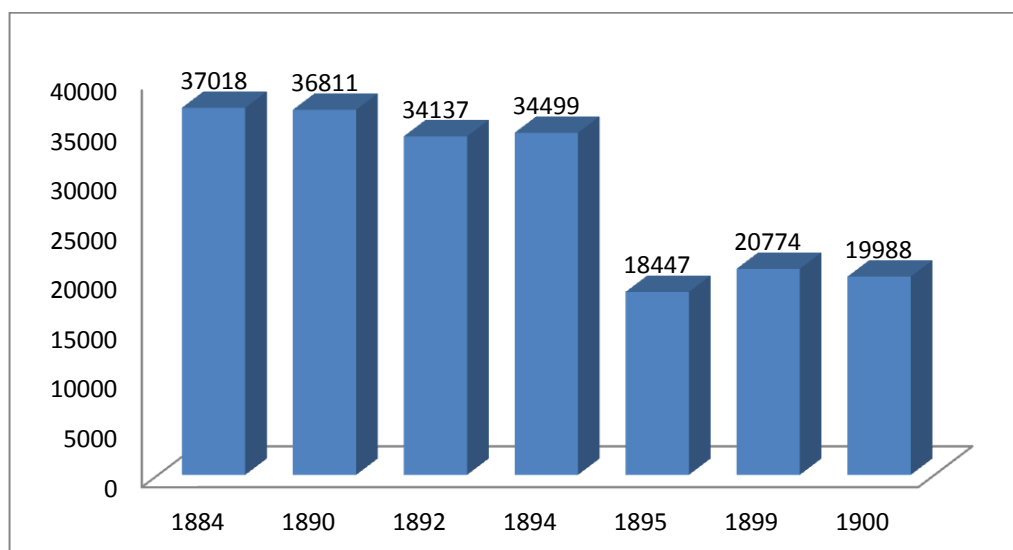
ligadas ao funcionalismo público, com destaque para os professores e os engenheiros. O distrito de Castelo Branco enquadrava-se na tendência nacional, onde o aumento progressivo do número de deputados com vínculos ao Estado foi uma realidade ao longo das décadas de 1870 a 1890<sup>764</sup>.

#### **6.14- Eleições: eleitores, participação e concorrência**

O número de eleitores no distrito sofreu alterações de acordo com a legislação. O alargamento eleitoral verificado em 1878 teve naturais reflexos no distrito de Castelo Branco, como escrevemos no capítulo V. Neste ano foram recenseados 33250 eleitores, em 1874 eram apenas 15777 (quadro n.º 28 do capítulo V).

No entanto, ao observarmos o gráfico n.º 4, entre 1884 e 1894, os indivíduos com capacidade eleitoral foram diminuindo paulatinamente. Esta realidade pode estar associada às dinâmicas dos recenseamentos eleitorais e à inexistência de concorrência entre candidatos, levando ao natural desinteresse pela atualização dos cadernos. Em 1895, a diminuição de eleitores foi abrupta, devido à legislação do governo Hintze Ribeiro/João Franco, estudada atrás.

**Gráfico n.º 4 – N.º de eleitores no distrito de Castelo Branco (1884-1900)**



Fontes: D.C.D. e A.H.P.

<sup>764</sup> ALMEIDA, 1994, pp. 184-185.

A percentagem de eleitores face ao total dos habitantes do distrito continuou a ser baixa neste período (quadro n.º 36). Em 1878 e 1890 estava perto dos 20%, após esta última data o valor baixa, voltando à realidade anterior a 1878.

**Quadro n.º 36 - Percentagem de eleitores em relação ao número de habitantes do distrito de Castelo Branco em 1890 e 1900**

Censo da população	Habitantes	Eleições	Eleitores	% de eleitores
1864	159 505	1864	13 408	8,4%
1878	173 983	1878	33 925	19,5%
1890	205 211	1890	36 811	17,9%
1900	216 608	1900	19 988	9,2%

Fontes: Censo de 1864: E.P., 1868; Censo de 1878: E.P., 1881; Censo de 1890: D.G.E.P.N., 1900; Censo de 1900: DG.E.P.N., 1906. Número de eleitores: D.C.D. e A.H.P.

Já em relação à distribuição dos eleitores pelas circunscrições eleitorais torna-se mais difícil a sua análise, uma vez que surgiram os grandes círculos em 1884, o de Castelo Branco elegia três deputados, coexistindo com outros três uninominais, e em 1895 existiu mesmo um único grande círculo plurinominal. Apenas num curto espaço de tempo (1897-1900) regressaram à totalidade do distrito os pequenos círculos com a eleição de um deputado. Desta forma, dividiremos a análise em dois períodos, o primeiro entre 1884 e 1894 e o segundo entre 1897 e 1900<sup>765</sup>.

No primeiro, em termos de evolução, assinala-se que o ano de 1892 significou uma diminuição dos indivíduos com capacidade eleitoral em todos os círculos (quadro n.º 37). Observamos ainda um número muito elevado de eleitores em Idanha-a-Nova em 1889; no Fundão e na Covilhã verifica-se uma flutuação semelhante dos valores ao longo do tempo, com os pontos altos em 1884 e 1890.

**Quadro n.º 37 – Número de Eleitores por círculo (1884-1894)**

Círculo eleitoral	1884	1887	1889	1890	1892	1894
C.º Branco (círculo Plurinominal)	15 383	?	?	15 901	15 716	15 919
Covilhã	8838	?	8561	8572	8278	8365
Idanha-a-Nova	6287	6242	6788	6101	4192	4248
Fundão	6510	5796	6158	6237	5951	5967
<b>Totais</b>	<b>37 018</b>	<b>?</b>	<b>?</b>	<b>36 811</b>	<b>34 137</b>	<b>34 499</b>

Fontes: D.G, D.C.D. e A.H.P.

<sup>765</sup> Não é possível apresentar dados para os anos eleitorais de 1887 e 1889, para o círculo de Castelo Branco e em 1897 para os círculos da Covilhã e Sertão. Ver anexo n.º 67.

Entre 1897 e 1900, é reposto um maior equilíbrio na dimensão dos círculos. Note-se, todavia, que o da capital do distrito passou a ser um dos mais pequenos, em contraste com a Sertã. A posição desta é reforçada em 1900, uma vez que Sertã e a Idanha são os dois círculos que crescem naquele ano, associada à modificação dos círculos entre a legislação eleitoral de 1896 e 1899 (quadro n.º 38 e anexos n.º 4 e n.º 92).

**Quadro n.º 38 – Número de Eleitores por círculo (1897-1900)**

<b>Círculo eleitoral</b>	<b>1897</b>	<b>1899</b>	<b>1900</b>
Castelo Branco	5766	3577	3495
Covilhã	?	4289	3807
Fundão	4861	4112	3655
Sertã	?	5396	5492
Idanha-a-Nova		3400	3539
<b>Totais</b>		<b>20 774</b>	<b>19 988</b>

Fontes: D.G, D.C.D. e A.H.P.

Já no que diz respeito à participação eleitoral esteve sempre acima dos 60%, exceto no ano de 1899, ultrapassando mesmo os 90% em três ocasiões, precisamente nos anos em que esteve em vigor a legislação de 1884 (quadro n.º 39).

**Quadro n.º 39 - Participação eleitoral no distrito de Castelo Branco 1884-1900<sup>766</sup>**

<b>Ano da eleição</b>	<b>Eleitores</b>	<b>Votantes</b>	<b>Participação</b>	<b>Participação Lisboa</b>
1884	37018	33666	90,9%	52%
1890	36811	36151	98,2%	55,5%
1892	34137	31821	93,2%	49,6%
1894	34499	30019	87%	53,1%
1895	18447	11209	60,8%	27,6%
1899	20774	10020	48,2%	41,5%
1900	19988	11954	61,2%	42%

Fontes: Número de eleitores e votantes do distrito: D.C.D., A.H.P.; Participação eleitoral nacional: ALMEIDA, 1991, p. 143; participação em Lisboa, ALMEIDA, 1985, p. 143.

Apenas podemos comparar estes dados com os das eleições efetuadas em Lisboa. Em todas as situações o distrito de Castelo Branco apresentou uma participação eleitoral mais elevada. Este aspeto não é surpreendente e está relacionado com a maior

<sup>766</sup> Não é possível apresentar dados totais para os anos eleitorais de 1887, 1889 e 1897. Ver anexo n.º 67.

capacidade de mobilização dos eleitores nos meios rurais, sem que isso signifique maior participação ou interesse político na periferia, como veremos um pouco mais à frente.

Passando a analisar a participação por círculo eleitoral, podemos observar no quadro n.º 40 que entre 1884 e 1894 ela foi significativa atingindo valores consideráveis, quase sempre acima dos 90%, não existindo grandes diferenças no grau de participação nos vários círculos. A grande excepção a este panorama é o círculo do Fundão em 1889, 1892 e 1894.

**Quadro n.º 40 - Participação eleitoral nos círculos eleitorais do distrito de Castelo Branco (1884-1894)**

<b>Círculo eleitoral</b>	<b>1884 (%)</b>	<b>1887 (%)</b>	<b>1889 (%)</b>	<b>1890 (%)</b>	<b>1892 (%)</b>	<b>1894 (%)</b>	<b>Média (%)</b>
Castelo Branco (C.º Plurinominal)	83,9	-	-	98,1	96,7	95,6	-
Covilhã	99,3	-	99,5	99,3	99,1	93,5	-
Idanha-a-Nova	96,5	96	90,1	99,1	98,4	98,5	96,4
Fundão	91,8	95,2	68,9	96,1	72,3	46,8	78,5
<b>Total do distrito</b>	90,9	-	-	98,2	93,2	87	-

Neste período, os acordos políticos eram a regra e as eleições ratificavam o que tinha sido combinado. A explicação do caso do Fundão pode estar no acordo rubricado entre João Franco e Tavares Proença, em 1889, que, perante uma derrota certa, levou à abstenção dos pretos. Em 1892 Manuel Vaz aliado a José Fevereiro recuperou o círculo, levando a uma menor participação de brancos e franquistas. Já em 1894 estamos em pleno período do governo Hintze/Franco, estando este último desligado das questões locais. Para além disso, verifica-se a aproximação de Manuel Vaz a José Luciano que, conjugada com a coligação entre pretos e brancos, tornou a eleição pacífica, o que terá relaxado a mobilização eleitoral, num círculo que estava habituado a ferozes lutas.

O regresso dos círculos uninominais protagonizou o único episódio de concorrência eleitoral registada entre 1884 e 1900, no círculo do Fundão em 1897, onde o candidato franquista, Luís Osório Pereira e Castro, derrotou o pretendente do governo, José Capelo Franco Frazão, não sendo de estranhar que a participação ascenda aos 91,4% (quadro n.º 41). As duas restantes eleições no Fundão refletem algum desinteresse por parte de franquistas e mesmo de progressistas em 1899, quando foi eleito um preto, e a fragmentação deste grupo em 1900, com o regresso da aliança entre Franco e Tavares. Em relação à Sertã, em 1899, Baima Bastos estava prestes a passar o testemunho e, através de negociações com este e os progressistas, Manuel Vaz

conseguiu eleger por aí um dos seus elementos, o que não motivou grande entusiasmo nos brancos e seus aliados. A participação subiu em 1900 quando foi eleito Mendonça David que substituiu Baima como referência política nesta área do distrito. Sendo um homem da elite local, David conseguiu mobilizar os seus eleitores.

**Quadro n.º 41 - Participação eleitoral nos círculos eleitorais do distrito de Castelo Branco (1897-1900)**

<b>Círculo eleitoral</b>	<b>1897 (%)</b>	<b>1899 (%)</b>	<b>1900 (%)</b>	<b>Média (%)</b>
Castelo Branco	84,1	54,9	82,2	73,7
Covilhã	-	41,6	68,5	-
Fundão	91,4	55,8	45,3	64,2
Sertã	-	52	70	-

O período de 1897 e 1900 é o único onde é possível fazer uma análise do voto urbano, já que a cidade de Castelo Branco esteve diluída no grande círculo eleitoral criado em 1884. Verificamos que a Covilhã apresenta níveis de participação mais baixos do que Castelo Branco, enquanto no período anterior (1884-1894) se enquadrava no quadro geral de elevadas votações, graças aos acordos entre Manuel Vaz, Luciano de Castro e o conde da Covilhã. O conde da Covilhã dominou a partir da década de 1890 e os fiéis de Tavares, em rota de colisão com o conde, abstiveram-se de participar em algumas eleições, como o foi o caso da de 1899 onde foi alcançado o valor mais baixo de votos contabilizados. Em Castelo Branco Tavares Proença dominava e com o acordo entre pretos e brancos ainda em vigor em 1897 a participação foi elevada, o que não aconteceu em 1899, já que houve algum desinteresse por parte dos brancos neste sufrágio, após a desistência do seu candidato, Filipe Malaquias de Lemos. O mesmo não se passou em 1900 com a vitória do conde de Penha Garcia, aqui os brancos empenharam-se e a participação voltou para níveis superiores.

Perante as ideias expostas, os números da participação eleitoral devem ser lidos com naturais reservas. Os atos eleitorais eram alvo de permanentes manipulações, traduziam a capacidade de mobilização dos caciques e não uma predisposição dos eleitores para participarem no sufrágio por iniciativa própria ou por consciência de cidadania que não possuíam, como amplamente Manuel Vaz Preto referiu nos debates parlamentares sobre alterações às leis eleitorais, em 1878 e 1884. Os eleitores eram instrumentalizados e as eleições falseadas para legitimar o poder dos caciques ou do governo. O cacique achava-se dono do voto, os eleitores pertenciam-lhe e ele dispunha deles de acordo com as conjunturas políticas, fosse para honrar um acordo ou para

promover a concorrência com outra candidatura, disso mesmo deu conta Aurélio Pinto a Tavares: *“Ninguém me pode tirar em todo o concelho (Fundão) uma votação certa de 400 votos, que não são progressistas nem regeneradores ou republicanos, por serem exclusivamente pessoais de Aurélio Pinto; adicionando-lhes o meu trabalho e habilidades eleitorais aquela votação garante a vitória para onde ela for, e mesmo impossibilita qualquer grupo de entrar em guerra”*<sup>767</sup>.

Os trabalhos e habilidades de que Aurélio Pinto falava tinham um papel primordial e não podiam ser descurados. Os afazeres dos caciques eram ciclóticos tal como Tavares bem explicou ao próprio Aurélio: *“Eu recebo diariamente aqui cartas e telegramas exigindo mais ou menos categoricamente que escreva a este, que peça aquele que insinue ao outro, e eu vou pedindo, vou escrevendo, vou insinuando e tanto que tudo isto já não tem valor, e quando chego a ter realmente empenho em servir um ou outro amigo já as molas do realejo estão cansadas e por mais que eu dê à manivela já não tiro uma nota cá para fora”*<sup>768</sup>. Assim se chegava a participações de quase 100%.

Concluindo a análise da participação nas eleições podemos dizer que, entre 1884 e 1899, os atos eleitorais foram caracterizados pelos acordos entre Vaz Preto, os vários protagonistas que passaram pelo governo e as sensibilidades locais. Entre estas, ganha especial destaque a dos franquistas, cuja emergência provocou um grande embate político entre Vaz Preto e João Franco, conduzindo a alguns momentos conturbados, como foram as eleições de 1889 e de 1897 no Fundão, sendo este último ano o único onde existiu concorrência eleitoral.

As negociações efetuadas permitiram que as eleições para deputados se desenrolassem em plena harmonia e sossego, transferindo-se a violência para as eleições municipais, principalmente na eleição da vereação do Fundão em 1889, onde houve um ataque com dinamite à casa de Frederico Franco (pai de João Franco) e uma onda de violência perpetrada pelos derrotados, os pretos e seus aliados. Nas eleições para a Câmara dos Deputados os caciques locais mobilizavam os eleitores, alcançando-se, desta forma, valores de participação muito elevados. Entre 1884 e 1900, há vários fatores que condicionam a participação: os acordos políticos, na sua ausência, a concorrência eleitoral e a capacidade de mobilização de um notável local. Destaque-se que as discordâncias entre os vários influentes, por vezes, em vez de conduzirem à

---

<sup>767</sup> A.F.T.P., carta de Aurélio Pinto para Tavares Proença de 21 de novembro de 1898.

<sup>768</sup> DIAS, José Lopes, 1971, adenda, p. 27. Carta de 1 de fevereiro de 1888.

disputa entre candidatos, levavam à abstenção, facto que se explica pela percepção da derrota.

Para terminar este capítulo podemos afirmar que a década de 1880 confirmou o grande poderio e influência eleitoral de Manuel Vaz Preto. Depois da aproximação aos regeneradores, o final daquele decénio assistiu à recuperação de uma política autónoma dos pretos, após a morte de Fontes Pereira de Melo (1887). Nasceu o Porto Franco, uma espécie de Partido Constituinte revisitado, sem o êxito esperado. A nível local o lousanense procurou limitar no distrito, principalmente no Fundão, a influência e a ação política de João Franco, com quem pactuara e a quem ajudara a crescer politicamente em anos anteriores. Temeu Manuel Vaz que a ascensão do «farinheira» a nível nacional o pudesse ofuscar, procurando uma coligação com os brancos. Esta tentativa não surtiu efeito, antes estimulou uma coligação entre Tavares Proença e João Franco, em 1889, totalmente inesperada, tanto por Vaz Preto como por Luciano de Castro. O grande influente beirão procurou contornar esta situação a nível nacional, aproximando-se dos progressistas, com a intenção de combater Franco e Tavares a nível regional. Apesar de Manuel Vaz ainda granjear respeito entre os regeneradores a ligação a esta agremiação estava totalmente posta de lado, devido à crescente preponderância de Franco no partido, com quem não pactuava em qualquer circunstância.

O período do governo regenerador de Hintze/Franco (1893-1897) favoreceu uma coligação contranatura na Beira Baixa entre pretos e brancos. Tavares Proença não conseguiu manter a ligação a Franco, após este procurar reaproximar-se de Manuel Vaz, o que foi muito mal recebido por uma parte dos brancos. A década de 1890 foi o período da grande espera de Tavares Proença - o Partido Progressista preferiu Manuel Vaz - restavam-lhe poucas opções políticas, com Franco em hibernação, após 1897. Nesta fase Tavares Proença conseguiu afirmar-se no concelho de Castelo Branco, lançou as bases para o domínio das câmaras municipais e conseguiu a nomeação de alguns governadores civis da sua confiança. O acordo entre pretos e brancos parecia claro: os primeiros eram eleitos deputados e engrossariam o Partido Progressista, após a morte do seu patrono, caso de João Pinto dos Santos, e os segundos dominariam as instituições locais, com o consentimento de Vaz Preto, principalmente a partir de 1899, e herdariam alguns dos elementos mais valiosos que sempre estiveram com a casa da Lousa, marqueses da Graciosa e conde de Idanha-a-Nova. Tavares Proença sempre se sentiu desconsiderado neste acordo e mal teve oportunidade refez a coligação com

Franco, em 1900. No final da década de 1890 e em 1899 Tavares Proença começou a manifestar o seu desconforto em relação à linha política seguida no distrito pelo Partido Progressista e definiu uma nova tática, que assumirá claramente a partir da legislação de 1901, aceitando os pactos políticos propostos por José Luciano, ficando em contrapartida com liberdade de atuação nas eleições municipais. É interessante verificar como, em 1889, com a entrada de João Franco na política local, e depois no contexto da aliança entre pretos e brancos na década de 1890, o poder municipal passou progressivamente a fazer parte dos acordos de partilha de poder entre as sensibilidades políticas locais. Primeiro, a entrada de um novo protagonista, depois a hegemonia dos pretos, mais tarde (1901) o reforço da capacidade da influência do centro político, fizeram com que, sobretudo, os brancos procurassem-se uma nova área de afirmação e novos cargos para distribuir entre a sua clientela.

Se Manuel Vaz Preto e Tavares Proença foram as grandes referências políticas beirãs, o primeiro com uma dimensão nacional mais vincada, o segundo com o protagonismo mais localista, não devemos desvalorizar o papel de João Franco. A família Franco pactuou com Manuel Vaz desde os anos de 1860 e 1870 e João aproveitou a sua ligação aos regeneradores para se conseguir promover. A tentativa de Vaz Preto de o limitar deteriorou as suas relações políticas e pessoais para nunca mais serem recuperadas. João Franco sabia que a sua influência se restringia ao Fundão, os seus verdadeiros interesses estavam na capital, e usou sempre as ligações a Vaz Preto e a Tavares Proença para alcançar os seus objetivos. A verdade é que a importância política de João Franco desequilibrou os alinhamentos políticos e deu ao Fundão uma projeção política desproporcionada, espelhada no número de deputados eleitos naturais do concelho, sendo o reflexo das enormes divergências entre todas as fações, que as demonstravam de uma forma muito emotiva nos momentos eleitorais, com alguma violência e uma sistemática compra do voto, tanto nas eleições camarárias, o caso da de 1889, como nas de deputados, tendo como exemplo a de 1897.

Convém destacar a importância da legislação eleitoral de 1884 na promoção dos acordos políticos no grande círculo plurinominal de Castelo Branco, que irão ser generalizados a partir de 1901, domesticando as elites locais, evitando os conflitos e a concorrência, como veremos a seguir. No entanto, entre 1884 e 1894 aquela legislação se ajudou a criar um clima de colaboração entre brancos e pretos, teve uma influência limitada na repartição do poder dos notáveis que continuou a ser considerável,



principalmente nos círculos uninominais, onde conseguiam impor os seus candidatos: Idanha-a-Nova, onde o domínio preto continuou até 1897; a Covilhã, com a crescente influência do conde da Covilhã a fazer-se sentir; o Fundão, onde João Franco mostrava a sua força a nível local, e Castelo Branco, onde Tavares dominava, eram os exemplos disso mesmo. É verdade que, em 1895, João Franco tentou, com a introdução dos círculos plurinominais coincidentes com os distritos, dar uma nova dimensão ao ato eleitoral, diminuindo precisamente o peso dos caciques e apelando à maior intervenção das forças locais. Em Castelo Branco esta legislação aplicava-se como uma luva. Face à abstenção de pretos e brancos conseguiu eleger apenas naturais do distrito que procuravam emancipar-se face a estas fações. Esta luta de João Franco continuou durante a década de 1890. Perante a coligação entre Manuel Vaz e Tavares, apelou no jornal *A Defesa da Beira* para a constituição de um Partido Regenerador regional sólido, disciplinado e defensor das diretrizes emanadas do centro político que lutasse contra a política de campanário, protagonizada por aqueles grandes influentes. A batalha pela estruturação de uma força política na região não era nova, já tinha sido tentada por Manuel Vaz no final da década de 1860, por Tavares Proença na de 1880 e regressará no século XX, desta vez pela mão de João Pinto dos Santos, como será analisado. Todavia, a tentativa de João Franco em 1895, a partir do governo, tinha maior alcance, pois visava todo o país e almejava reformar o sistema político da Monarquia, removendo o poder dos caciques e dando uma oportunidade à emergência das «forças vivas» locais. Esta tentativa fracassou em 1896, com o regresso dos círculos uninominais. A evolução verificada no distrito de Castelo Branco mostra bem as dificuldades que tinha de enfrentar.

Em relação ao perfil dos deputados eleitos há uma clara diferença entre os naturais e os não naturais do distrito. Nos primeiros destacam-se os proprietários, nos segundos predominam o funcionalismo público e as profissões liberais. Sublinhe-se que no grande círculo plurinomial de Castelo Branco (1884-1894) foram eleitos, na sua grande maioria, elementos não naturais do distrito, embora, alguns, com ele estivessem identificados, ao contrário de 1895, quando Franco só fez eleger elementos locais, indo ao encontro das suas ideias. Já os restantes círculos, Idanha-a-Nova, Fundão e Sertão, elegeram maioritariamente elementos nascidos entre as comunidades locais, ao contrário da Covilhã onde isso só aconteceu em 1899, provando que nos círculos uninominais era mais fácil às elites locais imporem os seus candidatos, ao mesmo

tempo que a Covilhã continuava a mostrar as suas particularidades (anexos n.º 63, n.º 64 e n.º 93).

No que diz respeito à dimensão do eleitorado, apesar do grande crescimento verificado a partir de 1878, foi diminuindo lentamente entre 1884 e 1894 e em 1895 emagreceu drasticamente devido às restrições da legislação do governo Hintze/João Franco. No entanto, a sua maior ou menor dimensão não foi obstáculo ao seu controlo por parte dos caciques. A participação eleitoral foi muito elevada o que demonstra essa capacidade, mesmo nos momentos em que ela foi menor isso correspondeu a decisões de abstenção, ora porque os influentes não se queriam opor às diretrizes emanadas do centro, o caso de Tavares em relação ao conde da Covilhã, ora por pressentirem a derrota, caso de Vaz Preto no Fundão em 1889, ora ainda numa atitude de deliberada não participação, como foi o caso da eleição de 1895. Em relação ao comportamento eleitoral das cidades não é fácil a sua análise, uma vez que a capital de distrito esteve diluída no grande círculo plurinominal até 1895. Após esta data verificamos que as votações em Castelo Branco se assemelham mais às dos círculos rurais, sendo mais elevadas do que na Covilhã, sendo mais fácil a mobilização do seu eleitorado, algo que também já foi evidenciado para períodos anteriores.

## Capítulo VII- Os últimos anos da monarquia (1901-1910)

### 7.1- A derrota de Tavares Proença e João Franco nas eleições de 1901

A combinação entre Tavares Proença e João Franco em 1900 tinha sido celebrada tendo por base o panorama político existente em setembro daquele ano, com João Franco enquadrado no Partido Regenerador, embora tudo pressagiasse a sua cisão com Hintze, e a continuidade dos círculos uninominais que davam mais facilidade à consecução deste tipo de acordos localizados. Tavares Proença continuaria a ser o influente do Partido Progressista no concelho de Castelo Branco e isso não o impediria de fazer acordos com Franco no Fundão onde ambos pretendiam derrotar os pretos. Se em 1889 tinham articulado a eleição de Fontes Ganhado, agora era o visconde de Tinalhas o escolhido, eleito em 1900, como vimos, e assim continuaria em eleições seguintes senão existissem alterações de fundo, como o próprio Franco o admitiu aquando das eleições de 1901: “*Tencionava fazê-lo eleger pelo círculo do Fundão, se a lei eleitoral não houvesse sido alterada, e dado o acordo que havia entre nós*”<sup>769</sup>. Este pacto teve a bênção de José Luciano que não hesitava em explorar as fragilidades dos adversários<sup>770</sup>.

Todavia, este mundo desabou em maio de 1901. Nesta data, João Franco concretizou a rutura com Hintze Ribeiro, levando a uma cisão nos regeneradores, tendo 25 deputados a secundá-lo, o que iria provocar grande impacto na política nacional<sup>771</sup>.

A cisão entre regeneradores também teve consequências na relação de forças a nível regional, bem espelhadas na reconfiguração da imprensa. O jornal *A Defesa da Beira* foi até 1901 a voz de João Franco, agora passou a alinhar com João Pinto Rodrigues dos Santos que se começava a afirmar como o grande opositor de João Franco e de Tavares Proença na região. Já *O Districto de Castelo Branco* apareceu mais próximo de Tavares Proença.

Esta última folha em maio de 1901 fez uma análise, bastante esclarecedora e assertiva, da nova situação política. Segundo este periódico, até 1900 tinham existido

---

<sup>769</sup> DIAS, José Lopes, julho de 1963 a), p. 71.

<sup>770</sup> Tavares Proença confirmou esta ideia a João Franco em carta que lhe enviou a 7 de agosto de 1901 quando afirmou: “*Está próximo (...) o momento de publicação da reforma eleitoral que vem contrariar os termos precisos da combinação que, com a sanção do chefe do meu partido, eu fiz com V. Ex.<sup>ma</sup>*”. Ver: DIAS, José Lopes, julho de 1963 a), p. 62.

<sup>771</sup> RAMOS, 2007, p. 214.

progressistas, regeneradores e amigos de Vaz Preto, embora estes últimos se misturassem com os primeiros. Com esta configuração as perturbações políticas já tornavam difícil enquadrar as personagens, principalmente os pretos que se aliavam a uns e a outros, mas agora as coisas estavam piores. O que em 1901 existia eram progressistas, regeneradores hintzaceos, regeneradores francaceos, amigos de Vaz Preto e, acrescenta o periódico, “*ainda um observador perspicaz poderia descobrir matizes vários em cada um dos referidos grupos*”. O jornal dava o exemplo do Fundão, o espelho do distrito, onde existiam vários grupos: os progressistas fiéis a Tavares Proença, tanto por dedicação partidária como amizade pessoal; os amigos de Vaz Preto, separados entre si por antagonismos de chefes, ligados por circunstâncias de ocasião, sempre desconfiados de tudo, mas inconfundíveis, separados dos outros grupos por ódios pessoais; o grupo «francaceo», inimigo do grupo preto; o grupo «hintzaceo», ou grupo Boavida, uma nova facção, inimigo dos «francaceos», mas também inimiga dos pretos por velhos ódios e distante dos progressistas por antipatias antigas. Concluía *O Districto de Castelo Branco* que maior barafunda era impossível. Procuramos clarificá-la com o quadro n.º 42.

**Quadro n.º 42- Grupos políticos no distrito de Castelo Branco em 1901 segundo o jornal *O Districto de Castelo Branco*<sup>772</sup>**

Grupos	Líder(es)
Progressistas (brancos)	Francisco Tavares de Almeida Proença
Pretos	João Pinto Rodrigues dos Santos
	Joaquim Trigueiros Martel (2.º conde de Idanha-a-Nova)
	Francisco Furtado de Melo Mesquita Gerales de Paiva Pinto (3.º marquês da Graciosa) <sup>773</sup>
Franquistas	João Franco/Frederico Franco/Tomás Barriga (2.º visconde de Tinalhas)
Regeneradores (afetos a Hintze)	António Boavida

Após a análise dos vários grupos o periódico tentou adivinhar o que o futuro lhes reservava com uma notável precisão: o partido progressista seria o que tinha maior capacidade para triunfar, pois poderia absorver alguns elementos dos outros grupos, era um partido disciplinado à volta do seu chefe incontestado, Tavares Proença; a facção de

<sup>772</sup> Ver anexo n.º 8 para se perceber os influentes que alinhavam com estas facções na década de 1900.

<sup>773</sup> Fernando de Melo Gerales Sampaio de Bourbon, 2.º marquês da Graciosa, morreu em 1900 sem deixar descendência. O título foi herdado por um sobrinho.

Hintze estava destinada a desaparecer, não tinha espaço a nível local; os pretos estavam ligados ao seu chefe e iriam fragmentar-se após a sua morte; finalmente o grupo «francaceo» só sobreviveria se o seu chefe chegasse rapidamente ao poder<sup>774</sup>.

O jornal *O Districto de Castelo Branco* não fazia mais do que retratar a nova conjuntura política que avaliou com mestria. Visão experimentada também não faltava a José Luciano que logo escreveu a Tavares Proença anunciando que a dissolução da Câmara dos Deputados seria uma inevitabilidade, como consequência da cisão regeneradora. Muito provavelmente Hintze pedir-lhe-ia auxílio para esmagar os dissidentes e via oportunidades políticas que não queria desaproveitar: “*Com a rutura entre Hintze e Franco, talvez se nos ofereça ensejo de conquistarmos terreno sobre os nossos adversários. Não devemos perdê-lo*”. Tavares ganhara uma nova dimensão política devido à sua aproximação a Franco. Luciano de Castro parecia querer discipliná-lo e a forma que encontrou foi elevá-lo a chefe do Partido Progressista no distrito de Castelo Branco, deixando de estar restringida a sua ação ao concelho albicastrense<sup>775</sup>. Tavares percebeu que a jogada passava por lhe limitar a autonomia que o acordo com Franco lhe dava e alertava: “*estou inteiramente de acordo com a opinião de V. Ex.<sup>a</sup> sobre as vantagens que o Partido pode e deve tirar das dissidências entre regeneradores, mas creio que igualmente estaremos de acordo em que o Partido Progressista é demasiado grande e nobre para servir de instrumento de vinganças mais ou menos mesquinhas de quem quer que seja*”<sup>776</sup>. No fundo temia, com razão, que o seu pacto com João Franco pudesse ser colocado em causa.

Como já escrevemos no capítulo III, Hintze e Luciano de Castro uniram-se para ostracizar João Franco, tentando dissuadir futuras dissidências, e com esse desígnio concordaram na necessidade de uma nova lei eleitoral. Porém, antes da sua concretização, José Luciano estava cauteloso em relação a acordos eleitorais com o governo. Segundo o conde de Penha Garcia, que começou a ganhar alguma preponderância na comunicação entre Luciano de Castro e Tavares, em detrimento de Aurélio Pinto, o chefe progressista ponderava três hipóteses: fazer um acordo com o governo; negociar só em alguns distritos ou prescindir totalmente de qualquer entendimento. Em relação ao distrito de Castelo Branco José Luciano estava seguro com os seus aliados e curiosamente, ou não, não passavam por Tavares Proença: João

---

<sup>774</sup> Jornal *O Districto de Castelo Branco*, n.º 590, de 30 de maio de 1901.

<sup>775</sup> DIAS, José Lopes, abril de 1965, p. 71.

<sup>776</sup> IDEM, *ibidem*.

Pinto era já um valor firme dos progressistas; Manuel Vaz Preto era ainda um aliado de peso e com ele continuaria a ter enormes deferências e concluía Penha Garcia de uma forma desconcertante para quem não conhecesse a realidade política albicastrense: “*Como eles (João Pinto e Manuel Vaz) estão de boa inteligência com o governo dá isto tudo lugar a uma situação deveras estranha na nossa política local. É a teoria da tríplice aliança aplicada à política de campanário*”<sup>777</sup>. Perspetivavam-se dias difíceis para Tavares Proença. A sua postura política nas anteriores eleições parecia não ter feito José Luciano seguir o caminho por ele proposto. Continuava isolado na sua intenção de se coligar com Franco.

O decreto de 8 de agosto de 1901, denominado «ignóbil porcaria» pelos franquistas, aboliu os círculos uninominais substituindo-os por 22 plurinominais em Portugal continental, integrou o voto rural nas cidades de Lisboa e Porto, com o fim de assegurar a derrota dos franquistas, e restaurou a representação das minorias<sup>778</sup>. Era com este dispositivo legal que Hintze pretendia liquidar a cisão no partido nas próximas eleições marcadas para 6 de outubro de 1901. O líder dos regeneradores temia que com círculos uninominais os franquistas pudessem ter vantagem nalguns, era o exemplo do Fundão. Para a eliminar nada melhor do que constituir grandes círculos plurinominais com representação de minorias o que levava forçosamente a negociações entre partidos, excluindo os dissidentes, podendo disso retirar vantagem José Luciano e o seu Partido Progressista, como acabou por acontecer<sup>779</sup>. Estava posto em causa o acordo Tavares/Franco.

De facto, a alteração da lei eleitoral veio baralhar as contas no distrito como o próprio Aurélio Pinto sintetizou: “*Não há dúvida que a nova lei eleitoral trás dificuldades melindrosas à honrada execução do acordo feito com o João Franco, mas quem tal poderia prever?*”<sup>780</sup>. A eleição de Tomás Barriga pelo círculo do Fundão não teria grande discussão face à aliança de brancos e franquistas, mas perante o fim dos círculos uninominais Aurélio pressentia as intenções de Hintze, referidas em cima, e as dificuldades que Tavares teria em conseguir impor um franquista num círculo plurinomial.

---

<sup>777</sup> IDEM, 1970, p. 75.

<sup>778</sup> ALMEIDA, 1998, pp. 723-729 e RAMOS, 2007, pp. 215-216. O círculo eleitoral de Castelo Branco coincidia com o distrito. Ver anexo n.º 4.

<sup>779</sup> RAMOS, 2007, p. 215.

<sup>780</sup> A.F.T.P., cartas de Aurélio Pinto para Tavares Proença de 4 de julho de 1901.

Por seu lado, Tavares, em carta enviada ao conde de Penha Garcia, em 18 de julho de 1901, reiterava a sua aliança com João Franco e ainda acalentava uma saída para a poder concretizar, para isso o executivo deveria concordar que *“a oposição tivesse no círculo plurinominal de Castelo Branco dois deputados. Neste caso um candidato seria V. Ex.<sup>a</sup> e outro seria de indicação do sr.<sup>o</sup> João Franco”*, caso isso não fosse possível avançaria com uma lista mista entre progressistas e franquistas para combater o governo<sup>781</sup>. Também expôs o seu pensamento a José Luciano a quem pedia que garantisse ganhos na negociação com o executivo sobre a nova lei eleitoral e que se entendesse *“com o chefe do governo para que ele disponha que a representação da minoria neste distrito seja de dois nomes ou de legislar por esta forma: que com V. Ex.<sup>a</sup> tome o compromisso de fazer incluir na lista governamental, pelo menos um nome de candidato progressista, comprometendo-se também a não disputar a minoria”*. Tavares tentava salvaguardar o seu acordo com Franco, deixando o candidato da minoria a salvo para eleger o visconde de Tinalhas, caso isto não fosse possível, não deixava dúvidas: pedia autorização a José Luciano para lutar contra o governo disputando a maioria<sup>782</sup>. Destas intenções deu conhecimento a Franco a 7 de agosto, garantindo-lhe que iria apoiar um nome franquista pela minoria e que o governo estaria disposto a incluir João Pinto, um aliado dos progressistas, na lista governamental, mas recusava os franquistas<sup>783</sup>.

Hintze Ribeiro continuava firme na intenção de não transigir com Franco e José Luciano comunicou isso mesmo a Tavares Proença: *“Desde já digo que não julgo possível levar o governo a concordar em qualquer candidatura franquista. Pode perder a eleição, mas por acordo, penso que nenhuma combinação aceitará.”*<sup>784</sup>. O acordo entre Hintze e José Luciano estabelecia que por Castelo Branco seriam eleitos pela minoria dois progressistas e, como prova de boa vontade, confirmava que pela maioria governamental seria ainda eleito João Pinto Rodrigues dos Santos, um aliado progressista. Hintze Ribeiro fazia tudo para ostracizar os franquistas, inclusive aceitava eleger nas listas governamentais elementos não regeneradores como João Pinto dos Santos, tendo este a particularidade, muito apreciada certamente pelo chefe do governo, de ser um inimigo político de João Franco.

---

<sup>781</sup> DIAS, José Lopes, 1970, p. 78.

<sup>782</sup> IDEM, abril de 1965, p. 72.

<sup>783</sup> IDEM, julho de 1963 a), p. 64.

<sup>784</sup> IDEM, abril de 1965, p. 73.

Dentro do Partido Progressista a posição de Tavares era muito comentada e havia dúvidas se a coligação com João Franco iria avançar. O progressista José de Alpoim, em carta de 4 de agosto dirigida a José Luciano, fez largas considerações sobre a situação política em Castelo Branco, dando conta da disposição de Hintze Ribeiro de não ceder em nada no distrito de naturalidade de João Franco. Alpoim dava como condenada qualquer tentativa de Tavares e Franco vencerem a maioria, pois tinham poucos apoios nalguns concelhos, como era o caso de Idanha-a-Nova e Covilhã. Manifestava ainda a sua desconsideração por Tavares Proença que insistia num acordo que deveria ter cessado imediatamente com a nova lei eleitoral e instava o líder progressista a disciplinar o influente beirão, pois Castelo Branco não podia ter um estatuto diferente de outros distritos<sup>785</sup>.

O próprio Hintze Ribeiro mostrava apreensão sobre as intenções de Tavares Proença e insistiu com Luciano de Castro para o pressionar<sup>786</sup>. O assunto só se resolveu com a própria intervenção de Hintze que conferenciou com Tavares Proença a 27 de agosto. Nesta reunião o influente albicastrense concordou que dificilmente conseguiria derrotar o governo só com o apoio de João Franco e que era vantajoso o acordo para os progressistas, uma vez que ele contemplava a eleição de dois deputados progressistas enquanto em luta aberta elegeriam no máximo um deputado. Tavares finalmente rendia-se, mas exigia liberdade de ação nas eleições municipais que se seguiriam ao que Hintze terá prometido não *“fazer violências e pressões nas eleições municipais; até aí posso eu ir, mais não posso”*<sup>787</sup>. No dia 1 de setembro Hintze comunicava a José Luciano o acordo final em Castelo Branco: nas eleições de deputados seriam eleitos quatro elementos indicados pelos regeneradores e dois escolhidos pelos progressistas, nas eleições municipais *“onde o Tavares Proença se ligar com elementos franquistas, ficar eu com inteira liberdade de ação; onde a lista for exclusivamente progressista, tomar eu o compromisso de não autorizar violências nem abusos ou pressões dos agentes do governo”*<sup>788</sup>. Em meados de setembro Tavares baixava a guarda perante José Luciano: *“Estou inteiramente de acordo com V. Ex.<sup>a</sup> sobre as vantagens de realizar pacificamente as eleições de deputados”*, mas em relação às eleições municipais deixava o aviso: *“Com relação a eleições municipais, que interessam exclusivamente as*

---

<sup>785</sup> ALMEIDA, 2001, pp. 90-92.

<sup>786</sup> IDEM, ibidem, pp. 104 e 117.

<sup>787</sup> IDEM, ibidem, p. 122.

<sup>788</sup> IDEM, ibidem, p. 132.



*localidades e devem por isso ser organizadas e dirigidas segundo as conveniências políticas locais (...) peço a V. Ex.<sup>a</sup> que se considere e se declare completamente estranho a este assunto, fazendo-me a justiça de crer que eu saberei proceder consoante os interesses do partido progressista*”<sup>789</sup>. Tavares prosseguia a estratégia definida e posta em prática em 1899, aceitava os acordos eleitorais para as eleições de deputados, mas teria autonomia nas eleições municipais.

Depois de duras negociações foram eleitos dois progressistas pela minoria e um aliado progressista, João Pinto dos Santos, pela maioria, onde estavam três regeneradores (anexo n.º 46). Todos cumpriram o acordo. É de realçar a diferença assinalável entre esta eleição e a de 1889. Então Tavares levou a sua avante, a existência de círculos uninominais permitia estas rebeldias, em 1901, com o sistema de lista, os caciques locais tiveram de se disciplinar e cumprir os acordos entre os maiores dos partidos nacionais. Esse era um dos objetivos da alteração efetuada. Se nas eleições de deputados Tavares Proença e João Franco não conseguiram concretizar as suas intenções, prepararam a vingança para a eleições municipais de novembro.

## **7.2- A desforra de Tavares Proença nas eleições municipais de 1901**

Na estratégia política definida por Tavares Proença, as eleições municipais ganhavam uma importância decisiva nas negociações eleitorais, algo que não é visível em períodos anteriores. Segundo Rui Ramos as eleições municipais representavam, na conjuntura político-eleitoral do Portugal do início do século XX, um momento importante na luta política e que “*era aí que se jogava o poder real do país*”, citando mesmo o general Pimentel Pinto que lembrou a Teixeira de Sousa: «na província prefere-se perder eleições de deputados a perder eleições camarárias»<sup>790</sup>. Perante esta realidade, podemos afirmar que a dimensão do cacique local, pelo menos em Castelo Branco, se modificou no final do século XIX. Os tempos de grande domínio nas eleições de deputados, no poder local e na nomeação de governadores civis, que Manuel Vaz Preto protagonizou, pareciam ter terminado. Agora, o poder do cacique na periferia passava essencialmente pelas eleições camarárias e pela capacidade de influenciar a

---

<sup>789</sup> DIAS, José Lopes, abril de 1965, p. 77.

<sup>790</sup> RAMOS, 1994, p. 348.

nomeação de elementos fiéis para o governo civil, esse era o espaço de Tavares Proença. Porém, isso não diminui a sua importância, apenas a limitou nas eleições de deputados, muito à custa da legislação eleitoral de 1901 que promovia os entendimentos entre partidos, aos quais se submetia, muitas vezes contra vontade, como acabámos de ver. Os notáveis locais continuavam a ser importantes para a mobilização do eleitorado no dia das eleições que legitimavam os acordos celebrados e os partidos nada faziam sem eles, logo tinham de ter algo em troca.

Dentro desta linha de pensamento, importa analisar os resultados das eleições municipais, que, por um lado, mostram um quadro político diferente daquele que as eleições de deputados nos apresentam e, por outro lado, significam uma forma de Tavares Proença marcar o seu território, mostrando a sua importância, e reafirmar a ligação com João Franco.

As eleições municipais de novembro de 1901, tal como já tinham sido as de 1889, representaram um momento de desforra face à eleição de deputados. Se em 1889 Manuel Vaz Preto, despeitado pelo acordo Tavares/Franco, lançou um feroz ataque na eleição municipal do Fundão para demonstrar o seu poderio e saiu derrotado, agora as forças franquistas e os brancos pretendiam fazer vincar o seu acordo a nível local, frustradas que foram as intenções na eleição de deputados. Mais uma vez terão a oposição dos seus inimigos mortais, os pretos, e a coadjuvá-los estava o governo de Hintze. Uma particularidade interessante deste sufrágio foi ser o último em que Manuel Vaz interveio, já que morreu em agosto de 1902.

Em carta de Tavares Proença a José Luciano e pelos jornais *A Defesa da Beira* e *O Districto de Castelo Branco*, ficamos a saber o resultado das eleições em cada concelho do distrito e a respetiva correlação de forças (quadro n.º 43).

Numa parte significativa dos concelhos não houve luta política. Em Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Vila Velha de Ródão e Penamacor venceram sem polémica as listas mistas de Tavares e Franco. O governo venceu facilmente em Belmonte, Sertã e Vila de Rei. Em Oleiros os dois grandes influentes locais, o progressista Francisco de Albuquerque Mesquita e Castro, 3.º visconde de Oleiros, e o regenerador, António Mendonça David, entenderam-se na divisão dos eleitos. Mais uma vez no Fundão e na Covilhã a disputa foi encarniçada e como Hintze tinha prometido fez marcação cerrada às listas de Tavares Proença e João Franco.

### Quadro n.º 43 - Eleições municipais de 1901

<b>Concelhos onde venceram listas mistas progressistas (brancos)/franquistas</b>
Castelo Branco
Idanha-a-Nova
Penamacor
Proença-a-Nova
Vila Velha de Ródão
<b>Concelhos onde venceu o governo (Partido Regenerador)</b>
Belmonte
Covilhã
Fundão (eleição anulada)
Sertã
Vila de Rei
<b>Concelho onde venceu lista mista progressista/regeneradora</b>
Oleiros

Fontes: Dias, José Lopes, abril de 1965, pp. 77-78; Jornal *A Defesa da Beira*, n.º 382, de 10 de novembro de 1901; Jornal *O Districto de Castelo Branco*, n.º 613, de 7 de novembro de 1901.

Na Covilhã a eleição decorreu no meio de grande agitação em várias assembleias onde os amigos e caceteiros às ordens do conde da Covilhã trabalharam para o governo. O ato eleitoral foi particularmente violento na assembleia de Unhais da Serra. O conde da Covilhã desligou-se definitivamente dos progressistas e iniciou um caminho sem retorno de oposição permanente a Tavares Proença e à agremiação liderada por José Luciano de Castro. A descrição feita por Tavares Proença mostra-nos que a eleição estaria segura para os progressistas, mas o filho do conde da Covilhã e respetivos apaniguados, após deliberadamente lançarem a confusão, provocando a intervenção da força armada, foram deixados, propositadamente, pela autoridade dentro da igreja, onde estava a urna de voto em Unhais da Serra: “*tiveram tempo para viciar a urna, e manifesto era que o tumulto não fora organizado para outro fim*”<sup>791</sup>. A mesma leitura fez *O Districto de Castelo Branco* que descreveu práticas políticas que já assinalámos em períodos anteriores: “*Para Unhais da Serra destacaram-se dezenas de caceteiros importados do Sabugal, que, com operários das fábricas do ilustre cruzado novo (conde da Covilhã) apedrejavam os eleitores da oposição quando iam a casa do prior receber instruções*”. Segundo o periódico, o conde ameaçou toda a gente e recorreu a todos os meios: favores das autoridades; professores ameaçados; cabos de polícia que estivessem com a oposição eram deslocados para outras localidades e os padres andaram de porta em porta a dizer que

<sup>791</sup> DIAS, José Lopes, abril de 1965, p. 78.

quem votasse na oposição seria excomungado<sup>792</sup>. É de assinalar as continuidades ao longo do tempo de determinadas práticas políticas, onde a freguesia de Unhais da Serra se destaca: violências várias no ato eleitoral, a utilização dos operários covilhanenses e a mobilização da Igreja para a luta política, tal como aconteceu nas eleições gerais de 1864 e 1879, descritas nos capítulos IV e V.

No Fundão repetiu-se o cenário de 1889: violência, compra de votos e intriga em redor dos vários grupos que por ali pululavam. Neste concelho perdurava a tradição e por aqui viam a luz do dia todas as tendências que compunham o distrito: progressistas, liderados por Tavares Proença e Aurélio Pinto; franquistas; regeneradores fiéis a Hintze, liderados por António Boavida, e pretos, onde pontificava João Pinto que se aliara aos progressistas a nível nacional, mas localmente combatia Tavares e Franco. De facto, o elevado número de tendências levava a que todos estivessem no terreno, segundo Aurélio com uma única intenção: atacar o acordo entre Tavares e João Franco<sup>793</sup>. Nesta luta entravam os agentes do governo encabeçados pelo cónego Boavida e os pretos comandados por João Pinto Rodrigues dos Santos: *“O governo resolveu à ultima hora, atender o rol dos pedidos das gentes da Lousa neste concelho e dar-lhes toda a força para, segundo lhes dizem te exterminarem e ao Franco!!! É a guerra santa!”* e na contenda entrava a compra de votos onde todos tinham de se empenhar *“é absolutamente indispensável é estar numa luta destas sem ter que gastar algum dinheiro!!! Até o Farinheira velho (Frederico Franco) já faz despesas!!! Mas ele pode”*. No Fundão também não faltava a pressão da Igreja, pondo em campo a força da sua imagem e símbolos, para arrecadar mais votos para os lados do governo: *“ontem andou de automóvel com o candidato pelo Fundão e em digressão pelas aldeias vizinhas o Boavida, mas ..... vestido de cónego com cores retumbantes, enfim numa toilett de galopim eleitoral mirabolante!!!”*<sup>794</sup>.

No dia da eleição, as autoridades, na opinião de Tavares Proença, com a bênção do governo, e com grande atividade por parte dos pretos, prenderam os influentes e os eleitores adversos, entre eles contava-se o pai de João Franco, e praticaram violências contra personagens ilustres, como foi o caso do conde de Penha Garcia que ficou

---

<sup>792</sup> Jornal *O Districto de Castelo Branco*, n.º 613, de 7 de novembro de 1901.

<sup>793</sup> A.F.T.P., carta de Aurélio Pinto para Tavares Proença, sem data.

<sup>794</sup> IDEM, carta de Aurélio Pinto para Tavares Proença de 28 de outubro de 1901.

ferido<sup>795</sup>. Com todas estas irregularidades as eleições foram anuladas pelo Supremo Tribunal Administrativo e foram repetidas em março de 1902, tendo então sido eleita, pacificamente, uma câmara liderada por Aurélio Pinto, onde os progressistas e franquistas ficaram com a maioria<sup>796</sup>.

As eleições municipais de 1901 serviram para Tavares Proença e João Franco provarem que a sua ligação não era meramente conjuntural, ela estava para durar e não se iria render ao primeiro dissabor. Ambos estavam empenhados nesse desiderato, após o fracassado ensaio de 1889.

Como temos visto, o acordo político selado entre Tavares Proença e Franco em 1900 teve enorme repercussão no distrito. O líder dos brancos libertou-se da canga que a coligação com os pretos representava e deu um grito de autonomia política perante José Luciano de Castro, criticando fortemente a estratégia por este seguida no distrito de Castelo Branco. Esta circunscrição administrativa tinha-se transformado num barril de pólvora com as várias tendências que se pretendiam afirmar. Este facto devia-se a um conjunto de fatores que se conjugaram na década de 1890: a ascensão de João Franco a nível nacional e a afirmação de uma pequena corte no Fundão; a atuação de Manuel Vaz Preto, que optou pela confrontação com Franco, tentando acantoná-lo no distrito, aproximando-se dos progressistas e dos brancos; o fracionamento do grupo preto, destacando-se o caso de João Pinto Rodrigues dos Santos, tendo como adversários políticos João Franco e Tavares Proença e, finalmente, a opção de Tavares Proença de se aliar a João Franco como forma de sair do anonimato no seu partido e ter alguma voz no distrito, aliando-se a um elemento da nova geração política que lhe dava autonomia e o tratava com consideração, tudo o que o Partido Progressista não fazia. As eleições de 1901 e todas as negociações que se lhe seguiram mostram a complexidade das relações políticas na Beira Baixa, num momento que o antigo polo aglutinador, Manuel Vaz Preto, estava prestes a desaparecer e já não ditava lei. Se nas eleições para deputados Tavares Proença seguiu, a contragosto, as orientações do partido, onde o próprio Hintze teve de interferir diretamente ao reunir-se com Tavares Proença, as eleições municipais, tal como as de 1889, representaram uma autêntica batalha campal, onde o norte do distrito, Fundão e Covilhã, provou que era ali que estava a verdadeira disputa política. Há muito que o sul tinha deixado de ser o centro da vida política beirã.

---

<sup>795</sup> DIAS, José Lopes, abril de 1965, p. 78. As violências praticadas no dia da eleição foram pormenorizadamente descritas pelo *O Districto de Castelo Branco*, n.º 619, de 19 de dezembro de 1901.

<sup>796</sup> Jornal *O Districto de Castelo Branco*, n.º 623 e n.º 627, de 23 de janeiro e 6 de março de 1902.

### 7.3- Tavares Proença e a clarificação das relações com o Partido Progressista

A morte de Manuel Vaz Preto em agosto de 1902 veio concretizar aquilo que já era perceptível há algum tempo: a fragmentação do seu grupo. O final de década de 1890 assistiu ao lento desaparecer de cena do morgado da Lousa que tinha monopolizado a vida política beirã desde os anos de 1870. A sua última aparição com impacto foi nas eleições de 1899. A partir daí deu liberdade de ação aos seus apoiantes, conduzindo a uma atomização da vida política regional, como acabámos de ver. Tavares Proença herdou a parte mais valiosa do partido preto que, segundo o periódico *O Jornal*, Manuel Vaz lhe terá confiado por acordo<sup>797</sup>. A ser verdade este negócio, só vem confirmar a aproximação das duas famílias no princípio do século XX que culminou na sua união por casamento, como já afirmámos no capítulo I.

Tavares passava por um período difícil na relação com o seu partido. O pacto com Franco não foi bem recebido. O jornal *O Século* noticiou, em agosto de 1901, que a coligação Tavares/Franco era uma traição para com o Partido Progressista<sup>798</sup>. Perante esta notícia Tavares Proença enviou para publicação na folha progressista *Correio da Noite*, que o próprio Tavares subsidiava, uma nota de protesto. O diretor do jornal entendeu não a publicar sem o parecer prévio de Luciano de Castro o que provocou, meses mais tarde, em maio de 1902, a ira de Tavares<sup>799</sup>. As divergências entre Tavares Proença e José Luciano continuavam latentes e este episódio é mais uma peça numa relação política sempre gerida com pinças.

Se a nível nacional Tavares sabia que a sua ligação com Franco não era bem aceite, na política local a morte de Manuel Vaz Preto trouxe-lhe outros problemas, nomeadamente a adesão de João Pinto aos progressistas, um adversário antigo e

---

<sup>797</sup> Jornal *O Jornal*, n.º 44, de 6 de agosto de 1906. Sobre as personalidades que acompanharam Tavares Proença ver anexo n.º 7.

<sup>798</sup> Jornal *O Distrito de Castelo Branco*, n.º 603, de 29 de agosto de 1901.

<sup>799</sup> DIAS, José Lopes, abril de 1965, pp. 80-81. Escreveu Tavares: “A direção do jornal, que deveria compreender a situação e prevenir que o provado cavalheirismo de V. Ex.<sup>a</sup> não impediria nunca uma publicação desta ordem (...) aproveitou o ensejo para favorecer e servir a quem o meu protesto contrariava: Não recusou a publicação em absoluto, mas prejudicou-a quanto pode, fazendo-a perder oportunidade, para consultar a V. Ex.<sup>a</sup> sobre o assunto que manifestamente não envolvia responsabilidade alguma”. José Luciano defendeu a direção do jornal que, estando alheia à situação política do distrito de Castelo Branco, resolveu não publicar a posição de Tavares sem ouvir o chefe do partido, pois só ele poderia apreciar a conveniência da sua publicação. De assinalar que Tavares só reagiu de uma forma mais enérgica após os momentos eleitorais como que esperando ter uma posição política mais confortável.

fervoroso opositor de João Franco e que podia introduzir um fator de instabilidade nos brancos.

João Pinto Rodrigues dos Santos, o elemento mais valioso dos pretos, após a morte de Ruivo Godinho, foi inteiramente fiel ao seu chefe e mentor político até ao último suspiro, mas poucos meses antes da sua morte aderiu ao Partido Progressista, em novembro de 1901. Não deixa de ser curiosa esta adesão, num momento em que se empenhou na derrota da lista progressista na eleição municipal do Fundão, o que só demonstra, mais uma vez, que a vida política local era gerida por outros códigos. Esta adesão, apesar de não ser surpreendente, não foi de todo do agrado de Tavares Proença. Perspetivando problemas futuros no seio dos brancos e da normal evolução política que ele pretendia para o distrito, ou seja, a continuação da aliança com Franco, deixava um aviso muito claro ao chefe dos progressistas: *“eu e os meus amigos, não podemos conceder que S. Ex.<sup>a</sup> venha perturbar com a sua intervenção na política deste distrito a orientação que estamos seguindo e que julgamos mais útil aos interesses do nosso partido”*<sup>800</sup>. Simplesmente o chefe dos brancos não estava disposto a lidar com quem sempre o combateu e sabia contrário à sua posição política.

João Pinto dos Santos aproveitou o seu órgão escrito, *A Defesa da Beira*, para deixar claro ao que vinha: questionar a aliança entre progressistas locais e os franquistas e apresentar-se como alternativa à liderança do Partido Progressista no distrito. Estamos de novo perante um discurso que se opunha à política pessoal e às fações locais numa tentativa de as disciplinar às diretrizes emanadas pelos partidos nacionais: *“desejávamos ver dois partidos no distrito, cada um seguindo a sua orientação”* e dirigindo-se sem rodeios à aliança entre Tavares e Franco afirmava: *“mas sem desfalecimentos, sem transigências com patrulhas minúsculas, que só servem para criar entraves e só vivem de levantar mal entendidos e intrigas”*. João Pinto mostrava o caminho a seguir, o mesmo já tentado por Manuel Vaz Preto em 1868, por Tavares Proença na década de 1880 e por João Franco na década de 1890, partidos disciplinados: *“Os regeneradores hão de patrioticamente seguir a indicação do seu partido, que é a indicação da boa política, não permitindo a intrusão na rotação partidária de elementos excêntricos e deliquescentes”*, os progressistas deveriam seguir a mesma linha e deixava um sério aviso a Tavares: *“Se alguma facção do partido progressista não aceitar as indicações do partido tanto pior para ela, que terá de correr uma vida de aventuras em que*

---

<sup>800</sup> DIAS, José Lopes, abril de 1965, p. 80.

*malbaratará o melhor das suas energias e da sua força*”. João Pinto afirmava-se como líder da linha oficial do Partido Progressista que eliminaria as patrulhas e refaria “as suas fileiras com elementos cheios de vida e de inteligência, que pugnem pela dignidade do partido e pelo bem-estar do distrito, que até agora (...) tem sido um campo aberto à ambição das patrulhas e em que elas têm tido o melhor quinhão, em detrimento dos interesses gerais dos grandes partidos e do distrito”<sup>801</sup>. João Pinto colocava-se num patamar responsável, de fiel seguidor dos progressistas, e atacava Tavares como o progressista indisciplinado. Não deixa de ser curioso que este discurso venha exatamente de alguém que toda a vida tinha militado numa facção local, que pactuou com todos de acordo com as conjunturas, tendo sido mesmo acusado, em dado momento, por João Franco de não ter uma cor definida.

Estava aberta a guerra nos progressistas locais, João Pinto apresentava-se em tudo oposto a Tavares Proença: “*Os partidos, no distrito, têm sido quase apanágio de certos morgadios, o que lhes tem dado uma constituição singularmente acanhada e egoísta. Se em certo momento histórico isso foi útil, hoje já o não é, nem há ombros que possam com tais responsabilidades*” e *A Defesa da Beira*, lançava mais umas farpas a Tavares: “*É lícito esperar que o Dr.º Pinto dos Santos (...) fará entrar no partido um bocado de democracia que o livre de castos e vaidades que o têm quase emparedado*”<sup>802</sup>.

Porém, Tavares Proença não estava pelos ajustes, o Partido Progressista no distrito era encarnado por ele. A ideia foi claramente transmitida a Sebastião Teles no verão de 1904, num período em que José Luciano, ao passar, de novo, por uma grande debilidade física<sup>803</sup>, nomeou uma comissão para organizar o Centro Progressista de Lisboa, que deveria expandir a ideia a todos os pontos do país. Tavares Proença não podia ser mais claro com o seu correligionário ao afirmar: “*Agora ouço dizer que se alimenta o projeto da organização de centros provincianos nos concelhos, nas freguesias e até nos casais talvez, todos subordinados diretamente a uma comissão estabelecida na metrópole. Por esse caminho não irei.*” E como que negando os princípios democráticos enunciados por João Pinto justificava-se: “*Para a política da coletividade em que as responsabilidades se dividem e pulverizam até ao infinito, servindo principalmente às ambições dos mais habilidosos e abandonando tudo e todos*

---

<sup>801</sup> Jornal *A Defesa da Beira*, n.º 428, de 18 de janeiro de 1903.

<sup>802</sup> IDEM, n.º 430, de 8 de fevereiro de 1903.

<sup>803</sup> RAMOS, 2007, p. 330.



sob a égide do princípio democrático, não irei. (...) julgo-me ainda, neste caso, em condições de reproduzir a frase de um grande rei: «centro sou eu»". Continuando a missiva, deixava claro que os seus seguidores locais não organizariam centro algum e que a política se fazia pela ação e pelo respeito devido aos grandes líderes do partido: duque de Loulé, Anselmo Bramcamp e José Luciano. Esta era a sua forma de fazer política, seguia líderes e não grandes ideais, isso era *"coisa que não existe nas províncias. Aqui, como creio na maior parte das províncias a política é exclusivamente pessoal"* e dava exemplos: *"de entre os progressistas deste distrito não há dois por cento que sejam progressistas pelo partido e a quase totalidade são direta ou indiretamente amigos do sr.º José Luciano de Castro"* e como que se dirigindo diretamente a João Pinto exclamava: *"como em tempo uma grande parte foram amigos de Manuel Vaz Preto acompanhando-o em tantas variações partidárias quantas eram as transformações de gabinetes ministeriais"*. A política para Tavares não se comprazia com partidos ou com organizações partidárias: *"É uma utopia a busca de ideias ou convicções partidárias. Ninguém faz por cá política por isso"* e explicou a Sebastião Teles o que era a política por estas bandas: *"A nossa política é um conjunto de interesses materiais mais ou menos guiados de dependências individuais, de dedicações pessoais por vezes nobilíssimas e... mais nada"*, mas se o Partido Progressista insistia em ter representantes dos concelhos numa assembleia geral do partido *"lá irão os deste distrito representados pelas pessoas mais graduadas do mesmo"*<sup>804</sup>. Tavares Proença mantinha a tradição que vinha desde os tempos de seu pai e de João José Vaz Preto, nos anos de 1840 e 1850, continuada por Manuel Vaz Preto e por ele próprio nas décadas seguintes. Em Castelo Branco nada se alterava, os grandes influentes punham e dispunham os peões como bem entendiam.

Estamos perante duas conceções diferentes de fazer política, curiosamente representadas por elementos que praticaram e defenderam o contrário no passado. As posturas políticas continuavam a variar de acordo com os interesses do momento. No passado João Pinto estava vinculado ao caminho de Manuel Vaz, baseado na política de facção, e Tavares Proença tinha de lutar contra essa mesma política, defendendo partidos locais disciplinados. Agora encontravam-se em lados opostos. João Pinto pretendia afirmar-se como um valor seguro dos progressistas e nada melhor do que apresentar-se como um elemento responsável, enquanto Tavares queria seguir uma política autónoma,

---

<sup>804</sup> DIAS, José Lopes, 1970, pp. 225-226 e 228-229.

há muito desejada, num momento em que não eram visíveis rivais de vulto no distrito e onde tinha um acordo com o homem do momento: João Franco. Mostrando bem as ambiguidades da política de então, Franco – aliado local de Tavares e da política de facção – desde há muito que vinha travando uma luta no plano nacional no sentido da reforma do sistema político que passava pelo combate contra o caciquismo.

Se o objetivo de João Pinto era afastar Tavares e o Partido Progressista da aliança com Franco, isso não foi alcançado. Tavares Proença continuou fiel ao pacto celebrado em 1900 e nas eleições de 1904 tentou convencer José Luciano a dar luta aos regeneradores, associando-se ao Partido Regenerador Liberal que Franco havia, entretanto fundado. Como já afirmámos no capítulo V, a aproximação entre Hintze e Alpoim motivou os progressistas a entrarem em negociações com João Franco e isso deu alento a Tavares que expressava desta forma as suas ideias a José Luciano: *“Pelo que respeita a este círculo plurinominal julgamos poder garantir o vencimento da maioria da lista apresentada pelo Partido Progressista, de combinação com os partidários do sr.º conselheiro João Franco e para o nosso caso especial muito desejaríamos a luta nestas condições”*<sup>805</sup>. No entanto, José Luciano ainda não deu o passo e negociou com Hintze um acordo para o distrito onde se repartiam os deputados, três progressistas e três regeneradores. Tavares aceitou resignado a decisão: *“Tenho mágoa de perder uma boa ocasião de manifestar o valor eleitoral do Partido Progressista neste distrito. Não há a menor dúvida de que em luta leal (...) teríamos uma maioria enorme de votos”*, mas a decisão de Luciano de Castro foi ao encontro de grande parte dos elementos progressistas do distrito, não da dele que pretendia afirmar a sua aliança com Franco: *“Iriam (progressistas locais) por certo, para a luta se V. Ex.ª os mandasse; respondo por isto. Mas é certo também que a determinação de V. Ex.ª autorizando a partilha de candidatos com o governo e por uma forma honrosa para o Partido Progressista, os satisfaz”*<sup>806</sup>. Como já se disse, os deputados foram repartidos entre progressistas e regeneradores e foram eleitas três personalidades de fora e três locais, todas naturais do Fundão, dois progressistas, conde de Penha Garcia e João Pinto, e um regenerador, António José Boavida (anexo n.º 47).

De facto, as eleições de 1904 decorreram numa enorme calma, os acordos pacíficos a isso levaram. Os jornais locais eram o espelho desta realidade, se *O Districto*

---

<sup>805</sup> DIAS, José Lopes, abril de 1965, p. 83.

<sup>806</sup> IDEM, ibidem, p. 84.

de *Castelo Branco* pouco destaque lhes deu, limitando-se a apresentar os candidatos poucos dias antes das eleições<sup>807</sup>, um novo jornal, entretanto dado à estampa, o regenerador *Notícias da Beira*, criticou ferozmente o sistema de acordos. Segundo o novo periódico, ninguém se importava com as eleições, pois já nem sequer havia o saudoso carneiro com batatas, caindo os eleitores numa enorme letargia<sup>808</sup>. Também nas eleições municipais de novembro de 1904 se estabeleceram acordos e aqui Tavares Proença, mais uma vez, fez valer a sua força (quadro n.º 44).

#### Quadro n.º 44 - Eleições municipais de 1904

<b>Concelhos onde venceram listas mistas progressistas (brancos)/franquistas</b>
Belmonte
Castelo Branco
Covilhã
Fundão
Idanha-a-Nova
Oleiros
Proença-a-Nova
<b>Concelhos onde venceu o Partido Regenerador</b>
Sertã
Vila de Rei
<b>Concelho onde venceu lista mista progressista/regeneradora</b>
Vila Velha de Ródão
Penamacor

Fonte: Jornal *Notícias da Beira*, n.º 24, de 13 de novembro de 1904.

Como se pode comprovar, a coligação Tavares/Franco venceu em sete municípios, apenas não conseguindo entrar no antigo baluarte de Baima Bastos: Sertã e Vila de Rei. Aqui os regeneradores mantinham a tradição e venciam, graças ao novo líder local, António Mendonça David. As palavras de Tavares de uns anos antes confirmam-se: as eleições municipais eram do exclusivo interesse dos locais e fugiam às regras dos acordos para as eleições de deputados. Reforçamos mais uma vez a ideia da importância da afirmação do poder político do notável local através destas eleições. Os círculos plurinominais significaram para as elites locais uma rendição consentida nas eleições de deputados, recebendo como moeda de troca autonomia nas eleições das vereações.

<sup>807</sup> Jornal *O Districto de Castelo Branco*, n.º 735, de 23 de junho de 1904.

<sup>808</sup> O primeiro número do jornal é de 29 de maio de 1904. Escreveu o *Notícias da Beira*, n.º 3, de 12 de junho de 1904: “Pode o governo eleger os deputados que quiser, porque o povo permanece descansadamente na sua soneca: Podem os dirigentes da barça nacional lançar mais impostos em mais adicionais, porque o Zé-pacóvio irá procurar no canto da sua arca os últimos cobres para dar, contanto que o deixem, que o não incomodem, que o não ralem”.

Resumindo, neste período que medeia entre 1901 e 1904, Tavares Proença continuou a sua afirmação pessoal na política distrital, o meio em que melhor se movimentava e de onde não pretendia sair. A morte de Manuel Vaz Preto fez dele o único vulto regional de dimensão considerável. João Pinto dos Santos pretendeu fazer-lhe frente, mas não tinha os pergaminhos do seu adversário. Enquanto o antigo preto pretendia estabelecer um verdadeiro Partido Progressista no distrito, seguindo ordeira e disciplinadamente as diretrizes centrais, Tavares abraçava o modelo do verdadeiro influente, o cacique que defendia os seus interesses, tendo uma visão elitista da ação política, feita de notáveis, opondo-se claramente à abertura democrática defendida por João Pinto dos Santos. Ao contrário de 1889, Tavares insistiu na aliança com Franco e isso fê-lo manter relações tensas com José Luciano, que sempre viu com desconfiança esta aproximação, contrária aos princípios por ele estabelecidos. Se nas eleições de deputados Tavares sentiu dificuldades em impor a sua linha política, nas eleições locais venceu a sua posição e a aliança com o homem do Alcaide alcançou êxitos assinaláveis.

#### ***7.4- 1905 e 1906: os anos dourados de Tavares Proença***

Nos anos finais da monarquia Tavares Proença viu chegar aquilo pelo qual tanto lutou e de que tinha sido um precursor: a aliança entre progressistas e franquistas.

Os regeneradores estavam no poder desde junho de 1900 e há muito que se pressentia a rotação que só chegou em outubro de 1904, após a demissão de Hintze devido à polémica renegociação do contrato dos tabacos<sup>809</sup>. Com um novo gabinete teria de se refazer a composição do Parlamento, como mandava a praxe, pelo que todos teriam de se preparar para novas eleições em fevereiro de 1905.

Três dias antes da queda de Hintze, o conde de Penha Garcia escreveu a Tavares Proença para este se preparar para novo embate eleitoral: “*O que é conveniente é que V. Ex.<sup>a</sup> de posse da situação política nos diversos concelhos do distrito, vá organizando a lista do pessoal administrativo. E de governador civil? Já tem V. Ex.<sup>a</sup> alguma solução?*”<sup>810</sup>. Tinha chegado o momento de Tavares, a conjuntura política, finalmente, soprava a seu favor: no dia 22 de outubro - o governo tinha tomado 2 dias antes - foi

---

<sup>809</sup> RAMOS, 2007, p. 329.

<sup>810</sup> DIAS, José Lopes, 1970, p. 128.

nomeado governador civil o seu cunhado Gonçalo Garrett. Esta nomeação inaugurou um período de profundo domínio branco no governo civil, entre outubro de 1904 e março de 1906, sucederam-se três governadores civis próximos de Tavares, a Gonçalo Garrett sucedeu Aurélio Pinto e a este Pedro da Silva Martins (anexo n.º 56). As boas notícias não se ficavam por aqui, Penha Garcia dava-lhe conhecimento, a 22 de janeiro de 1905, de que José Luciano outorgava-lhe carta branca para negociar com Hintze e João Franco no distrito<sup>811</sup>. Luciano de Castro mostrava-se mais condescendente com os franquistas do que Hintze, que continuava a recusar pactuar com Franco, sendo esse papel desempenhado no distrito por Mendonça David<sup>812</sup>. As negociações chegaram a bom porto e a eleição deu quatro deputados ao governo, o deputado da minoria para os regeneradores, ficando João Franco com a liberdade de indicar o quinto nome<sup>813</sup>. Foi isso que se concretizou no ato eleitoral, que decorreu pacificamente, quase sem se dar por tal, a acreditar na imprensa, realizado no dia 12 de fevereiro de 1905 (anexo n.º 48).

O sistema eleitoral aprovado em 1901 promovia os acordos entre os partidos. A lei de 1884 lançou as bases deste sistema nas capitais de distrito, mas nos restantes círculos, naquela época, principalmente, no círculo do Fundão, continuava a existir, a espaços, concorrência eleitoral. Com a extensão a todo o distrito do sistema de lista a concórdia nas eleições de deputados era geral. Os partidos locais não necessitavam de uma estrutura complexa já que os grandes influentes tudo combinavam e acordavam, provando como a sua ação era imprescindível. O próprio Franco o reconhecia a Tavares a quem louvava a postura política e percebia os acordos selados: “*Vi que V. Ex.ª desejava muito naturalmente evitar nesse distrito uma luta escusada (...) tanto mais que com a atual lei e conhecidas práticas eleitorais toda a luta é inglória e impossível*”<sup>814</sup>.

A imprensa da capital de distrito também sofreu uma profunda remodelação nos anos de 1905 e 1906. Destaca-se a extinção do *A Defesa da Beira* - João Pinto tentou ser coerente com a sua nova atitude e abandonava a política de facção - a continuidade da imprensa afeta a Tavares Proença e o aparecimento de folhas marcadamente regeneradoras (quadro n.º 45).

---

<sup>811</sup> IDEM, ibidem, p. 129.

<sup>812</sup> IDEM, ibidem, p. 205.

<sup>813</sup> IDEM, abril de 1965, p. 86.

<sup>814</sup> IDEM, outubro de 1963, p. 79.

**Quadro n.º 45: Principais jornais publicados na cidade de Castelo Branco nos finais do século XIX e primeira década do século XX**

<b>Título</b>	<b>Tendência política</b>	<b>Período de publicação</b>
<i>A Defesa da Beira</i>	Entre 1893 e 1901- franquista; Entre 1901-1904- afeto a João Pinto dos Santos	01/10/1893-10/06/1904
<i>O Districto de Castelo Branco</i>	Entre 1889 e 1901- desafeto a Tavares Proença; Entre 1901-1906- próximo de Tavares Proença.	31/01/1889-17/05/1906
<i>Notícias da Beira</i>	Próximo dos regeneradores até 1910.	29/05/1904-23/03/1926
<i>O Jornal</i>	Regenerador	01/05/1905-30/09/1906
<i>Gazeta da Beira</i>	Afeto a Tavares Proença	18/07/1906-02/10/1910

Fonte: LOBO, 1987.

A verdade é que os partidos em Castelo Branco não tinham qualquer implantação, os grandes influentes monopolizavam a política local há décadas. Como vimos, com a morte de Manuel Vaz Preto, a única grande referência política passou a ser Tavares Proença, apesar das tentativas de protagonismo de João Pinto dos Santos e também do conde de Penha Garcia, que chegará a ministro da Fazenda em 1905. Nenhum deles tinha o prestígio e a dimensão social de Tavares, como tivemos oportunidade de confirmar no capítulo I. O único que lhe podia fazer frente seria João Franco, mas este ambicionava outros voos que não se confinavam à política de campanário e entregava os interesses locais precisamente nas mãos de Tavares. O jornal *O Districto de Castelo Branco* deu conta disto mesmo, em 5 de maio de 1904, ao afirmar que no distrito o único com influência decisiva no dia das eleições era Tavares Proença. Os locais onde podia ter algumas resistências eram na parte norte do distrito, fruto da ação do conde da Covilhã, mas mesmo assim insuficiente, e ainda na Sertã, pela herança de Baima Bastos, caída em mãos de Mendonça David. Resumindo, não havia partidos, Tavares Proença representava os progressistas e defendia os interesses dos franquistas, dos regeneradores havia poucos sinais<sup>815</sup>.

Aqueles que não se reviam em Tavares Proença e João Franco, não tinham por onde escolher, pelo que o surgimento do Partido Regenerador no distrito era uma tarefa urgente. O jornal *Notícias da Beira* no primeiro número de 1905, antes das eleições de fevereiro, clamava mais uma vez por «vida nova» e criticava fortemente a política dos influentes, num claro ataque a Tavares: “*Os processos usados são deprimentes, velhos e gastos. Tudo rescende a uma época remota atrasada, (...) Os velhos processos da*

<sup>815</sup> Jornal *O Districto de Castelo Branco*, n.º 728, de 5 de maio de 1904.

política de campanário têm de ruir, da mesma forma que desabou já, nas nações civilizadas, o despotismo tirânico de todos os Césares! (...)” e lançava a ideia de partidos organizados e com fronteiras definidas “Acabem-se as indecisões, delimitam-se os campos, afirme-se cada um pelo seu valor – e uma nova era de progresso despontará fatalmente para esta terra desgraçada! Eis a grande verdade!”<sup>816</sup>. Os regeneradores locais lentamente começavam a organizar-se e por ocasião de uma receção em Alcains ao deputado Abel Pereira de Andrade, eleito pelo círculo plurinominal de Castelo Branco desde 1901 (anexos n.º 46, n.º 47 e n.º 48), lançaram as bases do partido no distrito. O *Notícias da Beira* fez uma ampla cobertura desta festa e revelou aquilo que era evidente: havia uma parte dos políticos beirões que estava órfã após o desaparecimento de Manuel Vaz Preto, aqueles que se manifestavam como opositores a Tavares Proença invocavam o seu legado e pretendiam reerguer essa bandeira. O artigo começava num tom nostálgico: “*O nosso distrito há muitos anos que não está habituado a festas de tal natureza, principalmente desde que o grandioso vulto que se chamou Manuel Vaz Preto se remeteu ao remanso consolar do solar da Lousa (...). Há quantos anos isso lá vai!... (...)*”. Passado o luto o que tinha ficado da política de Manuel Vaz? O silêncio e a política de força dos seus antigos opositores, ou seja, sem os citar, Tavares Proença e João Franco. Se muitos se sujeitaram e se renderam, outros houve que lutaram: “*quando o maior número procurou acomodar-se às conveniências e aos interesses próprios, eles os insubmissos, ficaram sempre no seu lugar, que era o seu posto de honra!*”. Contudo, isso não foi suficiente e lentamente tudo se foi perdendo: “*Do prestígio de Vaz Preto, nem uma sombra ténue ficou esvoaçando na podridão da terra que a sua força política rasgou de estradas e caminhos de ferro!*”. O jornal lamentava que do capital político construído por Manuel Vaz só o seu espírito pairava: “*o seu nome vive no altar do coração de muitos amigos reconhecidos. Do seu prestígio, da agremiação política que ele propriamente construiu, nada resta. É triste dizê-lo – nada!*”. O Partido Regenerador renascia assim envolto na memória de Manuel Vaz Preto e procurava ocupar o espaço por ele deixado. O líder deste movimento era, para já, José Ramos Preto, um antigo preto<sup>817</sup>. Porém, em agosto de 1906 *O Jornal* anunciava a sua substituição pelo irmão de Manuel Vaz: João José Vaz Preto Geraldês.

---

<sup>816</sup> Jornal *Notícias da Beira*, n.º 31, de 1 de janeiro de 1905.

<sup>817</sup> Ver: ponto 6.8 do capítulo VI.

No fundo, a política beirã continuava a orbitar em volta dos nomes Vaz Preto e Tavares Proença, embora o primeiro não passasse, nesta época, de uma referência que remetia para um passado glorioso. João José nunca alcançou a notabilidade política do irmão, a sua nomeação para governador civil do distrito nos anos de 1870 a Manuel Vaz a devia. Seguiu a sua carreira na administração pública em Lisboa, sendo recebedor do 2.º bairro, regressando às origens após 20 anos de ausência, tentando prestigiar o legado político da família<sup>818</sup>.

O espectro partidário albicastrense reconfigurava-se lentamente: de um lado os progressistas, representados por Tavares Proença, com uma coligação com os franquistas, onde também se integravam os pretos mais valiosos; de outro os antigos aliados menos proeminentes de Manuel Vaz que se aglutinavam à volta do Partido Regenerador. Em maio de 1905 teremos ainda o representante de outra tendência, os progressistas dissidentes encabeçados por João Pinto dos Santos que acompanhou José Maria de Alpoim<sup>819</sup>.

Foi neste contexto político-partidário que decorreram os atos eleitorais de 1906. No capítulo III já dissemos como a cisão alpoinista apressou o entendimento entre progressistas e franquistas. Hintze acompanhou as críticas dos dissidentes ao contrato dos tabacos e, após a queda de Luciano de Castro, em março de 1906 encabeçou, pela última vez, um governo que teria vida curta. Com o fim dos pactos entre regeneradores e progressistas, Luciano de Castro anuiu finalmente à coligação com Franco, estabelecendo a Concentração Liberal em abril. Tavares Proença animou-se e estava na disposição de lutar pela maioria o que, a acreditar nas palavras do conde de Penha Garcia, surpreendeu o próprio José Luciano: “*Tive uma conferência com o sr. José Luciano que se mostrou surpreendido de nós querermos disputar a maioria a valer*”<sup>820</sup> e foi o próprio líder dos progressistas que refreou os ânimos de Tavares ao comunicar-lhe que não havia condições para ganhar a maioria e propunha exatamente o conde de Penha Garcia como candidato progressista a ser apoiado pelos franquistas<sup>821</sup>. O próprio Franco reconhecia que não tinha condições para propor ninguém do seu grupo e apresentava as razões a Tavares: “*Eu, ou o meu partido, não tínhamos votos para fazer triunfar os candidatos que apresentássemos, porque dentro de Lisboa temos menos que*

---

<sup>818</sup> Jornal *Notícias da Beira*, n.º 276, de 30 de janeiro de 1910. O periódico publicou um artigo biográfico por ocasião da sua morte.

<sup>819</sup> PROENÇA, 2008, p. 85.

<sup>820</sup> DIAS, José Lopes, 1970, p. 137.

<sup>821</sup> IDEM, abril de 1965, p. 88.



os republicanos, e nos concelhos rurais pertencem quase por completo aos partidos rotativos”<sup>822</sup>. Os votos tinham dono e pertenciam aos notáveis e influentes que os negociavam de acordo com a conjuntura, como expusemos no capítulo anterior. Foi o que aconteceu em Castelo Branco, as maiorias tanto pertenciam a progressistas como a regeneradores, dependia de quem estava no governo e da forma como os acordos eram selados. Nas eleições de 29 de abril Hintze procurou não ostracizar nenhum grupo político, por mais radical que fosse, e o distrito de Castelo Branco não fugiu à regra. Por aqui foram eleitos quatro regeneradores, um progressista dissidente, João Pinto dos Santos, e um progressista na chamada coligação progressista/Franco, José Capelo Franco Frazão (anexo n.º 49).

Os regeneradores locais tinham dois grandes objetivos, ajudar Hintze e derrotar Tavares Proença, disso mesmo deu conta *O Jornal* poucos dias antes do ato eleitoral: “Eleitores: É simples o confronto entre as duas listas, que se apresentam, para uma escolha acertada e moral. Dum lado os progressistas, o sr.º Tavares Proença, acolitado ao sr.º Conde de Penha Garcia, a ultima figura triste de um ministério de triste figura! Doutro lado, a nossa lista, apoiada por um governo de iniciativa rasgada e intuitos honestos, com cinco nomes ilustres, quatro dos quais são filhos queridos desta província, que exaltadamente amam. À urna pelos candidatos, apoiados pelo governo, contra o bando do sr.º José Luciano de Castro, o entrevado funesto, que um povo inteiro abomina, contra o par do reino, sr. Tavares Proença, o político pernicioso, que uma população aborrece.”<sup>823</sup>. O periódico anunciava quatro elementos oriundos do distrito nas listas do governo e entre eles estava o progressista dissidente João Pinto dos Santos, candidatura que era justificada desta forma pelo *Notícias da Beira*: “A inclusão do nome do dr. João Pinto na lista governamental não representa acordo do governo com a oposição para poder triunfar (...) É nosso patricio, o dr. João Pinto. Honra-nos, honrando o parlamento com a sua palavra fluente, que é sempre ouvida com respeito”<sup>824</sup>. É evidente que esta candidatura se enquadrava na relação de forças distritais, onde João Pinto representava uma parte significativa da oposição a Franco e a Tavares, podendo ser um grande oponente na disputa dos lugares pela minoria, contando com o beneplácito governamental.

---

<sup>822</sup> DIAS, José Lopes, outubro de 1963, p. 91.

<sup>823</sup> *Jornal O Jornal*, n.º 30, de 22 de abril de 1906.

<sup>824</sup> *Jornal Notícias da Beira*, n.º 91, de 22 de abril de 1906.

O governo venceu em todos os concelhos exceto em Castelo Branco, onde triunfou Tavares Proença<sup>825</sup>. Para *O Districto de Castelo Branco* a vitória regeneradora deveu-se simplesmente ao facto de os progressistas terem concentrado os seus esforços precisamente em Castelo Branco, onde os regeneradores invocaram o legado de Vaz Preto para combater Tavares, e à inutilidade da luta devido às compras de votos sistemáticas levadas a cabo no distrito, com o beneplácito do governador civil, o regenerador Ernesto Ornelas, nomeado em março de 1906 (anexo n.º 56). Num momento de maior disputa eleitoral regressavam as acusações de compra de votos, onde se englobavam a compra direta do mesmo, a distribuição de cigarros e vinho, passando pela promessa de empregos e abastecimento de água a freguesias mais necessitadas<sup>826</sup>.

Tavares, mais uma vez, refreou os ímpetos e teve de aceitar as decisões vindas da rua dos Navegantes e as próprias cautelas de Franco. Sentia na pele as consequências do sistema eleitoral, mudando o governo, e com sistema de lista, este tinha vantagem. Muitos influentes locais abstiveram-se e outros mudaram-se para o governo, como o próprio teve ocasião de afirmar numa carta publicada no jornal *Novidades*: “*Os riquíssimos proprietários e industriais deste distrito, com quem o partido progressista tinha o direito de contar, ou se abstiveram da luta eleitoral favorecendo assim o governo, ou para ele passaram com armas e bagagens desde a queda do gabinete progressista*”<sup>827</sup>. Já pouco antes da eleição o conde de Penha Garcia tinha disso dado conta: “*Escrevi ao João Vaz, Joaquim Manuel e General Leite. Responderam-me em coro, que já estavam comprometidos*”<sup>828</sup>.

Todavia, o governo de Hintze pouco tempo durou e em maio de 1906 João Franco assumiu a chefia do executivo. A Concentração Liberal chegou ao poder, o que parecia ser a consagração das ideias que Tavares pregava há tanto tempo. As novas eleições que se avizinhavam poderiam ser a desforra das de abril e aqueles que antes tinham estado com Hintze ou que se abstiveram de certeza que estariam com Tavares. Para começar, João Franco enviou um governador civil afeto à situação e amigo de Tavares, Sena Belo (anexo n.º 56). As eleições, realizadas a 19 de agosto de 1906, decorreram tranquilamente graças aos acordos rubricados, anunciados pelo próprio

---

<sup>825</sup> Jornal *O Jornal*, n.º 32, de 6 de maio de 1906.

<sup>826</sup> Jornal *O Districto de Castelo Branco*, n.º 815 e n.º 816, de 10 e 17 de maio.

<sup>827</sup> A carta publicada no *Novidades* também está citada no jornal *Notícias da Beira*, n.º 92, de 6 de maio de 1906.

<sup>828</sup> DIAS, José Lopes, 1970, p. 137.

órgão regenerador albicastrense *O Jornal*<sup>829</sup>, que sentia a falta da concorrência eleitoral de outros tempos: “*Perdemos o prazer de assistir, de palanque, à grande comédia eleitoral, não provámos o bode com batatas nem o delicioso espumante da pipa. Foi o diabo! Sim, foi o diabo!*” e usava o sarcasmo para satirizar a situação: “*Ainda há dias (...) demonstramos a um amigo nosso que Portugal e a Boémia, no batismo das nações, tinham trocado os nomes; que Portugal é que devia chamar-se Boémia, pois tinha nascido para a comédia, e o céu azul, as guitarradas, os bailaricos e as eleições mostravam bem alto e bem claro o espírito e o carácter dos portugueses- uns boémios*”<sup>830</sup>.

O resultado eleitoral refletia o equilíbrio partidário no distrito: os progressistas venceram na maioria dos concelhos, tendo os regeneradores alcançado a maioria na Sertã e Oleiros<sup>831</sup>. Foram eleitos 2 regeneradores pela minoria e quatro governamentais, onde se contavam três progressistas e um regenerador-liberal (anexo n.º 50). Assinale-se a não eleição de João Pinto dos Santos pelo distrito de Castelo Branco, ao contrário do que se tinha sucessivamente verificado desde 1889, exceto nas eleições de 1895 e de 1900. João Pinto não voltará a ser sufragado por aqui e, em 1908, foi o representante do círculo do Porto ocidental<sup>832</sup>. Este episódio é importante, pois marca o afastamento de uma personagem que sempre se opôs a Tavares Proença e que marcou politicamente o distrito. A tentativa de afirmação a nível local, aquando da sua adesão ao Partido Progressista, não teve sucesso e a ligação aos progressistas dissidentes, em 1905, fê-lo seguir um caminho diferente, após perceber que a aliança entre Franco e Tavares não lhe daria margem para nova eleição por Castelo Branco.

Os anos de 1905 e 1906 significaram a afirmação das ideias de Tavares Proença: a aliança com os franquistas. Conseguiu nestes anos alcançar alguma hegemonia política no distrito, visível na forma como articulava as negociações com o centro político, a capacidade de influir na nomeação de governadores civis da sua confiança e o domínio das câmaras municipais. Nas eleições de deputados Tavares cumpriu escrupulosamente o acordado entre os partidos, embora, muitas vezes não concordasse com o estabelecido, como já tinha sido o caso de 1901. A lei eleitoral deste ano atingiu plenamente um dos seus objetivos primordiais: disciplinar os caciques locais, evitar

---

<sup>829</sup> Jornal *O Jornal*, n.º 45, de 12 de agosto de 1906.

<sup>830</sup> IDEM, n.º 46, de 19 de agosto de 1906.

<sup>831</sup> Jornal *Gazeta da Beira*, n.º 8, de 26 de agosto de 1906.

<sup>832</sup> MÓNICA, (Coord.), 2006, p. 573.

disputas dispendiosas, que mobilizavam recursos pessoais e públicos, e não haver surpresas, por pequenas que fossem, sobre quem era eleito. O distrito de Castelo Branco enquadra-se na tendência nacional, o sistema eleitoral favoreceu a escolha centralizada dos candidatos, diminuindo fortemente a ação das influências locais<sup>833</sup>. Tavares Proença bem tentou mostrar a sua real valia e sempre pugnou por ir à luta, foi assim pelo menos em 1901 e nas eleições de abril de 1906, em que pretendia enfrentar o Partido Regenerador. Porém, José Luciano de Castro, com a ajuda dos regeneradores, nunca lhe deu margem de manobra.

Esta submissão dos caciques locais não pode ser vista como uma incapacidade de atuação, mas antes como um compromisso entre o centro e a periferia: os governos elegiam os deputados que pretendiam e os influentes locais tinham uma palavra a dizer na nomeação dos governadores civis e controlavam toda a administração local, nomeadamente as câmaras municipais, tendência que se afirmou em 1899, foi reafirmada nas negociações do ato eleitoral de 1901 e teve continuidade nos anos seguintes, como vimos ao longo deste capítulo. Em caso de necessidade os caciques locais poderiam mesmo derrotar o governo, como veremos de seguida na eleição de 1910.

### **7.5- As eleições de 1908 e 1910**

A Concentração Liberal foi o momento áureo de Tavares Proença que rapidamente se dissipou já que a ditadura franquista teve o condão de reaproximar José Luciano e Hintze Ribeiro. Tavares Proença manteve-se fiel a Franco e disso mesmo deu conta ao líder do Partido Progressista em maio de 1907 no momento da rutura daquela coligação: *“Por certo V. Ex.<sup>a</sup> faz inteira justiça ao meu caracter para crer que eu saberei promover os interesses da política progressista deste distrito, procurando todavia as relações de cordialidade com a maior parte dos amigos do sr. conselheiro João Franco”*<sup>834</sup>. Tavares acreditava na capacidade política de João Franco e na estabilidade política que as eleições que se perspetivavam para 1908 podiam trazer, caso o regicídio não tivesse sucedido. A sua relação com o Partido Progressista era cada vez

---

<sup>833</sup> ALMEIDA e MORENO LÚZON, 2012, p. 35.

<sup>834</sup> DIAS, José Lopes, julho de 1965, p. 99.

mais distante, chegando ao ponto de apresentar a sua renúncia de líder distrital em 1906, assunto exposto no capítulo III.

O assassinato de D. Carlos e a consequente saída de cena de João Franco foram uma machadada nos planos políticos de Tavares Proença. Daí para a frente, como já escrevemos, a sua crença na capacidade da monarquia se regenerar diluiu-se e o seu empenho político esmoreceu, apenas cumprindo o seu papel junto de Luciano de Castro. O conde de Penha Garcia, que lentamente tinha ganho protagonismo na rua dos Navegantes, tentou dissuadi-lo desta atitude: *“Antes de mais nada permita-me o meu caro amigo que lhe diga, que não pode nem deve desinteressar-se tanto das coisas políticas. A sua situação de chefe do nosso partido ai no distrito (...) obrigam-no a vencer todos os desânimos e a tomar o seu lugar à frente das nossas hostes”*. O amuo de Tavares passava pela nomeação do novo governador civil e o pretenso abandono de José Luciano do distrito que ficou à mercê das nomeações do governo de Ferreira do Amaral<sup>835</sup>.

As eleições de 1908, sob a égide do governo de acalmação, que transportaram consigo um desejo de concórdia, pouco eco tiveram pela Beira Baixa, as movimentações foram praticamente nulas, mas os partidários de Tavares não esqueceram a aliança com Franco e lutaram para que pela minoria fosse eleito um elemento do Partido Regenerador-Liberal, criticando o governo pela ostracização dos franquistas e também dos nacionalistas, liderados por Jacinto Cândido da Silva<sup>836</sup>: *“Se apoia candidaturas dissidentes, porque ainda se dizem monárquicos, fica desde logo constituído na obrigação de também apoiar candidaturas de nacionalistas e de franquistas, a respeito dos quais não resta a menor dúvida de que são monárquicos. Isto parece-nos lógico. Ou tratamento igual para todos os agrupamentos monárquicos*

---

<sup>835</sup> IDEM, 1970, pp. 155-156.

<sup>836</sup> O Partido Nacionalista foi liderado por Jacinto Cândido da Silva, nascido em Angra do Heroísmo em 1857. Militou inicialmente nos regeneradores, mas a partir de 1901 tornou-se líder do Partido Nacionalista e rompeu com a lógica rotativa. O seu pensamento político baseava-se na crença nacionalista, na religião e na pátria. A nação devia estar acima dos partidos. Jacinto Cândido era um feroz crítico do partidarismo, do caciquismo e denunciava os ataques perpetrados à Igreja. Os princípios dos nacionalistas baseavam-se na defesa da liberdade e dos direitos da Igreja, a aplicação dos princípios da economia cristã à sociedade, principalmente nos setores agrícola e industrial, e a moralização da vida política e do sistema político. Os princípios «Deus, Pátria e Liberdade» sintetizavam a doutrina nacionalista. Jacinto Cândido teve alguma influência na Beira Baixa já que casou com Balbina Osório de Castro Meneses Pita, filha do 1.º visconde de Proença-a-Velha, António de Gouveia Osório de Metelo e Vasconcelos, e chegou a viver em Penamacor onde existe um monumento, um busto, erigido em sua honra. Ver: MÓNICA (coord.), 2006, pp. 692-693; OLAIO, 2004, pp. 147-178 e DIAS, José Lopes, 1963.

que não estão representados no governo, ou nada”<sup>837</sup>. A concentração monárquica de regeneradores e progressistas venceu facilmente as eleições elegendo três progressistas, dois regeneradores e um regenerador-liberal pela minoria, apoiado por Tavares (anexo n.º 51). O maior destaque desta eleição foi para o número de votos obtido pelo candidato republicano na Covilhã: 2400. Em 1904 os republicanos já tinham alcançado 52 votos que, escreveu o jornal *Correspondência da Covilhã*, representaram um protesto contra as instituições e contra a política partidária que atacava a liberdade individual<sup>838</sup>. Agora, em 1908, os votos obtidos, segundo a *Gazeta da Beira*, foram devidos à votação em massa dos regeneradores no Partido Republicano para não votarem nos candidatos progressistas que tinham o apoio dos franquistas<sup>839</sup>. Tendo em conta estas opiniões expressas num jornal afeto a Tavares Proença, podemos afirmar que o grande influente beirão estava descontente com o caminho que o sistema político da Monarquia Constitucional estava a percorrer: ostracizava os verdadeiros monárquicos, como eram os franquistas e nacionalistas, ao mesmo tempo que aqueles que se diziam fiéis à coroa, os regeneradores, apoiavam elementos republicanos, por mera tática política, em detrimento de outras forças. Os próprios monárquicos estavam a aniquilar o regime, já que o perigo, no distrito, não vinha dos republicanos.

De facto, os republicanos pouca expressão tinham na Beira Baixa, em claro contraste com o que acontecia na capital, apesar de terem surgido em 1908 as primeiras vozes a denunciar a podridão da monarquia, entre eles José de Barros Nobre e Gastão Correia Mendes, através do jornal *Notícias da Beira*<sup>840</sup>. É claro que as ideias republicanas circulavam pela Beira Baixa e teriam alguns adeptos entre a juventude, a julgar pela aclamação de António José de Almeida em Janeiro de 1907 pelos alunos do liceu albicastrense, numa sua passagem pela cidade a caminho da Covilhã<sup>841</sup>. Alguns conferencistas republicanos passaram também por Castelo Branco: em 1908 Vieira de Almeida; em Junho de 1910 Borges Grainha, sendo recebido por figuras locais ligadas já aos ideais republicanos, os já referidos Barros Nobre e Gastão Correia Mendes<sup>842</sup>. No entanto, apesar de os republicanos aparecerem pontualmente, até ao fim da monarquia

---

<sup>837</sup> Jornal *Gazeta da Beira*, n.º 85, de 22 de março de 1908.

<sup>838</sup> Jornal *Correspondência da Covilhã*, n.º 268, de 3 de julho de 1904.

<sup>839</sup> Jornal *Gazeta da Beira*, n.º 87, de 12 de abril de 1908.

<sup>840</sup> PEREIRA, 2002, p. 85. Jornal *Notícias da Beira*, n.º 216 e n.º 217 de 1 e 8 de novembro de 1908, respetivamente.

<sup>841</sup> PEREIRA, 2002, p. 99.

<sup>842</sup> IDEM, ibidem, p. 100.

não há nenhum jornal ou associação<sup>843</sup> declaradamente republicana no distrito de Castelo Branco, nem a presença de um grupo político estruturado. O que existia eram algumas, poucas, personalidades que aqui ou ali faziam ouvir isoladamente a sua voz. O Partido Republicano quase não tinha presença na região: em 1907 apenas existiam comissões municipais nas cidades, Castelo Branco e Covilhã, e não havia nenhum centro constituído<sup>844</sup>, situação que se manteve até 1910. As dificuldades de implantação do Partido Republicano na região são patentes numa carta do já mencionado Barros Nobre a Afonso Costa, de 15 de Janeiro de 1907. Escrevendo de Castelo Branco e atribuindo aqueles obstáculos ao analfabetismo e à ausência de uma opinião pública, diz: *“Como não sei a morada do Dr. António José de Almeida pedia-lhe o favor de lhe fazer chegar à mão a carta que com esta lhe envio, dando-lhe conta dos passos que dei para a organização do partido republicano em Castelo Branco. É tarefa bem difícil num distrito que ocupa o 1º lugar na escala da ignorância, mas tenho esperança que com o tempo alguma coisa se há-de fazer. [...] Tenho fé que no dia em que a percentagem dos analfabetos em Portugal for inferior a 40% há-de ser proclamada a república. Têm sido tantos os desatinos administrativos dos governos monárquicos que no dia em que verdadeiramente houver opinião pública, esta os detestará e expulsará do poder para sempre”*<sup>845</sup>. Os dados disponíveis sugerem que os republicanos eram recrutados entre o pequeno comércio e os professores, provindo portanto de grupos sociais muito diferentes da elite política da monarquia<sup>846</sup>.

Estas fragilidades eram visíveis no momento dos atos eleitorais. A votação do Partido Republicano foi sempre bastante reduzida no distrito de Castelo Branco, tanto nas eleições de deputados como nas municipais. Os primeiros votos contabilizados nesta tendência aconteceram nas eleições de deputados de 1904 e ressurgiram em 1908. Nas eleições municipais de 1908, onde os republicanos alcançaram algumas vitórias a

---

<sup>843</sup> Sobre o associativismo ver: PEREIRA, 2002, pp. 81-83 e POUSINHO, 2010, p. 95.

<sup>844</sup> CATROGA, 1991, vol. II, anexos n.º IV, n.º V e n.º VII.

<sup>845</sup> MARQUES, 1982, p. 160.

<sup>846</sup> *ANUÁRIO DEMOCRÁTICO*, 1909, p. 48. Sobre a implantação dos republicanos no distrito ver: POUSINHO, 2010, pp. 64-68. O *Anuário Democrático* não identifica nenhum jornal republicano no distrito em 1909. Em fevereiro de 1910 na Sertã surgiu o *Eco da Beira* que se afirmava «um jornal democrático, francamente republicano» (LOPES, 2013, p. 143). Em 1909 a comissão municipal de Castelo Branco do Partido Republicano era composta pelos seguintes elementos efetivos: Eduardo Afonso Salavisa, João Nascimento Costa, José de Barros Nobre, João Lourenço Morcella, José Caetano e pelos substitutos: Adelino Duarte Ferreira, João Afonso Salavisa, João Manuel Pires Magro, José Dias de Oliveira, Pedro Ferrão (*Anuário Democrático*, 1909, p. 76). Só é possível identificar socialmente três deles, Eduardo Afonso Salavisa, caixeiro, João Nascimento Costa, empregado de comércio e José de Barros Nobre, professor.

nível nacional<sup>847</sup>, só disputaram representação na Covilhã<sup>848</sup>. A Beira Baixa integrava-se na tendência geral da restante província onde os republicanos não tinham tanto sucesso como em Lisboa<sup>849</sup>. No distrito de Castelo Branco nem mesmo os operários covilhanenses pareciam estar na órbita dos republicanos<sup>850</sup>. A última década do século XIX, marcada pela deterioração das condições de vida dos operários, veio criar na cidade serrana uma radicalização entre o campo operário e o patronato, surgindo mesmo um jornal anarquista, *O Agitador*, em 1895, e as primeiras greves, em 1897 e 1898. Nestes anos o movimento operário da Covilhã iniciou um processo de associativismo por ofícios, havendo uma fusão das associações na primeira década do século XX, que esteve na base da organização de greves em 1903 e 1904, surgindo mesmo, em 1907, um jornal operário, *A Estrela*. Porém, aparentemente, o proletariado covilhanense não seguiu republicanos ou socialistas e apoiou as iniciativas dos franquistas serranos, não se coibindo estes de afirmar que aquela classe estava do seu lado<sup>851</sup>. Assinale-se como os operários na Beira Baixa, liderados por dirigentes associativos certamente com uma preparação política mais sólida do que a massa que representavam, pareciam estar enquadrados no *status quo* político, neste caso apoiando os franquistas, algo que também já vimos no passado quando foram usados como tropa de choque nas eleições de 1879 e nas eleições municipais de 1901. Face a estes factos, podemos afirmar que no distrito de Castelo Branco, nomeadamente na Covilhã, a votação nos candidatos republicanos está associada a um diminuto voto de protesto e, acima de tudo, às enormes divergências entre os partidos dinásticos, como o jornal *Gazeta da Beira* demonstrou.

Na realidade, a Monarquia Constitucional tinha entrado numa grave crise, caracterizada, entre outros aspetos pela pulverização dos partidos monárquicos que

---

<sup>847</sup> CATROGA, 1991, 1.º vol., p. 100.

<sup>848</sup> ANUÁRIO DEMOCRÁTICO, 1909, p. 48.

<sup>849</sup> CATROGA, 1991, 1.º vol., pp. 99-102.

<sup>850</sup> Segundo Fernando Catroga no início do século XX a industrialização e o crescimento urbano criaram as condições para a difusão de um discurso de denúncia dos escândalos do regime. As ideias republicanas conseguiram captar, pelo menos em Lisboa, uma parte da sociedade enquadrada por socialistas e anarquistas, onde se situavam os operários e os artesãos (CATROGA, 1991, 1.º vol., pp. 107-112).

<sup>851</sup> ASSUNÇÃO, 2006, 1.º vol., pp. 225; 331-354; 365-369 e 388. Em abril de 1907 realizou-se um comício operário nos subúrbios da Covilhã num terreno cedido por um influente franquista. Segundo o jornal *A Covilhã*, os operários ocuparam mais o tempo em elogios ao chefe do governo, aos deputados e influente franquista que emprestou o espaço do que a apontar propostas que resolvessem os problemas do operariado covilhanense. O mesmo periódico assegurou que os franquistas da terra afirmavam que os operários apoiavam João Franco e que “*lhes pertence por direito de conquista, que o seu partido já pode contar na luta eleitoral com mais o seu milhar de votos*” (ASSUNÇÃO, 2006, 1.º vol., p. 369).



seguiram vários líderes. O Partido Progressista parecia o mais consistente sob a liderança incontestada do velho José Luciano, os franquistas assistiram a uma cisão entre Melo e Sousa, Malheiro Reimão e Vasconcelos Porto, os regeneradores entregaram-se a uma luta intestina após a morte de Hintze: Campos Henriques agrupava a ala mais conservadora do partido e Teixeira de Sousa os que estavam mais à esquerda. No meio de todas estas divisões havia que contar ainda com José de Alpoim e os seus dissidentes progressistas que se encostavam aos republicanos, com os nacionalistas, e com os antigos regeneradores Júlio de Vilhena e Venceslau de Lima. Às lutas partidárias juntava-se uma sucessão de governos manchados por escândalos, como o da Companhia Geral do Crédito Predial, que levou à queda do ministério dirigido por Veiga Beirão. Sucedeu-lhe o último gabinete monárquico liderado por Teixeira de Sousa, mal visto pelos partidários da monarquia por ser demasiado liberal e próximo de republicanos e dissidentes<sup>852</sup>.

O espectro político português estava agora radicalizado entre direita e esquerda, corporizado no «bloco conservador» que integrava os progressistas de José Luciano, os henriquistas, os franquistas de Vasconcelos Porto e os nacionalistas de Jacinto Cândido e o «bloco liberal» composto pelos alpoinistas, os teixeiristas e os franquistas de Melo e Sousa<sup>853</sup>. São estes blocos, a que se juntavam os republicanos, que irão disputar as últimas eleições da monarquia que se pretendiam esclarecedoras.

No distrito de Castelo Branco o confronto eleitoral iria ser exclusivamente entre as forças monárquicas, já que os republicanos, como se disse, não tinham força nem representação credível. Tavares Proença cumpriu a sua derradeira missão em prol da coroa, envolvendo-se na contenda eleitoral que terá uma repercussão enorme no distrito pela violência praticada. Tavares apoiou o bloco conservador, movimento que temia pelo futuro da Coroa ao ver como D. Manuel II se inclinava para a esquerda. O rei ao tentar cortejar a esquerda antimonárquica, perdeu a estima da direita conservadora que, por sua vez, atacava um governo que considerava liberal de mais<sup>854</sup>.

O governo de Teixeira de Sousa, seguindo as práticas políticas estabelecidas, procurou obter uma maioria clara com a qual pudesse governar e procurou estabelecer acordos em vários distritos, mas a direita temeu perder apoio se pactuasse com o

---

<sup>852</sup> RAMOS, 1994, pp. 345-352.

<sup>853</sup> IDEM, *ibidem*, p. 345.

<sup>854</sup> IDEM, *ibidem*, p. 354.

governo<sup>855</sup>. O distrito de Castelo Branco não fugiu à regra. O líder do governo sabia que por aqui o pacto seria difícil, uma vez que, como o próprio Teixeira de Sousa admitiu, no distrito de Castelo Branco, o bloco de direita tinha os elementos mais combativos: Tavares Proença; conde de Idanha-a-Nova e Jacinto Cândido da Silva<sup>856</sup>. Para além do mais, a nomeação do governador civil Ernesto Nunes da Costa Ornelas, que já tinha cumprido a missão no último governo de Hintze, não veio facilitar as coisas. A sua chegada em julho de 1910 foi ferozmente criticada pelo periódico *Gazeta da Beira* que o apelidou de vira casacas, pois já tinha colaborado com todos os partidos, e agora vinha para o distrito para «fabricar» as eleições<sup>857</sup>.

A relação entre Tavares Proença e Ornelas foi tudo menos pacífica, ao ponto de no final da eleição Tavares equacionar, entre os seus aliados, bater-se com ele em duelo<sup>858</sup>. Talvez por este motivo Teixeira de Sousa optou por outro interlocutor para tentar o acordo local. O escolhido foi Joaquim Faustino de Poças Leitão, engenheiro civil pela escola do Exército, que tinha sido o responsável pelo projeto e pela construção da linha da Beira Baixa, vindo, talvez, daí a sua relação com Tavares<sup>859</sup>.

Poças Leitão em meados de Julho anunciava a Tavares que Teixeira de Sousa pretendia um acordo e estabelecia uma condição: Mendonça David teria de entrar na lista. Ao mesmo tempo esperava a complacência de Tavares, porque o governo precisava de vencer as eleições e Tavares necessitaria da sua autoridade intacta, mantendo assim o seu prestígio local. Poças Leitão punha em evidência aquilo que temos vindo a expor sobre a função do cacique, pelo menos desde 1901: negociar acordos para as eleições de deputados, evitando a luta eleitoral; assegurar influência nas eleições municipais e na escolha do governador civil, aspetos em que Teixeira de Sousa estava aberto em transigir: “*Ora o governo só quer deputados, e o meu amigo precisa sobretudo tranquilidade e manter o seu prestígio local. Para o governo civil e as eleições municipais tem valor, que decerto o governo lhe não dá. No acordo podem entrar combinações a este respeito*”. Poças Leitão entendia que não havia motivo para Tavares não fazer o acordo: “*Ora sendo as circunstâncias o melhor possíveis para entrar em combinações com o governo porque há-de deixar de o fazer? Repito, estou*

---

<sup>855</sup> IDEM, *ibidem*, pp. 355-356.

<sup>856</sup> SOUSA, 1912, 1.º Vol., p. 420.

<sup>857</sup> *Jornal Gazeta da Beira*, n.º 196, de 17 de julho de 1910.

<sup>858</sup> DIAS, José Lopes, janeiro de 1965, p. 31.

<sup>859</sup> MÓNICA (Coord.), 2005, p. 522.

*certo que se vier a Lisboa e falar com o Teixeira de Sousa levará as negociações eleitorais e políticas reguladas enquanto este governo durar*”<sup>860</sup>.

Aparentemente Tavares não achou a troca de opiniões com Poças Leitão despropositada, já que em carta do dia seguinte o seu interlocutor referia-se a cuidados recomendados por Tavares: *“Conforme sua recomendação não tenho falado com o Aurélio em coisa alguma”* e expunha os dilemas de um chefe de governo na hora de negociar: *“O que lhe posso assegurar é que o Teixeira de Sousa conta com a maioria; concluí da conversa havida, que ele deseja muito o acordo, porque feito ele, fará eleger quem muito bem lhe parecer, e havendo luta terá de aceitar os candidatos impostos pelos influentes locais. Ora meu amigo, sabe bem quanto isto é importante para um chefe político, que se vê grego para arranjar círculos para indivíduos que lhe convém chegar à câmara”*<sup>861</sup>. As negociações e os acordos serviam exatamente para impor disciplina aos influentes locais e retirar-lhes autonomia, Tavares sabia bem o que isso significava para si, e, ao mesmo tempo, para o governo fabricar as listas com os elementos mais convenientes. Contudo, estas últimas afirmações de Poças Leitão provam como os influentes locais também tinham o seu poder de influir e condicionar, sendo uma peça chave nas negociações, não sendo possível apresentar a sua ação como meros transmissores do decidido em Lisboa. De seguida, Poças Leitão enunciou o manual básico da negociação de um cacique local: *“proporia ao governo dividir a eleição ao meio: 3 governamentalistas, 2 progressistas e 1 franquista. O governo decerto não aceitaria, é pelo menos o meu palpite, e então prosseguia trocando uma das candidaturas progressistas, pela mudança do governo civil, e acordo sobre política local, por forma a manter intacta a sua influência. Os franquistas não tinham nada a dizer. E depois quem sabe lá se conversando com o Teixeira de Sousa não conseguirá mais do que eu imagino?”*. Poças Leitão tinha ainda outra preocupação: evitar ruturas com a atuação do governador civil, um indivíduo determinado e pouco aberto a transigências, sabendo ao mesmo tempo que Tavares era caprichoso e levaria tudo a peito<sup>862</sup>.

Esta negociação não deixa de ter o seu lado curioso e bem exemplificativo da conjuntura política vivida. Teixeira de Sousa parecia jogar em dois tabuleiros, por um lado dava uma imagem exterior de força ao nomear um governador civil que deveria

---

<sup>860</sup> A.F.T.P., carta de Poças Leitão para Tavares Proença de 18 de julho de 1910.

<sup>861</sup> IDEM, carta de Poças Leitão para Tavares Proença de 19 de julho de 1910.

<sup>862</sup> IDEM, *ibidem*.

combater a influência dos grandes caciques locais, por outro encetou negociações, quase clandestinas, para tentar obter pacificamente um acordo eleitoral, enquanto Tavares aceitou ouvir as propostas de Poças Leitão, não deixando transpirar nada para a sua gente.

Apesar das tentativas de Poças Leitão o acordo não foi alcançado e os dois blocos políticos divulgaram as suas listas. O bloco conservador apresentou cinco nomes contendo três progressistas, conde de Penha Garcia, José Trigueiros Franco Frazão e João António de Azevedo Coutinho Sequeira, um regenerador-liberal, José Maria Joaquim Tavares e um nacionalista, José Correia de Mendonça, lista que José Luciano comunicou a Tavares no dia 16 de agosto<sup>863</sup>. O bloco liberal, apresentado pelo jornal *Gazeta da Beira*, tinha candidatos teixeiristas, onde pontificavam duas personalidades locais, António Augusto Mendonça David e José Ramos Preto<sup>864</sup>. Não deixa de ser interessante assinalar que do lado do governo se encontrem os pretos que não se juntaram aos progressistas, a linha Vaz Preto continuava a pontificar na esquerda liberal. Não esqueçamos que Manuel Vaz Preto sempre esteve ligado ao lado esquerdo do liberalismo e não se escusou a dar a mão aos republicanos aquando do 31 de janeiro.

Previam-se uma eleição dura onde a violência era esperada. Poças Leitão avisou Tavares: *“O meu amigo levou-me à situação desagradável de ter de trabalhar contra si. Hei-de empregar todos os meios que possa para lhe tirar votos. Desejo não fazer violências, mas não hesitarei se for preciso”* e avisou-o sobre as intenções do governador civil: *“Tanto lhe faz perder por 1000 como por 990, por isso se o julgar prudente deixe em liberdade o pessoal sem obras públicas, deixe-os votar com o governo ou não votar. Se suceder o contrário não se queixe de mim”* e justificava a sua atuação com a batalha ideológico que o país vivia: *“Dou-lhe a minha palavra de honra que não posso ficar quieto, para não ser julgado como desleal ao governo, além de que tenho de fazer em que a vitória do governo seja a maior possível, porque sou liberal, e a luta presente é mais que uma luta entre partidos políticos, é uma luta entre liberais e reacionários que envolveram alguns liberais”*<sup>865</sup>. A corrente conservadora que alastrava pelo país tinha como principal função conter o Partido Republicano<sup>866</sup>, mas no distrito

---

<sup>863</sup> DIAS, José Lopes, julho de 1965, p. 111.

<sup>864</sup> Jornal *Gazeta da Beira*, n.º 202, de 21 de agosto de 1910. José Ramos Preto pertencerá ao Partido Democrático. Desempenhou vários cargos desde governador civil a ministro da Justiça. POUSINHO, 2010, p. 75.

<sup>865</sup> A.F.T.P., carta de Poças Leitão para Tavares Proença de 21 de agosto de 1910.

<sup>866</sup> RAMOS, 1994, p. 355.

de Castelo Branco a peleja concretizou-se entre a esquerda e a direita monárquica que se enfrentaram numa luta de morte, sem quartel, onde os republicanos, os inimigos da monarquia, não estiveram envolvidos. Todavia, todos os que poderiam com eles pactuar teriam de ser excluídos<sup>867</sup>, ou seja, os que estavam com Teixeira de Sousa. Tavares Proença liderou o bloco conservador e o conde da Covilhã os elementos afetos ao governo.

As eleições de 1910 seguiram a tradição de violência de alguns atos eleitorais já estudados atrás, muito na senda do verificado nas eleições municipais de 1889 e 1901, principalmente a norte do distrito, nos concelhos do Fundão e Covilhã. Convém referir que o distrito de Castelo Branco foi o único onde foram registados desacatos desta ordem<sup>868</sup>.

O bloco conservador venceu as eleições no meio de grandes recriminações de parte a parte, o que prova que os caciques locais podiam vencer eleições, confrontando os governos. Para os oposicionistas, com Tavares Proença à cabeça, o governador civil foi o principal executor de uma luta nefasta que se desenrolou no distrito. O jornal nacionalista *Portugal*, publicado em Lisboa, descreveu em vários números todas as campanhas de intimidação levadas a cabo pelos agentes do governo em toda a região<sup>869</sup> e o mesmo fez o jornal local *Gazeta da Beira*<sup>870</sup>. Já o jornal governamental *Diário Ilustrado* culpava a oposição pelo início das hostilidades a que o governador civil respondeu<sup>871</sup>. A mesma versão apresentou António Teixeira de Sousa: “*No círculo da Castelo Branco a luta eleitoral foi violenta. A coligação contra o governo foi formidável e as oposições praticaram as maiores violências. As paixões chegaram ao rubro*” e admitiu que o governador civil fez frente às atitudes desordeiras da oposição, tendo o magistrado enviado um telegrama com essa intenção: “*Oposição comete desacatos de toda a espécie, que reprimirei*”, chegando mesmo a ser presas pessoas no Fundão, que o governo mandou soltar imediatamente, dando ordens claras ao magistrado: “*Governo não consente nas repressões de que V. Ex.<sup>a</sup> fala no seu*

---

<sup>867</sup> MAGALHÃES, 2009, p. 219.

<sup>868</sup> PROENÇA, 2008, p. 96.

<sup>869</sup> Jornal *Portugal*, de 30 e 31 de agosto, 1, 2, 3, 8 e 10 de setembro de 1910.

<sup>870</sup> Jornal *Gazeta da Beira*, n.º 203, de 4 de setembro de 1910.

<sup>871</sup> Jornal *Diário Ilustrado*, de 30 e 31 de agosto e 1 de setembro de 1910.

telegrama. *Que as não faça nem consinta é o que lhe recomendo como delegado de confiança, que só pode ser a vontade e a opinião do governo*”<sup>872</sup>.

Nesta contenda, a oposição teve como aliado a Igreja que, mais uma vez, se mostrou muito ativa politicamente no distrito. Segundo José Carlos Ehrardt, republicano sertaginense, o clero perseguia todos aqueles que julgava coligados com os republicanos e descreveu desta forma as eleições de 1910 na Sertã: “Assisti à última luta eleitoral da monarquia entre o bloco e regeneradores e sei porque ouvi (...) que os bloquistas, não tendo mais argumentos para atacarem os contrários, diriam ao povo que os regeneradores pediam votos para a República e portanto ninguém devia ir com eles. No dia da eleição houve pelo menos um padre que do púlpito o afirmou, mas sei que outros o fizeram na sua peregrinação à cata de votos pelos povoados”<sup>873</sup>. Esta atitude da Igreja também foi visível a nível nacional, principalmente no norte do país, tendo mesmo o governo denunciado que a oposição era dirigida das sés e seminários de Braga, Viseu e Guarda e os católicos dispunham dos púlpitos para desferirem ataques ao ministério<sup>874</sup>.

Como é evidente as forças da oposição culpavam os agentes do governo, principalmente o seu representante máximo, Ernesto Ornelas. O jornal *Correspondência da Covilhã* descreveu várias ações do magistrado e dos seus aliados, onde se incluía o conde da Covilhã<sup>875</sup>, chegando ao ponto de acusar Ornelas de ser o autor moral de uma tentativa de assassinato do diretor do jornal *Gazeta da Beira*, em Castelo Branco<sup>876</sup>.

No entanto, o caso mais grave e que maior alarido causou foi um pretensão atentado contra o conde da Covilhã. Segundo os governamentais e o próprio Teixeira de Sousa: “Na Covilhã praticou-se o nefando crime de um atentado contra o conde da Covilhã, meu amigo, com premeditação e espera. Quando seguia de automóvel, com alguns amigos seus, tentaram fechar-lhe o caminho com tropeços diversos. Não impediram que o automóvel seguisse, mas choveram as balas de numerosos sicários, os quais sobre ele fizeram diversas descargas, valendo àquele meu respeitável amigo a

---

<sup>872</sup> SOUSA, 1912, 1.º Vol., pp. 419-421.

<sup>873</sup> LOPES, 2013, p. 143.

<sup>874</sup> RAMOS, 1994, p. 357.

<sup>875</sup> Jornal *Correspondência da Covilhã*, n.ºs 590, 591 e 592 de 4, 11 e 18 de setembro de 1910.

<sup>876</sup> IDEM, n.º 593, de 2 de outubro de 1910. Denunciou o periódico: “ontem à noite foi traiçoeiramente agredido, quando tranquilamente recolhia a sua casa o redator e proprietário da *Gazeta da Beira* e secretário da câmara municipal, António Rodrigues Cardoso. A agressão visava evidentemente o assassinato, pois que o sr.º Cardoso foi gravemente ferido na cabeça, pelo lado posterior, com um instrumento de ferro. O agressor foi Marco Gonçalves (...) a soldo do governador civil Costa Ornelas, que o já havia mandado a Vila de Rei a fazer tumultos e roubar a eleição”.

*grande velocidade do seu veículo*”<sup>877</sup>. Já para a folha *Correspondência da Covilhã*, o automóvel do conde teve de abrandar a marcha devido a umas carroças que iam lentamente pela estrada. Os da carroça deram vivas aos brancos e os amigos do conde deram tiros de revólver, os da carroça atiraram pedras<sup>878</sup>. Perante tantos desacatos as eleições foram anuladas e o tribunal teria de se pronunciar sobre a sua repetição, algo que não aconteceu devido à implantação da República em outubro<sup>879</sup>.

Desde a década de 1880 os momentos de grande violência nos atos eleitorais passaram a ser mais visíveis nas eleições municipais, as de deputados decorriam com uma enorme tranquilidade - com a exceção da de 1897 - fruto, em grande parte, dos acordos estabelecidos. A eleição de 1910 fica marcada pela conjuntura política, tal como já tinha acontecido em décadas anteriores, quando os Tavares Proença e Vaz Preto se guerrearam, nomeadamente em 1868 no Fundão, em 1878 em Castelo Branco e em 1879 no círculo da Covilhã, aqui tendo como pano de fundo a cisão da elite serrana com Vaz Preto. Não podemos atribuir esta característica ao sistema eleitoral nem ao tipo de círculo uni ou plurinominal, sendo mais perceptível no norte do distrito com problemas recorrentes na Covilhã e Fundão. A sua justificação encontra-se nos atores políticos e nas grandes incompatibilidades políticas e pessoais que se foram sedimentando ao longo de décadas e que em conjunturas específicas vinham ao de cima, principalmente após a ascensão de João Franco nos finais da década de 1880, como foram os casos das eleições municipais no Fundão em 1889 - luta entre pretos e coligação Tavares/Franco - das eleições de deputados no Fundão em 1897 - conflito entre franquistas e coligação preta/branca - das eleições municipais de 1901 - luta do governo contra a coligação Franco/Tavares - e agora das eleições gerais de 1910, com os contornos já descritos.

Não podemos estranhar que este clima tenha contribuído para que a monarquia tivesse caído sem grande surpresa, como o *Correspondência da Covilhã* testemunhou a 16 de outubro de 1910: “*A facilidade com que triunfou república portuguesa...! (...) se o triunfo foi fácil a sua consolidação foi rápida. E tão rápida que a pouco mais de oito dias da proclamação da república, até parece, pelo menos àqueles que não entraram na batalha e viram apenas o marchar dos cortejos triunfantes, como quase toda a província portuguesa, que houve uma mudança de ministério, com mais algum barulho*

---

<sup>877</sup> SOUSA, 1912, 1.º Vol., p. 419.

<sup>878</sup> *Jornal Correspondência da Covilhã*, n.º 590, de 4 de setembro de 1910.

<sup>879</sup> PROENÇA, 2008, p. 96.

*do que era costume. Antigos conservadores, coletividades, instituições, burgueses, comerciantes, empregados públicos, tudo tem aderido ao novo regímen com uma pressa, com uma velocidade, que a muitos dá a impressão de que essa avidez nasce do oculto pensamento de ir ainda ao campo da luta a procurar alguma etiqueta de herói perdida pelos pés da multidão. Tudo é republicano, hoje”<sup>880</sup>.*

Os anos finais da monarquia apanharam Tavares Proença profundamente desiludido com o desenrolar dos acontecimentos. Foi um período de desalento e sem esperança no futuro, a queda do regime era para si inevitável. Este sentimento já vinha de trás, como expusemos no capítulo anterior. Após o 31 de janeiro de 1891, Tavares Proença, através do jornal *Correio da Beira*, alertou para a necessidade de reforma das instituições monárquicas e para o perigo da divisão dos partidos dinásticos, algo que podia ser explorado pelos republicanos, de onde vinha o verdadeiro perigo. Viu em João Franco a capacidade de rejuvenescer a monarquia, atitude que lhe trouxe dissabores com o Partido Progressista e o seu líder, José Luciano de Castro, com quem sempre teve uma relação difícil, ao ponto de equacionar a renúncia à liderança distrital do partido, em 1906, assunto referido no capítulo III. A Concentração Liberal renovou o ânimo e o empenho político de Tavares Proença, o seu fim e a queda do franquismo significaram para si o regresso dos velhos hábitos: os partidos dinásticos lutavam entre si, esquecendo o verdadeiro inimigo, o Partido Republicano. Esta ameaça foi sempre uma das suas preocupações, como prova a correspondência trocada com Aurélio Pinto, analisada também no capítulo III, onde deixou claro o seu pensamento sobre a possível governação da república. No mesmo capítulo escrevemos como, após o regicídio, a descrença se acentuou no espírito de Tavares que não acreditava na capacidade de renovação da monarquia liderada por um jovem rei inexperiente. Além disso, Ninguém estava interessado na reconciliação.

Ironicamente, este período (1906-1910) coincidiu com a fase em que teve maior protagonismo político: afirmou-se regionalmente no controlo das câmaras municipais; negociou os acordos eleitorais; consolidou a sua aliança com João Franco e assistiu mesmo à debandada de inimigos políticos, como foi o caso de João Pinto dos Santos. O apoio aos franquistas permaneceu, reclamando a sua inclusão nas listas de deputados em 1908, considerando que não se podia ostracizar verdadeiros monárquicos. Em 1910 resolveu empenhar-se a fundo na defesa de uma monarquia moribunda, estando ao lado

---

<sup>880</sup> Jornal *Correspondência da Covilhã*, n.º 596, de 16 de outubro de 1910.



do bloco conservador, recusou um acordo eleitoral com o governo de Teixeira de Sousa, que procurou aliciá-lo com a perpetuação da sua influência local nas eleições das câmaras municipais e na escolha do governador civil, no fundo o âmbito onde Tavares melhor se movia e onde um notável local desde o final do século XIX podia exercer o seu poder.

### ***7.6- A geografia da influência***

O sistema de lista promoveu os pactos políticos entre os partidos dinásticos e tornou menos perceptível a intervenção dos influentes nos vários pontos do distrito entre 1901 e 1910. Ainda assim, podemos afirmar que Tavares Proença, após a morte de Manuel Vaz Preto, era a única grande referência que se movia na esfera regional. Conseguiu ter bastante presença em Castelo Branco, onde dominava a câmara municipal e não tinha nenhum vulto político que se lhe opusesse, era assim desde a eleição do José Capelo Franco Frazão em 1900; em Idanha-a-Nova, graças à casa Graciosa e ao conde de Idanha-a-Nova; no Fundão, onde juntava os seus à influência dos franquistas, e em Penamacor, onde tinha ajuda do visconde de Proença-a-Velha. No norte do distrito o conde da Covilhã tornou-se o grande homem político, por onde passavam as decisões, e na Sertã, Vila de Rei e Proença-a-Nova dominava o novo elemento regenerador, após a morte de Baima Bastos, em 1902, António Augusto de Mendonça David, que negociava a partilha do poder com a família Mesquita e Castro, mais próxima de Tavares Proença.

### ***7.7- Os deputados eleitos***

Em relação aos deputados eleitos, os naturais do distrito passaram a estar em minoria a partir de 1901, 7 dos 20 escolhidos, representando 35%. Destes, três eram brancos, um preto, ainda eleito em 1901, e três independentes, entre eles um antigo franquista, António José Boavida. Mais uma vez, todos eles, com a exceção de Mendonça David, eram oriundos do norte do distrito, cinco do Fundão e um da Covilhã, provando mais uma vez a importância política desta área geográfica (anexo n.º 65).

Os deputados não naturais do distrito representavam a maioria, 13 elementos, o que corresponde a 65% do total. Com a exceção de dois, o franquista José Maria

Joaquim Tavares e o branco Alexandre Proença de Almeida Garrett, sobrinho de Tavares, todos os outros não representavam fações locais, sendo, mais uma vez, o resultado dos acordos políticos estabelecidos que faziam eleger deputados exteriores àquelas fações locais (anexo n.º 66).

No que respeita ao estatuto socioprofissional registamos algumas alterações significativas (quadro n.º 46). Entre os naturais do distrito os proprietários, embora presentes com três elementos, perderam a primazia em favor de dois advogados, um eclesiástico e um médico. Durante décadas aquela categoria tinha dominado no seio dos deputados nascidos na região, esta mudança significa que lentamente a composição socioprofissional da elite local se estava alterar. Entre os não naturais, a condição de proprietário nem sequer está registada, predominando os militares, sendo esta uma tendência crescente no Parlamento português<sup>881</sup>.

**Quadro nº 46 - Estatuto socioprofissional dos deputados eleitos nos círculos eleitorais de Castelo Branco (1901-1910)**

<b>Estatuto socioprofissional</b>	<b>Naturais do distrito</b>	<b>Não naturais do distrito</b>
Advogados	2	1
Dirigentes da Administração Pública		2
Eclesiásticos	1	
Engenheiros		2
Médicos	1	
Militares		6
Professores		2
Proprietários	3	
<b>Totais</b>	<b>7</b>	<b>13</b>

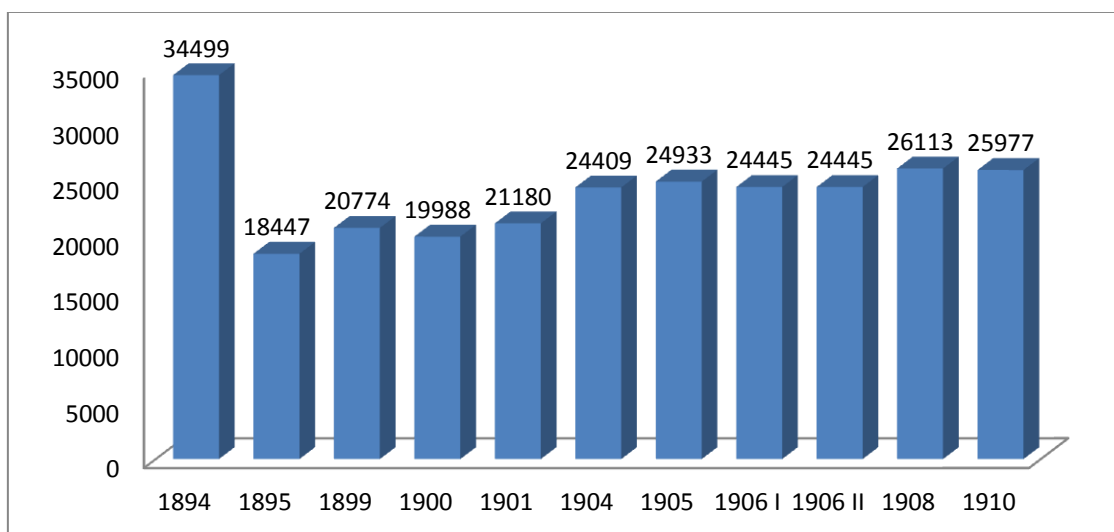
Fontes: Mónica (Coord.), 2004, 2005 e 2006.

### **7.8- Eleições: eleitores, participação e concorrência**

Como vimos atrás, a legislação eleitoral de 1895 diminuiu drasticamente o número de eleitores. Apesar das restrições ao direito de voto não terem sofrido modificações nas leis posteriores, o corpo eleitoral foi crescendo progressivamente entre 1901 e 1910, exceto no ano de 1906, sem, contudo, alcançar a dimensão de anos anteriores à legislação franquista de 1895, como o gráfico seguinte ilustra.

<sup>881</sup> ALMEIDA e MORENO LÚZON (Coord.), 2012, p. 41.

**Gráfico n.º 5 - N.º de eleitores no distrito de Castelo Branco entre 1894 e 1910**



**Fontes:** D.C.D., A.H.P.; para 1910: *Censo eleitoral da metrópole. Dados referentes ao Regime Absoluto, ao Regime Monárquico Constitucional e ao Regime Republicano*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916, p. 35.

A percentagem de eleitores face ao total dos habitantes do distrito continuou a ser baixa neste período, em linha com o que se registava anteriormente (quadro n.º 47). Em 1910 aquela percentagem aproximou-se dos 11% não diferindo do total nacional que apresenta, no mesmo ano, um valor de 12%, nada comparável com o que se verificava em Espanha onde atingiu os 24%, em 1907<sup>882</sup>.

**Quadro n.º 47 - Percentagem de eleitores em relação ao número de habitantes do distrito de Castelo Branco em 1900 e 1910**

Censo da população	Habitantes	Eleições	Eleitores	% de eleitores
1900	216 608	1900	19 988	9,2%
1910	238 948	1910	25 977	10,9%

**Fontes:** Ano de 1900- Censo de 1900: D.G.E.P.N., 1906; Número de eleitores: D.C.D. e A.H.P. Ano de 1910- habitantes e eleitores: *Censo eleitoral da metrópole. Dados referentes ao Regime Absoluto, ao Regime Monárquico Constitucional e ao Regime Republicano*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916.

Já no que diz respeito à participação eleitoral esteve sempre acima dos 80%, exceto nos anos de 1904 e 1905 (quadro n.º 48). Os dados disponíveis apenas permitem a comparação com os resultados nacionais de três eleições e com os registados em Lisboa. O distrito de Castelo Branco apresentou uma participação eleitoral muito mais elevada do que a da capital e bastante superior à do conjunto do país, ultrapassando mesmo em duas ocasiões os 90%. As médias das votações ajudam a confirmar a maior capacidade de mobilização eleitoral nas zonas mais ruralizadas. Entre 1901 e 1908 os

<sup>882</sup> ALMEIDA E MORENO LÚZON (Coord.), 2012, pp. 21 e 50.

pactos políticos levaram sempre o governo a vencer a maioria com um grande resultado nas urnas, o que se verificou mesmo em 1901, apesar das divergências entre Tavares e José Luciano. O nível de participação era importante para legitimar o acordo e o novo governo. Em 1910 a lista da oposição venceu, existindo uma forte concorrência na parte norte do distrito, sendo este o único caso em que não se conseguiu acertar nenhum acordo entre governo e opositores, apesar das tentativas de o alcançar através dos representantes locais destes últimos.

**Quadro n.º 48 - Participação eleitoral no distrito de Castelo Branco 1901-1910<sup>883</sup>**

Ano da eleição	Eleitores	Votantes	Participação	Participação nacional	Participação Lisboa
1901	21180	19704	93%	-	31%
1904	24409	19495	79,9%	-	37,2%
1905	24933	19024	76,3%	-	52,2%
1906 I	24445	22149	90,6%	72,5%	51%
1906 II	24445	21702	88,8%	72,3%	56,6%
1908	26113	23103	88,5%	68,7%	63%
1910	25977	20969	80,7%	-	56,7%
<b>Média</b>	-	-	<b>82,3%</b>	-	<b>49,7%</b>

Fontes: Número de eleitores e votantes do distrito: D.C.D. e A.H.P; para 1910: *Jornal Gazeta da Beira*, n.º 204, de 11 de setembro de 1910 e *Censo eleitoral da metrópole. Dados referentes ao Regime Absoluto, ao Regime Monárquico Constitucional e ao Regime Republicano*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916, p. 35. Participação eleitoral nacional: ALMEIDA, 1991, p. 143; participação em Lisboa, ALMEIDA, 1985, p. 143.

Face àquelas premissas, não se pode estranhar que entre 1901 e 1908 os atos eleitorais se tenham realizado numa enorme pacatez, os caciques locais cumpriam os acordos negociados em Lisboa, ainda que nem sempre concordassem com eles, e deixavam a sua intervenção para as eleições municipais, onde se jogava o seu verdadeiro poder. As divergências entre os chefes partidários e os influentes locais, neste caso Luciano de Castro e Tavares Proença, não tinham repercussão na participação no dia da eleição, como 1901 demonstra, sugerindo a correspondência deste último que a própria participação eleitoral nem sempre correspondia à verdade: “*Para que me não sejam atribuídas responsabilidades que me não devem caber, eu preciso saber se o chefe do governo toma para com V. Ex.<sup>a</sup> o compromisso de compor a sua lista com quatro nomes apenas: se faz pelas suas mesas em todas ou somente em algumas assembleias executar as descargas de votos em conformidade com o que combinou com V. Ex.<sup>a</sup> (...). V. Ex.<sup>a</sup> me fará o favor de dizer-me se devemos ir à urna*

<sup>883</sup> Não é possível apresentar dados totais para os anos eleitorais de 1887, 1889 e 1897. Ver anexo n.º 67.

«pro forma», ou se julga necessário que «realmente» toda a votação progressista nela entre: *Se é necessário vigiar em toda a parte a eleição*”<sup>884</sup>. Os notáveis locais tinham de se empenhar para que nada faltasse no dia da eleição, com um trabalho prévio, intenso e desgastante, que a imprensa não deixava de satirizar: *“Não cremos que haja situação mais difícil de sustentar a contento geral, mais sujeita a exigências, dissabores e amarguras, do que a de chefe de uma política local. É ver a linha de pretendentes que lhe pisam o Lumiar (sic) da porta (...). Uns saem, outros entram; acaba de conferenciar com uns, estão já dez à espera. (...) É ver quão ajoujado com correspondência vai o infeliz carteiro a quem por sorte cabe a distribuição no bairro onde habita o desgraçado: e a toda ela ele tem que responder. É ver a série de maçadas de tremendas que o pobre apanha ao ouvir este e aquele subchefe das localidades subordinadas. É ver que evasivas e às vezes fingidos espantos tem que se possuir para atender este ou aquele pretendente que com sofreguidão devora todos os dias ou todas as noites o diário do governo, em procura do prometido despacho. Volta-se para um lado e vê um enxame turbulento que (...) o assaria mesmo vivo. Volta-se para o outro e vê os descontentes a quem pretende calar ou dulcificar o infortúnio*”<sup>885</sup>.

Como conclusão deste capítulo, destacamos a opção de Tavares Proença de reeditar a coligação com Franco, em 1900, que lhe trouxe dissabores e profundas divergências com José Luciano após a cisão franquista, em 1901. Os anos finais da monarquia foram de profunda desilusão para Tavares que só a Concentração Liberal conseguiu atenuar. Afirmou-se como um político de grande influência no distrito, pactuava com Franco, respeitava os acordos entre Luciano de Castro e Hintze Ribeiro e recebia, como recompensa, autonomia na administração periférica. Era esta a dimensão de um cacique local, consentida e reconhecida por todos, após a reforma eleitoral de 1901, embora encontre raízes em anos anteriores. Ainda defendeu os seus valores conservadores e monárquicos em 1910, mas sem acreditar no sistema político que há muito achava perdido. O seu poder apenas foi contestado por um breve período de tempo na sequência da adesão de João Pinto dos Santos ao Partido Progressista, alimentando este uma ideia, tantas vezes defendida no passado: partidos disciplinados e opondo-se às políticas de facção. Foi o estertor final daquilo que Vaz Preto tentou nos anos de 1860, o próprio Tavares nos anos de 1880, Franco após a coligação entre pretos

---

<sup>884</sup> DIAS, José Lopes, abril de 1965, p. 76. Este tipo de atuação está também amplamente documentado em Espanha. Ver: GARCIA ANDRINO, 2011, p. 103; VARELA ORTEGA, 2001, pp. 493-494.

<sup>885</sup> Jornal *Notícias da Beira*, n.º 31, de 1 de janeiro de 1905.

e brancos, na década de 1890. Esta tática surgia sempre como uma tentativa de afirmação perante um adversário mais poderoso. Também desta vez não resultou, tendo o próprio João Pinto se afastado do distrito após a sua integração nos progressistas dissidentes. Sublinhe-se ainda a tentativa de refundação do Partido Regenerador no distrito, como mais um meio de combater o poder de Tavares Proença e de dar voz àqueles que com ele não caminhavam, recorrendo-se à liderança de um irmão de Manuel Vaz, João José Vaz Preto Geraldês.

Tavares Proença apresentou-se como o político com maior influência no distrito, isso era visível nas eleições municipais, embora tendo de lidar, nalgumas ocasiões, com a ascendência do conde da Covilhã na cidade serrana, como foi o caso das eleições de 1910, e de Mendonça David na Sertã e Oleiros, aqui de uma forma mais consentida, devido às boas relações de David com os viscondes de Oleiros<sup>886</sup>.

O sistema eleitoral em vigor desde 1901 aprofundou as práticas ensaiadas com a lei de 1884, os acordos eleitorais, levando no começo do século XX à alteração do papel dos caciques, como se disse acima. Os pactos políticos eram respeitados e legitimados com elevadas votações, com a exceção de 1910, ano em que as negociações não tiveram êxito, sendo as eleições marcadas por uma luta intensa entre as forças monárquicas, vindo ao de cima as diferenças ideológicas e as divergências pessoais de décadas. Sublinhe-se que os níveis de participação eleitoral continuaram elevados, provando a capacidade dos caciques em mobilizar os eleitores nas eleições de deputados.

Uma palavra sobre os deputados eleitos que também refletem uma nova realidade: verificou-se uma diminuição dos eleitos naturais do distrito, grupo em que os proprietários perderam a predominância, e a proliferação dos representantes que poucas ou nenhuma afinidades tinham com as comunidades que representavam, estando neste caso os militares em maioria. Esta situação era o resultado dos acordos negociados na capital entre os maioriais dos partidos, servindo estes para distribuir os deputados pelos círculos mais convenientes para uma eleição dada como certa.

Finalmente, a Beira Baixa apresentava alguns sinais de dificuldades no funcionamento do sistema político, não se podendo, no entanto, falar numa crise política ampla, envolvendo vastos setores sociais na região.

---

<sup>886</sup> DIAS, José Lopes, janeiro de 1963, pp. 67-70.

Portugal conheceu enormes dificuldades políticas, económicas e sociais a partir da última década do século XIX, muito devido ao ultimato inglês de 1890, ao golpe republicano de 31 de janeiro de 1891 e à crise financeira. O sistema político disso se ressentiu, com a formação de governos extrapartidários (1890-1892) e alguma contestação das camadas políticas mais radicalizadas, onde se contavam os republicanos. Numa tentativa de refundar o regime, João Franco encetou, em 1895, uma série de reformas onde procurou combater a política de facção, diminuir o poder dos caciques e dar voz às chamadas «forças vivas» da nação, através de uma reforma eleitoral que privilegiou os círculos plurinominais e a diminuição do número de eleitores. O distrito de Castelo Branco viveu este período em protesto contra estas medidas, tendo surgido uma aliança contranatura entre pretos e brancos, após o fim da coligação Tavares/Franco. João Franco não conseguiu levar de vencida as suas ideias, o que demonstra as dificuldades em reformar o sistema político-partidário, tendo os caciques regionais oposto grandes resistências, como o caso da Beira Baixa prova, particularmente Manuel Vaz Preto que ao mesmo tempo que dava luta ao seu novo inimigo, João Franco, não pretendia perder a influência que tinha conquistado ao longo de décadas.

Nas vésperas da implantação da república os sintomas de crise do sistema político agravaram-se em Portugal: os governos usavam o aparelho burocrático do Estado para fabricar os resultados eleitorais, tendo contribuído para isso a legislação de 1901 que reforçou os aparelhos partidários e a importância das negociações eleitorais entre as cúpulas destes, diminuindo o poder dos caciques locais em impor as suas candidaturas; o franquismo e o exacerbamento do conflito político levando ao regicídio; a fragmentação partidária e a desunião das forças dinásticas, permitindo o crescimento do Partido Republicano que também se aproveitou da contestação social, do clima de corrupção e dos vários escândalos dos últimos governos da monarquia.

A Beira Baixa não passou imune a todo este trajeto. Também aqui assistimos à fragmentação das facções com o aproximar do novo século, sendo de assinalar o regresso da aliança entre João Franco e Tavares Proença em 1900. Os tradicionais brancos e pretos continuaram a ser predominantes, embora os últimos já indiciassem poder prosseguir caminhos diferenciados, e surgiram os regeneradores «francaceos» e «hintzaceos», estes com alguns ex-pretos, fazendo eco na região das divergências no Partido Regenerador entre João Franco e Hintze Ribeiro.

Após a morte de Manuel Vaz (1902) o quadro partidário beirão ficou mais claro: os brancos herdaram a melhor parte do espólio preto reforçando o seu poder; uma parte dos pretos, que não se reviam na política de Tavares Proença, procurou dar força ao Partido Regenerador regional, tendo Manuel Vaz como referência; os franquistas continuaram a ter o seu espaço e mantinha-se a tendência de décadas anteriores de tentar criar um sistema de partidos que subjugassem os interesses pessoais, representada desta vez por João Pinto dos Santos. Mas, os sinais de desalento e de desencanto com o rumo da monarquia eram já visíveis, nomeadamente em Tavares Proença que não se inibia de discordar do seu partido e do seu líder perante determinados acordos eleitorais e persistiu em manter a aliança com João Franco. Outros seguiram caminhos de protesto mais vinculados, como João Pinto dos Santos que em 1905 se aliou aos progressistas dissidentes, o que não deixa de ser mais um sinal de desilusão para com o desenrolar dos acontecimentos, embora continuasse enquadrado no sistema, pois foi ainda eleito deputado por Castelo Branco em 1906 e pelo Porto em 1908.

Apesar destes episódios, o sistema político continuava a cumprir a sua missão. Os caciques negociavam e executavam os acordos eleitorais e os desaguisados de Tavares Proença com o seu partido eram compensados com o domínio das câmaras municipais e com o ser ouvido na escolha de alguns governadores civis, o que de alguma forma era um sintoma de disfunção do sistema político: aceitava-se a contragosto os acordos para as eleições de deputados sabendo-se que depois nas municipais prevaleceria a vontade dos caciques locais, com resultados diferenciados dos negociados para o Parlamento. Contudo, a crença de Tavares Proença na capacidade da monarquia se renovar era muito diminuta e mais frágil ficou após o regicídio. O fim do franquismo, no qual acreditou e se empenhou vivamente, deitou por terra as suas últimas esperanças. O sentimento de desilusão era evidente e não era escondido, como a imprensa e a correspondência privada mostram, como temos visto ao longo destes dois últimos capítulos e também no capítulo III.

O que diferencia a Beira Baixa do resto do país neste período (1890-1910), onde já eram evidentes as dificuldades da monarquia, são as ausências do Partido Republicano e da contestação social que poderia vir do operariado covilhanense. De facto, os republicanos não tinham expressão na região: não existia uma estrutura partidária consolidada; não existiam associações ou jornais republicanos e a sua expressão eleitoral não tinha relevância, pois os votos obtidos resultaram das



desavenças entre os partidos dinásticos, como aconteceu em 1908. Naturalmente, as ideias republicanas circulavam e sentia-se o «fantasma» da República entre a elite monárquica beirã, nomeadamente em Tavares Proença que chamou a atenção para este perigo desde 1891 mas, na Beira Baixa, os republicanos não representavam uma ameaça real para a monarquia. Já em relação aos protestos do operariado eles não tinham reflexos políticos evidentes. As organizações de ofícios surgiram em finais do século XIX e procuraram reivindicar melhores condições de vida para os seus trabalhadores, dando origem a diversas greves na primeira década do século XX, mas os dados disponíveis parecem indicar que a classe operária estava enquadrada no sistema político, fazendo o jogo dos influentes monárquicos. Foi assim nas eleições de 1879 quando apoiaram os industriais contra Manuel Vaz Preto, nas eleições de 1901, quando se colocaram ao lado do conde da Covilhã e em 1907 estando ao lado dos líderes franquistas.

Perante estas ideias, os sinais de dificuldades do sistema político na Beira Baixa não se devem à ação política dos republicanos ou à contestação social, como aconteceu pelo menos na capital, antes têm raízes nas profundas divergências políticas e pessoais entre os agentes políticos ligados aos partidos monárquicos, sendo isso um indício de crise e uma prova de como o sistema político da monarquia não dava sinais de regeneração, levando a uma luta extrema entre monárquicos. Não nos podemos esquecer da contenda política permanente entre os Vaz Preto e os Tavares Proença e a afirmação da elite covilhanense contra os grandes proprietários do sul do distrito, apresentando um programa político muito vincado onde ganhou especial destaque, a partir do final do século XIX, o conde da Covilhã. A intervenção política de João Franco foi outro fator perturbador para a política regional. Os alinhamentos políticos foram refeitos, baralhando ainda mais as várias facções, não sendo incomum indivíduos aliarem-se na política local e combaterem-se na nacional, ou vice-versa, criando um clima de alguma crispação, mais visível nas eleições municipais.

Como é evidente, todas estas questões estavam enquadradas nas grandes causas nacionais, decididas no centro político, que implicavam com a política regional, como foi o caso da já citada ação política de João Franco, que condicionou fortemente a política do distrito, não só em 1895 como a partir do início do século XX quando Tavares insistiu em eleger elementos franquistas, e a conjuntura política após a morte de D. Carlos (1908), nomeadamente a que envolveu as eleições de 1910 onde Tavares

Proença e o conde da Covilhã combateram em linhas políticas opostas. A verdade é que a descrença na monarquia estava instalada há algum tempo entre os principais agentes políticos regionais e mais se acentuou após o regicídio, logo não é de estranhar que o *Correspondência da Covilhã* tenha descrito a implantação da República, em outubro de 1910, como uma simples mudança de ministério um pouco mais barulhenta, a que todos se iriam adaptar rapidamente, num distrito onde praticamente não tinha existido, até àquela data, influência republicana.

## Conclusão

A origem do poder dos Vaz Preto e dos Tavares Proença tem raízes no Antigo Regime, onde os seus antepassados pertenceram à nobreza local, desempenhando funções nas vereações camarárias, período em que construíram vastos patrimónios, alcançando grande dimensão social e económica. Esta foi mantida e ampliada no período Liberal muito devido ao património herdado e adquirido, principalmente através de investimentos em bens desamortizados, e às ligações matrimoniais. O estatuto de grandes proprietários com elevados rendimentos permitiu a João José Vaz Preto (1801-1863) e a Francisco Tavares de Almeida Proença (1798-1872) a afirmação política logo nos anos de 1820, ocupando lugares de destaque após a guerra civil, em 1834, inserindo-se rapidamente no jogo político-partidário onde alcançaram notoriedade e reconhecimento não só junto dos seus pares na elite regional, a quem se impunham naturalmente e por eles eram reconhecidos como os seus líderes naturais, mas também junto dos políticos na capital, com os quais negociavam, pactuavam e definiam estratégias. Este último aspeto era um indício de como o Estado ainda era incipiente e tinha de confiar nas elites regionais para a estruturação do aparelho político-administrativo na periferia. Desta forma, os patriarcas construíram uma vasta teia de apoios na capital e em todo o distrito de Castelo Branco, dando-lhes grande dimensão política, herdada pelos primogénitos.

João José e Tavares Proença (pai) alinharam nos anos de 1840 pelo cartismo moderado, estando próximos de Rodrigo da Fonseca Magalhães a quem devem a indicação à rainha para o Pariato em 1842. Neste período desempenharam cargos de relevo, para além dos de deputado e de senador, João José Vaz Preto foi governador civil de Castelo Branco por duas vezes, a primeira entre 1840 e 1843 e a segunda em 1846, e Tavares Proença ministro do Reino em 1847. Se antes da Regeneração não se conhecem divergências na ação política entre os dois vultos beirões, após o golpe de Saldanha em 1851 iniciou-se a separação. João José alinhou pela esquerda liberal, aproximando-se dos históricos, tendo mesmo apoios na esquerda mais radical protagonizada por José Estevão. Já Tavares Proença (pai) seguiu o cartismo ortodoxo de António José de Ávila, sendo um influente de confiança dos governos históricos devido à ligação deste último a esta linha política. As décadas de 1850 e 1860 ficaram

marcadas pelo nascimento do partido preto e partido branco, dando início às rivalidades entre as duas famílias, tendo continuidade nos anos seguintes com a nova geração.

Manuel Vaz Preto Geraldês (1828-1902) e Francisco Tavares de Almeida Proença (1853-1932) afirmaram-se como grandes caciques políticos, influenciando eleições para deputados, interferindo nas nomeações de governadores civis e dominando as câmaras municipais, institucionalizando a nível regional as facções que mais tarde seriam conhecidas como preta e branca.

Manuel Vaz foi considerado na época um político influente, o cacique de referência, sendo o seu percurso político marcado por um significativo grau de autonomia. Entrou para o Parlamento em 1861 e herdou o parato em 1864, sendo um dos pares mais interventivos até praticamente à sua morte. A sua orientação esteve sempre ligada à esquerda parlamentar, nunca pactuando com o radicalismo. Na década de 1860 opôs-se aos governos históricos do duque de Loulé e esteve com a Fusão. Nos anos de 1870 colocou-se ao lado de Fontes Pereira de Melo com o objetivo de atrair investimentos para o seu distrito, nomeadamente o caminho de ferro. Caindo por terra esta esperança, a partir de 1875 autonomizou a sua luta política, tendo um grupo de fiéis a suportá-lo, conhecidos por pretos ou amigos de Vaz Preto. Refundou em 1879, com José Dias Ferreira, o Partido Constituinte e reaproximou-se dos regeneradores na década de 1880 para deles se afastar após a morte do seu líder, Fontes Pereira de Melo (1887). Ainda tentou fundar um novo movimento, juntamente com Tomás Ribeiro, o Porto Franco, mas sem o sucesso do Partido Constituinte. No fim da vida aproximou-se do Partido Progressista. Este percurso político fez dele um influente eleitoral respeitadíssimo e as eleições no distrito de Castelo Branco por ele passavam inevitavelmente, não sendo de estranhar que quase todos os líderes partidários e de governo o tenham cortejado.

Tavares Proença foi um político mais ligado às questões locais, nunca quis ser eleito deputado e só aceitou o parato em 1905, mas, por sua vez, tinha enormes ligações no Paço e na alta sociedade que lhe davam uma grande projeção social. A sua aparição na política deu-se em 1878, dando uma voz de peso aos opositores de Manuel Vaz Preto, sendo a sua intervenção quase uma obrigação da sua posição social, honrando o passado da família. Fazer frente ao par do Reino foi sempre um dos motes da sua vida política. Aliou-se a Fontes com este propósito no final da década de 1870 e só aderiu ao Partido Progressista, em 1883, quando percebeu que não seria o influente do Partido

Regenerador, após a reaproximação de Manuel Vaz ao líder deste partido. Teve sempre uma relação difícil com os progressistas e com o seu máximo dirigente, José Luciano de Castro, ao ponto de se aliar a João Franco em 1889. Nos anos de 1890 assistiu impotente à ligação dos pretos ao Partido Progressista, tendo de suportar, por falta de alternativas, uma coligação com este grupo no espaço distrital, indo de novo aliar-se com Franco em 1900. A sua ligação ao franquismo manteve-se inalterável até ao fim da monarquia, representando esta corrente para si a única esperança de rejuvenescer o regime. Na primeira década do século XX tornou-se o líder incontestado do distrito após a morte de Manuel Vaz e alinhará com as forças mais conservadoras em 1910. Não foi, ao que parece por vontade própria, um político de grande dimensão nacional como Vaz Preto, mas era respeitado e as suas ligações nacionais e apoios locais revelaram-se importantes em determinados momentos, tanto para o Partido Progressista como para João Franco.

Analisámos a ação destes caciques regionais em três domínios: nas eleições de deputados; na escolha dos governadores civis e no controlo do poder municipal. Em relação ao primeiro aspeto tanto Manuel Vaz como Tavares Proença, suportados pelas suas redes de influência e tendo em conta as negociações estabelecidas, tentaram condicionar os resultados finais das eleições, fazendo parte das suas estratégias o arregimentar dos eleitores, as fraudes eleitorais e a manipulação dos cadernos eleitorais.

Neste domínio, a legislação eleitoral condicionou muito o poder destes influentes eleitorais. Em 1852, ao mesmo tempo que ficaram garantidas as eleições diretas, foram criados grandes círculos plurinominais que dificultavam a ação dos influentes: o sistema de lista, onde os candidatos eram eleitos em conjunto, dava vantagem ao governo e disciplinava os influentes locais. Isso é visível em Castelo Branco, entre 1852 e 1858 os executivos conseguiram impor os seus deputados, tendo Tavares Proença (pai) a partir de 1856, quando se aliou aos governos históricos, uma grande dificuldade em negociar outros nomes.

Este panorama alterou-se em 1859 com o aparecimento dos círculos uninominais. Espaços de eleição mais pequenos proporcionaram aos caciques locais maior liberdade e maior capacidade de intervenção junto dos seus interlocutores em Lisboa. A possibilidade de arregimentar apoiantes numa determinada área transformou alguns círculos em feudos familiares, é o caso de Idanha-a-Nova que elegeu Manuel Vaz Preto em 1861, o qual, após a sua ascensão ao pariato em 1864, por aqui fez eleger

os seus amigos políticos e familiares, graças ao seu predomínio social e económico nesta área eleitoral. A capacidade de recrutar os votantes permitia ainda a rebeldia com o centro político, abrindo espaço também à manifestação de divergências locais entre os influentes, como aconteceu em 1864 na Covilhã e em 1865 na Sertã. Na cidade serrana, autonomizada face a Manuel Vaz e a Tavares Proença (pai), uma parte da elite opôs-se ao governo histórico do qual fazia parte um ilustre covilhanense, Gaspar Pereira da Silva, e na Sertã começava a afirmar-se Jerónimo Pereira da Silva Baima Bastos, personalidade bem enraizada na comunidade local, que se rebelou contra o candidato de Tavares Proença (pai) e iniciou a sua afirmação nesta área do distrito que conservou até final da centúria de oitocentos, mantendo sempre a independência face a pretos e brancos.

Com os círculos uninominais o resultado das eleições passaram a ser mais incertos para o governo e a concorrência eleitoral aumentou. Os grandes caciques eleitorais, como os casos estudados, quando pressentiam que o resultado da eleição poderia ser dúbio faziam-se valer das estratégias já citadas atrás. Nestes momentos a participação eleitoral aumentava, o que prova a sua capacidade de mobilizar o eleitorado, foram os casos das eleições na Covilhã e Idanha-a-Nova em 1864. Esta realidade manteve-se mesmo após o alargamento do corpo eleitoral em 1878 que foi interpretado como uma tentativa de limitar a política de campanário. Acreditava-se que os grandes caciques teriam mais dificuldade em recrutar um número crescente de eleitores. De facto, o número de votantes mais do que duplicou entre 1874 e 1878, mas o sistema adaptou-se e nos momentos de grande confronto eleitoral conseguia-se trazer sempre muitos eleitores à urna, como aconteceu na disputadíssima eleição de 1879 em três dos círculos eleitorais do distrito: Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Covilhã. Quando as eleições eram pacíficas o número de votantes era menor, diminuindo a necessidade de recrutar eleitores.

A lei eleitoral de 1878 não conseguiu limitar a ação dos grandes caciques e os atos eleitorais eram algumas vezes muito disputados em determinados círculos, originando a espaços alguma conflitualidade político-eleitoral. A introdução em 1884 de um sistema misto, onde coexistiam os círculos uninominais com os plurinominais agora criados nas capitais de distrito, com o objetivo de evitar o esmagamento dos adversários, foi o ensaio daquilo que se generalizará a partir de 1901. O espírito da nova lei era facilitar os pactos entre partidos e assim pacificar o clima político, regeneradores

e progressistas aceitaram o princípio da rotação, acordando muitas vezes o resultado das eleições. O círculo plurinominal de Castelo Branco demonstrou isso mesmo, entre 1884 e 1894 os pactos foram realizados e respeitados: pretos, progressistas – onde estavam contemplados os brancos – e Baima Bastos repartiram os três deputados. Nos círculos uninominais o princípio dos acordos foi mantido, surgindo por vezes concorrência entre candidatos muito devido ao aparecimento de João Franco, natural do Alcaide (Fundão), que veio baralhar as alianças locais. Nesta fase assistimos a grande participação eleitoral, embora se possa considerar artificial: a eleição não passava de uma legitimação política, premiada com o maior número de votantes possível.

Os círculos uninominais permitiram ainda melhor perceber a geografia da influência dos grandes caciques beirões e as negociações que tinham de realizar nos vários concelhos. Assim Manuel Vaz preto dominou os concelhos de Idanha-a-Nova, Penamacor e S. Vicente da Beira, neste último caso até à sua extinção em 1895. Nos anos de 1870, não tendo rivais à altura, penetrou com facilidade em Castelo Branco, Fundão, onde se aliava às famílias Fevereiro e Franco Castelo Branco, Covilhã e Belmonte, onde contava com os grandes industriais e capitalistas. No final daquela década passará a ter dificuldades nos dois primeiros, devido ao aparecimento de Tavares Proença (filho), tendo conseguido este arregimentar antigos colaboradores da família, e a Covilhã, levando consigo Belmonte, separou-se do morgado da Lousa devido à não concretização da linha da Beira Baixa. Os concelhos da Sertã, Vila de Rei, Vila Velha de Ródão e Proença-a-Nova, estiveram com Tavares Proença (pai) até 1865 e após aquela data passou a dominar nesta região o já referido Baima Bastos.

Outro dado importante a destacar após a introdução dos círculos uninominais é o aumento dos eleitos entre os naturais do distrito, recrutados essencialmente nos proprietários, embora os não naturais continuassem a proliferar, sendo isso devido, em parte, às grandes ligações do morgado da Lousa que por aqui fazia eleger vários correligionários, como foram os casos de Pinheiro Chagas, eleito várias vezes pela Covilhã, Casal Ribeiro, Andrade Corvo ou António Augusto de Aguiar, eleitos por Idanha-a-Nova. O único período em que os naturais suplantaram os de fora foi o de 1884 a 1900, em muito devido à eleição de 1895 onde foram escolhidos só elementos nascidos na Beira Baixa, o que esteve diretamente relacionado com a especificidade desta eleição, onde pretos e brancos se abstiveram.

As reformas de João Franco de 1895 procuraram limitar a ação dos caciques e das fações locais. Ressurgiram os círculos plurinominais, chamou-se à participação as «forças vivas» da Nação, onde se contavam os negociantes, os proprietários e os industriais, tentando reduzir desta forma o número de funcionários públicos no Parlamento, e diminui-se o corpo eleitoral, que no distrito de Castelo Branco sofreu uma redução de quase 50%. Esta região é um exemplo dos motivos que levaram ao falhanço destas reformas: os grandes caciques, como Manuel Vaz Preto, não estavam dispostos a perder poder e tudo fizeram para as boicotar, aproveitando-se também da conjuntura pouco favorável a João Franco, com conflitos no interior do seu partido e a oposição férrea dos progressistas. O regresso dos círculos uninominais à totalidade do distrito entre 1897 e 1900 não foi mais do que uma reminiscência do passado anterior a 1884, só que no caso de Castelo Branco, Tavares Proença começava a ganhar maior notabilidade política, face ao ocaso de Manuel Vaz Preto e à recuperação da aliança com João Franco.

Em 1901 os partidos dinásticos conseguiram finalmente limitar a ação dos grandes caciques. A reintrodução dos círculos plurinominais com a representação de minorias trazia de novo a negociação política de pactos eleitorais entre os dois principais partidos, ambos de acordo e firmes em ostracizar oposições internas, como Franco representava para os regeneradores. No fundo, estendeu-se a todo o país a experiência dos círculos plurinominais nas capitais de distrito de 1884. Os resultados esperados com a lei foram totalmente alcançados: as direções partidárias reforçaram-se e os caciques locais passaram a ter grande dificuldade em negociar com o centro político, perdendo algum protagonismo. Com este sistema as eleições decorriam, na generalidade, de uma forma pacífica, sendo os candidatos legitimados com grandes níveis de participação, mais uma vez artificiais e longe de significarem grande empenho e atividade política dos eleitores, num período em que estes foram crescendo paulatinamente, apesar das restrições de 1895 não se terem alterado. A introdução dos círculos plurinominais significou ainda uma ligeira mudança no perfil dos deputados eleitos, os proprietários deixaram de ser o grupo privilegiado entre os naturais do distrito e entre os não naturais o funcionalismo público dominava.

Uma palavra ainda para o comportamento eleitoral das cidades. Enquanto existiram os círculos uninominais a Covilhã revelou sempre maior dinâmica política e em momentos de afirmação da sua elite os níveis de participação aumentaram, foi o que



sucedeu em 1864 e 1879. Já em Castelo Branco o seu comportamento eleitoral foi sempre mais previsível e grandes participações eleitorais só aconteceram quando Vaz Preto e Tavares Proença se enfrentaram, caso da eleição de 1878.

Resumindo as questões relativas às eleições parlamentares, o caso do distrito de Castelo Branco permite afirmar sem margem para dúvidas que os círculos uninominais davam liberdade de ação aos caciques e permitiam uma maior proximidade entre os eleitos e as comunidades que representavam, enquanto os plurinominais limitavam e disciplinavam os grandes influentes e elegiam, na maioria das vezes, elementos estranhos ao distrito, foi assim entre 1852 e 1856 e a partir de 1901.

A nomeação dos governadores civis era outro campo em que se notava a influência dos caciques locais. Este trabalho mostra nitidamente os períodos em que os influentes da região usufruíram da confiança total do poder central. O primeiro momento em que se pode associar um magistrado distrital a uma facção regional foi durante a Fusão (1865-1868), quando foi nomeado Guilhermino Augusto de Barros, cunhado de Manuel Vaz e seu apoiante político. Antes, os governadores civis escolhidos eram independentes das facções beirãs, já que os governos históricos contavam com a colaboração de Tavares Proença, mas por este estar ligado ao conde de Ávila e não por ser um dos seus. Os anos de 1870 foram de grande domínio do morgado da Lousa. A aliança com Fontes permitiu-lhe eleger deputados e escolher os governadores civis, foi assim entre 1871 e 1875 quando foram nomeados João José Vaz Preto, irmão de Manuel Vaz, e João António Franco Frazão, correligionário político influente no Fundão. O corte com Fontes levou a que o par do Reino perdesse esta capacidade e a escolha dos magistrados passou a recair em indivíduos independentes ou pouco próximos de Manuel Vaz, como foi o caso de Baima Bastos. Apesar de tudo, todos os governadores civis procuraram um bom entendimento com o lousanense, por ele tinham de passar as negociações eleitorais e todos os assuntos do distrito. Quando o acordo não era possível instalava-se uma enorme disputa política, como foi o caso da eleição de 1879 que levou a enormes embates parlamentares com José Luciano de Castro, com acusações de parte a parte.

Só no final dos anos de 1880 é possível assistir de novo à nomeação de governadores civis próximos das tendências locais, neste caso a Tavares Proença e aos brancos, não só ligados ao Partido Progressista, caso de Francisco de Albuquerque Mesquita e Castro (1888-1890), mas também a João Franco, após a confirmação da

coligação entre este e Tavares, como é o caso de Albano Cirne (1890). O início da década de 1890 foi marcado pela recuperação da influência de Manuel Vaz e a partir de 1893 os franquistas procuraram ter uma palavra a dizer durante o governo Hintze/Franco, com o governador civil António Pedroso dos Santos (1893-1897). Após o regresso dos progressistas ao poder (fevereiro de 1897) e num contexto de aliança tática entre pretos e brancos a escolha do magistrado foi negociada entre as duas facções, chegando-se a um entendimento: os brancos «ficaram» com o governo civil, de novo Francisco de Albuquerque Mesquita e Castro, e com os administradores dos concelhos e os pretos foram eleitos deputados. O final da década de 1890 e o início do novo século significaram para Tavares ter aliados ou adversários políticos neste cargo (anexo n.º 56), conforme a conjuntura política.

Pelo exposto, confirma-se a importância deste lugar para a articulação entre o centro e a periferia e ele foi sendo repartido entre pretos e brancos, chegando ainda a ser contemplado por duas vezes Baima Bastos, o que não deixou de ser um reconhecimento da sua influência numa parte do distrito, não nos podendo ainda esquecer dos franquistas que chegaram a liderar este posto também por duas vezes, 1890 e 1893-1897. Para as facções locais ter um governador civil da sua confiança era revelador de reconhecimento político, a prová-lo está o desconforto de Tavares em 1908, quando não conseguiu que José Luciano nomeasse um magistrado progressista para Castelo Branco. Contudo, quando as facções não dispuseram de magistrados afetos às suas linhas políticas isso não significou menor capacidade de intervenção, antes era sinal da necessidade de maior esforço negocial e, por vezes mesmo, de conflito aberto entre o representante do governo e o cacique regional, os casos das eleições de 1879 e 1910 provam isso mesmo.

Apesar de neste estudo as câmaras municipais não terem sido objeto de uma investigação pormenorizada, pelas razões já invocadas na introdução, é possível afirmar que elas constituíram, naturalmente, um campo de afirmação do poder local das elites regionais. Assim, as fontes ao nosso dispor, principalmente a imprensa, indicam que pelo menos até meados dos anos de 1880, Manuel Vaz Preto controlava grande parte das vereações, nomeadamente no concelho de Castelo Branco e de Idanha-a-Nova, lançando pontes noutros municípios como o do Fundão. Este panorama alterou-se com a representação das minorias, prevista no Código Administrativo de 1886, que no fundo transportava para as câmaras municipais o espírito dos acordos previstos pela lei

eleitoral de 1884. No distrito de Castelo Branco isso significou que Manuel Vaz teria de partilhar o seu poder e mais se acentuou com a coligação entre pretos e brancos nos anos de 1890. O aparecimento de João Franco nestes anos veio dar outra dimensão às eleições camarárias, alvo agora de enormes disputas, por vezes violentas. Finalmente, a legislação de 1901 ao limitar a ação dos caciques nas eleições de deputados passou a dar maior destaque a estes sufrágios. Os influentes locais aceitavam os acordos para as eleições parlamentares, mas exigiam liberdade de ação para as das câmaras municipais. Isso foi claramente visível em Castelo Branco na primeira década do século XX, mas já nas eleições de 1899 Tavares Proença ensaiou esta tática com sucesso.

Como temos visto, a disputa pelos cargos de deputados, de governadores civis e de vereadores municipais por parte dos caciques regionais muito contribuíram para a sua afirmação, sendo ainda uma forma de divisão de poderes com o poder central, encontrando-se, assim, um equilíbrio entre os vários interesses. Na realidade, estes lugares serviram muitas vezes para alimentar a rede clientelar pertencente às várias fações. Assim se constituíram o partido preto e partido branco e deles saíram deputados e governadores civis. Foram os casos, no campo preto, de João António Franco Frazão, deputado e governador civil, de José Domingos Ruivo Godinho e João Pinto dos Santos, ambos deputados. No campo branco, temos Aurélio Pinto, Pedro da Silva Martins e Francisco de Albuquerque Mesquita e Castro, os três foram deputados e governadores civis. Em relação às câmaras municipais as informações disponíveis são menores. Contudo, tendo em conta a imprensa, do lado preto, as famílias Franco Frazão e Franco Castelo Branco, enquanto foram aliadas de Manuel Vaz, desempenharam um papel importante no Fundão, em Castelo Branco coube o protagonismo a Ruivo Godinho e ao 2.º conde de Idanha-a-Nova, Joaquim Trigueiros Osório de Aragão; do lado branco, davam a cara Aurélio Pinto, no Fundão, e Pedro da Silva Martins, em Castelo Branco. Para satisfazer as suas clientelas muito contribuíam ainda as tentativas de colocação dos seus apaniguados em elevados cargos da administração, como foi o caso da recomendação de Manuel Vaz a José Luciano de João Pinto dos Santos; os caciques tinham também de responder a um grande número de solicitações, o que chegou a motivar queixas de Tavares Proença a Aurélio Pinto sobre o elevado volume de correspondência recebida contendo pedidos diversos. Finalmente, há que referir a construção do caminho de ferro, situada num plano diferente, de satisfação dos interesses de toda uma região, mas igualmente decisiva na afirmação do poder e

prestígio dos influentes. Este processo condicionou, em várias ocasiões, a política regional. Se, como já se referiu nesta conclusão, Manuel Vaz se distanciou de Fontes Pereira de Melo, em 1875, devido à sua não concretização, foi a reativação do projeto em 1883 que o reaproximou do Partido Regenerador. Também afetou a atuação política da elite covilhanense ao separar-se do morgado da Lousa em 1879. Finalmente, a festa de conclusão da obra em setembro de 1891 mostrou o grande prestígio de Manuel Vaz Preto junto da comunidade local, assinalando o sucesso do combate político de uma vida, iniciado nos anos de 1860, e confirmou a ascensão de Tavares Proença (filho) com um papel decisivo na preparação dos festejos que contaram com a presença da família real.

A divisão política do distrito de Castelo Branco entre os partidários de Vaz Preto e de Tavares Proença era uma marca distintiva desta região e isso contribuiu para que as especificidades da luta política local viessem ao de cima, permitindo ainda o aparecimento de outras individualidades e tendências políticas muito específicas como é o exemplo de Baima Bastos, já citado atrás. Porém, a evolução política no Fundão e na Covilhã teve um impacto maior nas disputas entre as várias fações, pelo que convém sintetiza-las separadamente.

O Fundão, concelho de naturalidade de João Franco, foi a partir dos anos de 1880, principalmente após a confirmação da aliança entre Tavares e João Franco, palco de violentos confrontos políticos. O notável de Alcaide, embora mais interessado na atividade política a nível nacional, pretendia ter uma palavra a dizer na política regional, principalmente no seu concelho natal. Manuel Vaz protegeu-o e inseriu-o no seio do Partido Regenerador, onde ganhou protagonismo. Temendo que a sua ascensão, após a morte de Fontes, o ofuscassem na Beira Baixa tentou isolá-lo através de uma aliança com os brancos. Esta estratégia não deu resultado e acabou por estimular uma junção de esforços entre Tavares e Franco com o intuito de enfraquecer Manuel Vaz. Todas estas movimentações tiveram o condão de refazer as alianças políticas no distrito e elevar o nível de conflitualidade nesta região, principalmente entre o morgado da Lousa e Franco que se incompatibilizaram política e pessoalmente.

A Covilhã é um caso interessante de afirmação política que se verificou com a constituição de círculos uninominais. Com uma estrutura económica muito peculiar, devido à importância das indústrias de lanifícios, cedo fez ouvir a sua voz, apresentando ideias bastante claras sobre o seu desenvolvimento económico. A partir dos anos de

1860 os serranos sempre se afirmaram de uma forma muito clara, pactuando com Manuel Vaz enquanto este esteve ligado a Fontes e a chegada do caminho de ferro parecia ser possível. Descartada no curto prazo essa possibilidade, a elite serrana autonomizou-se e cortou com os grandes proprietários do sul, aproximando-se dos progressistas. Os anos de 1890 e de 1900 serão de domínio do conde da Covilhã que também seguiu uma política autónoma, embora ligado à esquerda liberal. De forma um pouco surpreendente, uma cidade com as características descritas, foi simultaneamente palco da difusão das ideias mais conservadoras, ligadas ao ultramontanismo, em 1864, e ao miguelismo em 1879. O seu operariado era mobilizável pela elite local em momentos eleitorais e era aparentemente mais inclinado para os franquistas do que para os republicanos.

A autonomia política da elite da cidade da Covilhã contrasta com a apatia da elite de Castelo Branco. O comportamento político-eleitoral da capital de distrito foi de colagem às estratégias de Manuel Vaz e de Tavares Proença, já que os grandes proprietários com eles estavam associados e não havia nenhuma contestação à sua atuação. Neste capítulo, a conduta de Castelo Branco assemelhava-se aos restantes círculos rurais, previsível e facilmente manipulável pelos caciques.

Como é evidente, a existência de fações regionais bem implantadas criou enormes problemas nos partidos dinásticos que não se conseguiam estruturar no distrito, estando sempre dependentes da colaboração dos influentes eleitorais. O Partido Regenerador e Partido Constituinte sempre que obtiveram bons resultados foi devido ao papel desempenhado pelos pretos. Convém lembrar a frase de Fontes em 1880, no rescaldo das eleições de 1879, quando afirmou que, em Castelo Branco, os partidos tinham pouca força, o que ali existia eram amigos e adversários de Vaz Preto. Já no caso do Partido Progressista só começou a ter alguma representação no distrito após a adesão de Tavares em 1883. No entanto, as relações deste com o partido e com o seu líder nunca foram as melhores, principalmente após a coligação com Franco em 1889 e o seu regresso em 1900.

Pretos e brancos ditavam a lei no distrito. Estes grupos políticos, liderados por influentes reconhecidos a nível regional e nacional, eram movidos por interesses individuais, entre eles existia mesmo alguma circulação de personalidades e não tinham uma ideologia definida. Todavia, nos momentos em que uma fação estava subjugada, existiram tentativas de implantar partidos disciplinados e organizados. Foi o que

aconteceu no final dos anos de 1860, quando Manuel Vaz Preto lançou as bases do que ele chamou o Partido do distrito de Castelo Branco, com um programa claro, estruturado e com centros constituídos. Alcançado o poder incontestado nos anos de 1870 abandonou a ideia. Na década de 1880 foi a vez de Tavares Proença lutar contra a política de facção do seu rival e exigir disciplina aos seus seguidores, algo que mais tarde renegou quando alcançou maior preponderância, após a morte de Manuel Vaz Preto (1902) e tendo o conforto da aliança com João Franco. Durante a coligação entre pretos e brancos, nos anos de 1890, foi a vez de João Franco apelar para a disciplina partidária e lutar contra a política de campanário, o que também esqueceu quando se voltou a coligar, em 1900, com os brancos. Franco apregoava a luta contra os caciques a nível nacional, mas com eles pactuava a nível local. Finalmente, já no século XX, João Pinto dos Santos, um homem que sempre esteve ligado à facção preta, também veio lançar a ideia de partidos disciplinados, atacando a política de Tavares e Franco no distrito. Ao mesmo tempo, desde o final do século XIX a cidade serrana entrava na órbita política do todo-poderoso conde da Covilhã, que será o grande adversário de Tavares nas eleições de 1910.

Na última década do século XIX as divergências entre as várias personalidades políticas beirãs acentuaram-se e mais claras ficaram após o regicídio. Isso foi visível através dos enormes conflitos pessoais, como o de Tavares com João Pinto dos Santos e com o conde da Covilhã, e da implosão da vida política regional com o fracionamento dos partidos, nomeadamente a integração de João Pinto nos progressistas dissidentes, a junção de uma parte dos pretos ao partido branco, enquanto uma outra parte engrossou a tentativa de reconstrução do Partido Regenerador regional que, por sua vez, tinha passado por enormes divisões entre «francaceos» e «hintzaceos».

As dificuldades do sistema político da monarquia na Beira Baixa no começo do século XX não resultam da ação de republicanos ou massas de descontentes radicalizados, como poderiam ser os operários covilhanenses, e isso é um dos aspetos singulares a destacar nesta dissertação. Apesar das ideologias circularem na região, a presença de republicanos, de socialistas ou anarquistas não se fazia sentir com vigor na política distrital. O Partido Republicano praticamente não existia, não se contabilizando jornais ou associações afetas a esta corrente, apesar de alcançar alguns votos nas eleições para deputados, sendo isso o resultado das divergências entre partidos monárquicos. Os operários, por seu lado, estavam perfeitamente integrados no sistema

político apoiando os influentes serranos ligados aos partidos dinásticos. Nas vésperas da República os sinais de crise do sistema monárquico provêm do seu interior e são identificáveis com a descrença no rejuvenescimento da monarquia evidente, nomeadamente, em Tavares Proença, como a imprensa e a correspondência privada provam e também com a extrema fragmentação das fações locais.

No estado atual da historiografia portuguesa sobre as matérias que foram objeto desta tese, a principal conclusão a tirar é a de que em Portugal, na segunda metade do século XIX, existiram caciques com grande capacidade de intervenção no sistema político, representando uma peça importante do funcionamento da estrutura político-partidária do período posterior ao pronunciamento da Regeneração. De facto, em Portugal as investigações sobre a História Política da Monarquia liberal focam-se na análise dos grandes centros urbanos, principalmente Lisboa e Porto, não dando relevância à periferia e aos seus agentes políticos. O caso estudado nesta tese mostra como os influentes regionais se afirmaram como interlocutores junto do centro político, sustentados na proeminência social e económica, na construção de redes clientelares no distrito de Castelo Branco, nas fortes ligações à elite de dirigentes partidários e mostrando grande capacidade de negociação com os gabinetes ministeriais. Estas conclusões, provavelmente, poderão ser generalizáveis ao restante país rural, culturalmente atrasado e analfabeto, já que há sinais da existência de caciques noutras regiões, como a literatura da época fez questão de retratar, embora, talvez, sem a dimensão de Manuel Vaz Preto e de Francisco Tavares de Almeida Proença, personalidades bem conhecidas no seu tempo e apresentadas então como influentes de referência, como tivemos oportunidade de comprovar. Finalmente, o exemplo beirão também é idêntico à amplamente estudada realidade do caciquismo espanhol que nos apresenta um quadro geral bastante claro e esclarecedor: caciques bem implantados no território, capazes de intervir no centro e na periferia do sistema político, com redes clientelares bem estabelecidas, a generalização das fraudes e das manipulações dos atos eleitorais e as particularidades da vida política regional.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### FONTES MANUSCRITAS

#### **Arquivo Histórico Parlamentar**

*Arquivo das Eleições da Monarquia (1852-1910)*

Caixa 262: Eleição de 1852

Caixa 334A- Eleição de 1856

Caixa 603- Eleição de 1864

Caixa 742- Eleições de 1868

Caixa 1208- Eleições de 1878

Caixa 1037A- Eleições de 1879

Caixa 1508- Eleições de 1884

Caixas 1591 e 1591A- Eleições de 1887

Caixa 1659- Eleições de 1889

Caixa 1729- Eleições de 1890

Caixas 1807 e 1807A- Eleições de 1892

Caixas 1884 e 1884A- Eleições de 1894

Caixa 1930B- Eleições de 1895

Caixa 1957B- Eleições de 1897

Caixas 2002A, 2002B, 2003C, 2003D- Eleições de 1899

Caixas 2040A e 2041A- Eleições de 1900

Caixas 2071 e 2071A- Eleições de 1901

Caixas 2099, 2099A e 2099B- Eleições de 1904

Caixa 2129- Eleições de 1905

Caixa 2157A- Eleições de 1906 (abril)

Caixa 2190- Eleições de 1906 (agosto)



Caixa 2223A- Eleição de 1908

### **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**

#### *Arquivos particulares- Ávila e Bolama*

Antiga caixa 4, U.I. n.º 9- Cartas de Francisco Nunes Marques de Paiva para António José de Ávila

Antiga caixa 4, U.I. n.º 10- Cartas de António Pedroso dos Santos e de Jerónimo da Silva Pereira Baima Bastos para António José de Ávila.

#### *Arquivos particulares- José Luciano de Castro*

Caixa n.º 1, n.º 59- Cartas de Francisco Tavares de Almeida Proença para José Luciano de Castro

Caixa n.º 8, n.º 144- Cartas de Manuel Vaz Preto Geraldês para José Luciano de Castro

Caixa n.º 12, envelope n.º 3- Cartas de Francisco Tavares de Almeida Proença para José Luciano de Castro

#### *Intendência Geral da Polícia, Comarca de Castelo Branco*

Maço 279.

#### *Ministério do Reino*

Maço 2186, processo n.º 177- Processo eleitoral de 1856 remetido pelo presidente da assembleia eleitoral

Maço 2249, processo n.º 55- Processo sobre eleição suplementar de 1863 no círculo de Castelo Branco

Maço 2252, processo n.º 340- Relatório sobre o processo eleitoral de 1864, remetido pelo governador civil

Maço 2255, processo n.º 291- Relatório sobre o processo eleitoral de 1865, remetido pelo governador civil

Maço 2256, processo n.º 419- Relatório sobre a eleição suplementar de Idanha-a-Nova de 1866, remetido pelo governador civil

Maço 2266, processo n.º 204- Relatório sobre o processo eleitoral de 1874, remetido pelo governador civil

Maço 2270, processo n.º 250- Relatório sobre o processo eleitoral de 1878, remetido pelo governador civil

Maço 2279, processo n.º 504- Relatório sobre o processo eleitoral de 1879, remetido pelo governador civil

Maço 2282, processo n.º 450- Relatório sobre o processo eleitoral de 1881, remetido pelo governador civil

Maço 3371- Censo de 1849

Maço 5018, processo n.º 288- Relatório sobre o processo eleitoral de 1871, remetido pelo governador civil

Maço 5022, processo n.º 52- Relatório sobre o processo eleitoral de 1868, remetido pelo governador civil

#### *Registos Vinculares, Vínculos Abelho, Castelo Branco*

Processo n.º 4- Processo registado por João José Vaz Preto Geraldes

Processo n.º 8- Processo registado por Francisco Tavares de Almeida Proença

#### **Arquivos de pessoas singulares em posse de particulares**

##### *Arquivo da família Tavares Proença*

Cartas de Carlos José Caldeira (1858)

Cartas de João António Rodrigues de Miranda (1858)

Cartas de Possidónio Cabral de Faria e Serpa da Câmara (1858)

Cartas de Aurélio Pinto Tavares Castelo Branco (1890-1901)

Cartas de Joaquim Faustino de Poças Leitão (1910)

## **BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL**

### *Reservados. Espólios Particulares*

Espólio de Rodrigo da Fonseca Magalhães

Caixa n.º 40- Cartas de João José Vaz Preto Geraldês para Rodrigo da Fonseca Magalhães

Caixa n.º 80- Cartas de Francisco Tavares de Almeida Proença (pai) para Rodrigo da Fonseca Magalhães

## **FONTES IMPRESSAS – PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS LOCAIS**

*A Estrela da Beira*, Alpedrinha, 1865-1868

*Correio da Beira*, Castelo Branco, 1884-1893

*A Defesa da Beira*, Castelo Branco, 1893-1904

*O Districto de Castelo Branco*, Castelo Branco, 1898-1906

*O Jornal*. Castelo Branco, 1905-1906

*Gazeta da Beira*. Castelo Branco, 1906-1910

*Notícias da Beira*. Castelo Branco, 1904-1910

*Sentinela da Liberdade*. Covilhã, 1865-1868

*Correspondência da Covilhã*, Covilhã, 1899-1910

## **FONTES IMPRESSAS – PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS NACIONAIS**

*Correio da Manhã*, Lisboa (1884)

*Diário Ilustrado*, Lisboa (1879, 1884, 1897, 1899, 1910)

*Diário da Manhã*, Lisboa (1878, 1879, 1880, 1881, 1882, 1884)

*A Discussão*, Lisboa (1875)

*A Lanterna Mágica*, Lisboa (1875)

*O António Maria*, Lisboa (1879, 1881, 1891)

*O Progresso*, Lisboa (1879)

*Portugal, Lisboa* (1910)

*A Revolução de Setembro*, Lisboa (1852, 1865, 1867, 1878)

*O Tempo*, Lisboa (1893)

## **FONTES IMPRESSAS – PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS OFICIAIS**

*Anuario da Direcção Geral de Administração Política e Civil*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1889-1909.

*Anuario Estatístico de Portugal (1884-1886)*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1886-1890.

*Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino* (1842-1910).

*Diário da Câmara dos Senhores Deputados* (1842-1910).

Estatística de Portugal, *População no 1.º de janeiro de 1864*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

Estatística de Portugal, *População no 1.º de janeiro de 1878*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

Direção Geral de Estatística e dos Próprios Nacionais, *Censo da população do reino de Portugal no 1.º de dezembro de 1890*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900.

Direção Geral de Estatística e dos Próprios Nacionais, *Censo da população do reino de Portugal no 1.º de dezembro de 1900*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1906.

## **FONTES IMPRESSAS – CORRESPONDÊNCIA PRIVADA; LIVROS E OPÚSCULOS; LITERATURA**

### **Correspondência privada**

ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Nos bastidores das eleições de 1881 e 1901. Correspondência política de José Luciano de Castro*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

CASTRO, Dr. Alexandre Meyrelles de Távora de Canto e, *Carta ao EXmº Srº Manuel Vaz Preto Giraldes, digno Par do Reino*, Lisboa, Lallémant Frères Typ, 1880.

DIAS, José Lopes, “Miscelânea de cartas & documentos”, in *Estudos de Castelo Branco. Revista de História e Cultura*, Castelo Branco, n.º 5, julho de 1962, pp. 82-91.

—, “Cartas políticas do Conselheiro João Franco a Tavares Proença”, in *Estudos de Castelo Branco. Revista de História e Cultura*, Castelo Branco, n.º 7, janeiro de 1963, pp. 5-58.

—, “Cartas políticas do Conselheiro João Franco a Tavares Proença”, in *Estudos de Castelo Branco. Revista de História e Cultura*, Castelo Branco, n.º 9, julho de 1963 a), pp. 59-74.

—, “Miscelânea de cartas & documentos”, in *Estudos de Castelo Branco. Revista de História e Cultura*, Castelo Branco, n.º 10, julho de 1963 b), pp. 72-82.

—, “Cartas políticas do Conselheiro João Franco a Tavares Proença”, in *Estudos de Castelo Branco. Revista de História e Cultura*, Castelo Branco, n.º 10, outubro de 1963, pp. 75-98.

—, *Memórias íntimas do conselheiro Jacinto Cândido*, Separata da Revista Estudos de Castelo Branco, Castelo Branco, 1963.

—, “Cartas políticas do Conselheiro João Franco a Tavares Proença”, in *Estudos de Castelo Branco. Revista de História e Cultura*, Castelo Branco, n.º 11, janeiro de 1964, pp. 99-111.

—, “A eleição de 1858 no círculo de Castelo Branco”, in *Estudos de Castelo Branco. Revista de História e Cultura*, Castelo Branco, n.º 12, abril de 1964, pp. 96-111.

—, “O coronel Malaquias de Lemos e a revolução de 5 de outubro”, in *Estudos de Castelo Branco. Revista de História e Cultura*, Castelo Branco, n.º 14, outubro de 1964, pp. 5-72.

—, “A política do partido progressista no distrito de Castelo Branco”, in *Estudos de Castelo Branco. Revista de História e Cultura*, Castelo Branco, n.º 15, janeiro de 1965, pp.5-64.

—, “A política do partido progressista no distrito de Castelo Branco”, in *Estudos de Castelo Branco. Revista de História e Cultura*, Castelo Branco, n.º 16, abril de 1965, pp.65-96.

—, “A política do partido progressista no distrito de Castelo Branco”, in *Estudos de Castelo Branco. Revista de História e Cultura*, Castelo Branco, n.º 17, julho de 1965, pp. 97-112.

—, “Cartas políticas do Marquês de Lavradio a Tavares Proença”, in *Estudos de Castelo Branco. Revista de História e Cultura*, Castelo Branco, n.º 20, abril de 1966, pp. 5-33.

—, *Arquivo Tavares Proença*, Separata da Revista Estudos de Castelo Branco, Castelo Branco, 1970.

—, “Cartas políticas do Conselheiro João Franco ao Doutor João Pinto dos Santos”, in *Estudos de Castelo Branco. Revista de História e Cultura*, Castelo Branco, n.º 35, janeiro de 1971, pp. 90-120.

—, “Correspondência política Tavares Proença – Aurélio Pinto”, in *Estudos de Castelo Branco. Revista de História e Cultura*, Castelo Branco, n.º 35, janeiro de 1971, pp. 5-32.

LOPES, Luís F. de Pina Esteves, “No limiar do Constitucionalismo- Correspondência dos Ministros do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães e Luís da Silva Mouzinho da Silveira, para o Dr. João José Vaz Preto Geraldês, Administrador Geral do Distrito de Castelo Branco”, in *Revista Estudos de Castelo Branco*, Castelo Branco, n.º 4, abril de 1962. pp. 38-41.

—, “No limiar do Constitucionalismo- Correspondência dos Ministros do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães e Luís da Silva Mouzinho da Silveira, para o Dr. João José Vaz Preto Geraldês, Administrador Geral do Distrito de Castelo Branco”, *Revista Estudos de Castelo Branco*, Castelo Branco, n.º 5, julho de 1962, pp. 67-71.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Correspondência política de Afonso Costa, 1896-1910*, Lisboa, Estampa, 1982.

MOREIRA, Fernando (Ed.), *José Luciano de Castro. Correspondência política, 1858-1911*, Lisboa, ICS/Quetzal, 1998.

## Livros e opúsculos

ANDRADA, Ernesto Campos (revisão e coordenação), *Memórias do Marques da Fronteira e Alorna*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928-1932.

*Anuário Democrático*, Lisboa, Livraria Central da Gomes de Carvalho, 1909.

CABRAL, António, *Cinzas do passado: figuras e factos: os bastidores da política: as minhas memórias políticas*, Lisboa, 1929.

*Censo eleitoral da metrópole. Dados referentes ao Regime Absoluto, ao Regime Monárquico Constitucional e ao Regime Republicano*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916.

CUNHA, José Germano da, *Apontamentos para a História do Fundão*, Lisboa, Typographia Minerva Central, 1892.

GOMES, Marques, *História de Portugal popular e ilustrada de Manuel Pinheiro Chagas continuada desde a chegada de D. Pedro IV à Europa até aos nossos dias até à morte de D. Maria I por J. Barbosa Colen e daí até aos nossos dias por Marques Gomes*, Lisboa, Empresa da História de Portugal, Vols XII, 1907.

HERCULANO, Alexandre, “Carta aos eleitores do Círculo de Sintra (1858)” in *Opúsculos*, Tomo I, Questões Públicas – Política, Lisboa, Bertrand, 1983, pp. 495-505.

MARTINS, Oliveira, “As Eleições”, in *Política e História*, Lisboa, Guimarães Editores, 1957, Vol. I, pp. 275-331.

—, *A província*, Vol. III, Lisboa, Guimarães Editores, 1958.

MONTEIRO, Celestino Tavares, *Fundão do meu tempo*, Fundão, 1998.

PATO, Raimundo António de Bulhão, *Memórias, Scenas de infância e homens de letras*, Tomo I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1894.

—, *Memórias. Homens políticos*, Tomo II, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1894.

QUINTELLA, Arthur de Moura, *Subsídios para a monografia da Covilhan*, Covilhã, Typ. O Rebate, 1899.

*Relação e índice alphabetico dos estudantes matriculados na Universidade de Coimbra no ano letivo de 1815 para 1816; suas naturalidades; filiações, e moradas*, Coimbra, Real imprensa da Universidade, 1815.

SILVA, J. A. Porfírio da, *Memorial Chronologico e Descriptivo da Cidade de Castelo Branco*, 1ª edição, Lisboa, Typografia Universal, 1853.

SILVEIRA, Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, *As Fábricas de Portugal, Indagações Relativas aos Tecidos de Lã e Resultados da Inquirição Feita por Ordem do Conselho Geral da Alfândegas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1864.

SOUSA, António Teixeira de, *Para a história da revolução*, Porto, 1912, (2 volumes).

TAVARES, Eduardo (pseud. Aprígio Fafes), *Galeria parlamentar ou parlamentar de 1858. Contendo uma apreciação imparcial de cada um dos membros do Parlamento da actual legislatura de 1858, offerecida ao bom senso do paiz*, Lisboa, Tipografia J. G. Sousa Neves, 1858.

—, *Galeria pittoresca da Câmara dos Pares contendo uma apreciação imparcial de cada um dos membros da Câmara Hereditária, oferecida ao bom senso do paiz*, Lisboa, Tipografia J. G. Sousa Neves, 1858.

## **Literatura**

BRANCO, Camilo Castelo, *A Queda de um anjo*, 2ª Edição, Publicações Europa-América, s.d.

DINIS, Júlio, *A Morgadinha dos canaviais*, Lisboa, Porto Editora, 2003.

FICALHO (conde de), *Uma eleição perdida*, Lisboa, Livraria Ferrin, 1888.

JUNQUEIRO, Guerra e AZEVEDO, Guilherme de, *Viagem à roda da parvónia*, 3ª edição, Porto, Lello & Irmão, 1980.

ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas. O país e a sociedade portuguesa*, Lisboa, Clássica Editora, 1986.

PINTO, Júlio Lourenço, *O senhor deputado*, 3ª edição, Porto, Lello e & Irmão, s.d.



QUEIROZ, Eça de, *Correspondência de Fradique Mendes*, Porto, Livraria Chardron, 1900.

—, *A ilustre casa de Ramirez*, Lisboa, Livros do Brasil, 2001.

## **BIBLIOGRAFIA ESTRANGEIRA: LIVROS E ARTIGOS EM OBRAS COLETIVAS**

BOCIGAS MARTIN, Santos, *Caciquismo y elecciones en Soria (1910-1923)*, Soria, Diputación Provincial de Soria, 1995.

CABALLERO DOMINGUEZ, Margarita, *El sufragio censitario: elecciones generales en Soria durante el reinado de Isabel II*, Soria, Junta de Castilla y León, Consejería de Cultura y Turismo, 1994.

CALZADA DEL AMO, Esther, *Germán Gamazo (1840-1901). Poder político y redes sociales en la Restauración*, Madrid, Marcial Pons, 2011.

CARASA SOTO, Pedro (Dir.), *Élites castellanas de la Restauración*, Junta de Castilla y León, 2 Vols, 1997.

CASTILLO GARCIA, José Vicente, *La política de los camaleones. Los conservadores valencianos durante la Restauración (1875-1923)*, Valencia, Universitat de València, 2002.

CRUZ ARTACHO, Salvador (coord.), *Andaluces contra el caciquismo. La construcción de la cultura democrática en la Restauración*, Sevilla, Junta de Andalucía, 2012.

DARDÉ MORENO, Carlos, *La aceptación del adversario. Política y políticos de la Restauración, 1875-1900*, Madrid, Editorial Biblioteca Nueva, 2003.

DELGADO CENDAGORTAGALARZA, Ander, *La otra Bizkaia. Política en un medio rural durante la Restauración (1890-1923)*, Bilbao, Universidad del País Vasco, 2008.

EVANS, Eric J., *Parliamentary reform, c. 1770-1918*, London, 1999.

GARCIA ANDRINO, José, *Caciquismo y elecciones En Avila: elecciones al Congreso de los Diputados (1891-1907)*, Madrid, Editorial Académica Española, 2011.

GÓMEZ CABORNERO, Sonsoles, *Familia, fortuna y poder. La saga política de los Rodríguez en la Restauración zamorana*, Zamora, Instituto de Estudios Zamoranos, 1999.

HOBBSBAWM, Eric John, *A era do capital*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.

INCAUSA MOROS, José María, *El distrito uninominal. Las relaciones de poder a través de las elecciones generales en el distrito de la Almunia de Doña Godina (1868-1923)*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 2009.

—, e BRIZ SÁNCHEZ, Gregorio, *De cuneros y ermitaños la gestación del caciquismo en Belchite-Cariñena y La Almunia en el reinado de Isabel II*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 2004.

MARCOS DEL OLMO, M<sup>a</sup> Concepción, “Las elecciones legislativas de 1869 en la provincia de Valladolid”, in *Revista investigaciones históricas*, n.º 5, 1985, pp. 217-252.

KAHAN, Alan, *Liberalism in nineteenth century Europe: The political culture of limited suffrage*, Palgrave Macmillan, 2003.

MORENO LÚZON, *Romanones. Caciquismo y Política Liberal*, Madrid, Alianza Editorial, 1998.

—, “A Historiografia sobre o caciquismo espanhol: balanço e novas perspectivas”, in *Análise Social*, n.º 178, 2006, pp. 9-29.

NÚÑEZ GARCÍA, Víctor M., *Huelva en las cortes. Élite y poder político durante la década moderada (1843-1854)*, Huelva, Universidad de Huelva, 2007.

PEÑA GUERRERO, María Antónia, *Clientelismo político y poderes periféricos durante la Restauración, Huelva (1874-1923)*, Huelva, Universidad de Huelva, Colección Arias Montano, 1998.

QUERALT DEL HIERRO, María Pilar, *Oligarquía y caciquismo en la Andalucía de La Restauración*, Granada, CajaGranada, 2009.

SALMERÓN GIMÉNEZ, Javier Francisco, *Caciques murcianos. La construcción de una legalidad arbitraria (1891-1910)*, Murcia, Universidad de Murcia, 2000.

SIERRA, Maria, *La politica del pacto. El sistema de Restauración a traves del Partido Conservador sevillano (1874-1923)*, Sevilla, Diputación de Sevilla, 1996.

TUSSEL, Javier, *Oligarquía y caciquismo en Andalucía (1890-1923)*, Barcelona, Editorial Planeta, 1976.

VARELA ORTEGA, José, *Los amigos políticos. Partidos, elecciones y caciquismo en la Restauración (1875-1900)*, Madrid, Marcial Pons, 2001 a).

—, (Dir.), *El poder de la influencia. Geografía del caciquismo en España, (1875-1923)*, Marcial Pons, Historia - Centro de Estudios Políticos e Constitucionales, 2001 b).

## **BIBLIOGRAFIA PORTUGUESA: LIVROS E ARTIGOS EM OBRAS COLETIVAS**

ALMEIDA, Pedro Tavares de e SOBRAL, José Manuel, “Caciquismo e poder político. Reflexões em torno das eleições de 1901”, in *Análise Social* n.ºs 72, 73 e 74, 1982, pp. 649-671.

ALMEIDA, Pedro Tavares de, “Comportamentos eleitorais em Lisboa (1878-1910)”, in *Análise Social*, n.º 85, 1985.

—, (org.), *Legislação eleitoral portuguesa (1820-1926)*, Lisboa, INCM, 1998.

—, *Eleições e caciquismo no Portugal oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, 1991.

—, *A construção do Estado Liberal. Elite política e burocracia na “Regeneração” (1851-1891)*, Lisboa, 1995, 2 Vols, policopiado.

—, e MORENO LÚZON, Javier (coord.), *Das urnas ao hemiciclo. Eleições e parlamento em Portugal (1878-1926) e Espanha (1875-1923)*, Lisboa, Coleção Parlamento, 2012.

ASSUNÇÃO, António Rodrigues, *O movimento operário da Covilhã*, Edição do autor, 2 vols [1.º volume (1890-1907); 2.º volume (1907-1926)], 2006.

AZEVEDO, Ricardo Charters d', *A morte do Barão de Porto de Mós*, CEPAE, 2010.

BELO, Alberto, *A Câmara dos Pares e o segundo governo histórico (4.7.1860 – 17.4.1865)*, Lisboa, FCSH/UNL, policopiado, 2000.

—, *A Câmara dos Pares na época das grandes reformas políticas (1870-1895)*, Lisboa, FCSH/UNL, policopiado, 2012.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *A guerra civil da Patuleia 1846-47*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.

—, *Apologia da história política. Estudos sobre o século XIX português*, 1ª edição, Lisboa, Quetzal Editores, 1999.

—, “História de um nado-morto: o primeiro governo histórico (1856-1859)”, in *Análise Social*, n.º 157, 2001.

—, *Estudos de história contemporânea de Portugal*, Imprensa de Ciências Sociais, 2007 a).

—, *D. Maria II*, Lisboa, Temas e Debates, 2007 b).

—, *A Monarquia Constitucional 1807-1910*, Lisboa, Texto, 2010.

—, *Um homem singular. Biografia política de Rodrigo da Fonseca Magalhães (1787-1858)*, Lisboa, D. Quixote, 2013.

CABRAL, Manuel Villaverde, *Materiais para a História da questão agrária em Portugal- séc. XIX e XX*, Porto, Editorial Nova, 1974.

CATROGA, Fernando, “O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)”, in *Análise Social*, n.º 100, 1988.

—, *O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Coimbra, 2 vols.1991.

—, *Entre deuses e césores. Secularização, laicidade e religião civil*, Coimbra, Almedina, 2006.

COELHO, Maria de Fátima, “O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias”, in *Análise Social*, n.ºs 61-62, Lisboa, 1980, pp. 111-131.

CRUZ, Maria Antonieta, “Impacto da legislação eleitoral fontista de 1878”, in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (história)*, 1992, vol. 9.

CUNHA, Carlos, «A Janeirinha» e o Partido Reformista. *Da revolução de janeiro de 1868 ao Pacto da Granja*, Lisboa, Edições Colibri, 2003.

DIAS, Jaime Lopes, *IV congresso e exposição e exposição regional das beiras*, Castelo Branco, Livraria Férrin, 1931.

—, *O Rei D. Carlos e a Beira Baixa* (subsídios para a história dos últimos anos da monarquia), Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1962.

DIAS, José Lopes “A política no concelho de Oleiros, em 1906”, in *Estudos de Castelo Branco. Revista de História e Cultura*, n.º 7, janeiro de 1963, pp. 67-70.

—, *Estudos de Castelo Branco. Revista de História e Cultura*, Castelo Branco, n.º 40, abril de 1972, (número dedicado a Francisco Tavares Proença Júnior).

DIAS, Vítor Manuel Lopes, “O Distrito de Castelo Branco na Organização e na Divisão Administrativa”, in *Estudos de Castelo Branco. Revista de História e Cultura*, n.º 1, Junho de 1961, pp. 71-89, n.º 2, outubro de 1961, pp.154-171.

ESTEVES, Judite Maria Nunes, *Do morgadio à divisão igualitária dos bens: extinção do morgadio e estratégias de perpetuação do poder familiar: (entre o fim do século XIX e o século XX)*, Lisboa FCSH/UNL, policopiado, 2008.

FARIA, Miguel Figueira de e MENDES, José Amado (Coord.), *Dicionário de história empresarial portuguesa séculos XIX e XX*, Lisboa, Volume I, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2013.

FERNANDES, Paulo Jorge, *Mariano Cirilo de Carvalho. O “poder oculto” do liberalismo progressista (1876-1892)*, Lisboa, Texto, Coleção Parlamento, 2010.

FERRÃO, Julieta, “Há 70 anos”, in *Estudos de Castelo Branco. Revista de História e Cultura*, Castelo Branco, n.º 02, outubro de 1961, pp.61-68.

FEVEREIRO, José Luiz de Sampayo Torres, *Uma família da Beira Baixa. Os Torres Fevereiro e as suas ligações familiares*, Lisboa, Dislivro Histórica, 2004.

FONSECA, Helder Adegar, *O Alentejo no século XIX. Economia e atitudes económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1996 a).

—, “As elites Económicas Alentejanas, 1850-1870: Anatomia Social e Empresarial”, in *Análise Social*, n.º 136-137, Lisboa, 1996 b), pp. 711-744.

GUERRA, Luís de Bivar, *A casa Graciosa*, Braga, Livraria Cruz, 1965.

GRAÇA, Laura Larcher, *Propriedade e agricultura: evolução do modelo dominante de sindicalismo agrário em Portugal*, Lisboa, Conselho Económico e Social, 1999.

HOMEM, António Pedro Barbas, *Manuel Pinheiro Chagas 1842-1895: uma biografia*, Lisboa, Coleção Parlamento, 2012.

LIMA, Nuno, «*Os homens bons*» do Liberalismo. Os maiores contribuintes de Lisboa (1867-1893), Lisboa, Banco de Portugal, 2009.

LOBO, Ernesto Pinto, *História da imprensa em Castelo Branco*, Castelo Branco, 1987.

LOPES, Luís F. de Pina Esteves, *42 parlamentares da Monarquia*, Lisboa, ed. Império, 1958.

LOPES, Rui Pedro, *História da Sertã*, Sertã, 2013.

MAGALHÃES, *Vem aí a República! 1906-1910*, Coimbra, Edições Almedina, 2009.

MARTINS, Manuel Alfredo de Moraes, *Malpica do Tejo, terra nobre, povo nobre*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1986.

—, *Castelo Branco. Um século de vida da cidade 1830-1930*, Castelo Branco, 2 Vols, 2005 (1º Vol.), 2010 (2º Vol.).

MENDES, José Amado, “Contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos”, in *Análise Social*, Lisboa, n.º 116-117, 1992, pp. 357-365.

MIRANDA, Jorge, *As constituições portuguesas*, 3ª edição, Lisboa, Livraria Petrony, 1992.

MÓNICA, Maria Filomena, “A lenta morte da câmara dos pares”, in *Análise Social*, n.º 125-126, 1994, pp. 121-152.

—, “As reformas eleitorais no constitucionalismo monárquico (1852-1910)”, in *Análise Social*, n.º 139, Lisboa, 1996.

—, *Fontes Pereira de Melo*, Lisboa, Afrontamento, 1999.

—, (Coord.), *Dicionário biográfico parlamentar*, Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Coleção Parlamento, 3 Vols, 2004 (1º Vol), 2005 (2º Vol.) 2006 (3º Vol.).

—, *D. Pedro V*, Lisboa, Temas e Debates, 2007.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.

MORAIS, Francisco e Dias, José Lopes, *Estudantes da universidade de Coimbra naturais de Castelo Branco*, Vila Nova de Famalicão, Tipografia Minerva, 1955.

NETO, Vítor, “ O Estado e a igreja”, in Mattoso, José (Dir.), *História de Portugal*, Lisboa, 1993, pp. 265-283.

—, *O Estado, a Igreja e a sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.

OLAIO, Nuno, “Jacinto Cândido da Silva (1857-1926): o nacionalismo católico através das memórias de um dos seus fundadores”, in *Lusitânia Sacra*, 2.ª série, n.º 16, 2004, pp. 147-178.

PALACIOS CEREZALES, Diogo, “O princípio da autoridade e os motins antifiscais de 1862”, in *Análise Social*, n.º 182, 2007.

PEREIRA, António Manuel, *Governantes de Portugal desde 1820 até ao Dr. Salazar*, Porto, 1959.

PEREIRA, António dos Santos, *O Parlamento e a imprensa periódica beirã em tempos de crise (1851-1926)*, Edições Afrontamento, Coleção Parlamento, 2002.

PORTELA, Artur, *Os grandes duelos em Portugal*, Lisboa, Tipografia Silvas, 1946.

POUSINHO, Nuno, “João José Vaz Preto Geraldês. O Notável Rebelde”, in *História*, n.º 50 (III série), Novembro de 2002, pp. 58-63.

—, *Castelo Branco, governo, poder e elites (1792-1878)*, Lisboa, Edições Colibri, 2004.

—, *Castelo Branco, roteiros republicanos*, Matosinhos, Quidnovi, 2010.

PRETO, Rolão, “O sentido social do cacique”, in *Estudos de Castelo Branco. Revista de História e Cultura*, n.º 3, Janeiro de 1962, pp. 75-78.

PROENÇA, Maria Cândida, *D. Manuel II*, Lisboa, Temas e Debates, 2008.

RAMOS, Rui, “Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à história da alfabetização no Portugal contemporâneo”, in *Análise Social*, n.º 24, 1988.

—, “O sistema fontista”, in *Portugal Contemporâneo*, António Reis (dir.), vol. II, Lisboa, 1990.

—, *História de Portugal*, Vol. VI, Mattoso, José (Dir.), Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

—, *João Franco e o fracasso do reformismo liberal (1884-1908)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

—, “Oligarquia e caciquismo em Oliveira Martins, Joaquim Costa e Gaitano Mosca”, in *Análise Social*, n.º 178, 2006, pp. 31-53.

—, *D. Carlos*, Lisboa, Temas e Debates, 2007.

SARDICA, José Miguel, *A Regeneração sob o signo do consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861*, Lisboa, ICS, 2001.

—, *Duque de Ávila e Bolama*, Lisboa, Dom Quixote, Coleção Parlamento, 2005.

—, *José Maria Eugénio de Almeida. Negócios, política e sociedade no século XIX*. Lisboa, Quimera, 2005.

SERRA, João Bonifácio, “As reformas da administração local de 1872 a 1910”, in *Análise Social*, n.º 103-104, 1988, pp. 59-95.

SILBERT, Albert, *Le Portugal Méditerranéen à La Fin d l’Ancien Régime*, 2ª edição, Lisboa, INIC, 1978.

SILVA, José Aires da, *História da Covilhã 1870-1970 centenário da cidade*, Covilhã, Edição e autor, 1970.



SILVA, Júlio Rodrigues da, “O rotativismo monárquico-constitucional. Eleições, caciquismo e sufrágio”, in *História de Portugal*, João Medina (dir.), Lisboa, 1995, vol. IX, pp. 47-67.

—, *José Estêvão de Magalhães 1809-1862. Biografia parlamentar*, Lisboa, Coleção Parlamento, 2009.

SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, “Revolução Liberal e pariatto (1834-1842) ”, in *Análise Social*, n.ºs 116-117, 1992, pp. 329-353.

—, “Estado Liberal e Centralização. Reexame de um Tema”, in idem (coord.), *Poder Central, Poder Regional, Poder Local. Uma Perspetiva Histórica*, Lisboa, Cosmos, 1997.

—, e FERNANDES, Paulo Jorge, *D. Luís*, Lisboa, Temas e Debates, 2009.

TREMOCEIRO, Paulo e JORGE, Teresa Revés, *Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Ministério do Reino. Inventário*, Lisboa, IAN/Torre do Tombo, Direção dos Serviços de Arquivística, 1999.